

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

FÁBIO LUIZ SAN MARTINS

**A FORMA-SALÁRIO NO PENSAMENTO ECONÔMICO DE MARX**

CURITIBA  
2016

FÁBIO LUIZ SAN MARTINS

**A FORMA-SALÁRIO NO PENSAMENTO ECONÔMICO DE MARX**

Tese apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Econômico, no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Paulo Cipolla

Curitiba

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. SISTEMA DE BIBLIOTECAS.  
CATALOGAÇÃO NA FONTE

San Martins, Fábio Luiz

A forma-salário no pensamento econômico de Marx / Fábio Luiz San  
Martins. - 2016.  
276 f.

Orientador: Francisco Paulo Cipolla.

Tese (doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências  
Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento  
Econômico.

Defesa: Curitiba, 2016

1. Salários. 2. Trabalho – Aspectos econômicos. 3. Economia marxista.  
4. Marx, Karl, 1818-1883. I. Cipolla, Francisco Paulo, 1955- II. Universidade  
Federal do Paraná. Setor de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-  
Graduação em Desenvolvimento Econômico. III. Título.

CDD 331.21



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
Setor CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
Programa de Pós Graduação em DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO  
Código CAPES: 40001016024P0

### TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Tese de Doutorado de **FABIO LUIZ SAN MARTINS**, intitulada: "**A Forma-Salário no pensamento Econômico de Marx**", após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO.

Curitiba, 09 de Dezembro de 2016.

FRANCISCO PAULO CIPOLLA  
Presidente da Banca Examinadora (UFPR)

ARMANDO JOÃO DALLA COSTA  
Avaliador Interno (UFPR)

CLAUS MAGNO GERMÉR  
Avaliador Externo (UFPR)

DAYANI CRIS DE AQUINO  
Avaliador Externo (UFPR)

PEDRO LEÃO DA COSTA NETO  
Avaliador Externo (UTP)

A meu velho pai Oscar Luiz San Martins.  
homem simples e austero, de quem aprendi  
sem a eloquência da palavra  
a principal lição da minha vida,  
de que é humano cair,  
mais humano ainda  
da queda se levantar  
e comovente na desdita  
conservar a dignidade,  
meu exemplo ético de conduta, o norte das minhas ações,  
meu pai herói,  
adorado como um rei  
na sua majestosa simplicidade, seu Oscar.

À minha mãe Ilma Lopes San Martins,  
de quem sempre recebi além do elementar amor incondicional de mãe  
o sumo conforto embebido da mais bondosa compreensão  
da nossa alma e sentimentos  
com os quais pude  
com todas as dificuldades que me pertencem  
aceitar os momentos que não são poucos de angústia e tristeza  
e perseverar nessas  
*veredas* ora luminosas ora escuras do *grande sertão*, minha mãezinha.

À minha irmã Viviane Aparecida San Martins,  
de quem apenas na minha maturidade tomei ciência  
da delicadeza de sua compleição espiritual.

À minha avó materna Lurdivina Sanmartins Lopes  
e às minhas tias Ivone e Fátima,  
respectivamente irmãs mais velha e mais moça de minha mãe,  
que tornaram a memória de meus primeiros anos uma moldura  
de lembranças gratas e alegres do meu torrão natal,  
a Maringá resplandecente de minha infância.

À memória de minha tia Marlene (19/06/1953-12/05/2016),  
irmã do meu pai, cuja doçura e alegria sempre lembrarei com saudades.

À memória do camarada Virgílio de Almeida (1943-2012),  
antigo chefe do PCB em Maringá,  
meu professor de economia na UEM  
e guia nas lutas políticas durante a minha juventude universitária.

"[...] vale dizer da imortalidade de Marx que ela é o resumo [...] do modo como ele produziu a sua teoria sobre a problemática imperecível da autoconstrução do homem. Razão pela qual é um autor imortal, e não somente porque a ele são devidas as mais preciosas determinações sobre o sistema do capital [...] ou ainda porque, a partir delas, pode nascer a inspiração lúcida para o ato político que as cancela. A obra marxiana é imortal, a não ser que as possibilidades do homem já estejam definitivamente extintas. Do contrário, se resta alguma esperança - e resta- há que compreender que a guerra marxiana ao capital é a luta irrenunciável pelo homem"

José CHASIN **A sucessão na crise** (1989)

"Karl Marx é para nós mestre de vida espiritual e moral, não pastor com báculo. É estimulador das preguiças mentais, é o que desperta as boas energias dormidas e que se deve despertar para a boa batalha. É um exemplo de trabalho intenso e tenaz para conseguir a clara honradez das ideias, a sólida cultura necessária para não falar vagamente de abstrações. É bloco monolítico de humanidade [...] que [dissolve] as sedimentações do preconceito e a ideia fixa e robustecem o caráter moral. Karl Marx [...] é um vasto e sereno cérebro [...] É uma parte necessária e integrante do nosso espírito, que não seria o que é se Marx não tivesse vivido, pensado, arrancado chispas de luz com o choque de suas paixões e de suas ideias, de suas misérias e de seus ideais."

GRAMSCI, A. **Nosso Marx.**

"ANDRÉ: 'Se já tenho minhas mãos atadas, não vou por iniciativa atar meus pés, também.[...] Não se pode esperar de um prisioneiro que sirva de boa vontade na casa do carcereiro. Da mesma forma, de quem amputamos os membros, seria absurdo exigir um abraço de afeto. Maior despropósito que isso, só mesmo a vileza do aleijão, que, na falta das mãos, recorre aos pés para aplaudir o seu algoz; age quem sabe com a paciência proverbial do boi: além do peso da canga, pede que lhe apertem o pescoço entre os canzís. Fica mais feio o feio que consente o belo. Mais pobre o pobre que aplaude o rico; menor o pequeno que aplaude o grande; mais baixo o baixo que aplaude o alto. E assim por diante. Imaturo ou não, não reconheço mais os valores que me esmagam. Acho um triste faz-de-conta viver na pele de terceiros, e nem entendo como se vê nobreza no arremedo dos desprovidos; a vítima ruidosa que aprova o seu opressor se faz duas vezes prisioneira, a menos que se faça essa pantomima atirada por seu cinismo. " Raduan NASSAR. **Lavoura Arcaica**

"Você deve notar que não tem mais tutu/ E dizer que não está preocupado/ Você deve lutar pela xepa da feira/ E dizer que está recompensado/ Você deve estampar sempre um ar de alegria/ E dizer: tudo tem melhorado!/ Você deve rezar pelo bem do patrão/ E esquecer que está desempregado/ Você merece, você merece/ Tudo vai bem, tudo legal/ Cerveja, samba e amanhã/ Seu Zé se acabar em teu carnaval/ Você deve aprender a baixar a cabeça/ E dizer sempre muito obrigado/ São palavras que ainda te deixam dizer/ Por ser homem bem disciplinado/ Deve, pois, só fazer pelo bem da nação/ Tudo aquilo que for ordenado/ Pra ganhar um fuscão no juízo final/ E diploma de bem comportado..." GONZAGUINHA, **Comportamento geral**

"Por esse pão pra comer/ por esse chão pra dormir/ A certidão pra nascer [...] / Por me deixar respirar/ **por me deixar existir/ Deus lhe pague**" CHICO BUARQUE. **Deus lhe pague**

"[...] Esse fato extraordinário:/ Que o operário faz a coisa /E a coisa faz o operário. / [...] / O operário foi tomado / De uma súbita emoção /Ao constatar assombrado /Que tudo naquela mesa [...] / Era ele quem os fazia/ Ele, um humilde operário /Um operário que sabia /Exercer a profissão. / [...] / Naquela casa vazia/ Que ele mesmo levantara / Um mundo novo nascia / De que sequer suspeitava./O operário emocionado /Olhou sua própria mão / [...] /E olhando bem para ela / [...] / De que não havia no mundo /Coisa que fosse mais bela./Foi dentro dessa compreensão/[...] /Que, tal sua construção /Cresceu também o operário/Cresceu em alto e profundo/Em largo e no coração/E como tudo que cresce /Ele não cresceu em vão/ Pois além do que sabia[...]/ O operário adquiriu/ Uma nova dimensão: / A dimensão da poesia. / [...] /E foi assim que o operário /Do edifício em construção / Que sempre dizia "sim" /Começou a dizer "não" / E aprendeu a notar coisas / A que não dava atenção: /Notou que sua marmita/ Era o prato do patrão / Que sua cerveja preta / Era o uísque do patrão / Que seu macacão de zuarte / Era o terno do patrão / Que o casebre onde morava / Era a mansão do patrão /Que seus dois pés andarilhos/Eram as rodas do patrão / **Que a dureza do seu dia / Era a noite do patrão / Que sua imensa fadiga / Era amiga do patrão.** [...] / Um dia tentou o patrão / Dobrá-lo de modo contrário/ [...] / Fez-lhe esta declaração: / - Dar-te-ei todo esse poder / E a sua satisfação / Porque a mim me foi entregue / E dou-o a quem quiser. / Dou-te tempo de lazer/ Dou-te tempo de mulher / Portanto, tudo o que vês / Será teu se me adorares/E, ainda mais, se abandonares / O que te faz dizer não. / Disse e fitou o operário /Que olhava e refletia / Mas o que via o operário / O patrão nunca veria / O operário via casas / E dentro das estruturas / Via coisas, objetos /Produtos, manufaturas. / **Via tudo o que fazia / O lucro do seu patrão** / E em cada coisa que via [...] A marca de sua mão. / E o operário disse: Não! / - Loucura! - gritou o patrão /Não vês o que te dou eu? / - **Mentira! - disse o operário /Não podes dar-me o que é meu.**" VINICIUS DE MORAES **Operário em Construção**

## RESUMO

O objetivo desta tese é estudar como o valor da força de trabalho converte-se em forma-salário ou preço do trabalho e como a tomada de consciência social prática da relação-capital inspirada pela figura do preço do trabalho influi sobre o próprio movimento cotidiano dos salários. A abordagem deste estudo buscou reconstituir a teoria da forma-salário mediante pesquisa e discussão conceitual de pensamentos junto às obras mais representativas da reflexão madura de Marx, como os *Grundrisse*, os *Manuscritos de 1861-1863* e os três livros de *O capital*, além de referências a outras produções literárias subsidiárias, mas também significativas, como *Salário, Preço e Lucro* (1865), *Crítica ao Programa de Gotha* (1875) e algumas cartas dos anos 1860 e 1870. A reconstituição do processo de transformação do valor da força de trabalho em preço do trabalho permitiu verificar as ilusões e falsidades produzidas nessa metamorfose, as quais conferem aos salários imagem transmutada e transfigurada do assalariamento. O desenvolvimento do conceito da forma-salário revelou que a aparência gerada pela figura do preço do trabalho ou salário consiste numa tomada de consciência necessária da relação social de produção (trabalhadores e capitalistas), através da qual os seus agentes conduzem na prática seu intercâmbio mútuo. O movimento do salário é resultado, de um lado, do empenho do capital de pressionar o preço do trabalho para o nível mais ajustado com a maior taxa de mais-valia possível e, de outro, da função necessária de consciência social da forma-salário, pela qual os trabalhadores concebem os seus rendimentos monetários como consoantes com o grau de extensão, intensidade e eficiência do seu trabalho realizado na jornada. O estudo do movimento dos salários serviu-se de numerosas simulações numéricas (apoiadas em pressupostos teóricos devidamente justificados pelo desenvolvimento do conceito da forma-salário). Constam nessas simulações, cálculos das medidas reais do salário (absoluto e relativo) que possibilitaram verificar as repercussões da conjuntura salarial sobre a situação de vida material dos trabalhadores. As medidas quantitativas nominais da forma-salário levam à concepção de que os rendimentos monetários são expressão do trabalho realizado e não representação subjacente do custo de reprodução da mercadoria força de trabalho. O salário nominal (absoluto e relativo) impossibilita aos trabalhadores imediatamente divisarem os impactos de dada conjuntura salarial sobre sua existência material e social, fato que uma vez desnudado pelo salário real (absoluto e relativo) tornou sua mensuração procedimento fundamental da análise dos movimentos cotidianos do preço do trabalho.

**Palavras-chaves:** Força de trabalho. Forma-salário. Preço do trabalho. Movimento dos salários.

## ABSTRACT

The objective of this thesis is to study how the value of the workforce becomes form-earnings or price of labour and how making practice social awareness of the relationship-capital inspired by the price of labour figure influences the quotidian movement of wages. The approach of this study sought to reconstruct the theory of wage-form through research and conceptual discussion of thoughts along the most representative works of the mature reflection of Marx, like the *Grundrisse*, *Manuscripts of the 1861-1863* and the three books of *Capital*, and references to other literary productions subsidiaries, but also significant, as *Wages, Price and Profit* (1865), *Critique of the Gotha Program* (1875) and some letters of the 1860s and 1870s. Reconstitution of the process of transformation of the workforce in price value of work has shown the illusions and falsehoods produced this metamorphosis, which give the image wages transmuted and transfigured the wage. The development of form-wage concept revealed that the appearance created by the price of labour figure or salary is a necessary awareness of the production of social relationship (workers and capitalists), through which its agents lead in practice their mutual exchange. The movement of wages is a result, on the one hand, the commitment of capital to press the price of labour to the most adjusted level with the highest added value rate possible and on the other, the necessary function of social consciousness-form salary whereby workers design their monetary income as consonant with the degree of extension, intensity and efficiency of your work on the journey. The movement of wages study made use of numerous numerical simulations (supported by theoretical assumptions justified by the development of the concept of form-wage). Contained in these simulations, calculations of actual measurements of the salary (absolute and relative) that enabled the repercussions of wage situation on the situation of material life of workers. Nominal quantitative measures of wage-form lead to the idea that monetary income is expression of the work and not underlying representation of the reproduction cost of the commodity labour power. The nominal wage (absolute and relative) prevents the workers immediately realize the impacts of a given wage situation on their material and social existence, a fact that once laid bare the real wage (absolute and relative) has its measurement fundamental procedure of the analysis of everyday movements price of labour.

**Keywords:** Labour power. Wage-form. Price of labour. Movement of wages.



## LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Valor diário da força de trabalho e variação da extensão da jornada.....	44
Quadro 2	Elementos do processo de trabalho: valor e quantidade.....	70
Quadro 3	Mercadoria final (M'): componentes e valor final.....	73
Quadro 4-	Valor individual sob condições normais e excepcionais de produção.....	95
Quadro 5-	Formação da mais-valia extra.....	96
Quadro 6 -	Extensão da jornada de trabalho como mecanismo de sobrevivência das empresas que atuam em condições inferiores.....	165
Quadro 7 -	Situações e respectivos casos de variação dos salários e prolongamento da jornada.....	169
Quadro 8 -	Valor da força de trabalho e jornada de trabalho (situação I).....	169
Quadro 9 -	Salário nominal, salário real e salário relativo (caso 1).....	170
Quadro 10 -	Metodologia de cálculo do salário real.....	171
Quadro 11 -	Mais valia e taxa de mais-valia (caso 1).....	173
Quadro 12 -	Salário nominal, salário real e salário relativo (situação I, caso 2).....	175
Quadro 13 -	Mais valia e taxa de mais-valia (caso 2).....	175
Quadro 14 -	Salário nominal, salário real e salário relativo (situação I, caso 3).....	177
Quadro 15 -	Mais valia e taxa de mais-valia (caso 3).....	182
Quadro 16 -	Salário nominal, salário real e salário relativo (situação I, caso 4).....	183
Quadro 17 -	Valor da força de trabalho e jornada de trabalho (situação II).....	184
Quadro 18 -	Salário nominal, salário real e salário relativo (situação II).....	186
Quadro 19 -	Casos de estudo do salário por tempo .....	187
Quadro 20 -	Valor da força de trabalho e jornada de trabalho.....	187
Quadro 21 -	Salário nominal constante, prolongamento da jornada e preço horário declinante do trabalho (caso 1).....	188
Quadro 22 -	Preço horário do trabalho fixo abaixo do preço normal. Salário nominal constante. (caso 2).....	189
Quadro 23 -	Preço horário do trabalho nominal fixado de acordo com a jornada normal. Prolongamento e aumento salarial (caso 3).....	190
Quadro 24 -	Jornada de trabalho extra com preço horário do trabalho mais caro que o da jornada regular (caso 4).....	195
Quadro 25 -	Subemprego (caso 5).....	198
Quadro 26 -	Casos de estudo produtividade variável.....	205
Quadro 27 -	Valor da força de trabalho e jornada de trabalho (simulação I).....	205
Quadro 28 -	Salário nominal, salário real e salário relativo.....	206
Quadro 29 -	Mais valia e taxa de mais-valia (caso 1).....	206
Quadro 30 -	Salário nominal, salário real e salário relativo (caso 2, Situação I).....	210
Quadro 31	Mais valia e taxa de mais-valia (caso 2).....	210
Quadro 32 -	Salário nominal, salário real e salário relativo (caso 2A, Situação I).....	214
Quadro 33-	Mais valia e taxa de mais-valia (caso 2A).....	214
Quadro 34 -	Salário nominal, salário real e salário relativo(caso 3).....	216
Quadro 35 -	Mais valia e taxa de mais-valia (caso 3).....	216
Quadro 36 -	Salário nominal, salário real e salário relativo.....	217
Quadro 37 -	Salário nominal, salário real e salário relativo(simulação II).....	218
Quadro 38 -	Mais valia e taxa de mais-valia (simulação II).....	218
Quadro 39 -	Intensidade acima da usual com dada produtividade.....	224
Quadro 40 -	Estudo de casos vinculados à variação da intensidade (simulação I).....	225
Quadro 41 -	Valor da força de trabalho e jornada de trabalho.....	226
Quadro 42 -	Valor diário da força de trabalho e variação da extensão da jornada.....	227

Quadro 43-	Salário nominal, salário real e salário relativo (casos 1 e 2) .....	228
Quadro 44 -	Mais valia e taxa de mais-valia (casos 1 e 2).....	228
Quadro 45 -	Salário nominal, salário real e salário relativo (caso 3) .....	230
Quadro 46 -	Mais valia e taxa de mais-valia (caso 3).....	230
Quadro 47 -	Salário nominal, salário real e salário relativo .....	231
Quadro 48 -	Mais valia e taxa de mais-valia (caso 4).....	232
Quadro 49-	Salário nominal, salário real e salário relativo(caso 5).....	234
Quadro 50 -	Mais valia e taxa de mais-valia (caso 5).....	234
Quadro 51-	Segunda Simulação: Produtividade cai em 1/5. Duração constante e intensidade variável.....	236
Quadro 52 -	Valor da força de trabalho e jornada de trabalho .....	236
Quadro 53 -	Salário nominal, salário real e salário relativo .....	238
Quadro 54 -	Mais valia e taxa de mais-valia .....	238
Quadro 55 -	Valor do material monetário e padrão de preço.....	241
Quadro 56 -	Estudo de casos vinculados à variação do valor do material monetário.....	242
Quadro 57 -	Valor da força de trabalho e jornada de trabalho.....	242
Quadro 58 -	Salário nominal e salário relativo.....	243
Quadro 59 -	Salário nominal, salário real e salário relativo em xelins constante do caso original.....	243
Quadro 60 -	Mais valia e taxa de mais-valia (caso 1).....	243
Quadro 61 -	Salário nominal e salário relativo .....	244
Quadro 62 -	Salário nominal, salário real e salário relativo em xelins constante do caso original.....	245
Quadro 63 -	Mais valia e taxa de mais-valia (caso 2).....	245

## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b> .....	v
<b>ABSTRACT</b> .....	vi
<b>LISTA DE QUADROS</b> .....	vii
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>1. A FUNÇÃO DE MERCADORIA DA FORÇA DE TRABALHO</b> .....	18
1.1. A TRANSAÇÃO DA MERCADORIA FORÇA DE TRABALHO.....	18
1.2. DETERMINAÇÃO ESPECIAL DO VALOR DA MERCADORIA FORÇA DE TRABALHO.....	31
1.3. SOBRE A REALIZAÇÃO MONETÁRIA DO VALOR DA MERCADORIA FORÇA DE TRABALHO: PREMISSA E JUSTIFICATIVA.....	51
1.4. A IGUALDADE, LIBERDADE E HARMONIA NAS TRANSAÇÕES DE MERCADORIA FORÇA DE TRABALHO E AS SUAS PRIMEIRAS CRÍTICAS.....	57
<b>2. A MAIS-VALIA E OS NEXOS INTERNOS DA JORNADA DE TRABALHO</b> .....	64
2.1. MAIS-VALIA ABSOLUTA: PREMISSAS E PROCESSO DE FORMAÇÃO.....	64
2.1.1. Premissas e justificativas.....	64
2.1.2. Ilustração e resultados.....	69
2.2. A MAIS-VALIA RELATIVA.....	90
2.2.1. Mais-valia relativa e mais-valia extra.....	90
2.2.2. Métodos particulares de produção de mais-valia relativa.....	99
2.2.3. A maquinaria e a determinação do valor da força de trabalho.....	114
2.2.4. Novas determinações para a função dos capitalistas e para o capital mínimo .....	118
2.3. CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A DUPLA NATUREZA DA MERCADORIA FORÇA DE TRABALHO E A TRANSIÇÃO PARA A FORMA-SALÁRIO.....	120
<b>3. A FORMA-SALÁRIO</b> .....	127
3.1. TRANSFIGURAÇÃO DEFORMADA DO VALOR DA FORÇA DE TRABALHO EM SALÁRIO .....	127
3.2. NECESSIDADE DA FORMA-SALÁRIO .....	139
3.3. A SEÇÃO SOBRE OS SALÁRIOS NO CONTEXTO DO LIVRO I DE <i>O CAPITAL</i> .....	147
<b>4. O MOVIMENTO DOS SALÁRIOS</b> .....	156
4.1. PROLONGAMENTO EXCESSIVO DA JORNADA DE TRABALHO E O MOVIMENTO DOS SALÁRIOS. INTENSIDADE E PRODUTIVIDADE CONSTANTES.....	158
4.1.1. Condições e motivações para o sobretrabalho extensivo.....	158
4.1.2. Variação da extensão da jornada e os salários.....	166
4.1.3. O salário por tempo e o sobretrabalho excessivo.....	186
4.1.4. O salário por tempo e o subemprego.....	196
4.1.5. Considerações finais.....	201
4.2. PRODUTIVIDADE VARIÁVEL. DURAÇÃO E INTENSIDADE CONSTANTES.....	204
4.3. VARIAÇÃO DOS SALÁRIOS E DA INTENSIDADE.....	220
4.3.1. Motivações para a intensificação do trabalho.....	220
4.3.2. Variação da intensidade antecedida por aumento na produtividade do trabalho e redução da extensão da jornada (Simulação I).....	225
4.3.3. Variação da intensidade antecedida por diminuição na produtividade do trabalho. Extensão constante da jornada (Simulação II).....	235
4.3.4. Breves considerações sobre o salário por peça.....	238
4.4. VARIAÇÃO DO VALOR DO DINHEIRO. JORNADA DE TRABALHO (DURAÇÃO E INTENSIDADE) E PRODUTIVIDADE CONSTANTES.....	240
4.5. CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE CERTOS ASPECTOS DO MOVIMENTO DOS SALÁRIOS EM SEU CONJUNTO.....	246
<b>CONCLUSÃO</b> .....	251
<b>REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA</b> .....	271

## INTRODUÇÃO

O objeto de reflexão crítica desta tese é a teoria da forma-salário no pensamento de Marx. Na concepção deste autor, o trabalhador assalariado é *livre* possuidor da mercadoria força de trabalho (complexo de qualidades presentes em sua personalidade) quer porque se encontra privado das condições necessárias à realização do trabalho quer porque goza da liberdade econômica de ele próprio transacioná-la no mercado, impelido unicamente por suas carências vitais. A mercadoria força de trabalho tem seu valor determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário à produção dos meios de subsistência que mantêm o portador da força de trabalho como assalariado duplamente livre em dada época e país. A quantia monetária pela qual o trabalhador é pago consiste no seu salário. Contudo, entre o valor da mercadoria força de trabalho e o salário estabelece-se uma tensa relação entre conteúdo e forma de expressão. O salário exprime o seu conteúdo imanente de maneira *direta*. Os elos intermediários pelos quais o valor da força de trabalho vincula-se ao salário são ocultos por sua forma de representação, de sorte que não se reconhece imediatamente, pelo modo de expressão salarial, que o trabalhador vende, de fato, força de trabalho e nem que o valor desta mercadoria peculiar deva cobrir as necessidades físicas e sociais do assalariado livre. A contradição entre conteúdo e sua representação direta aparece de maneira prática no movimento dos salários, através do qual em algumas situações específicas a forma-salário não apenas acoberta os elos intermediários que deveriam ligá-la a seu conteúdo como efetivamente os suprime.

A literatura que se debruçou sobre o problema dos salários na teoria de Marx pode ser dividida, grosso modo, em duas linhas de interpretação principais. A primeira, que tem como destacados expoentes Lapedes (2008), Ábalos ([1949] 1997-98) e outros<sup>1</sup>, empenhou-se em pesquisar as fontes primárias da teoria dos salários de Marx mediante revisita aos seus primeiros estudos econômicos nos anos 1840 e 1850, nos quais se observaram as críticas iniciais à economia política clássica, a preocupação já presente na reflexão original com a determinação do nível dos salários pelo custo de reprodução do trabalhador, cuidando por demonstrar que a concepção de subsistência do jovem pensador não a limitava ao âmbito das necessidades físicas, mas que incluía particularidades sociais do operário como pessoa que

---

<sup>1</sup> Como exemplo, Ramirez (2007) e Levrero (2013).

vive em determinado contexto histórico-nacional<sup>2</sup>. Esta vertente de interpretação prossegue sua pesquisa conceitual pela revisita das obras da maturidade teórica de Marx, destacando, especialmente, o papel do exército industrial de reserva como regulador do movimento geral dos salários. Chama atenção que esta vertente de estudo em momento algum examina o salário na perspectiva *da forma* de expressão do valor ou preço da força de trabalho, como *ensina Marx na seção VI do Livro Primeiro*, sugerindo, com isso, entendimento de que o conteúdo coincide imediatamente com a sua representação. Desse modo, não se cogita que o salário representa sim o valor da força de trabalho, porém de modo velado através da figura irracional do *preço de trabalho*. Por esta figura, o salário é pagamento pelo trabalho realizado, de sorte que a jornada aparece como totalidade homogênea e indistinta. Inversamente, para a vertente de estudo mencionada, o salário é outra designação para o *preço da força de trabalho*<sup>3</sup>, com o que é tacitamente admitido que entre ambos inexista incongruência *qualitativa*<sup>4</sup>. A questão de o salário representar o valor da força de trabalho, ocultando as conexões internas da jornada de trabalho é, então, ignorada na sua *razão, necessidade e implicação*. Demais, ao deixar-se de lado o salário como consciência falsa e invertida da relação-capital, renuncia-se, igualmente, a compreender diversos aspectos importantes do movimento cotidiano dos salários.

Neste particular, o trabalho de Lapidès (2008) é exemplar da interpretação aqui aludida em suas linhas gerais. Trata-se, possivelmente, da obra mais abrangente já escrita sobre os salários em Marx. Nela observa-se notável esmero em reunir as reminiscências do pensamento de Marx sobre os salários, o conceito de subsistência, a influência decisiva de Ricardo, sem deixar, inclusive, de lado as contendas e polêmicas travadas pelo jovem Marx com alguns expoentes da escola clássica da economia política (LAPIDÈS, 2008, capítulo 2 até o capítulo 7). Lapidès também se lança em revista das obras da maturidade de Marx com o intuito de destacar, em relação às reflexões da juventude deste pensador, as principais mudanças de concepção que passaram, então, a presidir o seu pensamento adulto, especialmente a partir dos *Grundrisse* e dos *Manuscritos de 1861-1863* até culminar no Livro Primeiro de *O Capital* (LAPIDÈS, 2008, capítulos 8 ao 10). Entretanto, as referências à

---

<sup>2</sup> “Although Marx’s critique appears only to emphasize or make explicit what is already found in the wage doctrine of political economy, he also begins to go beyond conventional analysis in the area concept of socially determined needs and relative wages.” (LAPIDÈS, 2008, p.123, grifo nosso).

<sup>3</sup> “The monetary expression, i.e. the price of the commodity labor power, is called the wage.” (LUXEMBURG, Rosa [1907-1914] 2013, s.p.).

<sup>4</sup> “But here, in the *price of labour* there would be a *qualitative* incongruence.” (MARX, [1863-1864] 1994a, p.395)

forma-salário que estão presentes abundantemente nos *Manuscritos de 1861-1863* e na seção VI do Livro I de *O capital* são mencionadas apenas de passagem por Lápides. Por outro lado, nos *Manuscritos de 1861-1863*<sup>5</sup>, Marx elaborou incontáveis exercícios numéricos ilustrativos de situações possíveis para o movimento dos salários que sugeriam que o preço do trabalho não apenas dissolve as conexões conceituais internas da jornada como também, em alguns casos, as suprime na prática. É o que acontece caracteristicamente no sobretrabalho extensivo e também na situação de subemprego, na qual a receita salarial alcançada pela aplicação de subjornadas extingue até mesmo o limite mínimo da jornada de trabalho que governa a reprodução normal do trabalhador. Lápides não se reporta a tais simulações, limitando-se a afirmar que os salários movimentam-se em torno do valor da força de trabalho, para o qual tendem a nivelar-se no longo prazo (LAPIDES, 2008, p. 198). Na medida em que, nesta ótica defendida por Lápides, os salários são uma denominação alternativa para o *preço da força de trabalho*<sup>6</sup>, torna-se, conseqüentemente, ocioso saber se a quantia monetária recebida pelos trabalhadores realmente exprime a conexão entre trabalho necessário e trabalho excedente bem como irrelevante indagar a tomada de consciência deles de tal conexão e o modo como reagem a ela.

Por outro lado, a segunda linha de interpretação (encabeçada por Harvey (1983), Giussani; Vale (1992) e outros<sup>7</sup>) admite a forma-salário, ou seja, enquanto modo de representação, os salários não mostram imediatamente o trabalhador como vendedor, de fato, de força de trabalho e nem a quantia monetária recebida por ele como exprimindo visivelmente os nexos internos à jornada de trabalho. A segunda linha de interpretação reconhece a forma-salário como manifestação direta do valor da força de trabalho, entendido este último como *forma essencial ou conceitualmente racional*<sup>8</sup>. Contudo, esta vertente interpretativa peca por *apenas apresentar* o conceito da forma-salário sem a preocupação, de mesmo sucintamente, estudá-lo através da derivação do conteúdo que justamente a forma-salário oculta e dissimula. A forma-salário representa o trabalhador como vendedor de

---

<sup>5</sup> Especialmente no item *h* (da seção que trata da mais-valia relativa) denominada de “Relative and Absolute Surplus Value” (MARX, [1861-1863]1994b, p.64-86).

<sup>6</sup> “Wages are the price of labor power [...]” (LAPIDES, 2008, p. 195).

<sup>7</sup> Cite-se, principalmente, Weeks (1981), Harvey, P. (1983), Altvater (1987), Giussani; Vale (1992), Saad Filho (2001) e Baronian (2013).

<sup>8</sup> “In the world of appearances constituted by commodity relations, the wage seems to pay not for labor power but rather for labor, not for a fraction but for the whole of the working day. Through the wage form, a certain amount of money with a certain number of hours of work, the value of the commodity labor power is transformed into the price of labor, as a ‘service’ rendered by the worker to the owner of capital.” (GIUSSANI; VALE, 1992, p.16).

trabalho e, assim, encobre a conexão interna à jornada de trabalho, através da qual o capital concede permissão ao trabalhador de manter sua força de trabalho condicionada ao fornecimento de mais-trabalho. A segunda vertente não se coloca também a questão da necessidade da forma-salário enquanto consciência social invertida e falsa que a torna funcional para a reprodução do sistema capitalista. Em outras palavras, a segunda vertente admite textualmente que o salário é forma de representação, mas não se ocupa, mesmo brevemente, em expor o conteúdo imanente da forma-salário e, conseqüentemente, explicar o que essa manifestação direta trata de exprimir e dissimular e nem medita sobre a funcionalidade do salário como representação falsificada. Não por acaso, algumas de suas considerações sobre o movimento dos salários, especialmente concernentes a situações de sobretrabalho extensivo, mostram-se limitadas e parciais justamente pela falta de um estudo prévio sobre a função mercadoria da força de trabalho e da ausência de reflexão sobre o papel das ilusões da forma-salário para o entendimento do movimento dos salários. As referências aos *Manuscritos de 1861-1863* e à seção VI do Livro Primeiro, obras onde se encontram extensas ponderações de Marx acerca da forma-salário, praticamente inexistem.

Em suma, a literatura que discute o problema dos salários na teoria de Marx falha, como na primeira linha de interpretação mencionada, por ignorar a forma-salário, fundamentando sua análise numa identidade imediata entre o preço *da força de trabalho* e salário. Quando reconhece a forma-salário, como na segunda vertente interpretativa, não é capaz de tirar as conseqüências dessa perspectiva no momento em que examina o movimento dos salários<sup>9</sup>. A presente tese pretende preencher as lacunas citadas no tratamento da *questão salarial no pensamento maduro de Marx*, primeiramente reconstituindo *passa a passo* o processo pelo qual o valor da força de trabalho se metamorfoseia em salário. Essa reconstituição ampara-se na linha expositiva do Livro Primeiro de *O capital*, porque foi nesta obra que Marx sistematizou seu pensamento acerca da forma-salário. Nos *Manuscritos de 1857-1858 ou Grundrisse*, Marx não expõe propriamente uma teoria sistemática sobre a forma-salário, visto que, nesta obra, emprega o entendimento geral de que a força de trabalho é uma mercadoria vendida por seu valor. Entretanto, é nos *Grundrisse* que, pela primeira vez (MANDEL, 1971; ROSDOLSKY, [1968] 2001), apresenta os condicionantes para a vigência do trabalho assalariado livre, investiga conscienciosamente a determinação do valor da

---

<sup>9</sup> Giussani; Vale (1992) admitem essa deficiência no tratamento da questão salarial: “Marx deals with the price of labor in the whole of section 6 of the first volume of Capital. Albeit rather neglected, the wage form (price of labor) is rather important in order to explain the movement of the wage level.” (GIUSSANI; VALE, 1992, p.26, nota 12)

mercadoria força de trabalho e discute os nexos internos da jornada de trabalho. Não obstante manifestasse frequentemente a premissa de a mercadoria força de trabalho ser vendida por seu valor e que o problema dos salários devesse ser elucidado numa pesquisa à parte, Marx chama atenção, em determinada passagem dos *Grundrisse*, para um aspecto dominante da forma-salário, quando alerta que a realização monetária do valor da força de trabalho *dissimula* a divisão interna da jornada numa totalidade inteiramente paga (MARX, [1857-1858] 2011, p.647). Com efeito, é nos *Manuscritos de 1861-1863* que Marx apresenta o conceito da forma-salário como manifestação direta do valor da força de trabalho. Valendo-se do conhecimento do valor da mercadoria força de trabalho, chamado por ele de "forma conceitual" (MARX, [1861-1863] 1994a, p.82), o autor aponta criticamente as ilusões e falsificações que cercam os salários. Por outro lado, Marx concebe a forma-salário como uma *ilusão necessária*, uma tomada de consciência que exprime, embora de maneira deformada, uma realidade existente (MARX, [1861-1863] 1994b, p.77). Com isso, Marx denuncia as dissimulações da forma-salário a partir da derivação do seu conteúdo sem negar a necessidade e funcionalidade da forma-salário, isto é, que se trata de uma forma de consciência social que *nasce da realidade existente e se interage com ela*. Marx também nos *Manuscritos de 1861-1863* sugere inúmeros casos possíveis a partir de ilustrações numéricas que simulam o comportamento dos salários. O pensador, entretanto, se limitou a descrever os resultados, deixando, pois, *em aberto* o exame mais detalhado desse material a partir da perspectiva da *forma-salário*. Não obstante o caráter de obra inacabada (reconhecido pelo curso da exposição teórica atravessado por digressões que suspendem e intercalam a investigação conceitual numa sucessão *surpreendente* de pensamentos que *desafia e maravilha* o leitor com sem-número de dificuldades), Marx apresenta, nos *Manuscritos de 1861-1863*, a concepção da forma-salário com mais acuidade analítica e com maior riqueza de simulações ilustrativas do que a exposta no Livro I de *O capital*, cujas ideias na seção VI, frequentemente, remetem, de modo conciso e sutil, às conclusões expostas naqueles esboços originais.

A presente pesquisa ocupa-se com duas questões inter-relacionadas: 1) estudar como o valor da força de trabalho e a divisão da jornada em partes paga e não paga convertem-se em forma-salário, derivação que expressa a jornada como totalidade indivisa e inteiramente paga através da figura do preço do trabalho; 2) compreender a forma-salário como tomada de consciência social prática da relação-capital que influi sobre o próprio movimento cotidiano dos salários. A hipótese é a de que a reconstituição do processo de transformação do valor da força de trabalho em preço do trabalho permite verificar as ilusões e falsidades produzidas nessa metamorfose, as quais conferem aos salários imagem transmutada e transfigurada do



assalariamento. Por outro lado, o desenvolvimento do conceito da forma-salário revela que a aparência gerada pela figura do preço do trabalho ou salário consiste numa tomada de consciência necessária da relação social de produção (trabalhadores e capitalistas), através da qual os seus agentes conduzem na prática seu intercâmbio mútuo. Nesse sentido, confluem no movimento do preço do trabalho, de um lado, o empenho do capital de pressionar o salário nominal para os níveis mais ajustados com a majoração da taxa de mais-valia e, de outro, a função necessária de consciência social da forma-salário pela qual os trabalhadores concebem os seus rendimentos monetários como *preço do trabalho* e, logo, como consoantes com o grau de extensão, intensidade e eficiência do seu trabalho realizado na jornada.

A reconstituição do conteúdo da forma-salário, a conversão do valor da força de trabalho em preço do trabalho e, finalmente, o movimento dos salários constituem o procedimento analítico do pensamento de Marx - que o presente estudo objetiva resgatar e analisar- para o tratamento da questão salarial<sup>10</sup>.

Para alcançar tal objetivo, este estudo está dividido em quatro capítulos. No capítulo 1, estuda-se a mercadoria força de trabalho com a preocupação de registrar formulações de Marx presentes em várias obras de sua maturidade intelectual, especialmente *Grundrisse*, *Manuscritos de 1861-1863*, *Manuscritos de 1863-1864* e os Livros de *O Capital*: a dupla liberdade do trabalhador assalariado e o valor da força de trabalho são os dois assuntos principais. No capítulo 2, estuda-se o processo de formação da mais-valia em suas modalidades absoluta e relativa. Neste capítulo, expõe-se a teoria da jornada de trabalho e sua divisão em partes qualitativamente distintas e mutuamente conexas. Os capítulos 1 e 2, valendo-se das ideias apresentadas na produção intelectual madura de Marx, buscam derivar o conteúdo imanente da forma-salário para mostrar que o trabalhador é, de fato, vendedor de força de trabalho, mercadoria (como outra qualquer) portadora de valor de uso e valor. Enquanto o valor de uso específico da mercadoria força de trabalho consiste na circunstância de sua utilização gerar para o seu comprador mais valor do que custou sua reprodução, o valor de troca da mercadoria força de trabalho corresponde ao valor dos meios de subsistência necessários à reprodução diária da vida do trabalhador. O vendedor de força de trabalho só realiza o seu valor de troca se esta mercadoria proporcionar ao seu comprador o valor de uso específico de fornecer mais-valor do que custou sua reprodução. Por outro lado, o comprador

---

<sup>10</sup> Em concordância com expresso por Altvater: "Mas a *exposição e o desenvolvimento da forma-salário*, só representa uma parte da teoria marxiana do salário. A outra parte diz respeito ao *movimento do salário* no processo de reprodução capitalista." (ALTVATER, 1987, p.39, grifo nosso).

só usufruirá do valor de uso específico da mercadoria força de trabalho se pagar ao trabalhador o necessário à sua reprodução. Esse duplo caráter da mercadoria força de trabalho reflete-se na divisão da jornada em uma parte necessária, que equivale à reprodução do valor da força de trabalho, e em uma parte excedente, a qual é dedicada à formação da mais-valia. Há entre essas partes da jornada um nexo conceitualmente insuprimível que consiste no produtor direto só poder dedicar tempo necessário à reprodução de sua vida desde que execute mais-trabalho ao proprietário capitalista dos meios de produção. O mesmo nexo é válido para o capitalista que só pode apropriar-se do mais-trabalho contido na jornada de trabalho excedente se reservar ao trabalhador uma jornada de trabalho necessária (que antecede à execução do mais-trabalho) para a reprodução da vida material deste último. A forma-salário oculta essa dupla natureza da mercadoria força de trabalho e a correspondente divisão da jornada de trabalho em partes funcionalmente distintas e mutuamente vinculadas. Razão pela qual se julgou importante presumir-se nos dois referidos capítulos que a extensão e intensidade da jornada tenham uma dimensão normal. Com esse procedimento, pode-se abstrair a duração de vida do trabalhador (inversamente relacionada com a extensão e intensidade da jornada de trabalho) e determinar com razoável precisão a repartição da jornada nos seus dois componentes distintos bem como refletir sobre os nexos conceituais que os ligam indissolivelmente.

O capítulo 3 versa sobre a forma-salário, cuja apresentação obedece a seguinte ordem expositiva. Primeiramente, estuda-se como se dá a conversão do valor da força de trabalho em preço do trabalho ou salário. Em seguida, estuda-se a partir do conteúdo imanente desvendado nos capítulos 1 e 2 o que há de ilusório, falso e mistificador na forma-salário e que lhe concedem função de consciência social prática da realidade (seção 3.1). Finalmente, procura-se entender a *necessidade* da forma-salário (seção 3.2). Na medida em que a figura do preço do trabalho exprime contraditoriamente uma realidade existente, visa-se encontrar na expressão falsificada e ilusória da forma-salário uma significação econômica que revele o seu papel funcional no processo de produção do capital. Por outro lado, é sob a forma-salário que os trabalhadores e capitalistas tomam consciência da relação-capital e conduzem praticamente suas transações reais. Efetua-se, então, reflexão acerca da necessidade e funcionalidade da forma-salário enquanto tomada de consciência social prática da realidade capitalista, cujas conclusões servirão de lastro para a análise do movimento cotidiano dos salários a ser realizada no capítulo seguinte.

Por fim, o capítulo 4 estuda o movimento dos salários em relação à variação da jornada de trabalho (extensão e intensidade) e produtividade (nos ramos vinculados à

reprodução da classe trabalhadora). Parte-se do exame do sobretrabalho extensivo (seção 4.1) porque se trata de um expediente de elevação da taxa de mais-valia facilmente à disposição dos capitalistas. As especificidades do sobretrabalho extensivo são reconhecidas graças ao entendimento da forma-salário. O movimento dos salários é também estudado supondo jornada de trabalho de extensão dada. Para alcançar uma taxa de mais-valia igual ou superior àquela que obtinha quando a jornada de trabalho podia ser estendida desmesuradamente, o capital trata de desenvolver as forças produtivas (seção 4.2). Verifica-se que o salário real pode elevar-se não obstante declinarem as magnitudes absolutas e relativas do salário nominal. O desenvolvimento das forças produtivas torna possível sancionar as reivindicações da classe operária de redução da jornada de trabalho. O movimento dos salários é analisado admitindo-se intensidade variável (seção 4.3). Verificam-se, então, as especificidades do sobretrabalho intensivo. Marx também supõe queda da produtividade (nos ramos vinculados à reprodução da classe operária) a qual suscita incremento da intensidade como mecanismo de preservação da taxa de mais-valia ou de defesa da magnitude absoluta da mais-valia efetiva. Finalmente, estuda-se o movimento dos salários presumindo-se depreciação do padrão de preço decorrente do aumento da produtividade do setor produtor do material monetário (ouro).

## 1. A FUNÇÃO DE MERCADORIA DA FORÇA DE TRABALHO

### 1.1. A TRANSAÇÃO DA MERCADORIA FORÇA DE TRABALHO

A forma-salário é caracterizada por Marx como representação de um determinado conteúdo intrínseco. A análise dos salários pela *forma* deve, pois, principiar pela exposição de seu conteúdo imanente que é a mercadoria força de trabalho, e, por conseguinte, partir da transação mais simples e isolada no tempo envolvendo o capitalista e o trabalhador assalariado livre.

Nessa transação, o trabalhador assalariado é o possuidor da força de trabalho como mercadoria. A força de trabalho consiste num conjunto de força física, habilidades, experiências, saberes teóricos e práticos existentes na pessoa do trabalhador e que ele põe em ação quando trabalha<sup>11</sup>. Com efeito, o trabalho assalariado é uma determinação social especificamente histórica do trabalho, querendo isso dizer que existiram antes dele outras figuras sociais do trabalho correspondentes a estruturas econômicas determinadas como a servidão e a escravidão (cuja investigação não é propósito deste estudo desenvolver)<sup>12</sup>. Mas quer ainda dizer que para a força de trabalho ser vendida como mercadoria e, assim, o

---

<sup>11</sup> As passagens abaixo presentes nos *Grundrisse, Manuscritos de 1861/1863* e em *O capital* ilustram essa concepção de Marx em diversos momentos da evolução de seu pensamento econômico: "O valor de uso que o trabalhador tem para oferecer ao capitalista, portanto, que em geral ele tem para oferecer a outros, não está materializado em um produto, não existe de qualquer maneira fora dele, logo, não existe realmente, mas só potencialmente, como sua capacidade" (MARX, [1857-1858], 2011, p. 207). "Pois o valor de uso que oferece existe somente como aptidão, capacidade de sua constituição corpórea; não existência fora dela"(MARX, [1857-1858] 2011, p. 221) "Instead, the sole commodity he has to offer, to sell, is precisely his living labour capacity, present in his own living corporeity" (MARX, [1861-1863]1988a, p.37) "A further antithesis is this: in contrast to money (or value in general) as *objectified labour*, labour capacity appears as a capacity of the living subject; the former is past labour, labour already performed, the latter is future labour, whose existence can only be the living activity, the currently present activity of the living subject itself."(MARX, [1861-1863]1988a, p.41). "Por força de trabalho ou capacidade de trabalho entendemos o complexo das capacidades físicas e mentais que existem na corporeidade, na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento sempre que produz valores de uso de qualquer tipo" (MARX, [1867] 2013, p.242). "O próprio homem como mera existência de força de trabalho, é um objeto natural, uma coisa, embora uma coisa viva, autoconsciente, sendo o próprio trabalho a exteriorização material dessa força" (MARX, [1867] 2013, p.280). "Por sua vez, a força de trabalho é, antes de mais nada, matéria natural transferida ao organismo humano" (MARX, [1867] 2013, p.292 nota 27). "Lembremos que o valor diário da força de trabalho é calculada com base em sua duração média, ou na duração normal da vida de um trabalhador e na correspondente transformação normal - ajustada à natureza humana- da substância vital em movimento." (MARX, [1867] 2013, p. 594).

<sup>12</sup> Nai-Pew Ong realça a diferença entre o tratamento conceitual de trabalho assalariado em Ricardo e Marx: "For Ricardo, the specification of the subsistence of wage-labour is based, ultimately, on his overall conception of capitalist society as the natural state of man. Since subsistence is conceived of as the natural condition of the direct producer, Ricardo does not strive to investigate the conditions necessary to sustain the qualitative character of the wage-labourer as seller of labour-power. In other words, he presumes that the wage-labourer is always willing to offer its labour-power for sale in the labour market for whatever equilibrium real wage which may obtain there. Thus the only significant issue becomes merely that of its quantitative determination. In sharp contrast, Marx denies that the existence of wage-labour is the natural state of the direct producer." (ONG, 1980, p.265).

trabalho assumir a determinação social do trabalho assalariado deve-se cumprir algumas condicionalidades.

A primeira delas estabelece que o trabalhador assalariado seja livre das condições objetivas do trabalho. Como se disse, a força de trabalho é um complexo de qualidades existentes no trabalhador que, todavia, para manifestá-lo este produtor direto precisa ter à disposição os meios e materiais do trabalho (como ferramentas, instalações, matérias-primas e auxiliares) com os quais possa exercer sua atividade. Durante o processo em que "exterioriza" sua força de trabalho, o trabalhador mobiliza energias vitais de seu corpo e mente que demandam, para serem continuamente renovadas, o consumo de meios de subsistência passíveis de manter a pessoa no exercício da atividade assim como sustentá-la antes e depois da conclusão de seu trabalho<sup>13</sup>. No entanto, o trabalhador assalariado não possui essas condições materiais que asseguram o funcionamento de sua força de trabalho<sup>14</sup> e, por conseguinte, não pode nem produzir diretamente os meios de manutenção de sua vida nem lançar ao mercado produtos de seu trabalho a fim de viver do resultado de sua venda<sup>15</sup>. O trabalhador assalariado, desse modo, possui exclusivamente força de trabalho, de sorte que "em suas mãos, [ela] é apenas mercadoria vendável, mercadoria de cuja venda ele vive e que, portanto, constitui a única fonte de seu *revenue*..." (MARX, [1885]1988b, p.259)<sup>16</sup>. É nisso que consiste especificamente a liberdade do trabalhador<sup>17</sup>: desembaraçado por completo das

---

<sup>13</sup> "[...] o trabalhador é formalmente posto como pessoa, que ainda é algo por si *fora* de seu trabalho e só aliena sua expressão vital, como meio para sua própria vida" (MARX, [1857-1858] 2011, p. 226).

<sup>14</sup> "Diante do capital desenvolvido, o trabalho tem de estar como *puro valor de uso*..." (MARX, [1857-1858] 2011, p. 227).

<sup>15</sup> "A segunda condição essencial para que o possuidor de dinheiro encontre no mercado a força de trabalho como mercadoria é a que seu possuidor, em vez de poder vender mercadorias em que seu trabalho se objetivou, tenha, antes de oferecer como mercadoria à venda sua própria força de trabalho que existe apenas em sua corporeidade viva" (MARX, [1867] 2013, p.243).

<sup>16</sup> "A separação da propriedade do trabalho parece como lei necessária dessa troca entre capital e trabalho [...] Enquanto tal, o trabalho é não matéria-prima, não instrumento de trabalho, não produto bruto: trabalho separado de todos os meios e objetos de trabalho, separado de toda sua objetividade. O trabalho vivo existindo como abstração desses momentos de sua real efetividade (igualmente não valor): esse completo desnudamento do trabalho, existência puramente subjetiva, desprovida de toda objetividade." (MARX, [1857-1858] 2011, p. 229) "[...] outro pressuposto é a separação do trabalho vivo das condições objetivas de sua realização - do meio e do material do trabalho" (MARX, [1857-1858] 2011, p. 388) "Esses são, por um lado, pressupostos históricos para que o trabalhador seja encontrado como trabalhador livre, como capacidade de trabalho sem objetividade, puramente subjetiva, confrontada com as condições objetivas da produção como a sua não *propriedade*, como *propriedade alheia*, como *valor* existente por si mesmo, como capital" (MARX, [1857-1858] 2011, p.409).

<sup>17</sup> Observe-se a seguinte declaração de Dobb: "Before the law he is [assalariado] own master for wages, free to work or not as he pleases, free to hire himself for wages, or to work as an independent artisan if he prefers" (DOBB, 1948, p.5). Para Dobb, o trabalhador é "livre" porquanto pode *escolher* entre ser um artesão ou um assalariado. Entretanto, se "optasse livremente" pelo artesanato o trabalhador cessaria de ser livre para o capital, única acepção de liberdade que interessa à produção capitalista. A esse propósito consultar Simões (1979, parte II).

condições materiais para a realização das qualidades próprias de sua força de trabalho, ele está livre para colocá-la à venda ao capital<sup>18</sup>. Essa liberdade econômica confere ao assalariado algumas peculiaridades.

O trabalhador necessita dispor de sua força de trabalho regularmente no mercado em intervalos curtos o suficiente para, em troca de equivalentes monetários, comprar os meios de vida indispensáveis à sua existência como assalariado. Nada tendo além de sua força de trabalho, o trabalhador assalariado “vive da mão para a boca”<sup>19</sup>. Com efeito, é possível como vendedor veterano no mercado, o trabalhador tenha acumulado certa reserva monetária que o habilitaria a viver por certo período independentemente da venda imediata de sua força de trabalho. Mesmo assim, essas reservas monetárias são quantitativamente limitadas enquanto suas necessidades precisam ser constantemente renovadas; não podem, portanto, lhe proporcionar autonomia econômica por muito tempo. A alternativa de acumular estoques de meios de subsistência a fim de evitar recorrer regularmente à venda de sua força de trabalho lhe traria o ônus de assumir custos (para conservá-los em condições de uso) que não devem ser reduzidos, pois boa parte daqueles produtos consiste de mercadorias perecíveis. A existência material do trabalhador, por não possuir as condições objetivas do trabalho, é, por isso, precária<sup>20</sup>, condicionando-o a renovar os atos de venda de sua força de trabalho em prazos regulares e curtos<sup>21</sup>. No intuito de dispor de sua força de trabalho em condições

---

<sup>18</sup> "On the other hand, labour can only appear as wage labour once the specific conditions of its realisation, its own objective conditions, confront it as powers in their own right, alien property, value-being-for-itself and holding fast to itself, in short as capital." (MARX, [1861-1863] 1988a, p.114); "[...] e de, por outro lado, ser alguém que não tem outra mercadoria para vender, livre e solto, carecendo absolutamente de todas as coisas necessárias à realização de sua força de trabalho" (MARX, [1867] 2013, p.244).

<sup>19</sup> "[...]visto que a classe trabalhadora tem de viver da mão para a boca..." (MARX, [1885] 1988b, p.289). Como pode-se perceber pelo trecho a seguir, Rosa Luxembourg também sublinhou esse aspecto do assalariamento: "The only way, therefore, in which the commodity labor-power is initially distinguished from other commodities on the market is that it is inseparable from its seller, the worker, so that it cannot tolerate any long wait for buyers, otherwise it will disappear along with its bearer, the worker, for lack of means of subsistence, whereas most other commodities can tolerate a more or less long waiting-time quite well." (LUXEMBURG, [1907-1914] 2013, s.p.)

<sup>20</sup> "O trabalho como a *pobreza absoluta*: a pobreza não como falta, mas como completa exclusão da riqueza objetiva" (MARX, [1857-1858] 2011, p. 229-230). Sobre o conceito de precariedade no Primeiro Livro de *O Capital* e a utilização contemporânea deste termo na literatura econômica e sociológica de esquerda consultar Jonna; Foster (2016).

<sup>21</sup> "[...] The worker cannot wait until the product is sold. In other words, he does not have a *commodity* to sell, only his own labour. If he had *commodities* to sell, this would imply that in order to exist as a seller of commodities—since he does not live off the product and the commodity is not a use value for himself—he would always have to have in stock in the form of money as much of the commodities as he needs to live, to buy provisions, until his new commodity is finished and sold. Once again we have the same presupposition as in the first act, namely that the worker is faced, as mere labour capacity, with the objective conditions of labour, which include both his means of subsistence—the means to living while he works—and the conditions for the realisation of his labour itself. Under the pretext of reasoning out of existence the first relation on which everything depends, and which is decisive, it is thus re-established." (MARX, [1861-

normais para venda, oferecendo-a no mercado no grau normal de qualidade, o trabalhador obriga-se a continuamente reproduzir sua existência como pessoa<sup>22</sup>.

Não basta para caracterizar o trabalho assalariado a circunstância de ser privado dos meios de produção e de subsistência. A escravidão, que é outra determinação social do trabalho, atendia plenamente esse requisito, visto que o produtor direto era uma pessoa também absolutamente livre das condições objetivas exigidas à atuação de sua força de trabalho. Mas o escravo não era completamente livre para o capital, porque lhe faltava a propriedade sobre a sua força de trabalho que é o complemento necessário para essa liberdade específica. O escravo não dispõe de si mesmo e, tampouco, de sua força de trabalho, estando no mercado coagido contra sua vontade por um intermediário mercantil que negocia não apenas sua força de trabalho como também sua pessoa como mercadoria<sup>23</sup>. Ao contrário, o trabalhador assalariado é uma pessoa livre, posto exercer domínio sobre sua força de trabalho<sup>24</sup>, de modo que no momento em que se dirige ao mercado o faz voluntariamente, impelido apenas pela necessidade de comerciar sua força de trabalho no intuito de obter equivalente monetário para, em outro mercado, comprar os meios de subsistência de que carece viver. Motivado por razão exclusivamente econômica, o próprio trabalhador assalariado é quem negocia a força de trabalho como sua propriedade com o capitalista. Entre ambos vige uma relação de dependência estritamente econômica, com o trabalhador ansiando vender sua força de trabalho para, em troca, receber meios monetários que lhe permitam adquirir aqueles artigos (caso não fosse sua "pobreza absoluta" ele mesmo os produziria) para suportar sua vida material. Por outro lado, o capitalista, para dar início a seu empreendimento

---

1863]1988a, 109); "(...) visto que a classe trabalhadora tem de viver da mão para a boca, portanto não pode dar longos créditos ao capitalista - é mister adiantar capital variável em dinheiro simultaneamente em inúmeros pontos localmente diversos da sociedade, por certos prazos curtos [...] em intervalos que se repetem com relativa rapidez..." (MARX, [1885] 1988b, p.289).

<sup>22</sup> "(...) uma vez que aqui se confronta com o capital como *trabalhador* e, por isso, como sujeito perene pressuposto (...) o trabalhador tem de consumir uma massa determinada de meios de subsistência, repor o sangue consumido etc." (MARX, [1857-1858] 2011, p.254).

<sup>23</sup> "Na relação escravista, o trabalhador pertence ao proprietário *singular, particular*, de quem é máquina de trabalho. Como totalidade de manifestação de energia, como capacidade de trabalho, o trabalhador é uma coisa pertencente a outrem e, por conseguinte, não se comporta como sujeito em relação à sua manifestação de energia particular ou à ação viva do trabalho." (MARX, [1857-1858] 2011, p.381-382).

<sup>24</sup> "Diante do capital desenvolvido, o trabalho tem de estar como *puro valor de uso* que é oferecido por seu próprio dono como mercadoria pelo capital, por seu valor de troca, que aliás, só devém efetiva na mão do trabalhador em sua determinação de meio de troca universal; caso contrário, desaparece" (MARX, [1857-1858] 2011, p. 227); "Antes de tudo, o primeiro pressuposto é que a relação de escravidão ou de servidão seja abolida. A capacidade de trabalho viva pertence a si mesma e dispõe, por meio da troca, da manifestação de sua própria energia"(MARX, [1857-1858] 2011 p.381).

e prosseguir no seu intento de valorizar seu capital, requer força de trabalho para ser utilizada na esfera de produção<sup>25</sup>.

O trabalhador assalariado pessoalmente comercia sua mercadoria força de trabalho, mas, aqui reside outra peculiaridade, aliena-a ao capitalista sem, todavia, abrir mão de sua propriedade. É outra particularidade da mercadoria força de trabalho que lhe dá atributos especiais em relação às demais mercadorias em circulação. No caso destas últimas, o vendedor, quando conclui transação, desfaz-se em definitivo da propriedade da mercadoria em favor do seu comprador. Pouco importa, além disso, à transação comercial já concluída qual utilização o comprador fará da mercadoria recém-possuída, pois esse consumo da mercadoria ocorrendo fora do ato de troca nada lhe diz respeito, sob a condição, obviamente, de que ela previamente satisfizesse alguma necessidade<sup>26</sup>. Em suma, o modo como o valor de uso é usufruído é um assunto privado do seu novo proprietário, sendo, por isso, irrelevante à relação econômica entre comprador e vendedor. O valor de uso aqui não representa "categoria econômica" fora do ato de troca<sup>27</sup> diferentemente do que acontece com a transação entre capitalista e trabalhador assalariado.

O trabalhador assalariado como livre proprietário de mercadoria<sup>28</sup> não se desfaz do "domínio" <sup>29</sup> sobre sua força de trabalho, cedendo-a ao capitalista, mas, de modo algum,

<sup>25</sup> . "As duas partes se defrontam como pessoas. *Formalmente*, sua relação é a relação igual e livre de trocadores [...] O que o trabalhador livre vende é sempre só uma medida determinada, particular, de manifestação de energia; acima de toda manifestação particular está a capacidade de trabalho como totalidade... O trabalhador vende a manifestação de força particular a um capitalista particular, com quem se defronta como *indivíduo independente*" (MARX, [1857-1858] 2011 p.381).

<sup>26</sup> "As far as *use value* is concerned, first of all, its specific content, its further determination, was completely irrelevant to determining the concept of the commodity. The article which was to be a commodity, and therefore a repository of exchange value, had to satisfy some social need; it therefore had to possess some useful qualities. *Voilà tout*" (MARX, [1863-1864] 1994b, p.388).

<sup>27</sup> "Na troca simples, na circulação, esse duplo processo não tem lugar. Se a mercadoria *a* é trocada pelo dinheiro *b* e este, em seguida, pela mercadoria *c destinada* ao consumo - o objeto original da troca para *a*-, a utilização da mercadoria *c*, seu consumo, se dá totalmente fora da circulação; não diz respeito à forma da relação; está situada fora da própria circulação, e é um interesse puramente material que só expressa uma relação do indivíduo *A*, em sua naturalidade, com um objeto de sua necessidade singular. O que ele faz com a mercadoria *c* é uma questão que está fora da relação econômica." (MARX, [1857-1858] 2011, p.214). "Na circulação simples, o processo se encerrava para a mercadoria singular quando, como valor de uso, chegava às mãos de seu destinatário e era consumida. Com isso, a mercadoria saía da circulação; perdia seu valor de troca, toda sua determinação formal econômica". (MARX, [1857-1858] 2011, p.243)

<sup>28</sup> "Accordingly, money can only buy *labour capacity* to the extent that the latter is itself offered for sale as a commodity, sold by its owner, the living possessor of labour capacity. The condition for this is first of all that the possessor of labour capacity should have the disposition of his own labour capacity, that he should be able to dispose of it as a commodity. For this to be possible, he must be its proprietor. Otherwise he could not *sell* it as a commodity." (MARX, [1861-1863]1988a, p.37); "Sob esse pressuposto, a força de trabalho só pode aparecer como mercadoria no mercado na medida em que é colocada à venda ou é vendida pelo seu próprio possuidor, pela pessoa da qual ela é a força de trabalho. Para vendê-la como mercadoria, seu possuidor tem de poder dispor dela, portanto, ser o proprietário de sua capacidade de trabalho, de sua pessoa" (MARX, [1867] 2013, p.242).



renunciando à sua propriedade. É claro que o trabalhador, como qualquer vendedor, aliena sua mercadoria ao comprador, mas diferentemente dos vendedores comuns não o faz em definitivo e sim por período determinado do dia ou jornada de trabalho<sup>30</sup>, durante a qual ainda conserva a posse de sua força de trabalho<sup>31</sup>. A força de trabalho é uma potencialidade inseparável do seu portador, só podendo ser exteriorizada com o trabalhador em ação na esfera produtiva. Se realmente vendesse sua força de trabalho como um ofertante ordinário, então o trabalhador abdicaria definitivamente da sua posse, e visto que a força de trabalho é um aspecto derivado da personalidade dele isso implicaria simultaneamente renunciar a sua própria liberdade econômica; o trabalhador deixaria, nessas circunstâncias, de ser um ofertante livre de mercadoria para se converter em um homem sob domínio do comprador, dele cativo não apenas no curso da jornada como também no restante do dia<sup>32</sup>. Cessaria, com isso, de "formalmente" ser uma pessoa que "ainda é algo por si *fora* de seu trabalho" (MARX, [1857-1858] 2011, p. 226).

Por outro lado, dizer que o trabalhador como possuidor livre de mercadoria ao cedê-la não renuncia a seu domínio é o mesmo que afirmar a responsabilidade que ele tem pela integridade da força de trabalho quer dentro quer fora do processo produtivo, de sorte que no momento em que ele negocia a alienação provisória de sua força de trabalho ao capitalista é obrigado a preocupar-se com o modo e a extensão de uso da mercadoria transacionada<sup>33</sup>. É

<sup>29</sup> "Em sua própria totalidade, a capacidade de trabalho aparece diante do trabalhador livre como sua propriedade, como um dos momentos sobre o qual ele exerce o *domínio como sujeito e que ele conserva ao alienar*" (MARX, [1857-1858] 2011, p.382, grifo nosso). "Como pessoa, ele tem *constantemente de se relacionar com sua força de trabalho como sua propriedade* e, assim, como sua própria mercadoria, e isso ele só pode fazer na medida em que a coloca à disposição do comprador apenas transitoriamente, oferecendo-a ao consumo por um período determinado, portanto, sem renunciar, no momento em que vende sua força de trabalho, a seus direitos de propriedade sobre ela" (MARX, [1867] 2013, p.242-243, grifo nosso).

<sup>30</sup> "[...] e aqui assumimos a jornada de trabalho como o quantum natural do tempo de trabalho que o trabalhador pode pôr à disposição; ele põe à disposição sua capacidade de trabalho somente um tempo determinado, isto é, por um tempo de trabalho determinado[...]" (MARX, [1857-1858] 2011, p.271); "The *day* itself can be characterised as the natural measure of labour's duration, and indeed in England the 12 hour day is called the "workingday." (MARX, [1861-1863]1988a, p.181); "[...] a jornada de trabalho é a unidade natural de medida do funcionamento da força de trabalho..." (MARX, [1885] 1988b, p.107).

<sup>31</sup> "A continuidade dessa relação requer que o proprietário da força de trabalho a venda apenas por um determinado período..." (MARX, [1867] 2013, p.242).

<sup>32</sup> "[...] se ele a vende inteiramente, de uma vez por todas, vende a si mesmo, transforma-se de um homem livre num escravo, de um possuidor de mercadoria numa mercadoria." (MARX, [1867] 2013, p.242).

<sup>33</sup> "O comprador e usuário de força de trabalho é o capitalista. Essencialmente, o uso que ele faz da mercadoria é mantê-la ativa durante o maior tempo possível. Em princípio, preferiria fazê-lo sem pagar nada além do mínimo de subsistência. Mas, como as horas excessivas tendem a exaurir o trabalhador mais rapidamente e abreviar sua vida, ele tenta opor-se às exigências do capitalista, invocando as leis da produção de mercadorias." (MORISHIMA; CATEPHORES 1980, p.134). Consultar também Morishima; Catephores (1980, p.134-135).

certo, todavia, que o trabalhador ao vender sua força de trabalho ignora<sup>34</sup> que o consumo dela (em dadas condições sociais médias) proporciona valorização do capital e que é este o valor de uso específico da mercadoria transacionada de interesse de seu comprador<sup>35</sup>. Essa espontânea indiferença do trabalhador aos resultados do processo de valorização como um assunto que não lhe diz respeito não pode, entretanto, se estender ao uso propriamente dito da força de trabalho pelo capitalista durante o ato produtivo. A razão disso está associada à peculiaridade da mercadoria força de trabalho. Ora, o trabalhador possui unicamente a força de trabalho como meio de existência, de maneira que para reproduzir continuamente a própria vida material ele precisa renovar a sua venda. É imprescindível para tal ocorrer que a força de trabalho seja ofertada diariamente no grau normal de vitalidade, força e saúde. Do contrário, perante uma força de trabalho inepta e debilitada, o capitalista optará, sempre que possível, por outro ofertante, comportando-se, nesse caso, como qualquer comprador cioso da qualidade da mercadoria transacionada. Com efeito, o grau normal de qualidade da força de trabalho depende, em parte, da extensão e intensidade da jornada, razão pela qual o uso da força de trabalho não condizente com a constante oferta normal dessa mercadoria limitaria a margem de negociação do trabalhador no mercado e, conseqüentemente, lhe prejudicaria as chances de renovar a sua venda. O trabalhador somente pode viver da venda de sua força de trabalho enquanto esta representar valor de uso para o capital<sup>36</sup>. A condição de assalariado "absolutamente pobre" obriga, então, o trabalhador a observar o uso de sua força de trabalho a fim de que ela continue a representar para ele mercadoria sempre comercializável<sup>37</sup>. De outro lado, o consumo de força de trabalho adequado à reprodução normal dessa mercadoria interessa igualmente ao capitalista, pois este necessita que o trabalhador na esfera produtiva

---

<sup>34</sup> "Finalmente, o 'valor de uso' que o trabalhador fornece ao capitalista não é na realidade, sua força de trabalho, mas sua função, um determinado trabalho útil, como o trabalho do alfaiate, do sapateiro, do flandeiro, etc. Que esse mesmo valor, sob outro ângulo, seja elemento geral criador de valor - elemento que o distingue das demais mercadorias-, é algo que está fora do alcance da consciência ordinária" (MARX, [1867] 2013, p.611).

<sup>35</sup> "[...] these use values of which capital consists are conceptually determined by the activity of labour capacity, which consumes them) it follows that the actual specific product of capital, so far as it produces as capital, is *surplus value* itself and that in production by capital the *specific* product of labour, so far as capital incorporates labour, is not this or that product but *capital*." (MARX, [1861-1863]1988a, p.103)

<sup>36</sup> "Que o trabalho é sempre nova fonte da troca para o trabalhador enquanto ele está capacitado para o trabalho - mais precisamente, não da troca pura e simples, mas da troca com o capital - está implícito na própria determinação conceitual de que o trabalhador só vende a disposição temporária sobre sua capacidade de trabalho, que ele sempre pode, portanto, reiniciar troca tão logo tenha ingerido a quantidade suficiente de matéria para poder reproduzir sua expressão vital"(MARX, [1857-1858] 2011 p.228)."Uma soma de dinheiro igual ao capital variável constitui sua [do assalariado] receita, portanto seu *revenue*, que só dura enquanto ele [assalariado] puder vender sua força de trabalho ao capital" (MARX, [1885] 1988b, p.265).

<sup>37</sup> "O próprio consumo do valor de uso entra aqui no processo econômico, porque o próprio valor de uso é determinado aqui pelo valor de troca" (MARX, [1857-1858] 2011, p.244).

execute trabalho no dia seguinte em condições idênticas às do dia anterior, sendo, por isso, incontornável para ele a renovação do ato de compra de força de trabalho de qualidade normal para que seu negócio ocorra em bases permanentes.

Depreende-se disso que o valor de uso participa como categoria econômica<sup>38</sup> da relação-capital. Ambos os agentes da troca da mercadoria força de trabalho não podem se comportar com indiferença ao uso adequado da mercadoria transacionada tal como ocorre ordinariamente entre as mercadorias da circulação geral. O trabalhador porque, não renunciando à posse da mercadoria força de trabalho, deverá retornar no dia seguinte ao mercado para renovar a sua venda, interessando-lhe que a mercadoria ofertada mantenha as qualidades normais a fim de que possa continuar vivendo da transação dela. O capitalista porque interessa encontrar amanhã no mercado a mercadoria força de trabalho com as mesmas propriedades úteis do dia anterior. Na medida em que aliena sua força de trabalho por um período de funcionamento sem renunciar ao seu domínio, o trabalhador procurará negociar termos de uso da mercadoria transacionada (em duração e intensidade) harmônicas com a contínua oferta da força de trabalho de qualidade normal. Fará valer, ademais, seu interesse no próprio processo produtivo resistindo aberta ou veladamente<sup>39,40</sup> a mobilizar força

---

<sup>38</sup> "Aqui, inversamente, o valor de uso do que é trocado por dinheiro aparece como relação econômica particular, e a utilização determinada do que é trocado por dinheiro constitui a finalidade última de ambos os processos. Por conseguinte, isso já diferencia formalmente a troca entre capital e trabalho da troca simples - dois processos distintos." (MARX, [1857-1858] 2011, p.214); "In addition—and this is the essential point—the specific use value of the commodity and its realisation as use value concern the economic relationship, the determinate economic form itself, and are therefore relevant to our analysis. It can be pointed out here in passing that use value originally appears as a matter of indifference, as any material prerequisite one cares to choose. In the analysis of the commodity the real use value of the individual commodities is completely irrelevant, and the same therefore holds for the specific character of the commodities altogether." (MARX, [1861-1863]1988a, p.53-54); "(...)in the labour process itself capital appears as a real use value; i.e. as real consumption, for only in consumption is use value realised as use value; this process of the consumption of capital itself forms an economic relation, has a definite economic form and is not indifferent, falling outside the form, as in the concept of the mere commodity; these use values of which capital consists are conceptually determined by the activity of labour capacity, which consumes them..." (MARX, [1861-1863] 1988a, p.103); "The relation is modified, brings forth new social relations, through the specific nature of the commodity the worker has to sell and the peculiar manner in which the buyer consumes it, and equally the special purpose for which he buys it." (MARX, [1861-1863] 1988a, p.316) ; " It is different with the use value of the commodities which perform a function in the production process [...] The determination of the form of the use value is itself essential here for the development of the economic relation, the economic category." (MARX, [1863-1864] 1994b, p.388).

<sup>39</sup> Uma ilustração disso é fornecida por Taylor (1919) que testemunhou mecanismo de auto-defesa dos trabalhadores nos estabelecimentos americanos do final do século XIX quando dizia, exprimindo obviamente o ponto de vista do capital: "When the same workman returns to work on the following day, instead of using every effort to turn out the largest possible amount of work, in a majority of the cases this man deliberately plans to do as little as he safely can to turn out far less work than he is well able to do in many instances to do not more than one-third to one-half of a proper day's work. And in fact if he were to do his best to turn out his largest possible day's work, he would be abused by his fellow-workers for so doing, even more than if he had proved himself a 'quitter' in sport. Underworking, that is, deliberately working slowly so as to avoid doing a full day's work, 'soldiering', as it is called in this country, 'hanging it out' as it is called in England, 'ca canae'

de trabalho num ritmo e extensão que possam impedi-lo de continuar a vendê-la nas condições comercialmente habituais. Porém, é importante advertir que se abstrai, nesse momento da derivação do conteúdo da forma-salário, o mecanismo efetivo do mercado de trabalho mediante o qual os capitalistas impõem uma utilização da força de trabalho muitas vezes em desrespeito flagrante à sua integridade, contra a qual os trabalhadores *individualmente* pouco ou nada podem fazer. Nesse instante do estudo, encontra-se ainda ausente para o capitalista a ação desse mecanismo, de modo que para a caracterização inicial da mercadoria força de trabalho aqui desenvolvida tacitamente admite-se que os agentes da troca se defrontam como possuidores livres e iguais de mercadorias e que celebram a transação em conformidade com vantagens mutuamente reconhecidas<sup>41</sup>. Aqui vale a advertência de Marx feita ainda na seção I do Primeiro Livro: “A categoria do salário ainda não existe em absoluto nesse estágio de nossa exposição.” (MARX, [1867] 2013, p.122, nota15).

Vê-se, desse modo, que a mercadoria força de trabalho é especial, no sentido de distinta peculiarmente das mercadorias comuns, por vários motivos. A força de trabalho é um atributo que existe como capacidade inseparável do trabalhador, só se manifestando através da pessoa do produtor direto na esfera produtiva própria ao trabalho útil, ao passo que as mercadorias comuns são ofertadas materialmente independentes de seus ofertantes. Essa peculiaridade da mercadoria força de trabalho faz com que no ato de troca verifique-se apenas cessão nominal da força de trabalho, de modo que (ao contrário do que acontece na maioria das vezes nas transações mercantis corriqueiras) o capitalista não pode imediatamente dispor da mercadoria comprada após a celebração da troca. A cessão real da força de trabalho ocorre

---

as it is called in Scotland, is almost universal in industrial establishments, and prevails also to a large extent in the building trades; and the writer asserts without fear of contradiction that this constitutes the greatest evil with which the working- people of both England and America are now afflicted" (TAYLOR, 1919, p.13-14 ).

<sup>40</sup> Ao comentar a deliberada tentativa dos operários de reduzir a intensidade de trabalho nos sistemas pre-taylorianos, Coriat (1989) interpreta que se tratava de uma maneira de os trabalhadores preservarem sua força de trabalho numa época histórica do desenvolvimento capitalista na qual ainda inexistiam sistemas estatais de seguridade social: "Recordemos que esta pretendida 'holganza sistemática' uncubre de hecho, durante el período examinado, um modo de defensa desarrollado por la clase obrera a la vez contra el ('prolongando' el trabajo se prolonga el tiempo de ocupación remunerada) y contra el desgaste demasiado precoz de su fuerza, en una época en la que no existían nuestras modernas 'prestaciones indirectas'; em esas condiciones, cualquier accidente o enfermedad acarrea la expulsión pura y simples del proceso de producción y la perdida completa del salario" (CORIAT, 1989, p.24, nota 2).

<sup>41</sup> “Com base na troca de mercadorias, o primeiro pressuposto era de que capitalista e trabalhador se confrontassem como pessoas livres, como possuidores independentes de mercadorias, sendo um deles possuidor de dinheiro e de meios de produção e o outro possuidor de força de trabalho.” (MARX, [1867] 2013, p.469).

somente no ato de produção<sup>42</sup>, e com o trabalhador presente como personificação da força de trabalho ativa. Finalmente, nas transações comuns, o vendedor aliena em definitivo a posse da mercadoria. Como a mercadoria força de trabalho é uma disponibilidade existente no trabalhador, este último não pode abrir mão de vez da posse de sua mercadoria força de trabalho sem, com isso, renunciar à própria liberdade econômica. Como possuidor livre de mercadoria, o trabalhador cede provisoriamente sua força de trabalho<sup>43</sup> para uso condicionado numa jornada de dimensão e intensidade que assegure, dadas as demais circunstâncias, integridade da força de trabalho e sua oferta normal nos dias seguintes.

Em diversas passagens de seus escritos econômicos maduros, Marx registra, com o objetivo de salientar as peculiaridades do trabalho assalariado, que a dupla liberdade desse produtor direto concede qualidades produtivas à sua força de trabalho especialmente favoráveis ao desenvolvimento da produção capitalista. Tece comparações frequentes com outras determinações sociais do trabalho como o escravismo. Por exemplo, na medida em que não possuindo liberdade econômica de dispor sobre si mesmo, o escravo apenas executava trabalho no grau de intensidade exigido por seu proprietário sob violenta coação<sup>44</sup>. A produção escravagista a fim de fazer o produtor direto fornecer a quantidade de trabalho demandada era sobrecarregada por proibitivos custos de supervisão, situação que até poderia ser contornada com a possível introdução de equipamentos mais produtivos. Todavia, esse emprego de meios de trabalho mais produtivos e sofisticados era vedada pela própria natureza abertamente violenta da relação escravagista que levava o produtor direto a descuidar dos materiais de trabalho e mesmo destruí-los como reação desesperada pelo modo como era maltratado no seu trabalho. Além disso, o escravo era mantido por seu senhor, não tendo, por isso, motivo para se dedicar ao trabalho em troca da própria sobrevivência que já estava garantida, embora em condições sub-humanas<sup>45</sup>. Razão pela qual a produção escravagista era

---

<sup>42</sup> "Mas o trabalhador *pertence* ao capitalista depois daquela transação, que se conclui antes de começar o processo real de produção." (MARX, [1861-1863]1980a, p.300); "Da natureza peculiar dessa mercadoria específica, a força de trabalho, resulta que, com a conclusão do contrato entre comprador e vendedor, seu valor de uso ainda não tenha passado efetivamente às mãos do comprador." (MARX, [1867] 2013, p.248); "Por essa razão, a alienação da força e sua exteriorização efetiva, isto é, sua existência como valor de uso, são separadas por um intervalo de tempo." (MARX, [1867] 2013, p.248).

<sup>43</sup> "As he has sold his labouring power to the capitalist the owner *pro tempore* of his labouring power." (MARX, [1865]1985c, p.131).

<sup>44</sup> "He is [...] subjected to [...] external compulsion" (MARX, [1861-1863]1988a, p.204)

<sup>45</sup> "The slave, in contrast, has his essential requirements satisfied, like an animal, and it now depends on his natural disposition how far the whip, etc., is cause for him, an adequate motive for him, to provide labour in return for these means of subsistence. The worker works in order to create himself his means of subsistence, to gain his own life. The slave is kept alive by another person in order to be compelled by him to work." (MARX, [1861-1863]1988a, p.197); " [...] for the slave only works under the impulse of external fear, but

marcada por considerável desperdício de meios de produção e de força de trabalho assim como irremediavelmente resistente à modernização tecnológica de seu aparato material de produção<sup>46</sup>.

Inversamente, o trabalhador assalariado, como é vendedor livre de mercadoria, está interessado, por uma questão de sobrevivência econômica, na continuidade de suas relações comerciais com o capitalista, peculiaridade que o encoraja, por sua vez, sempre que possível oferecer força de trabalho de qualidade normal e aplicá-la na esfera produtiva segundo a intensidade exigida pelo seu empregador (e por hipótese de grau normal)<sup>47</sup>. De nenhum modo, a absurda violência da supervisão escravagista extrairia no mesmo intervalo de tempo a quantidade de trabalho fornecida pelo trabalhador assalariado<sup>48</sup>. A circunstância de o trabalhador ser proprietário de sua força de trabalho e viver exclusivamente da venda regular dela confere a seu trabalho grau de intensidade inédito na história econômica. Se o trabalhador livre não oferecer força de trabalho de qualidade normal e não fornecer trabalho de intensidade média perderá posição no mercado em confronto com outros fornecedores dessa espécie de mercadoria que concorrem com ele<sup>49</sup>. Isso, por sua parte, torna o trabalhador livre, porque movido por interesse próprio, mais diligente e aplicado no trabalho, feito que implica, para a produção capitalista, considerável diminuição nos custos de monitoramento da produção em relação à escravidão assim como favorece diminuição dos riscos de destruição passional de equipamentos e de materiais como ocorria na escravidão. E visto sua subsistência depender de a força de trabalho ser sempre negociável, o trabalhador livre se empenhará ao

not for *his own existence*, which does not belong to him [...]"(MARX, [1861-1863]1994b, p. 98); "He must try to get a rise of wages in the one instance, if only to compensate for a fall of wages in the other. If he resigned himself to accept the will, the dictates of the capitalist as a permanent economical law, he would share in all the miseries of the slave, without the security of the slave." (MARX, [1865]1985c, p.143).

<sup>46</sup> "Essa é uma das circunstâncias que encarecem a produção baseada na escravidão. Nesta, segundo a expressão certa dos antigos, o trabalhador é um *instrumentum vocale*, distinto do animal e da ferramenta morta. Mas ele mesmo faz questão de deixar claro ao animal e à ferramenta que não é um deles, mas um homem. Ele alimenta em si mesmo a convicção de sua diferença em relação a eles, tratando-os com impiedade e arruinando-os *con amore*. É por isso que, nesse modo de produção, vale o princípio econômico de empregar apenas os instrumentos de trabalho mais rudes e pesados, porém difíceis de danificar justamente em virtude desse seu irremediável desajeitamento" (MARX, [1867] 2013, p. 272 nota 17).

<sup>47</sup> "The *continuity* of the relation between slave and slaveholder is preserved by the direct compulsion exerted upon the slave. The free worker, on the other hand, must preserve it himself, since his existence as a worker depends on his constantly renewing the sale of his labour capacity to the capitalist." (MARX, [1861-1863]1994b, p. 99).

<sup>48</sup> "The whip of the slaveowner cannot produce this intensity to the same degree as the compulsion of the capital-relation." (MARX, [1861-1863]1988a, p.197).

<sup>49</sup> "The consciousness of free self-determination—of freedom—makes the latter a much better worker than the former, and similarly the feeling of responsibility; for, like every seller of a commodity, he is responsible for the commodity he provides, and he must provide it at a certain quality, if he is not to be swept from the field by other sellers of commodities of the same species."(MARX, [1861-1863]1994b, p. 98-99).



máximo para atender vantajosamente seus compradores, incluindo nisso cuidado com os meios de produção no intuito de evitar que eventuais danos causem prejuízos a sua reputação de vendedor de mercadoria e ocasionem posteriormente dificuldades à renovação dos atos de troca.

O trabalhador assalariado, como livre proprietário da mercadoria força de trabalho, não está obrigado a vincular-se por toda sua vida funcional a um mesmo capitalista, podendo escolher o comprador para o qual, em cada momento, considera vantajoso trabalhar<sup>50</sup>. Existe, pois, uma margem de "liberdade formal"<sup>51</sup> que suscita no trabalhador ensejo de conceder à mercadoria por ele possuída qualidades superiores com o intento de ampliar o leque de compradores potenciais e, dessa maneira, incrementar a receita monetária que almeja receber pela venda da força de trabalho<sup>52</sup>. Essa peculiaridade do trabalhador livre dá a sua força de trabalho incomum agilidade para adaptar-se aos diversos ramos do trabalho, circunstância que repercute favoravelmente à produção capitalista na forma de minimização de desperdícios no uso dos recursos produtivos em virtude da maior facilidade com que o trabalhador livre demonstra ter no aprendizado e na adequação relativamente rápida às técnicas e aos meios de trabalho<sup>53</sup>. Essa característica estava ausente na relação de produção escravagista. Nesta o

---

<sup>50</sup> "Somente desse modo deixa-se, no que diz respeito à pessoa singular efetiva, um amplo espaço de escolha, de arbítrio e, em consequência, de liberdade formal" (MARX, [1857-1858] 2011, p.381). "Sua aparência de independência é mantida pela mudança constante de padrões individuais e pela *fictio jûris* do contrato." (MARX, [1867] 2013, p.648).

<sup>51</sup> "The slave belongs to a particular master; it is true that the worker must sell himself to capital, but not to a particular capitalist, and thus he has a choice, within a particular sphere, as to who he sells himself to, and can change masters. All these differences in the relation make the activity of the free worker more intensive, more continuous, more agile, and more dexterous than that of the slave, quite apart from the fact that they fit the worker himself to undertake historical actions of an entirely different nature." (MARX, [1861-1863]1994b, p. 100).

<sup>52</sup> "The higher value of this [trabalhador assalariado] labour capacity must be paid to the worker himself, and it is expressed in a higher wage. Great differences in wages are therefore found, according to whether the specific kind of labour requires a more highly developed labour capacity, necessitating greater production costs, or not, and this on the one hand opens up an area of free movement for individual differences, while on the other hand it provides a spur to the development of the individual's own labour capacity. Certain as it is that the mass of labour must consist of more or less unskilled labour, and therefore that the mass of wages must be determined by the *value of simple labour capacity*, it remains possible for isolated individuals to make their way upwards into higher spheres of labour by particular energy, talent, etc., just as there remains the abstract possibility that this or that worker could himself become a capitalist and an exploiter of alien labour." (MARX, [1861-1863]1994b, p. 100).

<sup>53</sup> "Since the purpose of labour is for the wage labourer wages alone, money, a definite quantity of exchange value, in which any specific characteristics of use value have been extinguished, he is completely indifferent to the *content* of his labour, and therefore to the specific character of his activity. In the guild or caste system, on the other hand, this activity was regarded as the exercise of a vocation, whereas with the slave, as with the beast of burden, it is only a particular kind of activity, of exertion of his labour capacity, imposed on him and handed down from the past. Hence in so far as the division of labour has not made his labour capacity entirely one-sided, the free worker is *in principle* receptive to, and ready for, any variation in his labour capacity and his working activity which promises better wages (as is indeed demonstrated in the case of the surplus population of the countryside, which constantly transfers to the towns). If the developed worker is

produtor direto não era incentivado a atribuir atrativos especiais à sua força de trabalho, pois, primeiramente, sua existência material estava para sempre atada a um único senhor e, depois, quando eventualmente fosse vendido para outro proprietário os benefícios possíveis dessa venda eram completamente apropriados por seu antigo empregador<sup>54</sup>.

## 1.2. DETERMINAÇÃO ESPECIAL DO VALOR DA MERCADORIA FORÇA DE TRABALHO

Na seção anterior, estudaram-se os condicionantes que caracterizam a força de trabalho como mercadoria, valendo-se, para isso, de constantes referências aos diversos escritos econômicos da maturidade reflexiva de Marx. Trata-se, agora, de determinar o valor dessa mercadoria especial.

Como toda mercadoria, a força de trabalho tem seu valor determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la e reproduzi-la. Entretanto, a força de trabalho é uma mercadoria que se caracteriza pela peculiaridade de não consistir numa coisa produzível por processo industrial nem materialmente separável de seu produtor ou ofertante. Sendo conjunto de atributos produtivos existente como potencialidade<sup>55</sup>, a força de trabalho só pode manifestar-se ativamente desde que o trabalhador desfrute de saúde, força e vitalidade. A força de trabalho é uma mercadoria peculiar, porquanto expressão vital de uma pessoa<sup>56</sup>, residindo daí a dificuldade, não trivial, de determinar seu valor, visto que, diferentemente das mercadorias comuns, seu custo real de produção não pode ser mensurado diretamente pelo tempo de trabalho socialmente necessário a sua confecção. A circunstância de a força de trabalho confundir-se com próprio trabalhador poderia levar à conclusão de que

---

more or less incapable of this variation, he still regards it as always open to the next generation, and the emerging generation of workers can always be distributed among, and is constantly at the disposal of, new branches of labour or particularly prosperous branches of labour. In North America, where the development of wage labour has least of all been affected by reminiscences of the old guild system, etc., this *variability*, this complete indifference to the specific content of labour, this ability to transfer from one branch to another, is shown particularly strongly. Hence the contrast between this *variability* and the uniform, traditional character of *slave labour*, which does not vary according to the requirements of production, but rather the reverse, requiring that production should itself be adapted to the mode of labour introduced originally and handed down by tradition, is emphasised by all United States writers as the grand characteristic of the free wage labour of the North as against the slave labour of the South." (MARX, [1861-1863]1994b, p. 101).

<sup>54</sup> "A única diferença é que a vantagem de uma força de trabalho superior à média, ou a desvantagem de uma força de trabalho inferior à média, recai, no sistema escravista, sobre o proprietário de escravos, ao passo que, no sistema do trabalho assalariado, ela recai sobre o próprio trabalhador, pois, nesse último caso, sua força de trabalho é vendida por ele mesmo e, no primeiro caso, por uma terceira pessoa" (MARX, [1867] 2013, p.612).

<sup>55</sup> "Pois o valor de uso que oferece existe somente como aptidão, capacidade de sua constituição corpórea; não tem existência fora dela" (MARX, [1857-1858] 2011, p. 221).

<sup>56</sup> "A força de trabalho existe apenas como disposição do indivíduo vivo. A sua produção pressupõe, portanto, a existência dele." (MARX, [1867] 2013, p.245).



o valor dessa mercadoria estivesse determinado pelo valor da própria pessoa na qual está incorporada. Essa dedução é logo rechaçada pela lembrança do conceito de que o trabalhador assalariado é possuidor livre de mercadoria e como tal comercia não a si mesmo como mercadoria e sim sua capacidade de trabalhar<sup>57</sup>.

Se a força de trabalho em ação compreende a pessoa viva em estado normal de saúde, força e vitalidade, então o valor da força de trabalho é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzir, nas condições sociais dadas, o conjunto de meios de subsistência que assegurem a seu portador expressá-la normalmente<sup>58</sup>. É, por conseguinte, uma particularidade da mercadoria força de trabalho ter seu valor determinado indiretamente pelo valor de outras mercadorias<sup>59</sup>. Marx destaca em seus escritos econômicos que os meios de subsistência devem atender ao seguinte conjunto de necessidades do trabalhador assalariado<sup>60</sup>.

O trabalhador assalariado no momento em que trabalha mobiliza suas funções vitais, cansando-se, por via de consequência, emocional e fisicamente. Ele deve, pois, consumir meios de subsistência necessários para repor o desgaste experimentado durante o período em que sua força de trabalho atua para o capitalista para capacitá-lo a novamente fornecer trabalho nas mesmas condições diariamente<sup>61</sup>. Contudo, esses meios de subsistência não podem ser apenas suficientes para repor o desgaste sofrido no trabalho vivo, posto que o

---

<sup>57</sup> "Como escravo, o trabalhador tem *valor de troca*, um *valor*; como trabalhador livre, não tem *nenhum* valor; só tem valor a disposição sobre seu trabalho, obtida por meio da troca com ele." (MARX, [1857-1858] 2011, p.226).

<sup>58</sup> "O trabalho objetivado que é necessário tanto para conservar fisicamente a substância geral na qual sua capacidade de trabalho existe, o próprio trabalhador [...] é o trabalho objetivado nessa substância geral" (MARX, [1857-1858] 2011, p.221); "Like that of every other commodity, its value is determined by the quantity of labour necessary to produce it. The laboring power of a man exists only in his living individuality. A certain mass of necessities must be consumed by a man to grow up and maintain his life." (MARX, [1865]1985c, p.129).

<sup>59</sup> "Como o de qualquer mercadoria, o valor da força de trabalho é determinado pela quantidade de trabalho necessária a sua reprodução; o fato de que essa quantidade de trabalho é determinada pelo valor dos meios de subsistência necessário ao trabalhador, sendo, portanto, igual ao trabalho necessário à reprodução de suas próprias condições de vida, é uma peculiaridade dessa mercadoria (a força de trabalho), porém não é mais peculiar do que o fato de que o valor do gado de carga é determinado pelo valor dos meios de subsistência necessários a sua manutenção, portanto pela massa de trabalho humano necessária para a produção destes últimos"(MARX, [1885] 1988b, p.267).

<sup>60</sup> A esse propósito consultar também Harvey, P. (1983).

<sup>61</sup> "Labour capacity exists only as an ability of the living body of the worker. Once labour capacity is presupposed as given, its production comes down to reproduction, preservation, as does the production of every living thing. The value of labour capacity can therefore be resolved at the outset into the value of the means of subsistence needed to maintain it, i.e. to maintain the worker's life as a worker, so that having worked today he will be able to repeat the same process under the same conditions the next day." (MARX, [1861-1863]1988a, p.42).

período no qual a força de trabalho atua abrange uma fração do dia natural<sup>62</sup>. Se o trabalhador consumir meios de subsistência somente suficientes para restaurar a energia gasta durante o trabalho precisaria encontrar meios de sobrevivência alternativos para sustentá-lo no restante do dia natural. Todavia, o trabalhador livre dispõe unicamente de sua força de trabalho para viver. Talvez pudesse colocar à venda sua mercadoria a outros compradores para complementar os meios de vida, mas o trabalhador pôs à disposição a um capitalista sua força de trabalho durante parte do dia e dificilmente encontraria outro para cedê-la nos intervalos restantes da jornada principal. Portanto, o trabalhador livre aliena sua força de trabalho em troca de uma quantia em dinheiro que permita comprar uma massa de meios de subsistência que o mantenha vivo como assalariado dependente exclusivamente da venda regular de sua peculiar mercadoria, recuperando o desgaste experimentado no trabalho além de sustentar-lhe a vida durante a fração do dia natural em que, na ótica do capitalista, sua força de trabalho está em repouso.

Por outro lado, a própria restauração das energias gastas durante o trabalho vivo demanda certo tempo livre para o trabalhador fruir dos meios de subsistência assim como realizar como pessoa "perene"<sup>63</sup> algumas necessidades fisicamente imprescindíveis de conservação psíquico-emocional e corporal, tais como descansar, dormir, tomar banho, alimentar-se e outras<sup>64</sup>. Dado que o exercício da força de trabalho supõe existência do trabalhador como pessoa, esse tempo livre inclui também atividades que promovam sua socialização mediante convívio com familiares e amigos, empenho em tarefas intelectuais, artísticas, esportivas, religiosas e políticas<sup>65</sup>. É peculiar à mercadoria força de trabalho que a

---

<sup>62</sup> "[...] devemos distinguir entre as energias necessárias ao mero 'processo vital' do trabalhador e as energias gastas por ele no 'processo de trabalho'. Se só se substituem as primeiras, se não se compensa o gasto adicional de energia que a própria ação laborativa acarreta – ou se isso é feito insuficientemente – ocorrerá uma reprodução atrofiada da força de trabalho..." (ROSDOLSKY, [1968] 2001, p.237).

<sup>63</sup> "Para conservá-la, de hoje para amanhã [...]e, portanto, a sua reposição em virtude do desgaste, de maneira que ela possa se conservar [...] como sujeito perene pressuposto [...] o trabalhador tem de consumir uma massa determinada de meios de subsistência, repor o sangue consumido, etc." (MARX, [1857-1858] 2011, p.254)

<sup>64</sup> "(...) o fato de que ele enfim vive, que pode, portanto, repetir diariamente determinados processos vitais tão logo tenha descansado e alimentado..." (MARX, [1857-1858] 2011, p.228); "Durante uma parte do dia, essa força tem de descansar, dormir; durante outra parte do dia, a pessoa tem de satisfazer outras necessidades físicas, como alimentar-se, limpar-se, vestir-se." (MARX, [1867] 2013, p.306).

<sup>65</sup> "Nevertheless some degree of variation is possible here, such as e.g. newspapers, which form part of the necessary means of subsistence of the English urban worker." (MARX, [1861-1863] 1994b, p. 100-101) "Diferentemente das outras mercadorias, a determinação do valor da força de trabalho contém um elemento histórico e moral" (MARX, [1867] 2013, p.306); "O trabalhador precisa de tempo para satisfazer as necessidades intelectuais e sociais, cuja extensão e número são determinados pelo nível geral de cultura de uma dada época." (MARX, [1867] 2013, p.246).

determinação de seu valor seja influenciada pelo contexto da vida social<sup>66</sup> onde se formaram os hábitos, costumes e tradições<sup>67</sup> que condicionaram o conjunto das necessidades sociais e físicas<sup>68</sup> a serem atendidas pela massa de meios de subsistências<sup>69</sup>, cujo usufruto garante o trabalhador livre viver como assalariado assim como normalmente colocar sua força de trabalho em atividade<sup>70</sup>.

Cumpramos novamente realçar aspectos da determinação social do trabalho assalariado já expostos que ganham nesse momento maior clareza. Afirmou-se anteriormente que o trabalhador assalariado, sendo livre das condições objetivas do trabalho, obrigava-se a reingressar nos atos de troca com o capitalista em intervalos regulares e curtos. Pode-se, agora, apreender dimensões complementares dessa precariedade da existência material do trabalhador livre. O assalariado aliena sua força de trabalho por um valor tão somente suficiente para diariamente viver, expresso numa quantia monetária capaz de no mercado comprar massa de meios de subsistência necessária, habitual e tradicional. Uma vez consumidos, o trabalhador deve retornar ao mercado a fim de novamente vender sua força de trabalho para, com o valor recebido, readquirir aqueles meios de vida. Dessa forma, a sustentação de sua vida supõe consumo contínuo de meios de subsistência no intuito de

<sup>66</sup> "As has been shown, the *exchange value* of labour capacity is paid when the price of the means of subsistence is paid; these means of subsistence are those customarily necessary at a given state of society for the worker to be able to maintain the level of strength, health, and general vitality needed to exert his labour capacity [...]" (MARX, [1863-1864] 1994c, p.341).

<sup>67</sup> Marx chama a atenção no Livro II para o significado de meios de subsistência necessários: "Podemos colocar todo esse subdepartamento, para nosso propósito, sob a rubrica: meios de consumo *necessários*, sendo totalmente indiferente, nesse caso, que determinado produto, o fumo, por exemplo, seja ou não, do ponto de vista fisiológico, um meio de consumo necessário; basta que habitualmente o seja" (MARX, [1885] 1988b, p.281-282).

<sup>68</sup> "O que ele troca não é, por conseguinte, o valor de troca, não é riqueza, mas meios de subsistência, objetos para preservação de sua vitalidade, para a satisfação de suas necessidades de modo geral, físicas, sociais" (MARX, [1857-1858] 2011, p.222).

<sup>69</sup> Gottheil (1962, p.104, nota 1) equivoca-se quando afirma que Marx restringia o conceito de subsistência à mera reprodução do mínimo fisicamente imprescindível. Harvey com razão diz: "It is not this limit, however, which he identifies as determining a worker's necessary means of subsistence. Rather, the necessary minimum also reflects an 'historical and moral element' which depends on the 'the degree of civilization of a country'" (HARVEY, 1983, p. 314). A esse propósito ver Baumol (1983, p.304) e Roncaglia (1974, p.134).

<sup>70</sup> "Por outro lado, a extensão das assim chamadas necessidades imediatas, assim como o modo de sua satisfação, é ela própria um produto histórico e, por isso, depende em grande medida do grau de cultura de um país, mas também depende, entre outros fatores, de sob quais condições e, por conseguinte, com quais costumes e exigências de vida se formou a classe de trabalhadores livres num determinado local" (MARX, [1867] 2013, p.246); "O valor real de sua força de trabalho desvia-se desse mínimo físico; é diferente de acordo com o clima e o estágio do desenvolvimento social; depende não só das necessidades físicas, mas também do desenvolvimento social; depende não só das necessidades físicas, mas também das necessidades sociais historicamente desenvolvidas, que se tornam uma segunda natureza. " (MARX, [1894] 1985a, p.299); "Besides this mere physical element, the value of labour is in every country determined by a *traditional standard of life*. It is not mere physical life, but it is the satisfaction of certain wants springing from the social conditions in which people are placed and reared up." (MARX, [1865]1985c, p.145).

conservar seu corpo e mente dos quais se nutre a energia que o trabalhador mobiliza quando trabalha. Portanto, a frequência regular e duração curta dos atos de troca através dos quais o trabalhador aliena sua força de trabalho é condicionada duplamente pela privação das condições objetivas de trabalho que o torna "absolutamente pobre" e, depois, pela peculiaridade da mercadoria força de trabalho ser expressão vital de uma pessoa cuja existência material demanda contínuo consumo e, conseqüentemente, estabelecimento de regulares transações mercantis com o capitalista. Esse aspecto da força de trabalho terá sua importância destacada logo mais quando estudar-se a forma de pagamento dessa mercadoria, um tema tratado comumente sob a designação de "salário adiantado", contra a qual Marx, como se verá adiante (subseção 1.3), testemunhava sérias reservas.

Os meios de subsistência não podem atender exclusivamente o trabalhador atualmente em atividade. Após a consumação da primeira transformação da soma de valor (expressa monetariamente) em capital mediante incorporação da força de trabalho no processo de produção, o capitalista buscará continuamente repetir esse processo, porque somente assim o valor em suas mãos duradouramente pode funcionar como capital, de sorte que a transformação do dinheiro em capital é um processo contínuo e permanente ligando o processo de produção do capital no presente com o futuro. Enquanto, dessa forma, o movimento do capital é perpetuamente imbuído do propósito de valorização, por outro lado os possuidores da força de trabalho são mortais, sofrendo desgaste natural que limita a duração funcional em que podem atuar como trabalhadores a um determinado número de anos. Adicionalmente, os trabalhadores estão sujeitos a contingências que podem ou suspender momentaneamente a duração da força de trabalho (como doenças e acidentes leves) ou torná-la precocemente impotente (como doenças degenerativas e acidentes incapacitantes) ou levá-la, em casos extremos, prematuramente à mortandade. Por isso, a reprodução da força de trabalho implica não apenas a manutenção daqueles que estão no momento atuando nos processos capitalistas de produção, mas também a reposição dos trabalhadores que já completaram seu período funcional ou que, em virtude de fatos imprevistos, tiveram a duração da sua força de trabalho suspensa precocemente por doença, invalidez e morte.

A substituição de geração de trabalhadores por outra e a reposição de força de trabalho destruída por fatos contingenciais acontece através do crescimento populacional. Marx declara que o valor da força de trabalho deve ser o suficiente para perpetuar<sup>71</sup> ou ao

---

<sup>71</sup> "[...] these means of subsistence are those customarily necessary at a given state of society for the worker to be able to maintain the level of strength, health, and general vitality needed to exert his labour capacity, as

menos manter o atual tamanho da populacional<sup>72</sup>. Duas considerações devem ser destacadas sobre essas assertivas. Primeiramente, o crescimento populacional não é, para Marx, uma variável puramente natural, ligada com exclusividade à reprodução biológica dos seres humanos sem conexão com a estrutura econômica e social. Inversamente, o modo de produção capitalista, como estrutura econômica da sociedade, demanda, para sustentar o seu processo reprodutivo, que, ao longo do tempo, se dê renovação das gerações de trabalhadores, a qual para acontecer precisa, por isso, estar amparada no custo de reprodução normal da força de trabalho. Assim sendo, os trabalhadores atuais no momento do ato de cessão de sua força de trabalho recebem equivalente monetário que lhe proporciona condições de comprar meios necessários de subsistência à sustentação de sua família, cujos filhos após certa idade estabelecida pelos costumes sociais ingressarão no mercado em substituição das gerações mais antigas de trabalhadores e dos que, por desventuras, perderam prematuramente a força de trabalho ou a vida. Se, por outro lado, a economia expandir-se no intervalo intergeracional, então o valor médio da força de trabalho deve elevar-se (dadas as demais circunstâncias) a fim de que o crescimento populacional não apenas reponha mas também acresça o número de força de trabalho<sup>73</sup>.

Todavia, Marx não faz qualquer prognóstico preciso sobre a taxa de crescimento populacional, afirmando apenas que o tamanho da população não deveria diminuir com o tempo<sup>74</sup>. Nos *Grundrisse ou manuscritos de 1857-1858*, por exemplo, Marx deliberadamente

well as to perpetuate himself through his human replacements." (MARX, [1863-1864] 1994c, p.341); "Beside the mass of necessities required for *his own* maintenance, he wants another amount of necessities to bring up a certain quota of children that are to replace him on the labour market and to perpetuate the race of labourers." (MARX, [1865]1985c, p.129).

<sup>72</sup> " [...] it is necessary, the worker being mortal, that he should receive, apart from his own means of subsistence, enough of the means of subsistence to perpetuate the race of workers, to increase their number, or at the very least to maintain it at its given level, so that the labour capacities withdrawn from the market through unsuitability or death are replaced by fresh ones"(MARX, [1861-1863] 1988a, p.43); "As forças de trabalho retiradas do mercado por estarem gastas ou mortas têm de ser constantemente substituídas, no mínimo, por uma quantidade igual de novas forças de trabalho." (MARX, [1867] 2013, p.246).

<sup>73</sup> "Por fim, crescimento absoluto da população trabalhadora, ligado ao crescimento da população em geral. Para a acumulação ser um processo contínuo, permanente, é condição necessária esse crescimento absoluto da população (embora ela diminua em relação ao capital constante). População crescente se revela fundamento da acumulação como processo permanente. Mas isso supõe um salário médio que permita crescimento constante da população da trabalhadora e não sua mera reprodução."(MARX, [1861-1863]1980b, p.914); "If one assumes that the average wage is sufficient not only for the preservation of the working population but for its constant growth, in whatever proportion, an increasing working population is given in advance for growing capital, while a growth of surplus labour, hence also an increase of capital through the growth in population, is simultaneously given." (MARX, [1861-1863]1988a, p. 189).

<sup>74</sup> Ver Ramirez (2007, p.37), Baronian (2013, p.105-106), Levrero (2013, p.97-98), Cottrell.; Darity (1988, p.107), Sweezy(1946, p.89). Com exceção de Sweezy, os autores citados estabelecem um diálogo crítico com a interpretação alternativa de Hollander (1984, p.140-142), para quem Marx estabelece sim implicitamente uma hipótese sobre a taxa de crescimento populacional (zero para o salário real igual à subsistência física e

abstrai a fração do custo de reprodução da força de trabalho destinada à reposição futura do trabalhador para ocupar-se apenas com a reprodução da atual força de trabalho, como se depreenda da leitura do seguinte extrato:

Para conservá-la, de hoje para amanhã - aqui ainda não vem ao caso a classe trabalhadora e, portanto, a sua reposição em virtude do desgaste, de maneira que ela possa se conservar como classe, uma vez que aqui o trabalhador se confronta com o capital como *trabalhador* e, por isso, como sujeito perene pressuposto, e não ainda como indivíduo perecível da espécie trabalhadora-, o trabalhador tem de consumir uma massa determinada de meios de subsistência, repor o sangue consumido, etc. (MARX, [1857-1858] 2011, p.254).

Essas notas atestam que a análise da formação do capital, e, conseqüentemente, desvendamento do conteúdo próprio da forma-salário, prescinde de qualquer hipótese sobre a taxa de crescimento da população<sup>75</sup>. Essa análise da formação da mais-valia poderia mesmo renunciar, como Marx faz explicitamente nos *Grundrisse*, a qualquer premissa sobre a parcela do valor da força de trabalho referente à sustentação da família operária. Como realçado por Marx no mencionado trecho dos *Grundrisse*, a formação da mais-valia (e o desvendamento do segredo dos salários) toma inicialmente a relação-capital individual e isoladamente, deixando de lado, assim, a sua conexão com o sucessivo processo de transformação do dinheiro em capital e com a totalidade da economia capitalista. É indiferente para o entendimento de atos isolados e individuais da relação-capital a origem do suprimento futuro da força de trabalho. Contudo, a situação é modificada quando se toma a relação-capital em sua totalidade e em fluxo contínuo. Nessa perspectiva, revela-se que o sistema capitalista a fim de reproduzir-se sem transtornos não pode contar com uma fonte de fornecimento de nova força de trabalho como o crescimento populacional, o qual responde às suas necessidades de maneira lenta e tardia, sem a urgência requerida pelo processo de reprodução capitalista (MANDEL, 1971, p.141-142). Com efeito, após expor a gênese da mais-valia, Marx discorrerá acerca dos métodos de extração de mais-valia relativa que permitem ao capital aumentar a escala de produção sem incorporar trabalhadores na mesma proporção e ainda lançar mão de força de

---

positiva para salário real superior à subsistência), com a qual formula a determinação de queda tendencial da taxa de salário real. Esta última conclusão de Hollander suscitou críticas de Sinha (1998) e Green (1991a).

<sup>75</sup> Sweezy (1946, p.89) chama atenção que Marx não impõe na sua teoria qualquer suposição sobre taxa de crescimento da população: "But the principle of the reserve army is independent of any particular population assumption; it works equally well with a stationary or even a declining population.". Contudo, isso o leva a concluir (SWEETZY, 1946, p.91-92) que o crescimento populacional é uma variável exógena e, portanto, desvinculada do processo de reprodução material da sociedade.

trabalho de reserva, tornada prontamente disponível, em diversas formas, justamente pela disseminação daqueles métodos essencialmente poupadores de mão-de-obra<sup>76</sup>.

Em todo caso, Marx presume que parcela do valor da força de trabalho serve à finalidade de repor no longo prazo força de trabalho e perpetuar a classe trabalhadora. Assim, o trabalhador no momento em que cede formalmente sua força de trabalho ao capitalista recebe equivalente monetário com o qual compra mantimentos que sustentam filhos até estes alcançarem idade de trabalhar, e ainda garante que sua esposa possa exclusivamente dedicar aos cuidados da família<sup>77</sup>. No decorrer de seu estudo sobre os métodos de produção da mais-valia relativa, Marx demonstrará que o valor da força de trabalho adquire novas determinações em virtude das mutações que o processo de trabalho sofre à medida que seja propriamente subsumido ao capital. Mas o intento de Marx quando da análise da mercadoria força de trabalho é esclarecer a gênese da mais-valia. A presunção de que o capitalista paga o valor integral da força de trabalho revela que a riqueza do capital é obtida *mesmo que* o custo de reprodução da força de trabalho seja assegurado ao responsável adulto masculino do lar operário para também manter mulher e filhos.

O trabalhador pode executar função no processo de trabalho que exige aptidões, habilidades e conhecimentos mais complexos. Nesse caso, o trabalhador deve comprar meios de subsistência que proporcionem aprimoramento e desenvolvimento de sua força de trabalho na direção determinada pelas particularidades das funções e tarefas que executa<sup>78</sup>. Contudo,

---

<sup>76</sup> Ademais, a população trabalhadora pode crescer com o tamanho da população global constante: "A população trabalhadora pode crescer quando pessoas que eram há pouco trabalhadores improdutivos e se transformam em trabalhadores produtivos, ou quando segmentos da população que antes não trabalhavam, como mulheres e crianças, indigentes, são absorvidos pelo processo de produção." (MARX, [1861-1863]1980b, p.914).

<sup>77</sup> "Previously the worker's wage had to suffice to maintain himself and his family. The wife worked for their house, not for the capitalist, and the children only began to earn the equivalent for their consumption at an advanced age. The wage of the adult *père de famille* had to suffice not only to maintain them *without labour* on their part, but also to replace the cost of developing their labour capacity, which is reduced almost to 0 by machinery." (MARX, [1861-1863]1994b, p. 24).

<sup>78</sup> "O trabalho objetivado que é necessário tanto para conservar fisicamente a substância geral na qual sua capacidade de trabalho existe, o próprio trabalhador, portanto, quanto para modificar essa substância geral para o desenvolvimento da capacidade particular, é o trabalho objetivado nessa substância geral" (MARX, [1857-1858] 2011, p.221); "O fato de que, além do tempo de trabalho objetivado em sua vitalidade - isto é, o tempo de trabalho que foi necessário para pagar os produtos indispensáveis à conservação de sua vida-, a saber, os valores que consumiu para produzir uma capacidade de trabalho determinada, uma destreza particular - e cujo valor se revela pelos custos de produção necessários para que uma similar destreza de trabalho determinada possa ser produzida-, ainda não nos interessa nesse ponto, em que se trata não de um trabalho qualificado *particular*, mas do trabalho por excelência, do trabalho simples." (MARX, [1857-1858] 2011, p.254); "To the extent that labour is not restricted merely to the maintaining of life, the need being rather for a special kind of labour which directly modifies labour capacity itself, develops it in such a way that it can practise a particular skill, this too enters into the value of labour—as is the case with more complex labour—and here it is directly incorporated in the worker, is labour expended to produce him." (MARX, [1861-1863]1988a, p.48); "Para modificar a natureza humana de modo que ela possa adquirir



esses custos de formação e qualificação tendem a reduzir-se conforme o progresso material subsuma o processo de trabalho às determinações do capital, de modo que é admissível, para a análise da natureza da mais-valia assim como para o estudo do conteúdo da representação da forma-salário, supor que o trabalhador seja portador de força de trabalho média simples, com custos de qualificação insignificantes. O estudo de Marx sobre as formas de cooperação assalariada atesta que o capital desde a cooperação mais simples à cooperação baseada na maquinaria desenvolve forças produtivas do trabalho social em detrimento das qualificações mais complexas da força de trabalho individual. De acordo com isso, o desenvolvimento do conhecimento científico e da sua aplicação tecnológica concentra-se progressivamente no capital por intermédio da organização do processo do trabalho social, da metodologia produtiva e, sobretudo, mediante emprego de meios de trabalho tecnologicamente cada vez mais avançados com o trabalhador médio relegado a funções parciais, simples e fáceis de aprender. Certamente o progresso da ciência e da técnica assim como sua aplicação tecnológica na produção demandam forças de trabalho especiais, mas estas representam uma parcela dos trabalhadores, cujo conjunto constitui-se majoritariamente por assalariados de pouca ou nenhuma qualificação especial<sup>79</sup>. Acrescente-se a isso que o grau de desenvolvimento da força de trabalho não afeta a relação-capital, pois a força de trabalho complexa ou simples deve de todo modo fornecer mais valor do que ela custou ao capitalista; é justamente a natureza dessa diferença que Marx se propõe a explicar, sendo irrelevante o custo relativamente mais alto da força de trabalho de tipo superior. Na medida em que o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social incitado pelo progresso da produção capitalista tende a deslocar a força de trabalho por maquinaria cada vez mais eficaz, cuja operação requer trabalhadores simples (os quais formam a maioria do contingente operário), é

---

habilidade e aptidão num determinado ramo do trabalho e se torne uma força de trabalho desenvolvida e específica, faz-se necessária uma formação ou um treinamento determinados, que, por sua vez, custam uma soma maior ou menor de equivalentes de mercadorias. Esses custos de formação variam de acordo com o caráter mais ou menos complexo da força de trabalho" (MARX, [1867] 2013, p.246-247); "Moreover, to develop his labouring power, and acquire a given skill, another amount of values must be spent." (MARX, [1865]1985c, p.129)

<sup>79</sup> "A diferença qualitativa dos trabalhadores, na medida em que não seja natural, posto pelo sexo, idade, força física etc.- no fundo, expressa, portanto, não o valor qualitativo, mas a divisão do trabalho, sua diferenciação -, é ela própria somente um resultado histórico e é, por sua vez, abolida para a grande massa do trabalho, uma vez que esta é constituída de trabalho simples; mas o trabalho qualitativamente superior tem economicamente sua medida no trabalho simples"(MARX, [1857-1858] 2011, p.510-511); "Instead, factory labour leaves the worker only a knowledge of certain hand movements; with this, therefore, the laws on apprenticeship are done away with; and the struggle of the state, etc., to get the factory children at least to learn reading and writing shows how this application of science upon the process of production coincides with the suppression of all intellectual development in the course of this process. Admittedly, a small class of higher workers does take shape, but this does not stand in any proportion to the masses of 'deskilled' workers." (MARX, [1861-1863] 1994a, p.34) Ver também MARX ([1861-1863]1994b, p.37-38).



aceitável presumir, então, na análise conceitual da mais-valia que a força de trabalho genericamente utilizada na produção capitalista conforma-se ao tipo médio e simples.

Como dito anteriormente, a força de trabalho compreende uma série de peculiaridades que a distinguem especificamente das mercadorias comuns. Uma dessas peculiaridades consiste no fato de que sua reprodução supõe a existência material do trabalhador, a qual é constituída em determinada sociedade e época histórica. As necessidades que o trabalhador precisa satisfazer mediante o empenho do equivalente monetário do valor de sua força de trabalho estão condicionadas pelos hábitos, costumes e tradições adquiridos em convívio social. Até as necessidades fisicamente mais elementares como alimentação, vestuário, higiene e outras não podem ser separadas da sociedade onde vivem os trabalhadores, posto que os meios e os modos como elas são satisfeitas variam de acordo com o país e com o repertório cultural herdado historicamente pelo assalariado<sup>80</sup>. Marx também argumenta que o limite último do valor da força de trabalho consiste nos meios de subsistência fisicamente indispensáveis à mera conservação da força de trabalho<sup>81</sup>; a vigência

---

<sup>80</sup> "Naturally, the means of subsistence needed by the worker to live as a worker differ from one country to another and from one level of civilisation to another. Natural needs themselves, e.g. the need for nourishment, clothing, housing, heating, are greater or smaller according to climatic differences. Similarly, since the extent of the so-called primary requirements for life and the manner of their satisfaction depend to a large degree on the level of civilisation of the society, are themselves the product of history, the necessary means of subsistence in one country or epoch include things not included in another." (MARX, [1861-1863]1988a, p.44); "[...] the range of these conditions is not prescribed by simple natural need but by natural need historically modified at a certain level of civilisation" .(MARX, [1861-1863]1988a, p.52); "As próprias necessidades naturais, como alimentação, vestimenta, aquecimento, habitação, etc., são diferentes de acordo com o clima e outras peculiaridades naturais de um país. Por outro lado, a extensão das assim chamadas necessidades imediatas, assim como o modo de sua satisfação, é ela própria um produto histórico e, por isso, depende em grande medida do grau de cultura de um país, mas também depende, entre outros fatores, sob quais condições e, por conseguinte, com quais costumes e exigências de vida se formou a classe dos trabalhadores livres num determinado local." (MARX, [1867] 2013, p.246); "Besides this mere physical element, the value of labour is in every country determined by a *traditional standard of life*. It is not mere physical life, but it is the satisfaction of certain wants springing from the social conditions in which people are placed and reared up." "This historical or social element, entering into the value of labour, may be expanded, or contracted, or altogether extinguished, so that nothing remains but the *physical limit*." (MARX, [1865]1985c, p.145); "O valor real de sua força de trabalho desvia-se desse mínimo físico; é diferente de acordo com o clima e o estágio do desenvolvimento social; depende não só das necessidades físicas, mas também do desenvolvimento social; depende não só das necessidades físicas, mas também das necessidades sociais historicamente desenvolvidas, que se tornam uma segunda natureza. Mas em cada país, em dado período, esse salário médio regulador é de dada grandeza" (MARX, [1894] 1985a, p.299).

<sup>81</sup> "O limite último ou mínimo do valor da força de trabalho é constituído pelo valor de uma quantidade de mercadorias cujo fornecimento diário é imprescindível para que o portador da força de trabalho, o homem, possa renovar seu processo de vida; tal limite é constituído, portanto, pelo valor dos meios de subsistência fisicamente indispensáveis." (MARX, [1867] 2013, p.247). "If man is distinguished from all other animals by the boundless extension of which his needs are capable, there is, inversely, no other animal able to contract its needs to the same unbelievable degree, or to restrict itself to the same minimum level of living conditions; in a word, there exists no animal with the same talent for *making itself Irish*." (MARX, [1863-1864] 1994c, p.341-342); "The value of the labouring power is formed by two elements—the one merely physical, the other historical or social. Its *ultimate limit* is determined by the *physical* element, that is to say, to maintain

desse limite último estabelece que se o preço da força de trabalho eventualmente cair abaixo desse mínimo, então a reprodução do trabalhador estará fisicamente prejudicada, e esse produtor direto, nas mencionadas condições, não mais suportaria trabalhar normalmente nas sucessivas jornadas ainda que na extensão e intensidade usual. Entretanto, é importante dizer que o preço da força de trabalho, mesmo nessa posição extrema, não faz do trabalhador um animal; ele se reproduz como homem de acordo com meios e modo de viver da sociedade da qual é membro, mesmo que prejudicialmente para sua saúde e sobrevivência. Se o preço da força de trabalho alcançar o limite fisicamente imprescindível para simplesmente repor a força de trabalho, então o valor desta última não estará sendo realizado. Na determinação do valor da força de trabalho há um componente chamado histórico e moral, cuja dimensão reflete grau de desenvolvimento e de civilidade da sociedade, e que é, ademais, caracterizado por variabilidade, aspecto relevante quando se toma períodos históricos suficientemente longos. Esse componente pode ser expandido (ou regredido) pela ação de diversos fatores, tais como as forças produtivas que ao engendrar uma sociedade mais evoluída em cultura e necessidades suscita nos trabalhadores livres dessa sociedade e época novas exigências e hábitos<sup>82</sup>, os quais, não obstante estarem limitados pela condição de mercadoria da força de trabalho, representam um grau superior de desenvolvimento de sua humanidade como se fosse uma “segunda natureza”. Novas necessidades<sup>83</sup> podem ser ainda incluídas no valor da força de trabalho graças à ação da luta dos trabalhadores como classe. Os relatos de Marx acerca da regulamentação da jornada de trabalho mostram que a ação coletiva organizada dos trabalhadores em sindicatos e partidos operários pode assegurar uma série de conquistas no campo da regulamentação dos contratos de trabalho e de seguridade social que, uma vez firmadas, representariam um superior padrão de vida tradicional da classe trabalhadora. Essas breves considerações revelam que, no pensamento de Marx, as necessidades sociais e físicas abrigadas pelo equivalente monetário do valor da força de trabalho não são um conjunto fixo

---

and reproduce itself, to perpetuate its physical existence, the working class must receive the necessities absolutely indispensable for living and multiplying. The *value* of those indispensable necessities forms, therefore, the ultimate limit of the *value of labour*." (MARX, [1865]1985c, p.144-145).

<sup>82</sup> "The conditions of his existence—and also the limited extent of the value of the money he has acquired—naturally compel him to spend it on a rather restricted range of means of subsistence. Nevertheless some degree of variation is possible here, such as e.g. newspapers, which form part of the necessary means of subsistence of the English urban worker. He can save something, form a hoard. He can also waste his wages on spirits, etc. But in acting this way he acts as a free agent, he must pay his own way; he is himself responsible for the way in which he spends his wages." (MARX, [1861-1863]1994b, p.101).

<sup>83</sup> Sobre o conceito de "necessidades" nas obras filosóficas e econômicas de Marx consultar Lebowitz (1977 e 2003, p.30-44).

e rígido, mas padrão de existência material suscetível a mudanças conforme o desenvolvimento histórico e econômico da sociedade<sup>84</sup>.

No exame da natureza da mais-valia (e, como se verá, desvendamento da forma-salário), Marx admite que (tomando-se determinada época e sociedade) os meios de subsistência necessários são conhecidos e dados<sup>85</sup>. Essa premissa atende à finalidade de identificar precisamente o momento em que o trabalhador durante a jornada de trabalho passa a fornecer mais-trabalho ao capitalista. Marx, com isso, quer demonstrar que o mais-trabalho e a correspondente mais-valia são conceitos quantitativamente determináveis<sup>86</sup>. É uma premissa acertada para os propósitos de demonstração conceitual, mas também de validade prática na ótica da teoria econômica de Marx: as necessidades sociais da classe trabalhadora modificam-se lentamente no curso do processo histórico, sofrendo a ação de forças conflitantes, e somente no prazo de tempo suficientemente longo podem se consolidar num novo padrão de vida tradicional. Logo, é compreensível considerar os meios de subsistência necessários como dados em virtude de sua natureza relativamente estável quando se toma período mais abrangente. Por outro lado, a peculiar constituição do valor da força de trabalho dotada de "elementos históricos e morais" daria ao valor da força de trabalho tal elasticidade<sup>87</sup> que dificultaria a conceituação precisa da mais-valia como resultante do mais-trabalho. Razão pela qual a determinação do valor da força de trabalho firmada na admissão de que os meios de subsistência habitualmente consumidos pelos trabalhadores são definidos quantitativa e

---

<sup>84</sup> "A maior debilidade [...] é a não compreensão de que o que Marx denominou 'elemento social ou histórico' no valor da mercadoria força de trabalho não é um elemento estático e tradicional, mas pelo menos potencialmente dinâmico" (MANDEL, 1985, p.104, nota 2).

<sup>85</sup> "No entanto, a quantidade média dos meios de subsistência necessários ao trabalhador num determinado país e num determinado período é algo dado." (MARX, [1867] 2013, p.246); "The range of these necessary means of subsistence is, however, given in a particular country and a particular period.(...) It will be seen in the further course of this investigation that whether one assumes the level of workers' needs to be higher or lower is completely irrelevant to the end result. The only thing of importance is that it should be viewed as given, determinate." (MARX, [1861-1863]1988a, p.44-45); "In our investigation, however, we shall everywhere assume that the amount and quality of the means of subsistence, and therefore also the extent of needs, at a given level of civilisation, is never pushed down, because this investigation of the rise and fall of the level itself (particularly its artificial lowering) does not alter anything in the consideration of the general relationship." (MARX, [1861-1863]1988a, p.45-46).

<sup>86</sup> Na sua polêmica com Lebowitz (2003), Cipolla argui a importância da mencionada premissa: "Para definir o valor da força de trabalho, Marx precisou definir como se reproduz a força de trabalho. Ela se reproduz pelo consumo e, portanto, requer uma determinada quantidade de meios de subsistência, meios esses que são conhecidos em cada lugar, em cada período histórico. Para definir o valor da força de trabalho era preciso primeiramente fixar a variedade e a quantidade dos meios de subsistência que entram na reprodução da força de trabalho. Somente essa fixação inicial permite mostrar que a mais-valia relativa não pode surgir senão de uma redução do valor desses meios de subsistência. Esse procedimento permite também compreender que o aumento do consumo dos trabalhadores e a diminuição do valor da força de trabalho são compatíveis." (CIPOLLA, 2014, p.391).

<sup>87</sup> Dentro dos limites que não ofendam a taxa de valorização do capital.

qualitativamente se mostra "fator decisivo"<sup>88</sup> para a compreensão da natureza da mais-valia e, por conseguinte, para a derivação do conteúdo da forma-salário.

Em resumo, a mercadoria força de trabalho, como toda mercadoria, tem seu valor regulado pela quantidade de trabalho socialmente necessário à sua reprodução. Todavia, a mercadoria força de trabalho possui peculiaridades que a distingue quanto à determinação do valor das mercadorias comuns. Como a força de trabalho é um complexo de potencialidades que somente se manifesta com a manutenção do trabalhador vivo, o valor da força de trabalho é regulado indiretamente pelo valor dos meios de subsistência necessários à conservação da pessoa do trabalhador. E esses meios de subsistência necessários representam necessidades historicamente condicionadas pelo desenvolvimento econômico e pelos hábitos e costumes adquiridos pelo trabalhador em sociedade. Há, dessa forma, um componente histórico e social na determinação do valor da força de trabalho ausente na formação do valor das mercadorias em geral. As necessidades sociais, na sua variabilidade dinâmica, modificam-se no curso de um período relativamente longo, no intervalo do qual se mantêm estáveis num conjunto consolidado que pode ser entendido como estilo de vida operário. É razoável presumir que os meios de subsistência que integram esse consolidado estilo de vida seja conhecido e dado em termos de quantidade e qualidade. O valor da mercadoria força de trabalho é, então, formado pelo valor do conjunto dos meios de subsistência necessários, qualitativa e quantitativamente definidos para uma época e lugar, cujo consumo assegura a conservação da existência dos trabalhadores portadores de força de trabalho simples e comum. Marx sintetiza assim seu pensamento:

What the worker himself sells—and this is always replaced with an equivalent—is labour capacity itself, a definite value, whose magnitude may oscillate between wider or narrower limits, but which is always reducible conceptually to a definite amount of the means of subsistence required for the maintenance of labour capacity as such, i.e. so that the worker may continue to live as a worker. (MARX, [1861-1863]1988a, p.112-113).

Nota-se que todas as premissas destacadas por Marx têm o propósito de tomar o fenômeno em análise (no caso a formação da mais-valia e, conseqüentemente, a derivação da

---

<sup>88</sup> "It was naturally of the highest importance for grasping the capital-relation to determine the *value of labour capacity*, since the capital-relation rests on the sale of that capacity. What had above all to be established was the way in which the value of this commodity is determined, for the essential feature of the relation is that labour capacity is offered as a commodity; but as a commodity the determination of its exchange value is the decisive factor."(MARX, [1861-1863]1988a, p.47).

forma-salário) isolado de influências que poderiam prejudicar seu esclarecimento pleno<sup>89</sup>. Essas premissas são formuladas a partir de tendências manifestas da produção capitalista, tais como as referentes à formação da força de trabalho média e a relativa estabilidade (ao tomar-se período mais abrangente) do estilo de vida operário.

Anteriormente foi dito que o trabalhador deve dispor de uma massa de meios de subsistência para sustentá-lo vivo durante o dia natural assim como repor as energias que são gastas durante o período ativo da força de trabalho<sup>90</sup>. Com isso, a jornada de trabalho joga papel fundamental na determinação do valor diário da força de trabalho. O trabalhador possui força de trabalho de duração total (durante a qual ela pode ativamente atuar) limitada a um prazo definido de sua vida<sup>91</sup>. Esse período funcional da força de trabalho *subordina-se* à extensão e intensidade da jornada diária:

They stress how a normal day of this kind not only forms the yardstick for the workers' average life expectancy but rules over the whole of their development. (MARX, [1861-1863]1988a, 193).

Lembremos que o valor diário da força de trabalho é calculado com base em sua duração média, ou na duração normal da vida de um trabalhador e na correspondente transformação normal -ajustada à natureza humana- de substância vital em movimento. (MARX, [1867] 2013, p.594).

Sabemos que o valor da força de trabalho é calculado sobre a base de certa *duração da vida* do trabalhador, *a qual corresponde a certa duração da jornada de trabalho*. (MARX, [1867] 2013, p.609, grifo nosso).

De fato, se a extensão da jornada é maior do que aquela compatível com a duração média da funcionalidade da força de trabalho, o trabalhador gasta diariamente energias vitais em volume excessivo. Com isso, o prolongamento anormal da jornada, ao diminuir o montante de força de trabalho possível para os processos produtivos seguintes, abrevia, por conseguinte, o prazo de funcionamento útil da vida do trabalhador em relação ao que seria possível caso a extensão do tempo de trabalho diário estivesse em consonância com a duração esperada da vida funcional do assalariado. Essa maior brevidade da vida útil da força de trabalho depreciaria, por sua vez, o seu valor global, desde que mantida a atual magnitude

---

<sup>89</sup> "When one comes to analyse the 'commodity'—the simplest concrete element of economics—one must exclude all relations which have nothing to do with the particular object of the analysis"(MARX, [1879] 1989b, p.545).

<sup>90</sup> "For, as we have seen, the daily, weekly average wage presupposes a normal number of years, which comprises a working life—the active existence of the worker, and therefore of his labour capacity." (MARX, [1861-1863]1994b, p.68).

<sup>91</sup> "Since this commodity strictly needs to be continuously reproduced, its value magnitude necessarily refers to a given period of time in the productive use of it (a week, a month) on one side and to the average lifespan of the working population on the other. The real wage corresponding to the value of labor power must be such as to secure the normal production and reproduction of labor power over the average lifetime " (GIUSSANI; VALE, 1992, p.7). Ver Harvey,P. (1985, p.99, nota 6).

monetária recebida diariamente pelo trabalhador. Os mesmos efeitos são esperados caso a intensidade do trabalho ultrapasse o grau usual correspondente à duração normal da força de trabalho. O quadro abaixo elaborado com base nas indicações dos *Manuscritos de 1861-1863* e do Livro I ilustram essas reflexões.

QUADRO 1 - VALOR DIÁRIO DA FORÇA DE TRABALHO E VARIAÇÃO DA EXTENSÃO DA JORNADA

Casos	Jornada diária (em horas)	Duração global da força de trabalho		Valor da força de trabalho (em xelins)		Preço diário da força de trabalho (em xelins)
		Anos	Horas <sup>(1)</sup>	Diário	Global	
Normal	12	20	87600	3	21900 <sup>(3)</sup>	3
1	14	17,14 <sup>(2)</sup>	87600	3,5 <sup>(4)</sup>	21900 <sup>(5)</sup>	3,5
2	14	15 <sup>(6)</sup>	76650	3	16425 <sup>(6)</sup>	3

FONTE: Elaboração própria a partir de Marx ([1861-1863] 1994a, p. 68-69; [1867] 2013, p.308)

(1) Jornada diária multiplicada por 365 dias/ano

(2) Duração (em anos) da força de trabalho =  $\frac{\text{duração global em horas}}{\text{jornada diária} \times 365 \text{ dias}}$

(3) Valor total da força de trabalho correspondente ao valor diário multiplicado pela duração da força de trabalho

(4) Valor diário da força de trabalho =  $\frac{\text{Valor global da força de trabalho}}{\text{duração da força de trabalho} \times 365 \text{ dias}}$

(5) Hipótese de constante valor total força de trabalho

(6) Hipótese de acelerada exaustão da força de trabalho

O caso normal supõe que o trabalhador coloque sua força de trabalho à disposição do capitalista diariamente por 12 horas de intensidade média. O custo diário de manutenção da força de trabalho é de 3 xelins. Com esse montante diário de valor de força de trabalho, o trabalhador pode trabalhar normalmente até 20 anos, durante os quais fornecerá uma quantidade de tempo de trabalho possível de 87600 horas. Admita-se, por exemplo, que a jornada de trabalho diária suba permanentemente para 14 horas (caso 1). Dessa forma, o trabalhador empenhará duas horas a mais em relação à jornada tradicional, fato que diminuirá, por consequência, diariamente de 2 horas a quantidade total de horas de trabalho (87600) que pode normalmente fornecer. Adicionalmente, o prolongamento da jornada em relação ao nível habitual implica desgaste superior da força de trabalho, do qual resultará abreviamento da sua duração<sup>92</sup>, ilustrativamente representado, agora, por aproximadamente 17 anos. Por outro lado, a soma monetária recebida pelo assalariado nos sucessivos atos de troca consiste numa fração - correspondente de modo aproximado ao desgaste médio do trabalhador

<sup>92</sup> "For, as we have seen, the daily, weekly average wage presupposes a normal number of years, which comprises a working life—the active existence of the worker, and therefore of his labour capacity. *As a result of the lengthening of labour time this working life is shortened.*" MARX ([1861-1863] 1994a, p. 68, grifo nosso); "Mas, num caso assim, sejam quais forem as circunstâncias, prolonga-se a jornada normal de trabalho e *reduz-se em correspondência a duração normal da vida do trabalhador e por conseguinte a duração normal da força de trabalho.*" (MARX, [1861-1863] 1980b, p.840, grifo nosso).



experimentado nas jornadas diárias - do valor total da força de trabalho a receber no decorrer da sua vida laboral normal (dadas demais circunstâncias)<sup>93</sup>. Quando a jornada se estende além do habitual, o desgaste anormal da força de trabalho acarreta diminuição no prazo de duração funcional da vida do assalariado, de modo que aquele dado valor global será, nas atuais circunstâncias, repartido por um período menor de funcionamento da força de trabalho, o que eleva, consequentemente, o custo diário de reprodução do trabalhador. Em outras palavras, para o valor global da força de trabalho permanecer o mesmo (dadas as demais circunstâncias) quando a jornada é estendida acima do normal e, em virtude disso, é abreviada a duração da força de trabalho, os custos diários de reprodução do trabalhador precisam ser majorados<sup>94</sup>. A duração abreviada da força de trabalho desencadeada pela extensão maior da jornada condiciona um acréscimo no seu valor diário para refletir a aceleração do desgaste da força de trabalho e, em consequência, o refluxo mais célere do seu valor total. Aqui a mercadoria força de trabalho assemelha-se a um meio de trabalho qualquer<sup>95,96</sup>, cuja utilização

---

<sup>93</sup> "O que ele troca com o capital é toda a sua capacidade de trabalho, que ele despende, digamos, em vinte anos. Em lugar de pagá-la de uma só vez, o capital a paga em doses, digamos, semanalmente, à medida que o trabalhador a coloca à sua disposição." (MARX, [1857-1858] 2011, p.228). "Se o período médio que um trabalhador médio pode viver executando uma quantidade razoável de trabalho é de [20] anos, o valor [da] força de trabalho, que [o capitalista] paga diariamente, é de  $\left[\frac{1}{20 \text{ anos}(x)365 \text{ dias}}\right]$  de seu valor total." (MARX, [1867] 2013, p.308).

<sup>94</sup> "If now the cycle of labour capacity is shortened by overtime from 20 years to [17,14], the value of labour capacity has fallen from [ 20 anos(x)365 dias] to [ 17,14 anos(x)365 dias] ... If the daily value of labour capacity is to remain constant, despite its accelerated consumption,  $x$  must be changed into  $y$ , hence the following equation must take place:  $[ 17,14 \text{ anos}(x)365 \text{ dias}(x)y] = [ 20 \text{ anos}(x)365 \text{ dias}(x)x]$ .  $y = \frac{[ 20 \text{ anos}(x)365 \text{ dias}(x)x]}{[ 17,14 \text{ anos}(x)365 \text{ dias}]}$ . In other words, the *necessary wage* would now have to grow by [16,7%] in order to remain the same." MARX ([1861-1863] 1994a, p. 68-69).

<sup>95</sup> Marx em certas ocasiões de sua análise compara o refluxo mais rápido do valor do meio de trabalho em razão da extensão mais pronunciada de seu uso com o que ocorre analogamente com o trabalhador graças ao prolongamento da jornada. Menciona-se, como exemplo, os seguintes extratos: "By selling his labouring power, and he must do so under the present system, the working man makes over to the capitalist the consumption of that power, but within certain rational limits. He sells his labouring power in order to maintain it, apart from its natural wear and tear, but not to destroy it. In selling his labouring power at its daily or weekly value, it is understood that in one day or one week that labouring power shall not be submitted to two days' or two weeks' waste or wear and tear. Take a machine worth £1,000. If it is used up in ten years it will add to the value of the commodities in whose production it assists £100 yearly. *If it be used up in five years it would add £200 yearly, or the value of its annual wear and tear is in inverse ratio to the quickness with which it is consumed. But this distinguishes the working man from the machine. Machinery does not wear out exactly in the same ratio in which it is used.* Man, on the contrary, decays in a greater ratio than would be visible from the mere numerical addition of work" (MARX, [1865]1985c, p.141, grifo nosso); "Assim, se o prolongamento [...] encurta o tempo de vida do trabalhador [...] e a duração de sua força de trabalho, torna-se necessária [...] inclusão de custos de depreciação maiores na reprodução da força de trabalho, do mesmo modo como a parte do valor a ser diariamente reproduzida de uma máquina é tanto maior quanto mais rapidamente ela se desgasta"(MARX, [1867] 2013, p. 338).

<sup>96</sup> Lebowitz (2003, p103-104) condena essa equiparação que Marx faz entre o desgaste da "maquinaria viva" e a "maquinaria morta" declarando que : "This is a perspective in which the side of workers and the struggle of workers to satisfy their needs have no place." (Lebowitz ,2003, p.104). Contudo, Marx apenas exprime a realidade de que no processo de produção do capital a força de trabalho não passa de um objeto ou um modo

diária mais extensa faz refluir mais rapidamente a seu possuidor o valor despendido na sua aquisição, com a diferença, entretanto, de que a extensão da jornada ultrapassada certo limite ocasiona na "maquinaria viva"<sup>97</sup> um desgaste "incomensurável" (MARX, [1867] 2013, p. 594).

O caso 2 ilustra situação na qual o trabalhador continua recebendo por sua força de trabalho o mesmo montante nominal diário, não obstante a jornada de trabalho tenha se estendido acima do nível tradicional. O valor global da força de trabalho sofreria uma real depreciação, ocasionando uma dupla pena ao trabalhador, pois, de um lado, aceleraria a redução do tempo durante o qual ele pode viver da venda regular de sua mercadoria peculiar e, de outro, não obteria equivalente monetário suficiente para comprar os meios de subsistência adicionais que seriam necessários para restaurar os gastos acrescidos da força de trabalho<sup>98</sup>. Do ponto de vista da premissa aqui adotada, segundo a qual os agentes da troca transacionam a mercadoria força de trabalho conforme vantagem reciprocamente reconhecida, o resultado ilustrado pelo caso 2 representaria claramente uma ofensa à livre troca de valores equivalentes. Motivo pelo qual essa situação retratada será por ora abstraída, mas retomada novamente no capítulo 4, quando será examinada na perspectiva da *forma-salário*.

Recorde-se que o trabalho assalariado impõe à relação-capital especificidades quando comparada aos atos de troca ordinários. O trabalhador, ao contrário dos vendedores

de existência do capital na esfera de produtiva com delimitada vida máxima de utilização, e desde que seu consumo ultrapasse a extensão e intensidade usuais tal objeto perderá como consequência funcionalidade antes do tempo previsto: "É de um sentimentalismo extraordinariamente barato afirmar que esse método de determinação do valor da força de trabalho, que *decorre da natureza da coisa*, é um método brutal..." (MARX, [1867] 2013, p.247, grifo nosso).

<sup>97</sup> "The second reason: they demand extra pay for overwork because the lengthening of the normal day brings with it not only a quantitative but a qualitative difference, and the daily *value* of labour capacity itself must therefore be subjected to an altered valuation. If, for example, a 13-hour working day replaces one of 12 hours, this must be estimated as the average working day of a labour capacity which is used up over, e.g., 15 years, whereas in the other case the average working day is that of a labour capacity which is used up in 20 years." (MARX, [1861-1863]1988a, p.194); "O valor da força de trabalho aumenta de acordo com seu desgaste, isto é, com a duração de seu funcionamento e de modo proporcionalmente mais acelerado do que o incremento da duração de seu funcionamento"(MARX, [1867] 2013, p.616).

<sup>98</sup> Marx representa essa conclusão mediante recurso a um diálogo imaginário de um trabalhador com seu patrão. Fez-se algumas alterações nos exemplos numéricos do trecho para adequá-lo à ilustração do Quadro 1: "Por meio de um prolongamento desmedido da jornada de trabalho, podes, em um dia, fazer fluir uma quantidade de minha força de trabalho maior do que a que posso repor em três dias. O que assim ganhas em trabalho eu perco em substância do trabalho. A utilização de minha força de trabalho e o roubo dessa força são coisas completamente distintas. Se o período médio que um trabalhador médio pode viver executando uma quantidade razoável de trabalho é de [20] anos, o valor de minha força de trabalho, que me pagas diariamente, é de  $\left[\frac{1}{20 \text{ anos}(x)365 \text{ dias}}\right]$  de seu valor total. Mas se a consumes em [15] anos, pagas-me diariamente  $\left[\frac{1}{20 \text{ anos}(x)365 \text{ dias}}\right]$  em vez de  $\left[\frac{1}{15 \text{ anos}(x)365 \text{ dias}}\right]$  de seu valor total; portanto, apenas  $\left[\frac{3}{4}\right]$  do seu valor diário, e me furtas, assim, diariamente,  $\left[\frac{1}{4}\right]$  do valor de minha mercadoria." (MARX, [1867] 2013, p.308).



comuns de mercadoria, não pode ser indiferente ao modo como o comprador utiliza a mercadoria comprada. Pelo motivo de o consumo da mercadoria força de trabalho ocorrer em esfera distinta da circulação mercantil na qual os agentes da troca estabeleceram previamente sua transação comercial, o trabalhador poderia ignorar a sorte de sua força de trabalho quando esta já estivesse em posse provisória do capitalista, como em regra ocorre com as transações comuns. Contudo, o valor de uso mostra-se uma categoria econômica. O trabalhador aliena a força de trabalho sem, todavia, renunciar à sua propriedade. Essa circunstância característica do trabalhador como um vendedor especial faz com que se preocupe com a destinação de uso da força de trabalho no momento em que acontece o ato de cessão provisória quer diretamente ao negociar com o capitalista os termos adequados de uso da mercadoria peculiar que respeite a duração prevista desta última quer ao verificar, já no processo produtivo, o cumprimento daqueles termos mediante ações, frequentemente veladas, que procurem ajustar o empenho de sua força de trabalho com os custos diários de manutenção dela. E o trabalhador tem motivo para desse modo agir, posto que depende para viver unicamente da venda diária da mercadoria peculiar, de sorte que todo uso inapropriado de sua força de trabalho pode acarretar tal corrupção de sua qualidade normal que limitaria as chances de aceitação corrente de sua mercadoria no mercado bem como abreviaria o período em que continuamente poderia ofertá-la<sup>99</sup>.

Por outro lado, o capitalista igualmente não pode desprezar a relação econômica implicada pelo uso da força de trabalho em condições sociais de produção. Não apenas busca evitar desperdícios de força de trabalho, de modo que o trabalhador forneça apenas o tempo de trabalho socialmente necessário à produção de mercadoria, como é, igualmente, de seu interesse que a força de trabalho diariamente seja ofertada em sua quantidade e qualidade normais. O capitalista necessita encontrar nos dias seguintes trabalhadores disponíveis nas mesmas condições de força, saúde e vitalidade dos dias anteriores. Para isso, a jornada de trabalho deve contar com uma extensão e intensidade compatíveis com a duração projetada da força de trabalho. Se a extensão da jornada diária elevar-se, então o trabalhador precisaria ser compensado por um maior valor diário de sua força de trabalho a fim de ajustá-lo ao maior desgaste laboral. E desde que a vida funcional do trabalhador é encurtada pela maior extensão

---

<sup>99</sup> Na seguinte passagem Marx novamente se serve do seu requintado gosto teatral para representar dramaticamente o ponto de vista do trabalhador: "Desejo, como um administrador racional e parcimonioso, gerir meu próprio patrimônio, a força de trabalho, abstenho-me de qualquer desperdício irrazoável desta última. Quero, a cada dia, fazê-la fluir, pô-la em movimento apenas na medida compatível com sua duração normal e seu desenvolvimento saudável" (MARX, [1867] 2013, p.308).

da jornada diária, novas forças de trabalho deveriam ser colocadas no mercado em substituição daquelas que precocemente perderam função. Portanto, o valor diário da força de trabalho elevar-se-ia também para cobrir necessidade de maior reposição futura de força de trabalho, o que encareceria (dadas demais circunstâncias) o processo de produção do capital, como se depreende da seguinte reflexão de Marx no Livro I:

Mas o valor da força de trabalho inclui o valor das mercadorias requeridas para a reprodução do trabalhador ou para a procriação da classe trabalhadora. Assim, se o prolongamento antinatural da força de trabalho que o capital tem necessariamente por objetivo em seu impulso desmedido de autovalorização, encurta o tempo de vida do trabalhador singular e, com isso, a duração de sua força de trabalho, torna-se necessária uma substituição mais rápida dos trabalhadores que foram desgastados e, portanto, a inclusão de custos de depreciação maiores na reprodução da força de trabalho, do mesmo modo como a parte do valor a ser diariamente reproduzida de uma máquina é tanto maior quanto mais rapidamente ele se desgaste. Uma jornada de trabalho normal parece, assim, ser do próprio interesse do capital. (MARX, [1867] 2013, p.338).

É importante assinalar que deliberadamente deixa-se de lado expediente de variação na extensão e intensidade da jornada de trabalho com desproporcional ou mesmo sem nenhuma compensação monetária ao trabalhador, o qual é abertamente empregado pelos capitalistas nas suas relações cotidianas com o trabalhador. Supõe-se, pelo contrário, que o trabalhador venda sua força de trabalho por seu valor global real, implicando jornada de trabalho de intensidade e duração normais<sup>100</sup>. Essa suposição é pertinente ao esclarecimento da natureza da mais-valia assim como para o propósito de derivação da forma-salário. A modalidade de mais-valia aqui estudada é a normal, a qual existe independentemente da adoção de expedientes que impliquem pagamento anormal da mercadoria força de trabalho. Por outro lado, a admissão de que a mercadoria força de trabalho seja vendida por seu valor diário integral demandaria frequentes correções para ajustá-lo à variação da jornada, complicando, sem imediata serventia, o cálculo do mais-trabalho e da mais-valia. Então, a facilidade com que a formação do mais-trabalho é quantitativamente determinável justifica, momentaneamente, a aplicação da premissa de uma jornada socialmente fixa. Não se pode esquecer que a presente exposição sobre a mercadoria força de trabalho desde o início supôs que sua transação envolve dois possuidores iguais e livres de mercadorias, de modo que a

---

<sup>100</sup> "[...] é a manutenção normal da força de trabalho que determina os limites da jornada de trabalho..." (MARX, [1867] 2013, p.338); "Here, where we are making the overall assumption that the worker sells his labour capacity at its value, we also assume that the total period, the sum of the necessary labour time and the surplus labour time, does not exceed the normal working day, whether this is set at 12, 13 or 14 hours, worked by the worker in order to preserve his labour capacity in its customary state of health and ability to work for a certain normal average period, and to reproduce it every day afresh." (MARX, [1861-1863]1988a, p.184); "We have till now supposed that the *working day* has given limits." (MARX, [1865]1985c, p.140).

cessão da força de trabalho acontece sob o pressuposto de que ambos reciprocamente a consideram vantajosa. Por último, cabe sinalizar que o exame sobre a significação para a forma-salário da variação em extensão e intensidade da jornada de trabalho somente será levada a cabo quando conhecer-se no pensamento de Marx os pressupostos que facultam aos capitalistas a manipulação da jornada em seu próprio benefício<sup>101</sup>.

Na subseção anterior (1.1), observou-se, em diversas passagens de seus escritos econômicos maduros, que Marx salientara as peculiaridades da determinação social do trabalho assalariado que concedem à força de trabalho qualidades produtivas superiores em relação a outras determinações do trabalho como o escravismo. Essas qualidades produtivas superiores do trabalhador livre são também proporcionadas pela peculiar determinação do valor da força de trabalho no sistema assalariado. Por exemplo, na relação escravista de trabalho, o produtor direto é pessoalmente dependente do seu senhor, pois recebe deste último a precária manutenção de sua vida na forma de uma massa quantitativa e qualitativamente fixa de meios de subsistência. O trabalhador escravo tem asseguradas as condições de existência se bem que geralmente apenas conforme uma subsistência animal. Ele não precisa lutar pela própria sobrevivência e, conseqüentemente, o seu maior ou menor empenho no trabalho nada modificará sua condição insuportável de vida material. Aliado a isso, qualquer melhoria na força produtiva de seu trabalho não repercute em ganhos de meios de subsistência, os quais continuariam a ser supridos pelo seu senhor na mesma quantidade e espécie.

O trabalhador assalariado, inversamente, é livre possuidor da mercadoria força de trabalho, não estabelecendo nenhuma relação de dependência pessoal com o empregador, de modo que é responsável pela própria manutenção da vida material. E essa mercadoria tem o peculiar custo de reprodução determinado por necessidades historicamente condicionadas de seu livre proprietário, de maneira que os meios de subsistências necessários podem variar com o progresso econômico da sociedade. Por outro lado, o trabalhador assalariado recebe pela

---

<sup>101</sup> Marx estuda já na seção III do Primeiro Livro de *O capital* a variação desmesurada da jornada. Chama atenção no capítulo 8 que não há na relação-capital em si um limite superior determinável para a jornada de modo que o capital por perseguir o máximo mais-trabalho é incitado a estendê-la desmedidamente sem se ocupar com as conseqüências sobre a força de trabalho: "O capital não se importa com a duração da vida da força de trabalho." (MARX, [1867] 2013, p.338). Páginas seguintes Marx explica que essa negligência é amparada na existência de um reservatório de trabalhadores redundantes, o qual é invocado pelo autor nesse momento da análise com base na referência à "experiência dos capitalistas", na medida em que até então no curso de sua investigação estavam ausentes os mecanismos que, primeiro, formam a superpopulação relativa e, depois, conferem-lhe necessidade à reprodução capitalista: "O que a experiência mostra aos capitalistas é, em geral, uma constante superpopulação, isto é, um excesso de população em relação às necessidades momentâneas de valorização do capital..." (MARX, [1867] 2013, p. 341).

alienação de sua força de trabalho não diretamente uma cesta de subsistência, mas um equivalente monetário<sup>102</sup>, fato que proporciona a esse produtor direto margem, mesmo estreita<sup>103</sup>, para escolha dos itens que deseja incluir na massa dos meios de subsistência necessários à reprodução de sua existência material<sup>104</sup>. Essa liberdade formal na constituição dos itens da cesta de meios de subsistência concede ao trabalhador assalariado senso de "autonomia e responsabilidade" (MARX, [1861-1863]1994b, p.98-99) ausentes no escravismo e que retroagem nas suas funções dentro da esfera produtiva, colocando de partida a produção capitalista, em termos de desenvolvimento das forças produtivas, consideravelmente acima de qualquer modo de produção pré-capitalista<sup>105</sup>. Por seu turno, o modo capitalista de produção promove formas de pagamento salarial (salário por peça tema a ser discutido no capítulo 4) que estimula o produtor direto a trabalhar mais intensamente com o intuito de elevar sua receita monetária para, conseqüentemente, ter acesso a maior quantidade e variedade de espécies de meios de consumo. O outro aspecto favorável à produção capitalista, decorrente da peculiar determinação do valor da força de trabalho, é que o trabalhador assalariado recebendo pela alienação de sua mercadoria equivalente monetário é indiferente à função particular de sua força de trabalho, importando-lhe qualquer uma que lhe ofereça uma receita monetária maior pela venda dela e lhe permita ascender na escala de satisfação de necessidades. O trabalhador assalariado caracteriza-se, então, por versatilidade e abertura à mudança de ocupação, circunstância sobremodo relevante à produção capitalista, com sua constante movimentação entre ramos e criação de novos setores de exploração, que

---

<sup>102</sup> "The free worker receives them in the form of *money*, of *exchange value*, of the abstract social form of wealth. However much the wage is now in fact nothing but the *silver* or *gold* or *copper* or *paper* form of the necessary means of subsistence, into which it must constantly be resolved—*money* functioning here as the merely transitory form of exchange value, as mere *means of circulation*—*abstract wealth, exchange value*, and not a specific traditionally and locally limited use value, still remains for the worker the purpose and result of his labour. It is the worker himself who turns the money into whatever use values he wants, buys the commodities he wants with it, and as *an owner of money*, as a buyer of commodities, he stands in exactly the same relation to the sellers of commodities as any other buyer." (MARX, [1861-1863]1994b, p.100).

<sup>103</sup> "The conditions of his existence—and also the limited extent of the value of the money he has acquired—naturally compel him to spend it on a rather restricted range of means of subsistence." (MARX, [1861-1863]1994b, p.100).

<sup>104</sup> "Como troca seu valor de uso pela forma universal da riqueza, o trabalhador devém coparticipante no desfrute da riqueza universal até o limite de seu equivalente - um limite quantitativo que, aliás, vira limite qualitativo, como em qualquer troca. Mas ele não está vinculado a objetos particulares nem a uma maneira de satisfação particular. Ele não está excluído qualitativamente do círculo de seus prazeres, mas só quantitativamente. Isso o diferencia do escravo, do servo [...]" (MARX, [1857-1858] 2011, p.222).

<sup>105</sup> "Contudo, já pode ser constatado de passagem que a relativa limitação qualitativa do círculo de prazeres dos trabalhadores, relativa só quantitativa e não qualitativamente, e posta apenas pela quantidade, também lhes confere como consumidores (...) uma importância completamente diferente como agentes da produção da que possuem e possuíam, por exemplo, na Antiguidade, na Idade Média e Ásia." (MARX, [1857-1858] 2011, p.222).

requer, a todo instante, força de trabalho prontamente preparada para diversas espécies de trabalho e capaz de rapidamente assimilar suas rotinas<sup>106</sup>.

### 1.3. SOBRE A REALIZAÇÃO MONETÁRIA DO VALOR DA MERCADORIA FORÇA DE TRABALHO: PREMISSA E JUSTIFICATIVA

Como visto anteriormente, o trabalhador, no ato de troca, cede provisoriamente sua força de trabalho ao capitalista. A mercadoria força de trabalho é especial, posto que inseparável de seu possuidor e, dessa maneira, só pode ser realmente alienada no momento em que o trabalhador simultaneamente estiver presente no processo de produção, de sorte que decorre um intervalo temporal entre a celebração do contrato entre as partes e a efetiva apropriação da mercadoria força de trabalho pelo capitalista<sup>107</sup>. Essa particularidade da mercadoria força de trabalho suscita a questão sobre a realização monetária do seu valor. Nas nações em que vigoram o assalariamento, a regra prescrita nas relações contratuais entre capitalistas e trabalhadores estabelece que o trabalhador seja pago em determinados prazos regulares e sempre após ter fornecido trabalho<sup>108</sup>. Toda vez que aliena sua mercadoria contra

---

<sup>106</sup> "Since the purpose of labour is for the wage labourer wages alone, money, a definite quantity of exchange value, in which any specific characteristics of use value have been extinguished, he is completely indifferent to the *content* of his labour, and therefore to the specific character of his activity. In the guild or caste system, on the other hand, this activity was regarded as the exercise of a vocation, whereas with the slave, as with the beast of burden, it is only a particular kind of activity, of exertion of his labour capacity, imposed on him and handed down from the past. Hence in so far as the division of labour has not made his labour capacity entirely one-sided, the free worker is *in principle* receptive to, and ready for, any variation in his labour capacity and his working activity which promises better wages (as is indeed demonstrated in the case of the surplus population of the countryside, which constantly transfers to the towns). If the developed worker is more or less incapable of this variation, he still regards it as always open to the next generation, and the emerging generation of workers can always be distributed among, and is constantly at the disposal of, new branches of labour or particularly prosperous branches of labour." (MARX, [1861-1863]1994b, p.101).

<sup>107</sup> "Na venda da mercadoria- a força de trabalho-, a cessão jurídica do valor de uso e alienação real se dissociam no tempo." (MARX, [1861-1863] 1985b, p.1168-1169); "Da natureza peculiar dessa mercadoria específica, a força de trabalho, resulta que, com a conclusão do contrato entre comprador e vendedor, seu valor de uso ainda não tenha passado efetivamente às mãos do comprador." (MARX, [1867] 2013, p.248); "Por essa razão, a alienação da força e sua exteriorização efetiva, isto é, sua existência como valor de uso, são separadas por um intervalo de tempo." (MARX, [1867] 2013, p.248).

<sup>108</sup> "It lies in the nature of this particular commodity, labour capacity, that its real use value only really passes from one hand to the other, from the hand of the seller to that of the buyer, after it has been consumed. The real use of labour capacity is labour. But it is sold as a capacity, a mere possibility before the labour has been performed, as a mere power, whose real manifestation only takes place after its alienation to the buyer. Since here the formal alienation [by sale] of the use value and its actual handing over are not simultaneous occurrences, the money of the buyer in this exchange mostly functions as means of payment. Labour capacity is paid for daily, weekly, etc., but not at the moment when it is bought, rather after it has really been consumed in a day, a week, etc. In all countries where the capital-relation is developed the worker's labour capacity is only paid for after it has functioned as such. In this connection it can be said that everywhere the worker gives credit to the capitalist, by the day or by the week; this is due to the special nature of the commodity he is selling. The worker hands over to him the use of the commodity he sells, and only receives its exchange value or price after it has been consumed." (MARX, [1861-1863]1988a, p. 52-53); "Por isso a realização do preço ocorre depois da venda da mercadoria. Aí patenteia-se também que não é o capitalista e

uma promessa de pagamento de recebimento futuro em prazo acordado, o vendedor assume figura de credor e o dinheiro funciona como meio de pagamento, apresentando-se como dinheiro real no momento da liquidação da promessa de pagamento. O trabalhador, nas relações contratuais normalmente acordadas com o capitalista, é um credor deste último, posto que aliena nominalmente sua força de trabalho contra pagamento posterior em data celebrada. No Livro Primeiro de *O capital*, Marx resolve, entretanto, aplicar uma sequência de pagamento alternativa à mencionada convenção, assumindo que o trabalhador, no ato de cessão nominal, recebe imediatamente a forma monetária do valor de sua força de trabalho<sup>109</sup>. O trabalhador recebe o equivalente monetário do valor de sua força de trabalho antes de fornecer trabalho, de maneira que é o capitalista, então, que figura nessa relação contratual como credor do trabalhador. Antes de compreender a razão dessa premissa, convém refletir por que ela não foi aplicada nos *Manuscritos de 1861-1863*, um dos esboços preparatórios para o Livro I de *O Capital*.

De fato, nos *Manuscritos de 1861-1863*, Marx admite como acertada para a análise da mais-valia a convenção que vigora nos países capitalistas para as transações entre capitalistas e trabalhadores. Todavia, a invocação dessa regra usual poderia sugerir a visão enganosa de que a forma monetária representaria não o valor da força de trabalho e sim o *valor do trabalho realizado*, visto que o trabalhador recebe pagamentos nos prazos fixados após ter fornecido trabalho. Nesse caso, o trabalhador venderia a própria manifestação da força de trabalho como mercadoria. Para contornar tal dificuldade (que irremediavelmente impediria a conceituação da mais-valia), Marx explica que, mesmo o trabalhador recebendo depois de ter trabalhado, a quantia em dinheiro refere-se a um preço previamente fixado em contrato, num negócio ocorrente na esfera de circulação que antecedeu ao ato de trabalhar propriamente dito. Essa precedência contratual evidenciaria, segundo Marx, que o trabalhador é pago pela alienação de sua força de trabalho e não pelo trabalho fornecido<sup>110</sup>, assim como

---

sim o trabalhador quem adianta; do mesmo modo, no aluguel de uma casa quem adianta o valor de uso não é o locatário e sim o locador"(MARX, [1861-1863]1985b, p. 1169); "Em todos os países em que reina a produção capitalista, a força de trabalho só é paga depois de já ter funcionado pelo período fixado no contrato de compra, por exemplo, ao final de uma semana"(MARX, [1867] 2013, p.248).

<sup>109</sup> "Para uma clara compreensão da relação entre as partes, pressuporemos, provisoriamente, que o possuidor da força de trabalho, ao realizar sua venda, recebe imediatamente, o preço estipulado por contrato"(MARX, [1867] 2013, p.250).

<sup>110</sup> "O que o capitalista compra é a disposição temporária da força de trabalho, a pagar só depois de essa força ter atuado, se ter materializado em produto. Como em todos os casos em que o dinheiro tem a função de meio de pagamento, compra e venda aqui precedem o desembolso real do dinheiro pelo comprador. Mas o trabalhador *pertence* ao capitalista depois daquela transação, que se conclui antes de começar o processo real de produção". (MARX, [1861-1863]1980a, p.300).

demonstraria que a forma de pagamento da mercadoria força de trabalho em nada altera em si a relação-capital<sup>111</sup>.

Marx não manteve nos *Manuscritos de 1861-1863* a premissa de recebimento imediato (já aplicada, por exemplo, nos *Grundrisse*<sup>112</sup>), porque queria evitar certos equívocos. O primeiro deles constituía na noção de que o salário era um "adiantamento" concedido pelos capitalistas aos assalariados a fim de que estes subsistissem durante o processo de produção. No entanto, essa precariedade da vida material do trabalhador advém de ele unicamente possuir força de trabalho para viver, e explica, para Marx, a sua necessidade de renovar, em intervalos frequentes e curtos, os atos de troca com os capitalistas, mas não determina obrigatoriamente esse produtor direto receber o equivalente monetário do valor de sua mercadoria peculiar imediatamente à conclusão do ato de troca. E, depois, a concepção de "salário adiantado" sugere que o salário representaria um custo ao capitalista, visto que ele efetivamente deve desembolsar determinada quantia para comprar força de trabalho. Essa aparência de adiantamento salarial desaparece na sucessão de recebimentos do trabalhador ou no curso repetitivo dos atos de troca com o capitalista. No momento em que se toma, dessa forma, a relação-capital no seu movimento reprodutivo, verificar-se-ia que aquilo que o capitalista "adianta" ou "antecipa" a título de "salário" ao trabalhador é, na verdade, fração do

---

<sup>111</sup> "However, the nature of the exchange of commodities is not altered by whether money functions as means of purchase or means of payment. The price of the labour capacity is contractually fixed in the sale, although it is not realised until later. Nor does this form of payment change the fact that this price determination is related to the *value of the labour capacity*, and not to the *value of the product* or to the *value of labour*, which is not a commodity as such at all." (MARX, [1863-1864] 1994c, p.340-341).

<sup>112</sup> Há diversas passagens dos *Grundrisse ou Manuscrito de 1857-1858* que indicam análise da formação da mais-valia baseada no pressuposto de o trabalhador receber imediatamente a forma monetária do valor de sua força de trabalho: "O valor do próprio produto, porquanto é um excedente sobre o valor da matéria-prima e do instrumento, caberia ao trabalhador; com a única diferença que o capitalista lhe pagaria esse valor em salário e o trabalhador o restituiria ao capitalista em produto." (MARX, [1857-1858] 2011, p.249); "Por outro lado, o trabalhador não teria permanecido no processo de troca simples; ele teria de fato recebido o produto de seu trabalho em pagamento, só que o capitalista lhe teria feito *o obséquio de pagar-lhe antecipadamente o preço do produto antes de sua realização. O capitalista lhe teria dado crédito...*" (MARX, [1857-1858] 2011, p.252, grifo nosso); "Ele recebe só um equivalente. Amanhã, portanto, depois de efetuada a troca - e mesmo quando conclui formalmente a troca, o trabalhador só a consome no processo de produção-, a sua capacidade de trabalho existe da mesma maneira que antes: ele recebeu um equivalente exato, porque o preço que recebeu o deixa de posse do mesmo valor de troca anteriormente. O *quantum* de trabalho objetivado que está contido em sua vitalidade lhe foi pago pelo capital. O capital consumiu esse *quantum* e, uma vez em que este último não existia como coisa, mas como capacidade de um ser vivo, o trabalhador pode, devido à natureza *específica* de sua mercadoria - da natureza específica do processo vital-, entrar de novo na troca. (MARX, [1857-1858] 2011, p.254); "No que se refere aos 50 táleres restantes [valor produzido], 40 deles representam não somente simples conservação, mas reprodução efetiva, uma vez que o capital os alienou na forma do salário e o trabalhador os consumiu..." (MARX, [1857-1858] 2011, p.299); "[...] e ele os recebeu antecipadamente e, por isso, os reproduziu; na verdade, portanto, ele os restituiu inteiramente ao capital..." (MARX, [1857-1858] 2011, p.300).



valor reproduzido por este último, constatação que seria obscurecida se fosse admitido que o assalariado recebesse pela venda de sua força de trabalho imediatamente à cessão formal<sup>113</sup>.

Por outro lado, o trabalhador ao receber imediatamente equivalente monetário do valor da mercadoria força de trabalho pode fundamentar a concepção mistificada sobre a origem do lucro. Nessa concepção, o trabalhador e o capitalista seriam parceiros que compartilhariam o valor produzido na forma, respectivamente, de salário e lucro. Se receber antecipadamente seu salário, então o trabalhador estaria se protegendo dos riscos inerentes ao negócio ao vender sua cota esperada ao capitalista. Assim, o trabalhador, ao invés de vender mercadoria força de trabalho, comerciaria, na verdade, o próprio do produto de seu trabalho como mercadoria, de modo que o salário representaria, nessa concepção, um pagamento pelo trabalho realizado e corporificado no produto elaborado na jornada, ao passo que o lucro expressaria justa recompensa pelo risco<sup>114</sup> que o capitalista sozinho assume pelo andamento do negócio<sup>115</sup>.

---

<sup>113</sup> “A proposição referente à 'cota' do trabalhador em seu próprio produto baseia-se de fato nisto: se observarmos, em vez da transação isolada entre capitalista e trabalhador, a troca entre ambos no curso da reprodução; se olharmos o conteúdo real desse processo em vez da forma como ele aparece, patentear-se-á na realidade que aquilo com que o capitalista paga o trabalhador (e também a parte do capital a qual na figura do capital constante confronta o trabalhador) é apenas parte do produto do próprio trabalhador e precisamente uma parte que não está para ser convertida em dinheiro, mas já se vendeu, já se transformou em dinheiro, uma vez que os salários são pagos em dinheiro e não em produtos [...] O mesmo se dá com o capitalista. Ele só 'adianta' na aparência. O que adianta ao trabalhador como salário ou melhor *paga*, uma vez que só paga o trabalho depois de executado, é parte do produto produzido pelo trabalhador e já convertido em dinheiro.” (MARX, [1861-1863]1985b, p.1147). Marx chama atenção desse ponto também no início de seus *Manuscritos de 1861-1863* quando diz: “The capitalist receives this for nothing. Just as the worker advances his labour to him, in that it is only paid for after it is objectified. (This is a point to be made against those who speak of the price of labour's being advanced. The labour is paid for after it has been provided. The product as such does not concern the worker. The commodity he sells has already passed into the possession of the capitalist before it is paid for.)” (MARX, [1861-1863]1988a, p. 114-115).

<sup>114</sup> “Entretanto, do produto adianta ao trabalhador a parte que a este cabe, na forma de dinheiro, como salário, e assim poupa ao trabalhador a fadiga, o risco e o tempo de converter pessoalmente em dinheiro o segmento da mercadoria a ele devido como salário. Não deve o trabalhador pagar-lhe por essa fadiga, esse risco e esse tempo? E em compensação, portanto, receber do produto menos do que lhe caberia? [...] o adiantamento é mera aparência, passa a dizer: o trabalhador vendeu ao capitalista sua participação no produto, antes que este se tivesse convertido em dinheiro [...] O capitalista tem o dinheiro, e o trabalhador lhe vende, em vez da força de trabalho, mercadoria, isto é, parte do produto na qual seu trabalho se realizou.” (MARX, [1861-1863]1980a, p. 300-301).

<sup>115</sup> Para Marx, essa concepção de compartilhamento no valor produzido é igualmente “absurda”, porque não explicaria a razão de os trabalhadores se contentarem em receber antecipadamente uma cota cujo trabalho materializado é menor do que o objetivado na produção do produto de valor contido na mercadoria: “One could only say: even assuming—and this is a favourite phrase—assuming that Act I has not taken place in the manner described but instead the buyer pays not for the labour capacity but rather for the labour itself that has been provided. It can only be imagined. The product is now ready, but its value only exists in the form of its price. It must first be realised as money. If, then, the capitalist immediately realises for the worker his part of the product in money, it is in order that the worker should be content with a lesser equivalent in money than he has given up in the commodity. From a general point of view this is absurd.” (MARX, [1861-1863]1988a, p.106-107).



Enfim, Marx condenava, nas suas reflexões expostas nos *Manuscritos de 1861-1863*, a premissa de que o trabalhador recebesse imediatamente pela alienação de sua força de trabalho, assumindo, alternativamente, a regra comum reinante nos países capitalistas nas transações que envolvem a força de trabalho. Ao admitir que o trabalhador receba depois de ter fornecido trabalho, o autor tornaria evidente a falsidade teórica da noção de "salário adiantado" bem como deixaria patente a maliciosa concepção de lucro entendida como remuneração pelo risco do negócio empresarial assumido sozinho pelo capitalista.

Entretanto, no Primeiro Livro de *O Capital*, Marx indica que empregará a suposição de que o trabalhador recebe imediatamente a forma monetária do valor da mercadoria força de trabalho sob a justificativa de que essa premissa permitirá uma "clara" elucidação da natureza da mais-valia (MARX, [1867] 2013, p.250). Mas esse pressuposto é "provisoriamente" (MARX, [1867] 2013, p.250) aplicado no decurso apenas do desvendamento da natureza da mais-valia, de modo que tão logo esta questão esteja esclarecida a premissa pode ser, enfim, abandonada. O capitalista antecipa soma de magnitude determinada ao trabalhador para pagamento do valor de sua força de trabalho, de modo que este último já dispõe na prática dos meios de subsistência necessários para reproduzir, durante o dia inteiro, sua vida material e social. Fica, assim, claramente evidenciado que o trabalhador vende, de fato, a mercadoria força de trabalho. Evitar-se-ia, com isso, as complicações que decorreriam da admissão de o pagamento monetário suceder o decurso da jornada trabalhada, que demandaria (para rechaçar a sugestão de que o trabalhador vendesse o trabalho realizado) explicação suplementar de que a quantia monetária recebida no prazo acordado concerne a um preço previamente fixado numa transação contratual verificada na esfera de circulação anterior ao processo de trabalho. Por outro lado, no processo de produção, o trabalhador deve primeiramente trabalhar para restituir em valor-mercadoria a soma monetária de grandeza determinada antecipadamente recebida do capitalista a título de pagamento do valor de sua força de trabalho. Em seguida a isso, ele trabalha para fornecer mais-trabalho ao capitalista. Assim, a mais-valia não é apenas uma grandeza quantitativamente definida como sua geração sucede à reprodução do valor da força de trabalho<sup>116</sup>. Se, na análise da formação do capital, o trabalhador recebesse depois do trabalho fornecido, o capitalista (visto ser o legítimo proprietário do produto de valor) poderia

---

<sup>116</sup> “Por outro lado, com dada grandeza da jornada de trabalho e dado valor da força de trabalho, a grandeza do mais-trabalho é evidentemente dada [...] Com o valor de seus meios de subsistência está dado o valor de sua força de trabalho, e com o valor de sua força de trabalho está dada a grandeza de seu tempo de trabalho necessário. A duração do mais-trabalho, no entanto, é obtida subtraindo da jornada de trabalho total o tempo de trabalho necessário.” (MARX, [1867] 2013, p.387-388).

apropriar-se da mais-valia antes de o trabalhador ter assegurado a conservação da própria força de trabalho. Isso dificultaria a compreensão da divisão da jornada de trabalho numa primeira parte destinada à reprodução do valor da força de trabalho e conservação normal da vida material e social do produtor direto sucedida por segunda parte compreendida pela execução de mais-trabalho objetivado em mais-valia. Assim que devidamente esclarecida a formação da mais-valia e realçada a compreensão da composição da jornada de trabalho, a mencionada premissa cessaria de ser útil, razão pela qual Marx julgava como "provisória" a necessidade de sua aplicação. Uma vez esclarecida a natureza da mais-valia, é possível abstrair como detalhe irrelevante<sup>117</sup> a circunstância de o trabalhador receber por sua força de trabalho antes ou depois de ter fornecido trabalho. A repetição do processo de produção do capital como movimento contínuo mostraria que o capitalista efetivamente paga ao trabalhador fração de valor produzido, pouco importando, nesse sentido, para a compreensão em si da relação-capital se o assalariado recebe antecipadamente parcela do produto de seu trabalho a realizar ou, alternativamente, é pago com porção do seu trabalho já realizado. Em virtude disso, Marx reconhece que as críticas endereçadas nos *Manuscritos de 1861-1863* à concepção de “salário adiantado” poderiam ser mais bem entendidas quando se estudasse a relação capitalista em sua totalidade e em seu fluxo contínuo, motivo pelo qual o autor reservou seus comentários à noção de salário como fundo adiantado pelo capitalista na seção VII do Livro Primeiro de *O capital*, justamente dedicada à investigação do processo de reprodução do capital.

Essa sintética exposição sobre a natureza da mais-valia mostra a importância decisiva da resolução de Marx de finalmente n'*O capital* aplicar a premissa de pagamento monetário imediato do trabalhador. Poder-se-ia obstar que essa premissa fosse pouco realista, posto que o trabalhador em mãos do equivalente monetário poderia fraudar o contrato laboral, recusando-se a alienar realmente sua força de trabalho ao capitalista. Essa objeção é, todavia, rebatida pela lembrança do conceito de trabalhador assalariado duplamente livre. O trabalhador é livre proprietário de sua força de trabalho, vive exclusivamente de sua venda, e como todo vendedor de mercadoria preocupa-se com a conservação da continuidade<sup>118</sup> nas relações de troca com seus compradores, para tal empenhando-se em formar uma boa

---

<sup>117</sup> "No entanto, se o dinheiro funciona como meio de compra ou de pagamento, isso é algo que não altera em nada a natureza da troca de mercadorias. O preço da força de trabalho está fixado por contrato, embora ele só seja realizado posteriormente, como o preço do aluguel de uma casa." (MARX, [1867] 2013, p.250).

<sup>118</sup> "A *continuidade* dessa relação requer que o proprietário da força de trabalho a venda apenas por um determinado período [...]" (MARX, [1867] 2013, p.242, grifo nosso).

reputação no mercado. Assim, a premissa de o trabalhador receber à vista pela alienação de sua força de trabalho não levaria ao risco de não se consumir efetivamente a transação, visto o trabalhador livre ser dependente da transação regular de sua mercadoria e, desse modo, obrigado a contrair novos atos de troca, de sorte que dificilmente encontraria compradores potenciais para vender sua força de trabalho se burlasse algum capitalista em transações antecedentes ou subsequentes.

#### 1.4. A IGUALDADE, LIBERDADE E HARMONIA NAS TRANSAÇÕES DE MERCADORIA FORÇA DE TRABALHO E AS SUAS PRIMEIRAS CRÍTICAS

A transação entre capitalista e trabalhador aqui pormenorizada parece referendar as normas de igualdade, liberdade e harmonia que caracterizam as relações de troca na circulação simples<sup>119</sup>. Na relação de troca entre capitalista e trabalhador ambos aparecem como pessoas iguais, porque portadores de valores equivalentes, distinguindo-se apenas pela motivação diferente que os levou ao mercado. O trabalhador está interessado em vender sua mercadoria para em troca obter equivalente monetário para adquirir meios de vida, ao passo que o capitalista quer comprar força de trabalho para pôr em movimento seu empreendimento produtivo. São interesses diferentemente motivados que, ao invés de implicar desigualdade econômica entre aqueles agentes da troca, os coloca, ao contrário, em contato mercantil, visto que capitalista e trabalhador só poderem se relacionar como iguais desde que possuidores de mercadorias de desigual destinação de uso. Razão pela qual não ser errado concluir que a diferença natural entre os possuidores de mercadorias fundamenta a troca e a igualdade econômica entre eles<sup>120</sup>. Os trabalhadores e capitalistas são iguais também porque a personagem econômica que assumem nas transações simples não é fixa e definitiva; podem modificar-se no curso dos atos de troca, de modo que o trabalhador, num mercado, vende

---

<sup>119</sup> "Contracts for the commercial acquisition of goods. [...] In the analysis of the circulation of commodities I have demonstrated that in developed bartering the participants tacitly acknowledge one another as equal persons and owners of the respective goods to be exchanged by them; they already do that while offering their goods to each other and agreeing to trade with each other. This actual relation, which only arises through and in the exchange, is later given legal form in the contract, etc.; but this form neither creates its content, the exchange, nor the relationship between the persons inherent in it, but vice versa." (MARX, [1879] 1989b, p.553-554) "No mercado, ele, como possuidor da mercadoria 'força de trabalho', aparece diante de outros possuidores de mercadorias: possuidor de mercadoria diante de possuidores de mercadorias. O contrato pelo qual ele vende sua força de trabalho ao capitalista prova (...) que ele dispõe livremente de si mesmo"(MARX, [1867] 2013, p.373). (MARX, [1867] 2013, p.250-251). A esse propósito consultar Rosdolsky ([1968] 2001, cap.10).

<sup>120</sup> "A diversidade de sua necessidade de sua produção fornece unicamente a oportunidade para a troca e para a sua igualação social na mesma; por conseguinte, essa diversidade natural é o pressuposto de sua igualdade social no ato de troca e de sua conexão em que se relacionam como agentes produtivos"(MARX, [1857-1858] 2011, p.186).

força de trabalho e, no outro, atua como comprador de meios de subsistência, ocorrendo o mesmo com o capitalista<sup>121</sup>.

O ato de troca entre capitalista e trabalhador relaciona seus agentes como pessoas iguais e livres. A liberdade econômica associa-se ao fato de nenhum dos agentes se apropriar pela força da mercadoria do outro. Cada um se apropria voluntariamente da mercadoria alheia mediante troca (MARX, [1857-1858] 2011, p.187). O trabalhador nos atos de troca desfruta dessa liberdade, visto alienar sua força de trabalho por vontade própria, sendo tal vontade inclusive reconhecida pelo capitalista quer porque somente apodera-se da mercadoria transacionada após comprá-la quer porque admite se tratar de uma mercadoria especial, inseparável do seu ofertante, e que, portanto, deve dispensar-lhe garantias declaradas de sua utilização normal no processo produtivo. O trabalhador goza ainda da liberdade de escolher o comprador de sua mercadoria não se ligando a um comprador particular por vínculos vitalícios<sup>122</sup>.

A relação de troca entre capitalista e trabalhador, à primeira vista, não contém nenhuma circunstância que pode ensejar antagonismo entre as partes. O ato de troca sucede entre pessoas reconhecidamente iguais com nenhuma delas capaz de impor sua vontade e interesse a outra. Adicionalmente, o ato de troca reúne pessoas livres que alienaram reciprocamente suas mercadorias tendo em vista satisfação de vantagem mútua. Os agentes de troca são livres também para uma vez encerrado o intercâmbio substituir os parceiros de transação por outros com os quais possam ter mais proveitos comerciais. Desse modo, os atos de troca entre capitalistas e trabalhadores são tacitamente isentas de antagonismos e conflito, porque motivados por necessidades puramente econômicas dos agentes que voluntariamente alienaram seus respectivos valores-mercadorias em conformidade com benefícios recíprocos livremente aceitos pelas partes.

---

<sup>121</sup> "If we consider the relation of commodity owners as such on the market, we see the same commodity owner appear alternately as seller and buyer of commodities. The fact that two commodity owners are distinguished from each other as buyers and sellers is only a constantly disappearing difference, in that all alternately play the same roles towards each other in the sphere of circulation." (MARX, [1863-1864] 1994a, p.422).

<sup>122</sup> "A capacidade de trabalho viva pertence a si mesma e dispõe, por meio da troca, da manifestação de sua própria energia. As duas partes se defrontam como pessoas. Formalmente, sua relação é a relação livre e igual de trocadores. Que essa forma seja aparência, e aparência enganosa, apresenta-se, considerada a relação jurídica, como algo situado fora desta. O que o trabalhador livre vende é sempre uma medida determinada, particular, de manifestação de energia; acima de toda manifestação particular está a capacidade de trabalho como totalidade. [...] É claro que essa não é sua relação com a existência do capital como capital, isto é, com a classe dos capitalistas. Somente desse modo deixa-se, no que diz respeito à pessoa singular efetiva, um amplo espaço de escolha, de arbítrio e, em consequência, de liberdade formal". (MARX, [1857-1858] 2011, p.381).

Contudo, o exame do ato de troca entre capitalista e trabalhador estudado neste capítulo já oferece argumentos para uma crítica à aparente igualdade, liberdade e harmonia que sustenta o encontro entre trabalhador e capitalista na esfera de circulação. Essa aparência encobre o que é característico da relação-capital, de maneira que a apresenta diferente e invertidamente do que é na realidade. O simples ato de troca entre capitalista e trabalhador envolvendo compra e venda de mercadoria força de trabalho possui algo de mistificador, posto que oculta aos próprios agentes dessa troca a natureza e finalidade do intercâmbio entre eles, tornando-a irreconhecível e estranha<sup>123</sup> para ambos.

À primeira vista, o ato de circulação envolvendo o capitalista e trabalhador relaciona pessoas iguais, desde que ambas figuram na relação econômica como portadoras de mercadorias de valores-iguais e que se distinguem apenas porque uma está interessada em comprar e a outra, em vender. São iguais também porquanto essas funções econômicas ao invés de fixas são ocasionais, com a consequência de que cada um tem a chance de ocupar a posição contrária numa outra relação de troca. Como pessoas iguais apenas podem relacionar como entes dotados de necessidades diferentes, jamais impondo à força no ato de troca seu interesse particular.

Entretanto, o trabalhador não é um simples vendedor de mercadoria. É um assalariado que para subsistir vende a sua força de trabalho como única mercadoria de que dispõe. O trabalhador assalariado representa no ato de troca a “pobreza absoluta” (MARX, [1857-1858] 2011, p.229-230)<sup>124</sup>, pois está privado das condições objetivas do trabalho que lhe permitiriam autodeterminação na sua existência material. O capitalista, de outro lado, entra no ato de troca como possuidor de riqueza em estado monetário, a qual uma vez transformada nas condições objetivas e subjetivas do trabalho funciona realmente como capital ou valor que se autovaloriza. Logo, o ato de troca que introduz o processo de produção capitalista revela, de pronto, que seus agentes têm posições econômicas não apenas desiguais como também latentemente antagônicas: o trabalhador como possuidor exclusivo de força de trabalho entra na relação de troca com o fim de obter meios para continuar vivo, enquanto que, para o capitalista, essa relação de troca é apenas um estágio do processo infinito de enriquecimento de seu capital.

---

<sup>123</sup> Para o conceito de estranhamento ver entre outras passagens Marx ([1857-1858]2011, p.371-381) e Marx ([1861-1863] 1988a, pp.279-280).

<sup>124</sup> Marx na seção VII do Primeiro Livro explica assim com mais precisão o sentido de "pobreza absoluta": "Por outro, o trabalhador sai do processo sempre como nele entrou: como fonte pessoal de riqueza, porém despojado de todos os meios para tornar essa riqueza efetiva para si"(MARX, [1867] 2013, p.645).

A transação não é apenas de partida desigual, relacionando, de um lado, a pobreza absoluta e, de outro, a riqueza absoluta<sup>125</sup>, como potencialmente criadora de crescente desigualdade econômica e social. O trabalhador cede sua força de trabalho em troca de um equivalente monetário que o capacita apenas a viver como assalariado e como tal retorna sempre de novo, da mesma maneira, ao ato de troca, ao passo que o capitalista renova os atos de troca como possuidor de uma riqueza e poder econômicos cada vez mais vultosos. O fato de o trabalhador entrar na relação de troca com o propósito de sustentar meramente sua existência material e o capitalista iniciá-la interessado na ampliação de sua riqueza coloca-os imediatamente em posição antagônica. O capitalista, nessa situação de conflito latente de interesses, usufrui, em virtude de seu poder econômico, de imediata vantagem na transação com o trabalhador. Diferentemente deste último, a personificação do capital pode suportar período prolongado de negociação, visto que não está premido por suas necessidades imediatas (Dobb, 1948, p.7-8). Os interesses dos capitalistas e trabalhadores são diferentes, como ocorre em todas as trocas, mas, ao mesmo tempo, potencialmente opostos, com os primeiros tendo a vantagem de impor sua vontade sobre os últimos.

Outra circunstância que nega a igualdade entre capitalista e trabalhador é a de que seu papel na transação mercantil, como figurantes, respectivamente, de comprador e de vendedor, subordinar-se antes à determinação social de capitalista e trabalhador assalariado<sup>126</sup>. A relação-capital torna os dois lados do ato de troca mutuamente necessária. A determinação social de trabalho assalariado transforma as condições objetivas que pertencem ao capitalista na forma social do capital. A riqueza em estado monetário em mãos do comprador transforma-se, pela compra, em meios e materiais do trabalho, os quais assumem forma material de existência do capital, posto que o produtor direto, uma vez despojado

---

<sup>125</sup> "The *deprivation* of the worker and the *abundance* of capital correspond with each other, they keep in step." (MARX, [1863-1864] 1994a, p.463).

<sup>126</sup> "Although the capitalist and the worker only confront each other on the market as *buyer*, money, and *seller*, commodity, this relation has from the outset a characteristic coloration owing to the peculiar content of the transaction; the more so, in that the capitalist mode of production presupposes that the presence of both sides on the market in *the same* antithetical determination is *constantly* repeated, or is a constant one [...] It is not a mere buyer and a mere seller who face each other, it is *a capitalist* and *a worker*, who face each other in the sphere of circulation, on the market, as *buyer* and *seller*. Their relation as *capitalist* and *worker* is the presupposition for their relation as *buyer* and *seller*. This is not, as with other sellers of commodities, a relation that arises absolutely from the nature of the commodity itself, such as that no one directly produces products for his own needs, but rather that everyone produces a particular product as a *commodity*, and then through selling it appropriates the products of others. What we are dealing with here is not the *social division of labour* and independent position of the different branches of labour [...] It is rather the *division* of the associated *elements of the production process* themselves, and their *achievement of an independent position vis-à-vis* each other, which proceeds as far as their reciprocal personification". (MARX, [1863-1864] 1994a, p.422-423).

daquelas condições objetivas, representa a personagem socialmente determinada de trabalhador assalariado. É certo que o trabalhador em outra relação de troca pode atuar como comprador de mercadoria, mas o faz como simples agente de troca e não como trabalhador assalariado. A definição de trabalho assalariado é condição social do trabalho que lhe pertence<sup>127</sup> enquanto prosseguir a relação-capital. Excepcionalmente, o trabalhador pode emancipar-se dessa determinação social e figurar como capitalista, mas, nesse caso, teria apenas mudado de lado na relação-capital, abolindo a determinação social do trabalho assalariado para si, porém recriando-a para outros. Assim, o ato de troca entre capitalista e trabalhador não é apenas crescentemente desigual como também a sua constante repetição conserva os mesmos dois polos opostos e desarmônicos.

A liberdade é outro atributo das transações na circulação simples e que, do mesmo modo aparente, se encontra subjacentemente no ato de troca entre capitalista e trabalhador. O trabalhador livremente vende sua mercadoria força de trabalho, visto aliená-la por sua própria pessoa, expressando a própria vontade nesse ato de cessão de sua mercadoria, transação justificada pela vantagem econômica que ela lhe proporciona. No entanto, o caráter socialmente determinado do trabalho assalariado exposto neste capítulo permite apontar algumas considerações que contrariam essa pretensa liberdade do trabalhador. Outras indicações serão apresentadas à medida que se adentrar no processo de produção do capital. Por ora, cabe apenas salientar que o trabalhador assalariado aliena sua força de trabalho como única alternativa que tem para viver numa sociedade em que o produto assume a forma universal de mercadoria. Se detivesse as condições objetivas do trabalho para produzir diretamente os meios de vida não alienaria sua força de trabalho para se sujeitar a trabalhar para terceiros. Desse modo, o trabalhador, no ato de troca, age como uma pessoa coagida por suas carências fundamentais, de sorte que sua liberdade é limitada à simples formalidade de pessoalmente transacionar sua mercadoria e poder encontrar o comprador com quem celebrará contrato de trabalho<sup>128</sup>. Contudo, se o assalariado não está preso por tempo indeterminado a

---

<sup>127</sup> "But on the *labour market* it is different: here *money* always confronts him as the money form of *capital*, and therefore the money owner confronts him as capital personified, *a capitalist*, just as for his part the worker confronts the money owner as merely the personification of labour capacity, and therefore of labour, as *a worker*." (MARX, [1863-1864] 1994a, p.422).

<sup>128</sup> Boito Jr. concorda com essa argumentação ao afirmar: "Deve-se, contudo, falar em ilusão porque, embora o trabalhador seja livre para escolher o capitalista para o qual ele vai trabalhar, ele não é livre, *uma vez que se encontra separado dos meios de produção*, para escolher se vai ou não vai trabalhar para a classe dos capitalistas." (BOITO JR, A. 2001, p.95). Dessa forma, Nai-Pew Ong equivoca-se ao presumir que se a quantia em dinheiro recebida pela venda da força de trabalho for inferior à "mínima subsistência", então o trabalhador *voluntariamente* se recusaria a continuar ofertando-a; o autor com essa assertiva deixa de lado a condição de "absolutamente pobre" do trabalhador que diante de uma situação semelhante continuaria

seu empregador (como acontecia na relação escravagista), podendo usufruir de uma "liberdade formal" (MARX, [1857-1858] 2011, p.381) de trocar de empregador, ele, por outro lado, está atado à classe capitalista. E a possibilidade aberta ao trabalhador assalariado de trocar de comprador de sua força de trabalho, conforme circunstâncias favoráveis do mercado, oculta justamente o fato de ser, de qualquer modo, obrigado a vendê-la, não importa para qual capitalista em particular, subsumindo-se ao processo de produção capitalista em seu conjunto.

Chega-se ao final do ato de troca do trabalhador com o capitalista. Trata-se de um ato que antecede ao processo de produção imediato do capital (que logo mais será examinado na perspectiva do pensamento de Marx acerca da derivação do conteúdo da forma-salário). Pelo ato de troca entre capitalista e trabalhador ficou evidenciado que o trabalhador aliena a mercadoria força de trabalho por um período de uso provisório, limitado, por hipótese, a uma jornada de trabalho de extensão e intensidade usualmente normal. Viu-se que o trabalhador assim age porque a alienação efetiva de sua força de trabalho não implica renúncia de sua propriedade. Para o trabalhador, o consumo da força de trabalho por parte do capitalista entra na relação econômica não em virtude de lhe interessar o benefício da sua utilização capitalista, mas porque o uso em condições normais de sua força de trabalho habilita-o a retornar ao mercado para sucessivamente vendê-la sem prejuízo de sua qualidade média. Esse consumo adequado importa, do mesmo modo, ao capitalista (além daquele concernente à produção de mais-trabalho), visto a necessidade de renovação no mercado da oferta de força de trabalho de qualidade condizente com o processo de produção depender, para ser satisfeita, que se evitem desgastes que agravem suas propriedades úteis e encurtem sua duração média. Por outro lado, o trabalhador vende sua força de trabalho por um equivalente monetário do valor ou do custo normal de reprodução, abrangendo massa de meios de subsistência de quantidade e qualidade normais bem como conhecidos e dados para determinada época histórica e país. Assume-se que o trabalhador recebe equivalente monetário do valor de sua força de trabalho imediatamente à consumação da alienação formal. Com isso, o trabalhador dispõe imediatamente dos meios de subsistência necessários para sustentar diariamente sua existência material. Essa hipótese será empregada provisoriamente enquanto a questão da

---

tentando a sorte no mercado de trabalho mesmo que isto implique reprodução atrofiada de sua existência material como acontece nas diversas espécies de empregos irregulares: "Given this view, the idea that the working class cannot reproduce itself without impairment below the minimum subsistence is joined with the idea that the working class will not voluntarily sell its labour power for capital below the minimum subsistence. [...]The minimum limit of subsistence is one limit to the accumulation of capital insofar as the capitalist relation cannot be maintained without encountering extraordinary forms of hostility toward capital and toward the state if the real wage were to fall below it. One such form may be the withdrawal of labour power on a mass scale, either on an organized or spontaneous basis" (ONG, 1980, p.266-267).



natureza da mais-valia for esclarecida com apoio no pressuposto de relação isolada de um capitalista e trabalhador sem conexão com outros atos prévios e posteriores.

## 2. A MAIS-VALIA E OS NEXOS INTERNOS DA JORNADA DE TRABALHO

### 2.1. MAIS-VALIA ABSOLUTA: PREMISSAS E PROCESSO DE FORMAÇÃO

#### 2.1.1. Premissas e justificativas

O capitalista, para transformar sua soma de dinheiro em capital, teve que se dirigir à esfera de circulação para comprar os elementos do processo de produção: os meios de produção e a força de trabalho. O capítulo precedente deu ênfase ao ato de circulação envolvendo o capitalista e trabalhador em torno da compra da mercadoria força de trabalho, visto ser esta o principal fator do processo de produção direto do capital e, além disso, a transação entre aqueles agentes a estruturadora da relação social de produção que caracteriza o processo capitalista. Concluído o ato de circulação pelo qual foram adquiridos os elementos do processo de trabalho, o capitalista sai da esfera de troca mercantil para iniciar seu empreendimento produtor de mercadorias. Contudo, essa saída da esfera mercantil não é definitiva, posto que a posterior conclusão do processo de produção ensejará a necessidade de o capitalista reingressar na esfera de circulação para proceder à realização dos valores-mercadorias resultantes da produção recém-terminada. A presente análise da forma-salário, entretanto, *abstrairá o processo de circulação do capital*, de modo que se assume nulo o tempo de circulação bem como coincidentes os períodos de produção e de trabalho. Do mesmo modo, ignoram-se as formas que o valor-capital assume no processo de circulação do capital.

A análise do processo imediato de produção de capital se ocupará com a formação da mais-valia que é o produto específico da produção capitalista<sup>129</sup>. Essa análise, como se verá proximamente, é passo fundamental para a derivação do conteúdo próprio da forma-salário ou desvendamento de seu "segredo"<sup>130</sup>, objeto de investigação desta tese. Marx pretende expor a formação da mais-valia normal, assim designada porque o capitalista a obtém em conformidade estrita com a troca de equivalentes-valores. Assume-se, por via de consequência, que o produto-mercadoria resultante do processo direto de capital seja vendido por seu valor, ou seja, incorpora quantidade de trabalho socialmente necessário, de sorte que sua produção seja regulada pelas condições sociais médias de produção em atendimento da

---

<sup>129</sup> "[...] it follows that the actual specific product of capital, so far as it produces as capital, is *surplus value* itself and that in production by capital the specific product of labour [...]"(MARX, [1861-1863]1988a, p.103)

<sup>130</sup> "Se a história universal precisa de muito tempo para descobrir o segredo do salário..." (MARX, [1867] 2013, p.610).

correspondente demanda social. Essa premissa é peça imprescindível para demonstrar que a mais-valia origina-se do processo imediato de produção, e não de atos oriundos de fraude ou maliciosa esperteza do capitalista na esfera comercial, e que ela é formada mesmo o capitalista comprando mercadorias por seu valor e depois vendendo o produto-mercadoria por seu valor. Marx admite complementarmente os seguintes pressupostos analíticos.

Primeiramente, o valor da mercadoria força de trabalho corresponde aos custos diários de reprodução de uma força de trabalho média e simples. Assumindo-se que o capitalista operará seu processo de trabalho conforme as condições sociais médias vigentes<sup>131</sup>, a compra de uma força de trabalho de espécie superior com custos de reprodução acima do normal que prevalece para a força de trabalho média implicaria uma mais-valia abaixo da mais-valia média. Por outro lado, se a força de trabalho recém-adquirida é de espécie inferior, cujo custo de manutenção é menor do que o valor diário da força de trabalho média, o capitalista dificilmente teria condições de nivelar o exercício dessa força de trabalho de espécie inferior à norma do tempo de trabalho socialmente necessário à produção do produto-mercadoria, norma à qual corresponde a almejada mais-valia média<sup>132</sup>. Decorre disso o empenho do capitalista de comprar mercadoria força de trabalho de qualidade normal ajustada a um processo de produção que visa atingir o produto médio de uma jornada de duração e intensidade sociais.

---

<sup>131</sup> Reuten (2004, p.119, nota 3) sublinha a referida premissa declarando: "In effect, he abstracts from intra-branch and inter-branch differences, including differing production periods and compositions of capital (dealt with in Volume III, Parts One and Two). He also assumes that the output produced will be sold – or at least that any discrepancy in this respect is the average one (the complications, especially in the context of accumulation of capital are dealt with in Volume II, Part Three)."

<sup>132</sup> "We proceed, furthermore, from the assumption that the labour performed by the worker is ordinary average labour, labour of the quality or rather the qualitylessness in which it forms the substance of exchange value. We shall see in the course of our investigation that the power of the labour, the question whether it is more or less potentiated simple labour, is a matter of complete indifference for the relation to be developed here. We proceed therefore from the assumption that whatever the particular material determinateness of the labour, whatever specific branch of labour it belongs to, whatever particular use value it produces, it is only the expression, the activity of average labour capacity[...]"(MARX, [1861-1863]1988a, p.82); "Uma outra condição é o caráter normal da própria força de trabalho. No ramo de produção em que é empregada, ela tem de possuir o padrão médio de habilidade, eficiência e celeridade. Mas aqui supomos que nosso capitalista comprou força de trabalho de qualidade normal. Tal força tem de ser aplicada com a quantidade média de esforço e com o grau de intensidade socialmente usual, e o capitalista controla o trabalhador para que este não desperdice nenhum segundo de trabalho. Ele comprou a força de trabalho por um período determinado, e insiste em obter o que é seu" (MARX, [1867] 2013, p.272); "Se um trabalhador consumisse significativamente mais tempo na produção de uma mercadoria do que socialmente necessário, se o tempo de trabalho de que ele individualmente necessita se desviasse significativamente do tempo de trabalho socialmente necessário ou tempo de trabalho médio, seu trabalho não seria considerado trabalho médio, tampouco sua força de trabalho como trabalho média. Esta não seria vendida, ou o seria apenas abaixo do valor médio da força de trabalho."(MARX, [1867] 2013, p.399).

Para o cálculo do valor diário da força de trabalho presume-se duração normal da vida ativa do trabalhador médio. Como se viu (capítulo 1), a duração da força de trabalho é governada pela extensão e intensidade da jornada, de modo que a atuação do trabalhador numa extensão e intensidade acima do normal acarretaria elevação dos custos diários de manutenção do assalariado assim como encurtamento da sua vida ativa. Por isso, admite-se jornada de extensão e intensidade definida como apropriada à reprodução diária normal da força de trabalho e com a esperada duração média de vida do trabalhador. Cabe salientar que o valor de uso encerra significação econômica, não sendo indiferente o consumo de mercadoria recém-comprada, como ocorre ordinariamente na circulação simples. O trabalhador, sendo assalariado livre, depende para viver unicamente da existência da força de trabalho como mercadoria e, por isso, interessa-lhe preservá-la no intuito de garantir que possa revendê-la regularmente até o fim da sua duração média. Por seu turno, o capitalista deseja dispor de oferta de força de trabalho de qualidade normal toda vez que retomar seu processo de produção; como se deixa de lado, nesse instante do estudo, a população trabalhadora de reserva, a personificação do capital só pode encontrar assalariados de qualidade normal preservando o contingente laboral existente, razão pela qual observa estritamente a jornada social média<sup>133</sup>.

Marx assume também que o valor diário da força de trabalho é uma grandeza dada<sup>134</sup>. Observou-se, no capítulo anterior, que os meios de subsistência necessários são quantitativa e qualitativamente conhecidos e dados para um país e época histórica. A mercadoria força de trabalho é especial, porque sendo inseparável do trabalhador tem seu custo de reprodução condicionado pela especificidade histórica na qual são engendradas as condições materiais de vida do seu portador. Entretanto, os componentes históricos e sociais da existência material do trabalhador imporiam ao valor da força de trabalho uma elasticidade (dentro de certos limites) que tornaria sua mensuração indefinida, dificultando a tarefa de quantificar precisamente o instante da jornada de trabalho em que o trabalhador passaria a

---

<sup>133</sup> "Here, where we are making the overall assumption that the worker sells his labour capacity at its value, we also assume that the total period, the sum of the necessary labour time and the surplus labour time, does not exceed the normal working day, whether this is set at 12, 13 or 14 hours, worked by the worker in order to preserve his labour capacity in its customary state of health and ability to work for a certain normal average period, and to reproduce it every day afresh." (MARX, [1861-1863]1988a, p.184); "We have till now supposed that the *working day* has given limits." (MARX, [1865]1985c, p.140). Consultar Marx ([1867] 2013, p.247, p. 266, p.272).

<sup>134</sup> "Neste capítulo [seção III, cap.9], como anteriormente, o valor da força de trabalho, isto é, da parte da jornada de trabalho necessária para a reprodução ou conservação da força de trabalho, será suposto como uma grandeza constante" (MARX, [1867] 2013, p.375).

fornecer mais-trabalho<sup>135</sup>. Por esse motivo, Marx presume que os meios de subsistência são quantitativa e qualitativamente dados<sup>136</sup>. Adicionalmente, admite-se que o valor desses meios de subsistências normais é invariável, isto é, que seja constante, para um dado período histórico, a produtividade do trabalho nos ramos vinculados direta e indiretamente à produção dos artigos habitualmente consumidos pela classe dos trabalhadores livres. Adiante será verificada a importância crucial dessa hipótese para o objetivo do estudo da formação da mais-valia. Antes, porém, cumpre expor as justificativas que Marx dá, ao longo de sua produção madura no campo da teoria econômica, a tal premissa para lhe assegurar consistência teórica e validade na experiência prática.

O capitalista quando dá início a um empreendimento empresarial compra a mercadoria força de trabalho por uma quantia de valor que é, para ele, um pressuposto dado pelas condições sociais de produção dos ramos produtores dos artigos de subsistência operária<sup>137</sup>. Os capitalistas que avaliam inaugurar um novo investimento de capital levam em conta o salário médio habitualmente pago aos trabalhadores. E os próprios trabalhadores através de suas representações sindicais tomam o padrão de vida costumeiro e sua correspondente expressão nominal quando barganham seus salários nos atos de acordos trabalhistas<sup>138</sup>. Cabe salientar, por último, que o capital historicamente se apoderou dos

---

<sup>135</sup> Giussani; Vale (1992, p.9 grifo nosso) chamam também a atenção para tal dificuldade quando declaram: "We are, of course, interested in *trying to render less indeterminate the 'historical and moral element' within the value of labor power* to build a theory of wages upon it. Is there sufficient ground to show that the value of labor power is a well-determined magnitude, and not something merely accidental or depending on exogenous factors (such as class struggle)? In order to answer this question, we should first consider that in capitalism labor power is purchased and employed solely with the purpose of creating surplus value out of it. The possibility of producing surplus value dominates and determines the possibility of producing that part of the output's value that corresponds to the value of labor power".

<sup>136</sup> "Para não complicar inutilmente a investigação das leis da formação da mais-valia, Marx devia, em primeira instância, conceber o valor da força de trabalho 'como algo fixo, como uma magnitude dada'. *O capital* parte dessa premissa metodológica. Trata os meios de subsistência de que o trabalhador médio necessita habitualmente (e, portanto, também o valor da força de trabalho) como uma 'magnitude constante'. Isso não significa que, na realidade capitalista 'os meios de subsistência necessários' não possam modificar-se (por exemplo, crescer)." (ROSDOLSKY, [1968] 2001, p.552, nota 13).

<sup>137</sup> "Desse modo, o trabalho que é vendido pelo trabalhador ao capital como valor de uso é, para o trabalhador, seu valor de troca, que quer realizar, mas que já determinado antes do ato de troca, é pressuposto como condição da troca, é determinado, como o valor de qualquer outra mercadoria [...] O valor de troca do trabalho, cuja realização tem lugar no processo de troca com o capitalista, é, por isso, pressuposto, predeterminado, e experimenta somente a modificação formal que todo preço posto só idealmente adquire por sua realização." (MARX, [1857-1858] 2011, p.239-240).

<sup>138</sup> Num manuscrito, provavelmente datado de 1864, Marx assim declara: "As in theory, so in any case in practice, the *value* of labour capacity is regarded as a *given magnitude*. E.g., a money owner who wants to convert his money into capital, e.g. into the entrepreneurial capital of a cotton factory, enquires first and foremost about the average level of wages in the place where he intends to set up the factory. He knows that wages, like the price of cotton, constantly diverge from the average, but also that these variations cancel each other out. Hence wages enter into his provisional calculations as a *value of a given magnitude*. On the other hand, the *value of labour capacity* forms the conscious and explicit basis of the *trades' unions*, the

processos de trabalhos industriais herdados dos modos de produção anteriores ao sistema capitalista e originalmente não procedeu a qualquer modificação técnica no processo costumeiro de trabalhar. De imediato, a produção capitalista se distingue do artesanato independente pela maior escala de operação e de intensidade em atendimento à motivação, ausente nos empreendimentos de produtores diretos autônomos, de extrair crescentemente mais-valia dos assalariados empregados. De fato, o sistema capitalista historicamente apoiou-se num modo de produção prevalecente que demandava força de trabalho de qualidade dada, cuja reprodução incidia custos de manutenção e de aprendizagem, os quais se mantiveram inalterados por certo período histórico<sup>139</sup>.

A última premissa versa sobre as condições objetivas do trabalho compradas pelo capitalista. Tais meios de produção devem atender adequadamente ao processo de produção, no sentido de possuírem qualidade normal e consistirem nas condições materiais do trabalho usualmente utilizáveis para produzir o produto-mercadoria em mira. Cabe ao capitalista somente adquirir as condições objetivas do trabalho na quantidade necessária à produção do produto de uma jornada de trabalho social médio bem como atentar para que elas materialmente satisfaçam a prescrição técnica do processo de trabalho no qual entram como elementos de produção. É preciso sublinhar que a quantidade de trabalho acrescentada durante o processo imediato de produção do capital deve estar limitada à massa de trabalho socialmente necessária; nessa perspectiva, os meios de produção importam na formação do valor, porque são *depósitos* de valor antigo, cuja conservação no produto é imprescindível acontecer sob pena de acarretar ao capitalista perda do seu valor-capital adiantado. Essa conservação do valor dos meios de produção é realizada sob a determinação, mencionada acima, de que o seu valor de uso tenha caráter médio, de maneira que sejam as condições materiais do trabalho normais e socialmente utilizadas nos processos de trabalho afins. Ao lado disso, o consumo produtivo dos meios e materiais do trabalho exige estrita adequação à

---

importance of which for the English working class can hardly be exaggerated. The aim of the *trades' unions* is nothing other than to prevent wages from *falling* below the level that is traditional in the different branches of industry. Their aim is to prevent the *price* of labour capacity from being forced down below its *value*. They are of course aware that a change in the relation of supply and demand brings about a change in the market price." (MARX, [1863-1864] 1994c, p.342).

<sup>139</sup> "Ele [o capital] tem, inicialmente, de tomar a força de trabalho tal como ele a encontra no mercado e, portanto, tem também de aceitar o trabalho tal como ele se originou num período em que ainda não havia capitalistas. A transformação do próprio modo de produção por meio da subordinação do trabalho ao capital só pode ocorrer posteriormente, razão pela qual deve ser tratada mais adiante" (MARX, [1867] 2013, p.262); "Inicialmente, o capital subordina o trabalho conforme as condições técnicas em que historicamente o encontra. Portanto, ele não altera imediatamente o modo de produção. Razão pela qual a produção de mais-valia, na forma como a consideramos até agora, mostrou-se independente de qualquer mudança no modo de produção" (MARX, [1867] 2013, p.382).

finalidade previamente projetada pelo processo de trabalho, o que implica uso *normal* segundo as condições médias com a consequente necessidade de evitar e eliminar o consumo excessivo e perdulário dos meios de produção. Em virtude do caráter da relação social de produção capitalista, a aquisição e consumo de meios de produção socialmente usuais ajustado às normas estabelecidas não depende dos produtores diretos. Primeiramente, porque a atividade produtiva é estranha aos trabalhadores, visto o que produzir, como e para qual finalidade são, em seu todo, variáveis determinadas pelo capitalista. E, depois, porque os trabalhadores, no processo de trabalho, lidam com a forma de uso dos meios de produção e não como seu valor, razão pela qual lhes parecer indiferente<sup>140</sup> o destino do valor antigo depositado na figura material das condições objetivas do trabalho (MARX, [1894] 1988c, seção I). Esse estranhamento dos produtores diretos em relação às condições e motivações de sua atividade torna vital a coordenação e comando do processo de trabalho pelo capitalista enquanto executor personificado das leis econômicas do capital (MARX, [1867] 2013, p.262, p.272, p. 381).

Esse conjunto de pressupostos obriga o capitalista a operar com um capital de magnitude não inferior a um mínimo, o qual corresponde investimento de meios de produção e de força de trabalho de quantidade e qualidade normais. Caso o capitalista lance mão de um capital inferior ao mínimo possivelmente terá limitadas condições de sobreviver na luta concorrencial, pois não será capaz de operar com as condições objetivas e subjetivas de trabalho que garantam produto típico de uma jornada socialmente média. Se operar em condições inferiores às condições sociais médias associadas ao capital mínimo, então o capitalista será forçado a vender suas mercadorias a um valor social menor do que exigiu a sua produção, circunstância que, mantida por período relevante, o levaria irremediavelmente à bancarrota. (MARX, [1861-1863]1988a, p.187 e [1867] 2013, seção III)

### **2.1.2. Ilustração e resultados**

O processo de formação de mais-valia normal é mais bem compreendido mediante emprego de uma ilustração. Marx imagina um capitalista qualquer que, detendo uma quantia de 51 xelins, está interessado em transformá-la em capital. Esse capitalista deseja investi-la no ramo de fiação de algodão; dirige-se, para isso, à esfera de circulação para comprar os

---

<sup>140</sup> "À medida que no processo de produção capitalista esses meios de produção são ao mesmo tempo meios de exploração, a barateza ou onerosidade relativas desses meios de exploração preocupa tão pouco o trabalhador quanto preocupa um cavalo se ele é dirigido com um freio e uma rédea caros ou baratos" (MARX, [1894] 1988c, p.64-65)

elementos do processo de trabalho que, conforme estabelecido anteriormente, serão adquiridos por seu valor. O Quadro 2 abaixo exhibe a quantidade e valor dos elementos do processo de trabalho.

QUADRO 2 - ELEMENTOS DO PROCESSO DE TRABALHO: VALOR E QUANTIDADE

Elementos do processo de trabalho consumidos	Valor das mercadorias compradas pelo capitalista			
	Expressão em quantidade de horas trabalhadas	Expressão monetária (em xelins)	Quantidade	Período funcional (em jornada de 12 horas social média)
Força de trabalho	6 horas de trabalho corporificado	3	1 trabalhador	1 jornada
fuso	16 horas de trabalho corporificado	8	1 equipamento	2 jornadas
Algodão	80 horas de trabalho corporificado	40	18,1 kg	2 jornadas

FONTE: Elaboração própria a partir de Marx ([1867] 2013, Seção III; [1865]1985c, p.130)

A produção diária de uma jornada de trabalho social média de 12 horas alcança 9,05 kg de fio de algodão, com base na operação de um fuso manual, cujo período de uso é limitado a duas jornadas. Com isso, a produção máxima compatível com a vida útil do equipamento demanda pronta quantidade de 18,1 kg de algodão. A força de trabalho ativa transforma algodão em fio (conforme plano orientador e com a ajuda condutora do fuso), produzindo (através desse simples processo de trabalho) 9,05 kg diários de fio de algodão. A cada jornada de trabalho, o equipamento perde metade de sua capacidade de uso, de modo que, para manter a produção diária em volume constante, o capitalista deve substituir o equipamento a cada duas jornadas e deixar disponível para consumo produtivo diário 9,05 kg de matéria-prima.

O valor dos meios de produção (fuso e algodão) consumidos diariamente é repassado e conservado no produto da jornada graças ao duplo caráter do trabalho materializado na mercadoria. Cabe, de passagem, explicar a teoria da conservação do valor velho ou antigo dos meios de produção.

A conservação do valor velho dos meios de produção é uma propriedade derivada do duplo caráter do trabalho materializado no produto-mercadoria de uma jornada social média. O trabalho útil, com seu modo e finalidade particulares, consome produtivamente os meios de produção. Com efeito, o valor depositado nos meios de produção conserva-se, desde que o consumo produtivo ocorra segundo as condições sociais normais reinantes, as quais determinam o tempo de trabalho abstrato novo incorporado durante o processo de formação do valor. O valor velho alojado nos meios de produção somente é integralmente transferido ao produto-mercadoria se o trabalho útil for desenvolvido segundo a métrica do tempo de



trabalho socialmente necessário. Daí o capitalista, enquanto personificação do capital, ocupar-se com a adequação do consumo produtivo dos meios de produção, vale dizer, com a qualidade dos meios e objetos do trabalho e com a utilização eficiente ou normal deles no processo de trabalho. A conservação do valor velho abrange dois aspectos. Em primeiro lugar, a conservação implica que (uma vez consumidos produtivamente de maneira socialmente adequada) o valor velho presente na figura material dos meios de produção estará, ao final do seu uso previsto, todo alojado e, por via de consequência, conservado no produto-mercadoria. Por outro lado, os meios de produção só repassam valor que possuem, não tendo, pois, propriedade de criar valor novo. Ao mesmo tempo, essa transferência de valor antigo somente acontece no curso do consumo produtivo dos meios de produção (admitindo-se que realizado sob condições sociais normais), de sorte que qualquer paralisia involuntária do processo de trabalho interromperia o fluxo de repasse do valor velho, situação que uma vez prolongada pode prejudicar o capitalista com irreparável perda de valor-capital adiantado. Em segundo lugar, quanto à transferência de valor, os objetos do trabalho se distinguem dos meios de trabalho. Os objetos do trabalho durante o processo produtivo são materialmente incorporados ao produto e seu valor velho integralmente repassado ao final de dado período. Por seu turno, os meios de trabalho não têm sua figura de uso incorporada ao produto, de modo que o seu consumo implica apenas desgaste de sua função, ao passo que sua existência material é mantida independente do produto. Além disso, o final de dado período de trabalho apenas absorve parcela do valor velho contido nos meios de trabalho, de sorte que para completar-se tal transferência de valor requer-se repetição de sucessivos períodos de trabalho até que o valor de uso deles chegue ao seu esgotamento conclusivo (MARX, [1861-1863]1988a, p.70-77; [1867] 2013, seção III, p.277-278 e p.283-285).

Dito isso, a força de trabalho na ilustração transforma diariamente algodão em fio e, ao fazê-lo numa intensidade de trabalho usual, transfere o valor do algodão ao produto da jornada diária. A força de trabalho quando transforma o algodão em fio faz desaparecer sua antiga figura de uso e, simultaneamente, transferir valor velho nele depositado para reaparecer na nova figura do fio. O algodão entra por inteiro no processo de fiação e também no processo de formação do valor do fio. Por sua parte, o fuso igualmente perde valor de uso e, conseqüentemente, valor à medida que é utilizado pelo trabalhador, mas sua figura de uso não desaparece para ser incorporada ao produto, permanecendo, ao contrário, materialmente no processo de trabalho. Apenas o desgaste acarretado pela ação da força de trabalho ocasiona perda de seu valor e seu imediato repasse ao produto. Em virtude da repetição dessa operação em duas jornadas normais, o valor de uso do fuso é integralmente consumido bem como seu

valor conservado no produto-mercadoria. O fuso, como todo meio de trabalho, participa por inteiro do processo de trabalho, mas apenas parcialmente do processo de formação do valor-mercadoria.

A conservação do valor dos meios de produção consumidos pelo processo produtivo é um atributo da força de trabalho ativa pelo qual o capitalista não precisa nada desembolsar<sup>141</sup>. O trabalhador, contudo, não é ofendido em seus direitos como vendedor da força de trabalho, visto que o equivalente monetário por ele recebido realizar os custos diários de reprodução de sua peculiar mercadoria. Claramente, essa alienação nada diz respeito à propriedade que o uso da força de trabalho proporciona ao capitalista como seu beneficiário provisório. Por outro lado, o trabalhador no processo de trabalho lida não com o valor dos meios de produção e sim com sua figura material, sendo-lhe irrelevante quer a conservação do valor dos meios de produção quer o modo como tal conservação acontece (MARX, [1894] 1988c, seção I). Por seu turno, o capitalista está imediatamente interessado na conservação do valor dos meios de produção, pois investiu valor-capital e anseia ao menos repô-lo com a venda do produto-mercadoria diário. Razão pela qual busca submeter o consumo produtivo dos meios de produção ao socialmente necessário, e para compensar a indiferença dos trabalhadores supervisiona detidamente a ação da força de trabalho no curso do processo laborativo para evitar desperdícios de materiais de produção. É importante, contudo, sublinhar que se os trabalhadores são indiferentes à faculdade conservadora do valor velho auferida sem custo pelos capitalistas como coisa que não lhes diz respeito como vendedores de força de trabalho, eles estão, todavia, atentos ao consumo desta última naquilo que poderá afetar a sua durabilidade de longo prazo.

A ilustração finalmente indica que o capitalista desembolsa 3 xelins para aquisição da mercadoria força de trabalho, transação que foi explicada em detalhes no capítulo precedente. Por esse motivo, cabe apenas frisar que o trabalhador recebe aquela quantia (quadro 2) imediatamente após a alienação formal de sua força de trabalho. Com isso, o trabalhador já está em posse dos meios de subsistência necessários à sua manutenção diária, de maneira que, no momento em que a alienação de sua força de trabalho realmente acontece, ele está apto a exercê-la no nível normal de vitalidade, força e saúde. Supõe-se jornada de trabalho de duração e intensidade normal de 12 horas.

---

<sup>141</sup> "A capacidade de conservar valor ao mesmo tempo que adiciona valor é um dom natural da força de trabalho em ação, do trabalho vivo, um dom que não custa nada ao trabalhador, mas é muito rentável para o capitalista, na medida em que conserva o valor existente do capital"(MARX, [1867] 2013, p.284).

O quadro 3 abaixo resume o fluxo de formação de valor no decurso da jornada de trabalho ou permite observar o fluxo de trabalho vivo<sup>142</sup> que o trabalhador fornece ao capital.

QUADRO 3 - MERCADORIA FINAL (M'): COMPONENTES E VALOR FINAL

Fluxo de trabalho vivo	Produção (quilos de fio)	Componentes do valor da mercadoria final (em xelins)					Valor total (Valor velho + Valor Novo) em xelins
		Valor Velho		Valor Adicionado Novo (Produto de valor ou valor produzido)			
		Meios de produção		Produto de valor total	Equivalente-valor da força de trabalho	Mais-valia	
		Desgaste do fuso	Algodão				
3 horas	2,26	1	5	1,5	-	-	7,5
6 horas	4,525	2	10	3	3	-	15
9 horas	6,78	3	15	4,5	3	1,5	22,5
12 horas	9,05	4	20	6	3	3	30

FONTE: Elaboração própria a partir de Marx ([1867] 2013, seção III, cap.5; [1865]1985c, p.130)

Admita-se que o capitalista a cada 6 horas da jornada de trabalho suspenda-a por instantes para verificar os resultados<sup>143</sup>. O produto dessa meia jornada tem um valor global de 15 xelins, montante que representa a soma do valor antigo dos meios de produção consumidos (12 xelins) acrescido do produto de valor que monta 3 xelins (Quadro 3). O capitalista constata com esse resultado que, deduzindo o valor velho dos meios de produção consumidos, o trabalhador acrescentou um valor que reproduziu o equivalente do valor da força de trabalho previamente antecipado. Sem dúvida, essa situação restitui ao capitalista o valor da força de trabalho antecipado, permitindo-lhe com segurança recomprar essa mercadoria para a jornada seguinte. E não se trata para ele de algo sem importância, visto que a mercadoria força de trabalho, por sua peculiaridade, tem a propriedade (uma vez acionada em condições sociais dadas) de conservar o valor existente dos meios de produção e ainda acrescentar valor novo. Portanto, a suspensão da jornada justamente no período em que o trabalhador devolve, sob

<sup>142</sup> Marx coloca a questão da origem da mais-valia da seguinte maneira nos *Manuscritos de 1861-1863*: "We now know in fact what is paid to the worker by the owner of money who wants to transform his money into capital, and therefore buys labour capacity: he in fact pays him e.g. the daily *value* of his labour capacity, a price or daily wage corresponding to its daily value, in that he pays him a sum of money = the value of the means of subsistence necessary to the daily maintenance of labour capacity; a sum of money which represents exactly as much labour time as is required for the production of these means of subsistence, i.e. for the daily reproduction of labour capacity. We do not yet know what the buyer receives for his part." (MARX, 1988a, p.53); "The possibility is now available for comparing what the capitalist gives in wages with what he gets back in exchange for wages through the consumption of labour capacity." (MARX, [1861-1863]1988a, p.83).

<sup>143</sup> "Let us therefore assume initially that the spinner works [6] hours for the money owner or gives him, has sold him, [6] hours' disposition over his labour capacity." (MARX, [1861-1863]1988a, p.83); "Suponha, por exemplo, que o processo de produção seja interrompido no momento em que o trabalhador tenha produzido um equivalente do valor de sua própria força de trabalho, tendo adicionado ao produto em 6 horas de trabalho, digamos, um valor de 3 xelins." (MARX, [1867] 2013, p.285).

forma de valor-mercadoria, o equivalente da quantia monetária antecipada tem uma relevância "analítica"<sup>144</sup> que consiste em destacar o papel da reprodução da força de trabalho para a continuidade sucessiva do processo produtivo nas mesmas bases<sup>145</sup>.

Entretanto, a motivação do capitalista não é a mera conservação do valor-capital adiantado à produção como efetivamente aconteceu depois de concluída metade da jornada (MARX, [1857-1858] 2011, p.245), pois "in this case the values advanced would admittedly have been preserved, but not increased." (MARX, [1861-1863]1988a, p.84). Marx nos *Grundrisse* realça também que a simples conservação do valor-capital como motivação da produção capitalista contradiz o conceito econômico, porque o valor produzido sequer permitiria compensar os riscos de variação dos preços dos materiais de trabalho, de anormalidades do processo produtivo e nem proporcionaria ao capitalista fundo para sustentar seu consumo particular<sup>146</sup>.

O capitalista deseja, então, obter valor excedente, motivo pelo qual terá que acionar a força de trabalho por um período de jornada que ultrapasse à mera reposição do seu valor. Esse intento não sofre obstáculo de qualquer espécie: o capitalista tem à disposição os meios de produção para seu consumo produtivo normal para uma jornada completa, assim como o trabalhador, no momento em que alienou sua força de trabalho, recebeu, em contrapartida, um equivalente monetário de seu valor que o habilita, através do consumo dos meios tradicionais

<sup>144</sup> "Por outro lado, o processo de produção só é processo de produção para o capital na medida em que, nesse processo, este se conserva como valor, logo, no produto. A proposição de que o preço necessário = soma dos preços de custos de produção é, por isso, puramente analítica" (MARX, [1857-1858] 2011, p.245).

<sup>145</sup> Vale alertar que Marx não cogitou do caso em que o processo de formação do valor é suspenso após concluídas três horas de jornada. No final das 3 horas de jornada de trabalho, o operário produziu 2,26 quilos de fios, cujo valor constitui-se de 6 xelins do valor velho conservado acrescido de valor produzido de 1,5xelins (Quadro 3). O resultado da jornada parcial de 3 horas revela, antes de tudo, que o processo de produção não pode mobilizar meios de produção para apenas absorver valor novo inferior ao necessário para reproduzir o valor da força de trabalho, visto que, dessa forma, não se teria produzido materialmente e em valor soma necessária para garantir a reprodução normal do trabalhador. Os produtores diretos, não tendo acesso aos meios de subsistência necessários da sobrevivência, reproduziriam debilmente sua força de trabalho, fato que, por sua vez, condicionaria uma importante demanda de reposição daqueles trabalhadores prematuramente incapacitados. Por outro lado, vale lembrar que a satisfação dessa demanda, nesse momento da análise, ainda não pode ser atendida por um estoque de força de trabalho de reserva, de modo que uma tal situação sendo permanente comprometeria a continuidade do próprio processo produtivo nas atuais bases. Essa questão será oportunamente retomada (capítulo 4) na perspectiva da forma-salário.

<sup>146</sup> "Todavia, se seu trabalho fosse concebido como um trabalho particular ao lado e à parte do trabalho dos trabalhadores, algo como o trabalho de supervisão etc., o capitalista receberia, assim como eles, um salário determinado, e cairia, portanto, na categoria dos trabalhadores, e de modo algum se comportaria como capitalista diante do trabalho; ele também jamais enriqueceria, mas receberia somente um valor de troca que teria de consumir por meio de circulação. A existência do capital perante o trabalho exige que o capital para si, o capitalista, possa existir e viver como não trabalhador. Por outro lado, é igualmente claro que, mesmo desde a ótica das determinações econômicas habituais, o capital que só pudesse conservar seu valor, não o conservaria. Os riscos da produção têm de ser compensados. O capital tem de se conservar nas oscilações de preços. A desvalorização do capital, que se dá de maneira incessante pela elevação da força produtiva, tem de ser compensada etc." (MARX, [1857-1858] 2011, p. 248).

de subsistência, a repor o seu desgaste durante a jornada e também manter-se como "pessoa fora dela" (MARX, [1857-1858] 2011). Vale destacar novamente o papel econômico do valor de uso: o tempo de trabalho vivo que o trabalhador está habilitado a diariamente fornecer (12 horas) de modo algum está restringido pelo tempo de trabalho materializado nos meios de subsistência (6 horas). Na verdade, o que assegura o dispêndio normal de força de trabalho durante a jornada integral de 12 horas é a forma de uso dos meios de subsistência constituir-se de artigos de consumo quantitativa e qualitativamente adequados à reprodução da força de trabalho média assim como harmoniosos com a duração esperada de vida do trabalhador.

Esclarecida essa questão, o capitalista impele o trabalhador a continuar fornecendo trabalho para além do período da jornada que apenas reproduz o valor da força de trabalho. O prolongamento da jornada além dos limites do valor reproduzido da força de trabalho representa uma quantidade de mais-trabalho materializado numa mais-valia<sup>147</sup>, cuja grandeza alcança seu montante máximo normal quando é completada a jornada integral (Quadro3). A mais-valia é, então, a fração do valor novo que excede à produção de valor meramente equivalente ao valor da força de trabalho antecipadamente pago<sup>148</sup>.

Dessa maneira, a premissa de que o trabalhador é pago imediatamente após o ato de troca com o capitalista cumpre o papel de realçar a força de trabalho como a mercadoria, de fato, vendida além de evidenciar que o produtor direto trabalha primeiro para restituir ao capitalista o valor antecipado<sup>149</sup> e, em seguida, produz a mais-valia. O trabalhador recebeu antecipadamente montante (de 3 xelins) por sua força de trabalho, com o qual pôde dispor dos meios de subsistência necessários para reproduzir durante o dia a sua existência material. Obrigatoriamente, o trabalhador deve trabalhar, antes de tudo, para reproduzir esse valor, porque somente assim ao capitalista será assegurado ressarcimento do valor-capital

---

<sup>147</sup> "This difference between the labour time which measures the exchange value of labour capacity itself and the labour time during which it is used as use value, is the labour time worked by labour capacity beyond the labour time contained in its own exchange value, hence beyond the value it cost originally. As such it is surplus labour—surplus value." (MARX, [1861-1863]1988a, p.88).

<sup>148</sup> "Agora, isso somente é possível se o trabalho materializado no preço do trabalho é menor do que o tempo de trabalho vivo que é comprado com ele [...] A troca entre capital e trabalho, cujo resultado é o preço do trabalho, por mais que seja troca simples do ponto de vista do trabalhador, tem de ser não troca do ponto de vista do trabalhador, tem de ser não troca do ponto de vista do capitalista. O capitalista tem de obter mais valor do que deu." (MARX, [1857-1858] 2011, p.252); "The surplus value he produces always consists in the surplus quantity of labour, of labour time, during which the worker spins, mills, tills the fields, builds machines for longer than is necessary to produce his own wage. It therefore always consists in a surplus quantity of his own labour, which the capitalist receives for nothing, whatever the character of that labour may be, whether simple or potentiated." (MARX, [1861-1863]1988a, p.90).

<sup>149</sup> "Não podemos nos esquecer, é claro, de que esse novo valor não faz mais do que repor o dinheiro desembolsado pelo capitalista na compra de força de trabalho e gasto pelo trabalhador em meios de subsistência" (MARX, [1867] 2013, p.285).

adiantado<sup>150</sup>. Fica, então, claro que a mais-valia é uma fração quantitativamente definida do produto de valor (visto o custo de reprodução do trabalhador consistir numa grandeza dada) e que é obtida como excedente sobre o valor reproduzido da força de trabalho

Por outro lado, com dada grandeza da jornada de trabalho e dado valor da força de trabalho, a grandeza do mais-trabalho é evidentemente dada [...] Com o valor de seus meios de subsistência está dado o valor de sua força de trabalho, e com o valor de sua força de trabalho está dada a grandeza de seu tempo de trabalho necessário. A duração do mais-trabalho, no entanto, é obtida subtraindo da jornada de trabalho total o tempo de trabalho necessário. (MARX, [1867] 2013, p.387-388).

Se fosse admitido, no estudo da formação da mais-valia, que o trabalhador, como na prática ocorre nos contratos laborais tradicionais, recebesse após o fim da jornada de trabalho diária, pareceria indiferente o período da jornada que reproduz o valor da força de trabalho ocorrer antes ou após o período destinado ao fornecimento do mais-trabalho. E, depois, o capitalista uma vez personificando o capital, e, portanto, possuindo a garantia legal de pertencer-lhe o produto de valor de uma jornada social média, poderia muito bem apropriar-se primeiro da mais-valia e, dessa forma, relegar ao trabalhador o que sobrasse. Entretanto, esse resíduo poderia ser insuficiente para repor a força de trabalho desgastada na produção, colocando mesmo em risco a reprodução fisicamente imprescindível do trabalhador. Assim, o pressuposto de o trabalhador receber de imediato o equivalente monetário do valor de sua força de trabalho apesar de soar inusitado<sup>151</sup> à convenção laboral "reinante nos países

---

<sup>150</sup> "Further: Let us suppose that the value of the capital advanced for production has to be simply preserved and reproduced, i.e. the capitalist creates no new value in the production process. It is then clear that the value of the product will only be equal to the value of the capital advanced, if the worker adds to the raw material as much labour time as he has received in the form of wages, i.e. if he reproduces the value of his own wage. The labour time which is necessary for the worker to reproduce the value of his own daily means of subsistence is at the same time the labour time necessary for capital simply to preserve and reproduce its value." (MARX, [1861-1863]1988a, p.173). "[...] se o valor da força de trabalho é de [3] xelins, o trabalhador tem de trabalhar [6] horas diárias para repor o valor diário que o capital lhe pagou por sua força de trabalho ou para produzir um equivalente do valor dos meios de subsistência que lhe são diariamente necessários." (MARX, [1867] 2013, p.388).

<sup>151</sup> A seguinte passagem da análise da formação da mais-valia no pensamento de Marx: "Mas como na parte de sua jornada de trabalho em que produz o valor diário sua força de trabalho, digamos, 3 xelins, o trabalhador produz apenas um equivalente do valor já pago pelo capitalista..." (MARX, [1867] 2013, p.292) é assim comentada por Engels em nota à terceira edição do Livro Primeiro: "O autor recorre, aqui, à linguagem econômica usual. Lembremos que na p. 248-250, é demonstrado que na realidade, é o trabalhador quem 'adianta' ao capitalista, e não este ao trabalhador" (ENGELS apud MARX, [1867] 2013, p.292). Engels, na verdade, está supondo que o trabalhador adianta trabalho ao capitalista, recebendo pagamento monetário após o decurso da jornada. Todavia, ele eximiu-se, com isso, de meditar sobre a motivação e implicação do emprego da hipótese de pagamento imediato da mercadoria força de trabalho expressa no final do capítulo 4 da seção II do Livro Primeiro: "Para uma clara compreensão da relação entre as partes, pressuporemos, provisoriamente, que o possuidor da força de trabalho, ao realizar sua venda, recebe imediatamente, o preço estipulado por contrato" (MARX, [1867] 2013, p.250).



capitalistas" permite a demonstração de que a mais-valia é um *valor excedente*<sup>152</sup> sempre produzido depois de o trabalhador ter dedicado tempo de trabalho para produzir o valor equivalente à reprodução normal da sua força de trabalho<sup>153</sup>. Razão pela qual Marx denomina a parte da jornada em que é produzido o equivalente do valor da força de trabalho como jornada de trabalho necessária e expressa num tempo de trabalho necessário. A designação de "necessária" à primeira parte da jornada destaca a centralidade<sup>154</sup> da reprodução em condições normais da mercadoria força de trabalho, da qual depende tanto o retorno ao mercado do trabalhador em condições normais de saúde e vitalidade como ao mesmo tempo o refluxo ao capitalista em equivalente-valor da soma monetária antecipada no ato de troca, com o qual fica assegurada a renovação da compra da principal mercadoria do processo de produção do capital<sup>155</sup>. No estudo acerca dos movimentos dos salários a ser apresentado no capítulo 4 ter-

---

<sup>152</sup> "Assim, por meio da ação da força de trabalho, não apenas seu próprio valor se reproduz, mas também se produz um valor excedente." (MARX, [1867] 2013, p.286).

<sup>153</sup> "A coisa também pode ser expressa da seguinte maneira: se o trabalhador precisa de somente meia jornada de trabalho para viver uma jornada inteira, então só precisa trabalhar meia jornada para perpetuar sua existência como trabalhador. A segunda metade da jornada de trabalho é trabalho forçado, trabalho excedente. O que aparece do ponto de vista do capital como mais-valor, aparece do ponto de vista do trabalhador exatamente como mais-trabalho acima de sua necessidade como trabalhador, acima, portanto, de sua necessidade imediata para a conservação de sua vitalidade [...] as necessidades são desenvolvidas a tal ponto que o próprio trabalho excedente acima do necessário..." (MARX, [1857-1858] 2011, p.255); "But in all circumstances the surplus value of the product is only the objectification of surplus labour. Surplus value is simply *objectified* surplus labour time, just as value in general is merely objectified labour time. Thus surplus value amounts to labour time the worker works for the capitalist in excess of the necessary labour time." (MARX, [1861-1863]1988a, p.175).

<sup>154</sup> "Similarly with the necessary labour time, for the working class absolutely must *first of all work the quantity of labour time necessary to preserve its own life before it can work for others*." (MARX, [1861-1863]1988a, p.179, grifo nosso).

<sup>155</sup> "If the value of the worker's average daily necessary means of subsistence is equal to 10 hours of labour, he must work a daily average of 10 hours of labour to be able to replace his daily consumption, and provide himself with the conditions needed for his life as a worker. This labour would be *necessary* for him personally, for his own self-preservation, quite irrespective of whether he is or is not himself the owner of the conditions of labour—material of labour and means of labour, whether his labour is or is not subsumed under capital. This labour time is necessary for the preservation of the working class itself, and we can call this part of labour time *necessary labour time*." (MARX, [1861-1863]1988a, p.173); "The labour time which is necessary to reproduce the value of labour capacity itself—i.e. the daily production of the worker which is required so that the worker's consumption can be repeated every day—or the labour time with which the worker adds to the product the value he himself receives every day and destroys every day in the form of wages—is also *necessary labour time* from the standpoint of the capitalist in so far as the whole capital-relation presupposes the continuous existence of the working class, its continuing reproduction, and capitalist production has as its necessary prerequisite the continuous availability, preservation and reproduction of a working class." (MARX, [1861-1863]1988a, p.173); "Mas como na parte de sua jornada de trabalho em que produz o valor diário da força de trabalho, digamos, 3 xelins, o trabalhador produz apenas um equivalente já pago pelo capitalista- e, desse modo, apenas repõe, por meio do novo valor criado, o valor do capital variável adiantado-, essa produção de valor aparece como mera reprodução. Portanto denomino 'tempo de trabalho necessário' a parte da jornada de trabalho em que se dá essa reprodução, e 'trabalho necessário' o trabalho despendido durante esse tempo. Ele é necessário ao trabalhador, porquanto é independente da forma social de seu trabalho, e é necessário ao capital e seu mundo, porquanto a existência contínua do trabalhador forma sua base" (MARX, [1867] 2013, p.292-293).

se-á oportunidade de retomar-se esse aspecto da divisão da jornada de trabalho, mas já sob a perspectiva da forma-salário.

Durante a parte da jornada de trabalho que se prolonga além dos limites da jornada de trabalho necessária, o trabalhador executa mais-trabalho materializado numa mais-valia. É na jornada de trabalho excedente que se revela a principal peculiaridade da mercadoria força de trabalho. No capítulo 1, mencionaram-se diversas particularidades da força de trabalho que a tornam especial perante a massa ordinária de mercadorias. Naquela ocasião, destacaram-se particularidades que concerniam à força de trabalho como mercadoria transacionada no mercado: atributos produtivos potencialmente existentes na pessoa do trabalhador, diferença entre alienação formal e efetiva, determinação indireta de seu valor, a qual adicionalmente abrange o componente histórico e moral em decorrência da singularidade de a força de trabalho somente manifestar-se como aptidão de indivíduos historicamente condicionados. No momento em que a força de trabalho é realmente alienada ao capitalista e este trata de produtivamente consumi-la, evidencia-se, então, a crucial particularidade dessa mercadoria que a distingue especialmente das demais: a força de trabalho ativa, nas condições sociais médias de produção, gera um produto de valor maior do que custa sua reprodução normal. Esse valor de uso específico da força de trabalho é que determina a condição de mercadoria comprável na perspectiva do capitalista<sup>156</sup>. Por outro lado, a posição de assalariado "absolutamente pobre" das condições objetivas necessárias à realização do trabalho faz com que o valor de uso da força de trabalho, na perspectiva do trabalhador, limite-se a ser mero reservatório de valor<sup>157</sup>, o qual será tão mais aproveitável para o produtor direto quanto mais ajustado seu período ativo de vida à duração média da força de trabalho. Segue-se a isso que para continuar sendo, nesse período médio de sua duração, depositária de valor, a força de trabalho precisa permanecer representando, para o capitalista, mercadoria peculiar fornecedora de mais-trabalho<sup>158</sup>. Razão pela qual o trabalhador resiste às duas tendências contraditórias da produção capitalista, que são a de prolongar excessivamente a jornada e a de

---

<sup>156</sup> Marx se coloca na posição de um imaginário trabalhador que declara o seguinte ao capitalista: "A mercadoria que eu te vendi distingue-se da massa das outras mercadorias pelo fato de seu uso criar valor e, mais do que isso, um valor maior do que aquele que ela mesma custou. *Foi por isso que a compraste*" (MARX, [1867] 2013, p.308, grifo nosso).

<sup>157</sup> "Para o próprio trabalhador, o trabalho só tem *valor de uso na medida em que é valor de troca*, não porque produz valor de troca" (MARX, [1857-1858] 2011, p.240, grifo nosso).

<sup>158</sup> "Por conseguinte, se essa usabilidade [da força de trabalho] inibida por um ou outro limite, a própria capacidade de trabalho aparece: 1) exterior às condições de reprodução de sua existência; ela existe sem suas condições de subsistência e, por essa razão, é um mero empecilho; necessidades sem os meios de satisfazê-las; 2) o trabalho necessário aparece como supérfluo, porque o supérfluo não é necessário. Ele só necessário na medida em que é condição para a valorização do capital." (MARX, [1857-1858] 2011, p.507).



tornar redundante parte da força de trabalho em uso através da introdução de meios de trabalho tecnicamente superiores<sup>159</sup>. A primeira tendência estimula resistência operária por causar gravosa deterioração da vitalidade do trabalhador e contínuo encurtamento do período de duração em que ele pode viver da venda regular de sua força de trabalho. No segundo caso, a resistência operária acontece sob a justificativa de que, tornando-se supérflua com os novos requerimentos técnicos de produção (graças aos quais se torna possível extrair mesmo volume de mais-trabalho com menor número de trabalhadores), a força de trabalho cessa, com isso, definitivamente de funcionar, para o assalariado, como mercadoria depositária de valor.

A parte da jornada de trabalho durante a qual o trabalhador executa o trabalho necessário e reproduz o valor da força de trabalho é chamada também por Marx de trabalho pago. Essa denominação advém do fato de esse fornecimento de trabalho pelo produtor direto assalariado custar um equivalente monetário ao capitalista ou pelo qual ter adiantado soma de capital-monetário. De outro lado, a partir do momento em que o trabalho vivo ultrapassa a jornada de trabalho necessário, o produtor direto passa fornecer trabalho excedente gratuitamente ou não pago, assim chamado em virtude de o capitalista, ao contrário da primeira fração do trabalho vivo, não ter desembolsado por ele nenhum equivalente-valor<sup>160</sup>. A mais-valia é um valor produzido que excede o equivalente-valor reproduzido da força de trabalho pelo qual o capital obtém gratuitamente<sup>161</sup>. Desse modo, o uso das expressões

<sup>159</sup> "Essa segunda lei, mais palpável, é importante para o esclarecimento de muitos fenômenos que decorrem da tendência do capital (...) de reduzir ao máximo o componente variável convertido em força de trabalho, e isso em contradição com sua outra tendência de produzir a maior massa possível de mais-valor" (MARX, [1867] 2013, p.377). A esse propósito ver Marx ([1857-1858] 2011, p.323-324).

<sup>160</sup> Cabe assinalar que no Livro Primeiro Marx ([1867] 2013) refere-se à quantidade de trabalho excedente *não pago* em forma de alusão nalgumas passagens do capítulo 10 (pp. 394-395) e do capítulo 13 (p.464 e p.466). Mas somente no capítulo 16 da seção V desenvolverá o conceito de divisão da jornada de trabalho em trabalho pago e trabalho não pago. E não por acaso no capítulo (16) que precederá à seção VI na qual Marx apresentará a transmutação do valor e do preço da força de trabalho em forma-salário. No capítulo 3 deste estudo, este assunto será retomado.

<sup>161</sup> "Mas o próprio valor de uso do valor que o capitalista recebeu em troca é o elemento da valorização e sua medida, o trabalho vivo e o tempo de trabalho, mais precisamente mais tempo de trabalho do que está objetivado na capacidade de trabalho, isto é, mais tempo de trabalho do que custa a reprodução do trabalhador vivo. Portanto, por ter recebido em troca a capacidade de trabalho como equivalente, o capital recebeu em troca sem equivalente o tempo de trabalho - na medida em que este excede o tempo contido na capacidade de trabalho; por meio da forma da troca apropriou-se de tempo de trabalho sem troca"(MARX, [1857-1858] 2011, p.563-564); "It therefore always consists in a surplus quantity of his own labour, which the capitalist receives for nothing..."(MARX, [1861-1863]1988a, p.90); "He thereby receives payment of a part of the value, a part of the labour contained in the product, which he has not bought and which has cost him nothing."(MARX, [1861-1863]1988a, p.91); "The necessary labour time is the same as the labour time necessary to reproduce the wage. It is therefore a simple equivalent given back to the capitalist by the worker. The latter has received a certain labour time in money; he gives it back in the form of living labour time. The necessary labour time is therefore *paid* labour time. On the other hand, no equivalent has been paid for the surplus labour It is rather the valorisation of labour capacity by the capitalist in excess of that capacity's own value. It is therefore *unpaid* labour time."(MARX, [1861-1863]1988a, p.175-176).

trabalho pago e trabalho não pago de maneira nenhuma podem ensejar dúvida de que o trabalhador vende trabalho ao invés de força de trabalho. Por outro lado, a divisão da jornada em trabalho pago e trabalho não pago revela que a mais-valia, não obstante nada custe ao capitalista, porque obtida sem precisar adiantar nenhum valor-equivalente, custa ao produtor direto mais-trabalho produzi-la<sup>162</sup>.

Com isso, a jornada de trabalho adquire uma significação econômica mais plena. De início a jornada de trabalho<sup>163</sup> era vista como um período homogêneo e indiferenciado, durante o qual o trabalhador põe sua força de trabalho à disposição do capitalista. Todavia, o capitalista não pode consumir força de trabalho por um período qualquer; ele comprou a mercadoria força de trabalho por sua peculiar função de produtora de mais valor do que custou sua reprodução. A jornada de trabalho constitui-se, então, da soma da jornada de trabalho necessária ou paga e a jornada de trabalho excedente ou gratuita<sup>164</sup>, seções de uma totalidade que estabelecem entre si *indissociável conexão mútua*<sup>165</sup>. Ora, o trabalhador só pode fornecer gratuitamente mais-trabalho ao capitalista se este último conceder ao primeiro trabalho necessário que reproduza normalmente sua força de trabalho<sup>166</sup>. A mais-valia só pode

<sup>162</sup> "O segundo período do processo de trabalho, em que o trabalhador trabalha além dos limites do trabalho necessário, custa-lhe, de certo, trabalho, dispêndio de força de trabalho, porém não cria valor algum para o próprio trabalhador." MARX ([1867] 2013, p.293); "O que a mercadoria custa ao capitalista e o que custa mesmo a produção da mercadoria são, todavia, duas grandezas completamente diferentes. A parte do valor da mercadoria que consiste em mais-valia não custa nada ao capitalista, exatamente porque custa trabalho não pago ao trabalhador"(MARX, [1894] 1988c, p.22).

<sup>163</sup> Ver seção 1 do Capítulo 1 desta tese para referências a diversas passagens de distintas obras da maturidade teórica de Marx.

<sup>164</sup> "O trabalho assalariado consiste sempre de trabalho pago e não pago"(MARX, [1857-1858] 2011, p.475); "The extension of the *normal working day*, i.e. the total of necessary labour time+surplus labour time, is here the process by which surplus value grows, is increased"(MARX, [1861-1863]1988a, p.233); "The ratio in which he exchanges objectified labour time (objectified in the capital advanced) for living labour time is the same as the ratio of the worker's necessary labour time to his surplus labour, the labour time he works over and above the necessary labour time. It therefore presents itself as a ratio between two portions of the labour time of the worker himself— necessary labour time and surplus labour." (MARX, [1861-1863] 1988a, p.175); "A soma do trabalho necessário e do mais trabalho, isto é, dos períodos em que o trabalhador produz o valor de reposição de sua força de trabalho e o mais-valor, constitui a grandeza absoluta de seu tempo de trabalho -a jornada de trabalho" (MARX, [1867] 2013, 304).

<sup>165</sup> "We therefore take the normal working day as the *measure* of the consumption and valorisation of labour capacity." (MARX, 1988a, p.186) "(...) a taxa de mais-valor  $\frac{m}{v}$  nos mostra com exatidão, por meio de sua convertibilidade em  $\frac{\text{mais-trabalho}}{\text{trabalho necessário}}$ , a *relação mútua entre as duas partes da jornada de trabalho*"(MARX, [1867] 2013, p.294, grifo nosso). "Se o trabalhador vende inicialmente sua força de trabalho ao capital porque lhe faltam os meios materiais para a produção de uma mercadoria, agora sua força individual de trabalho falha no cumprimento de seu serviço caso não seja vendida ao capital." (MARX, [1867] 2013, p.434); "Em segundo lugar, a proporção [no sentido de conexão] entre o salário e o mais-valor se mantém inalterada, pois ao salário individual do trabalhador isolado corresponde a massa de mais-valor individualmente fornecida por ele."(MARX, [1867] 2013, p.626).

<sup>166</sup> "Mas desaparecendo o trabalho necessário, desapareceria também o mais-trabalho, já que este último não é mais do que uma função do primeiro."(MARX, [1867] 2013, p.600, grifo nosso).

surgir se o trabalhador executar trabalho vivo acima dos limites que compõe a reprodução de sua força de trabalho e desde que assegurada a manutenção de sua existencial material. Por outro lado, o trabalhador somente tem acesso aos meios de subsistência necessários à manutenção de sua vida se executar gratuitamente mais-trabalho para o capitalista<sup>167</sup>. Em última análise, o capitalista concede ao trabalhador "absolutamente pobre" uma "permissão"<sup>168</sup> à reprodução da sua vida material condicionada ao fornecimento de quantidade de trabalho excedente.

É por essa razão que o mais-trabalho fornecido gratuitamente pelo trabalhador possui uma natureza *compulsória* e *coercitiva*. O capitalista, incitado compulsivamente pelo mais-trabalho, fonte de seu enriquecimento, *impele*, por isso, o trabalhador coercitivamente a executar trabalho além dos estreitos limites da reprodução normal desse produtor direto<sup>169</sup>. É uma coação do trabalhador imposta pelo capitalista, porque do ponto de vista do primeiro basta a manutenção de sua vida, sendo "supérfluo"<sup>170</sup> todo trabalho fornecido que exceda o necessário<sup>171</sup>. Entretanto, não é permitido ao trabalhador validar a sua perspectiva que

---

<sup>167</sup> "Na produção fundada sobre o capital, a existência do tempo de trabalho necessário é condicionada pela criação do tempo de trabalho supérfluo"(MARX, [1857-1858] 2011, p.322). "Onde reina o capital (tal como ali onde há escravidão, servidão ou trabalho compulsório de qualquer tipo), o tempo de trabalho absoluto do trabalhador é posto como condição para que ele possa trabalhar o necessário, isto é, para que possa realizar o tempo de trabalho necessário à conservação de sua capacidade de trabalho em valores de uso para si" (MARX, [1857-1858] 2011, p.440); "In the latter, the free worker, in order to satisfy his essential requirements, must 1) convert his labour time into *necessary labour time*, give it the general, socially determined (by competition) level of intensity; 2) provide surplus labour, in order to be allowed (to be able) to work for the labour time necessary for him himself." (MARX, [1861-1863]1988a, p.197).

<sup>168</sup> "O trabalhador tem de trabalhar um tempo excedente para ter permissão para objetivar, valorizar, isto é, tornar objeto, o tempo de trabalho necessário à sua reprodução"(MARX, [1857-1858] 2011, p.530).

<sup>169</sup> "In so far as in capitalist production capital compels the worker to work over and above his necessary labour time—i.e. over and above the labour time required for the satisfaction of his own vital needs as a worker—capital, as this relation of domination in which past labour stands to living labour, creates, produces *surplus labour* and therewith *surplus value*." (MARX, [1861-1863]1988a, p.196); "O capital desenvolve-se, ademais, numa relação coercitiva, que obriga a classe trabalhadora a executar mais trabalho do que o exigido pelo estreito círculo de suas próprias necessidades vitais"(MARX, [1867] 2013, p.381).

<sup>170</sup> "O grande papel histórico do capital é o de criar esse trabalho excedente, trabalho supérfluo do ponto de vista do valor de uso, da mera subsistência..." (MARX, [1857-1858] 2011, p.255). "Se, de um lado, o capital cria o trabalho excedente, de outro, o trabalho excedente é igualmente pressuposto para a existência do capital. Todo desenvolvimento da riqueza está baseado na criação de tempo disponível. A relação do trabalho necessário ao tempo supérfluo (*assim se apresenta inicialmente, do ponto de vista do trabalho necessário*) se altera nas várias fases do desenvolvimento das forças produtivas" (MARX, [1857-1858] 2011, p.322, grifo nosso); "Três dias de mais-trabalho na semana continuam a ser três dias de trabalho que não cria equivalente algum para o próprio trabalhador, seja esse trabalho chamado de corveia ou de trabalho assalariado." (MARX, [1867] 2013, p.311).

<sup>171</sup> Gough sublinha a aparência de igualdade, liberdade e harmonia que caracteriza a transação simples entre capitalista e trabalhador é desmascarada pelo processo de formação da mais-valia: "In this manner Marx demonstrated that exploitation can exist under the capitalist mode of production despite all appearances to the contrary. Despite the 'freedom' of workers to sell or not sell their labour power, and the 'equality' of the market where every good or service exchanges with its equivalent, yet one class can extract and appropriate the surplus labour of another class. One reason for this is the contrast, to which Marx drew

considera supérfluo o mais-trabalho do capital mediante fornecimento de trabalho no limite das suas necessidades vitais, porquanto a privação das condições objetivas do trabalho torna-o dependente da venda regular da força de trabalho, a qual só se revela mercadoria comercializável desde que justamente possua o valor de uso específico de ser portadora de mais-trabalho<sup>172</sup>. Essa relação coercitiva mediante a qual o capitalista explora o trabalhador, sendo expressa pela conexão íntima entre as duas frações da jornada de trabalho, não se apresenta diretamente como trabalho forçado e compulsório, mas como trabalho realizado no próprio interesse do trabalhador livre<sup>173</sup>. O ato de troca que precede a produção de mais-valia trata de ocultar aos dois agentes da relação-capital, com evidente vantagem ao capitalista, a coerção que submete o trabalhador a fornecer mais-trabalho ao capital<sup>174</sup>. O trabalhador é formalmente livre dispondo voluntariamente sua força de trabalho em troca de uma quantia monetária representativa do valor dessa mercadoria. Na medida em que é o próprio trabalhador que, por vontade própria, põe à disposição sua força de trabalho ao capitalista, recebendo deste último uma quantia monetária com a qual a própria troca parece-lhe vantajosa, nada imediatamente pode indicar que a relação-capital realmente desenvolvida na esfera de produção possa revelar-se aos próprios agentes de produção como efetivamente é, ou seja, como uma coerção. Acrescente-se a isso que a própria expressão monetária do valor da força de trabalho, cuja liquidação acontece convencionalmente nas transações entre capitalista e trabalhadores após o decurso do trabalho vivo fornecido, oculta a conexão mútua

---

attention, between the freedom and equality of the sphere of exchange, and the coercion and inequality of the sphere of production. Once the worker becomes an employee of a particular firm he is at its behest and, within limits, must do as he is told. [...] It is in the productive sphere that the relations between capital and labour appear in their most naked form. A second reason is that the 'freedom' and 'equality' of the sphere of exchange is itself partly illusory. The worker is compelled to sell his labour power to capitalist firms by economic necessity; the alternative is starvation, the workhouse or a life on social security." (GOUGH, 1979, p. 23)

<sup>172</sup> "A capacidade de trabalho só pode executar seu trabalho necessário se o seu trabalho excedente tem valor para o capital, se for utilizável para ele." (MARX, [1857-1858] 2011, p.507).

<sup>173</sup> "[...] trabalho forçado mediado, o trabalho assalariado" (MARX, [1857-1858] 2011, p.256). "The capital-relation is therefore more productive in this way—for one thing because what is at stake here is labour time as such, exchange value, not the product as such or the use value; and secondly because the free worker can only satisfy the requirements of his existence to the extent that he sells his labour; hence is forced into this by *his own interest*, not by external compulsion." (MARX, [1861-1863]1988a, p.198, grifo nosso). Ver também Marx ([1861-1863]1988a, p.196-197).

<sup>174</sup> "A forma mercadoria do produto e a forma dinheiro da mercadoria disfarçam a transação" (MARX, [1867] 2013, p.643).

entre as partes da jornada de trabalho<sup>175</sup>, apresentando-as como pagamento pelo trabalho vivo<sup>176</sup>.

Conquanto a mais-valia seja objetivação de mais-trabalho gratuitamente fornecido pelo trabalhador sua apropriação pelo capitalista não representa qualquer infração às trocas mercantis<sup>177</sup>. A produção da mais-valia, não obstante nada custar ao capitalista, é, contudo, legitimamente apropriada por ele nas bases do processo de produção do capital. Ora, o capitalista, na esfera de circulação, adiantou uma quantia monetária ao trabalhador que, segundo premissa, corresponde aos meios de subsistência normais, cujo consumo pelo produtor direto permite sua manutenção diária, incluindo reposição do desgaste durante o processo de produção<sup>178</sup>. Além disso, o capitalista respeita a duração normal da força de trabalho, concedendo ao trabalhador, sob a forma de equivalente monetário, o suficiente para o exercício ativo da força de trabalho no decorrer da jornada social média<sup>179</sup>. Por outro lado, o trabalhador, no momento em que aliena sua força de trabalho ao capitalista, renuncia, por sua vez, aos resultados do processo de produção<sup>180</sup>. A legitimidade social da apropriação da mais-valia é igualmente assegurada pelo motivo de a produção capitalista orientar-se pela extração permanente de mais-trabalho. Com isso, se não fosse possível apropriação da mais-valia pelos capitalistas, a própria reprodução da mercadoria força de trabalho não aconteceria. Dessa maneira, o capitalista obteve mais-valia em estrito respeito à troca de equivalentes-valores, pagando ao trabalhador o valor da sua mercadoria força de trabalho; o fato de que o benefício econômico do uso da força de trabalho no processo produtivo revelar-se maior do que o custo de sua reprodução normal não viola a troca de equivalente, desde que o capitalista age, no

---

<sup>175</sup> "Mas isso não é visível. O mais-trabalho e o trabalho necessário confundem-se um com o outro" (MARX, [1867] 2013, p.310).

<sup>176</sup> Essa análise de Marx já se apresenta, conforme se verá no próximo capítulo, como uma transição para a forma-salário.

<sup>177</sup> "Por conseguinte, a troca que se dá entre capitalista e trabalhador é inteiramente correspondente às leis da troca; mas não é apenas correspondente, senão seu máximo desenvolvimento"(MARX, [1857-1858] 2011, p.563).

<sup>178</sup> "O próprio trabalho vivo é um valor de uso que possui o valor de troca adquirido pelo possuidor do produto na troca, e a quantidade maior ou menor desse trabalho vivo que ele adquiriu na troca, em relação ao que pagou na forma do produto para a capacidade de trabalho, depende do quantum de trabalho vivo no produto pago ao trabalhador." (MARX, [1857-1858] 2011, p.477-478).

<sup>179</sup> "O que o trabalhador troca com o capital é seu próprio trabalho (na troca, a disponibilidade sobre ele); ele o aliena. O que ele recebe como preço é o valor dessa alienação. O trabalhador troca a atividade ponente de valor por um valor que determinado independentemente do resultado de sua atividade" (MARX, [1857-1858] 2011, p.253).

<sup>180</sup> "É claro, portanto, que o trabalhador não pode enriquecer por meio dessa troca, uma vez que ele, como Esaú ao ceder sua primogenitura por um prato de lentilhas, cede sua força criativa pela capacidade de trabalho como uma grandeza dada" (MARX, [1857-1858] 2011, p.240); "As he has sold his labouring power to the capitalist, the whole value or produce created by him belongs to the capitalist, the owner *pro tempore* of his labouring power." (MARX, [1865]1985c, p.131).



presente caso, como todo comprador que adquirindo uma mercadoria qualquer trata de consumi-la, sendo esse usufruto "prerrogativa"<sup>181</sup> do comprador, nada dizendo respeito, portanto, ao vendedor<sup>182</sup>. De fato, o trabalhador seria logrado se pela cessão do uso da força de trabalho recebesse quantia inferior ao seu valor normal ou se a extensão e intensidade da jornada impusesse um desgaste da vitalidade do produtor direto não compensável pelo consumo dos meios de subsistência<sup>183</sup>. Finalmente, não há produção de mercadorias sem consumo produtivo das condições objetivas do trabalho, os quais representando forma material do capital na esfera produtiva conferem legitimidade à apropriação capitalista do mais-trabalho alheio (MARX, [1894] 1988c, seção I)<sup>184</sup>.

A modalidade de mais-valia normal aqui apresentada é denominada por Marx de mais-valia absoluta. É assim designada, primeiramente, porque sua extração cresce à medida que a jornada de trabalho se estende além dos limites definidos pela reprodução *dada* da força de trabalho até alcançar o máximo com a conclusão da jornada normal. E, depois, porque o prolongamento do fluxo de trabalho vivo além da parte necessária da jornada faz com que a

---

<sup>181</sup> "The relation which compels the worker to do surplus labour is the fact that the conditions of his labour exist over against him as capital. He is not subjected to any external compulsion, but in order to live in a world where commodities are determined by their value he is compelled to sell his labour capacity as a commodity, whereas the valorisation of this labour capacity over and above its own value is the prerogative of capital." (MARX, [1861-1863] 1988a, p.204)

<sup>182</sup> "With commodities, however, only their exchange value is paid for. One does not pay for oil's quality of being oil on top of paying for the labour contained in it, any more than one pays for the drinking of wine in addition to the labour contained in it, or for the enjoyment when paying for the drinking. Similarly therefore with labour capacity: what is paid for is its own exchange value, the labour time contained in it itself. But since its use value is in turn labour itself, the substance that creates exchange value, it in no way contradicts the law of the exchange of commodities that the actual consumption of labour capacity, its actual use as a use value, posits more labour, manifests itself in more objectified labour, than is present within it itself as exchange value." (MARX, [1861-1863] 1988a, p.-86-87). Ver também Marx ([1861-1863] 1988a, p.64, p.92, p.95, p.182; [1867] 2013, p.270).

<sup>183</sup> Numa brochura polêmica escrita no final de sua vida, Marx assim discorre sobre a legitimidade do mais-trabalho do capital: "What 'a deduction from the worker' is, deduction from his skin, etc., is not evident. At any rate, in my presentation even, 'profit on capital' is in actual fact *not* 'a deduction from, or robbery of, the worker'. On the contrary, I depict the capitalist as the necessary functionary of capitalist production and demonstrate at great length that he not only 'deducts' or 'robs' but enforces the *production of surplus value*, thus first helping to create what is to be deducted; what is more, I demonstrate in detail that even if *only equivalents* were exchanged in the exchange of commodities, the capitalist—as soon as he pays the worker the real value of his labour-power—would have every right, i.e. such right as corresponds to this mode of production, to *surplus-value*. But all this does not make 'profit on capital' the 'constitutive' element of value but only proves that the value not 'constituted' by the labour of the capitalist conceals a portion which he can appropriate 'legally', i.e. without infringing the law corresponding to the exchange of commodities." (MARX, [1879] 1989b, p.535-536).

<sup>184</sup> Marx tece críticas à economia política clássica e aos autores socialistas que não lograram explicar a origem do mais-trabalho a partir do estrito respeito à troca de valores-equivalentes: "Simple as this process is, it has so far been very little understood. The economists have never been able to reconcile surplus value with the law of equivalence they themselves have postulated. The socialists have always held onto this contradiction and harped on it, instead of understanding the specific nature of this commodity, labour capacity, whose use value is itself the activity which creates exchange value." (MARX [1861-1863] 1988a, p.89).

grandeza absoluta da mais-valia cresça ao passo que a magnitude relativa do valor reproduzido da força de trabalho decline como proporção do valor produzido<sup>185</sup>.

A tendência do capital de apropriar-se crescentemente do mais-trabalho é exercida sob observância estrita da troca de equivalentes-valores, de modo que o trabalhador recebe grandeza dada da fração da jornada social média para reprodução normal de sua vida material e social para poder executar, sem restrições, o trabalho excedente até o limite da jornada que serviu de base para mensuração do custo diário da força de trabalho. Por essa razão, a especificidade da mais-valia absoluta, nesse momento apresentada, tem feição normal, não querendo isso dizer que o capital só possa extraí-la sob essa pressuposição. A aplicação de rígidas premissas concerne ao propósito de mostrar que a análise da formação de mais-valia não depende da reprodução atrofiada da força de trabalho, conquanto o capital não renuncie a este último expediente, dado seu impulso de extração ilimitada de mais-valia já visível (pela análise conceitual) quando compele o produtor direto a trabalhar além do círculo de suas necessidades vitais. É que certas tendências do capital, tais como as aludidas anteriormente, só podem constatar-se na sua plenitude se dispor de uma massa de trabalhadores de reserva, cuja constituição e necessidade Marx apontará somente no seu estudo sobre os métodos de produção de mais-valia relativa<sup>186</sup>. Razão pela qual as modalidades anormais de mais-valia serão estudadas na presente tese em conjunto com os salários, em virtude de essa forma transmutada do valor da força de trabalho oferecer, como se verá no capítulo 4, melhores condições para sua análise.

Não é, pois, casual que a explicação da formação da mais-valia se dê pela modalidade absoluta. Esta espécie de mais-valia requer apenas grau de desenvolvimento das forças produtivas que condicione período de trabalho necessário à reprodução da força de trabalho inferior à jornada global. Na história da produção capitalista, o capital começa extrair mais-valia na modalidade absoluta, a qual prescinde de transformações técnicas do processo de trabalho<sup>187</sup>, tomando os custos de reprodução da força de trabalho como dados e delimitados a uma parte da jornada de trabalho total. E a mais-valia absoluta pode formar-se

---

<sup>185</sup> "Considerando o mais-valor absoluto, ele aparece determinado pelo prolongamento absoluto da jornada de trabalho para além de tempo de trabalho necessário. O tempo de trabalho necessário trabalha para o mero valor de uso para a subsistência. A jornada de trabalho excedente é trabalho para o valor de troca para a riqueza" (MARX, [1857-1858] 2011, p.644). Ver também Marx ([1861-1863]1988a, p.192; 1994a, p.95; [1867] 2013, p.578-579).

<sup>186</sup> Item do "capítulo sobre o capital" denominado de "mais-valor absoluto e mais-valor relativo" dos *Grundrisse*, item 3 dos *Manuscritos de 1861-1863* e seção IV do Livro I d'O *capital*.

<sup>187</sup> "Ele [o mais valor absoluto] é o primeiro momento do trabalho industrial". (MARX, [1857-1858] 2011, p.644).

com apenas um trabalhador empregado ou centenas deles comandados pelo capital<sup>188</sup>, contanto que os assalariados, não importando seu número, forneçam mais-trabalho do que o requerido para dada reprodução de sua força de trabalho. A principal modificação que o capital infunde ao processo de trabalho historicamente herdado é submetê-lo à lógica de extração de mais-valia. Para isso, o capitalista deveria dispor de capital mínimo para comprar meios de produção e força de trabalho de qualidade e quantidade adequadas e, assim, exercer seu comando sobre o processo de trabalho (cujo modo de funcionamento e operação não é ainda, todavia, alterado por intromissão do capital), cuidando de zelar pelo consumo produtivo normal dos meios de produção bem como impor rígida disciplina ao dispêndio da força de trabalho segundo o grau de intensidade média. Aplicando tais medidas como atributos de sua função como personificação do capital, o capitalista pode extrair mais-valia absoluta dos operários explorados por ele. Com isso, a mais-valia absoluta é referida como modelo para o surgimento da mais-valia em geral, deixando patente na sua constituição que é mais-trabalho objetivado, tal como foi historicamente observado pela própria constituição da produção capitalista (MARX, [1867] 2013, capítulos 9 e 14).

Cabe última consideração conceitual. A massa de mais-valia consiste na quantidade total da mais-valia produzida pelo contingente de trabalhadores comandado pelo capitalista. Realizando-se algumas operações algébricas<sup>189</sup>, conclui-se que a massa de mais-valia é produto do capital variável<sup>190</sup> adiantado total ( $V$ ) pela taxa de mais-valia ( $m'$ )<sup>191</sup>:  $M = m'V$ .

<sup>188</sup> "Na investigação realizada até aqui, interessava a Marx, antes de mais nada, averiguar a natureza da mais-valia, encarnação do 'tempo de trabalho absoluto ou relativo - comandado pelo capital, acima do tempo de trabalho necessário'. Para compreender esse processo, o número de trabalhadores empregados pelo capital era uma informação indiferente. Enfocando-se cem, dez ou apenas uma jornada de trabalho, em todos os casos obtinha-se a mais-valia ou pelo prolongamento da jornada total de trabalho ou pela diminuição do tempo de trabalho necessário. Em qualquer caso, o grau de valorização do capital, ou taxa de mais-valia, dependia apenas da divisão da jornada em trabalho necessário e mais trabalho. Podia-se ignorar o número de trabalhadores explorados pelo capital ou, como diz Marx de forma genérica nos Grundrisse, a soma das 'jornadas de trabalho simultâneas'" (ROSDOLSKY, [1968] 2001, p.209).

<sup>189</sup> Toma-se  $M = nm$  (1) em que  $n$ : número de trabalhadores e  $m$ : mais-valia produzida por jornada de trabalho individual. Multiplicando-se o lado direito de (1) por  $\frac{v}{v}$  tem-se  $M = n\frac{v}{v}m$  (2). Como  $V = nv$  (3) e  $\frac{m}{v} = m'$  (4) com  $m'$  representando taxa de mais-valia. Então,  $M = m'V$  (5). O capital variável é o valor-capital adiantado na aquisição de força de trabalho.

<sup>190</sup> O valor-capital adiantado na compra da força de trabalho é designado de capital *variável* porque a grandeza de valor dada quando lançada à circulação é substituída no processo de valorização pela força de trabalho ativa e, conseqüentemente, por uma grandeza fluída que se materializa em um produto de valor cuja magnitude varia conforme o transcurso trabalho vivo. É variável porque a mercadoria força de trabalho comprada pelo capital adiantada ao ser consumida produz produto de valor maior do que custou no ato de aquisição. "Segundo: no processo de produção, a força de trabalho comprada constitui agora parte do capital em funcionamento, e o próprio trabalhador funciona aqui apenas como forma natural particular desse capital, distinta dos elementos dele existentes em forma de meios de produção. Durante o processo, o trabalhador agrega aos meios de produção que transforma em produto um valor, por meio do dispêndio de sua força de trabalho, que é igual ao valor de sua força de trabalho (abstraída a mais-valia); ele reproduz, portanto, para o



Por essa equação, patenteia-se que a massa de mais-valia é função direta do número de trabalhadores empregados. Vale atentar que *essa conclusão* assume constante a produtividade nos ramos que produzem artigos de subsistência bem como se presume que o capital variável expressa diretamente a quantidade de trabalhadores empregados, de modo que para aumentar a massa de trabalho absorvida (dada taxa de mais-valia) seria necessário emprego de força de trabalho adicional. Marx argumenta, contudo, que a massa de mais-valia pode ser elevada com mesmo número de trabalhadores, mediante aumento do grau de exploração associado, por exemplo, ao prolongamento da jornada além de sua extensão usual, de cujo parâmetro normal serviu de referência a mensuração do valor diário da força de trabalho. Neste estudo, essa alternativa será *momentaneamente* deixada de lado, visto que se admite, agora, que a força de trabalho é vendida por seu valor diário para uma dada jornada social média em coerência com determinada duração normal de vida do trabalhador. Essa hipótese será enfim relaxada no capítulo 4 desta tese, quando serão estudadas as variações quantitativas dos salários conforme jornada de trabalho (em extensão e intensidade) e produtividade.

Por outro lado, essa determinação da massa da mais-valia como função crescente da quantidade de força de trabalho empregada remete às seguintes questões.

Primeiramente, o desenvolvimento da produção capitalista apoia-se em amplo contingente de trabalhadores, visto que, somente assim, pode obter volume crescente de massa de mais-valia em dadas condições sociais de produção. É por essa razão que fração do custo de reprodução do trabalhador deve concernir à procriação, da qual no decorrer de certo prazo será fornecido forças de trabalho adicionais aptas a satisfazer a necessidade de expansão da mais-valia. Dessa maneira, o crescimento natural da população não é de modo algum variável exógena ou fixada por consideração da biologia humana, destinada à finalidade de preservação da espécie. Inversamente, o crescimento populacional compartilha das tendências internas da produção capitalista de que para produzir massa crescente de mais-valia é preciso (dadas as demais circunstâncias) pagar trabalho necessário mais elevado<sup>192</sup>. Marx em diversas

---

capitalista, em forma de mercadoria a parte do capital que este lhe adiantou ou lhe adiantará em salário; ele produz um equivalente desta última; ele produz portanto, para o capitalista, o capital que este pode novamente 'adiantar' na compra de força de trabalho"(MARX, [1885] 1988b, p.265). Ver também Marx([1867] 2013, capítulo 5, 290-296).

<sup>191</sup> A taxa de mais-valia é a grandeza relativa da mais-valia. Essa medida revela-se importante em razão de revelar o grau verdadeiro de valorização do capital e na ótica dos trabalhadores expressar a taxa pela qual são forçados a fornecer mais trabalho. Brevemente pode ser matematicamente expressa do seguinte modo:  $\frac{m}{v}$ , em que  $m$  representa a mais-valia e  $v$ , o capital variável. (MARX [1867] 2013, capítulo 7).

<sup>192</sup> "It includes the *creation* of new *wage labourers*, who are means to the realisation and augmentation of the existing capital, whether because sections of the population not previously seized on by capitalist production,

passagens de sua produção literária revelava conceber que o aumento da população está fortemente condicionado ao contexto social e material da classe trabalhadora (ROSDOLSKY, [1968] 2001, p.215). Em conjunturas especialmente prósperas, os casamentos operários seriam estimulados e, com isso, fomentado os nascimentos, ao mesmo tempo que decresceria a mortalidade infantil, como consequência da melhoria nos cuidados consagrados à primeira infância e da ampliação do acesso a meios de subsistência mais abundantes e de qualidade superior<sup>193</sup>. Por outro lado, a situação de penúria e de precariedade material dos trabalhadores também favoreceria o crescimento da população. A monotonia da vida operária acaba limitando o âmbito dos interesses e prazeres, de modo a estimular casamentos precoces como alternativa para um horizonte de vazio existencial. Ao lado disso, a criação de filhos poderia se converter num arrimo de famílias empobrecidas tanto mais de imediata serventia quanto de fato as mudanças técnicas na produção facultavam que faixas etárias mais jovens pudessem ingressar no mercado devido à facilidade com que era possível aprender os procedimentos laborais<sup>194</sup>. Vale, contudo, chamar atenção que será estudado mais adiante (seção 2.2) que a

---

such as women and children, are now subsumed under it, or because a greater number of workers, resulting from the natural increase of the population, are subjected to it. It emerges from a closer examination that capital itself *regulates* this production of labour power, the production of the mass of human beings it intends to exploit, in accordance with its requirements for this exploitation. Capital therefore does not just produce capital, it produces a growing mass of workers, the material which alone enables it to function as additional capital." (MARX, [1863-1864] 1994b, p.463).

<sup>193</sup> "The population can only grow absolutely, leaving aside the operations we have just mentioned, if not only more children are born but more children grow up, can be nourished until they are old enough to work. The development of the productive forces under the régime of capital increases the quantity of means of subsistence annually produced and cheapens them to such an extent that the *average wage* can be calculated to allow the reproduction of the workers on a larger scale, even though the wage itself falls in value, represents a smaller quantity of materialised labour time. The wage level may even sink, if only the magnitude of the wage's value does not fall in exactly the same proportion as the productive power of labour rises." (MARX, [1861-1863]1988a, p.302); "Por um lado, por meio da elevação de salário, atenuando por conseguinte as influências dizimadoras, aniquiladoras da descendência dos trabalhadores e facilitando os casamentos, ele iria aumentar paulatinamente a população trabalhadora; por outro lado, porém, por meio da aplicação dos métodos que geram a mais-valia relativa (introdução e aperfeiçoamento na maquinaria), ele geraria ainda muito mais rapidamente uma superpopulação relativa, artificial, que, por sua vez - já que na produção capitalista a miséria gera população -, seria de novo a incubadeira de um aumento realmente rápido da população." (MARX, [1894] 1988c, p.159); "O período de prosperidade teria favorecido os casamentos entre os trabalhadores e diminuído a dizimação da descendência, circunstâncias que - por mais que incluam um aumento real da população - não incluem nenhum aumento da população que realmente trabalha, mas afetam a relação entre trabalhadores e capital como se o número de trabalhadores realmente em funcionamento tivesse aumentado." (MARX, [1894] 1988c, p.183).

<sup>194</sup> "On the other hand, the life-situation in which capital places the working class, its conglomeration, its deprivation of all the other pleasures of life, the utter impossibility of attaining a higher social standing and maintaining a certain decorum, the vacuity of their lives, the mixing of the sexes in the workshop, the isolation of the worker himself, all these things impel marriage at an early age. The curtailment and practically the abolition of the necessary period of apprenticeship, the early age at which children can themselves step forward as producers, the shortening therefore of the period during which they must be provided for, increases the stimulus to a more rapid production of human beings." (MARX, [1861-1863]1988a, p.302); "Tal necessidade é satisfeita por meio de casamentos precoces, consequência necessária

produção capitalista cria meios de economizar força de trabalho empregada e de fomentar formação de trabalhadores momentaneamente supérfluos a fim de, juntamente com outras razões, propiciar liberdade de ação à extração de mais-valia, de modo a não torná-la unicamente dependente de um fornecimento de força de trabalho, como crescimento populacional, marcadamente lento e de longo prazo.

Por último, a definição de massa de mais-valia como função da população trabalhadora ocupada torna saliente outro aspecto do capital mínimo. Anteriormente fora dito que o capitalista deve dispor de capital de grandeza mínima a fim de adequar o seu processo produtivo aos requerimentos das condições sociais normais de produção. A essa determinação acrescenta-se outra: adiantar capital mínimo para produzir em condições sociais normais massa de mais-valia para atender a três condicionantes. O primeiro deles é assegurar ao capitalista nível de consumo privado qualitativamente superior em relação ao consumo individual dos seus empregados<sup>195</sup>. E, depois, o capitalista, personificando a função produtiva do capital no processo de trabalho, deve empenhar-se para monitorar o consumo produtivo das condições objetivas do trabalho pela força de trabalho e impelir os trabalhadores a fornecer mais-trabalho do que o necessário a sua manutenção. Em virtude da relevância para a consecução do objetivo de extrair mais-trabalho normal, a representação permanente do capital na esfera de produção obriga o capitalista a dedicar-se exclusivamente ao papel de comandante e diretor do processo produtivo<sup>196</sup>. Essa função estaria, todavia, prejudicada se junto com ela o capitalista fosse levado a trabalhar diretamente no processo produtivo, como era comum nos primórdios da produção capitalista. A função capitalista perderia em eficiência, pois seria dividida com a de produtor direto, ao mesmo tempo que perderia um pouco de autoridade porque compartilharia com seus empregados a rotina do processo de

---

das condições em que vivem os trabalhadores da grande indústria, e graças ao abono que a exploração dos filhos dos trabalhadores agrega à sua produção." (MARX, [1867] 2013, p.717).

<sup>195</sup> "Para que *vivesse duas vezes melhor do que um trabalhador comum* e reverter a metade do mais-valor produzido em capital, ele teria de multiplicar por oito tanto o número de trabalhadores, quanto o mínimo do capital adiantado." (MARX, [1867] 2013, p.380, grifo nosso); "Secondly, however: Suppose the necessary labour time is 10 hours and the surplus labour time is 2 hours. The capitalist, if he does not work himself, would have already to employ 5 workers, so as to take in a value of 10 hours of labour a day in addition to the value of his capital. But what he took in every day in the form of surplus value would only enable him to live like one of his workers. And even this only on condition that his purpose was merely the preservation of his life, as with the workers, hence not the increase of his capital, which is the presupposition with capitalist production. If he worked alongside them, so as to earn a wage himself, his mode of life would scarcely differ from that of a worker (it would merely give him the position of a somewhat better paid worker) (and this *boundary* is made hard and fast by the guild regulations)." MARX, [1861-1863]1988a, p.187).

<sup>196</sup> "Certo grau de desenvolvimento da produção capitalista impõe que o capitalista possa aplicar todo o tempo – durante o qual ele funciona como capitalista, isto é, como capital personificado- à apropriação e, assim, ao controle do trabalho alheio e à venda dos produtos desse trabalho" (MARX, [1867] 2013, pp.380).

trabalho. Razão pela qual se exigir massa de mais-valia minimamente elevada para emancipar o capitalista do trabalho direto na produção e permitir-lhe com exclusividade consagrar-se ao comando e direção da produção. Finalmente, o capital deve ser investido numa grandeza mínima para que a massa de mais-valia alcance montante suficiente para ser destinada complementarmente a formar fundo para cobrir seguro contra acidentes no processo de trabalho e para ser empenhado na expansão do capital (MARX, [1861-1863]1988a, p.187-188 e [1867] 2013, pp.379-381).

## 2.2. A MAIS-VALIA RELATIVA

### 2.2.1. Mais-valia relativa e mais-valia extra

Na seção anterior, supôs-se sobre o valor da mercadoria força de trabalho o seguinte: o custo de reprodução normal do trabalhador médio era dado (para determinado estágio do desenvolvimento econômico) e correspondia às necessidades de reposição do desgaste médio, de manutenção da família operária e dos custos de formação da força de trabalho média e simples. Além disso, a jornada de trabalho possuía extensão e intensidade social média em consonância com a duração de vida do trabalhador médio. O propósito era elucidar a mais-valia, demonstrando que ela surge da diferença entre o que custa a mercadoria força de trabalho ao capitalista e o valor novo que a força de trabalho em ação cria ao final da jornada normal de trabalho. A ilustração (Quadros 2 e 3) tomou como exemplo um trabalhador individual. Tal observação vem a propósito, uma vez que se sabe que o capitalismo é peculiarmente fundamentado na cooperação ou no trabalho socialmente combinado de muitos assalariados. É que, para a explicação da origem da mais-valia, pouco importa a quantidade de trabalhadores subordinados ao capital básico; enquanto diferença entre o valor produzido total e o valor reproduzido da mercadoria força de trabalho, a mais-valia é fornecida quer por um trabalhador quer por muitos operários<sup>197</sup>.

A mais-valia absoluta, como se viu, forma-se apenas com o prolongamento da jornada de trabalho além da jornada de trabalho necessário e até o limite da duração normal do dia de trabalho. Contudo, o capital não se contenta em obter essa modalidade de mais-valia quantitativamente delimitada e oriunda do mero prolongamento da jornada. A tendência do capital de majorar a extração da mais-valia poderia, por exemplo, ser alcançada pagando-se ao trabalhador quantias monetárias inferiores ao valor de sua força de trabalho, do qual resultaria praticamente na compressão forçada do tempo de trabalho necessário à reprodução normal do

---

<sup>197</sup> Ver a propósito reflexão de Rosdolsky ([1968] 2001, p.209).

trabalhador. Tal alternativa, porém, está fora de cogitação, presumindo-se sempre, neste capítulo, que o trabalhador venda sua força de trabalho em troca de um equivalente monetário que expressa verdadeiramente o seu valor assim como se assume que a extensão da jornada e a intensidade usual do trabalho<sup>198</sup> estejam harmoniosamente alinhadas com a duração normal da força de trabalho média. A obtenção da mais-valia, por parte do capital, obedece todas as determinações vigentes da troca mercantil e em restrito respeito à reprodução normal da força de trabalho. Se os trabalhadores recebessem quantia monetária insuficiente para repor, manter e desenvolver sua força de trabalho média e simples, esta última tenderia atrofiar-se progressivamente assim como constatar encurtamento de sua duração funcional<sup>199</sup>. Não obstante consistir num mecanismo corriqueiro da existência capitalista, o rebaixamento forçado do preço da força de trabalho em relação a seu valor deve ser, todavia, ignorado neste capítulo. O estudo desse fenômeno será retomado só depois de deduzida a forma-salário, porque, como se verá, esta representação revela-se mais apropriada para compreensão, como é a situação por ora ignorada, do movimento cotidiano do preço da mercadoria força de trabalho.

De acordo com as premissas assumidas, a mais-valia só aumentará com o decréscimo do valor da mercadoria força de trabalho, o qual para acontecer requer ou revolução na produtividade dos ramos diretamente vinculados à reprodução dos produtores diretos que enseje redução no valor dos itens tradicionais da cesta assalariada de meios de subsistência ou revolução na produtividade dos ramos produtores das condições objetivas do trabalho que contribuam na produção das mercadorias pertencentes à cesta habitual de consumo operário

---

<sup>198</sup> “Let us assume that the overall working day has reached its normal limits.” (MARX, [1861-1863]1988a, p.233).

<sup>199</sup> “It could be reduced by reducing the wage. If the value of the wage is forcibly cut down, so also is the labour time contained in the wage, hence the labour time paid for the reproduction, the replacement, of the wage. As the value fell, so would the equivalent for the value: the equivalent value corresponding to, or rather equal to, this value. This is exactly what happens in practice, of course. The price of labour capacity, like that of every other commodity, does in practice rise and fall above and below its value. But this is of no concern to us, as we proceed from the assumption that the price of the commodity corresponds to its value, or we consider the phenomena *on this assumption*. The reduction of necessary labour time which is under discussion here has therefore to be analysed under the presupposition that labour capacity is sold at its value, that the worker receives the normal wage, and therefore that no reduction occurs in the amount of the means of subsistence which are required for the normal and traditional reproduction of his labour capacity.” (MARX, [1861-1863]1988a, p.234); “Mas só se chegaria a tal resultado por meio da compressão do salário do trabalhador abaixo do valor de sua força de trabalho. Com os 4 xelins e 6 pence que produz em 9 horas o trabalhador dispõe de 1/10 menos meios de subsistência do que antes, o que resulta na reprodução atrofiada de sua força de trabalho. [...] Nesse caso, o mais-trabalho só seria prolongado se ultrapassasse seus limites normais, seus domínios só seriam expandidos mediante a invasão usurpatória do domínio do tempo de trabalho necessário. [...] importante papel que *desempenha no movimento real do salário* [...]” (MARX, [1867] 2013, p.388-389, grifo nosso).

ou revolução nos custos de formação e desenvolvimento trabalhador médio. Quando a mais-valia eleva-se, sob as hipóteses aqui sugeridas, à medida que diminua a magnitude absoluta do valor da força de trabalho ela é denominada de mais-valia relativa<sup>200</sup>. Essa designação se deve ao fato de a mais-valia elevar sua participação relativa no produto de valor conforme diminua, em decorrência do barateamento da reprodução normal do trabalhador médio, a grandeza absoluta do valor da força de trabalho<sup>201</sup>.

Marx assinala em sua reflexão sobre a mais-valia relativa que o trabalhador não é penalizado por receber uma quantia monetária menor pela cessão temporária do uso de sua força de trabalho. É certo que o novo valor da força de trabalho é representado por equivalente monetário menor do que o antigo, porém com a referida soma o trabalhador continua a comprar a mesma massa de meios de subsistência qualitativa e quantitativamente normais que adquiria com o antigo equivalente monetário. Desse modo, o valor de uso dos meios de subsistência normais (uma vez conhecidos sua quantidade e qualidade) determina a sua função de reproduzir normalmente o trabalhador médio, de modo que, conseqüentemente, tal função não é prejudicada pelo valor de troca mais baixo daqueles meios de subsistências tradicionais (assume-se que o valor do material monetário é constante). Marx novamente acentua a importância do valor de uso como categoria econômica<sup>202</sup>. Essa consideração é

---

<sup>200</sup> "O mais valor do capital aumentou, isto é, seu valor em relação ao trabalhador- pois se antes era somente igual 2/4 do tempo de trabalho objetivado, agora é igual 3/4; todavia, o valor cresceu não porque aumentou o quantum de trabalho absoluto, mas porque aumentou o quantum de trabalho relativo, isto é, não foi a quantidade total de trabalho que aumentou; trabalha-se, como antes, um dia; portanto, não há nenhum aumento absoluto de trabalho excedente (tempo de trabalho excedente); ao contrário, o quantum de trabalho necessário é que diminuiu e, dessa maneira, aumentou o trabalho excedente relativo." (MARX, [1857-1858] 2011, 271).

<sup>201</sup> "A part of the overall working day which was previously reserved for necessary labour is now set free, is annexed to the surplus labour time. A part of the necessary labour time is converted into surplus labour time; hence a portion of the overall value of the product, which previously entered the wage, now enters the surplus value (the capitalist's gain). I call this form of surplus value *relative surplus value*." (MARX, [1861-1863]1988a, p.236); "O mais-valor obtido pelo prolongamento da jornada de trabalho chamo de mais-valor absoluto; o mais-valor que, ao contrário, deriva da redução do tempo de trabalho e da correspondente alteração na proporção entre as duas partes da jornada de trabalho chamo de mais-valor relativo." (MARX, 2013[1867], p.482).

<sup>202</sup> "We saw when we were considering the commodity that if the productive power of labour increases, the same use value will be produced in a shorter labour time, or a greater quantity of the same use values will be produced in the same labour time [...]. The use value of the commodity remains the same although its exchange value has fallen, i.e. a smaller quantity of labour time is objectified in it, less labour is required to produce it. *The amount of the means of subsistence required for the normal reproduction of labour capacity is not determined by their exchange value but by their use value—qualitatively and quantitatively*. It is therefore not determined by the labour time required to produce them, objectified in them, but by the result of this labour time, by the real labour, to the extent that it is present in the product. Hence if the same amount of the means of subsistence can be produced in a shorter working period owing to an increase in the productivity of real labour, the value of labour capacity will fall, and along with that the labour time required for its reproduction, for the production of its equivalent value, the necessary labour time, although labour capacity will continue to be sold at its value." (MARX, [1861-1863]1988a, 235, grifo nosso).

pertinente para evidenciar que a formação da mais-valia relativa aqui referida na sua modalidade integral (quantia monetária recebida pelo trabalhador igual ao novo valor da força de trabalho) faculta compreender a natureza da mais-valia relativa *em geral* e esta de modo algum sofre alteração com a possibilidade de o preço da força de trabalho não se ajustar perfeitamente ao seu novo valor<sup>203</sup>. Esta última circunstância sinaliza apenas que a espécie relativa de mais-valia contém a possibilidade, ausente na absoluta, de a massa de meios de subsistência experimentar modificações que melhorem o estilo costumeiro de vida operário. Além disso, ao assumir-se, neste capítulo, que a mercadoria força de trabalho é transacionada por seu valor, deixa-se de lado, por sua parte, as ilusões que a forma monetária provoca ordinariamente nos atos de circulação mercantil<sup>204</sup>. Esse tema será tratado no capítulo 4, quando se tratará com mais detalhe das ilusões necessárias da forma-salário.

A mais-valia relativa é do interesse geral da coletividade dos capitalistas (membros do capital social). Isso em virtude de a força de trabalho ser mercadoria de uso universal do processo de produção do capital e a única, cujo consumo segundo normas sociais, capaz de criar valor novo adicionado. Logo, todo desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social que atinja direta e indiretamente a reprodução da mercadoria força de trabalho afeta, através da taxa geral de mais-valia, a totalidade dos capitais<sup>205</sup>.

A questão, para Marx, é compreender o mecanismo pelo qual a mais-valia relativa pode ser constituída, visto que ela só pode originar-se como efeito e não como causa. É preciso, para ele, distinguir, de um lado, as motivações que incitam as ações individuais dos capitalistas e, de outro, os resultados destas<sup>206</sup>. Enquanto nas suas ações individuais, os capitalistas estão empenhados em auferir vantagens econômicas, colidindo, nessa busca persistente, com os demais capitalistas concorrentes, não podem imediatamente ter ciência das

---

<sup>203</sup> "Thus this in no way alters the *nature* and the *law of relative surplus value*—that a greater part of the working day is appropriated by capital as a result of rises in productivity." (MARX, [1861-1863]1988a, 250).

<sup>204</sup> "A forma mercadoria do produto e a forma dinheiro da mercadoria disfarçam a transação" (MARX, [1867] 2013, p.643).

<sup>205</sup> "If we take the total capital of society, hence the whole capitalist class vis-à-vis the working class, it is clear that the capitalist class can only increase surplus value without extending the overall working day and without lessening the normal wage in so far as a greater productivity of labour, a higher development of the productive power of labour, makes it possible to maintain the working class as a whole with less labour, to produce the total amount of its means of subsistence more cheaply, and therefore to reduce the amount of labour time in total that the working class requires for the reproduction of its own wages." (MARX, [1861-1863]1988a, p.237).

<sup>206</sup> "É preciso que as tendências gerais e necessárias do capital sejam diferenciadas de suas formas de manifestação" (MARX, [1867] 2013, p.391).



implicações dessas ações sobre os interesses gerais da classe<sup>207</sup>. Os capitalistas, quando revolucionam o processo de trabalho e aplicam método de produção aperfeiçoado, miram embolsar ganhos extraordinários para si<sup>208</sup>. Acontece que a concorrência recíproca entre eles conduz à posterior generalização dessas melhorias técnicas para toda a classe capitalista do ramo, e desde que tais melhorias concirnam direta ou indiretamente à produção de meios de subsistências habituais dos trabalhadores, então os capitalistas sócios do capital social seriam favorecidos pela elevação da taxa geral de mais-valia<sup>209</sup>. Enquanto membros autônomos do capital social, os capitais individuais são elos por meio dos quais as tendências necessárias e gerais do capital se realizam. É tendência imanente do capital o barateamento da mercadoria força de trabalho para aumentar a grandeza relativa da mais-valia e, assim, elevar a taxa de valorização do capital variável. Essa tendência é operada pelos capitais individuais mediante luta por porção maior do mercado<sup>210</sup> em que atuam e por ganhos extras em relação aos ganhos médios dos concorrentes.

Considere a seguinte ilustração:

---

<sup>207</sup> "O que significa dizer que o interesse comum, que aparece como motivo do ato como um todo, é certamente reconhecido como fato por ambas as partes, mas não é motivo enquanto tal, ao contrário, atua, por assim dizer, por detrás dos interesses particulares refletidos em si mesmos, do interesse contraposto ao do outro"(MARX, [1857-1858] 2011, p.187).

<sup>208</sup> "On the presupposition that the commodities are sold at their value, the *relative surplus value* created by capital by means of the machinery, as in applying all other arrangements which increase the productive power of labour and thereby reduce the price of the individual product, consists simply in this, that the commodities necessary for the reproduction of labour capacity are cheapened [...] This curtailment of necessary labour time is a result which redounds to the benefit of capitalist production as a whole and reduces the production costs of labour capacity altogether, because on our assumption the commodity produced by the machinery in fact contributes to the reproduction of labour capacity. However, this is not a motive for the individual capitalist to introduce machinery—it is a general result which is not particularly advantageous to him." (MARX, [1861-1863]1988a, p.329). Ver Mandel (1977, p.140-141).

<sup>209</sup> "[...] since an increase in the productivity of labour only brings about a relative reduction in the wages paid by the individual [capitalist], in so far as he is able to sell the product of labour above its individual value; in so far as the article he produces enters the consumption of the worker the effect is, with the exception of articles of decisive importance, not sudden, and secondly it is common to all capitalists, whether it is they or their brother capitalists who bring about this alteration in the value of the means of subsistence." (MARX, [1861-1863]1994b, p.34).

<sup>210</sup> "Não nos ocuparemos, por ora, do modo como as leis imanentes da produção capitalista se manifestam no movimento externo dos capitais, impondo-se como leis compulsórias da concorrência e apresentando-se à mente do capitalista como força motriz de suas ações." (MARX, [1867] 2013, p.391).



QUADRO 4- VALOR INDIVIDUAL SOB CONDIÇÕES NORMAIS E EXCEPCIONAIS DE PRODUÇÃO

Condições de produção	c <sup>(1)</sup>	Produto de valor						m' <sup>(6)</sup> (em %)	Valor do produto global (em xelins)	Q <sup>(7)</sup>	Valor unitário individual (em xelins)
		v <sup>(2)</sup>		m <sup>(3)</sup>		total					
		\$ <sup>(4)</sup>	H <sup>(5)</sup>	\$	H	\$	H				
Sociais médias	6	5	10	1	2	6	12	20	12	12	1
Capitalista individual	12	5	10	1	2	6	12	20	18	24	0,75

FONTE: Elaboração própria a partir de Marx ([1867] 2013, capítulo 10)

(1) capital constante consumido em xelins

(2) capital variável

(3) mais-valia

(4) em xelins

(5) em horas

(6) taxa de mais-valia

(7) quantidade produzida

A grande massa dos capitalistas produz nas condições sociais médias reguladoras do valor de mercado ou social do produto do ramo. Um dos capitalistas resolve aplicar melhoramentos no processo de trabalho que o capacita a elevar o produto-mercadoria da jornada social média. Suponha que esse método aprimorado permite ao referido capitalista dobrar o produto-mercadoria da jornada social média de 12 horas, cuja elaboração exige também que se duplique a quantidade de meios de produção consumida. O valor individual graças ao método aperfeiçoado declina para 0,75 xelins por unidade abaixo do valor de mercado de 1 xelim (quadro 4).

QUADRO 5- FORMAÇÃO DA MAIS-VALIA EXTRA PARA O CAPITALISTA PIONEIRO

Hipóteses	c <sup>(1)</sup>	Produto de valor						m' <sup>(6)</sup> (em %)	Receita produto global (em xelins)	Q <sup>(7)</sup>	Valor unitário (em xelins)	
		v <sup>(2)</sup>		m <sup>(3)</sup>		total					individual	social
		\$ <sup>(4)</sup>	H <sup>(5)</sup>	\$	H	\$	H					
1) Preço igual ao valor social	12	5	5	7	7	12	12	140	24	24	0,75	1
2) Preço igual 0,83 xelins	12	5	7,6	2,9	4,4	7,9	12	58,4	19,92	24	0,75	1

FONTE: Elaboração própria a partir de Marx ([1867] 2013, capítulo 10)

(1) capital constante consumido em xelins

(2) capital variável (força de trabalho média)

(3) mais-valia

(4) em xelins

(5) em horas

(6) taxa de mais-valia individual

(7) quantidade produzida

Uma vez que as condições sociais médias continuem regulando o valor de mercado, o capitalista individual obterá uma mais-valia extraordinária decorrente da diferença entre o valor de mercado (1 xelim) e o valor individual (0,75) (quadro 5, hipótese 1). Essa mais-valia extraordinária converte-se, por seu turno, em nova motivação para que os demais capitalistas adotem também o método aperfeiçoado. Marx, então, explica isso mais detidamente. O capitalista individual responsável pelo método superior tem força produtiva dobrada em relação aos concorrentes e espera que o produto-mercadoria seja integralmente vendido. Ele pode, para isso, fixar um preço (0,83 xelins) abaixo do valor social e ligeiramente acima de seu próprio valor individual (0,75 xelins) (quadro 5, hipótese 2). Com efeito, a mesma determinação da mais-valia extra que levou o capitalista pioneiro a aplicar o método aperfeiçoado e vender sua mercadoria individual a um preço abaixo do valor social compele os demais ofertantes a também empregá-lo para não perderem posição relativa no mercado, posto que as condições superiores de produção podem regular, logo mais, o valor médio geral. Com a generalização do método de produção aperfeiçoado desaparece a mais-valia extra, mas não o incentivo de baratear a produção de mercadorias com vistas a auferir a mais-valia extraordinária.

Nota-se que o capitalista detentor provisório do método aperfeiçoado obtém para uma igual jornada de trabalho uma mais-valia proporcionalmente maior do que a média dos concorrentes (quadros 4 e 5). É que o método de produção aperfeiçoado funciona como trabalho potenciado, produtor de uma massa de valor superior à que normalmente é produzida na mesma jornada social média. Por outro lado, o capitalista que opera nas condições

excepcionais deve pagar pela força de trabalho empregada como força de trabalho média em adequação ao, por ora, inalterado custo normal de reprodução do trabalhador. Dessa maneira, a magnitude absoluta de valor da força de trabalho para o capitalista que aperfeiçoa o método de produção permanece a mesma (Quadros 4 e 5). No entanto, como as condições excepcionais em que a força de trabalho é acionada cria um valor proporcionalmente maior na mesma jornada, o trabalhador precisa trabalhar um tempo menor para reproduzir o valor médio de sua força de trabalho e, em contrapartida, trabalhar um tempo maior para produzir a mais-valia do capitalista que aplica o método superior. A grandeza absoluta do tempo de trabalho necessário diminui, enquanto elevou-se a grandeza relativa do tempo de trabalho excedente (Quadros 4 e 5)<sup>211</sup>.

No momento em que esse mecanismo descrito de concorrência por mais-valia extraordinária alcança a produção dos meios de subsistência habituais da classe trabalhadora, criam-se, então, as condições para a formação da mais-valia relativa propriamente dita<sup>212</sup> e o aumento da taxa de mais-valia geral. Tanto na mais-valia relativa propriamente dita quanto na mais-valia extra o tempo de trabalho necessário à reprodução da força de trabalho diminui. Porém, essas duas espécies de mais-valia se distinguem pelo motivo de bastar à mais-valia

---

<sup>211</sup> "On the other hand, in workshops where it is newly introduced it *curtails* necessary labour time, relatively speaking. If 2 hours of labour by a hand loom weaver are only equivalent to 1 socially necessary hour of labour after the introduction of the power loom, 1 hour of labour by the power loom weaver is now, before the power loom has been introduced generally into this form of weaving, of greater magnitude than one hour of necessary labour. Its product has a higher value than the product of one hour of labour. It is the same as if simple labour were realised in it at a higher power, or a higher sort of weaving labour were realised in it. This concerning the extent to which the capitalist who employs the power loom, while admittedly selling the product of 1 hour below the level of the old hour of labour, below its previous socially necessary value, even so sells it at more than its individual value, i.e. at more than the labour time he himself has to employ to produce it with the help of the power loom. The worker therefore needs to work fewer hours for the reproduction of his wage, his necessary labour time is curtailed in the same measure as his labour has become higher labour in the same branch, that is to say the product of an hour of his labour is sold at perhaps more than the product of two hours of labour in the workshops where the old mode of production still prevails. If, therefore, the normal day remains the same—equally long— surplus labour time increases here because necessary labour time has been curtailed. This would occur even in the case of an increase in wages, always on the assumption that in the new circumstances the worker does not employ as *large* an aliquot part of the day as previously in replacing his wage or reproducing his labour capacity." (MARX, [1861-1863]1988a, p.330). Ver também Marx ([1861-1863]1994b, p. 22, p.25, p.111-112 e [1867] 2013, p.393).

<sup>212</sup> Marx considera a mais-valia extra uma espécie de mais-valia relativa: "In both cases a smaller number of hours is sufficient to pay the wage, i.e. the necessary labour time has been reduced and in both cases the relative surplus value, i.e. surplus value not attained through an absolute prolongation of the working day, results from the decline in the amount of labour time required for the reproduction of the wage consequent on the increased productivity of labour; relative surplus value results in the one case directly, because the worker produces the same quantity of use values in a lesser labour time, although the product continues to be sold at its value. In the other case it results because a smaller quantity of labour time is equated with a greater quantity of average labour time as a result of the rise in productivity, and the worker therefore receives the same quantity of use values with labour time which is smaller but sold at a higher price. In both cases the relative surplus value results from a reduction in the *necessary labour time*." (MARX, [1861-1863]1988a, p.240).

extraordinária vigência de condições excepcionais de produção em qualquer ramo. E, depois, a mais-valia extraordinária caracteriza-se por sua brevidade, desaparecendo assim que, pela ação da concorrência, as condições de produção excepcionais deixam de atuar como trabalho potenciado e, por conseguinte, tornam-se as condições normais de produção reguladora do mercado<sup>213</sup>. Entretanto, permanece a motivação para renovar a obtenção da mais-valia extra, decorrendo daí a tendência da produção capitalista de revolucionar o processo de trabalho, os métodos produtivos e a forma de organização social do trabalho<sup>214</sup>. Finalmente, a mais-valia extra se distingue também porque *supõe* dada taxa geral de mais-valia. Com isso, os capitalistas atuantes em condições de produção superiores beneficiam-se de uma taxa de mais-valia individual mais elevada para o mesmo capital variável médio adiantado (Quadros 4 e 5). Já a mais-valia relativa propriamente dita *implica* modificação da taxa geral de mais-valia que somente pode originar-se da revolução dos processos de trabalho direta e indiretamente vinculados à reprodução da classe trabalhadora. Como a força de trabalho é mercadoria especial de uso generalizado no interior da produção capitalista, toda redução de seu valor favorece a classe capitalista, razão pela qual a obtenção da mais-valia relativa constituir o impulso do capital, indutora, por isso, de revolução contínua do processo de trabalho, aperfeiçoamento e melhorias permanentes nas técnicas de produzir e organizar o processo produtivo a fim de reduzir o custo de reprodução do trabalhador e de ampliar o domínio da mais-valia (MARX, [1867] 2013, p.392, p.394-396).

---

<sup>213</sup> "This form of surplus value, however, is transitory, it can only relate to the individual capitalist and not to capital as a whole, and although it produces a relative depreciation of labour capacity or the price of labour in the particular branch, this is not *because the price falls* but *because it does not rise*. Therefore, this form does not affect surplus value in general, because it does not call forth a *permanent (relative)* diminution of the price of labour in its own branch, any more than it produces a general cheapening of labour capacity and therefore a curtailment of necessary labour time, since its product does not enter into the worker's necessary means of subsistence."(MARX, [1861-1863]1994b, p.111-112).

<sup>214</sup> "This kind of surplus value, which is based on the *difference between the individual and the social value* of a commodity, brought about by a change in the mode of production, is of diminishing magnitude, and falls to 0 once the new mode of production is in general use, thereby itself becoming the average mode of production. And it is this diminishing surplus value that results *directly* from changes in the mode of production. It therefore forms the *direct motive* of the capitalist, and this thus holds sway over all the spheres of production which come under the control of capital equally, independently of the use value they produce and therefore independently of whether the product does or does not enter into the worker's necessary means of subsistence or into the reproduction of labour capacity."(MARX, [1861-1863]1994b, p.111). Ver também (MARX, [1867] 2013, p.392).

### 2.2.2. Métodos particulares de produção de mais-valia relativa

Anteriormente, viu-se que a produção capitalista com a mais-valia relativa revoluciona incessantemente os processos de trabalho. Marx sublinha que tão logo o capital se apodera do processo de trabalho historicamente herdado este último imediatamente experimenta mudanças qualitativas, das quais resultam ganhos de produtividade do trabalho e de mais-valia relativa. Convém lembrar que no estudo da formação da mais-valia cogitou-se da extração de mais-trabalho considerando-se apenas um trabalhador individual, fosse porque consistia num expediente que facilitava o intento de investigar a derivação da mais-valia, fosse porque, da ótica quantitativa da geração do produto de valor, o maior número de trabalhadores apenas implica maior massa de valor adicionado ao produto da jornada global (dadas as demais circunstâncias)<sup>215</sup>. Contudo, o capital, no momento em que submete o processo de trabalho historicamente herdado, produz numa escala consideravelmente maior do que as formas de produção pré-capitalistas então reinantes. O processo de produção do capital emprega mais produtores imediatos e concentra maior volume de meios de produção, acarretando certas mudanças qualitativas<sup>216</sup> no processo de trabalho que repercutirão sobre a produtividade do trabalho e sobre a taxa geral de mais-valia relativa.

A concentração de meios de produção e força de trabalho ou a produção em larga escala cria as condições para que a determinação do valor pela quantidade de trabalho socialmente necessário atue mais favoravelmente. Quanto maior o número de trabalhadores sob o comando do capital tanto mais facilmente promove-se nivelamento das forças de trabalho ativas numa força de trabalho média quer pela compensação dos desempenhos individuais dos trabalhadores quer pelo descarte das forças de trabalho inferiores e sua substituição por aquelas comprovadamente médias. É uma das incumbências do capitalista pagar ao trabalhador pelo valor médio da força de trabalho e supervisionar o processo de trabalho de modo a não obter em compensação forças de trabalho de baixa eficiência<sup>217</sup>.

---

<sup>215</sup> “Inicialmente, portanto, a diferença é meramente quantitativa.” (MARX, [1867] 2013, p.397).

<sup>216</sup> “Here we only have the addition or multiplication of the hours worked by the individuals. *Cooperation as such* makes absolutely no difference to the ratio here. Now, in contrast, we are considering cooperation as a natural force of social labour, in so far as the labour of the individual attains a productivity by means of cooperation which it would not have attained as the labour of the isolated individual.” (MARX, [1861-1863]1988a, p.257); “No entanto, ocorre uma modificação, dentro de certos limites” (MARX, [1867] 2013, p.397).

<sup>217</sup> “Esta não seria vendida ou seria apenas abaixo do valor médio da força de trabalho [...] Um determinado mínimo de eficiência do trabalho é, portanto, pressuposto, e veremos posteriormente que a produção capitalista encontra meios para medir esse mínimo [...] Tampouco esse mínimo deixa de se desviar da média, embora, por outro lado, o valor médio da força de trabalho tenha de ser pago.” (MARX, [1867] 2013, p.399).

Assim, o capitalista que emprega trabalho socialmente combinado tem chances mais promissoras de apurar mais-valia normal, porque ao ocupar uma massa numerosa de trabalhadores conta com a faculdade de compensar os desvios do produto da jornada de trabalho individual em relação ao produto da jornada de trabalho social média. Por outro lado, o capitalista usufruirá também de meios para extrair quantidade de mais-trabalho acima do normal. Primeiramente, livrando-se de trabalhadores de força de trabalho inferior e, depois, concebendo controle mais rígido do fluxo de trabalho dentro do processo produtivo com a intenção de diminuir tempo de trabalho em comparação ao parâmetro estabelecido para atingir o produto da jornada social média. Daí o empenho do capitalista em extrair fornecimento médio de força de trabalho dos trabalhadores (a fim de adequar o tempo de trabalho ao socialmente necessário) obrigá-lo, do mesmo modo, a ser parcimonioso no consumo produtivo dos meios de produção. Esta última circunstância favorece a mais-valia relativa quando tal racionalidade do processo de trabalho (que do ponto de vista social corresponde a um incremento na produtividade do trabalho<sup>218</sup>) dissemina-se pela produção dos artigos vitais da classe trabalhadora.

O caráter social do trabalho provoca outra revolução nas condições de produção com a promoção de economia no emprego dos meios de produção, graças à qual, do ponto de vista social, eleva-se a produtividade. Isso advém de o efeito útil das condições objetivas consumidas em comum pela massa aglomerada de trabalhadores mais do que compensar o maior custo do capital constante<sup>219</sup>. O volume das condições gerais do trabalho (como as edificações e demais instalações) deve ser ampliado para abrigar maior número de

---

<sup>218</sup> "Considerada socialmente, a produtividade do trabalho, cresce também com sua economia. Esta implica não apenas que se economizem os meios de produção, mas também se evite todo trabalho inútil." (MARX, [1867] 2013, p.597).

<sup>219</sup> Capital constante consiste no valor-capital adiantado em meios de produção. O valor antigo dado é transferido na mesma medida ao produto elaborado, mantendo-se, pois, constante nessa transferência. O valor-capital adiantado em meios de produção é *constante* não porque o valor dos meios de produção não se modifique jamais. É constante porque o consumo produtivo dos meios de produção só faz conservar valor antigo de dada grandeza, não sofrendo qualquer alteração durante o processo de trabalho. Os meios de produção como mercadorias têm o seu valor variável (segundo as condições sociais de produção reinantes que determinam o tempo de trabalho socialmente necessário à produção). E o valor das mercadorias não é determinado apenas pelo tempo de trabalho dedicado à sua produção, mas também à reprodução; assim, se ocorrer revolução nas condições de produção que reduza o tempo de reprodução material do novo exemplar a um tempo socialmente necessário inferior isso retroagirá sobre o valor das mercadorias já elaboradas em circulação e também sobre as mercadorias que estão na esfera do consumo produtivo, como os meios de produção em funcionamento. A maquinaria pode sofrer uma revolução em sua fabricação de modo que seu valor declina, fazendo reduzir o valor das máquinas no mercado e também daquelas em funcionamento; uma soma menor de valor velho deverá, dada as demais circunstâncias, ser conservado durante o seu consumo produtivo. Marx então alerta que a modificação do valor dos meios de produção afetou o valor a ser conservado das máquinas já em função ocorreu fora do processo de trabalho em que são utilizadas como meios de trabalho. Ver Marx ([1867] 2013, seção III, cap. 5, seção IV cap.13).

trabalhadores; porém, esse valor mais vultoso do capital constante adiantado reparte-se por quantidade multiplicada de mercadorias que torna mais barato o seu valor individual. O mesmo ocorre com o outro conjunto de condições objetivas (como materiais, meios de trabalho e matérias-primas), cuja massa de valor cresce enormemente com a produção em larga escala (MARX, [1861-1863]1988a, p. 270 e 2013, p.399-400). Por último, o capitalista pode com tal economia de meios de produção alcançar ganhos extras de mais-valia, cuja obtenção motiva os concorrentes a também empregá-la em seus processos produtivos. A taxa geral de mais-valia é beneficiada se tal mecanismo desencadeia-se em ramos produtores ligados à reprodução da classe trabalhadora.

Mesmo o capital não instaurando qualquer modificação do processo de trabalho, o caráter social do trabalho ainda assim revoluciona o modo de produzir a mercadoria, posto que suscita extraordinária economia de capital constante e faculta a obtenção de força de trabalho de desempenho médio. Por último, o trabalho socialmente combinado cria uma força produtiva que lhe é própria e que igualmente revoluciona o modo de produzir o produto-mercadoria sem que o capital ainda tenha alterado qualitativamente o processo de trabalho. Segue brevemente a explicação de Marx sobre a força produtiva do trabalho social.

Como dito anteriormente, os trabalhadores atuando em cooperação alcançam o efeito útil do processo de trabalho mais rapidamente e numa escala de produção mais ampla. No momento em que os produtores diretos passam a cooperar num trabalho socialmente combinado, a excitação moral assim provocada eleva naturalmente as forças produtivas individuais, de sorte que a totalidade das forças produtivas pessoais aqui não é um simples somatório das forças individuais, mas uma verdadeira fusão de energias e vontades acionadas coletivamente para um propósito determinado. O efeito moral da aglomeração dos produtores imediatos reunidos num mesmo ou conexo processo de trabalho é uma primeira fonte para a criação da força produtiva do trabalho social<sup>220</sup>.

Os trabalhadores socialmente combinados podem transformar com mais rapidez o objeto do trabalho graças à simultaneidade com que ele é trabalhado pelos produtores diretos; semelhante efeito é alcançado mesmo que as tarefas parciais sejam realizadas em espaços diferentes. Assim, a cooperação confere às tarefas maior intensidade, continuidade e

---

<sup>220</sup> “Here, therefore, the productive power of the individual is increased by the social form of labour. Since this makes it possible to produce more in less time, the necessary means of subsistence or the conditions required for their production can be produced in less time. Necessary labour time diminishes. Relative surplus time is thereby made possible.” (MARX, [1861-1863]1988a, p.258).

simultaneidade. Há certos processos de trabalho que devem ser realizados em determinados períodos do ano (como nas atividades agrícolas), de modo que sua brevidade exige, para ser compensada, maior intensidade de trabalho, faculdade tornada possível com a cooperação que mobiliza muito trabalho em pouco tempo e, com isso, assegura que o processo produtivo, com a característica mencionada, alcance êxito no período pré-determinado. Marx destaca também as implicações favoráveis da cooperação sobre o uso do espaço. A cooperação de numerosa massa de trabalhadores torna viáveis numerosos processos de trabalho que exigem largas extensões espaciais como estradas, canais e outros. Por outro lado, a cooperação permite uma economia de local de trabalho, no sentido de ampliar a extensão da escala espacial de produção ou reduzir o espaço relativamente à escala de produção (MARX, [1857-1858] 2011, p.486-487, [1861-1863]1988a, p.256-259 e 2013, p.414).

Em resumo, o capital efetua uma primeira revolução nas condições de produção sem, contudo, alterar essencialmente o processo de trabalho, ao conferir caráter de trabalho socialmente combinado ao trabalho sob seu comando. Essa revolução nas condições de produção repercute no barateamento dos meios de subsistência habituais dos trabalhadores e, conseqüentemente, na redução do valor da força de trabalho.

Todavia, cedo essa primeira revolução nas condições de produção como meio de promover a valorização do capital variável alcança seus limites insuperáveis. A concorrência leva os capitais a adotar o volume de capital mínimo que assegura os ganhos de produtividade do trabalho social, fazendo com que se dissipe a mais-valia extraordinária proporcionada pela operação sob produtividade excepcional. Acresce-se a isso que o capital, nesse estágio histórico de seu desenvolvimento (em que a revolução nas condições de produção é capitaneada apenas pela concentração da força de trabalho sob seu comando sem ainda interferir no processo produtivo), enfrentava resistências e insubordinações dos trabalhadores. Na perspectiva destes últimos, como se viu anteriormente, o trabalho excedente toma a forma de um "trabalho supérfluo" em relação ao âmbito do trabalho necessário à sua manutenção e procuram zelar incessantemente pela qualidade de sua força de trabalho em linha com os meios de subsistência tradicionais, opondo-se a toda melhoria no processo de trabalho que possa representar dano à função de mercadoria de suas forças de trabalho. Razão pela qual os trabalhadores resistiam às tentativas do capital quer de obter força de trabalho média quer de fixar tempo médio decrescente à execução das tarefas, pois tais intentos dos capitalistas poderiam desgastá-los demasiadamente conquanto não fosse compensado por meios de subsistência adicionais. Junto com isso, pressentiam que a fixação do tempo médio decrescente para consecução do produto da jornada poderia tornar prescindível parte do atual



contingente de trabalhadores, visto que, em virtude do aumento da produtividade, um menor número de força de trabalho poderia atingir a meta do produto médio diário<sup>221</sup>. E os trabalhadores tinham não apenas motivos para resistir às demandas por mais-trabalho do capital como também dispunham de meios para opor-lhe resistência, desde que o processo de trabalho continuava intacto, dependendo para ser posto em funcionamento dos saberes, conhecimentos, experiências e das habilidades dos operários manuais. Estes poderiam apoiar-se nos conhecimentos acumulados no trabalho e na circunstância de a rotina da produção depender de impulsos oriundos da força de trabalho para retardar a velocidade do processo produtivo e prejudicar o estabelecimento de tempo médio ambicionado pelo capital. Os trabalhadores aproveitavam-se, dessa maneira, do caráter social do trabalho para combinar entre si desempenho nas tarefas que não representasse um tempo de trabalho que implicasse um desgaste ruinoso de sua força de trabalho e um esforço laboral que, uma vez atingido por uma parte deles, rebaixasse o tempo médio e tornasse, eventualmente, supérfluos alguns dos atuais produtores diretos.

Desse modo, o capital para continuar ampliando os domínios do mais-trabalho deveria promover uma nova revolução nas condições de produção que rebaixasse o valor da força de trabalho e, simultaneamente, aumentasse o grau de seu controle sobre o processo de trabalho a fim de que suas determinações fossem obedecidas, no limite, sem resistência. A cooperação baseada na divisão do trabalho<sup>222</sup> foi desenvolvida com esse duplo intento de rebaixar os custos de reprodução da força de trabalho e aumentar o grau de subsunção do trabalho ao capital.

A divisão simples do trabalho manual consistia na decomposição do processo de trabalho em etapas coordenadas e sua distribuição a diferentes trabalhadores. Essa divisão do trabalho tornava a produção mais eficiente. Os trabalhadores ocupavam funções exclusivas durante o dia de trabalho, especializando-se nelas; a eficiência do trabalho advinha do fato de a repetição constante dos mesmos atos aumentar a perícia dos trabalhadores na sua função, o que lhes permitia conhecer mais detalhadamente a tarefa a cada vez que a realizavam bem como aprender as maneiras mais rápidas de executá-la. Esses saberes sobre a melhor maneira de realizar o trabalho eram conservados pela experiência que os consolidava como a forma usual de executar funções e tarefas. A constante repetição dos mesmos atos também

---

<sup>221</sup> Como declara Rosdolsky (2001, p.202) o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social é uma força *hostil* aos trabalhadores.

<sup>222</sup> A divisão manufatureira do trabalho tornou a forma típica de produção capitalista durante o período histórico do século XVI ao final do século XVIII.

aperfeiçoava a força de trabalho, levando os produtores diretos a cometerem sistematicamente menos erros. Essa possibilidade era restringida quando os trabalhadores exerciam múltiplas funções, cuja execução os obrigava a desviar a atenção a cada momento que deixavam uma tarefa para iniciar outra, transição que demandava tempo de aprendizagem para que eles se inteirassem dos novos procedimentos e os realizassem adequadamente; o nível de excelência da nova tarefa era atingido após sucessivos erros que uma vez acumulados sobrecarregavam a produção com consumo adicional de materiais e de meios de trabalho. A divisão do trabalho obrigava o trabalhador a aplicar atenção exclusiva numa única tarefa além de ensiná-lo a realizá-la mais facilmente; também permitia a cada repetição efetuá-la com mais perfeição, logrando um barateamento da produção, porque não só era exigido, agora, menor volume de estoque de matérias-primas (uma vez que era desnecessário recuperar trabalho mal elaborado), mas, sobretudo, porque os instrumentos de produção, ao se desgastarem apenas o suficiente, serviam realmente ao trabalho socialmente necessário. Com isso, a manufatura livrava-se da obrigação de substituí-los antes do previsto, fato comum quando erro sistemático levava a uma utilização improdutiva dos equipamentos e ferramentas. A divisão simples do trabalho proporcionava ao processo maior fluidez, regularidade e intensidade. As descontinuidades que ocorriam a cada mudança de tarefa e de procedimento de trabalho (características das múltiplas funções realizadas por um mesmo trabalhador) eram superadas quando o operário passava a exercer uma só função associada a um exclusivo método e instrumento especializado. A regularidade e intensidade eram, assim, garantidas pela especialização e aperfeiçoamento das tarefas, enquanto a fluidez do processo de trabalho era, por sua vez, obtida graças à simultaneidade dos atos individuais que formavam parcelas de um único trabalho (MARX, [1867] 2013, p.414-415)<sup>223</sup>.

A divisão manufatureira do trabalho proporcionava outras vantagens ao capital. O volume de produção elevava-se relativamente ao espaço em virtude da proximidade entre as fases, garantindo fluxo de produção mais contínuo. A justaposição de trabalhadores parciais, realizando tarefas conexas, concedia ao trabalho uma mais destacada simultaneidade e continuidade, uma vez que o objeto do trabalho encontrava-se, ao mesmo tempo, em todas as fases de sua transformação. Não obstante, como Marx constata, constituir uma propriedade da cooperação em geral, a simultaneidade e continuidade eram potenciadas em seus efeitos com a divisão do trabalho. Por outro lado, o fluxo do processo de trabalho dependia, para sua plena

---

<sup>223</sup> Ver também Marx ( [1857-1858] 2011, p. 488; [1861-1863]1988a, p.264 e 1991, p.389-390, p.439-442).

fluidez, que a elaboração da matéria-prima em uma fase fosse realizada em determinado tempo (fixado pela experiência) para iniciar-se a sequência seguinte no seu passo regular e uniforme. Com isso, a divisão do trabalho impunha à produção de mercadorias exigência (derivada tecnicamente) de apenas absorver o tempo de trabalho socialmente necessário sob pena de causar ao processo interrupções que obrigariam corrigir parcelas inteiras do trabalho, cuja demasiada frequência encareceria a produção e oneraria o capital com desembolsos acima do mínimo habitual. Razão pela qual a produção capitalista de mercadoria, sob base manufatureira, obedecia à determinação do valor de um modo superior (em relação a qualquer forma historicamente precedente de produção mercantil), porque imposta por necessidade técnica derivada da própria divisão manual do trabalho<sup>224</sup>. Finalmente, como cada tarefa parcial deveria obter determinado volume de produto parcial em dado período de tempo, a divisão do trabalho estimulava a formação de grupos de produtores diretos que trabalhavam em cooperação simples em uma mesma fase, estabelecendo-se, em consequência, uma norma quantitativa e proporcional de trabalhadores para cada sequência do processo de trabalho. As vantagens produtivas originavam-se, nesse caso, da cooperação simples. Dada a proporção adequada de trabalhadores por cada fase para alcançar certa escala de produção, qualquer aumento no volume de produção exigiria maior emprego de trabalhadores. Daí a expansão da empresa manufatureira permitir que a coordenação e direção do processo de trabalho fossem conduzidas por trabalhadores especiais que receberiam do capital incumbência de representá-lo no comando do processo de trabalho (MARX, [1867] 2013, p. 420-421)

A aplicação da divisão do trabalho manual demandava do capitalista mais do que o mero gerenciamento característico da cooperação simples. Para dividir o trabalho necessitava-se conhecimento de seu conteúdo. O capitalista deveria interferir diretamente sobre o processo de trabalho de modo a condicioná-lo para que as vantagens acima referidas efetivamente se verificassem. O capitalista possivelmente delegaria ao trabalhador mais experiente e capacitado que empregava (pois o mesmo dispunha do integral conhecimento acumulado no exercício duradouro de seu trabalho) o dever de estudar e analisar sistematicamente o processo de trabalho para recompô-lo nas suas fases e estágios. A experiência indicava que cada função parcial demandava mais de certo tipo de habilidades em detrimento de outras e os trabalhadores não as reuniam no mesmo grau de excelência. O capitalista deveria, então,

---

<sup>224</sup> Marx ([1867] 2013), todavia, alertava que a regulação do processo de trabalho segundo um tempo fixado pela experiência fora imperfeito. As diferentes oficinas apresentavam dificuldades de controlar processos puramente naturais, uma vez que a organização do trabalho social, carente de conhecimento científico, ainda dependesse totalmente da experiência empírica de trabalhadores hábeis.

selecionar e classificar os trabalhadores segundo qualidades dominantes, de modo que eles fossem distribuídos àquelas funções parciais que aproveitassem suas habilidades mais proeminentes. Criava-se, com isso, uma força produtiva de trabalho social inédita (quando comparada com a simples produção em grande escala). A junção de trabalhadores parciais, executando atividades justapostas e contínuas no máximo grau possível de virtuosismo, visto que baseado nas suas melhores características produtivas, engendrava a existência, do ponto de vista global da oficina, de um trabalhador coletivo altamente eficaz e produtivo (MARX, [1867] 2013, p. 423). Essa divisão simples do trabalho representava um avanço do capital sobre o controle do processo de trabalho<sup>225</sup>, visto que pressupunha um maior conhecimento sobre seu funcionamento e a iniciativa, que podia ser transferida a operários mais experientes, de compor o grupo dos trabalhadores parciais e de coordená-lo para que os diversos trabalhos parciais se interagissem e confluíssem num produto final médio (MARX, [1867] 2013, p. 434). Dessa maneira, o capital, com a divisão do trabalho, removia os principais obstáculos levantados, na cooperação simples, pela resistência operária ao maior fornecimento de mais-trabalho. A divisão do trabalho dotava o capital de maior conhecimento sobre o modo de trabalhar, graças à análise sistemática do processo de trabalho, assim como ampliava o controle<sup>226</sup> sobre a rotina do trabalho, com o estabelecimento de turmas de trabalhadores por tarefa especializada, cujos produtos parciais deveriam estar prontos num dado período para que se assegurassem a fluidez de toda a sequência de trabalho. O domínio do mais-trabalho não apenas podia se alargar com essa maior subsunção do trabalho ao capital<sup>227</sup> como também

---

<sup>225</sup> "Ela [a manufatura] produz novas condições de dominação do capital sobre o trabalho." (MARX, [1867] 2013, p. 438).

<sup>226</sup> "The worker may break the process down, but he never voluntarily converts himself into a lifelong detail worker. This is the contribution of the capitalist, who sees no reason why, if so much is to be gained from the first step-analysis-and something more gained from the second-breakdown among workers- he should not take the second step as well as the first. That the first step breaks up only the process, while the second dismembers the worker as well, means nothing to the capitalist, and all the less since, in destroying the craft as a process under the control of the worker, he reconstitutes it as a process under his own control. He can now count his gains in a double sense, not only in productivity but in management control, since that which mortally injures the worker is in this case advantageous to him" (BRAVERMAN, 1998, 54-55).

<sup>227</sup> Braverman (1998) condena a hipótese de que a aplicação da divisão do trabalho se originasse da escassez de trabalhadores qualificados quando a questão que importava ao capital era a subsunção do trabalho à lógica da valorização: "In the mythology of capitalism, the Babbage principle is presented as an effort to 'preserve scarce skills' by putting qualified workers to tasks which 'only they can perform', and not wasting 'social resources.' It is presented as a response to 'shortages' of skilled workers or technically trained people, whose time is best used 'efficiently' for the advantage of 'society'. But however much this principle may manifest itself at times in the form of a response to the scarcity of skilled labor-for example, during wars or other periods of rapid expansion of production-this apology is on the whole false, The capitalist mode of production systematically destroys all-around skills where they exist, and brings into being skills and occupations that correspond to its needs, Technical capacities are henceforth distributed on a strict 'need to know' basis. The generalized distribution of knowledge of the productive process among all its participants

efetivamente se elevava em virtude do barateamento do custo de reprodução normal da força de trabalho (MARX, [1867] 2013, p. 434).

O valor da força de trabalho diminuía com a divisão do trabalho por duas vias principais. A primeira delas era representada pela redução do valor dos meios de subsistência tradicionais levada a cabo com a disseminação do emprego das vantagens da divisão do trabalho pelos ramos vinculados com a reprodução do operariado manufatureiro<sup>228</sup>.

A segunda via de barateamento do valor da força de trabalho decorria dos efeitos imediatos da divisão do trabalho sobre certos componentes do custo de reprodução da força de trabalho. Vale lembrar que, conceitualmente na sua origem, o custo de reprodução normal do produtor direto condicionava consumo dos meios de subsistência de qualidade e quantidade socialmente média que deveria assegurar ao trabalhador comum a sua manutenção, o sustento do núcleo familiar e a cobertura da necessidade de desenvolvimento da força de trabalho simples. A formação de mais-valia absoluta normal partia dessa definição do valor da força de trabalho. A divisão do trabalho altera as condições de reprodução normal do trabalhador, pois reduz imediatamente os custos de qualificação da força de trabalho<sup>229</sup>. O trabalho parcial, para ser executado adequadamente, exige conhecimentos mais limitados em relação à execução múltipla de funções e o manejo hábil de diversos modos e meios de trabalho. São funções mais simples e fáceis de aprender, porque uma vez estabelecidos seu modo de execução (através da contínua repetição das mesmas operações), o conhecimento, assim formado, é transmitido pela mera observação dos trabalhadores novatos, que somente repetiam procedimentos já consagrados pela rotina. E a tendência da produção manufatureira era aplicar os princípios da divisão do trabalho também nas tarefas já subdivididas para assim potenciar a exploração das vantagens do fracionamento do trabalho. À medida que sucedia isso, o custo de formação (e, conseqüentemente, o valor da força de trabalho) caía correspondentemente.

---

becomes, from this point on, not merely 'unnecessary', but a positive barrier to the functioning of the capitalist mode of production" (BRAVERMAN, 1998, p.57).

<sup>228</sup> "The division of labour—or rather the workshop based on the division of labour—merely increases the surplus value received by the capitalist (at least this is its only *direct* effect, and the direct effect is the only thing we are concerned with here). Or, in other words, this increase in the productive power of labour only stands the test as a productive force of capital in so far as it is applied to use values which are consumed by the workers, hence curtails the labour time necessary for the reproduction of labour capacity." (MARX, [1861-1863]1988a, p.290).

<sup>229</sup> "Division of labour through simplification facilitates learning a trade; therefore lessens the overall production costs of labour capacity." (MARX, [1861-1863]1988a, p.287). Ver também Marx ([1867] 2013, p. 424).

O valor médio da força de trabalho diminuía ainda por outro motivo. O trabalhador que executava a função parcial podia ser antigo operário hábil, detentor de múltiplos conhecimentos produtivos que por ocasião da divisão do trabalho colocava em ação apenas uma parcela unilateral de suas habilidades. Era um trabalhador experiente com uma série de hábitos de vida que dificultavam o capitalista promover rebaixamento do preço de sua força de trabalho em linha com menores exigências de sua função. O capitalista, então, substituíra esse trabalhador de velhos hábitos, normalmente único provedor de sua família, por trabalhadores menos exigentes, que executavam as mesmas funções por um preço mais barato de força de trabalho. E a divisão do trabalho, providencialmente, oferecia oportunidade para o capitalista colocar esse plano em ação, pois ao limitar os requerimentos de qualificação das tarefas especializadas condicionava sua fácil execução por força de trabalho menos hábil e experiente, como mulheres e crianças<sup>230</sup>. Por outro lado, a queda no provento médio do adulto masculino (ocasionada pelos sucessivos fracionamentos do trabalho) levava à necessidade de mulheres e filhos, anteriormente abrigados pelo rendimento do chefe de família, tornarem-se assalariados potenciais. Para o capital, esses novos trabalhadores livres ofereciam dupla vantagem. Primeiramente, aceitavam, sem muita barganha, preços de força de trabalho menores para as mesmas tarefas (visto não serem os principais arrimos de suas famílias) e, depois, se adaptavam com mais docilidade à subsunção do capital (em virtude da sua falta de experiências nas lides operárias em comparação com os mais veteranos). Dessa forma, formava-se gradualmente uma tendência de o preço da força de trabalho média ajustar-se a um valor rebaixado condizente com a reprodução apenas do trabalhador individual e com o núcleo familiar operário sendo sustentado por todos os seus integrantes aptos ao trabalho. É uma nova determinação para o valor da força de trabalho média.

A divisão do trabalho é um método de produção de mais-valia especificamente capitalista (MARX, [1867] 2013, p. 438). A cooperação de assalariados em geral é uma necessidade e, por isso, uma peculiaridade da produção capitalista, pois somente assim ela pode desenvolver a produtividade do trabalho (apropriando-se dos seus benefícios) e simultaneamente expandir a escala de produção da massa de mais-valia sob dadas condições técnicas. A cooperação simples, entretanto, não denotou qualquer modificação no modo de trabalhar e no domínio sobre o conhecimento do processo produtivo, com o capital limitando-

---

<sup>230</sup> “Mesmo [a divisão manufatureira do trabalho] ajustando as operações específicas aos diversos graus de maturidade, força e desenvolvimento dos seus órgãos vivos de trabalho – e assim induzindo à exploração produtiva de mulheres e crianças...” (MARX, [1867] 2013, p. 441, grifo nosso)

se a tão somente administrar o processo de trabalho existente segundo as normas socialmente dadas pelo mercado. A divisão do trabalho, ao contrário, significou uma interferência direta do capital sobre o processo de trabalho, um meio de o capital submetê-lo mais adequadamente ao propósito da valorização do capital variável, de modo que essa forma de organização do trabalho social é uma peculiaridade da produção capitalista só desenvolvida no seu seio. É, por outro lado, uma modalidade extração da mais-valia relativa mais sofisticada do que o método de produção de mais-valia absoluta, cuja aplicação não supõe qualquer modificação nas condições técnicas do processo de trabalho. A produção de mais-valia relativa através da divisão do trabalho, diferentemente, apoia-se em métodos de produção constantemente aprimorados, que resultam numa substancial redução dos desperdícios no consumo produtivo dos materiais e da força de trabalho, circunstância que implica um maior desenvolvimento da força produtiva do trabalho social. É mais “refinada” porque a compulsão ao mais-trabalho se faz sobre condições que incitam o desenvolvimento das forças produtivas<sup>231</sup>.

Entretanto, a divisão do trabalho sofria séria resistência dos trabalhadores, o que dificultava a produção capitalista "apoderar-se da totalidade do tempo disponível do trabalhador" (MARX, [1867] 2013, p. 442). O processo de trabalho, mesmo dividido, estava ainda assim submetido à vontade e consciência dos trabalhadores. Os capitalistas pressupunham, como dado, o atual método de trabalho e restringiam-se a tão somente dividir as tarefas existentes (apoiados nesse intento nos conhecimentos dos seus trabalhadores mais experientes) e delegá-las a operários especialistas que exerceriam suas funções exclusivas com base em saberes produtivos que continuariam sob o domínio dos trabalhadores. O ato mesmo de trabalhar, com seu correspondente repertório de conhecimentos e saberes, persistiria firmando-se na iniciativa dos trabalhadores, os quais manteriam sua autonomia quanto à maneira de exercer sua função e ao tempo de executá-la<sup>232</sup>.

E mesmo os benefícios preconizados pela divisão do trabalho eram de incerta ocorrência. Toma-se, por exemplo, a maior especialização das tarefas. O trabalhador repete várias vezes na mesma jornada sua tarefa exclusiva, realizando-a sistematicamente com mais perícia e ainda aprende modos de realizá-la com maior eficácia. Contudo, o capitalista não dispunha de um mecanismo que lhe permitisse apoderar-se desses aprendizados ou que induzisse o trabalhador a utilizar a totalidade do saber acumulado no exercício de sua função

---

<sup>231</sup> "(...) meio para uma exploração civilizada e retinida" (MARX, [1867] 2013, p. 438).

<sup>232</sup> "Composta ou simples, a execução permanece artesanal e, portanto, continua a depender da força, da destreza, da rapidez e da segurança do trabalhador individual no manuseio de seu instrumento. O trabalho artesanal permanece sendo a base." (MARX, [1867] 2013, p. 413).

para o propósito de realizá-la mais rapidamente. Esse conhecimento pertencia ao operário, que tinha autonomia de empregá-lo ou não no seu trabalho especializado, porque o processo de trabalho, embora seccionado em fases e etapas, assentava-se ainda nos saberes e experiências dos trabalhadores. E os operários manuais tinham motivos plausíveis para oporem-se às melhorias e aperfeiçoamentos da produção, para cujo sucesso dependesse uso integral de sua força de trabalho. Os trabalhadores sabiam, por experiência, que melhorias no processo de trabalho possibilitavam que mesma quantidade de mercadorias pudesse ser obtida como menos consumo de materiais e com menor volume de emprego de força de trabalho, quase sempre, por isso, desencadeando demissões. Os trabalhadores especializados ocultavam, então, os conhecimentos que melhorassem a eficácia do seu trabalho ou mesmo ignoravam a sua aplicação, quando repetiam o exercício de suas funções. Havia ainda o receio de que a simplificação resultante da especialização e aperfeiçoamento das tarefas tornasse fácil a substituição dos atuais especialistas por outros, que realizariam as mesmas tarefas por um preço de força de trabalho mais baixo. Os trabalhadores, portanto, apenas repartiam entre si conhecimentos e saberes que eram indispensáveis ao presente exercício do processo de trabalho, e se eram incitados a ensinar o que sabiam a novos ingressantes evitavam transmitir todo saber acumulado, a fim de que eventualmente não fossem substituídos por força de trabalho de baixo custo (MARX, [1867] 2013, p. 441-442).

Aliás, essa perda de emprego poderia implicar fim permanente da função de mercadoria da força de trabalho. Com a divisão do trabalho, o produtor direto torna-se um exímio operador de uma função exclusiva, desenvolvendo a sua força de trabalho de modo unilateral. Caso sua função fosse novamente subdividida e sua força de trabalho deslocada em benefício de operário mais barato, o trabalhador especialista substituído não apenas perderia momentaneamente seu emprego como também teria dificuldade de encontrar nova ocupação, em razão da exagerada especialidade de sua força de trabalho, que só é capaz de atuar em determinada tarefa exclusiva. Com a divisão do trabalho, o trabalhador poderia se tornar um detalhista tão exclusivo, que se, eventualmente, demitido da manufatura teria limitadas chances de ter sua força de trabalho comprada por outro capitalista, posto que somente funciona no âmbito estreito de seu virtuosismo. E sua força de trabalho cessando de ter valor de uso para potenciais capitalistas deixaria, conseqüentemente, de ser portador de valor de troca para o trabalhador. E o assalariado, que por conceito é uma pessoa privada dos meios



materiais para poder trabalhar, estaria, agora, igualmente privado dos meios para viver, porquanto sua força de trabalho deixaria de ser, para ele, uma mercadoria vendável<sup>233</sup>.

Com a divisão do trabalho, o capital avançou no processo de subsunção do trabalho e alargou os domínios do mais-trabalho relativo. A análise sistemática do processo de trabalho e sua divisão concediam poder ao capital de se apropriar das forças produtivas do trabalho social num grau maior do que ocorria na cooperação simples, graças ao controle das chamadas por Marx potências intelectuais do processo de trabalho (os conhecimentos e saberes produtivos) e consolidadas no mecanismo do trabalhador coletivo (MARX, [1867] 2013, p.435). Contudo, o fundamento da produção continuava se apoiando no trabalhador e nas suas habilidades. Esse estreito fundamento técnico da manufatura condicionava certo poder de barganha aos trabalhadores, que era utilizado por eles no sentido de restringir o progresso da divisão do trabalho. E os operários, sobretudo mais hábeis e experientes, assim agiam porque temiam que o preço de sua força de trabalho sofresse acentuada queda com o excessivo fracionamento do trabalho e que as tarefas (uma vez demandando habilidades simplificadas) facultassem a substituição dos trabalhadores atualmente empregados por força de trabalho mais barata e flexível (como mulheres e crianças)<sup>234</sup>. Resistiam pelo motivo de esse deslocamento de sua força de trabalho poder ocasionar privação definitiva de meios de subsistência, desde que a especialização de função os tornasse incapazes de trabalhar em outra esfera de atividade. Os trabalhadores resistiam à divisão do trabalho ou retardando a velocidade do processo de trabalho ou retendo conhecimentos produtivos que pudessem elevar a eficiência das tarefas em detrimento de sua força de trabalho. As lutas operárias se valiam da primazia das habilidades manuais e do caráter social do trabalho. A experiência da divisão do trabalho manual mostrava, assim, ao capital a necessidade de apossar-se do processo de trabalho em seu fundamento técnico a fim de emancipá-lo da influência dos trabalhadores manuais e, desse modo, “se apoderar da totalidade do tempo disponível dos trabalhadores” (MARX, [1867] 2013, p.442).

---

<sup>233</sup> "Se o trabalhador vende inicialmente sua força de trabalho ao capital porque lhe faltam os meios materiais para a produção de uma mercadoria, agora sua força individual de trabalho falha no cumprimento de seu serviço caso não seja vendida ao capital. Ela só funciona num contexto que existe apenas depois de sua venda, na oficina ao capitalista. Por sua própria natureza incapacitado para fazer algo autônomo, o trabalhador manufatureiro só desenvolve atividade produtiva como elemento acessório da oficina do capitalista" (MARX, [1867] 2013, p. 434-435).

<sup>234</sup> “Mesmo ajustando as operações específicas aos diversos graus de maturidade, força e desenvolvimento dos seus órgãos vivos de trabalho – e assim induzindo à exploração produtiva de mulheres e crianças – essa tendência fracassou, no geral, em consequência dos hábitos e da resistência dos trabalhadores masculinos” (MARX, [1867] 2013, p. 441).

A nova revolução nas condições do processo de trabalho devia principiar pelo meio de trabalho. Se a capacidade de resistência do trabalhador manual se originava justamente de o fundamento técnico de produção depender da força, vontade e perícia desse trabalhador no manejo das ferramentas, o capital apenas lograria êxito contra as insubordinações do operariado manufatureiro se pudesse emancipar o processo de trabalho dos saberes manuais. Para o capital, era incontornável, dessa maneira, criar um mecanismo de produção que libertasse os movimentos da ferramenta da iniciativa do trabalhador, de modo que as perícias e virtuosismos na sua operação fossem realizados sem o concurso direto dos produtores imediatos. Esse mecanismo era a máquina-ferramenta (MARX, [1861-1863]1988a, p.389-393 e [1867] 2013, p. 445).

Esse instrumento de produção compunha-se de várias ferramentas, cujas operações transformavam o objeto do trabalho no produto planejado. A vantagem da máquina-ferramenta em relação à ferramenta manual consistia, primeiramente, no fato de que ela podia operar simultaneamente várias ferramentas, cujo ritmo de produção regulava-se por princípios mecânicos objetivamente definidos e livres, portanto, daquelas barreiras naturais representadas pelas mãos do trabalhador e pela força física com que o operário ditava as ações de suas ferramentas especializadas. E, depois, a ferramenta do trabalhador manual lhe proporcionava, como se viu, considerável ingerência no processo de trabalho em oposição ao comando do capital. A máquina-ferramenta retira das mãos do trabalhador a ferramenta, inserindo-a num meio de trabalho mecanicamente regulado e ao fazê-lo limita as interferências dos trabalhadores no processo de trabalho a simples funções de monitoramento do movimento da máquina e de correção de eventuais erros bem como as de suprimento de matérias-primas e de materiais auxiliares (para que o novo meio de trabalho pudesse operar e funcionar na plena eficiência) (MARX, [1867] 2013, p. 446-449).

Na divisão do trabalho, as potências intelectuais do trabalho estavam concentradas no trabalhador coletivo pertencente ao capital que distribuía tarefas e funções de acordo com as qualidades produtivas principais de seus componentes parciais e especialistas. O trabalhador especialista era inserido numa etapa parcial do processo de trabalho, cujo movimento antecedente e subsequente era determinado pelo papel de diretor e coordenador do capitalista; mas a tarefa em si do trabalhador parcial, bem como o próprio mecanismo do trabalhador coletivo integrado em suas partes, estava condicionado pelas capacidades e engenhosidades do trabalhador com relação à ferramenta. Na medida em que retira do trabalhador a ferramenta manual, a máquina de trabalho absorve paralelamente as potências intelectuais presentes na força de trabalho e atuantes toda vez que o trabalhador executava sua

especialidade. O processo de trabalho com a máquina-ferramenta passa a ser regulado em seu movimento e conhecimentos por princípios técnicos e científicos de domínio completo do capital<sup>235</sup>. A produção capitalista, desse modo, estende seu controle sobre o processo de trabalho como um todo, desde a concepção e planejamento do trabalho até a sua execução e operação, assim como confere ao movimento do processo de trabalho dinâmica submetida à determinação puramente técnica, regulada pela engenharia mecânica presente na máquina e à completa revelia dos trabalhadores. Com a expansão das máquinas-ferramentas foi necessário igualmente revolucionar a geração e transmissão de energia, dotando o processo de trabalho de máquinas motrizes e de transmissão de elevada potência e regularidade energética. Completava-se, assim, a maquinaria (MARX, [1867] 2013, p. 451).

A produção capitalista passa a contar com dois tipos de processo de trabalho. O primeiro consiste na cooperação de máquinas-ferramentas de mesmo tipo que realizam do começo ao fim dado processo de trabalho de elaboração do produto. Trata-se, pois, de uma cooperação simples de máquinas-ferramentas alimentadas por um mecanismo comum de geração e de transmissão de energia. Vigoram nessa modalidade de processo de trabalho mecânico todas as vantagens da cooperação simples, como economia no emprego do capital constante e constituição de força produtiva do trabalho social, com a importante diferença, nesse momento, de que o processo de trabalho é inteiramente movido por agentes mecânicos enquanto os trabalhadores assumem funções passivas de monitoramento das operações das máquinas-ferramentas (MARX, [1867] 2013, 452-453). O segundo processo de trabalho fundamenta-se no sistema de máquinas. Neste formava-se uma divisão de funções entre máquinas-ferramentas de vários tipos com cada uma (ou grupo delas) gerando produtos parciais dos quais partem as operações das máquinas especializadas seguintes e assim sucessivamente até alcançar o término do processo de transformação. É, dessa maneira, uma combinação de máquinas-ferramentas especializadas análoga ao princípio da divisão manufatureira do trabalho. Marx, entretanto, aponta diferenças: na divisão do trabalho manual, a distribuição de tarefas acontecia de acordo com as qualidades dominantes dos trabalhadores manuais e, por isso, possuía natureza subjetiva. Inversamente, no sistema de máquinas, o processo de trabalho é analisado como tal, independentemente do trabalhador e de suas principais características, e, portanto, observando critérios científicos adaptáveis à experiência prática (MARX, [1867] 2013, 453-454).

---

<sup>235</sup> A esse propósito, veja Marx ( [1861-1863]1994b, p.32-33, p.126 e [1867] 2013, p. 450).

Cabe destacar, por último, que a maquinaria permite ao capitalista beneficiar-se das condições excepcionais de produção e obter momentaneamente uma mais-valia extraordinária, enquanto esse instrumental de produção ainda não se disseminou pelo ramo de atividade e, conseqüentemente, tornou-se o meio de trabalho usualmente empregado no processo médio de produção. E quando o novo meio de trabalho revolucionário que barateia a produção de mercadoria individual dissemina-se por ramos de produção vinculados direta e indiretamente aos artigos habituais consumidos pelos trabalhadores, a maquinaria torna-se meio para produzir mais-valia relativa apropriada em favor da coletividade capitalista<sup>236</sup>.

### **2.2.3. A maquinaria e a determinação do valor da força de trabalho**

A divisão do trabalho manual tinha dificuldades de rebaixar progressivamente os custos de formação do trabalhador médio e, portanto, o valor integral da força de trabalho. Isso se explicava em virtude da tenaz oposição dos trabalhadores mais qualificados que (temerosos pelo recebimento de preço declinante pela força de trabalho e de serem substituídos por trabalhadores comuns mais baratos) procuravam, em concerto recíproco, impedir e atrasar os aperfeiçoamentos do processo de trabalho que representassem ao cabo uma desvalorização ou no limite destruição da função de mercadoria da força de trabalho.

A maquinaria torna o processo de trabalho independente da ingerência direta dos trabalhadores, cujos saberes e qualificações ou são descartados ou são absorvidos pela própria rotina maquinal do instrumento de produção<sup>237</sup>. Surge uma nova divisão do trabalho na operação das máquinas-ferramentas: um trabalhador principal que monitora a maquinaria auxiliado por operários ajudantes, cuja função consiste em alimentar as máquinas motrizes e a máquina-ferramenta. Junto desses trabalhadores constitui-se também uma parcela pouco numerosa e mais qualificada de operários que cuidam e controlam o sistema geral de

---

<sup>236</sup> "A máquina produz mais-valia relativa não só ao desvalorizar diretamente a força de trabalho e, indiretamente, baratear esta última por meio do barateamento das mercadorias que entram em sua reprodução, mas também porque, em sua aplicação esporádica, ela transforma o trabalho empregado pelo dono das máquinas em trabalho potenciado, eleva o valor social do produto da máquina acima de seu valor individual e, assim, possibilita ao capitalista substituir o valor diário da força de trabalho por uma parcela menor do valor do produto diário. Durante esse período de transição em que a indústria mecanizada permanece uma espécie de monopólio, os ganhos são extraordinários" (MARX, [1867] 2013, p. 479). "Com a generalização da maquinaria num mesmo ramo de produção, o valor social do produto da máquina decresce até atingir seu valor individual e, assim, estabelece a lei de que o mais valor não provém das forças de trabalho que o capitalista substitui pela máquina, mas inversamente, das forças de trabalho que ele emprega para operar esta última" (MARX, [1867] 2013, p. 479).

<sup>237</sup> "O princípio desenvolvido do capital é justamente tornar supérflua a habilidade particular e tornar supérfluo o trabalho manual, o trabalho físico imediato em geral, seja como trabalho especializado, seja como esforço muscular; melhor dizendo, consiste em colocar a perícia nas forças mortas da natureza." (MARX, [1857-1858] 2011, p.488).

máquinas e realizam reparos mecânicos. Essa divisão do trabalho é determinada exclusivamente pelas necessidades do processo de trabalho mecanizado, sendo, por isso, puramente técnica. Os custos de formação do trabalhador médio sofre uma substancial redução<sup>238</sup>. O virtuosismo e saber detalhado do antigo operário manual, que demandavam certo custo para seu desenvolvimento, tornam-se completamente desnecessários com a máquina-ferramenta, cujas operações são reguladas por princípios técnicos e mecânicos, independentemente de saberes especializados dos operários principais e seus auxiliares. Na nova estrutura técnica de produção, cabe aos trabalhadores apenas monitorar o funcionamento da máquina-ferramenta e fornecer-lhe materiais de trabalho para sua operação. A formação dos operários limita-se ao aprendizado de adaptar o seu movimento corporal às operações do maquinismo e desenvolver capacidade de verificar rapidamente falhas nos procedimentos e corrigir a evolução das manobras da maquinaria<sup>239</sup>.

Na medida em que as tarefas operárias são simplificadas no maquinismo, os trabalhadores podem com facilidade trocar operação de máquina-ferramenta especializada por outra, pois se trata na maquinaria de um aprendizado de trabalho resumido à mera adaptação de movimentos e à observação conscienciosa das operações mecânicas. Isso, por outro lado, permite ao trabalhador tornar-se mais versátil<sup>240</sup>, visto que capaz de orientar suas funções laborais às várias espécies de máquinas-ferramentas<sup>241</sup>. A força de trabalho, não obstante tenha perdido parte considerável de seus custos de desenvolvimento, podia, contudo, ser beneficiada com essa multiplicidade de atribuições e experiências: esse trabalhador versátil, caso fosse deslocado do processo de trabalho em razão de melhorias metodológicas na produção ou pela introdução de uma nova máquina-ferramenta, poderia com menor tempo de

---

<sup>238</sup> "Industry based on machinery does not merely transform a section of the producers into wretched unemployed. It devalues manual work in general and changes many skilled workers into unskilled or semi-skilled workers." (MANDEL, 1977, p.142).

<sup>239</sup> "Por conseguinte, um modo de trabalho determinado aparece aqui diretamente transposto do trabalhador para o capital na forma da máquina e por meio dessa transposição sua própria capacidade de trabalho é desvalorizada"(MARX, [1857-1858] 2011, p.587); "Its fundamental principle is the replacement of skilled labour by *simple* labour; hence also the reduction of the amount of wages to the average wage, or the reduction of the worker's necessary labour to the average minimum and the reduction of the production cost of labour capacity to the production cost of simple labour capacity." (MARX, [1861-1863]1988a, 321). Ver também Marx ([1867] 2013, p. 448-449).

<sup>240</sup> "Mas se agora a variação do trabalho impõe-se apenas como lei natural avassaladora e com o efeito cegamente destrutivo de uma lei natural, que se choca com obstáculos por toda parte, a grande indústria, precisamente por suas mesmas catástrofes, converte em questão de vida ou morte a necessidade de reconhecer como lei social geral da produção a mudança dos trabalhos, fazendo e, conseqüentemente, a maior polivalência possível dos trabalhadores, fazendo, ao mesmo tempo, com que as condições se adaptem à aplicação normal dessa lei." (MARX, [1867] 2013, p. 557-558).

<sup>241</sup> Harvey, P. (1983, p.322-323) sublinha a questão no pensamento de Marx da versatilidade do trabalhador com o desenvolvimento da maquinaria.

transição encontrar novo comprador para sua força de trabalho por contar com inúmeras possibilidades de uso e por ter aprendido a adaptar-se a várias espécies de funções. Os capitalistas, por sua vez, beneficiavam-se duplamente com essa versatilidade nova do trabalhador fabril. Primeiro porque, em caso de ausências de trabalhador por motivo de saúde, de acidente ou mesmo absenteísmo, o processo de trabalho poderia ser mantido em sua fluidez normal, bastando deslocar força de trabalho de uma etapa para outra. E, depois, essa versatilidade ou pronta adaptação dos operários a múltiplas funções reduzia em certo grau o poder de reivindicação e de resistência dos trabalhadores, posto que operários insatisfeitos podiam ser trocados por força de trabalho de outro grupo de trabalho do mesmo processo produtivo sem prejuízo significativo do seu funcionamento fluido e integrado<sup>242</sup>.

Todavia, o sistema de máquinas recria também a figura do trabalhador detalhista, mas agora subordinado à função exclusiva de cuidar de operações de uma máquina-ferramenta especializada. Esse trabalhador especializado e adaptado a movimentos específicos de certo tipo de máquina compartilhava da sorte do antigo operário manual virtuoso que ao perder emprego tem insignificante possibilidade de encontrar outra ocupação assalariada, visto sua força de trabalho desenvolver uma tal exclusividade de funcionamento que cessa de ter valor de uso para outras tarefas. O desenvolvimento da produção capitalista mostra, com uma nova clareza, que o trabalhador assalariado é detentor de força de trabalho como mercadoria enquanto esta servir ao propósito de fornecer mais-valia ao capitalista. Se a produção capitalista descobre meio de fazer com que um menor número de operários execute a mesma massa de mais-trabalho do que anteriormente fornecida por um número maior, esse excesso de operários é considerado supérfluo para o capital. A força de trabalho desses trabalhadores redundantes pode perder inteiramente, para eles, o valor de uso de ser mercadoria comercializável se ela definitivamente deixar de possuir valor de uso para qualquer outro processo produtivo capitalista<sup>243</sup>. Decorria daí a revolta dos operários no início

---

<sup>242</sup> "Todo trabalho na máquina exige instrução prévia do trabalhador para que ele aprenda a adequar seu próprio movimento ao movimento uniforme e contínuo de um autômato [...] Mas a produção mecanizada suprime a necessidade de fixar essa distribuição à maneira como isso se realizava na manufatura, isto é, por meio da designação do mesmo trabalhador ao exercício da mesma função. Como o movimento total da fábrica não parte do trabalhador e sim da máquina, é possível que ocorra uma contínua mudança de pessoal sem a interrupção do processo de trabalho." (MARX, [1867] 2013, p. 492-493).

<sup>243</sup> "Desse modo, não apenas são consideravelmente reduzidos os custos necessários à reprodução do operário como também é aperfeiçoada sua desvalida dependência em relação ao conjunto da fábrica e, portanto, ao capitalista" (MARX, [1867] 2013, p. 494); "O sistema inteiro de produção baseia-se no fato de que o trabalhador vende sua força de trabalho como mercadoria. A divisão do trabalho unilateraliza tal força, convertendo-a numa habilidade absolutamente particularizada de manusear uma ferramenta parcial. Assim

da Revolução Industrial ser dirigida contra a própria maquinaria, a qual, ao tornar imediatamente supérfluas funções produtivas tradicionais, privava-os de seu único meio de vida que consistia na venda regular de sua mercadoria força de trabalho<sup>244</sup>.

A outra importante transformação no custo normal de reprodução da força de trabalho ocasionada pela revolução industrial foi a efetiva conversão de mulheres e de menores de idade em assalariados. Essas forças de trabalho suplementares também podiam ser incorporadas ao processo de produção capitalista no período manufatureiro. A divisão do trabalho manual simplificava as tarefas e uma vez diminuindo exigências de qualificação especiais permitia ao capitalista empregar força de trabalho de baixo custo e menos experientes. Contudo, essa possibilidade era consideravelmente limitada pela ação dos trabalhadores adultos masculinos mais experientes contra excessiva simplificação das funções que pudesse torná-los substituíveis e dispensáveis; essa resistência valia-se das influências diretas do operariado manual sobre o processo de trabalho. A maquinaria subverte o poder de resistência do antigo operariado ao libertar o processo de trabalho das influências do trabalhador especialista e virtuoso e, assim, permitir ao capital ter acesso às forças de trabalho das mulheres e de menores de idade. Não apenas o processo de trabalho adquire um caráter técnico propenso a incorporar mão-de-obra não tradicional como a redução do preço de força de trabalho do adulto masculino chefe de família cai tão severamente que obriga seus dependentes a ingressar no mercado como assalariados. O preço médio da força de trabalho simples estabelece-se numa magnitude tão somente capaz de sustentar a pessoa portadora da força de trabalho individual com o marido e esposa compartilhando as despesas dos cuidados do lar e do sustento dos filhos até estes alcançarem idade para trabalhar<sup>245</sup>.

---

que o manuseio da ferramenta é transferido para máquina extingue-se, juntamente com o valor de uso, o valor de troca da força de trabalho. O trabalhador torna-se invendável..." (MARX, [1867] 2013, p. 503).

<sup>244</sup> "Daí a luta dos trabalhadores contra a máquina" (MARX, [1857-1858] 2011, p.587). "[...] privar-lhe, juntamente com o meio de trabalho, de seu meio de subsistência..." (MARX, [1867] 2013, p. 557).

<sup>245</sup> "O tempo excedente também pode ser produzido - mas isso, mencionado aqui só de forma alusiva, faz parte do capítulo do trabalho assalariado - pelo prolongamento forçado da jornada de trabalho para além de seus limites naturais; pela incorporação de mulheres e crianças à população que trabalha." (MARX, [1857-1858] 2011, p.322); "It nevertheless results from the factors determining the average value of wages that the value of labour capacity includes a wage sufficient to support the family of the worker. Since the factory system converts women and children into wage labourers who have to *earn* their own subsistence, the *value* of labour capacity is thereby depreciated, not only because women and children emerge as competitors of the other workers, but also because the average value is now paid, and this value is *divided* among all members of the family." (MARX, [1861-1863] 1991a, p.492); "The fact that owing to the direct exploitation of the labour of women and children, who must earn their wages themselves, so that a greater amount of labour from the whole of the worker's family falls to the share of capital, *firstly*: there is an increase in the *total amount of exploitable labour* a given population offers to capital, hence also in the amount of surplus labour extractable from this working population; *secondly*: the labour capacity of the *adult* worker is depreciated. Previously the worker's wage had to suffice to maintain himself and his family. The wife worked for their

Em consequência, os trabalhadores sofriam prejuízos no seu padrão de vida tradicional. Certas funções das mulheres como cuidar e amamentar crianças não podiam ser suprimidas e deviam ser, com a libertação de sua força de trabalho para o capital, delegadas a terceiros, acarretando piores condições de vidas às crianças e elevando o custo da vida operária. A receita suplementar com novos integrantes da família no mercado de trabalho não era frequentemente suficiente para cobrir tais custos. Outras funções domésticas (como o preparo da comida, costura e reparo de roupas) deviam ser substituídas por mercadorias prontas, o que, do mesmo modo, encarecia o custo de vida familiar assim como ocasionava piora nas condições de vida, porquanto se perdia em qualidade nutritiva e modicidade, por exemplo, no preparo de comida doméstica quando substituída por comida feita fora de casa. Isso explicava, para Marx, a ruína física das crianças, o aumento da mortalidade infantil e depressão psicológica das mulheres durante a primeira metade do século XIX na Inglaterra<sup>246</sup>.

#### **2.2.4. Novas determinações para a função dos capitalistas e para o capital mínimo**

A cooperação assalariada determina novas funções ao capitalista em relação a seu papel tradicional de comprar elementos de produção de qualidade normal e de zelar por seu consumo produtivo adequado conforme as normas socialmente vigentes. O trabalho socialmente combinado exige a especial função de comando, cooperação de fases e direção, primeiramente para manter a continuidade e regularidade entre as fases de acordo com o plano que orienta o processo de trabalho e, depois, para que o consumo dos objetos do trabalho aconteça adequadamente (de sorte que o volume de matéria-prima transformado esteja ajustado com as necessidades do estágio no qual se encontra o processo produtivo) e a operação dos meios de trabalho seja conduzida segundo sua especificação técnica.

Essas funções de coordenação e direção próprias a qualquer processo de trabalho de grande escala devem ser precisamente assumidas pelo capitalista. Em primeiro lugar, os trabalhadores associados trabalham para o capital e não para si. Estão reunidos em colaboração recíproca por causa do capital, utilizam e consomem meios de produção alheios e

---

house, not for the capitalist, and the children only began to earn the equivalent for their consumption at an advanced age. The wage of the adult *père de famille* had to suffice not only to maintain them *without labour* on their part, but also to replace the cost of developing their labour capacity, which is reduced almost to 0 by machinery." (MARX, [1861-1863]1994b, p.24). Ver também Marx ([1867] 2013, p. 468-469).

<sup>246</sup> "Como certas funções da família, por exemplo, cuidar das crianças e amamentá-las etc. não podem ser inteiramente suprimidas, as mães de família confiscadas pelo capital têm de arranjar quem as substitua em maior ou menor medida. É necessário substituir por mercadorias prontas os trabalhos domésticos que o consumo da família exige, como costurar, remendar etc. A um dispêndio menor de trabalho doméstico corresponde, portanto, um dispêndio maior de dinheiro, de modo que os custos de produção da família operária crescem e contrabalançam a receita aumentada" (MARX, [1867] 2013, p. 469, nota 121).



seguem um plano de produção não elaborado pelos próprios produtores imediatos e que é imposto de fora pelo capital ou por seus representantes. Paralelo a isso, o caráter socialmente combinado do trabalho aumenta a capacidade de resistência dos trabalhadores às determinações do capital. Tal insubordinação latente leva o capital a reagir quer revolucionando o processo de trabalho de maneira a submetê-lo cada vez mais a seu comando quer fixando medidas disciplinares e punitivas com a finalidade de, junto com a repressão das ações dos trabalhadores contrários ao interesse do processo de produção, formar com o tempo uma força de trabalho mais habituada e acomodada à rotina da cooperação capitalista. As funções do capitalista nas formas cooperativas de trabalho são múltiplas, abrangendo desde a seleção criteriosa de força de trabalho adaptável até o planejamento do processo de trabalho, do qual faz parte a concepção da organização do trabalho social garantidor da fluidez e integração máxima entre fases e coordenação entre os vários segmentos do processo produtivo. O propósito da função reguladora do capitalista é diminuir ao máximo a ingerência dos trabalhadores no processo de trabalho, dotando-o de uma intensidade que permita ao capital se apropriar ao máximo do tempo de mais-trabalho disponível de dada jornada (MARX, [1861-1863] 1988a, p.262 e [1867] 2013, p. 406-408).

Como anteriormente discutido, o volume de adiantamento mínimo de capital refere-se ao necessário para produzir massa de mais-valia, grosso modo, condizente com o consumo individual do capitalista de nível superior (em quantidade e qualidade) em relação ao consumo médio operário e com a formação de fundo de reserva destinado a cobertura de danos imprevistos ao processo produtivo e para a expansão do capital.

Por outro lado, a grandeza de investimento mínimo eleva-se à medida que o processo de trabalho adquira caráter cada vez mais social e de larga escala. Na cooperação simples, o capital mínimo devia permitir organizar processos de trabalho de natureza cooperativa e assegurar que o capitalista assuma função exclusiva de diretor e coordenador do processo de trabalho (papel que pode ser transferido a trabalhadores especiais). Na produção capitalista baseada na manufatura, exigia-se capital mínimo relativamente mais elevado do que em comparação ao desembolsado quando os trabalhadores estavam apenas concentrados em cooperação simples. A cooperação assentada na divisão manufatureira encarecia o montante de capital mínimo. Em primeiro lugar, devido à cooperação de um vasto contingente de assalariados usando meios de produção em comum; depois, a divisão de trabalho multiplica a base de assalariados ocupados, elevando o dispêndio de capital variável ainda que numa proporção inferior ao aumento do número de trabalhadores ocupados (fato explicado pelo rebaixamento dos custos de formação dos especialistas) e, finalmente, a ampliação enorme da

escala de produção aumenta o dispêndio de capital constante destinado à compra de meios de produção.

Já na grande indústria, o mínimo de capital sofre um extraordinário salto, graças, em grande parte, ao caráter social do trabalho característico da grande indústria com ocupação de um vasto contingente de trabalhadores assalariados cooperando entre si; mas, sobretudo, porque, devido à nova base técnica, o dispêndio de capital constante, agora, predomina, de maneira que o adiantamento de capital na compra de meios de produção experimenta forte aceleração: 1) meios de trabalho de elevado potencial produtivo e que exigem alto dispêndio de capital; 2) aumento do consumo de matérias-primas e outros objetos do trabalho; 3) edifícios e instalações capazes de abrigar processos de trabalho caros e complexos.

Em suma, o capital mínimo está associado ao montante de capital variável capaz de produzir mais-valia em massa suficiente para assegurar consumo individual diferenciado e formar fundo de expansão do capital; quando o processo de trabalho adquire caráter social (e isso é coincidente com a própria emergência do modo de produção capitalista), o capital mínimo corresponde ao montante necessário de investimento condizente com a produção em bases cooperativas e ao caráter social dos meios de produção (MARX, [1861-1863]1988a, p. 290, p.294-296, [1861-1863]1991a, p. 148 e [1867] 2013, capítulos 11,12 e13).

### 2.3. CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A DUPLA NATUREZA DA MERCADORIA FORÇA DE TRABALHO E A TRANSIÇÃO PARA A FORMA-SALÁRIO

Inicialmente, tomou-se como ponto de partida um trabalhador isolado portador de força de trabalho média que firma um ato de troca com o capitalista. Esse trabalhador aliena formalmente sua força de trabalho em troca imediatamente de um equivalente monetário de valor de sua força de trabalho diário, para cujo cálculo levou-se em conta os custos de manutenção diários do produtor direto (que incluem também o sustento material de sua família de acordo com hábitos sociais da época histórica e compensação de custos de formação) assim como a duração total esperada da vida funcional de sua força de trabalho, a qual é governada pela extensão e intensidade da jornada diária. Desse modo, o trabalhador cede sua força de trabalho por uma jornada definida em extensão e intensidade, em cujo decorrer espera desgastá-la usualmente em consonância com o equivalente monetário recebido e com a duração projetada da existência ativa de sua força de trabalho. O trabalhador não é um possuidor de mercadoria qualquer, para quem depois de vendida pouco importa o uso que o comprador faz dela. Inversamente, o trabalhador aliena sua força de trabalho, mas não renuncia à sua propriedade; a preocupação denotada pelo trabalhador com a fixação de

uma jornada que respeite a duração estimada da força de trabalho se estenderá já na esfera de produção com a contínua defesa da sua integridade funcional. Por outro lado, o trabalhador imediatamente à conclusão do ato de troca recebe equivalente monetário do valor diário de sua força de trabalho, de maneira que antes de aliená-la efetivamente ao capitalista está em plenas condições de pô-la em função para o capital conforme o previsto.

Por seu turno, o capitalista detém os fatores objetivos do processo de trabalho em volume e qualidade para o prosseguimento do processo produtivo nas condições sociais normais de produção vigentes para elaborar o produto da jornada de trabalho social média. O capitalista, então, põe a força de trabalho em ação nessas condições sociais normais de produção e ao fim da jornada de trabalho necessária ela produziu um valor novo que lhe restitui o capital variável anteriormente adiantado. O capitalista vê, desse modo, que o valor produzido até esse instante proporciona-lhe meios para recomprar para a jornada seguinte a força de trabalho que é o principal componente produtivo do seu capital. Contudo, o capitalista não comprou mercadoria força de trabalho para consumi-la a fim de gerar um produto de valor que meramente repõe o capital variável adiantado. A compra da mercadoria força de trabalho está condicionada na ótica do capitalista à geração de um valor produzido que excede à reposição do capital variável, de modo que o capitalista trata de colocar a força de trabalho em funcionamento normal pelo restante da jornada. À medida que o trabalhador forneça esse mais- trabalho está produzindo uma mais-valia, cuja magnitude normal máxima será atingida ao fim da jornada fixada.

Com isso, a jornada de trabalho global revela-se não um período de trabalho homogeneamente idêntico, durante o qual o trabalhador põe sua força de trabalho em função para o capitalista. Consiste em dois períodos de trabalho qualitativamente diferentes: num o produtor direto trabalha para reproduzir sua força de trabalho e noutro, para fornecer mais-trabalho ao proprietário das condições objetivas de produção. São também períodos de trabalho que se sucedem numa sequência determinada, com a jornada de trabalho necessária antecedendo a jornada de trabalho excedente. Por último, há entre as partes da jornada de trabalho global uma vinculação mútua: o trabalhador somente dedica trabalho necessário para reproduzir sua existência material se fornecer mais-trabalho ao capitalista e este último obtém o trabalho excedente conquanto pague ao dono da força de trabalho o equivalente ao trabalho necessário para poder viver como trabalhador assalariado<sup>247</sup>.

---

<sup>247</sup> "[...] e ficou claro que o trabalhador assalariado só tem permissão de trabalhar para sua própria vida, isto é, para viver, desde que trabalhe de graça um determinado tempo para o capitalista (por isso, também para

A força de trabalho continuará representando valor de troca potencial para o trabalhador e, portanto, condição de sua subsistência enquanto constituir, para o capitalista, o peculiar valor de uso de gerar mais-valia. Origina-se, daí, num primeiro momento a incessante preocupação do trabalhador com o fornecimento de trabalho numa extensão e intensidade que resguarde as propriedades úteis da força de trabalho pelo período funcional médio da sua vida assalariada. Razão pela qual na perspectiva do trabalhador o tempo em que é valorizado o capital variável consistir num período supérfluo, posto que não somente excede o tempo de reprodução de seu “círculo estreito de vida” e não produz nenhum equivalente para ele como também porque pode implicar (dependendo do grau de extensão e de intensidade) redução da vida útil de sua força de trabalho e, conseqüentemente, encurtamento do período no qual ela lhe representa valor de troca potencial. Não obstante, como se verá, a forma-salário obscureça essa divisão qualitativa da jornada de trabalho.

O capitalista ao fim da jornada social média obtém uma mais-valia normal. Todavia, o capital tende por natureza a almejar uma quantidade de mais-valia crescente e, por isso, não se contenta com mais-trabalho normal obtido de uma definida jornada social média. O capital trata, então, de extrair mais-valia relativa mediante encurtamento do tempo de trabalho necessário à reprodução da força de trabalho. Isso exige do capital empenho para transformar o processo de trabalho tendo em vista duas finalidades. A primeira é de promover um barateamento generalizado dos meios de subsistência habituais do trabalhador. E, depois, proceder a uma subsunção crescente do trabalho, de modo a ampliar a esfera de domínio do capital sobre a concepção, o modo e velocidade de trabalhar, de sorte a restringir ao mínimo as resistências dos trabalhadores ao mais-trabalho e incorporar à esfera do trabalho excedente todo o tempo descontínuo, morto e improdutivo que for possível em dada jornada. Juntamente com o progressivo controle sobre o processo de trabalho, o capital, ao minimizar com a maquinaria a influência direta do trabalhador sobre a dinâmica do trabalho, ocasiona outra possível alteração do valor tradicional da força de trabalho com a diminuição das despesas necessárias à formação e aprendizagem do trabalhador e a conversão dos membros da família operária em assalariados potenciais<sup>248</sup>.

---

aqueles que, juntamente com ele, consomem a mais-valia); que o sistema inteiro da produção capitalista gira em torno do aumento desse trabalho gratuito...” (MARX, [1875] 2012, p.38-39). O notável cancionista popular Chico Buarque traduziu, talvez inconscientemente, esse pensamento numa de suas mais significativas composições: “Por esse pão pra comer/ por esse chão pra dormir/ A certidão pra nascer [...]/ Por me deixar respirar/ por me deixar existir/ Deus lhe pague” CHICO BUARQUE. *Deus lhe pague*.

<sup>248</sup> “Se, portanto, o emprego capitalista da maquinaria cria, por um lado, novos e poderosos motivos para o prolongamento desmedido da jornada de trabalho, revolucionando tanto o modo de trabalho como o caráter

Cumpra-se notar que os métodos de produção de mais-valia relativa foram estudados em sequência, iniciando-se com a cooperação simples e culminando com a grande indústria. Essa sequência representa efetivamente o desenvolvimento histórico da produção capitalista, no sentido de que cada uma daqueles métodos ter representado, em determinada época histórica, a forma de cooperação assalariada típica do período. Contudo, isso não implica que cada forma de cooperação assalariada vigora fixamente numa época ao final da qual passa a vigorar outro modo de cooperação enquanto o antigo desaparece por completo<sup>249</sup>. A cooperação simples ressurgiu na divisão de trabalho naquelas tarefas parciais que reúnem, em sua execução, determinada quantidade de trabalhadores realizando em colaboração mesma função. Os princípios da divisão de trabalho reaparecem na cooperação de máquinas especializadas e nas manufaturas modernas criadas após a revolução industrial.

O método de produção de mais-valia relativa que melhor atende ao duplo propósito de encurtar o trabalho necessário à reprodução da força de trabalho e de submeter ao controle do capital o processo de trabalho e, portanto, mobilizar jornada efetiva maior a sua disposição é a cooperação assalariada baseada na maquinaria (SHAIKH, 1990, p. 282-283, p.284, p.306-307). Com essa base técnica, o processo de trabalho adquire um impulso e dinâmica independentes da vontade, das habilidades e conhecimentos dos trabalhadores. A maquinaria desloca o trabalhador manual de sua antiga posição no processo de trabalho ao executar com superior proficiência e capacidade todas as operações de trabalho e colocar o trabalhador num plano inferior de qualificação, cuja principal tarefa consiste apenas na observação e correção dos movimentos da máquina de trabalho. Essa nova base técnica proporciona uma fluidez, continuidade e intensidade ao processo de trabalho sem interferências diretas dos trabalhadores, fato que possibilita ao capital verdadeiramente subsumir o trabalho, ou seja, explorar em sua plenitude o potencial de mais-trabalho contido numa jornada social média. O capital, então, auferir mais-valia crescente através de inúmeros canais. Primeiro, apoderando-se, com mínima resistência, da totalidade do tempo de trabalho excedente disponível na jornada, em virtude das propriedades ótimas de continuidade e fluidez engendradas pelo sistema de máquinas integradas. E se o sistema de máquinas é um meio de trabalho não usual, o capitalista pioneiro que o aplica embolsa um mais-trabalho extra decorrente da diferença

---

do corpo social de trabalho e, assim, quebrando a resistência a essa tendência, ela produz, por outro lado, em parte mediante o recrutamento para o capital de camadas da classe trabalhadora que antes lhe eram inacessíveis, em parte liberando os trabalhadores substituídos pela máquina, uma população operária redundante, obrigada a aceitar a lei ditada pelo capital.” (MARX ( [1867] 2013, p.480).

<sup>249</sup> A esse propósito, veja Rosdolsky ( [1968] 2001, p.203).

entre o trabalho potenciado que explora e o trabalho social médio absorvido pela maioria dos capitalistas. Finalmente, existe o canal da desvalorização da mercadoria força de trabalho levado a cabo pelo barateamento dos meios tradicionais de vida produzidos por ramos de atividade apoiados nas melhores técnicas de produção e nos mais avançados meios de trabalho. Adicionalmente, o custo de reprodução normal da força de trabalho declina com a simplificação das funções de trabalho e com a integração possível de todos os membros aptos da família operária à condição de ofertantes de mercadoria força de trabalho<sup>250</sup>.

A posição do trabalhador como possuidor de força de trabalho fica fragilizada com a nova base técnica. O trabalhador para viver depende de que sua força de trabalho seja funcional para o capital, ou seja, que gere um valor produzido acima do que custou sua reprodução. A maquinaria, ao deslocar força de trabalho, suprime a conexão então reinante entre trabalho necessário e trabalho excedente, fazendo com que mesmo mais-trabalho possa ser fornecido por número menor de trabalhadores. E se a força de trabalho cessa de possuir o valor de uso específico para o capital, ela deixa, por sua parte, de representar valor de troca para o trabalhador, situação que implica privá-los de seus meios de subsistência. A condição de mercadoria transacionável da força de trabalho torna-se cada vez mais precária e incerta, pois atribuições do trabalho manual podem ser suplantadas pela incorporação da maquinaria, certas tarefas mais simples executadas com mesmo grau de eficácia por forças de trabalho femininas e de menores de idade e, finalmente, a execução por muitos anos de uma tarefa exclusiva de auxiliar de máquina-ferramenta pode levar o trabalhador, quando essa máquina for substituída por uma outra mais aperfeiçoada, a dispor de uma mão-de-obra invendável, porque só capaz de exercer certas tarefas tornadas obsoletas nos processos de trabalho mais contemporâneos.

Essas mudanças ocasionadas pelo emprego da maquinaria, que tornam, para o trabalhador, precária a função de mercadoria da força de trabalho, supunham, como anteriormente alegado, jornada social média de dada extensão e intensidade. A justificativa dessa premissa consistia no fato de que por meio de seu emprego se pudesse entender mais facilmente a natureza das modalidades normais da mais-valia absoluta e da mais-valia relativa

---

<sup>250</sup> “Desse modo, Marx procura mostrar que o valor da força de trabalho se reduz por dois motivos: 1º Pela diminuição do custo de formação da força de trabalho devido à simplificação do trabalho e 2º Pela diminuição do valor das mercadorias. Enquanto o valor da força de trabalho é reduzido por essas duas forças, o preço da força de trabalho é pressionado para baixo pelo processo de simplificação do trabalho, processo esse que aumenta o *pool* de trabalhadores disponíveis para o capital e, portanto, aumenta o grau de concorrência entre eles.” (CIPOLLA, 2014, p.386).

assim como distinguir claramente as partes funcionais da jornada de trabalho e a conexão entre elas.

O estudo dos métodos particulares de produção de mais-valia relativa mostrou que a simplificação das tarefas na manufatura permitia incipiente incorporação de mulheres e de crianças (anteriormente abrigados pelo salário do trabalhador adulto masculino de elevada qualificação). A maquinaria, como nova base técnica do modo de produção especificamente capitalista, não apenas tornou possível incorporação em massa dessas forças de trabalho suplementares não tradicionais como também liberou trabalhadores já empregados, posto que sua aplicação, no contexto da revolução industrial, multiplicou capacidade de produção sem incremento proporcional da ocupação de assalariados e ainda destruiu parte importante do artesanato independente e da manufatura, ambos incapazes de concorrer com a fábrica moderna. A maquinaria cria um reservatório de trabalhadores redundantes (adicional à formação de força de trabalho pela via de crescimento natural da população trabalhadora<sup>251</sup>) através da incorporação de forças de trabalho suplementares e da liberação de assalariados graças à modernização dos processos produtivos<sup>252</sup>. Com isso, a pressão desse reservatório

---

<sup>251</sup> A produção capitalista não pode depender do crescimento natural da população como fonte principal de fornecimento de força de trabalho adicional. As necessidades de trabalhadores adicionais pela produção capitalista são urgentes (expansão e criação de novos ramos de trabalho conforme o progresso material da sociedade) enquanto a ação do crescimento natural da população somente no longo prazo começa surtir seus efeitos com o ingresso no mercado de uma legião de jovens aptos ao trabalho: "Mas muito antes que o aumento salarial pudesse motivar qualquer crescimento positivo da população efetivamente apta para o trabalho já estaria vencido o prazo em que a campanha industrial teria de ser conduzida e a batalha travada e decidida." (MARX, [1867] 2013, p.713). Ver Marx ([1867] 2013, p.710, [1861-1863]1994b, p.113 e p.186). Na mesma direção também realçara Rosa Luxembourg: "Large-scale industry, with its feverish pace of business and competition, cannot wait to reduce wages until workers first marry too often, then have too many children, then until these children grow up and appear on the labor market, before it finds the over-supply it desires. The movement of wages, corresponding to the rhythm of industry, does not have the comfortable motion of a pendulum whose swing takes a generation, i.e. twenty-five years; wages are rather in a ceaseless vibrating motion, so that neither can the procreation of the working class govern the level of wages, nor can industry with its demand for the procreation of workers." (LUXEMBURG, Rosa [1907-1914] 2013, s.p.). Ver Morishima; Catephores (1980), Lebowitz (2003, p.106), Obregon (1974, p.417-418) e Green (1991b, p. 206, 1991c, p.124-126).

<sup>252</sup> "Hence if a surplus population is employed and absorbed by the *surplus capital*, this process of the assimilation or absorption of living labour by objectified labour is, as we saw in considering capitalist production, created and accompanied—with improvements in machinery, etc., and the application of the capitalist mode of production where it did not previously exist—by a continuous expulsion of workers, a releasing of workers, a rendering of them available, with the result that the increasing number of workers attracted by capital is created by an increasing mass of expelled, released workers; a circumstance through which accumulation itself holds in reserve and continuously produces an available surplus population—living material for a still greater accumulation of capital—over and above the natural increase of the population." (MARX, [1861-1863]1994b, p.206 ); "But during these eleven years they introduced machinery of all sorts, adopted more scientific methods, converted part of arable land into pasture, increased the size of farms, and with this the scale of production, and by these and other processes, diminishing the demand for labour by increasing its productive power, made the agricultural population again relatively redundant. This is the

excedente<sup>253</sup> de força de trabalho sobre os trabalhadores ativos concede margem de ação ao capital para estender a jornada além do normal ou intensificá-la acima do habitual<sup>254</sup>.

Até o presente presumiu-se que a quantia monetária recebida pelo trabalhador pela cessão de sua peculiar mercadoria era o exato equivalente do custo normal de reprodução diário da força de trabalho para uma determinada duração normal da vida ativa desse produtor direto. O capitalista com a maquinaria pode, entretanto, regular a extensão e intensidade da jornada de trabalho segundo as necessidades de valorização do capital variável sem se preocupar com as implicações do desgaste excessivo da força de trabalho, pois conta, providencialmente, com o apoio dos trabalhadores redundantes justamente colocados em reserva graças à disseminação pela produção social da nova base técnica e que supre a demanda tanto de reposição quanto de incremento de força de trabalho<sup>255</sup>. É chegado, finalmente, o momento para o exame da metamorfose do valor da força de trabalho em salário ou preço do trabalho.

---

general method in which a reaction, quicker or slower, of capital against a rise of wages takes place in old, settled countries." (MARX, [1865]1985c, p.147). Ver Marx ([1867] 2013, seção IV, cap.13).

<sup>253</sup> Rosdolsky (2001, p.212-213) faz uma instrutiva comparação entre a concepção de superpopulação relativa nos *Grundrisse* e em *O capital*.

<sup>254</sup> "A produção capitalista já cuida das ocorrências imprevistas ao fazer trabalhar em excesso uma faixa da população trabalhadora e ao manter outra de prontidão como exército de reserva em indigência parcial ou completa." (MARX, [1861-1863]1980b, p.914); "O sobretrabalho da parte ocupada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de sua reserva, ao mesmo tempo que, inversamente, esta última exerce, mediante sua concorrência, uma pressão aumentada sobre a primeira, forçando-a ao sobretrabalho e à submissão aos ditames do capital"(MARX, [1867] 2013, p.711).

<sup>255</sup> "If the average age of working-class generations declines, there is always available on the market a superfluous and constantly increasing mass of short-lived generations, and that is all capitalist production needs." (MARX, [1861-1863]1988a, p.302).



### 3. A FORMA-SALÁRIO

#### 3.1. TRANSFIGURAÇÃO DEFORMADA DO VALOR DA FORÇA DE TRABALHO EM SALÁRIO

Nos capítulos precedentes, presumiu-se que o trabalhador no ato de cessão formal de sua força de trabalho fosse imediatamente pago. O emprego dessa premissa permitia realçar a força de trabalho como a mercadoria, de fato, vendida pelo trabalhador. Todavia, o dinheiro não funciona como meio de compra nas transações habituais entre trabalhadores e capitalistas. Comumente, o trabalhador aliena sua força de trabalho por uma determinada jornada e só após ter fornecido o trabalho vivo dessa jornada é finalmente pago. O trabalhador recebe pagamentos monetários em prazos regulares, fixados convencionalmente, de modo que, na prática, o trabalhador recebe, no momento da transação, uma promessa de pagamento que só é liquidada depois do cumprimento de sua jornada diária de trabalho (abstrai-se neste estudo o período de circulação do produto-mercadoria). No momento em que o trabalhador primeiramente executa o trabalho da jornada e somente após a sua conclusão recebe quantia de dinheiro, o *valor ou preço da força de trabalho* passa a ter a representação de *salário ou preço do trabalho*<sup>256</sup>. Em outras palavras, o trabalhador nas suas transações com o capitalista não aparece imediatamente como ofertante de força de trabalho e sim como vendedor de trabalho, cuja expressão monetária é o *salário ou preço do trabalho*:

Vejamos, em primeiro lugar, como o valor e os preços da força de trabalho se apresentam nessa forma transformada, como salário [...] Compreende-se, assim, a importância decisiva da transformação do valor e do preço da força de trabalho na forma-salário ou em valor e preço do trabalho [...] De resto, com a forma de manifestação “valor e preço do trabalho” ou “salário”, em contraste com a relação essencial que se manifesta, isto é, com o valor e preço da força de trabalho, ocorre o mesmo com todas as formas de manifestação e seu fundo oculto. (MARX, [1867] 2013, p.610-612).

Desde a morte de Lassalle, impôs-se em nosso partido o ponto de vista científico de que o salário não é o que aparenta ser, isto é, o valor do trabalho ou seu preço, mas

---

<sup>256</sup> “The value of labour capacity expressed in money is the price paid to the worker for the whole working day, and it appears as the direct price of the whole working day, *since although the sale and purchase of this commodity occurs before the labour is performed, payment takes place only after it has been performed.*” (MARX, [1861-1863]1994b, p.117, grifo nosso); “And it is in fact the form in which the relation *appears*. For our investigation we must hold fast to what is essential. So if we speak of the *value* (or, expressed in money, the *price*) of *labour*, this must always be understood to mean the *value of labour capacity*. But since this *value of labour capacity* (which is its daily, weekly, etc., value) in fact forms the wage, hence the sum of money the worker receives in payment for the whole of his working day, this *price*, in which only the *paid part* of the working day is objectified, appears as the *price or value of the whole working day.*” (MARX, [1861-1863]1994b, p.72); “But since the workman receives his wages *after* his labour is performed, and knows, moreover, that what he actually gives to the capitalist is his labour, the value or price of his labouring power necessarily appears to him as the *price or value of his labour itself.*” (MARX, [1865] 1985c, p.132).

apenas uma *forma disfarçada do valor ou do preço da força de trabalho*. (MARX, [1875] 2012, p.38, grifo nosso).

Dessa maneira, a forma-salário é uma representação transformada do *valor ou do preço da mercadoria força de trabalho*<sup>257</sup> característica<sup>258</sup> do modo de produção capitalista, no sentido de ser a forma comum de manifestação do valor da força de trabalho nas transações envolvendo trabalhadores e capitalistas e de configurar-se uma "forma especificamente social" própria do regime de trabalho assalariado<sup>259</sup>.

Todavia, o relaxamento da premissa de que o trabalhador recebe imediatamente pela venda de sua força de trabalho e sua substituição pelos contratos de trabalho corriqueiros não causa prejuízo ao entendimento da mais-valia, posto que a análise de sua formação já está devidamente "esclarecida" (MARX, [1867] 2013). Tomar a forma-salário, ao invés de seu conteúdo verdadeiro consistente no valor da mercadoria força de trabalho, não provocará retrocesso na análise do capital uma vez que a gênese de sua valorização já foi revelada. Em contrapartida, permitirá compreender o que de dissimulado e deformado se transpõe na figura preço do trabalho<sup>260</sup>.

O salário não é uma representação qualquer do valor da força de trabalho. Ao contrário, constitui uma "forma transmutada"<sup>261</sup> pela qual se encobre a natureza verdadeira da relação-capital, convertida em algo estranho aos próprios agentes do processo de produção capitalista, pois irreconhecível seu traço especificamente social<sup>262</sup>. Pela forma-salário, o

<sup>257</sup> "Workers exchange their labor power against money, and exchange money for the means of consumption. Because of this money intermediary, exploitation is veiled under capitalism, as it appears that the wage covers the entire working day; i.e., formally the wage is exchanged for a contracted period of time. (WEEKS, 1981, p.70); "No plano do direito e do mercado, desaparecem as classes sociais e não existe, tampouco, a distinção entre força de trabalho, que é a capacidade de trabalhar, e trabalho, que é a utilização efetiva daquela capacidade pelo capitalista. Nas condições normais do capitalismo, tudo se passa, portanto, como se o aluguel da força de trabalho pelo capitalista fosse um contrato livre de compra e venda no qual um *indivíduo* fornece, em troca de um pagamento que é o salário, o seu 'trabalho', uma mercadoria que é propriedade sua, a outro *indivíduo*. Pois bem, no ato de venda, todo proprietário de mercadoria deve receber, em pagamento, o justo preço pela mercadoria que aliena. É, portanto, mera atualização da estrutura jurídico-política do modo de produção capitalista a prática de o trabalhador individual negociar com o capitalista o preço 'do trabalho', isto é, o seu salário." (BOITO JR, A., 2001, p.96).

<sup>258</sup> "[...] a forma do trabalho enquanto trabalho assalariado seja decisiva para a configuração de todo o processo e para o modo específico da produção..." (MARX, [1894] 1985a,p.314).

<sup>259</sup> "À medida que tem o caráter especificamente social do salário..." (MARX, [1894] 1985a,p.275).

<sup>260</sup> Simões estuda as dissimulações da forma-salário presentes no Direito do Trabalho. Ver Simões (1979, p.268-294).

<sup>261</sup> "Já que num polo o preço da força de trabalho aparece na forma transmutada de salário, no polo antitético a mais-valia aparece na forma transmutada de lucro"(MARX, [1894] 1988c, p.27-28).

<sup>262</sup> A análise que Marx faz na seção I do Livro III sobre a transmutação da mais-valia em lucro pode também ser estendida para a transmutação do valor da força de trabalho em forma-salário: "Na mais-valia a relação entre capital e trabalho está posta a nu; na relação entre capital e lucro, isto é, entre capital e mais-valia, como ela aparece, por um lado, como excedente realizado no processo de circulação, acima do preço de custo da mercadoria, por outro, como excedente determinado mais de perto por sua relação com o capital global, o

trabalhador recebe no fim de certo prazo previamente acordado uma quantia em dinheiro que paga o seu trabalho já executado. Com isso, o dinheiro recebido parece referir-se à jornada inteira e não somente a fração correspondente ao tempo de trabalho necessário à reprodução do trabalhador<sup>263</sup>. A divisão da jornada de trabalho em partes funcionalmente definidas e ligadas mutuamente cessa de existir para se apresentar pela forma de "manifestação direta"<sup>264</sup> do valor da força de trabalho num uniforme e homogêneo período de trabalho<sup>265</sup>.

Na perspectiva da mercadoria força de trabalho, o custo de reprodução normal do trabalhador está vinculado estreitamente à dimensão da jornada, a qual indicará a quantidade de meios de subsistência normais que o produtor direto precisará consumir para efetuar a jornada (inclusive o mais-trabalho constante na sua parte excedente) bem como condicionará a duração da vida normal do trabalhador (o conjunto de anos que o trabalhador poderá subsistir da venda regular de sua força de trabalho). O produtor imediato só pode fornecer a quantidade de trabalho (e, portanto, de mais-trabalho) de determinada jornada social média (dada demais circunstâncias) se estiver provido de trabalho necessário suficiente para reproduzir normalmente sua força de trabalho<sup>266</sup>. Essa conexão, no entanto, é *potencialmente* suprimida

capital aparece como relação consigo mesmo, uma relação em que ele, como soma original de valor se distingue de um valor novo, por ele mesmo. Que ele produz esse valor novo durante seu movimento através do processo de produção e do processo de circulação, isso está na consciência. Mas como isso ocorre, está mistificado e parece provir de qualidades ocultas, inerentes a ele. Quanto mais perseguirmos o processo de valorização do capital, tanto mais a relação-capital há de se mistificar e tanto menos há de por a nu o segredo de seu organismo interno"(MARX, [1894] 1988c, p.35-36).

<sup>263</sup> "Esse cálculo segundo as jornadas de trabalho e o tempo de trabalho como única substância do valor manifesta-se aberta ali onde existe relação servidão. *No capital, isso é encoberto pelo dinheiro.*" (MARX, [1857-1858] 2011, p.647, grifo nosso).

<sup>264</sup> "It is necessary to subdivide this form in this way, as *value of labour* or *price of labour*, in which the *value of labour capacity* presents itself in practice and in its direct manifestation [...]" (MARX, [1861-1863]1994b, p.77).

<sup>265</sup> "If one now asks further *what value relation* lies at the basis of this *price* of labour which appears in practice—or one asks, as Adam Smith does, what is the natural price of labour—it turns out that the *regulating price* of labour is determined by the *value of labour capacity*, and is nothing but a derivative expression of the latter. Let the quantity of money which is paid as the *price* of a working day of 12 hours be=3s. or 36d. If necessary labour time=6 hours, 3s. is thus the value of the daily labour capacity which is consumed for 12 hours every day. This sum of money, in which 6 hours are realised, is expressed here as the *price* of a working day of 12 hours because the worker must work for 12 hours in order to obtain the monetary expression of 6 hours of labour time, and he in fact receives in exchange for 12 hours this *price*, this sum of money, alone. This *price* is therefore not the expression of the value of his labour—this is something one cannot speak of at all—but rather the value of his labour capacity[...] How this price relates to the value of the labour capacity, and secondly to the daily value in which the use of this labour capacity, daily labour, is realised, depends on the one hand on the value of labour capacity, and on the other hand on the daily duration of its use or, in other words, the length of the normal working day. But this relation to the value of labour capacity and therefore the relation of necessary labour to surplus labour is completely extinguished in the *price* of labour. [...] No distinction between paid and unpaid labour is expressed here." (MARX, [1861-1863]1994b, p.115-116).

<sup>266</sup> "How this price relates to the value of the labour capacity, and secondly to the daily value in which the use of this labour capacity, daily labour, is realised, depends on the one hand on the value of labour capacity, and on

pela forma-salário<sup>267</sup>; como a jornada apresenta-se aqui como um todo indiferenciado e não em partes sequencial e qualitativamente distintas será casual que o preço recebido contemple a reprodução normal da vida diária do trabalhador. Como será observado no próximo capítulo, a forma-salário torna possível o trabalhador fornecer mais-trabalho antes mesmo de o trabalho necessário à sua reprodução ter sido integralmente executado em sua dimensão normal. Tal situação obriga o trabalhador, para complementar seus rendimentos, a consentir jornadas desmesuradamente extensas e intensas ou submeter-se a alienar sua força de trabalho por jornadas parciais muitas vezes sequer suficientes para sua reprodução fisicamente imprescindível, não obstante contendo assim mesmo fração dedicada ao trabalho gratuito. No próximo capítulo tais situações serão examinadas pormenorizadamente através do movimento dos salários.

O nexa entre as partes da jornada de trabalho é extinta pela forma-salário também de outra maneira. Como se viu, o trabalhador somente receberá o valor de troca da sua força de trabalho se ela representar, para o capitalista, valor de uso específico de produzir mais-valia. O trabalhador tem permissão de receber o trabalho necessário ao sustento de sua vida diária, contanto que forneça o trabalho excedente de determinada jornada social média. Se eventualmente a força de trabalho deixa de expressar o valor de uso peculiar ao capitalista, ela cessa, por seu turno, de representar para o trabalhador mercadoria vendável<sup>268</sup>. A forma-salário apresenta o trabalho executado numa jornada como inteiramente pago, dissimulando mediante a relação de compra e venda que uma parte da jornada é dada gratuitamente<sup>269</sup> e sob coerção como condição para o trabalhador reproduzir sua força de trabalho<sup>270</sup>. Assim, os

the other hand on the daily duration of its use or, in other words, the length of the normal working day." (MARX, [1861-1863]1994b, p.115).

<sup>267</sup> "A conexão entre trabalho pago e não pago é suprimida." (MARX, [1867] 2013, p.616).

<sup>268</sup> "Se não é vendida, ela não serve para nada para o trabalhador [...]" (MARX, [1867] 2013, p.248).

<sup>269</sup> "On the basis of the wages system even the *unpaid* labour seems to be *paid* labour." (MARX, [1865]1985c, p.132); "De tal modo, a forma-salário não cancela somente a relação entre trabalho necessário e trabalho excedente, a produção dos valores e da mais-valia por parte do operário; esta mesma relação apreça aí natural, parece a própria forma natural, e é identificada com o processo puro e simples, uma vez que se apresenta como eterna premissa da vida humana que está na base de todas as formações sociais." (ALTVATER, 1987, p.38).

<sup>270</sup> "Ele [o capitalista] não paga de modo algum o trabalho propriamente dito, mas só a capacidade de trabalho. Entretanto, só pode fazê-lo em virtude da eficácia dessa própria capacidade." (MARX, [1857-1858] 2011, p.493-494). "O capitalista não sabe que também o preço normal do trabalho encerra determinada quantidade de trabalho não pago é a fonte normal de seu lucro." (MARX, [1867] 2013, p.620); "A forma-salário extingue portanto, todo vestígio da divisão da jornada de trabalho em trabalho necessário e mais-trabalho, em trabalho pago e trabalho não pago. No trabalho assalariado, ao contrário, mesmo o mais-trabalho ou trabalho não pago aparece como trabalho pago[...] a relação monetária oculta o trabalho gratuito do assalariado" (MARX, [1867] 2013, p.610); "Assim, a extorsão de mais-trabalho perde seu caráter específico; sua relação específica com a mais-valia é obscurecida; e, como foi mostrado no Livro Primeiro Seção VI, isso é fomentado e felicitado pela representação do valor da força de trabalho na forma de salário" (MARX,

salários mascaram o trabalho gratuito sob a fantasia de trabalho pago ao mesmo tempo que exprimem o período da jornada durante o qual o trabalhador é compelido coercitivamente a executar o mais-trabalho como seu oposto, ou seja, como trabalho voluntariamente realizado<sup>271</sup>. Portanto, os salários deformam o valor da força de trabalho quer ocultando a divisão qualitativa da jornada de trabalho em partes diferenciadas e reciprocamente vinculadas quer representando a relação-capital de modo invertido e falsificado em contradição invisível<sup>272</sup> com sua verdadeira natureza<sup>273</sup>. Do mesmo modo, a forma-salário é uma expressão irracional<sup>274</sup> para o valor ou preço da força de trabalho.

O preço é forma monetária do valor-mercadoria, cuja fonte de determinação é a quantidade de trabalho socialmente necessário nele objetivado. Se o trabalho executado em condições socialmente determinadas origina o valor-mercadoria enquanto o preço consiste meramente na manifestação desse valor, o trabalho não pode, em contrapartida, ter valor ou preço<sup>275</sup>, pois, do contrário, chegar-se-ia, por essa via, a uma fórmula enredada num círculo

[1894] 1988c, p.33); "In point of fact, however, whether a man works three days of the week for himself on his own field and three days for nothing on the estate of his lord, or whether he works in the factory or the workshop six hours daily for himself and six for his employer, comes to the same, although in the latter case the paid and unpaid portions of labour are inseparably mixed up with each other, and the nature of the whole transaction is completely masked by the *intervention of a contract* and the *pay* received at the end of the week. The gratuitous labour appears to be voluntarily given in the one instance, and to be compulsory in the other" MARX, [1865]1985c, p.132-133).

<sup>271</sup> "[...] whereas with the free worker even the surplus labour he performs appears as labour performed *in his own interest*, i.e. as the means of purchasing his wages. The *money relation*, the sale and purchase between worker and capitalist, disguises the former's *labour for no return ...*" (MARX, [1861-1863]1994b, p.99).

<sup>272</sup> "A forma mercadoria do produto e a forma dinheiro da mercadoria disfarçam a transação" (MARX, [1867] 2013, p.643).

<sup>273</sup> "It is necessary to subdivide this form in this way, as *value of labour* or *price of labour*, in which the *value of labour capacity* presents itself in practice and in its direct manifestation [...] In considering the general relation we have only to take account by way of exception of this inverted form in which the value of labour capacity appears. This inverted form is, however, the way in which it appears in the real process of competition, where everything appears in an inverted form, and in the consciousness of both worker and capitalist." (MARX, [1861-1863] 1994a, p.77); "A maneira pela qual, mediante a transição pela taxa de lucro, a mais-valia é transformada na forma de lucro é, no entanto, apenas o desenvolvimento ulterior da inversão que já ocorria durante o processo de produção, de sujeito e objeto [...] Dessa relação às avessas se origina necessariamente, mesmo já na própria relação de produção simples, a correspondente concepção às avessas, uma consciência transposta, que é ainda mais desenvolvida pelas transformações e modificações do processo de circulação propriamente dito" (MARX, [1894] 1988c, p.33-34); "Na expressão 'valor do trabalho', o conceito de valor não só se apagou por completo, mas converteu-se no seu contrário." (MARX, [1867] 2013, p.607).

<sup>274</sup> "De modo geral, já foi mostrado anteriormente que *salário ou preço do trabalho é apenas uma expressão irracional para o valor ou preço da força de trabalho...*" (MARX, [1894] 1985a, p.275, grifo nosso).

<sup>275</sup> "On the other hand, the concept of the commodity in and for itself excludes labour as process—i.e. the *value* of the commodity—: labour as process, *in actu*, is the substance and measure of value, not value. Only as *objectified* labour is it value." (MARX, [1861-1863]1994b, p.71); "The wage, as the *overall price* of daily average labour, contradicts the concept of value. Every *price* must be reducible to a *value*, since the price is in and for itself only the monetary expression of value, and the fact that actual prices stand above or below the price which corresponds to their value does not alter anything in the situation that they are a quantitatively incongruent expression of the value of the commodity, even if they are too large or too small

vicioso<sup>276</sup> em que o trabalho que determina o valor também possui valor próprio, cuja fonte por absurdo é o próprio trabalho. Tampouco o trabalho pode ser uma mercadoria vendável, desde que se tratando de ação levada a cabo pelo trabalhador exclusivamente no processo produtivo em determinadas condições sociais só pode verificar-se fora da esfera de circulação mercantil onde se dá as transações de compra e venda<sup>277</sup>. Se fosse possível vender não a força de trabalho como mercadoria, mas o resultado do trabalho, o produtor direto não seria um trabalhador livre e o preço da mercadoria vendida por ele não receberia a designação socialmente específica do salário. A representação do valor da força de trabalho como salário é, primeiramente, irracional<sup>278</sup>, porque contradiz a determinação de valor pela quantidade de trabalho socialmente necessário objetivada, e, depois, absurda, posto que se recebesse monetariamente pelo resultado do trabalho, o trabalhador deixaria de ser um vendedor livre da força de trabalho, fato que, por sua parte, aboliria o assalariamento dos produtores diretos, no qual justamente se assenta a relação-capital<sup>279</sup>.

A forma-salário não apenas é uma representação transfigurada do valor da força de trabalho pela qual se dissimula a conexão mútua entre trabalho necessário e trabalho excedente, como igualmente produz uma série de *mistificações* que concedem à relação-capital um aspecto *misterioso e incompreensível*.

Em primeiro lugar, sabe-se que os fatores do processo de trabalho têm papéis determinados no processo de valorização. Os meios de produção representam capital constante, porquanto conforme são produtivamente consumidos o seu valor é apenas transferido e conservado na figura material do produto-mercadoria da jornada. O capital variável, por sua vez, assume, no processo de constituição do valor, a forma de força de

*quantitatively* in the case that has been presupposed. But here, in the *price of labour* there would be a *qualitative* incongruence." (MARX, [1863-1864] 1994a, p.395); "O trabalho é a substância e a medida imanente dos valores, mas ele mesmo não tem valor nenhum." (MARX, [1867] 2013, p.607).

<sup>276</sup> "Na expressão 'valor do trabalho', o conceito de valor não só se apagou por completo..." (MARX, [1867] 2013, p.607).

<sup>277</sup> "No mercado, o que se contrapõe diretamente ao possuidor de dinheiro não é na realidade, o trabalho, mas o trabalhador. O que este último vende é sua força de trabalho. Mal seu trabalho tem início efetivamente e a força de trabalho já deixou de lhe pertencer, não podendo mais, portanto, ser vendida por ele". (MARX, [1867] 2013, p.607); "[...] e as condições sociais bem determinadas sob as quais a força de trabalho é vendida, não tem nada a ver com o trabalho enquanto agente geral da produção" (MARX, [1894] 1985a, p.275).

<sup>278</sup> Numa carta a Engels datada de janeiro de 1868, Marx chama atenção do amigo que uma das principais contribuições teóricas do recém-publicado Livro Primeiro de *O Capital* consistia: "that for the first time wages are shown as the irrational outward form of a hidden relationship, and this is demonstrated exactly in both forms of wages: time wages and piece wages." (MARX, Karl. [1864-68] 1987b, p.514).

<sup>279</sup> "Abstraindo dessas contradições, uma troca direta de dinheiro, isto é, de trabalho objetivado por trabalho vivo ou anularia a lei do valor que só se desenvolve livremente com base na produção capitalista, ou anularia a produção capitalista, fundada precisamente no trabalho assalariado". (MARX, [1867] 2013, p.606).



trabalho ativa, a qual sob determinada condição social de produção gera, no curso da jornada, um valor produzido maior do que o *constante* na expressão monetária original do valor-capital variável. Todavia, na ótica do capitalista, ambos componentes do valor-capital são adiantamentos empenhados na produção, de modo que suas representações no valor do produto aparecem-lhe como frações pagas que assim concebidos não se distinguem entre si no processo de formação da mais-valia. Parece-lhe, então, que a mais-valia é fruto do capital adiantado *como um todo*<sup>280</sup>, maneira de ver tanto mais inquestionável quanto se sabe que a produção de mercadoria, na qual está embutido o excedente de valor, realmente demandar em conjunto as condições objetivas de trabalho e a força de trabalho<sup>281</sup>. Entretanto, a expressão salarial revela que é pago o trabalho inteiro da jornada, de sorte que o trabalhador parece receber mensurado no seu salário uma quantia de trabalho equivalente ao que fornece ao capitalista<sup>282</sup>. Logo, a forma-salário exclui o capital variável como uma daquelas fontes presumíveis da mais-valia, restando ao capital constante o papel exclusivo de se constituir em tal fonte. É, por isso, que o salário como forma convertida do valor da força de trabalho engendra algo de místico à relação-capital e a seu produto específico que é a mais-valia. Torna-se inalcançável à consciência fornecer uma explicação à origem da valorização do capital a partir das operações dos meios de produção, coisas inanimadas, a não ser apelando a algum dom inato e, por conseguinte, místico dos meios de produção enquanto tal<sup>283</sup>.

Outra mistificação gerada pela forma-salário é a seguinte: o trabalhador recebe uma determinada soma designada como salário referente ao trabalho realizado. O salário, desse modo, se constituiria numa remuneração de ativo de natureza imaterial e invisível possuído

<sup>280</sup> "Já que na formação aparente do preço de custo, não se reconhece nenhuma diferença entre capital constante e variável, a origem da alteração de valor que ocorre durante o processo de produção, precisa ser deslocada da parte variável para o capital global." (MARX, [1894] 1988c, p.27-28).

<sup>281</sup> "Sob a rubrica dos custos, na qual cai o salário tanto quanto o preço de matérias-primas, depreciação da maquinaria etc., a extorsão de trabalho não pago aparece apenas como economia no pagamento de um dos artigos que entram nos custos, apenas como pagamento menor por determinado quantum de trabalho; exatamente como também se economiza quando a matéria-prima é comprada mais barato ou se reduz a depreciação da maquinaria." (MARX, [1894] 1988c, p.33).

<sup>282</sup> "O modo de produção capitalista difere do modo de produção baseado na escravidão entre outras coisas pelo fato de que o valor, respectivamente, o preço da força de trabalho, se apresenta como valor, respectivamente, o preço do próprio trabalho, ou como salário. A parte variável do adiantamento de capital aparece, por isso, como capital despendido em *salário, como um valor-capital que paga o valor, respectivamente, o preço de todo o trabalho despendido na produção.*" (MARX, [1894] 1988c, p.24, grifo nosso).

<sup>283</sup> "The surplus value the product contains must therefore in fact be derived from an invisible, mysterious quality, from constant capital." (MARX, [1861-1863] 1994a, p.86, grifo nosso); "Embora a taxa de lucro seja numericamente diferente da taxa de mais-valia, enquanto a mais valia e lucro sejam de fato o mesmo, sendo também numericamente iguais, o lucro é, no entanto, uma forma transmutada da mais-valia, uma forma em que sua origem e o segredo de sua existência são velados e apagados. De fato, o lucro é a forma fenomênica da mais-valia, tendo esta de ser primeiro revelada mediante análise daquele." (MARX, [1894] 1988c, p.35).

pelo trabalhador, cuja efetivação ocorre posteriormente ao ato de troca, e que lhe confere direito à parte determinada no produto de valor. Essa fração (também denominada de salário relativo) será tanto maior quanto mais elevada a eficiência do trabalhador no empenho de seu trabalho. Já ao capitalista, na condição de detentor dos meios de produção, cabe o restante do valor produzido como uma espécie de remuneração pelas operações dos meios de produção sem as quais seria irrealizável o processo produtivo. Assim, o capitalista e o trabalhador figuram como parceiros no processo produtivo, cada qual recebendo uma justa recompensa que a posse de seus respectivos ativos proporciona e cada qual igualmente interessado em extrair das operações desses ativos o máximo dividendo. A forma-salário adquire um aspecto místico e misterioso de uma remuneração de ativo pertencente ao trabalhador e que o coloca numa posição de parceiro do capitalista, de cujos interesses ele compartilha<sup>284</sup>. Por essa concepção, falsifica-se a origem do salário como representação do valor da força de trabalho, tornando-a um "segredo" indevassável assim como se dissimula sob a máscara de interesses comuns a natureza antagônica da relação assalariada pela qual o trabalhador é obrigado a fornecer mais-trabalho gratuitamente como condição para acessar o círculo estreito de sua existência material.

Essa concepção ganha uma denotação mais especial quando se assume que os salários são adiantados pelo capitalista. O trabalhador, nesse caso, aparenta vender sua participação no valor produzido antes que o processo produtivo estivesse concluído e o produto-mercadoria circulasse e realizasse seu valor no mercado. Com isso, o trabalhador, ao receber uma antecipação salarial, transferiria concomitantemente ao capitalista a responsabilidade e os riscos inerentes à comercialização da mercadoria. Aos ganhos normais atribuídos às qualidades dos ativos produtivos do capitalista se adicionariam, assim, prêmio pelos riscos assumidos por ele na gestão da parceria com o trabalhador, a cujos benefícios este último renunciou quando decidiu receber um salário adiantado (MARX, [1861-1863]1980a, p.300-301). A falsidade dessa concepção é evidenciada no momento em que se analisa o processo de produção do capital em seu movimento reprodutivo e numa dimensão agregada, tomando-se a coletividade dos capitalistas e dos trabalhadores. Nessa perspectiva, os capitalistas apropriam-se do produto-mercadoria da jornada diária do trabalho como expressão em valor-mercadoria do seu capital valorizado. Após a venda desse produto-

---

<sup>284</sup> "Como todas as formas desenvolvidas do processo de produção capitalista são formas de cooperação, nada é mais fácil, desde já, que abstrair de seu caráter especificamente antagônico e convertê-las quimERICAMENTE em formas livres de associação..." (MARX, [1867] 2013, p.601, nota 19).



mercadoria os capitalistas reservam deste último uma fração equivalente do valor da força de trabalho para efetuar o pagamento dos salários ou da jornada de trabalho já realizada. Destaca-se desse processo de criação e realização do valor-mercadoria os seguintes aspectos. Em primeiro lugar, os trabalhadores são pagos por equivalentes monetários da parcela do produto de trabalho previamente criado por eles próprios<sup>285</sup>. O processo de compra e de venda de força de trabalho em seu fluxo contínuo revela, então, que o salário não é propriamente um custo para os capitalistas, posto que os trabalhadores reproduzem o equivalente valor-capital variável no produto-mercadoria diário com o qual serão depois pagos<sup>286</sup>. Razão pela qual é irrelevante para a relação-capital vista globalmente e em seu fluxo contínuo se o trabalhador é pago imediatamente após a conclusão do ato de troca com o capitalista ou se recebe seu salário apenas depois de executar o trabalho da jornada, posto que, de qualquer modo, o que flui para ele sob forma monetária é parcela do produto do trabalho futuro (se pago imediatamente) ou passado (se pago depois de executado o trabalho)<sup>287</sup>. Em segundo lugar, a parcela referente à forma-salário reproduzida no produto-mercadoria apenas retorna aos trabalhadores se estes últimos valorizarem-na como capital variável. Assim, parte do valor produzido refluí aos trabalhadores sob forma-salário desde que a fração excedente do produto de valor flua para os capitalistas como mais-valia ou lucro. Não são cotas de um fundo que simplesmente bastasse a seus sócios se apropriarem na razão das respectivas participações no negócio comum. Ao contrário, antes de refluir aos trabalhadores como salário o produto de valor já inteiramente pertencia aos capitalistas como representação mercantil do valor-capital

---

<sup>285</sup> "O que refluí continuamente para o trabalhador na forma-salário é uma parte do produto continuamente reproduzido por ele mesmo. Sem dúvida, o capitalista lhe paga em dinheiro o valor das mercadorias, mas o dinheiro não é mais do que a forma transformada do produto do trabalho. É com seu trabalho da semana anterior ou do último semestre que será pago seu trabalho de hoje ou do próximo semestre." (MARX, [1867] 2013, p.642).

<sup>286</sup> "Mas o dinheiro que o trabalhador recebe do capitalista, só o recebe após haver-lhe dado uso de sua força de trabalho, após a mesma haver sido realizado no valor do produto do trabalho. O capitalista tem esse valor em suas mãos antes de tê-lo pago." (MARX, [1885] 1988b, p.266); "Ela [a força de trabalho] já fornece, em forma-mercadoria, o equivalente a pagar ao trabalhador, antes de o capitalista o pagar ao trabalhador em forma-dinheiro. O trabalhador cria, portanto, ele mesmo, o fundo de pagamento do qual o capitalista lhe paga." (MARX, [1885] 1988b, p.266).

<sup>287</sup> "Se o capital variável é adiantado no sentido de que o capitalista paga em dinheiro ao trabalhador a parte que lhe cabe no produto que ainda não está pronto para a venda, ou que já está pronto, mas ainda não foi vendido pelo capitalista, ou se lhe paga com dinheiro que já recebeu pela venda da mercadoria fornecida pelo trabalhador, ou se antecipou esse dinheiro por meio de crédito - em todos esses casos, o capitalista despende capital variável, que flui para os trabalhadores como dinheiro e, por outro lado, ele possui o equivalente desse valor-capital na parte de valor de suas mercadorias, por meio da qual o trabalhador produz de novo a cota que cabe a ele mesmo no valor global das mesmas, por meio da qual, em outras palavras, ele produziu o valor de seu próprio salário." (MARX, [1885] 1988b, p. 264). Ver Altvater (1987, p.37).

variável valorizado<sup>288</sup>. O fato de o produto de valor ser, antes de tudo, produto do capital ou forma mercadoria do valor-capital variável valorizado "exclui" qualquer partilha do produto com os trabalhadores<sup>289</sup>.

Cabe examinar um último aspecto mistificado associado aos salários. O capitalista reserva parte de seu capital sob a forma de salários<sup>290</sup> para pagar seus trabalhadores empregados. Por seu turno, os trabalhadores recebem pelo pagamento de seu trabalho realizado sob a forma-salário. Utiliza-se, assim, uma mesma expressão para designar duas ações diferentes, o ato do capitalista de pagar e o ato de recebimento desse pagamento pelos trabalhadores. Essa circunstância suscita a concepção de que o trabalhador por receber salário seja portador de uma modalidade especial de capital. Na transação entre capitalista e o trabalhador o capital sob a forma de salário passaria das mãos do capitalista (que recebe em troca a força de trabalho) para as mãos dos trabalhadores. Essa concepção de que o trabalhador fosse efetivamente detentor de capital parece respaldada no fato de que o trabalhador recebe ao longo de sua vida laboral uma série de rendimentos, no curso da qual busca administrar sua força de trabalho, colocando-a em repouso e descanso a fim de evitar que o desgaste excessivo prejudique sua função de capital<sup>291</sup>. A força de trabalho

---

<sup>288</sup> "Se o fundo de trabalho só afluí constantemente para ele sob a forma de meios de pagamento por seu trabalho é porque seu próprio produto se distancia dele constantemente sob a forma do capital." (MARX, [1867] 2013, p.643).

<sup>289</sup> "This is a point to be made against those who speak of the price of labour's being advanced. The labour is paid for after it has been provided. The product as such does not concern the worker. The commodity he sells has already passed into the possession of the capitalist before it is paid for." (MARX, [1861-1863]1988a, p.115); "Lastly, however, when this formula is treated as the original formula, it blurs and falsifies the *qualitative character* of the exchange relation between capitalist and worker, the exchange between *living labour* and *objectified labour*, which really takes place in the production process, by dealing *solely* with objectified labour, labour objectified in the product. The essential relation, the fact that the worker has no share in the product, and that this exchange, instead of giving him a share, excludes him from any share in the product as such, this *vital point* of the whole relation, disappears, and its place is taken by the false semblance that the capitalist and the wage labourer form a partnership, and share out the product in proportion to their different contributions to its formation. This is therefore a favourite formula of bourgeois apologists for the *relation of capital*." (MARX, [1861-1863]1994b, p.81); "A representação do mais-valor e do valor da força de trabalho como frações do produto de valor [...] oculta o caráter específico da relação capitalista, a saber, o intercâmbio entre o capital variável e a força de trabalho viva e a correspondente exclusão do trabalhador do produto." (MARX, [1867] 2013, p.601). Ver interpretação crítica de Saad Filho (2001, p.35) acerca da concepção de salário como resultado de uma partilha entre sócios do produto de valor.

<sup>290</sup> "[...] o salário [...] é sempre igual ao componente variável do capital, isto é, ao componente que é desembolsado [...] na compra da força de trabalho viva, em pagamento de trabalhadores" (MARX, [1894] 1985a, p.282).

<sup>291</sup> "A capacidade de trabalho foi denominada capital do trabalhador na medida em que ele é o fundo que o trabalhador não exaure em uma troca isolada, mas pode repeti-lo continuamente durante sua vida como trabalhador" (MARX, [1857-1858] 2011, p.227).

representaria um capital portador de rendimentos salarial a ser usufruído pelo trabalhador ao longo de sua existência<sup>292</sup>.

Para Marx, a "insanidade" da forma-salário alcança nessa concepção de força de trabalho como capital seu "ápice"<sup>293</sup> pelos seguintes motivos. O fato de o trabalhador precisar renovar seus atos de troca com o capitalista não demonstra o caráter de capital de sua força de trabalho e sim revela precisamente que ele é um assalariado, cuja existência material para ser assistida requer venda regular de sua única mercadoria possuída:

Portanto, não altera em absoluto a natureza da coisa e menos ainda autoriza a conclusão de que, porque o trabalhador precisa dormir 10 e 12 horas para ser capaz de repetir seu trabalho e sua troca com o capital, o trabalho constitui o seu capital. Por conseguinte, o que é assim compreendido como capital é, de fato, o limite, a interrupção de seu trabalho, o fato de que ele não é um *perpetuum mobile*. (MARX, [1857-1858] 2011, p.228).

Acresce-se a isso que do momento em que iniciou a transação até a conclusão do processo de produção do capital, o trabalhador não sai mais rico, como seria o caso se a força de trabalho fosse para ele um capital portador de rendimentos; ao contrário, "[...] o trabalhador, após o trabalho repetido de forma contínua, somente dispõe de seu trabalho vivo, imediato para trocar" (MARX, [1857-1858] 2011, p.228). Finalmente, a afirmação de que a força de trabalho é um capital para o trabalhador (aparentemente demonstrada pela circunstância de que procura administrá-la com repouso e descanso) é consequência da figura invertida produzida pela forma-salário. O trabalhador precisa descansar, ingerir alimentos e dormir, não porque esteja administrando suposto capital, e sim porque a satisfação de tais necessidade é imprescindível para a reprodução normal de sua força de trabalho e condição para que ele execute a contento o trabalho da jornada e, com isso, forneça ao capitalista o mais-trabalho disponível na sua parte excedente. Desse modo, imputar à satisfação de necessidades fisiológicas mais básicas medida de gestão de capital levada a cabo pelo trabalhador consiste numa outra maneira de encobrir a divisão qualitativa da jornada de trabalho e seu vínculo com a reprodução normal da força de trabalho e com a valorização do capital. Além disso, a posse de força de trabalho como representação de capital portador de rendimentos salariais concederia ao trabalhador uma condição de capitalista diferenciado dos demais, posto que para estes vigora a determinação de explorador do trabalho alheio a fim de valorizar o capital

---

<sup>292</sup> “Nesse caso, concebe-se o salário como juro e, por conseguinte, a força de trabalho como o capital que proporciona esse juro.” (MARX, [1894] 1985a, p.10-11).

<sup>293</sup> “A loucura da concepção capitalista atinge aí seu ápice...” (MARX, [1894] 1985a, p.10-11).

ao passo que o trabalhador incompreensivelmente deve explorar a si mesmo para alcançar o mesmo intento<sup>294</sup>.

O conceito rigoroso de assalariamento mostra a falsidade da concepção de capital para a força de trabalho em posse do trabalhador. A força de trabalho efetivamente aparece de duas maneiras. Para o trabalhador, a força de trabalho só pode representar mercadoria, cujo valor de uso consiste precisamente em expressar valor de troca potencial ou meio de compra de artigos de subsistência necessários. Por seu turno, o capitalista está em posse de capital variável potencial (expresso em determinada quantia de dinheiro) e quando a transação com o trabalhador se consuma, o capital variável se transforma efetivamente em força de trabalho, a qual passa a ser elemento material do capital na esfera de produção. Dessa maneira, em momento algum o capitalista cessa de conservar a posse do valor-capital, visto que este apenas deixa de apresentar-se sob a forma originalmente monetária para adquirir o modo de existência de força de trabalho adequado ao funcionamento do processo produtivo<sup>295</sup>. Assim, não obstante o salário ser um vocábulo que designa tanto a parte do dinheiro possuído pelo capitalista para pagamento de mão-de-obra quanto o montante monetário recebido pelos trabalhadores em intervalos contratualmente ajustados, ele, no entanto, expressa função de capital unicamente para o capitalista. Do lado do trabalhador, o salário é apenas um intermediário monetário que serve de meio de compra dos artigos corriqueiros de seu consumo pessoal<sup>296</sup>.

---

<sup>294</sup> "[...] o trabalhador tem de trabalhar para obter esse juro[...]" (MARX, [1894] 1985a, p.11).

<sup>295</sup> "Durante todas essas mudanças, o capitalista [...] mantém continuamente o capital variável em suas mãos: 1) no início, como capital monetário; 2) em seguida, como elemento de seu capital produtivo; 3) mais tarde, como parte de seu capital-mercadoria; 4) ao final, novamente em dinheiro, ao qual a força de trabalho, em que se pode converter, se confronta de novo. Durante o processo de trabalho, o capitalista tem em suas mãos o capital variável como força de trabalho em ação, criadora de valor, mas não como valor de grandeza dada; mas, como ele sempre paga ao trabalhador só depois de a força deste já ter atuado durante determinado período de tempo mais curto ou mais longo, ele já tem em suas mãos o valor de reposição que ela cria para si mesma plus mais-valia, antes de pagar." (MARX, [1885] 1988b, p.311).

<sup>296</sup> "Se a força de trabalho só é mercadoria nas mãos de seu vendedor, o trabalhador assalariado, ele só se torna, no entanto, capital nas mãos de seu comprador, o capitalista, a quem cabe sua utilização temporária. Os próprios meios de produção só se tornam configuração objetivas do capital produtivo, ou capital produtivo, a partir do momento em que a força de trabalho, como forma pessoal da existência do mesmo, se tornou incorporável. A força de trabalho é pois tão pouco capital por sua natureza quanto o são os meios de produção." (MARX, [1885] 1988b, p.31).

### 3.2. NECESSIDADE<sup>297</sup> DA FORMA-SALÁRIO

A forma-salário produz uma representação deformada e mistificada para o valor ou preço da mercadoria força de trabalho. O reconhecimento dessa dissimulação, no entanto, não pode conduzir ao pensamento de que a forma-salário seja uma mera consciência enganosa da realidade que seria dissipada através de instauração de argumentos persuasivamente verdadeiros. Esse pensamento incidiria no erro de negar às *formas de consciência* poder de expressar fenômenos reais<sup>298</sup> e de manter com eles uma vinculação orgânica e necessária<sup>299</sup>. O salário é uma *forma de consciência falsa* que, contudo, é gerada *necessariamente da realidade*<sup>300</sup> ou, no caso presente, do processo real de produção do capital:

In this form, the value, price of labour is a specific expression, which directly contradicts the concept of value. But this contradiction exists. (MARX, [1861-1863]1994b, p.72)

But it is an expression which necessarily results from the production process, it is the necessary *form of appearance* of the value of labour capacity. (MARX, [1861-1863]1994b, p.86)

Hence the investigation of the secrets of this price is one of the main problems of political economy. Similarly irrational is the expression: price of labour. And in this case, as with the price of land, the expression expresses a real relation. (MARX, [1861-1863]1994b, p.152).<sup>301</sup>

Por outro lado, a forma-salário como modo de tomada de consciência cumpre funções indispensáveis na reprodução da produção capitalista como sistema. Marx destaca vários fatores que conferem ao salário uma forma de mistificação necessária e peculiar do modo de produção capitalista.

O recebimento de salário pelos trabalhadores ocorre em intervalos regulares ajustados contratualmente e após o decurso da jornada de trabalho de referência. O salário, dessa maneira, parece representar o pagamento pela jornada de trabalho inteiramente

<sup>297</sup> "Se a história universal precisa de muito tempo para descobrir o segredo do salário, não há, em contrapartida, nada mais fácil de compreender a necessidade, as *raisons d'être*, dessa forma de manifestação"(MARX, [1867] 2013, p.610).

<sup>298</sup> "[...] as formas ideológicas pelas quais os homens tomam consciência deste conflito e o conduzem até o fim" (MARX, [1859] 1978).

<sup>299</sup> "A teoria marxiana do valor, assim, não busca só decifrar as mistificações do modo de produção capitalista, revelando seu núcleo racional, mas quer também explicar em termos materialistas a possibilidade e a necessidade das ideias falsas e ilusórias que homens concebem a respeito da relação capitalista." (ALTVATER, 1987, p.38).

<sup>300</sup> "This inverted form [forma-salário] is, however, the way in which it appears in the real process of competition, where everything appears in an inverted form, and in the *consciousness* of both worker and capitalist"(MARX, [1861-1863]1994b, p.77, grifo nosso).

<sup>301</sup> "É uma expressão imaginária [a forma-salário], como valor da terra. Essas expressões imaginárias surgem, no entanto, das próprias relações de produção. São categorias para as formas em que se manifestam *relações essenciais*"(MARX, 2013, p.607, grifo nosso); "O lucro, tal como o temos inicialmente ante nós, é, portanto, o mesmo que a mais-valia, apenas numa forma mistificada, que, no entanto, *brota necessariamente* do modo de produção capitalista." (MARX, [1894] 1988c, p.27, grifo nosso).

realizada, uma aparência que se mostra tanto mais necessária quanto, de fato, o trabalhador no ato de celebração de seu contrato salarial se coloca à disposição para trabalhar para o capitalista por um período temporal determinado<sup>302</sup>. Para o trabalhador seu salário apresenta-se como preço da jornada de trabalho e sem conexão com os custos de manutenção de sua força de trabalho. Tal concepção parece ser comprovada pelos próprios fatos cotidianos que em algumas vezes parece mostrar dada jornada de trabalho sendo retribuída por maior ou menor salário (indicando que determinada quantidade de horas trabalhadas é às vezes mais bem remunerada e outras, não), ao passo que, em situações particularmente severas do mercado de trabalho, se observa contração de hora trabalhada concomitantemente com redução salarial<sup>303</sup>. Outra circunstância real que leva o trabalhador a não perceber que vende, de fato, força de trabalho é que ele no momento em que aliena efetivamente sua força de trabalho ao capitalista não tem ciência que ela em ação em determinadas condições sociais de produção tem o peculiar valor de uso de gerar produto de valor em benefício da personificação do capital. O trabalhador sabe apenas que, ao adentrar no processo de produção, trabalhará desta ou daquela forma concreta conforme a natureza útil do processo de trabalho, de sorte que, para ele, o salário parece uma remuneração pela função da força de trabalho, rendimento que será crescente à medida que melhorar seu desempenho em determinado período de trabalho<sup>304</sup>. Há circunstâncias reais, no entanto, que levam o trabalhador a tomar a consciência de que sua força de trabalho em ação redundava ao capitalista mais do que determinada quantidade de mercadorias produzidas. É o que pode ocorrer, por

---

<sup>302</sup> "But, as remarked earlier, labour capacity is one of the commodities where money figures as means of payment; i.e. it figures twice, first as means of purchase, in the sale, then as means of payment, when the sale is realised, once the use value of the commodity has passed into the possession of the buyer. The worker only receives payment, e.g. daily or weekly, once the capitalist has had his labour capacity work e.g. for a week during 12 hours of each day. The equivalent he receives therefore *appears* as an equivalent for his 12 hours of labour. Apart from this, he has sold his labour capacity, hence its consumption, for a particular period of time. But this time-determined consumption on the part of the capitalist is on the part of the worker a particular quantity, measured in time, of his own activity, i.e. his labour, hence e.g. the sale of 12 hours of his labour a day. And the *price*, the sum of money he receives, thus reappears, for him as for the capitalist, as the *price of*, or the *equivalent for*, his 12 hours of labour. It is the more natural, therefore, that this *real result of the process*—namely that a *particular quantity of labour* has been bought and sold for a particular quantity of money—should also appear to the capitalist as the content of the transaction, since what concerns him in the whole of the transaction is only *this content*." (MARX, [1861-1863]1994b, p.82-83).

<sup>303</sup> "Além disso, o movimento efetivo do salário apresenta fenômenos que parecem demonstrar que o que é pago não é a força de trabalho, mas o valor de sua função, do próprio trabalho. [...] Primeira: variação do salário quando varia a duração da jornada de trabalho"(MARX, [1867] 2013, p.612).

<sup>304</sup> "Finalmente, o 'valor de uso' que o trabalhador fornece ao capitalista não é na realidade, sua força de trabalho, mas sua função, um determinado trabalho útil, como o trabalho do alfaiate, do sapateiro, do flandheiro etc. Que esse mesmo trabalho, sob outro ângulo, seja o elemento geral criador de valor- elemento que o distingue das demais mercadorias-, é algo que está fora do alcance da consciência ordinária."(MARX, [1867] 2013, p.611).

exemplo, quando o trabalhador verifica que a extensão da jornada revela-se excessiva em relação ao salário recebido, pois os mantimentos comprados não dão conta de compensar o desgaste que sofre ao trabalhar. Diante dessa incongruência, a qual torna patente que o salário não é mero pagamento pela hora trabalhada ou pela sua função de trabalhar, o trabalhador poderia dirigir sua queixa ao capitalista, solicitando-lhe correção do salário ou que possa trabalhar numa jornada mais curta com mesmo salário. Perante o natural descaso do capitalista com sua sorte, o trabalhador toma, então, consciência que dá na forma de dispêndio de energia vital mais do que recebe em salário, que a função de sua força de trabalho proporciona ao capitalista benefícios não limitados à quantidade produzida de mercadorias e que esse benefício gerado aumenta paralelamente com a extensão desmesurada da jornada e com a correspondente exaustão de seu corpo e mente.

Por seu turno, esse descaso do capitalista tem igualmente motivos materialmente fundamentados. Ele não percebe que o trabalhador fornece-lhe mais-trabalho do que custou a produção da força de trabalho. Para ele a força de trabalho é um elemento de produção como outro qualquer, e (tal como faz com outros componentes de seu capital na esfera de produção) busca extrair dela o máximo benefício entre o que lhe deve pagar em salário e os resultados proporcionados pelo seu uso produtivo<sup>305</sup>. O capitalista não distingue no processo de formação da mais-valia entre capital constante e capital variável. Para ele, ambos são componentes de seu capital e participam indistintamente do processo de formação do valor-mercadoria, de sorte que a valorização de seu capital aparece-lhe como uma qualidade natural de um processo produtivo eficientemente dirigido por ele, segundo princípio de máxima produção com mínimo desperdício de recursos produtivos, independentemente da exploração da força de trabalho.

Como anteriormente dito, o preço do trabalho é uma expressão irracional para o valor da força de trabalho, visto que o trabalhador só pode vender uma disposição para trabalhar existente potencialmente na sua personalidade e que só é convertida em ato ou trabalho propriamente dito na esfera de produção quando a força de trabalho já está alienada para uso provisório ao capitalista. O trabalho, sendo fonte do valor-mercadoria que se

---

<sup>305</sup> "Se, por outro lado, consideramos o capitalista, vemos que ele obtém o máximo possível de trabalho pela menor quantidade possível de dinheiro. Do ponto de vista prático, portanto, interessa-lhe somente a diferença entre o preço da força de trabalho e o valor criado por seu funcionamento. Mas ele procura comprar todas as mercadorias o mais barato possível, acreditando encontrar a razão de seu lucro no simples logro, no ato de comprar abaixo do valor e vender acima dele. Daí que ele não compreenda que, se existisse realmente algo como o valor do trabalho, e se ele pagasse realmente esse valor, não existiria nenhum capital e seu dinheiro não se transformaria em capital."(MARX, [1867] 2013, p.611-612).

expressa monetariamente como preço, não pode determinar o preço e simultaneamente ter preço. Marx após ter desvelado o absurdo da expressão "preço do trabalho" trata de investigar nela vestígio racional que informe sobre a natureza do processo de formação da mais-valia e o papel verdadeiro dos salários. Suponha um assalariado que aliena sua força de trabalho para uma jornada de 12 horas e receba uma quantia de 3 xelins com os quais compra uma massa de meios de subsistência de valor equivalente, cuja produção tenha custado 6 horas de trabalho socialmente necessário; o trabalhador recebe o equivalente a 6 horas, mas tem de trabalhar 12 horas. O montante de 3 xelins realmente custa ao trabalhador 12 horas uma vez que as 6 horas de trabalho necessário que aquela quantia representa está condicionada ao fornecimento de trabalho excedente durante o restante da jornada<sup>306</sup>. Desse modo, na forma salarial, no seu núcleo racional oculto, está posto que o trabalhador só recebe o preço normal dos meios de subsistência, de cujo consumo precisa viver, desde que em contrapartida execute gratuitamente mais-trabalho objetivado numa mais-valia<sup>307</sup>. Assim, se o preço do trabalho, por exemplo, cair para 2,5 xelins (considerando-se dado o produto de valor) tal montante significará, para o trabalhador, que ele deve comprar os seus mantimentos imprescindíveis à custa de um volume relativamente maior de mais-trabalho constante na jornada<sup>308</sup>, enquanto se o preço de trabalho subir para 3,5 xelins os seus mantimentos podem agora ser adquiridos à custa de um trabalho excedente relativamente reduzido<sup>309</sup>.

Por outro lado, o preço de trabalho é uma variável central do custo para o capitalista pelo motivo de indicar-lhe um mínimo de tempo de trabalho a ser executado para que o valor-

---

<sup>306</sup> "Ele não paga de modo algum o trabalho propriamente dito, mas só a capacidade de trabalho. Entretanto, só pode fazê-lo em virtude da eficiência dessa própria capacidade." (MARX, [1857-1858] 2011, p.493-494); "O salário, como vimos, condiciona sempre, por sua natureza, o fornecimento de determinada quantidade de trabalho não paga por parte do trabalhador." (MARX, [1867] 2013, p.695).

<sup>307</sup> "Onde reina o capital (tal como ali onde há escravidão, servidão ou trabalho compulsório de qualquer tipo), o tempo de trabalho absoluto do trabalhador é posto como condição para que ele possa trabalhar o necessário, isto é, para que possa realizar o tempo de trabalho necessário à conservação de sua capacidade de trabalho em valores de uso para si." (MARX, [1857-1858] 2011, p.440); "The Production Process of Capital A working day of 12 hours, e.g., is exchanged on the part of the worker for the product of 12 — 2 hours, or 10 hours, if the surplus labour=2 hours. It appears as a result that a commodity of the value of 10 hours=the value of the labour capacity, the value of the manifestation of this labour capacity of 12 hours, i.e. 12 hours of labour. *In fact the reproduction of the worker's labour capacity=10 hours of labour, costs him 12 hours. He must work for 12 hours—must deliver a product in which 12 hours of labour are realised—in order to obtain commodities in which 10 hours are realised.* The value of his labour capacity, determined by the 10 hours of labour time required for its daily reproduction, is the equivalent he receives for 12 hours of labour, and thus appears as the value of a 12-hour working day." (MARX, [1861-1863]1994b, 72, grifo nosso)

<sup>308</sup> "Considerado desde o ponto de vista do trabalhador, ele tem de realizar agora um trabalho excedente de 3/4 de jornada para viver um dia, enquanto antes tinha de realizar só um trabalho excedente de 2/4 de jornada." (MARX, [1857-1858] 2011, p.440).

<sup>309</sup> "Abstraindo totalmente da elevação do salário, acompanha de uma baixa do preço do trabalho etc., o aumento dos salários denota, no melhor dos casos, apenas a diminuição quantitativa do trabalho não pago que o trabalhador tem de executar." (MARX, [1867] 2013, p.695).



capital adiantado à produção seja repostado e, assim, seja possível a operação da mesma escala de produção na jornada de trabalho subsequente. O trabalhador no caso da ilustração acima deve trabalhar ao menos metade da jornada de trabalho estipulada para que o valor-capital adiantado à produção seja repostado e assegurada escala mínima de produção:

Por outro lado, o preço de custo da mercadoria não é, de modo algum, uma rubrica que só existe na contabilidade capitalista. A autonomização dessa parte de valor se faz valer o tempo todo praticamente na produção real da mercadoria, pois, por meio do processo de circulação, ela é sempre de novo retransformada de sua forma mercadoria na forma de capital produtivo, o portanto o preço de custo da mercadoria precisa recomprar constantemente os elementos de produção consumidos em sua produção. (MARX, [1894] 1988c, p.22).

Uma outra explicação para a forma-salário consistir na *necessária* representação do valor da força de trabalho é tornada evidente quando se toma a relação-capital em seu fluxo reprodutivo e agregado. Como se sabe, parte da jornada de trabalho é destinada à conservação da classe trabalhadora, de modo que esses produtores diretos devem se ocupar, antes de qualquer coisa, em produzir os fundos de meios de subsistência com os quais possam reproduzir e manter sua existência material. A jornada necessária dedicada à reprodução dos trabalhadores constitui, dessa maneira, um fundo de trabalho ou de meios de subsistência produzido pelos próprios produtores diretos visando sua autoconservação. Acontece que esse fundo de trabalho assume no capitalismo a forma-salário ou de um fundo pertencente à classe capitalista com a finalidade de pagar aos trabalhadores. Nota-se que a forma-salário procede a uma inversão pela qual o fundo de trabalho cessa de imediatamente aparecer como fundo de meios de subsistência constituído pelos produtores diretos em seu próprio benefício para, por meio da função de capital variável, empregar e manter os trabalhadores, desde que os últimos valorizem-no<sup>310</sup>. E a própria relação-capital ajuda a explicar tal fenômeno: os capitalistas como proprietários das condições objetivas do trabalho apropriam-se do produto-mercadoria e deduzem deste último uma parcela para pagamento do trabalho executado pelos trabalhadores durante a jornada. Assim, a parte do produto de valor que corresponde ao equivalente do valor da força de trabalho necessariamente deve exercer a forma-salário ou de pagamento pelo trabalho realizado, porque previamente o valor produzido na jornada já era representação sob

---

<sup>310</sup> "[...] um fundo de trabalho para a conservação da possibilidade desse trabalho vivo, isto é, da capacidade de trabalho só como capacidade viva, mas de tal forma que a capacidade de trabalho só pode se apropriar novamente de parte de seu próprio resultado destinado ao fundo de trabalho - de sua própria existência em forma objetiva -, só pode arrancá-la da forma de riqueza alheia a ela contraposta, na medida em que não só reproduz seu valor, mas também valoriza a parte do novo capital que representa as condições objetivas para a realização de um novo trabalho excedente e uma nova produção excedente, ou produção de valores excedentes. O próprio trabalho criou um novo fundo para utilização de novo trabalho necessário..." (MARX, [1857-1858] 2011, p.374). Ver também Marx ( [1861-1863]1985b, p.1464).

forma-mercadoria do capital variável valorizado<sup>311</sup>. Inversamente, admita-se que os produtores imediatos trabalhem com condições materiais de produção próprios e que dediquem metade da jornada de 12 horas para produzir os meios de subsistência indispensáveis à reprodução da força de trabalho diariamente empenhada em dado estágio de desenvolvimento das forças produtivas. A outra parte da jornada é aplicada à produção dos meios de subsistência para uso comunitário bem como formar um excedente de produção para cobrir necessidades variadas, tais como expandir as bases materiais da reprodução ou de resguardar a comunidade contra acidentes e catástrofes naturais. Nota-se uma nítida repartição da jornada assim como uma destinação funcional para cada uma delas. O fundo de trabalho não aparece aí como meio de pagamento da jornada inteira e nem como um fundo concedido por um terceiro agente visando sustentar os trabalhadores. Os produtores imediatos produzem por meio de condições próprias de trabalho diretamente a sua vida material e se apropriam sem intermediários do produto do trabalho<sup>312</sup>. No assalariamento, ao contrário, o fundo de trabalho adquire forma especificamente social e histórica de salário<sup>313</sup>, porquanto as

---

<sup>311</sup> "The labour fund rather assumes the form of capital vis-à-vis them. It appears as not only their product but a product which belongs to them, as the fund for their means of subsistence, which they constantly renew by their labour, but renew for themselves, in order to consume it as their labour fund. [...] the labour of the wage labourer appears as *paid*, but it only appears as paid because 1) the labour fund reproduced by the wage labourer constantly passes into the ownership of the capitalist, thus constantly confronts him as *variable capital*, as alien property, which he must constantly buy back as means of payment from the hands of a third party; 2) the *value* of his necessary labour, of the part of the labour he does for himself, confronts him as the *price* for the whole of the working day, necessary+surplus labour, and therefore the *whole* of the working day appears as paid; 3) his surplus labour therefore does not appear as separated from his necessary labour (separated spatially and temporally)." (MARX, [1861-1863]1994b, p. 213)

<sup>312</sup> "Let us imagine that the worker works with his own means of production, or, and this is the same thing, that he only works with alien means of production as long as is necessary to reproduce his wages (in the latter case the property of the capitalist in the means of production would only be *nominal*; they would not produce any surplus value for him, and would only serve to reproduce the [worker's] wages). In that case the fund from which he is paid or which he requires for the reproduction of his labour capacity, the fund of means of subsistence which is the natural condition for the renewal of his labour, would not confront him as *capital*. This fund would not *employ* him, he would rather *apply* the fund, constantly reproducing it, in order to maintain his life as a worker." (MARX, [1861-1863]1994b, p.212).

<sup>313</sup> "Therefore the fact that this labour fund confronts him as *variable capital*—as a *component of capital* at all—is merely a specific *social* form of this fund, a form which has nothing to do with its nature as a *labour fund*, or with the service it performs for the reproduction of the worker and, therefore, of his product as such. In *capitalist production*, this labour fund is constantly reproduced as a *mass of commodities* belonging to the capitalist, which the worker must constantly buy back, and in doing so he gives more labour than is contained in it. But he must *constantly buy it back* because he constantly reproduces it as *capital*. If he constantly reproduced it as his own labour fund, it would not confront him as *capital*. This is therefore only a particular *historical form of appearance* of his product (or rather of part of his product), which is admittedly very important for the shape of the production process or rather the reproduction process, but changes nothing, either in this labour fund, in so far as it is considered as use value, or in its character as the worker's own product, as the objectification of his own labour." (MARX, [1861-1863]1994b, p.212-213); "O capital variável é, pois, apenas uma forma histórica particular de manifestação do fundo dos meios de subsistência ou fundo de trabalho de que o trabalhador necessita para sua autoconservação e reprodução, e que ele mesmo tem sempre de produzir em todos os sistemas de produção social." (MARX, [1867] 2013, p.643).

condições objetivas do trabalho pertencem a um terceiro que emprega os produtores diretos sob a condição de valorizá-las como capital<sup>314</sup>. O produto gerado na jornada confronta-lhes como capital, de modo que não são os próprios trabalhadores que separam parte dele para reproduzir a própria vida e parte para outras finalidades não imediatas e sim o capitalista que reserva fração dele a título de pagamento de todo o trabalho realizado à sua produção. O valor da força de trabalho deve assim exprimir-se pela *forma-salário*, desde que as condições objetivas com que o produtor direto trabalha pertencem ao capitalista que, então, se apropria do produto do trabalho alheio como forma-mercadoria do seu capital valorizado<sup>315</sup>, parte do qual é empenhado aos trabalhadores como salário ou como pagamento pelo trabalho<sup>316</sup>. É nos *Manuscritos de 1861-1863* (mais do que no Livro Primeiro de *O capital*) que esse aspecto da necessidade da forma-salário como consequência de o fundo do trabalho apresentar-se sob a figura especificamente social de capital variável é fortemente realçado como se constata pela leitura do extrato abaixo:

With the *wage labourer* in contrast the *whole of his labour* appears as paid labour, because no part of his labour appears as belonging to him, and the whole of the product of his labour, even the part that merely forms his own consumption fund, renews his own means of subsistence, constantly presents itself at each moment as a product belonging to the capitalist, as *capital*. It is only because his necessary labour itself appears as labour *alien* to him that his total labour appears as *paid* labour; it is only because the product even of his necessary labour appears as a product *which does not belong to him* that it can appear as the *means of payment* for his labour. In order to present itself as means of payment it must pass beforehand into the hands of a third party, and then pass in turn, through purchase and sale, out of his hands and into the hands of the worker. It therefore only appears as *means of payment*, or the labour *fund* only appears as capital, because it is directly *appropriated*, not by the worker, but by the capitalist, because it is first taken, so that it can be given back. This constant divestiture is the condition for its appearance as a *fund of means of payment* of labour, as capital, instead of as a direct consumption fund. (MARX, [1861-1863]1994b, p. 215)

Por último, a representação deformada e invertida pela qual a forma-salário apresenta a relação assalariada atua como mecanismo de moderação de antagonismos intrínsecos à relação-capital que sem a vigência daquela representação poderiam culminar numa guerra

---

<sup>314</sup> "Surplus labor and necessary labor are not separated [no capitalismo], as they are under feudalism. Despite the illusion that 'surplus labor and necessary labor glide one into the other' [Livro I, O Capital] their division in capitalist production is as real as in precapitalist society, and wages are merely one historical form in which the direct producer obtains his means of subsistence. The phenomenal form of the payment of labor, wages, reflects the value of labor power." (WEEKS, 1981, p.70).

<sup>315</sup> "Portanto, a parte do valor que na reprodução está destinada a se transformar em salário, em rendimento para os trabalhadores, refluí inicialmente para as mãos do capitalista na forma de capital, ou melhor, de capital variável." (MARX, [1894] 1985a, p.286).

<sup>316</sup> "With the wage labourer, in contrast, the whole of his product is first converted into capital, in order to flow back to him subsequently in the form of wages." (MARX, [1861-1863]1988a, p.213).

aberta de classes<sup>317</sup>. Tudo isso porque os salários encobrem sob a aparência de trabalho voluntário a parte da jornada de trabalho fornecida gratuita e compulsoriamente; a forma-salário elimina da relação-capital suas antíteses imanentes<sup>318</sup>, apresentado-as como uma parceria na qual ambos os sócios ganham com a máxima produção, quer os capitalistas, de um lado, com maiores vendas e lucros quer os trabalhadores, de outro, com mais salários (que variam com a hora trabalhada e quantidade produzida).

Em suma, a forma-salário é uma representação do valor da força de trabalho, porém dissimulada, posto que encobre, sob a expressão "preço do trabalho", a divisão qualitativa da jornada e a conexão mútua entre suas partes necessária e excedente. É, todavia, uma forma de manifestação do valor da força de trabalho que realmente existe e não uma configuração de pensamento meramente imaginativa, uma consciência falsa da realidade que pudesse ser simplesmente dissipada através de intervenção racionalizante de um cérebro esclarecido. Ao contrário, é uma forma de tomada de consciência da realidade produzida necessariamente pelo modo de produção capitalista como uma peculiaridade sua; por intermédio dela, os agentes da produção capitalista realizam suas transações reais, mediante as quais o trabalhador pode continuamente ganhar sua vida e o capitalista, levar adiante seu negócio, sem que a ambos ocorra indagar o conteúdo verdadeiro de suas relações recíprocas. O salário é uma forma de manifestação necessária, posto que expressa relações reais (no caso, o intercâmbio entre capital e trabalho assalariado), embora de maneira deformada e invertida. Essa tomada de consciência falsificada e mistificada é, por seu turno, imprescindível para a reprodução em seu conjunto do sistema capitalista, pois oculta para uns o seu trabalho forçado e para outros a apropriação de trabalho alheio não pago, de maneira que o sistema pode prosseguir existindo, a despeito de transtornos e perturbações passageiras de ordem econômica sem que seja posto em questão o fundamento mesmo da riqueza capitalista<sup>319</sup>.

---

<sup>317</sup> "É precisamente a ilusão do contrato de trabalho que permite a reprodução mais ou menos pacífica daquela separação [entre o produtor direto e os meios de produção] e do ato de venda da força de trabalho. A exploração de classe se reproduz, então, na medida em que é ocultada dos agentes sociais. No modo de produção capitalista, a exploração é oculta. Desaparecem as ordens, e o produtor direto, que é um homem livre, fornece sobre-trabalho ao proprietário dos meios de produção aparentemente por escolha própria" (BOITO JR, A., 2001, p.95).

<sup>318</sup> "Finalmente, não se vê que na determinação simples do valor de troca e do dinheiro já está contida de forma latente a oposição entre salário e capital etc. Toda essa sabedoria, portanto, em nada mais consiste do que parar nas relações econômicas mais simples, as quais, tomadas autonomamente, são puras abstrações; abstrações que na realidade são mediadas pelas mais profundas antíteses e só mostram um lado, aquele em que a expressão das antíteses está apagada." (MARX, [1857-1858] 2011, p.191).

<sup>319</sup> "É precisamente a ilusão do contrato de trabalho que permite a reprodução mais ou menos pacífica daquela separação e do ato de venda da força de trabalho. A exploração de classe se reproduz, então, na medida em que é ocultada dos agentes sociais. Nos modos de produção pré-capitalistas, a exploração do trabalho é

### 3.3. A SEÇÃO SOBRE OS SALÁRIOS NO CONTEXTO DO LIVRO I DE *O CAPITAL*

Cabe, agora, inquirir por que Marx introduziu a forma-salário já no Livro Primeiro de *O capital*<sup>320</sup> que sabidamente trata do processo de produção e reprodução imediato do capital. Essa indagação é tanto mais importante quanto o próprio autor textualmente dizia reservar as "configurações" novas assumidas pelo processo de produção capitalista em seu conjunto para o planejado Livro III<sup>321</sup> de *O capital*, e tais configurações ostentariam formas de manifestação mais próximas da concretude da existência real capitalista<sup>322</sup> que paralelamente tornariam mais difícil o reconhecimento imediato do seu núcleo racional próprio<sup>323</sup>. E a forma salarial é uma dessas configurações, desde que expressa *diretamente* o valor da força de trabalho como preço do trabalho, tal como ocorre realmente nos movimentos cotidianos da produção capitalista<sup>324</sup>. Não obstante o caráter necessário dessa forma de manifestação, que a torna funcional para o prosseguimento normal do processo de reprodução do capital, ela é, contudo, também uma expressão na qual é perdido "cada vez mais o fio da conexão interna", ou seja, obscurece, pela *forma*, que o trabalhador vende, de fato, mercadoria

---

manifesta. A divisão em ordens (homens livres e escravos ou servos) constrange o produtor direto a fornecer sobre-trabalho aos membros da classe dominante. Tal fornecimento de sobre-trabalho é apresentado como obrigação inarredável do produtor. No modo de produção capitalista, a exploração é oculta. Desaparecem as ordens, e o produtor direto, que é um homem livre, fornece sobre-trabalho ao proprietário dos meios de produção aparentemente por escolha própria." (BOITO JR, A., 2001, p.96).

<sup>320</sup> Dussel também colocou a questão (mas infelizmente não a desenvolveu) quando disse: "Lo importante con respecto al libro I de *El capital* definitivo es que la cuestión del salario se sitúa no ya como la 'parte III' (después del 'capital en general' y la 'renta'), o al final de la sección III, punto '12': 'Capital y trabajo asalariado', sino en ellugar de la posterior "sección VI" de *El capital*. ¿Por qué cambió el plan? Éste será uno de los objetos de estudio cuando tratemos en otra obra estos aspectos de *El capital*" (DUSSEL, E. 1988, p.259).

<sup>321</sup> "[...] configurações do processo global (Livro III)." (MARX, [1867] 2013, p.81). Em *Prefácio da Primeira Edição de O Capital*.

<sup>322</sup> "As configurações do capital, como as desenvolvidas neste livro[Livro III], aproximam-se, portanto, passo a passo, das formas em que elas mesmas aparecem na superfície da sociedade, na ação dos diferentes capitais entre si, na concorrência e na consciência costumeira dos agentes da produção" (MARX, [1894] 1988c, p.21).

<sup>323</sup> "Mas, além disso: o processo real da produção como unidade do processo imediato da produção e do processo de circulação, gera novas configurações, em que cada vez mais se perde o fio da conexão interna, as relações de produção se autonomizam umas em relação às outras e os componentes do valor se ossificam entre si em formas autônomas"(MARX, [1894] 1985a, p.278).

<sup>324</sup> "It is necessary to subdivide this form in this way, as *value of labour* or *price of labour*, in which the *value of labour capacity* presents itself in practice and in its direct manifestation, in order to solve certain problems connected with the movement of wages. In considering the general relation we have only to take account by way of exception of this inverted form in which the value of labour capacity appears. This inverted form is, however, the way in which it appears in the real process of competition, where everything appears in an inverted form, and in the consciousness of both worker and capitalist." (MARX, [1861-1863]1994b, p.77).

força de trabalho, única representação "conceitual"<sup>325</sup> capaz de desvelar a divisão qualitativa da jornada de trabalho em partes diferenciais e mutuamente ligadas.

Um primeiro motivo apontado por Marx para a introdução do fenômeno salarial já na análise do processo de produção imediato do capital era a necessidade de criticar a falsidade das concepções de "igualdade, liberdade, e harmonia" que ornamentam o intercâmbio entre capital e trabalho assalariado, e que se respaldam justamente na forma salarial<sup>326</sup>. Para Marx, boa parte das falsificações e mistificações que o sistema capitalista desenvolve para preservar sua existência e guarnecer-se de questionamentos sérios sobre a legitimidade de seu regime de exploração tem sua origem nas deformações da forma derivada dos salários: "Com respeito ao capital variável - e este é o mais importante, porque é a fonte da mais-valia e porque tudo o que oculta sua relação com o enriquecimento do capitalista mistifica todo o sistema..." (MARX, [1894] 1988c, p.126)<sup>327</sup>.

Basta lembrar, sobre isso, que os salários representam a troca entre capital e trabalho assalariado como uma relação entre dois parceiros reciprocamente interessados no sucesso do empreendimento empresarial, pois suas remunerações são proporcionais à eficiência dos respectivos ativos possuídos. Por essa concepção, o trabalhador é socialmente igual ao capitalista, distinguindo-se dele apenas pela diferença qualitativa do ativo possuído, diferença essa que, entretanto, não traduz qualquer desigualdade econômica, posto que ambos são recompensados pela produtividade intrínseca do trabalho e do capital. Assim, o trabalhador, nessa forma de manifestação do assalariamento, executaria voluntaria e livremente seu trabalho segundo o próprio interesse, sem qualquer vestígio de coação por mais-trabalho por parte do capitalista. Marx julgava que os elementos teóricos desenvolvidos até a seção V de *O capital* (Livro Primeiro) ofereciam fundamentos suficientes para criticar os salários como forma transmutada que manifesta uma consciência deformada e invertida do existente, uma tarefa reputada por ele como decisiva em razão do papel central dos salários nos planos econômico e ideológico<sup>328</sup> na reprodução capitalista.

---

<sup>325</sup> "Let us look first at the *conceptual expression* [of labour capacity], and then at its *converted form*, as it appears on the surface—on the market." (MARX, [1861-1863]1994b, p.82).

<sup>326</sup> "Sobre essa forma de manifestação [o salário ou preço do trabalho], que torna invisível a relação efetiva e mostra precisamente o oposto dessa relação, repousam todas as noções jurídicas, tanto do trabalhador como do capitalista, todas as mistificações do modo de produção capitalista, todas as suas ilusões de liberdade, todas as tolices apologéticas da economia vulgar. (MARX, [1867] 2013, p.610).

<sup>327</sup> Altvater é preciso na sua observação: "[...] logo, a decifração do conceito de salário – de uma ideia de uso cotidiano – representa o pressuposto para a plena compreensão conceitual do processo capitalista global" (ALTVATER 1987, p.36).

<sup>328</sup> Marx chamou atenção desse aspecto dos salários na *Crítica ao Programa de Gotha*: "Desde a morte de Lassalle, impôs-se em nosso partido o ponto de vista científico de que o salário não é o que aparenta ser, isto

Outra razão dizia respeito à continuidade da aplicação da premissa de que a mercadoria força de trabalho fosse vendida por seu valor. Essa premissa fora empregada, como dito anteriormente, sob a justificativa de estudar-se mais facilmente a formação da mais-valia (e, por conseguinte, derivar o "segredo dos salários"). O valor diário da força de trabalho a fim de ser compatível com a duração de vida do trabalhador devia corresponder a um exercício da força de trabalho numa jornada de extensão e intensidade normal. Contudo, o desenvolvimento dos métodos de produção de mais-valia relativa, sobretudo os apoiados no progresso técnico e em mudanças nos métodos e na organização do trabalho social, criam condições para uma divergência imediata entre a quantia monetária recebida pelo trabalhador e o valor de sua força de trabalho (dado o valor do material monetário). A maquinaria permite que o processo de trabalho se subsuma realmente ao capital, deslocando os antigos saberes e habilidades do trabalhador manual e concedendo ao processo de trabalho um ritmo e uma dinâmica passível de um controle do capital numa dimensão inimaginável quando comparado com a cooperação simples e com a cooperação baseada na divisão do trabalho. O capital, graças ao prolongamento e à maior intensificação da jornada em relação à jornada usual, pode variar a oferta de trabalho de que dispõe sem precisar alterar o quadro de trabalhadores empregados. Ademais, o capital pode com o mesmo capital variável adiantado empregar número maior de trabalhadores mediante substituição de força de trabalho, cujas experiências e saberes são agora menos significativos para o andamento do processo de trabalho, por forças de trabalho subsidiárias mais baratas e predispostas à maior obediência ao comando capitalista, tais como trabalhadores do sexo feminino e de faixa etária mais jovem. Desse modo, o processo de trabalho sofre uma revolução desde sua concepção e planejamento (que ganham uma consistência puramente técnica graças à transformação da ciência numa força produtiva do trabalho intelectual apropriada pelo capital) até a implantação de uma estrutura material de produção formada por um sistema de máquinas integrado que proporciona ao fluxo de produção uma regularidade e continuidade completamente manejável pelo capital

---

é, o valor do trabalho ou seu preço, mas apenas uma forma disfarçada do valor ou do preço da força de trabalho. Com isso, foi descartada toda a concepção burguesa do salário até hoje, assim como toda a crítica a ela dirigida, e ficou claro que o trabalhador assalariado só tem permissão de trabalhar para sua própria vida, isto é, para viver, desde que trabalhe de graça um determinado tempo para o capitalista (por isso, também para aqueles que, juntamente com ele, consomem a mais-valia); que o sistema inteiro da produção capitalista gira em torno do aumento desse trabalho gratuito graças ao prolongamento da jornada ou do crescimento da produtividade, uma maior pressão sobre a força de trabalho etc.; que, por conseguinte, o sistema do assalariado é um sistema de escravidão e, mais precisamente, de uma escravidão que se torna tanto mais cruel na medida em que as forças produtivas do trabalho se desenvolvem, sendo indiferente se o trabalhador recebe um pagamento maior ou menor" (MARX, [1875] 2012, p.38-39).

segundo seu propósito de valorização. Ao capital abre-se a possibilidade de administrar a extensão e intensidade da jornada de trabalho conforme seu princípio de máxima extração de mais-trabalho sem ser obrigado a pagar compensação monetária aos trabalhadores ou sofrer resistências intransponíveis por parte destes. O fundamento material disso consiste, primeiramente, na autonomia técnica do processo produtivo e, depois, nas vantagens de explorar reservatório de força de trabalho suplementares à sua disposição formada justamente pela disseminação da nova base técnica pelos ramos decisivos da produção social.

A questão sobre a conveniência de manter-se a premissa de a força de trabalho ser vendida por seu valor mesmo após ter cumprido o papel de esclarecer a natureza da mais-valia não é nova nos escritos econômicos da maturidade de Marx. Nos *Grundrisse* Marx faz em certas passagens referências à forma-salário<sup>329</sup>, pois considerava, então, reservar a um estudo específico a análise dos movimentos dos salários, visto o referido esboço no qual trabalhava preocupar-se com o capital em geral e ser orientado pelo pressuposto de pagar-se ao trabalhador o valor da força de trabalho<sup>330</sup>. É nos *Manuscritos de 1861-1863* que a pertinência de relaxar tal premissa se impõe e a forma-salário introduz-se na análise.

Marx ocupou-se nos *Manuscritos de 1861/1863*<sup>331</sup> com os temas que constituiriam posteriormente o Livro Primeiro de *O capital*. A certa altura daqueles esboços (Caderno V) quando investigava a maquinaria no contexto da discussão do conceito de mais-valia relativa, Marx resolve suspender esse estudo para empreender uma reflexão de fôlego sobre teorias da mais-valia (total de 12 cadernos). Após esse empreendimento, Marx retorna à pesquisa que estava realizando sobre a maquinaria, e a retomada do curso de suas investigações revelou-lhe que a obtenção de mais-valia relativa através da nova base técnica concede ao capital capacidade de pagar à força de trabalho quantias monetárias distintas do custo real de reprodução do trabalhador e de sua família. Para Marx, as leis gerais sobre a mais-valia não são alteradas por aquela divergência, de sorte que o conhecimento sobre a natureza do capital em geral deve fundamentar-se na premissa de o preço coincidir com o valor da força de trabalho<sup>332</sup>. Contudo a dissociação entre preço e valor da força de trabalho é um fenômeno

---

<sup>329</sup> Marx ([1857-1858] 2011, p.647 e outras).

<sup>330</sup> "O sistema de pagamento do trabalho por peça dá certamente a aparência de que o trabalhador recebe uma parte determinada do produto [...] isso não nos interessa aqui, na consideração da relação geral" MARX ([1857-1858] 2011, p.221).

<sup>331</sup> Para um comentário sobre a vida de Marx na época em que redigia os *Grundrisse* e os *Manuscritos de 1861/1863* e uma discussão geral de sua estrutura consultar Dussel (1985 e 1988).

<sup>332</sup> "As we have often repeated, we always proceed, in our whole development, from the assumption that commodities, and therefore also labour capacity, are always paid for at their *value*, and we consider the changes in surplus value exclusively on this basis. The real cuts in wages, etc., conditioned by competition



cotidiano da produção capitalista, criada pela instauração da nova base técnica que não pode ser mais elidida pela pressuposição de que o trabalhador é pago pelo valor de sua força de trabalho. Cumpria, então, levar em conta a forma-salário como manifestação direta do valor da força de trabalho, analisar o seu segredo oculto e apontar as mistificações a que ela sujeita o entendimento da relação-capital. Ao lado disso, o movimento do mercado no qual são realizadas as transações cotidianas de mercadoria força de trabalho apresenta um curso real em que só por casualidade preço e valor coincidem imediatamente. E a forma-salário oferece instrumentos de análise para estudar esse movimento real e verificar que tal movimento não apenas acoberta a conexão entre trabalho necessário e trabalho excedente como também, em várias situações concretas, implica um rompimento entre tais partes da jornada de graves consequências para os trabalhadores (como será no próximo capítulo esclarecido):

This form becomes important when one is examining wages in their real movement. (MARX, [1861-1863]1994b, p.72-73).

It is necessary to subdivide this form in this way, as *value of labour* or *price of labour*, in which the *value of labour capacity* presents itself in practice and in its direct manifestation, in order to solve certain problems connected with the movement of wages. (MARX, [1861-1863]1994b, p.77).

Razão pela qual Marx resolve incluir nos *Manuscritos de 1861/1863* como parte do estudo sobre a mais-valia relativa a reflexão sobre a conversão do valor da força de trabalho em salário ou preço do trabalho, subitem denominado sugestivamente de "*Converted form of the value of labour capacity in the value or price of labour*" (MARX, [1861-1863]1994b).

No próprio desenvolvimento de seu pensamento no Livro Primeiro de *O Capital*, Marx já ensaiava uma transição para a seção sobre os salários. Na seção III, ao comparar a escravidão com o assalariamento, Marx afirmava que, pelo motivo de o trabalhador livre estabelecer um contrato de pagamento com o capitalista, a forma monetária em que é consumado esse contrato torna invisível a divisão da jornada de trabalho em trabalho necessário e trabalho excedente *forçado*: "Suponha que a jornada de trabalho seja de 6 horas de trabalho necessário e 6 horas de mais trabalho (...). Mas isso não é visível. O mais trabalho e o trabalho necessário confundem-se um com o outro" (MARX, [1867] 2013, seção III p.310). Ainda não estava posto naquele momento da seção III a necessidade de introduzir a

---

are therefore not mentioned here. Thus e.g. the supply of labour is increased by overtime, without any increase in the number of workers, or one group of workers is overworked, while the other group is entirely or partly unemployed. In this way an artificial oversupply of labour is created, with the result that the supply of those rendered unemployed by this overworking forces down wages altogether (also those of the employed)." (MARX, [1861-1863]1991a, p. p.386); "In considering the general relation we have only to take account by way of exception of this inverted form in which the value of labour capacity appears." (MARX, [1861-1863]1994b, p.77).

forma-salário, visto que Marx estava empenhado, então, com o esclarecimento da natureza da mais-valia, mas ele já alertava, sutilmente, que a forma monetária pela qual se efetua a venda da mercadoria força de trabalho continha germinalmente a expressão dissimulada do valor da força de trabalho. Por seu turno, o capítulo 13 sobre a "Maquinaria e Grande Indústria", pertencente à seção IV, analisa a formação de um reservatório de força de trabalho como consequência da ruína da produção manual incapaz de concorrer com a fábrica moderna bem como pelo deslocamento da força de trabalho pelo uso da maquinaria e conversão em assalariados potenciais de todos os membros aptos da família operária. Esse reservatório de trabalhadores momentaneamente excedente condiciona uma variação do preço da força de trabalho em relação ao custo de reprodução dessa mercadoria peculiar, o qual seria exigido compensar em face do maior grau de extensão e de intensidade do trabalho. O próprio preço relativo da força de trabalho fixa limite para uso vantajoso da maquinaria. Se o "salário verdadeiro" elevar-se acima momentaneamente do valor da força de trabalho, tornar-se-ia interessante para o capitalista substituir força de trabalho encarecida por maquinaria relativamente mais barata para assim diminuir o total de trabalho pago e em contrapartida elevar o trabalho não pago:

Considerando-se que a divisão da jornada de trabalho em trabalho necessário e mais-trabalho é diversa em diferentes países, assim como no mesmo país em diferentes períodos ou durante o mesmo período em diferentes ramos de negócios; e considerando-se, além disso, que o verdadeiro salário do trabalhador ora cai abaixo do valor de sua força de trabalho, ora aumenta acima dele, a diferença entre o preço da maquinaria e o preço da força de trabalho a ser por ela substituída pode variar muito, mesmo que a diferença entre a quantidade de trabalho necessária à produção da máquina e a quantidade total de trabalho por ela substituído continue igual [...] Em países há mais tempo desenvolvidos, a própria máquina produz, por meio de sua aplicação em alguns ramos de negócios, uma tal superabundância de trabalho em outros ramos, que a queda do salário abaixo do valor da força de trabalho impede aí o uso da maquinaria, tornando supérfluo e frequentemente impossível, do ponto de vista do capital, cujo lucro provém da diminuição não do trabalho aplicado, mas do trabalho pago. (MARX, [1867] 2013, p.466).

Embora Marx não mencione aqui explicitamente a *forma-salário*, vê-se, entretanto, que é indispensável ao menos invocá-la a fim de compreender certos fenômenos da produção capitalista desenvolvida como a viabilidade de substituição de força de trabalho por maquinaria e variação no grau de extensão e intensidade da jornada em relação ao normal.

A preparação final para a forma-salário é apresentada no capítulo 16 imediatamente antecedente à seção sobre os salários do Livro Primeiro. Naquele capítulo, Marx expõe os conceitos de trabalho não pago e trabalho pago como "sinônimos populares" para, respectivamente, trabalho excedente e trabalho necessário. Lembra que em algumas passagens tinha antecipado o emprego dessas expressões simplificadas (MARX, [1867] 2013, p.395-396

e p.466), mas sem se ocupar, então, em esclarecer-lhes o significado. Marx reconhece que elas podiam suscitar a confusão de que o capitalista paga ao trabalhador pelo trabalho executado<sup>333</sup>. Entretanto, a expressão trabalho pago quer simplesmente dizer que a parte da jornada destinada ao trabalho necessário à reprodução do trabalhador recebeu uma compensação do capitalista na forma de uma antecipação monetária concedida ao assalariado pela alienação provisória de sua força de trabalho. Essa parte da jornada de trabalho fora, de fato, paga pelo capitalista, pois por ela teve que adiantar uma porção de seu capital como capital variável. Já a parte da jornada representada pelo trabalho excedente, o capitalista recebe-a gratuitamente, porque não precisou dar por ela nenhuma compensação ou empenhar qualquer porção de seu capital para obtê-la (MARX, [1867] 2013, p.601-602).

Por outro lado, a fórmula trabalho pago e trabalho não pago aplicada para mais facilmente representar, respectivamente, o trabalho necessário à reprodução da força de trabalho e o mais-trabalho serve, em contrapartida, à própria elucidação crítica da forma-salário que se iniciaria, logo em seguida, no primeiro capítulo da seção VI intitulada de *O Salário*. Na medida em que deixa claro que parte da jornada de trabalho é dada pelo trabalhador gratuitamente (não obstante isto de modo algum transgredir a troca simples de equivalentes de valores-mercadorias), Marx fornece argumentos para demonstrar a falsidade de o salário representar o pagamento de toda a jornada de trabalho que o trabalhador põe à disposição do capitalista. Além disso, o salário aparecendo como uma soma paga pelo capitalista é colocada assim no mesmo plano dos desembolsos que são empenhados na compra dos meios de produção (ver seção 3.2 desta tese). Os desenvolvimentos teóricos empreendidos até a seção V do Primeiro Livro já ofereciam elementos para mostrar que a forma-salário encobre também diferença conceitual entre capital variável e capital constante no processo de formação da mais-valia.

Em suma, a suposição de que a mercadoria força de trabalho fosse vendida por seu valor cumprira sua finalidade - no decurso da análise das seções III e IV do Livro Primeiro - de demonstrar a formação da mais-valia normal nas suas duas modalidades principais. Entretanto, o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social engendrado pelos métodos de extração de mais-trabalho relativo cria condições para uma divergência imediata entre o valor da força de trabalho e sua forma monetária de expressão (supondo-se constante o valor do material monetário). Isto fora anteriormente notado por Marx no andamento de suas

---

<sup>333</sup> “O mal entendido a que a fórmula trabalho não pago/trabalho pago poderia conduzir – de que o capitalista pagaria o trabalho, e não a força de trabalho [...]” (MARX, [1867] 2013, p.601).

pesquisas no âmbito da redação dos *Manuscritos de 1861-1863*, quando decidiu num subitem do estudo sobre a mais-valia relativa refletir detidamente acerca da forma convertida do valor da força de trabalho; tal subitem inseria-se numa discussão que sucedeu as implicações do uso da maquinaria sobre a dinâmica do processo de trabalho e sobre a formação de uma população trabalhadora redundante. Era claro que diante desses impactos provocados pela maquinaria disseminada pelo processo social de produção capitalista não era mais possível para o estudo do processo de produção do capital manter a suposição de que valor e preço da força de trabalho eram imediatamente iguais, muito embora efetivamente o salário resultante das compensações de longo prazo nas variações do preço do trabalho pudesse refletir o valor da força média de trabalho:

This *value* of labour capacity expressed in money is its *price*, and we presuppose that it is paid, since we in general assume that equivalents are exchanged or that commodities are sold at their value. This price of labour is called the *wage*. The wage which corresponds to the value of labour capacity is its average price, as we have explained it; it is the *average wage*, which is also called the *minimum wage or salary*, whereby we understand by minimum not the extreme limit of physical necessity but the average daily wage over e.g. one year, in which are balanced out the prices of labour capacity during that time, which now stand above their value, and now fall below it. (MARX, [1861-1863]1988a, p.52)

Na abertura do capítulo 15 do Livro Primeiro Marx anuncia: "Suponha que: 1) as mercadorias sejam vendidas por seu valor; 2) o preço da força de trabalho suba eventualmente acima de seu valor, porém jamais caia abaixo dele" (MARX, [1867] 2013, p.587). Estaria dada concretamente a possibilidade de a conexão mútua entre trabalho necessário e trabalho excedente não apenas ser encoberta pela forma monetária de expressão do valor da força de trabalho, mas suprimida tal conexão, com o trabalhador, em algumas conjunturas do movimento dos salários, recebendo uma quantia de dinheiro insuficiente em relação à força de trabalho despendida numa jornada excessivamente longa e extenuante. A expressão monetária do valor da força de trabalho "(...) e o grau de sua exploração deixam de ser grandeza reciprocamente comensuráveis" (MARX, [1867] 2013, p.594), transmutando-se aquela em forma-salário. Nota-se, então, que a transfiguração do valor da força de trabalho em salário era um desdobramento necessário dos desenvolvimentos da maquinaria e dos seus impactos sobre a estrutura técnica do processo de trabalho (que permitiam o capitalista ter acesso virtualmente a todo tempo de trabalho excedente disponível na jornada) e sobre a dinâmica do mercado de trabalho. Na medida em que era inevitável introduzir os salários já no âmbito do Livro I, urgia a necessidade igualmente de denunciar o que tinha de

dissimulado, invertido e mistificado nessa forma de manifestação assim como deixar clara a funcionalidade dessa tomada de consciência social<sup>334</sup>.

---

<sup>334</sup> A leitura do seguinte trecho da carta de Marx a Engels datada de junho de 1867 (ano da publicação do Livro I): “*How is the value of the commodity transformed into its price of production, in which 1. the whole of the labour appears paid for in the form of wages; 2. the surplus-labour, however, or the surplus-value, assumes the form of an addition to the price, and goes by the name of interest, profit, etc., over and above the cost-price (=price of the constant part of capital+wages). Answering this question presupposes: I. That the transformation of, for example, the value of a day's labour-power into wages or the price of a day's labour has been explained. This is done in Chapter V [Seção VI, Livro I] of this volume.*” (MARX, Karl. [1864-68]1987a, p.390) permite Rosdolsky concluir o seguinte sobre a inclusão da parte VI sobre *O salário* no Livro I de *O Capital*: “Tomou essa decisão para construir um elo intermediário necessário para a teoria dos preços de produção que deveria expor mais tarde, no terceiro tomo” ROSDOLSKY ([1968] 2001, p.65). Em contraste, a interpretação defendida nesta tese buscou se apoiar na teoria da forma-salário e nos elementos textuais oferecidos por Marx no desenvolvimento do Livro I.

#### 4. O MOVIMENTO DOS SALÁRIOS

Mostrou-se anteriormente como o valor da força de trabalho transmutou-se em salário, depois como essa forma convertida dissimula o conteúdo que lhe é intrínseco e, finalmente, discutiu-se a necessidade que concede a essa forma de consciência social funcionalidade na reprodução do sistema capitalista. Em determinada passagem dos *Manuscritos de 1861-1863*, Marx observa que a forma de manifestação direta ajuda a compreender *certos fenômenos*<sup>335</sup> do *movimento dos salários*<sup>336</sup>.

O *movimento dos salários*<sup>337</sup> é apresentado, neste capítulo, como derivado primariamente da busca por majoração da taxa de mais-trabalho pelo processo de produção do capital<sup>338</sup>. Para atingir este fim, o capital pode manobrar o grau de extensão e de intensidade do trabalho assim como desenvolver as forças produtivas. Em consequência dessas iniciativas, o valor diário da força de trabalho precisa reajustar-se para refletir ou o maior desgaste do trabalhador e a duração mais breve de sua vida ativa (com grau superior de intensidade e de extensão da jornada com dada a produtividade) ou a variação do valor dos meios de subsistência habituais (produtividade variável e dada a jornada de intensidade usual). O salário nominal alinhar-se-ia *automaticamente* com o novo custo diário de reprodução normal do trabalhador (corrigido pela variação da jornada ou da produtividade), desde que fosse presumido que a força de trabalho fosse vendida por seu valor. Todavia, não cabe mais, agora, a premissa de a mercadoria força de trabalho seja transacionada por seu custo de reprodução, porque já se consumou sua transmutação na figura irracional do preço do trabalho. Por outro lado, no momento em que se examina a questão salarial, *o próprio movimento* dos salários em

---

<sup>335</sup> "It is necessary to subdivide this form in this way, as *value of labour* or *price of labour*, in which the *value of labour capacity* presents itself in practice and in its direct manifestation, in order to solve certain problems connected with the movement of wages." (MARX, [1861-1863] 1994a, p.77).

<sup>336</sup> Paolo Giussani e Michel Vale realçam essa importância quando asseveram (todavia, sem discutir): "Marx deals with the price of labor in the whole of section 6 of the first volume of Capital. Albeit rather neglected, the wage form (price of labor) is rather important in order to explain the movement of the wage level." (GIUSSANI; VALE, 1992, p.26, nota 12).

<sup>337</sup> "De início, devemos observar que as leis que regem a variação de grandeza do preço da força de trabalho e do mais-valor, leis que foram expostas no capítulo 15, transformam-se, mediante uma simples mudança de forma, em leis do salário" (MARX, [1867] 2013, p.613); "No capítulo 15, examinamos as múltiplas combinações que podem produzir uma variação na grandeza absoluta ou relativa (isto é, comparada com o mais-valor) do valor da força de trabalho, enquanto, por outro lado, a quantidade de meios de subsistência em que se realiza o preço da força de trabalho pode percorrer um movimento diferente ou independente da variação desse preço. Como já observamos, a simples tradução do valor – ou, conforme o caso, do preço – da força de trabalho na forma exotérica do salário faz com que todas aquelas leis se transformem em *leis do movimento do salário*. O que *no interior desse movimento* aparece como combinação variável pode aparecer..." (MARX, [1867] 2013, p.613, grifo nosso).

<sup>338</sup> "So it is not a change in the supply of labor-power, not the movement of the working class that is decisive for the level of wages, but rather change in the demand from capital, *its* movement." (LUXEMBURG, [1907-1914] 2013, s.p.)

relação ao novo valor diário da força de trabalho deve ser analisado e não simplesmente pressuposto.

Como discutido anteriormente (capítulo 2, seção 2), para colocar em prática a intenção de pressionar o salário nominal para os níveis mais apropriados ao propósito de majorar a taxa de valorização do capital variável, os capitalistas valem-se do poder objetivo conferido pela subsunção do processo de trabalho (que facilita pronta substituição de trabalhadores de perfis de qualificação superiores por inferiores e deslocamento de parcela de força de trabalho viva por maquinaria mais produtiva) e da existência de massa de trabalhadores de reserva disponível no mercado (cuja pressão concorrencial obriga os da ativa a aceitar o trabalho extensivo ou intensivo em excesso). Contudo, *no movimento dos salários*, além dessa mencionada força objetiva do capital, também atua a função *necessária* de consciência social invertida da forma-salário pela qual os trabalhadores concebem os seus rendimentos monetários como devendo estar em consonância com o grau de duração e eficiência do trabalho realizado no ato laborativo. Objetiva-se neste capítulo justamente estudar o movimento dos salários conforme o entendimento de que a forma-salário é um modo necessário de tomada de consciência social, que como tal interfere na maneira como o fenômeno da dinâmica salarial é percebido pelos agentes da relação-capital bem como nas reações que empenham para ora aproveitar-se ora defender-se de seus efeitos.

A análise do movimento cotidiano dos salários inicia-se com a variação do grau de extensão da jornada supondo as demais variáveis como dadas (seção 4.1). Esse ponto de partida é justificável quer porque historicamente a produção capitalista toma como pressuposto a estrutura técnica existente do processo de trabalho quer porque se trata de um expediente de elevação da taxa de mais-valia prontamente à mão para os capitalistas, aplicado com resultados imediatos favoráveis sem implicar custos onerosos de exploração. Entretanto, o sobretrabalho extensivo empregado desmesuradamente suscita reações da sociedade, que nas suas lutas logra fixar limites máximos cada vez menores para a extensão da jornada. O capital é forçado a buscar alternativas ao prolongamento excessivo da jornada, encontrando-as tanto através do desenvolvimento das forças produtivas aproveitando-se do caráter social do trabalho (seção 4.2) quanto mediante a adoção de sobretrabalho intensivo (seção 4.3). Em todas essas seções, presumiu-se que o valor do material monetário é constante. Contudo, num único texto (no seu discurso na *Associação Internacional do Trabalho* em 1865), Marx examina o movimento do salário assumindo variação do valor do material monetário com dada jornada de trabalho (em extensão e intensidade) e constante produtividade (seção 4.4.).

Na última seção (4.5) realiza-se uma reflexão das principais características do movimento dos salários em seu conjunto.

O presente estudo do movimento dos salários serviu-se de numerosas simulações numéricas (apoiadas em pressupostos teóricos devidamente justificados pelo *desenvolvimento do conceito da forma-salário*) com base nas quais se pôde mais facilmente discorrer sua linha argumentativa assim como realçar-lhes as principais conclusões. Nas aludidas simulações, constam cálculos das *medidas reais* dos salários (absolutos e relativos) construídos com o intuito de repercutir os efeitos da conjuntura salarial sobre a situação de vida material dos trabalhadores. As medidas quantitativas nominais da forma-salário (justamente por levarem à concepção de que os rendimentos monetários são expressão do trabalho realizado e não representação subjacente do custo de reprodução da mercadoria força de trabalho) impossibilitam aos trabalhadores imediatamente divisarem os impactos de dada conjuntura salarial sobre sua existência material e social, fato que uma vez desnudado pelo salário real (absoluto e relativo) torna sua mensuração procedimento fundamental da análise dos movimentos cotidianos do preço do trabalho.

#### 4.1. PROLONGAMENTO EXCESSIVO DA JORNADA DE TRABALHO E O MOVIMENTO DOS SALÁRIOS. INTENSIDADE E PRODUTIVIDADE CONSTANTES.

##### 4.1.1. Condições e motivações para o sobretrabalho extensivo<sup>339</sup>

Os limites da extensão da jornada de trabalho têm aspectos, ao mesmo tempo, definidos e indefinidos<sup>340</sup>. A extensão da jornada de trabalho deve ser no mínimo superior ao tempo de trabalho necessário à reprodução da força de trabalho. Dessa maneira, o limite mínimo da jornada de trabalho tem contorno indefinido com sua primeira parte sendo destinada à reprodução do trabalhador e um tempo de trabalho excedente que ao menos proporcione alguma valorização do capital variável. Em contrapartida, o limite máximo é definível e determinável. Na ótica dos trabalhadores, a jornada de trabalho não pode se estender ao ponto de inviabilizar a satisfação de certas necessidades puramente naturais (que

<sup>339</sup> "In this context we must distinguish between two things. *Firstly* the new conditions in which the worker finds himself and which enable the capitalist forcibly to prolong labour time. *Secondly* the motives which impel capital to undertake this operation." (MARX, [1861-1863]1988a, p.331).

<sup>340</sup> "The limits of the working day are however indistinct..."(MARX, [1861-1863]1988a, p.181); "We have till now supposed that the *working day* has given limits. The working day, however, has, by itself, no constant limits. It is the constant tendency of capital to stretch it to its utmost physically possible length, because in the same degree surplus labour, and consequently the profit resulting there from, will be increased. The more capital succeeds in prolonging the working day, the greater the amount of other people's labour it will appropriate." (MARX, [1865]1985c, p.140-141); "A jornada de trabalho é, pois, determinável, mas é, em verdade, indeterminada." (MARX, [1867] 2013, p.306).



no seu modo de atendê-las são imediatamente sociais), como cuidados e manutenção da vitalidade do corpo através de repouso, relaxamento, higiene e alimentação. Esses cuidados demandam uma parcela do dia natural e não podem ser comprimíveis sob pena de impedir a reprodução normal da força de trabalho e acarretar uma destruição progressiva de suas qualidades úteis, fato do qual pode até culminar com a perda prematura de sua representatividade de valor de troca para o trabalhador. Além desse conjunto de necessidades fisicamente imprescindíveis, os trabalhadores desenvolvem, em cada época histórica, um conjunto de hábitos e necessidades genuinamente produzido pelo grau de civilização da sociedade, como tarefas comunitárias, encontros religiosos, políticos e esportivos, enfim, compromissos em funções demandadas por sua posição na sociedade. O atendimento desse conjunto de necessidades sociais, variáveis com o grau de desenvolvimento material da sociedade, tomam uma parte importante da vida fora do ambiente do trabalho assalariado, e que, igualmente, constitui elemento do processo de reprodução do trabalhador, no sentido de que, sem esse elemento, seu desempenho produtivo seria abalado bem como reduzido o período de vida funcional da sua força de trabalho<sup>341</sup>. Entretanto, a satisfação dessas necessidades físicas e sociais oscila dentro de certos limites, desde que o processo de reprodução da vida do trabalhador dificilmente o emancipará de ser possuidor exclusivo da mercadoria força de trabalho. Com efeito, tais limites não são tangivelmente determinados, variando conforme o próprio desenvolvimento material e cultural da sociedade à qual pertence a classe trabalhadora. É por esse motivo que a jornada de trabalho não pode se estender além de certo limite máximo posto, com isso, colidir-se com necessidades sociais e fisicamente indispensáveis à reprodução dos trabalhadores; porém, esse limite máximo caracteriza-se por ser dinâmico e elástico<sup>342</sup>, tendendo a contrair-se à medida que os trabalhadores incorporem a seu estilo de vida mais hábitos e necessidades sem, com isso, ofender a condição de assalariado livre para ser explorado pelo capital (LUXEMBURG, Rosa., 2013 [1907-1914] ; MANDEL, 1985; GIUSSANI, P.; VALE, M. 1992).

---

<sup>341</sup> "There are, however, natural barriers to the duration of the daily labour time of a particular individual. Leaving aside the time required for the intake of food, the individual needs sleep, relaxation, needs a break during which labour capacity and its organ can enjoy the rest without which they are incapable of continuing the work or starting afresh. The *day* itself can be characterised as the natural measure of labour's duration, and indeed in England the 12 hour day is called the 'working day'." (MARX, [1861-1863]1988a, p.181). A esse propósito ver também Marx ([1867] 2013, p.337).

<sup>342</sup> "A variação da jornada de trabalho se move, assim, no interior de limites físicos e sociais, porém ambas as formas de limites são de natureza muito elástica e permitem as mais amplas variações." (MARX, [1867] 2013, p.306).

Por seu turno, o capitalista tem interesse imediato na máxima extensão da jornada de trabalho. Acertadamente, o capitalista, como todo comprador de mercadoria, acha-se no direito de usufruir plenamente o máximo possível do valor de uso específico da mercadoria força de trabalho<sup>343</sup>. Nos capítulos precedentes, adotou-se o pressuposto de uma jornada de trabalho delimitada normalmente com o intuito de examinar a formação da mais-valia absoluta pelo prolongamento do período de trabalho além do necessário à reprodução normal da força de trabalho assim como constatar o empenho do capital em explorar ao máximo o tempo de trabalho excedente disponível de dada jornada através da aplicação de métodos de produção de mais-valia relativa. Contudo, enquanto tal a jornada de trabalho não tem um limite máximo determinável para o capitalista, que tende, pelo contrário, estendê-la tanto quanto possível uma vez que a quantidade de mais-trabalho extraída de seus trabalhadores (dado o grau de intensidade e produtividade) variará diretamente com o prolongamento da jornada<sup>344</sup>. E Marx não se cansava de repetir em seus escritos econômicos maduros que o motivo determinante do capital é a máxima extração de mais-valia. Por outro lado, graças ao desenvolvimento de um modo de produção especificamente capitalista apoiado predominantemente na produção de mais-valia relativa, o capital dispõe de meios para realizar, sem obstáculos intransponíveis, a sua finalidade de explorar ao máximo o tempo de trabalho excedente disponível<sup>345</sup>. O capital, agora, pode ser negligente<sup>346</sup> com a duração de vida do trabalhador e prolongar excessivamente a jornada de trabalho, porque, mediante a maquinaria

---

<sup>343</sup> "O capitalista se apoia, portanto, na lei de troca das mercadorias. Como qualquer outro comprador, ele busca tirar o maior proveito possível do valor de uso da mercadoria". (MARX, [1867] 2013, p.308).

<sup>344</sup> "We have seen that the capitalist pays labour capacity its equivalent, and that the valorisation of labour capacity beyond its value does not stand in contradiction to this operation, which occurs according to the law of the exchange of commodities — namely the law that commodities exchange in proportion to the labour time contained in them, or in proportion to the labour time required to produce them—on the contrary, that it proceeds from the specific nature of the use value of the commodity which is being sold here. Hence the degree to which labour capacity is valorised by the capitalist, or the extent to which the duration of labour time in the actual production process is increased, appears to be a matter of complete indifference, i. e. it does not appear to be given by the nature of the relation itself." (MARX, [1861-1863]1988a, p.182); "Uma de suas partes é, de fato, determinada pelo tempo de trabalho requerido para a reprodução contínua do próprio trabalhador, mas sua grandeza total varia com a extensão ou duração do mais-trabalho." (MARX, [1867] 2013, p.306).

<sup>345</sup> "Em geral, tão logo se apodera de um ramo de produção - e, mais ainda, quando se apodera de todos os ramos decisivos da produção-, o modo de produção especificamente capitalista deixa de ser um simples meio para a produção do mais-valor relativo. Ele se converte, agora, na forma geral, socialmente dominante, do processo de produção. Como método particular para a produção do mais-valor relativo, ele atua: em primeiro lugar, apoderando-se de indústrias que até então estavam subordinadas apenas formalmente ao capital; ou seja, atua em sua propagação; em segundo lugar, na medida em que as mudanças nos métodos de produção revolucionam continuamente as indústrias que já encontram em sua esfera de ação." (MARX, [1867] 2013, p.579).

<sup>346</sup> "O capital não se importa com a duração da vida da força de trabalho. O que lhe interessa é única e exclusivamente o máximo de força de trabalho que pode ser posta em movimento numa jornada de trabalho." (MARX, [1867] 2013, p.338).

e a organização segundo suas próprias diretrizes do processo de trabalho, criou-se uma massa de trabalhadores redundantes prontamente disponível para ser explorada. E, depois, foi superada a resistência levantada pelo antigo operariado manufatureiro ao ingresso de forças de trabalho femininas e juvenis quer porque o processo de trabalho com a maquinaria ganha autonomia em relação ao trabalho vivo direto quer porque o salário do chefe tradicional de família operário caiu tão dramaticamente que obrigou a conversão dos membros aptos do núcleo familiar em assalariados potenciais<sup>347</sup>. Desse modo, o desenvolvimento da produção especificamente capitalista, fundamentando-se na contínua transformação da base técnica, promove as condições materiais que tornam possível o capital mobilizar crescentemente trabalho com pequena ou nula variação na quantidade de trabalhadores ocupados<sup>348</sup>.

A produção de mais-valia absoluta é consideravelmente incrementada com o prolongamento excessivo da jornada de trabalho sem implicar acréscimo proporcional de valor-capital adiantado. Para obter massa crescente de trabalho, o capitalista não precisa arcar com desembolso adicional de capital variável. O montante de salários pagos pode permanecer o mesmo ou até declinar graças à substituição de trabalhadores de perfil mais qualificado e de salários relativamente mais altos por forças de trabalho mais simples e baratas. Por outro lado, a escala maior de produção, com jornada de trabalho estendida, não requer ampliação do parque fabril (introdução de máquinas e equipamentos adicionais bem como construção de edificações mais espaçosas para abrigar mais meios de trabalho e trabalhadores) como de fato ocorreria se a expansão da escala de produção estivesse baseada numa jornada de extensão e intensidade fixa. Possivelmente, o único custo adicional que o capitalista assumiria com o prolongamento excessivo da jornada de trabalho incidiria sobre a compra de matérias-primas e auxiliares bem como despesas gerais (luz, água, telefonia, etc.) e de manutenção dos meios de trabalho que mais extensivamente utilizados requereriam maior volume de gastos com

---

<sup>347</sup> "In looking at 1) we have firstly to consider the converted form of labour, its apparent ease, which transfers all muscular exertion to the machinery, and similarly all skill. For the first reason, prolongation does not initially come up against physical impracticability; the second change breaks the resistance of the worker, who can no longer dig his heels in because his dexterity, still predominant under the system of manufacture, has now been broken; instead of this capital is able to replace skilled workers by unskilled ones, who therefore are more under its control. Then the new class of workers, who enter the situation as a determining element, alter the character of the whole workshop, and by their nature are more obedient to the despotism of capital. The element, namely, of female and child labour. Once the working day has been prolonged forcibly by tradition, generations are required, as in England, before the workers are capable of bringing it back to its normal limits. Thus the prolongation of the day beyond its natural limits, night work, is an offshoot of the factory system." (MARX, [1861-1863]1988a, p.331). Ver complementarmente Marx [1867] 2013, p.480).

<sup>348</sup> "É tendência do capital tanto tornar o trabalho humano (relativamente) supérfluo como pressionar o trabalho humano de maneira desmedida." (MARX, [1857-1858] 2011, p.323).

reparo e limpeza<sup>349</sup>. Com isso, o prolongamento desmedido da jornada é amplamente favorável ao capitalista, pois com mesmo ou inferior capital variável obtém uma massa acrescida de mais-valia sem que essa taxa de valorização do capital variável mais alta implicasse, para ser alcançada, onerosos custos de exploração (capital constante e despesas gerais)<sup>350</sup>.

Não obstante a extração dessa mais-valia absoluta consistir no motivo principal<sup>351</sup> que impele o capital a prolongar a jornada, o desenvolvimento da maquinaria produz novas razões tão ou mais importantes para o trabalho extensivo em excesso<sup>352</sup>. A maquinaria precisa, de tempos em tempos, ficar inativa para atender alguma necessidade do processo de produção, como, por exemplo, manutenção e limpeza ou parada planejada por força de processos físico-químicos do objeto do trabalho em elaboração. Todavia, ociosidade forçada, (por motivo não diretamente vinculado à necessidade do processo produtivo) representa um custo adicional imprevisto na forma de cobertura de despesas com a conservação dos equipamentos a fim de deixá-los em condições posteriores de uso normal. Logo, o contínuo movimento do trabalho vivo reduz substancialmente essas despesas extraordinárias que não decorrem do desgaste natural do uso e sim do risco de destruição prematura da funcionalidade do meio de trabalho por falta de uso.

Com efeito, a maquinaria pode sofrer desgaste moral pelo aparecimento de um exemplar aperfeiçoado ou pela introdução de um novo modelo que realiza as mesmas operações de maneira mais eficaz e produtiva. Como se sabe, o valor da maquinaria é transferido ao produto à medida de seu uso e isso abrange uma sucessão repetida de vários

---

<sup>349</sup> "With absolute surplus value, the raw material must increase if the labour time is prolonged. But the quantity of labour and the quantity of constant capital (in so far as the latter grows at all, hence only the part of it which is formed by raw material) remain in a *constant* ratio, and grow in a constant ratio." (MARX, [1861-1863]1994b, p.15)

<sup>350</sup> "Every acceleration of turnover, which permits him to exploit the same quantities of labour with a *lessened capital outlay*—since the rapidity of circulation lessens the size of the capital that needs to be laid out and allows the same operations to be carried out with a smaller amount of capital—reduces the production costs of the exploitation and increases his capacity of disposition over his capital." (MARX, [1861-1863]1994b, p.13). Consultar também Marx ([1861-1863]1988a, p.185, 1991, p.380 e [1867] 2013, p.711).

<sup>351</sup> "The main proposition that applies here is that the surplus value the capitalist makes derives not from the labour *replaced* by the machine, but from the labour which is employed on the basis of machinery." (MARX, [1861-1863]1991a, p.379).

<sup>352</sup> "The introduction of machine labour, etc., both provides new motives for the prolongation of absolute labour time, and at the same time facilitates this, since it robs the labour of its singularity, so to say." (MARX, [1861-1863]1994b, p.112); "Ela [a maquinaria] cria, por um lado, novas condições que permitem ao capital soltar as rédeas dessa sua tendência constante e, por outro, novos incentivos que aguçam sua voracidade por trabalho alheio" (MARX, [1867] 2013, p.476).

processos de trabalho<sup>353</sup>. Esse valor, todavia, não é determinado pelo tempo de trabalho que efetivamente custou a produção da maquinaria operante, mas o tempo de trabalho socialmente necessário para produzir o último exemplar mais eficaz e aperfeiçoado. Dessa maneira, o capitalista corre risco de seu capital constante investido na maquinaria sofrer perda irreparável, caso os novos modelos aperfeiçoados incorporados pela maioria de seus concorrentes aconteça num momento em que o seu atual maquinário encontra-se ainda longe de concluir sua vida funcional. O prolongamento desmedido da jornada aparece, então, como meio de os capitalistas remediarem o perigo de uma desvalorização abrupta de seu capital constante<sup>354</sup>.

A luta dos capitalistas por mais-valia extra suscita novas motivações para o prolongamento desmesurado da jornada de trabalho. O capital individual que emprega maquinaria revolucionária apropria-se da diferença entre o trabalho potenciado pelas condições extraordinárias em que atua a força de trabalho média e o trabalho socialmente médio que regula o valor social do produto-mercadoria do ramo de atividade. Contudo, essa mais-valia extra é provisória, desaparecendo assim que a maquinaria revolucionária torna-se o meio de trabalho usual para toda a classe dos capitalistas do ramo. Por seu turno, esse caráter temporário da mais-valia extra enseja, nos capitalistas pioneiros, o desejo de usufruí-la o máximo possível durante o seu período de vigência, cuja duração pode ser ainda mais abreviada a depender do caráter da luta entre os capitalistas e da ausência de obstáculos à movimentação dos capitais entre os diversos ramos da produção social. O prolongamento desmedido da jornada de trabalho surge, assim, como expediente acessível aos capitalistas para que, no período de vigência momentânea da mais-valia extra, seja maximizada a

---

<sup>353</sup> "Machinery, etc., is valorised over a lengthy period, during which the same labour process is constantly repeated in order to produce new commodities. This period is determined by calculating the average time it takes for the whole value of the machinery to be transferred to the product. The extension of labour time beyond the limits of the normal working day shortens the period over which the capital laid out in the machinery is replaced by the total amount of production." (MARX, [1861-1863]1988a, p.332)

<sup>354</sup> "Trata-se da bela prova de que, sob o domínio do capital, a utilização da maquinaria não encurta o trabalho, mas o prolonga. O que ela encurta é o trabalho necessário, não o necessário para o capitalista. Como o capital fixo é desvalorizado quando não empregado na produção, o seu crescimento está associado à tendência de perpetuar o trabalho".(MARX, [1857-1858] 2011, p.699); "O lucro cresce mais rápido. Pois há rotação mais rápida do capital fixo..." (MARX, [1861-1863]1985b, p. 1354); "And additionally: When new machinery is introduced the improvements come thick and fast. Thus a large part of the old machinery constantly loses part of its value or becomes entirely unusable before it has passed through its circulation period, or its value has re-appeared in the value of the commodities. The more the reproduction period is curtailed, the slighter this danger is, and the more the capitalist is able, the value of the machinery having returned to him in a shorter period, to introduce the new improved machinery and sell cheaply the old machinery, which can again be profitably employed by another capitalist, since it enters into his production as from the outset the representative of a smaller magnitude of value." (MARX, [1861-1863]1988a, p.332-333). Ver a propósito Marx ([1867] 2013, p.477-478).

exploração do trabalho potenciado. Com efeito, a generalização da nova maquinaria acarreta severa retração da massa de mais-valia normal, pois um menor número de trabalhadores é explorado pelo capital variável a dada taxa de mais-valia geral<sup>355</sup>. Essa repercussão lesiva<sup>356</sup> aos capitalistas pode ser, todavia, compensada com a substituição das atuais forças de trabalho empregadas por outras de menor salário, de maneira que o barateamento do capital variável aplicado atenua a contração da massa de mais-valia normal. Outra compensação que os capitalistas podem se valer consiste justamente no prolongamento da jornada de trabalho que amenizaria a influência negativa da maquinaria sobre o número de trabalhadores empregados com pronunciada elevação na taxa de exploração<sup>357</sup>.

Existe ainda uma parcela de capitais individuais que, em virtude de não dispor de meios econômicos para operar nas novas condições técnicas de produção, seria alijada do mercado com a generalização das novas máquinas, mas que pode, mesmo assim, continuar atuando graças à obtenção de uma mais-valia satisfatória. O quadro 6 ilustra essa situação.

---

<sup>355</sup> "Now the yield in surplus value is determined by two moments: the rate at which the individual worker is exploited, or the share of surplus labour in the working day of an individual worker, and, secondly, the number of workers simultaneously employed, the number exploited by a given capital. The introduction of machinery lessens the latter moment, while it raises the former. It raises the surplus labour time of the individual worker, but it lessens the number of workers simultaneously exploited by a particular capital. The same method, therefore, which has a tendency to raise the rate of surplus value, has at the same time the antagonistic tendency to weaken the other moment, which acts equally to determine the amount of surplus value." (MARX, [1861-1863]1991a, p.379).

<sup>356</sup> Marx destaca nos *Grundrisse* o caráter contraditório da extração da mais-valia possibilitada pela maquinaria declarando: "Por outro lado, no que diz respeito agora às muitas jornadas simultâneas de trabalho necessário [...] a tendência do capital [...] é de reduzi-las a um mínimo, isto é, de pôr como não necessárias o maior número possível dessas jornadas e de reduzir agora as jornadas de trabalho necessárias em relação ao total do tempo de trabalho objetivado [...] Aqui já se encontram, portanto, todas as contradições que foram expressas como contradições [...] O capital, como pôr do trabalho excedente, é igualmente e no mesmo momento pôr e não pôr do trabalho necessário; o capital só é à medida que o trabalho é e ao mesmo tempo não é." (MARX, [1857-1858] 2011, p.324).

<sup>357</sup> "This antagonistic tendency of exploitation based on machinery [reduzir a massa de mais valia pela diminuição de numero empregado de trabalhadores] impels the extension of absolute labour time." (MARX, [1861-1863]1991a, p.379. Consultar também Marx ([1867] 2013, p.479-480).



QUADRO 6 - EXTENSÃO DA JORNADA DE TRABALHO COMO MECANISMO DE SOBREVIVÊNCIA DAS EMPRESAS QUE ATUAM EM CONDIÇÕES INFERIORES

Condições de produção	C <sup>(3)</sup>	Produto de valor						m' (em %)	Valor do produto global (em xelins)	Q <sup>(4)</sup>	Valor unitário individual (em xelins)	Valor social unitário (em xelins)
		v		m		total						
		\$	H	\$	H	\$	H					
Sociais superiores	12	5	10	1	2	6	12	20	18	24	0,75	-
Condição inferior <sup>(1)</sup>	6	5	10	1	2	6	12	20	12	12	1	-
Condição inferior <sup>(2)</sup>	8	3	12	1	4	4	16	33,3	12	16	1	0,75

FONTE: Elaboração própria a partir de Marx ([1861-1863]1988a, pp.327-328)

(1) Condição inferior de produção antes da generalização do uso da maquinaria revolucionária

(2) Condição inferior de produção pós-generalização e extensão da jornada de trabalho

(3) capital constante consumido em xelins

(4) quantidade produzida

Admita-se que as condições superiores engendradas pela maquinaria revolucionária passem a regular o valor social do produto-mercadoria do ramo. As empresas que operavam nas velhas condições inferiores seriam expulsas do mercado, porque não conseguiriam obter mais-valia costumeira para continuar operando nas novas condições ao mesmo tempo que, por hipótese, não disporiam de capital no volume mínimo para implementar modernização dos processos de trabalho correntes. A alternativa seria, então, estender a jornada de trabalho além do normal<sup>358</sup>. Presume-se, para facilitar, que as empresas atuantes nas condições inferiores visem manter o mesmo valor do produto global que anteriormente apuravam, o que pelo novo valor unitário social da mercadoria (0,75 xelins) implicaria maior quantidade produzida (16 unidades). Para atingir esse volume acrescido de produção, as empresas precisariam, com a base técnica disponível, estender a jornada para 16 horas, circunstância que demandaria consumo suplementar de capital constante. Assuma-se que o dispêndio de capital constante aumente proporcionalmente com a elevação da jornada. Em consequência, o produto de valor declinará para 4 xelins, de sorte que os capitalistas atuantes nas velhas condições de produção só alcançariam conservar o montante de mais-valia costumeiro (1 xelim) se pagassem pela força de trabalho média dos trabalhadores empregados um salário menor do que o anteriormente efetuado. Abstraindo-se de cogitações sobre esse *movimento* do salário a ser recorrido proximamente na ótica da *forma*, conclui-se que aqui o trabalho em excesso (combinado com salário abaixo do necessário) seria acionado com o objetivo de manter ativas

<sup>358</sup> "One of the first effects of the introduction of new machinery, before it has become dominant in its branch of production, is *to prolong* the labour time of those workers who continue to work with the old, imperfect means of production." (MARX, [1861-1863] 1988a, pp.327-328).

empresas capitalistas que, na ausência de tais expedientes, deixariam de existir por impotência competitiva<sup>359</sup>.

#### 4.1.2. Variação da extensão da jornada e os salários

O capital tende pelos motivos enunciados a prolongar desmesuradamente a jornada de trabalho. Vale-se, para isso, do controle do processo de trabalho assegurado pela nova base técnica e da contribuição do reservatório de força de trabalho redundante, o qual passa ser continuamente alimentado pelas mutações permanentes na organização, na metodologia de produção e nos meios de trabalho empregados no processo de trabalho. Cabe nesse momento iniciar estudo dos impactos da variação da extensão da jornada sobre o movimento dos salários. Antes, porém, vale destacar algumas medidas de salários estudadas por Marx em seus escritos econômicos.

A primeira medida refere-se ao salário nominal definida como a quantia em dinheiro recebido pelo trabalhador segundo contrato laboral<sup>360</sup>. O salário nominal expressa diretamente e de modo transmutado, como já se observou, o preço da força de trabalho<sup>361</sup>. O salário real, por sua parte, representa a massa de meios de subsistência que dado montante de salário nominal pode comprar<sup>362</sup>. Supõe-se que os meios de subsistência normais que compõem o custo real de reprodução da força de trabalho sejam determinados quantitativa e qualitativamente para a época de referência do estudo. Assim, o salário real experimentará um ganho se o poder de compra do salário nominal superar o volume de meios de subsistência ou o *salário real necessário* que nas condições dadas garantem a reprodução normal da força de trabalho; inversamente, o salário real expressará uma perda para o trabalhador se o salário

---

<sup>359</sup> "If he works as a wage labourer, hence necessarily also works surplus time, then however much the absolute labour time is prolonged, average surplus labour for the capitalist will only emerge through a reduction of his wage below the previous average, i.e. he works more hours but less of them are appropriated by him personally, not because his labour has become more productive but because it has become less productive, not because he creates the same quantity of product in less labour time but because the quantity falling to his share is reduced". (MARX, [1861-1863]1988a, pp.327-328).

<sup>360</sup> "A soma de dinheiro que o trabalhador recebe por seu trabalho diário, semanal, etc. constitui a quantia de seu salário nominal, ou do seu salário estimado segundo o valor." (MARX, [1867] 2013, p.613).

<sup>361</sup> "Disto concluímos, portanto, que o salário nominal, o equivalente da força de trabalho em dinheiro..." (MARX, [1867] 2013, p.632).

<sup>362</sup> "Desse modo, a distinção entre o valor de troca da força de trabalho e a massa dos meios de subsistência em que se converte esse valor reaparece agora como distinção entre o salário nominal e o salário real" (MARX, [1867] 2013, p.613); "The real, actual wage, therefore, is the sum of means of subsistence that the worker obtains, whereas the money wage is only the nominal wage." (LUXEMBURG, Rosa [1907-1914] 2013, s.p.). "The real wage corresponding to the value of labor power must be such as to secure the normal production and reproduction of labor power over the average lifetime." (GIUSSANI; VALE, 1992, p.7).



nominal adquirir apenas certa fração da massa de meios de subsistência habituais ou do correspondente *salário real necessário*.

A última definição a ser sublinhada é a dos salários relativos que são calculados como a proporção dos salários no produto de valor da jornada de trabalho<sup>363</sup>. Pode ser interpretada como uma medida da distância da posição social recíproca dos trabalhadores e capitalistas perante o valor produzido<sup>364</sup>. É uma medida salarial de decisiva importância, pois, quando invocada nas lutas operárias, revelaria grau de "penetração na consciência"<sup>365</sup> dos trabalhadores de que o crescimento do valor produzido deveria ser, ao menos em parte, transferido a seus reais produtores<sup>366</sup>. Os salários relativos indicariam, assim, que os trabalhadores não são meras coisas do processo de trabalho pertencentes ao capital e inteiramente a seu dispor como os demais objetos produtivos, mas, inversamente, pessoas dotadas de consciência e vontade, cujas necessidades em grande medida deixam-se influenciar pela conexão social entre as classes que pode ser exprimida pelo salário relativo<sup>367</sup>.

---

<sup>363</sup> Marx ora mensura o salário relativo como proporção da mais-valia ora como fração do valor produzido. No presente estudo utiliza-se, por conveniência, a última definição.

<sup>364</sup> "Além disso, na luta das duas classes – que emerge necessariamente com o desenvolvimento da classe trabalhadora-, a medida da distância recíproca, que é expressa justamente pelo salário como proporção, passa a ser decisivamente importante" (MARX, [1857-1858] 2011, p.496); "The working day as a whole does not grow along with the growth in relative surplus value, hence relative labour time. It therefore follows that there is only a fall in the *proportion* in which the worker participates in his own working day. There is a fall in relative wages, or the weight of capital rises in relation to labour." (MARX, [1861-1863]1988a, p.241); "Relativamente, porém, isto é, *comparado com o mais-valor*, o valor da força de trabalho diminuiria continuamente, ampliando, assim, o *abismo entre as condições de vida do trabalhador e as do capitalista*" (MARX, [1867] 2013, p.590, grifo nosso); "Although the labourer's absolute standard of life would have remained the same, his *relative* wages, and therewith his *relative social position*, as compared with that of the capitalist, would have been lowered" (MARX, [1865]1985c, p.139).

<sup>365</sup> "A aparência de troca desaparece no processo do modo de produção fundado no capital. Por meio do próprio processo e de sua repetição é posto aquilo que é em si, ou seja, que o trabalhador obtém do capitalista, como salário, só uma parte de seu próprio trabalho. E isso, então, também *penetra tanto na consciência* dos trabalhadores quanto na dos capitalistas". (MARX, [1857-1858] 2011, p.496, grifo nosso).

<sup>366</sup> "Sob certo aspecto, isso é tão verdadeiro que traz consigo a forma aparente do escambo, da troca, de modo que o trabalhador, quando a concorrência lhe permite barganhar e disputar com o capitalista, mede suas pretensões no lucro do capitalista e reclama uma participação determinada no mais-valor por ele criado, de maneira que a *proporção* devem um momento real da própria vida econômica." (MARX, [1857-1858] 2011, p.496); "[...]ter voz na partilha da riqueza social..." (MARX, [1867] 2013, p.686).

<sup>367</sup> "O valor do salário tem de ser calculado não de acordo com a quantidade dos meios de subsistência que o trabalhador recebe e sim pela quantidade de trabalho que custam esses meios de subsistência (de fato, pela proporção da jornada de trabalho da qual ele mesmo se apropria), segundo a participação relativa que o trabalhador tem no produto global, ou antes, no valor global desse produto. É possível que, estimado em valores de uso (quantidade de mercadoria ou dinheiro), o salário suba (com a produtividade constante), mas caia segundo o valor, e vice-versa. Um dos grandes méritos de Ricardo é ter examinado, fixado como categoria, o salário relativo ou proporcional. Até então, o salário sempre fora considerado algo simples, e o trabalhador, em consequência, um animal. Mas agora passa a ser visto em sua conexão social. A posição social recíproca das classes depende mais dos salários relativos do que do montante absoluto dos salários" (MARX, [1861-1863]1980b, p.850).

Uma vez esclarecido o significado dessas medidas salariais, chega-se o momento de analisarem-se algumas situações possíveis para o movimento dos salários como função do prolongamento da jornada. Distinguem-se duas situações principais (quadro 7 abaixo): a primeira (Situação I) é baseada na premissa de que o valor diário da força de trabalho eleva-se na mesma proporção do prolongamento a jornada de trabalho; a segunda (Situação II) presume que o valor diário da força de trabalho eleva-se conforme é estendida a jornada trabalho em relação ao habitual, porém a uma taxa mais do que proporcional. Essas suposições apoiam-se em observação de Marx segundo a qual o valor diário da força de trabalho é calculado tendo em vista uma jornada de dimensão normal em extensão e intensidade (dadas as demais circunstâncias); o seu prolongamento além da extensão habitual implicaria um incremento no desgaste da força de trabalho que demandaria um reajuste nos custos diários de reprodução do trabalhador. Para facilitar o cálculo das medidas hipotéticas, admitiu-se, na primeira situação, que o reajuste do valor da força de trabalho é diretamente proporcional à taxa de incremento da jornada (quadro 8 abaixo). Contudo, vale advertir que ultrapassado indefinido limite a expansão da jornada ocasiona desgaste acelerado da força de trabalho<sup>368</sup>. Para espelhar tal possibilidade, assumiu-se, nas simulações da situação II, que o valor diário da força de trabalho eleva-se numa taxa igual ao incremento da jornada multiplicado arbitrariamente por um fator corretor de 10%. Essas suposições sobre a variação do valor da força de trabalho são importantes, pois do cálculo do custo diário de reprodução do trabalhador é que se mensura a grandeza absoluta e relativa do salário real. Em cada situação examina-se uma série de casos conforme se depreende do Quadro 7 abaixo.

---

<sup>368</sup> "Até certo ponto, o desgaste maior da força de trabalho, inseparável do prolongamento da jornada, pode ser compensado com uma remuneração maior. Além desse ponto, porém, o desgaste aumenta em progressão geométrica ao mesmo tempo que se destroem todas as condições normais de reprodução e atuação da força de trabalho"(MARX, 2013, p.594); "O valor da força de trabalho aumenta de acordo com seu desgaste, isto é, com a duração de seu funcionamento e de modo proporcionalmente mais acelerado do que o incremento da duração de seu funcionamento"(MARX, 2013,p.616).

QUADRO 7 - SITUAÇÕES E RESPECTIVOS CASOS DE VARIAÇÃO DOS SALÁRIOS E PROLONGAMENTO DA JORNADA

Situações	Casos
I) Valor da força de trabalho eleva-se proporcionalmente com o prolongamento da jornada	1) Salário nominal eleva-se na mesma medida do valor da força de trabalho
	2) Salário nominal eleva-se acima do valor da força de trabalho
	3) Salário nominal eleva-se menos do que o valor da força de trabalho
	4) Salário nominal mantém-se constante
(II) Valor da força de trabalho eleva-se mais do que proporcionalmente com o prolongamento da jornada	1) Salário nominal eleva-se menos do que o valor da força de trabalho
	2) Salário nominal mantém-se constante

FONTE: Elaboração própria

QUADRO 8 - VALOR DA FORÇA DE TRABALHO E JORNADA DE TRABALHO (SITUAÇÃO I)

Situação	Jornada de trabalho (em horas)	Valor força de trabalho		Meios de subsistência necessários			
		(em xelins)	Em horas	Quantidade (unidades)	Valor total		Valor unitário(em xelins)
					(em xelins)	Em horas	
normal	12	3,0	6,0	30	3,0	6,0	0,1
I	14	3,5	7,0	35	3,5	7,0	0,1

FONTE: Elaboração própria

Com efeito, vale advertir que os números que servem de base para o cálculo das medidas salariais são totalmente arbitrários ainda que estabelecidos conforme as disposições conceituais anteriormente expostas. Os exercícios simulados (devidamente amparados nos fundamentos teóricos previamente discutidos nos capítulos 1 e 2) não têm propósito de ser um reflexo fiel do movimento real dos salários, mas, antes, meio auxiliar no entendimento de suas principais características, tais como sugeridas por Marx nos seus escritos econômicos maduros (em especial nos *Manuscritos de 1861-1863* e no capítulo 15 do Livro I de *O Capital*).

Na situação I, destacam-se quatro casos (quadro 7). Admite-se constante o valor do material monetário e dada a produtividade do trabalho nos ramos vinculados à reprodução da força de trabalho. O quadro 9 abaixo ilustra o caso 1:

QUADRO 9 - SALÁRIO NOMINAL, SALÁRIO REAL E SALÁRIO RELATIVO (CASO 1)

Casos	JT	Produto de valor (em xelins)	Valor da força de trabalho		Salário nominal		Salário real (em xelins)		Salário relativo (em %)	
			\$	H	\$	H	\$	H	Nominal <sup>(1)</sup>	Real <sup>(2)</sup>
Normal	12	6,0	3,0	6,0	3,0	6,0	3,0	6,0	50	50
1	14	7,0	3,5	7,0	3,5	7,0	3,5	7,0	50	50

FONTE: Elaboração própria a partir de Marx ([1867] 2013, p.593-594, [1861-1863]1988a, 234-235, [1861-1863]1994b, p.67-68, [1861-1863]1985b, 1354-1355, [1863-1864] 1994c, p.348)

$$(1) \text{ salário relativo nominal} = \frac{\text{salário nominal}}{\text{produto de valor}}$$

$$(2) \text{ salário relativo real} = \frac{\text{salário real}}{\text{produto de valor}}$$

Suponha que a jornada se estende de seu nível habitual de 12 horas para 14 horas diárias (Quadro 9). Anteriormente, já se discutiu as motivações bem fundamentadas dos capitalistas para se empenharem em prolongar a jornada, não sendo necessário agora repeti-las. Como se vê, os salários nominais elevam-se para o mesmo nível do novo valor reajustado da força de trabalho (caso 1). A própria forma-salário fornece explicação para esse realinhamento de sua medida nominal. Os trabalhadores ao observarem o prolongamento da jornada prontamente concluirão que o preço do trabalho elevou-se e não aceitarão receber a mesma quantia nominal de antes para uma jornada mais extensa, levando, assim, seriamente<sup>369</sup> a noção, devida à forma-salário<sup>370</sup>, de que são pagos pelo tempo que trabalham para o capitalista. Além disso, os trabalhadores quando ingressam na esfera produtiva não têm consciência imediata de que sua força de trabalho em ação em condições sociais médias é portadora de valor novo; constataam apenas que sua força de trabalho funciona de certa maneira concreta, de sorte que se essa função particular resultou em mais valores de uso à medida que a jornada se estendeu, parece-lhes correto reivindicar reajuste nominal dos salários como pagamento dessa função laboral. Com efeito, os trabalhadores, de modo algum, pela forma-salário estão interessados naquilo que dão ao capital e sim no montante nominal que recebem<sup>371</sup>; sabem, por experiência, que trabalhando mais horas por dia terão que comprar mais mantimentos para restaurarem sua disposição para trabalhar. O prolongamento

<sup>369</sup> "[...]o trabalhador leva a sério a aparência do salário..." (MARX, [1867] 2013, p.629).

<sup>370</sup> "[...] já que ele [o trabalhador] só vende realmente a força de trabalho, ou melhor, algo que se exterioriza, e para ele [o trabalhador], como se mostrou anteriormente, o preço da força de trabalho, na base do modo de produção capitalista, se representa necessariamente como preço do trabalho [...]"(MARX, [1894] 1985a, p.274).

<sup>371</sup> "Since the purpose of labour is for the wage labourer wages alone, money, a definite quantity of exchange value, in which any specific characteristics of use value have been extinguished, he is completely indifferent to the *content* of his labour, and therefore to the specific character of his activity." (MARX, [1861-1863]1994b, p.101); "Portanto o trabalhador está interessado principalmente no que recebe, na quantia nominal do salário, e não no quanto que ele dá, na quantidade de trabalho"(MARX, [1867] 2013,p.615, nota 33).

da jornada sem nenhum incremento nominal dos salários implicaria impacto análogo à alta dos preços dos meios de subsistência. Como qualquer vendedor de mercadoria que, ao constatar alta nos custos dos insumos necessários à sua produção, trata logo de barganhar reajuste no preço final, assim também reagem os trabalhadores quando se veem diante de um encarecimento relativo de seus meios de subsistência habituais<sup>372</sup>. Por outro lado, desde que conseguem negociar um reajuste salarial proporcional ao aumento do valor da força de trabalho, o caso 1 (quadro 9) em exame reflete uma situação favorável aos trabalhadores, provavelmente indicando que os mecanismos (anteriormente discutidos) de que se valem os capitalistas na mesa de negociação para impor sua vontade ou estão parcialmente disponíveis ou se encontram por qualquer razão momentaneamente enfraquecidos.

Antes de comentar as demais medidas dos salários é oportuno esclarecer a metodologia de cálculo do salário real que norteia este estudo (quadro 10).

QUADRO 10 - METODOLOGIA DE CÁLCULO DO SALÁRIO REAL

Jornada de trabalho	Salário nominal (em xelins)	Valor da força de trabalho (em xelins)	Meios de subsistências			Salário real (em xelins)
			valor unitário (em xelins)	Quantidade (em unidades físicas)		
				normal	efetiva	
12	3,0	3,0	0,1	30	30	3,0
14	3,5	3,5	0,1	35	35	3,5
14	3,0	3,5	0,1	35	30	2,5

FONTE: Elaboração própria

Conforme a hipótese da situação I (quadro 7), o valor da força de trabalho eleva-se proporcionalmente com a jornada de trabalho. Suponha-se que, para o exercício diário da força de trabalho numa jornada de 12 horas, o trabalhador precise consumir 30 unidades físicas de meios de subsistência (quantitativa e qualitativamente normais). Assumindo-se que a jornada de trabalho se estenda para 14 horas, o valor da força de trabalho subiria, aplicando-se a premissa da situação I, de 3 xelins para 3,5 xelins, correspondendo agora a 35 unidades de meios de subsistência necessários. Se, por exemplo, o salário nominal se mantivesse inalterado, a despeito desse prolongamento da jornada, a quantia de 3 xelins compraria efetivamente 30 unidades ao valor unitário de 0,1 xelins (Quadro 10). Acontece, entretanto,

<sup>372</sup> "On the basis of the present system labour is only a commodity like others. It must, therefore, pass through the same fluctuations to fetch an average price corresponding to its value. It would be absurd to treat it on the one hand as a commodity, and to want on the other hand to exempt it from the laws which regulate the prices of commodities [...] He must try to get a rise of wages in the one instance, if only to compensate for a fall of wages in the other." (MARX, [1865]1985c, p.143).

que o trabalhador deveria comprar 35 unidades, visto ser esta a massa de meios de subsistências que deveria consumir para normalmente reproduzir sua força de trabalho de acordo com a nova jornada de trabalho. O trabalhador, nessa condição, compraria com 3 xelins 5 unidades a menos do que necessitaria, volume que, ao valor unitário de 0,1 xelins, representaria 0,5 xelins. Se essa quantia for subtraída do salário nominal, então se teria, aproximadamente, o equivalente real (2,5 xelins) do montante nominal de 3 xelins. É como se, por analogia, sucedesse uma alta dos preços unitários de meios de subsistência (de 0,1 para 0,12 xelins) que levasse o trabalhador a comprar com 3,5 xelins não a quantidade de meios de subsistência necessários e habituais (35 unidades) e sim apenas o volume de 30 unidades. O montante de 3 xelins para a jornada de 14 horas, quando deveria receber 3,5 xelins para sua reprodução normal, equivaleria ao pagamento de 2,5 xelins para uma jornada de 12 horas, quantia inferior ao necessário (3 xelins) para autoconservação média. Feito esse esclarecimento sobre o cálculo do salário real, pode-se retornar ao estudo do caso 1 (situação I).

Pelo caso 1 (quadro 9), o salário nominal ajustou-se perfeitamente ao novo valor da força de trabalho, de maneira que o salário real mantém-se *constante* ou compra precisamente a quantidade normal de meios de subsistência necessários. Por conseguinte, as medidas nominal e real do salário relativo não se alteraram, indicando aparentemente estabilidade na distância social entre capitalistas e trabalhadores. Contudo, enquanto os trabalhadores apenas alcançam com o realinhamento de seu salário nominal com o custo real de reprodução da força de trabalho preservar o salário real, os capitalistas, por seu turno, aumentam seu poder econômico, visto que a quantidade de mais-trabalho fornecida assim como a mais-valia apropriada expandem-se com o prolongamento da jornada (quadro 11). Não obstante esse ganho justifique, como se viu, o assédio do capital à maior extensão da jornada, a taxa de mais-valia ou grau de valorização do capital variável manteve-se, contudo, inalterado (Quadro 11).

QUADRO 11 – MAIS-VALIA E TAXA DE MAIS-VALIA (CASO 1)

Casos	JT	Produto de valor (em xelins)	Mais-valia (nominal) <sup>(1)</sup>		Mais-valia efetiva <sup>(2)</sup>		Taxa de mais-valia nominal <sup>(3)</sup> (em %)	Taxa de mais-valia efetiva <sup>(4)</sup> (em %)
			\$	H	\$	H		
Normal	12	6,0	3,0	6,0	3,0	6,0	100	100
1	14	7,0	3,5	7,0	3,5	7,0	100	100

FONTE: Elaboração própria a partir de Marx ([1867] 2013, p.593-594, [1861-1863]1988a, 234-235, [1861-1863]1994b, p.67-68, [1861-1863]1985b, 1354-1355, [1863-1864] 1994c, p.348)

(1) Produto de valor (-) salário nominal

(2) Produto de valor (-) salário real

(3) taxa de mais – valia nominal =  $\frac{\text{mais-valia nominal}}{\text{salário nominal}}$

(4) taxa de mais – valia efetiva =  $\frac{\text{mais-valia efetiva}}{\text{salário real}}$

Apesar do sucesso no realinhamento do salário nominal ao novo valor da força de trabalho e na sustentação da fatia no valor produzido com a estabilidade nominal e real do salário relativo, a situação dos trabalhadores efetivamente piorou quando comparada com a que vigorava imediatamente antes do prolongamento da jornada de trabalho (supõe-se que de partida o salário nominal estivesse alinhado com o valor da força de trabalho). Isso porque o trabalhador tem uma força de trabalho cujo valor global é dado (conforme a premissa dos exercícios simulados deste subitem) para determinada duração prevista de vida ativa. O que o trabalhador obtém diariamente a título de salário nominal é apenas uma fração daquele valor global da força de trabalho a receber durante a sua vida laboral (dadas demais circunstâncias) e que corresponde, aproximadamente, ao desgaste que ela experimenta nas jornadas diárias. Na medida em que essa jornada se estende além do habitual, o desgaste aumentado da força de trabalho acarreta diminuição no prazo de duração útil da vida do trabalhador, de modo que aquele dado valor global será repartido por um período menor de funcionamento da força de trabalho<sup>373</sup>. Logo, a majoração do valor diário da força de trabalho que acompanha a jornada mais extensa significa meramente reajuste dos custos diários de reprodução em relação a um período mais curto de duração da vida do trabalhador. Se o trabalhador logra neutralizar com

<sup>373</sup> “Embora nesse caso não se altere a pura relação quantitativa entre trabalho necessário e trabalho excedente - e esse é o único caso em que ambos podem crescer de maneira uniforme-, a exploração do trabalho, apesar disso, terá crescido, tanto por prolongamento quanto por intensificação (compactação) da jornada, desde que esta não seja ao mesmo tempo reduzida (como o foi pela lei das dez horas). O trabalhador encurta a duração de sua força de trabalho, esgota-a em proporção muito maior que aquela em que aumenta o salário, e se torna ainda mais intensamente peça de máquina. Mas, além disto, se vive talvez 20 anos com a jornada normal, e com outra apenas 15, venderá o valor de sua força de trabalho, num caso, em 15 anos e, no outro, em 20. Num caso tem ela de se repor em 15 anos e, no outro, em 20.” (MARX, [1861-1863]1985b, p.1203); “Não menciona a única exceção possível dessa lei, a saber, quando se prolonga a jornada de trabalho, e o trabalhador e capitalista continuam com as respectivas cotas nesse prolongamento, mas mesmo então, uma vez que o valor da força de trabalho se consumirá com mais rapidez - em menos anos -, a mais-valia sobe às custas da vida do trabalhador, e sua força de trabalho se deprecia em relação à mais-valia que fornece ao capitalista.” (MARX, [1861-1863] 1985b, p.1203).

o realinhamento do salário nominal o custo diário da reprodução mais elevado, tal feito apenas lhe garantirá que, durante sua abreviada vida laboral, o valor de troca global da força de trabalho seja integralmente repost. É inegável que pior seria se esse valor de troca fosse apenas parcialmente repost. Por outro lado, não se pode subestimar o fato de o trabalhador dispor da força de trabalho como mercadoria comercializável por um período mais breve de vida útil, visto que essa circunstância realçar, sobretudo, sua condição assalariada, ou seja, possuidor exclusivo de uma mercadoria que prematuramente descartada do mercado põe o seu detentor na contingência de perder seu único meio de sobrevivência<sup>374</sup>.

Além do caso 1 examinado, o prolongamento da jornada pode associar-se a uma elevação nominal do salário maior (caso 2, Quadro 7) ou menor (caso 3, Quadro 7) do que o incremento do valor da força de trabalho. O salário nominal pode finalmente manter-se constante (caso 4, Quadro 7). Analisa-se adiante cada uma desses casos da situação I.

No caso 2 (Quadro 12), o prolongamento da jornada é acompanhado de uma elevação nominal dos salários acima do novo valor diário reajustado da força de trabalho. Os capitalistas impõem uma carga maior de mais-trabalho, porém os trabalhadores conseguem promover um realinhamento nominal do salário que condiciona um importante ganho real. As medidas nominal e real do salário relativo experimentam, como consequência, uma elevação, revelando uma ligeira diminuição da distância social relativa da posição dos trabalhadores perante a do capital. Por outro lado, a mais-valia (Quadro 13) quando considerada nominalmente (a diferença entre o produto de valor e o salário nominal) apresenta com o prolongamento da jornada um pequeno ganho. Todavia, tomada em sua dimensão efetiva (resultante da dedução do produto de valor pelo salário real) a mais-valia cai, refletindo justamente o fato de a expansão da jornada ocorrer numa proporção inferior à alta nominal do salário. A taxa de valorização efetiva do capital variável (exprimindo a grandeza relativa da mais-valia efetiva) é negativamente afetada pela melhoria do poder aquisitivo do salário. Enquanto, porém, o capital perde em taxa de apropriação de mais-trabalho alheio, o trabalhador ganha em termos de ampliação de desfrutes de vida ou até mesmo recuperação do padrão de vida tradicional deteriorado durante aqueles períodos em que o salário nominal estava estacionado abaixo do valor da força de trabalho. Esse caso é revelador da diferença da

---

<sup>374</sup> E, assim, refugiar-se na camada estagnada da superpopulação relativa para encontrar meios de sobrevivência irregulares e mal pagos ou quedar-se em definitivo no pauperismo e na dependência da assistência pública. (MARX, [1867], 2013, cap.23 e [1857-1858] 2011, p. 507-508). Sobre isso afirma Gough: "The worker is compelled to sell his labour power to capitalist firms by economic necessity; the alternative is starvation, the workhouse or a life on social security." (GOUGH, 1979, p. 23).



posição econômica dos agentes principais do processo de produção capitalista: o prejuízo do capital se limita à dimensão da riqueza abstrata, expressa num declínio da valorização do capital variável adiantado; a perda ou ganho dos trabalhadores afetam, ao contrário, as suas condições vitais de existência<sup>375</sup>.

QUADRO 12 - SALÁRIO NOMINAL, SALÁRIO REAL E SALÁRIO RELATIVO (SITUAÇÃO I, CASO 2)

Casos	JT	Produto de valor (em xelins)	Valor da força de trabalho		Salário nominal		Salário real (em xelins)		Salário relativo (em %)	
			\$	H	\$	H	\$	H	Nominal <sup>(1)</sup>	Real <sup>(2)</sup>
Normal	12	6,0	3,0	6,0	3,0	6,0	3,0	6,0	50	50
2	14	7,0	3,5	7,0	3,8	7,6	4,1	8,2	54	59

FONTE: Elaboração própria a partir de Marx ([1861-1863]1988a, 234-235, [1861-1863]1994b, p.67-68, [1861-1863]1985b, p.1203, p.1354-1355)

$$(1) \text{ salário relativo nominal} = \frac{\text{salário nominal}}{\text{produto de valor}}$$

$$(2) \text{ salário relativo real} = \frac{\text{salário real}}{\text{produto de valor}}$$

QUADRO 13 – MAIS-VALIA E TAXA DE MAIS-VALIA (CASO 2)

Casos	JT	Produto de valor (em xelins)	Mais-valia (nominal) <sup>(1)</sup>		Mais-valia efetiva <sup>(2)</sup>		Taxa de mais-valia nominal <sup>(3)</sup> (em %)	Taxa de mais-valia efetiva <sup>(4)</sup> (em %)
			\$	H	\$	H		
Normal	12	6,0	3,0	6,0	3,0	6,0	100	100
2	14	7,0	3,2	6,4	2,9	5,8	84	71

FONTE: Elaboração própria a partir de Marx ([1861-1863]1988a, 234-235, [1861-1863]1994b, p.67-68, [1861-1863]1985b, p.1203, p. 1354-1355)

$$(1) \text{ Produto de valor (-) salário nominal}$$

$$(2) \text{ Produto de valor (-) salário real}$$

$$(3) \text{ taxa de mais – valia nominal} = \frac{\text{mais-valia nominal}}{\text{salário nominal}}$$

$$(4) \text{ taxa de mais – valia efetiva} = \frac{\text{mais-valia efetiva}}{\text{salário real}}$$

Com efeito, a elevação do salário nominal acima do valor reajustado da força de trabalho pode suscitar reações preventivas do capital. Se essa elevação for entendida como

<sup>375</sup> "An increase in surplus value achieved by reducing wages below their average level (without increasing the productivity of labour) is an increase in profit achieved by forcing the worker below the level of his normal conditions of life. On the other hand, an increase in wages over their normal average level is, on the part of the worker, a sharing in, an appropriation of, a part of his own surplus labour (similarly assuming the productive power of labour remains constant). In the first case the capitalist encroaches upon the vital conditions of the workman, and upon the times of labour necessary for its own sustenance. In the second case the workman expropriates part of his own surplus labour. In both cases the one loses what the other gains, but the workman loses in life, what the capitalist gains in money, and in the other case the workman gains in enjoyment of life, what the capitalist loses in the rate of appropriating other people's labour." (MARX, [1861-1863]1988a, p.235).

momentânea<sup>376</sup> e mais tarde arrefecida por mudança na conjuntura do mercado de trabalho, os capitalistas podem simplesmente tolerar perda provisória na sua taxa de valorização do capital variável e compensar adiante tal perda com rebaixamento do salário nominal com manutenção da jornada estendida, valendo-se, para isso, de condições mais favoráveis do mercado<sup>377</sup>. Contudo, se a alta do salário real prevalecer por tempo suficientemente longo, de modo que as novas necessidades satisfeitas com o ganho real se incorporam aos hábitos e estilos de vida dos trabalhadores, então ocorreria uma elevação do valor da força de trabalho (dadas as demais circunstâncias)<sup>378</sup> e, em consequência, baixa permanente na taxa de mais-valia. É o momento em que os capitais individuais são especialmente estimulados a promover revolução nos processo técnicos de produção a fim de substituir força de trabalho cara por maquinaria moderna e empregar novos métodos e combinações sociais de trabalho poupadoras de mão-de-obra.

Os casos 3 e 4 são reveladores da "natureza específica do trabalho em excesso" (MARX, [1861-1863]1994b, p.85), pois exibem, com toda a força, certas propriedades apenas virtualmente presentes na transformação do valor da força de trabalho em salários.

No caso 3 (quadro 14 abaixo), o salário nominal eleva-se com o prolongamento da jornada, mas não o suficiente para alinhar-se com o novo valor da força de trabalho. Os capitalistas podem, dessa maneira, efetivar suas motivações para o prolongamento da jornada nas condições mais favoráveis quando comparadas com os casos anteriores; possivelmente as condições técnicas de produção foram reformuladas, dando aos capitalistas maior controle sobre a dinâmica do processo de trabalho e, por conseguinte, maior margem para manobrar a extensão da jornada conforme o propósito de valorização do capital variável. Ademais, esse provável progresso nas forças produtivas deslocou força de trabalho anteriormente ocupada, elevando o reservatório de trabalhadores redundantes no mercado. A maior concorrência entre os trabalhadores ao lado da subsunção mais efetiva do processo de trabalho ao capital

---

<sup>376</sup> "Se é apenas temporário [o prolongamento da jornada], para compensar encarecimento temporário do salário, pode ter por consequência apenas (não se considerando crianças e mulheres) impedir a queda da taxa de lucro nos negócios cuja natureza prolonga-se o tempo de trabalho (essa possibilidade é mínima na agricultura)" (MARX, [1861-1863]1980b, p.840).

<sup>377</sup> É por isso que o caráter potencialmente temporário da alta do salário real apenas tende atenuar os efeitos danosos do prolongamento excessivo da jornada sobre a duração da vida do trabalhador como explica Marx: "Mas num caso assim, sejam quais forem as circunstâncias, prolonga-se a jornada normal de trabalho e reduz-se em correspondência a duração normal de trabalho e por conseguinte a duração normal da força de trabalho. É o que se dá quando esse prolongamento é permanente." (MARX, [1861-1863]1980b, p.840).

<sup>378</sup> "Whenever the laborer obtains increases in the nominal wage, this occurs under the drive of an expansion of her or his needs and consumption [...] This means that the long-run increase of the laborer's real wage does entail an increase in the cost of reproduction of labor power with respect to the minimum real wage corresponding to the minimum physical reproduction of labor power." (GIUSSANI; VALE. 1992, p.14).

favorecem os capitalistas no momento em que decidem colocar em ação os motivos determinantes do prolongamento da jornada.

QUADRO 14 - SALÁRIO NOMINAL, SALÁRIO REAL E SALÁRIO RELATIVO (SITUAÇÃO I, CASO 3)

Casos	JT	Produto de valor (em xelins)	Valor da força de trabalho		Salário nominal		Salário real (em xelins)		Salário relativo (em %)	
			\$	H	\$	H	\$	H	Nominal <sup>(1)</sup>	Real <sup>(2)</sup>
Normal	12	6,00	3,00	6,00	3,00	6,00	3,00	6,00	50	50
3	14	7,00	3,50	7,00	3,25	6,50	3,00	6,00	46	43

FONTE: Elaboração própria a partir de Marx ([1867] 2013, p.593-594, [1861-1863]1988a, p.234-235)

$$(1) \text{ salário relativo nominal} = \frac{\text{salário nominal}}{\text{produto de valor}}$$

$$(2) \text{ salário relativo real} = \frac{\text{salário real}}{\text{produto de valor}}$$

Por outro lado, o reajuste nominal imperfeito dos salários acarreta uma perda importante no salário real (Quadro 14). Nota-se que os salários reais podem experimentar sistemático declínio, não obstante a imutabilidade do valor unitário dos meios de subsistência. É que o prolongamento da jornada impõe maior desgaste ao trabalhador no exercício diário de sua força de trabalho que demanda consumo adicional de meios de subsistência a fim de restaurar as suas propriedades úteis e permitir que o trabalhador retorne ao mercado oferecendo uma mercadoria de qualidade normal. Ao lado disso, a elevação do valor diário da força de trabalho reflete aqui um mero reajuste determinado pela menor duração da vida do trabalhador. Na medida em que o maior desgaste da força de trabalho infligido pelo prolongamento da jornada diminui a expectativa da vida funcional da força de trabalho em relação à duração normal, o valor global da força de trabalho repartir-se-ia por um período ativo mais breve, cuja compensação exprime-se justamente num valor diário mais elevado. Acontece, todavia, que esse reajuste nos custos diários de reprodução da força de trabalho não está, no caso 3, sendo coberto, de modo que os trabalhadores, com o salário nominal em vigor, estariam comprando uma quantidade de meios de subsistência inferior ao que seria necessário para simplesmente ajustar a reprodução diária da força de trabalho à duração menor de sua vida ativa. Com isso, a redução do salário real representaria uma dupla perda aos trabalhadores: o salário nominal abaixo do valor diário da força de trabalho não reporia o valor de troca da força de trabalho que o trabalhador teria a receber enquanto estivesse apto ao trabalho. E, depois, a duração total da força de trabalho, de todo modo, abreviada pelo

prolongamento da jornada sofreria com o realinhamento parcial do salário nominal uma acelerada exaustão<sup>379</sup>.

Em resumo, os trabalhadores seriam submetidos a uma jornada desmedida, o que imediatamente implica uma redução do *tempo livre*<sup>380</sup> para a satisfação das necessidades físicas imprescindíveis (sono, descanso, higiene, alimentação, cuidados com a manutenção do lar) e para o desenvolvimento de necessidades sociais consoantes com o grau de civilização da sua época histórica<sup>381</sup>. Além de a jornada excessiva diminuir o tempo disponível para satisfação de necessidades indispensáveis, os trabalhadores com o salário nominal vigente não teriam poder aquisitivo suficiente sequer para adquirir os meios de subsistência que pudessem restaurar a sua força de trabalho (deixando-se de lado o desgaste natural) ao nível normal de vitalidade e saúde. A jornada desmedida "destrói todas as condições normais de reprodução e atuação da força de trabalho" (MARX, [1867] 2013, p.594), de modo que o trabalhador vê reduzido o *tempo livre* e o poder aquisitivo para usufruir de seu padrão de vida costumeiro. Por último, a vigência por longo período de salário nominal abaixo do valor da força de trabalho exaure mais rapidamente a funcionalidade da força de trabalho. Essa prematura destruição do valor de uso da força de trabalho é especialmente prejudicial para os trabalhadores, visto que, ao perder valor de uso específico para o capitalista, ela cessa, por consequência, de representar valor de troca ou exercer função de mercadoria para os trabalhadores. A condição de "absolutamente pobre" do trabalhador, que o condiciona a vender sua força de trabalho como mercadoria, posto que livre dos meios de produção, é mais do que realçada pela situação retratada pelo caso 3: com o trabalho em excesso, os trabalhadores tendem a prematuramente se verem igualmente livres de sua mercadoria força de trabalho<sup>382</sup>.

---

<sup>379</sup> "If, for example, the worker receives 3s. a day for 12 hours, this is less than if his day's wage amounted to 2,5 s. for 11 hours. For the one hour of surplus labour includes a much greater amount of wear and tear, hence a much more rapid reproduction of labour capacity." (MARX, [1863-1864] 1994c, p.348) ; "Ela [a produção capitalista] prolonga o tempo de produção do trabalhador durante certo período mediante o encurtamento de seu tempo de vida." (MARX, [1867] 2013, p.338).

<sup>380</sup> "Tempo para a formação humana, para o desenvolvimento intelectual, para o cumprimento de funções sociais, para o livre jogo das forças vitais físicas e intelectuais [...]" (MARX, [1867] 2013, p.337); "[...] tempo disponível para atividade intelectual e social dos indivíduos [...]" (MARX, [1867] 2013, p.337); "Time is the room of human development." (MARX, [1865] 1985c, p.142). Sobre o caráter antagônico do tempo livre no capitalismo consultar Marx ( [1861-1863]1988a, p.190-191).

<sup>381</sup> "(...) roubada de suas condições normais, morais e físicas, de desenvolvimento e atuação" (MARX, [1867] 2013, p.338).

<sup>382</sup> "Thus if surplus labour is stretched out to an extent of overwork which forcibly shortens, temporarily annihilates, i. e. damages or entirely destroys, the normal duration of labour capacity this condition is breached. The worker places the use of his labour capacity at [the capitalist's] disposal—if he sells it at its value—but only to such an extent as to rule out the destruction of the value of the labour capacity itself, or

A forma-salário, como visto no capítulo 3, encobre a divisão qualitativa da jornada em trabalho necessário e trabalho excedente e a mútua conexão entre ambas, pois apresenta, sob a figura deformada e absurda do preço do trabalho, a jornada como inteiramente paga. Contudo, tratava-se naquele momento em que era exposta a conversão do conteúdo em sua forma de expressão de um mascaramento meramente conceitual, pois o trabalhador poderia muito bem receber um salário condizente com a reprodução normal de sua força de trabalho. Não obstante o salário tornar invisível a divisão da jornada de trabalho e a ligação recíproca entre suas partes, a sua magnitude poderia exprimir um velado equilíbrio real entre o que o trabalhador dá de força vital ao capitalista e o que recebe deste na forma de meios de subsistência restauradores. No caso 3, esse equilíbrio é de vez suprimido<sup>383</sup> e a dissimulação meramente conceitual encerrada na forma-salário adquire, agora, uma denotação também prática.

Como se sabe, o trabalhador recebe trabalho necessário à sua reprodução desde que forneça mais-trabalho gratuitamente ao capitalista, e o trabalho necessário recebido deve assegurar a reprodução normal diária do trabalhador e estar alinhado com a duração prevista da vida da força de trabalho. Com o trabalho excessivo, a vinculação entre trabalho necessário e trabalho excedente deixa de existir, posto que o trabalhador executa gratuitamente mais-trabalho na jornada estendida sem, contudo, ter garantido o trabalho necessário para suportá-la. Na jornada normal, o produtor direto trabalha 6 horas para reproduzir sua força de trabalho (Quadro 14) para em seguida passar a fornecer tempo de trabalho excedente para o capitalista. Enquanto numa jornada normal cada hora de trabalho excedente é suportada por 6 horas prévias de trabalho necessário, cada hora de trabalho estendida além da jornada normal é transformada em mais-trabalho sem implicar para o capitalista um prévio pagamento de trabalho necessário de 6 horas:

The calculation of the price or value of an hour has hitherto always been done on the presupposition that the worker is employed for longer than 6 hours, i.e. that he works his necessary labour time for himself. *With overtime this limit does not exist.* There it is not only presupposed that the worker works 1/2 an hour for himself, 1/2

---

rather, only to an extent sufficient to ensure that the wage enables him to reproduce his labour capacity, to preserve it throughout a certain normal average time. If the capitalist uses the worker for longer than this normal labour time, he destroys the labour capacity and with that its value. He has, after all, only bought the labour capacity's average daily value, hence by no means the value it possesses on the next day as well. In other words, he has not bought in 7 years the value it possesses during 20. Hence, as, on the one hand, the specific use value of this commodity—labour capacity—implies that its consumption is itself valorisation, the creation of value, so on the other hand, the specific nature of this use value implies that the extent to which it can be consumed, valorised, must be kept within certain limits to prevent the destruction of its own exchange value.” (MARX, [1861-1863]1988a, p.183-184).

<sup>383</sup> “A conexão entre o trabalho pago e o não pago é suprimida.” (MARX, [1867] 2013, p.616).

an hour for his master, but that he works 12/2 hours for himself in the course of the day. This is in fact the limit. If the master had him work only 6 hours, the necessary wage would be expressed as 3s. I.e. the value of the labour=the value of the product of the labour; and the surplus labour, hence surplus value, would=0. If the whole working day only came to 7 hours, the master would gain only 1 surplus hour, only the 6d. of surplus value in which the value of a surplus hour is expressed. If he now has the worker work more than the normal working time of 12 hours, and pays the wage of 6d. even for the 2 extra hours, the ratio of necessary to surplus labour no longer enters the picture. *He can gain 1 surplus hour without having 6 necessary hours worked.* (MARX, [1861-1863]1994b, p.85, grifos nosso).

Numa jornada normal, o trabalhador é coagido a trabalhar 6 horas para o capitalista para ter a permissão de receber o tempo de trabalho necessário de 6 horas; com o prolongamento da jornada, as horas trabalhadas que excedem a extensão normal podem transformar-se em mais-trabalho para o capital *independentemente* do recebimento do trabalho necessário pelos trabalhadores. É como se o capitalista se beneficiasse do valor de uso específico da força de trabalho sem precisar pagar por ela<sup>384</sup>. Razão pela qual Marx conceber como uma "especificidade do trabalho em excesso" essa faculdade da forma-salário de não somente velar a conexão recíproca entre as partes necessária e excedente da jornada como torná-las absolutamente independentes<sup>385</sup> e incomensuráveis<sup>386</sup>. Se na jornada de trabalho normal o trabalhador era obrigado a trabalhar 6 horas gratuitamente ao capitalista para receber 6 horas de trabalho necessário, com o trabalho em excesso essa conexão desaparece. O trabalhador pode executar as horas extras sem nada receber de compensação ou receber uma quantia que, de qualquer maneira, não cobre, como no caso 3, os custos adicionais de manutenção de sua força de trabalho. Para a conexão entre trabalho necessário e trabalho excedente ser novamente restabelecida, o salário nominal ao menos deveria ajustar-se ao novo valor da força de trabalho, um alinhamento, todavia, limitado porque não impediria o abreviamento do prazo de durabilidade da força de trabalho. Ou, alternativamente, suspender-se o prolongamento da jornada de trabalho, de modo a obrigar os capitalistas a aumentar o *número de trabalhadores ocupados* a fim de produzir, nas condições técnicas reinantes, em 12 horas o que seria produzido em 14 horas de jornada. Ver-se-á, mais tarde (4.3.2), que os capitalistas, pressionados por esta última alternativa julgada por eles custosa,

---

<sup>384</sup> "Mas se os trabalhadores pudessem viver de ar, tampouco seria possível comprá-los por preço algum. Sua gratuidade é, portanto, um *limite matemático*, sempre inalcançável, *ainda que sempre aproximável*." (MARX, [1867] 2013, p.675, grifo nosso).

<sup>385</sup> "Here too, a *relative* fall in wages corresponds to the growth of surplus value, but this is a relative fall which is caused by a change in surplus labour, a *movement independent of necessary labour time*—or of the value of labour capacity." (MARX, [1861-1863] 1994a, p.68, grifo nosso).

<sup>386</sup> "O preço da força de trabalho e o grau de sua exploração deixam de ser grandezas reciprocamente comensuráveis." (MARX, [1867] 2013, p.594).

são incitados a intensificar o trabalho, recriando, sob outra forma, a supressão do vínculo entre trabalho necessário e trabalho excedente característica do prolongamento desmesurado da jornada.

Com efeito, a forma-salário na sua função de consciência social pode contribuir junto com o maior poder do capital para impedir que o salário monetário não se alinhe com o novo valor diário da força de trabalho. É que a forma-salário não permite aos trabalhadores reconhecer *imediatamente* que vendem mercadoria força de trabalho<sup>387</sup>, cujo custo diário de reprodução é influenciado pela extensão da jornada. O que os trabalhadores percebem, de pronto, é que a jornada de trabalho foi prolongada, e que, se recebiam 3 xelins por uma jornada de 12 horas, deveriam ser compensados, seja qual for a proporção, com uma quantia monetária para uma jornada mais longa. Parece-lhes que esse intento é alcançado quando passam a receber 3,25 xelins (caso 3, Quadro 14), e o assentimento diante do fracasso em alcançar um reajuste menos modesto viria do reconhecimento resignado das dificuldades de negociação momentaneamente impostas pelo mercado, posto que a experiência de outras conjunturas mais favoráveis lhes indicara que idêntico prolongamento da jornada fora monetariamente mais bem retribuído. Disso decorre também que os trabalhadores julgam oportuno o prolongamento da jornada com incremento, ainda que marginal, na receita salarial, uma vez que podem assim constituir alguma reserva monetária com o objetivo de justamente amenizar sua situação econômica durante as conjunturas adversas do mercado em que a duração diária do trabalho costuma ser avaliada desfavoravelmente com preços constantes ou declinantes. Portanto, não se apresenta imediatamente aos trabalhadores o problema de fornecerem em trabalho excedente mais do que recebem como compensação pelo desmedido gasto de força vital, passando despercebida que a supressão do vínculo (oculto pela forma-salário) entre o que dão e o que recebem cobrará irremediavelmente seu preço na forma de progressiva deterioração e de esgotamento precoce de sua força de trabalho.

Como o salário nominal variou, no caso 3, numa proporção inferior ao incremento no grau de extensão da jornada, o salário relativo nominal sofreu um declínio quando tal medida é comparada com a situação normal (quadro 14). Quando este salário relativo nominal é corrigido pela variação do custo de reprodução diário da força de trabalho ocasionada pelo grau superior de extensão do trabalho, o salário relativo real resultante mostra baixa ainda

---

<sup>387</sup> “O preço do trabalho oculta o fato de que o trabalhador recebe sob forma de salário o reembolso do custo de reprodução da própria força de trabalho ao nível histórico dado a fim de que possa reproduzir-se como trabalhador” (ALTVATER 1987, p.36-37).



mais pronunciada (quadro 14). E o salário relativo é entendido por Marx como uma medida que exprime a distância social entre capitalistas e trabalhadores. A queda do salário relativo, como será mais tarde apresentada (seção 4.2), pode ocorrer sem prejuízo da manutenção do estilo de vida tradicional, graças ao desenvolvimento da produtividade do trabalho que barateia as condições de reprodução normal dos trabalhadores. Não é esse o caso aqui retratado: o declínio do salário relativo (caso 3, quadro 14) amplia o abismo social entre capitalista e trabalhadores *à custa* das condições vitais de existência material dos trabalhadores. Enquanto o capital é beneficiado, com o trabalho em excesso, através do incremento da taxa de valorização (nominal e efetiva) do capital variável ou pelo aumento da escala de crescimento da riqueza abstrata (dinheiro) (quadro 15 abaixo), os trabalhadores são penalizados com perda em suas condições imediatas de existência material bem como assombrados com a possibilidade de se verem expropriados de seu único meio de vida com a prematura destruição de sua força de trabalho, ocasionada pelo trabalho em excesso na modalidade extensiva.

QUADRO 15 – MAIS-VALIA E TAXA DE MAIS-VALIA (CASO 3)

Casos	JT	Produto de valor (em xelins)	Mais-valia (nominal) <sup>(1)</sup>		Mais-valia efetiva <sup>(2)</sup>		Taxa de mais-valia nominal <sup>(3)</sup> (em %)	Taxa de mais-valia efetiva <sup>(4)</sup> (em %)
			\$	H	\$	H		
Normal	12	6,00	3,00	6,00	3,00	6,00	100	100
3	14	7,00	3,75	7,50	4,00	8,00	115	133

FONTE: Elaboração própria a partir de Marx ([1867] 2013, p.593-594, [1861-1863]1988a, p.234-235)

(1) Produto de valor (-) salário nominal

(2) Produto de valor (-) salário real

(3) taxa de mais – valia nominal =  $\frac{\text{mais-valia nominal}}{\text{salário nominal}}$

(4) taxa de mais – valia efetiva =  $\frac{\text{mais-valia efetiva}}{\text{salário real}}$

O caso 4 (quadro 16 abaixo) retrata a possibilidade de o salário nominal manter-se inalterado com o prolongamento desmesurado da jornada. Nessa situação, influenciados pela forma-salário, os trabalhadores julgariam vantajoso receber mesmo salário nominal, apesar da maior duração do trabalho, porque o comparariam com o pior cenário de perder sua posição no mercado para outros ofertantes de trabalho que estariam dispostos a trabalhar mais pelo mesmo preço. Por outro lado, esse caso se distingue do imediatamente anterior, sobretudo, pelo grau mais acentuado de deterioração da vida material dos trabalhadores quer representada pelo declínio substancial do salário real quer pela baixa das medidas nominal e



real do salário relativo (MARX, [1861-1863]1994b, p.67-68)<sup>388</sup>. Logo mais, quando, ainda nesta subseção, estudar-se o salário por tempo (4.1.3), o caso 4 será novamente evocado. Por ora, registre-se que, nesse exercício 4 da primeira situação, o virtual rompimento entre trabalho necessário e trabalho excedente presente como mera possibilidade pela simples mudança formal do valor da força de trabalho em salário é aqui plenamente realizado, mostrando com mais nitidez do que o caso 3 a "natureza específica do trabalho em excesso". A independência do trabalho excedente com relação ao trabalho necessário é completa no caso 4, como se de fato fossem duas grandezas incomensuráveis. É como se o operário trabalhasse por duas horas da jornada, e o capitalista a suspendesse e, em seguida, se apropriasse integralmente de seu produto de valor sem nada reservar deste último ao trabalhador a título de reprodução de sua força de trabalho. No caso 3 ao menos parte da jornada extra é paga, ainda que insuficientemente para cobrir os custos adicionais de manutenção da força de trabalho. Enfim, constata-se, através dos casos 3 e 4, que a forma-salário não apenas obscurece a divisão qualitativa da jornada de trabalho e sua mútua ligação interna como contém a possibilidade de sua completa dissolução.

QUADRO 16 - SALÁRIO NOMINAL, SALÁRIO REAL E SALÁRIO RELATIVO (SITUAÇÃO I, CASO 4)

Casos	JT	Produto de valor (em xelins)	Valor da força de trabalho		Salário nominal		Salário real (em xelins)		Salário relativo (em %)	
			\$	H	\$	H	\$	H	Nominal <sup>(1)</sup>	Real <sup>(2)</sup>
Normal	12	6,00	3,00	6,00	3,00	6,00	3,00	6,00	50	50
4	14	7,00	3,50	7,00	3,00	6,00	2,50	5,00	43	36

FONTE: Elaboração própria a partir de Marx ([1867] 2013, p.593, [1861-1863]1994b, p.67-68)

(1) salário relativo nominal =  $\frac{\text{salário nominal}}{\text{produto de valor}}$

(2) salário relativo real =  $\frac{\text{salário real}}{\text{produto de valor}}$

Cabe, por último, tecer breves comentários sobre a situação II proposta (Quadro 7). Ela busca simular o prolongamento da jornada quando acompanhado por um desgaste acelerado da força de trabalho. Na situação I, presumiu-se que o prolongamento da jornada

<sup>388</sup> Lapidès referindo-se ao caso 4 examinado (Quadro 16) tem toda razão quando afirma: "In reference to a lengthening of the workday, Marx shows that even increased wages represent a smaller portion of the entire labor time, and the ratio between necessary and surplus labor shifts in favor of the latter. Thus, the worker's relative wage have fallen..." (LAPIDÈS, K., 2008, p.193), mas entra em contradição no momento em que assevera que essa situação pode estar conciliada com alta real do salário: "though his or her real wages may have risen"(LAPIDÈS, K., 2008, p.193). Aqui parece confundir a alta do valor diário da força de trabalho decorrente do aumento da extensão jornada com a própria alta do salário real, quando na verdade tal somente ocorreria se o salário nominal não apenas se realinhasse com o novo valor corrigido da força de trabalho como também o ultrapassasse.

implicasse um desgaste de força de trabalho proporcional, ao qual corresponderia, dada as demais circunstâncias, um novo valor diário reajustado para essa mercadoria. Todavia, Marx alertou, em várias passagens de seus escritos econômicos, que o trabalho em excesso ou sobretrabalho, ultrapassado certo limite, provocaria um desgaste da força de trabalho bem superior ao simples incremento das horas trabalhadas desmedidamente<sup>389</sup>. Na situação II, admite-se, por isso, um desgaste que cresce mais do que proporcionalmente à adição horária da jornada; supõe-se, para facilitar, que o valor da força de trabalho é corrigido pela taxa de variação da jornada multiplicada por um fator de reajuste (estipulado arbitrariamente para fins ilustrativos) de 10% (Quadro 17).

QUADRO 17 - VALOR DA FORÇA DE TRABALHO E JORNADA DE TRABALHO (SITUAÇÃO II)

Situação	Jornada de trabalho (em horas)	Valor força de trabalho		Meios de subsistência necessários			
		(em xelins)	Em horas	Quantidade	Valor total		Valor unitário(em xelins)
				(unidades)	(em xelins)	Em horas	
normal	12	3,00	6,00	30,00	3,00	6,00	0,10
II	14	3,85	7,70	38,50	3,85	7,70	0,10

FONTE: Elaboração própria

A situação II apresenta dois casos (Quadro 18 abaixo). O primeiro que aponta um acréscimo nominal de salário, porém abaixo da correção do valor diário da força de trabalho, e o segundo no qual se assume salário nominal constante. Percebe-se que são casos cujas circunstâncias já foram analisadas na situação I, sendo, por isso, desnecessário repetir a linha de argumentação principal. Cumpre notar apenas o movimento do salário relativo nominal, medida, como se sabe, que mensura o salário nominal como proporção do produto de valor. Por constituir-se medida quantitativa da forma-salário, o salário relativo cria necessariamente uma imagem falsa da relação-capital pela qual a magnitude do salário absoluto nominal parece determinada pela fatia do produto de valor que é distribuída aos trabalhadores. Por essa concepção, salário relativo proporcionaria uma quantia de salário absoluto, a qual significaria, em determinada situação de mercado, a remuneração que o trabalhador teria direto pela posse de ativo específico representado pelo seu trabalho. Em decorrência dessa concepção, os trabalhadores seriam levados a julgar, como favorável compensação monetária por seu

<sup>389</sup> "Man, on the contrary, decays in a greater ratio than would be visible from the mere numerical addition of work." (MARX, [1865]1985c, p.141, grifo nosso). "O valor da força de trabalho aumenta de acordo com seu desgaste, isto é, com a duração de seu funcionamento e de modo proporcionalmente mais acelerado do que o incremento da duração de seu funcionamento." (MARX, [1867] 2013, p.616, grifo nosso).

trabalho, certo nível de salário absoluto por aparentar um salário relativo mais elevado, obscurecendo-se, pela medida relativa da forma-salário, a conexão conceitualmente indissolúvel entre o pagamento monetário recebido pelo trabalhador e o custo de reprodução normal de sua força de trabalho<sup>390</sup>. O caso 1 (Quadro 18) revela que nem sempre elevação do salário nominal relativo implica efetivamente ganho real aos trabalhadores. O salário nominal experimentou hipoteticamente uma elevação superior à taxa de variação da extensão do trabalho. Se os trabalhadores mirassem ganho no salário nominal relativo como parâmetro das suas reivindicações, possivelmente seriam levados a concluir como vantajoso o prolongamento desmesurado da jornada. Acontece, porém, que o sobretrabalho extensivo *acelera* o desgaste da força de trabalho, fato que demanda um ajuste do seu valor diário numa proporção *superior* ao simples incremento da duração da jornada. Em consequência disso, o salário nominal, como no caso 1 (Quadro 18), embora lograsse aumento acima do prolongamento da jornada, acusou, ainda assim, perda real porque insuficiente para cobrir os custos adicionais da reprodução diária da força de trabalho. Portanto, o salário (absoluto e relativo) poderia registrar aumento nominal, o qual, todavia, adequadamente corrigido pela variação do valor diário da força de trabalho (implicada pela maior extensão da jornada) expressaria, de fato, deterioração real tanto absoluta quanto relativa no padrão de vida dos trabalhadores. É bom lembrar que o cálculo do salário real (absoluto e relativo), como já advertido, foi apoiado numa presunção arbitrária acerca da correção do valor diário da força de trabalho, pois o impacto sobre o desgaste da força de trabalho quando a jornada prolonga-se além de certo ponto crítico é indeterminável, tal como reconhece Marx quando afirma: "desgaste aumenta em progressão geométrica ao mesmo tempo que se destroem todas condições normais de produção e de atuação da força de trabalho" (MARX, [1867] 2013, p.594). Infere-se disso que as perdas simuladas no casos 1 e 2 da situação II (Quadro 18) nas medidas salariais sejam uma subestimativa das verdadeiras perdas dos trabalhadores, pois o

---

<sup>390</sup> "Supposing that the exchange between capital and wage labour is a continuous activity—as it is if one does not isolate and consider one individual act or element of capitalist production—then the worker receives a part of the value of his product which he has replaced + that part of the value which he has given the capitalist for nothing. This is repeated continuously. Thus he receives in fact continuously a portion of the value of his own product, a part of, or a share in, the value he has produced. *Whether his wages are high or low is not determined by his share of the product but, on the contrary, his share of the product is determined by the amount of his wages. He actually receives a share of the value of the product. But the share he receives is determined by the value of labour, not conversely, the value of labour —by his share in the product.* The value of labour is determined by the labour time required by the worker for his own reproduction; it is determined by the sale of his labour capacity to the capitalist. This virtually determines his share of the product as well. It does not happen the other way round, that his share of the product is determined first, and as a result, the amount or value of his wages." (MARX [1861-1863]1989a, p.284, grifo nosso).

trabalho em excesso, ultrapassando certo limite crítico, acarreta um desgaste tão demasiadamente insuportável à força de trabalho que qualquer reajuste salarial nominal, mesmo o mais favorável, não é capaz de compensá-lo e nem deter a irremediável decadência da vida funcional do trabalhador. O trabalho em excesso torna o desgaste da força de trabalho uma medida quantitativamente incomensurável e, conseqüentemente, o novo valor da força de trabalho uma magnitude completamente indeterminável<sup>391</sup>.

QUADRO 18 - SALÁRIO NOMINAL, SALÁRIO REAL E SALÁRIO RELATIVO (SITUAÇÃO II)

Casos	JT	Produto de valor (em xelins)	Valor da força de trabalho		Salário nominal		Salário real (em xelins)		Salário relativo (em %)	
			\$	H	\$	H	\$	H	Nominal <sup>(1)</sup>	Real <sup>(2)</sup>
Normal	12	6,00	3,00	6,00	3,00	6,00	3,00	6,00	50	50
1	14	7,00	3,85	7,70	3,60	7,20	3,35	6,70	51	48
2	14	7,00	3,85	7,70	3,00	6,00	2,15	4,30	43	31

FONTE: Elaboração própria

$$(1) \text{ salário relativo nominal} = \frac{\text{salário nominal}}{\text{produto de valor}}$$

$$(2) \text{ salário relativo real} = \frac{\text{salário real}}{\text{produto de valor}}$$

#### 4.1.3. O salário por tempo e o sobretrabalho excessivo

Nesse momento da análise do prolongamento excessivo da jornada, torna-se oportuno fazer referência ao salário por tempo, que é uma espécie particular de pagamento salarial mencionada frequentemente por Marx em seus escritos econômicos maduros. Vale salientar, previamente, que as diversas modalidades de pagamento salarial (e Marx examina especialmente o salário por tempo e o salário por peça) de modo algum alteram o fundamento do regime assalariado. O conteúdo do contrato salarial, independentemente das garantias trabalhistas oferecidas a seus beneficiários, firma-se, verdadeiramente, na conexão entre trabalho necessário e trabalho excedente, não obstante representá-la, como é típico da forma-salarial em geral, de maneira irreconhecível e invertida<sup>392</sup>. O salário por tempo é aqui

<sup>391</sup> "If a lengthening of the working day causes the value of labor power to go up, though, why would capitalists seek it? According to Marx, the reason is because a longer working day provides a more-than-compensating decrease in the relative value of labor power. In other words, a lengthening of the working day may raise the absolute value of labor power but only slightly. Most the increased labor time will be spent producing additional surplus value, thus raising both the rate of exploitation and the rate of profit." (HARVEY, P. 1983, p.324) Como se observa, Harvey não cogita na sua análise o cenário proposto pela simulação II (Quadro 18): extensão desmesurada da jornada provoca um desgaste acelerado da força de trabalho do qual implica até certo ponto um incremento mais do que proporcional sobre o valor diário da força de trabalho. O não realinhamento do salário monetário ocasiona perda real de salário que uma vez se tornando perene provoca depreciação efetiva da força de trabalho. O autor admite *apenas* a possibilidade de o valor da força de trabalho ser corrigido *menos do que* proporcionalmente pela variação da extensão da jornada e o salário nominal alinhar-se perfeitamente com esse novo custo de reprodução normal do trabalhador.

<sup>392</sup> "The question of how far the wage itself can rise above or fall below its value belongs in the chapter on wages, in exactly the same way as does the presentation of the specific forms in which the relative

invocado porque se trata de uma modalidade de pagamento salarial que permite ao capital, em detrimento dos trabalhadores, explorar, virtualmente, todas as vantagens do trabalho em excesso.

O salário por tempo toma a forma de pagamento da hora trabalhada ou preço horário de trabalho; corresponde ao quociente do salário nominal pela jornada. Portanto, o salário por tempo é forma transmutada do valor da força de trabalho, posto que, sob o disfarce do pagamento da hora trabalhada, se oculta que o trabalhador vende, na verdade, mercadoria força de trabalho e não o tempo de duração do seu trabalho.

O quadro 19 discrimina os casos a serem examinados. Cumpre assinalar que, em todos eles, presume-se, para facilitar o cálculo das medidas salariais, que toda variação da jornada de trabalho que ultrapasse sua dimensão normal acarreta uma correção mais do que proporcional do valor diário da força de trabalho, em consonância com a determinação de que o desgaste do trabalhador acelera-se com o prolongamento da jornada (quadro 20).

QUADRO 19 - CASOS DE ESTUDO DO SALÁRIO POR TEMPO

1) Salário nominal constante, prolongamento da jornada e preço horário declinante do trabalho
2) Preço horário do trabalho fixo abaixo do preço normal. Salário nominal constante.
3) Preço do trabalho nominal fixado de acordo com a jornada normal. Prolongamento e aumento salarial
4) Jornada de trabalho extra com preço horário do trabalho mais caro que o da jornada regular
5) Subemprego

FONTE: Elaboração própria

QUADRO 20 - VALOR DA FORÇA DE TRABALHO E JORNADA DE TRABALHO

Jornada de trabalho (em horas)	Valor força de trabalho <sup>(1)</sup>		Meios de subsistência necessários <sup>(1)</sup>			
	(em xelins)	Em horas	Quantidade (unidades)	Valor total		Valor unitário (em xelins)
				(em xelins)	Em horas	
12	3,00	6,00	30,00	3,00	6,00	0,10
14	3,85	7,70	38,50	3,85	7,70	0,10
15	4,125	7,50	41,25	4,125	7,50	0,10

FONTE: Elaboração própria

(1) A jornada é prolongada e o valor da força de trabalho é corrigido pelo produto da variação da jornada e pelo fator de 1,1

O caso 1 (quadro 21 abaixo) refere-se à situação em que o salário nominal é previamente fixado de acordo com o valor diário da força de trabalho e com a jornada normal de trabalho. O capitalista, entretanto, prolonga a jornada para 14 horas, acarretando declínio

---

*distribution of necessary and surplus labour can appear (daily wage, weekly wage, piece wage, hourly wage, etc.)" (MARX, [1861-1863]1988a, p.195, grifo nosso).*

do preço nominal do trabalho ( $\frac{\text{salário nominal}}{\text{jornada de trabalho}}$ ). O preço real do trabalho ( $\frac{\text{salário real}}{\text{jornada de trabalho}}$ ) sofre uma deterioração, desde que agora não expressa o que seria normal o trabalhador receber caso o preço do trabalho refletisse o novo valor diário da força de trabalho corrigido pelo prolongamento da jornada ( $\frac{\text{valor da força de trabalho}}{\text{jornada de trabalho}}$ ). Na medida em que o rebaixado preço nominal do trabalho converte-se no parâmetro de negociação salarial, os trabalhadores se verão impelidos a permanentemente a trabalhar em excesso para obter a mesma receita nominal de salário<sup>393</sup>.

QUADRO 21 - SALÁRIO NOMINAL CONSTANTE, PROLONGAMENTO DA JORNADA E PREÇO HORÁRIO DECLINANTE DO TRABALHO (CASO 1)

Casos	JT	Salário nominal		Salário real (em xelins)		Salário relativo (em %)		Preço horário (em xelins)		
		\$	H	\$	H	Nominal (1)	Real (2)	Normal (3)	Nominal (4)	Real (5)
Normal	12	3,00	6,00	3,00	6,00	50	50	0,25	0,25	0,25
1	14	3,00	6,00	2,15	4,30	43	31	0,28	0,214	0,15

FONTE: Elaboração própria a partir de Marx ([1867] 2013, p.614-615, [1861-1863]1994b, p.73-74)

- (1) salário relativo nominal =  $\frac{\text{salário nominal}}{\text{produto de valor}}$   
 (2) salário relativo real =  $\frac{\text{salário real}}{\text{produto de valor}}$   
 (3) preço normal do trabalho =  $\frac{\text{valor da força de trabalho}}{\text{jornada de trabalho}}$   
 (4) preço nominal do trabalho =  $\frac{\text{salário nominal}}{\text{jornada de trabalho}}$   
 (5) preço real do trabalho =  $\frac{\text{salário real}}{\text{jornada de trabalho}}$

É esperado, todavia, que esse retraído preço nominal do trabalho experimente posteriormente uma nova queda. O nível de produção mais elevado é atingido com o mesmo número de trabalhadores graças à jornada estendida. O capitalista pode, assim, produzir mais mercadorias (com dado nível de produtividade e intensidade) sem precisar empregar trabalhadores adicionais. A concorrência entre os trabalhadores no mercado tende, com isso, a elevar-se, fortalecendo a posição do capitalista de reduzir uma vez mais o preço nominal do trabalho (caso 2, quadro 22 abaixo)<sup>394</sup>. A receita habitual de salário nominal, referência para os trabalhadores, exige agora para ser alcançada ou um novo prolongamento da jornada (caso

<sup>393</sup> "Depreende-se daí que o salário diário, semanal, etc. pode permanecer o mesmo, ainda que o preço do trabalho caia continuamente"(MARX, [1867] 2013, p. 614).

<sup>394</sup> "Thus e.g. the supply of labour is increased by overtime, without any increase in the number of workers, or one group of workers is overworked, while the other group is entirely or partly unemployed. In this way an artificial oversupply of labour is created, with the result that the supply of those rendered unemployed by this overworking forces down wages altogether (also those of the employed)." (MARX, [1861-1863]1991a, p.386).

2, quadro 22) ou que membros aptos ao trabalho da família operária ingressem na produção capitalista no intuito de minimamente sustentar a renda nominal familiar<sup>395</sup>. Assim esses casos revelam que com o salário-hora é possível suprimir qualquer vestígio ainda remanescente de nexos entre trabalho necessário e trabalho excedente.

QUADRO 22 - PREÇO HORÁRIO DO TRABALHO FIXO ABAIXO DO PREÇO NORMAL. SALÁRIO NOMINAL CONSTANTE. (CASO 2)

Casos	JT	Salário nominal		Salário real (em xelins)		Salário relativo (em %)		Preço horário (em xelins)		
		\$	H	\$	H	Nominal (1)	Real (2)	Normal (3)	Nominal (4)	Real (5)
Normal	12	3,00	6,00	3,00	6,00	50	50	0,25	0,25	0,25
2	15	3,00	6,00	1,88	3,75	40	25	0,28	0,20	0,13

FONTE: Elaboração própria a partir de Marx ([1867] 2013, p. 615)

$$(1) \text{ salário relativo nominal} = \frac{\text{salário nominal}}{\text{produto de valor}}$$

$$(2) \text{ salário relativo real} = \frac{\text{salário real}}{\text{produto de valor}}$$

$$(3) \text{ preço normal do trabalho} = \frac{\text{valor da força de trabalho}}{\text{jornada de trabalho}}$$

$$(4) \text{ preço nominal do trabalho} = \frac{\text{salário nominal}}{\text{jornada de trabalho}}$$

$$(5) \text{ preço real do trabalho} = \frac{\text{salário real}}{\text{jornada de trabalho}}$$

O salário horário originalmente fora fixado conforme o salário nominal necessário à reprodução normal do trabalhador em respeito à jornada média. Isso significa que o trabalhador, com o salário horário fixado, precisava trabalhar ao menos 12 horas para reproduzir normalmente suas condições de vida. Entretanto, a concorrência entre os trabalhadores rebaixa o preço nominal do trabalho a um patamar tão reduzido que os compele a trabalhar um número maior de horas em relação à jornada que serviu de referência para o cálculo do salário-hora original para tão somente obter a receita salarial costumeira. Com o preço nominal do trabalho variável e tendendo à queda pela concorrência no mercado, a jornada pode estender-se indefinidamente e sem oposição direta dos trabalhadores, pois o prolongamento desmesurado da jornada harmoniza-se com a intuição deles de ao menos preservar a receita salarial tradicional<sup>396</sup>. Assim, o salário por hora não apenas omite que parte

<sup>395</sup> "They forget that instead of the labour of the man, the head of the family, his wife and perhaps three or four children are now thrown under the Juggernaut wheels of capital, and that the rise of the aggregate wages does not correspond to the aggregate surplus-labour extracted from the family." (MARX, [1865]1985c, p.142). Ver Marx ([1867] 2013, p.468-469).

<sup>396</sup> "[...] concluímos que quanto menor seja o preço do trabalho tanto maior terá de ser a quantidade de trabalho ou tanto mais longa a jornada para que o trabalhador assegure ao menos um mísero salário médio. A exiguidade do preço do trabalho atua, aqui, como estímulo para o prolongamento do tempo de trabalho." MARX ([1867] 2013, p. 618)

da jornada é fornecida gratuitamente como também suprime qualquer conexão entre esse mais-trabalho executado e o tempo de trabalho necessário à reprodução normal do trabalhador. O capitalista pode pagar aos trabalhadores a mesma receita salarial habitual, mas receber em troca uma quantidade de trabalho fornecida maior do que aquela que seria executada caso o salário habitual correspondesse o preço normal do trabalho (caso original).

QUADRO 23 - PREÇO HORÁRIO DO TRABALHO NOMINAL FIXADO DE ACORDO COM A JORNADA NORMAL. PROLONGAMENTO E AUMENTO SALARIAL (CASO 3)

Casos	JT	Salário nominal		Salário real (em xelins)		Salário relativo (em %)		Preço horário (em xelins)		
		\$	H	\$	H	Nominal (1)	Real (2)	Normal (3)	Nominal (4)	Real (5)
Normal	12	3,00	6	3,00	6,00	50	50	0,25	0,25	0,25
3	14	3,50 <sup>(6)</sup>	7	3,15	6,30	50	45	0,28	0,25	0,23

FONTE: Elaboração própria a partir de Marx ([1861-1863]1994b, p.75-76)

- (1) salário relativo nominal =  $\frac{\text{salário nominal}}{\text{produto de valor}}$   
 (2) salário relativo real =  $\frac{\text{salário real}}{\text{produto de valor}}$   
 (3) preço normal do trabalho =  $\frac{\text{valor da força de trabalho}}{\text{jornada de trabalho}}$   
 (4) preço nominal do trabalho =  $\frac{\text{salário nominal}}{\text{jornada de trabalho}}$   
 (5) preço real do trabalho =  $\frac{\text{salário real}}{\text{jornada de trabalho}}$   
 (6) salário nominal =  $JT(14 \text{ horas}) \times \text{preço normal do trabalho (JT 12 horas)}$

Do mesmo modo, os capitalistas poderiam propor prolongar a jornada para 14 horas como sugerido no caso 3 (quadro 23) e continuar pagando o mesmo preço nominal do trabalho ou até oferecer um preço ligeiramente superior sem enfrentar séria resistência dos trabalhadores. É porque os últimos, iludidos<sup>397</sup> pela forma-salário particular de pagamento por hora, tomariam a maior receita nominal de salário como razoável compensação pela jornada estendida. Entretanto, o preço nominal tomado como referência para o cálculo de receita salarial nominal de uma jornada estendida de 14 horas fora originalmente fixado tendo em vista o cumprimento de uma jornada limitada a 12 horas à qual corresponderia o valor diário da força de trabalho de 3 xelins ajustado à determinada duração de vida do trabalhador. Com efeito, o prolongamento da jornada provoca uma correção do preço normal do trabalho (quadro 23), pois o valor diário da força de trabalho eleva-se como compensação do maior desgaste diário e do consequente abreviamento da expectativa de duração funcional da força

<sup>397</sup> "A ilusão gerada pela forma-dinheiro desaparece de imediato assim que consideramos não o capitalista e o trabalhador individuais, mas a classe capitalista e a classe trabalhadora"(MARX, [1867] 2013, p.642, grifo nosso).



de trabalho. Porém, os trabalhadores tomam apenas o acréscimo de receita salarial e ignoram que o preço nominal de trabalho estabelecido para a antiga jornada não pode se aplicar mais à jornada estendida, posto que incapaz de refletir a reprodução normal da sua vida como trabalhadores<sup>398</sup>. Os capitalistas podem, assim, com o salário-hora estender a jornada a fim de realizar a motivação subjacente ao trabalho em excesso, e com o próprio consentimento implícito dos trabalhadores, que tomam o prolongamento da jornada como oportunidade de melhorar sua renda nominal familiar<sup>399</sup>. É o que Marx conclui (com outros dados hipotéticos) nos *Manuscritos de 1861-1863*:

In the given case the worker works 7,2 of the 12 hours for himself and 4,8 for capital. Previously he worked 6 hours for himself and 4 for capital. But 7,2 is related to 4,8 as 6 is related to 4. I.e. the ratio of paid to unpaid labour time has remained unchanged. But since 6 hours was the labour time necessary for the reproduction of labour capacity, the wage now in fact appears to have risen above the minimum, above the *value of labour capacity*. The value of this labour capacity, however, was calculated on its being consumed for ten hours every day. With a twelve-hour consumption there is a change in its *total duration*, and therefore in the *total value* of this labour capacity, if the wage does not rise in the same proportion as the length of exploitation—the duration—of the labour capacity diminishes. It depends on the circumstances whether a lengthening of the working day, with the *price of labour* remaining constant, hence *an increase in the wage*, brings about a *real depreciation of labour capacity*, which is not indicated by any change in the *price of labour*, and indeed is accompanied by an increase in the *value of the wage*. (MARX, 1994a, p. 75-76).

Com isso, o salário-hora é uma modalidade de pagamento salarial que proporciona aos capitalistas amplo poder para estender desmedidamente a jornada (salvo a barreira da dimensão do dia natural)<sup>400</sup> e de, sem exagero, eliminar a vinculação, imanente à mais-valia normal, entre a permissão dos trabalhadores de receber trabalho necessário com a contrapartida da obrigação de fornecer mais-trabalho ao capital. O trabalho excedente

---

<sup>398</sup> "In prolonging the working day the capitalist may pay *higher wages* and still lower the *value of labour*, if the rise of wages does not correspond to the greater amount of labour extracted, and the quicker decay of the labouring power thus caused." (MARX, [1865] 1985c, p.142).

<sup>399</sup> Morishima ; Catephores (1980) chegaram à conclusão semelhante com base no modelo matemático que formularam para examinar o salário-horário. Sublinharam, embora implicitamente, o papel dissimulador da forma-salário que impede aos trabalhadores terem ciência da conexão entre a extensão da jornada e a duração normal da vida da força de trabalho: "Certamente, não se supõe que os trabalhadores tenham uma noção clara sobre qual deveria ser, idealmente, a duração normal de sua vida de trabalho e em que medida esta seria abreviada por uma extensão do dia do trabalho. Suas reações [...] são o resultado de uma ponderação instintiva do ônus adicional de trabalho e da remuneração adicional..." (MORISHIMA, M.; CATEPHORES, G. 1980, p.143).

<sup>400</sup> Marx também menciona a importância da extensão desmesurada da jornada como expediente auxiliar de concorrência entre os capitalistas ao qual estes recorrem especialmente nas fases de retração cíclica. Assim, o sobretrabalho extensivo gera uma mais-valia anormal que pode ser em parte deduzida do preço final da mercadoria sem com isso afetar a quantidade normal de mais-trabalho que dado capital variável absorve, graças ao rebaixamento do preço da hora-trabalho. O capitalista que efetuar maior corte no preço final de sua mercadoria terá maiores chances de êxito em conservar sua fatia no mercado ou mesmo continuar operando seu capital apesar da conjuntura restritiva (MARX, [1867] 2013, p. 525 e 619).

adicionalmente obtido com o prolongamento da jornada de trabalho além da jornada regular pode ser apropriado pelo capital sem que este precise conceder qualquer permissão aos trabalhadores de empenharem trabalho necessário à sua reprodução normal. Essa supressão do nexos entre trabalho necessário e trabalho excedente acontece pelo fato de o salário horário não comprometer o capitalista a aplicar a extensão da jornada que serviu de base para o cálculo de preço de trabalho. Essa modalidade de salário parece imediatamente coincidir com os próprios interesses dos trabalhadores que, por isso, inclinam-se espontaneamente a aprovar o trabalho em excesso quer para garantir receita nominal costumeira ao preço de trabalho declinante (caso 1 e 2) quer para aumentá-la com preço de trabalho nominalmente constante (caso 3). Todavia, em ambas as situações, o salário real sofre grave deterioração com repercussões ruinosas sobre a durabilidade das funções da força de trabalho no longo prazo<sup>401</sup>.

Os casos 2 e 3 permitem verificar claramente a fraqueza da interpretação de Morishima; Catephores (1980). Para esses autores, os trabalhadores admitiriam estender desmesuradamente a jornada ou nas suas palavras acrescer a "oferta de trabalho disponível", porque foram incentivados, nas conjunturas de prosperidade e de bonança, a contraírem precocemente casamentos, dos quais resultaram filhos e novas exigências para manter dignamente o núcleo familiar operário. Os autores advertem, porém, que a variação demográfica apenas surtirá efeito no longo prazo e, por isso, não é capaz, no curto prazo, de satisfazer a demanda de trabalho do capital. Até que os filhos dos operários estejam aptos a ingressar no mercado como assalariados, a demanda de trabalho dos capitalistas seria atendida por meio do sobretrabalho extensivo dos seus pais, que assim agiriam para elevar a receita monetária em consonância com as novas obrigações assumidas como chefes de família e principais provedores:

Ele [Marx] tenta, portanto, combinar os aspectos de longo e curto prazo do processo, argumentando que o aumento de nascimentos coloca os trabalhadores numa posição mais fraca para resistirem à pressão dos capitalistas por mais horas de trabalho (já que agora têm mais bocas para alimentar) e, por conseguinte, aumenta a oferta de trabalho no curto prazo. Aqui Marx está escrevendo sob a influência de sua percepção do segundo determinante da oferta de trabalho - a duração do dia de trabalho. Como a taxa de exploração depende crucialmente dessa duração e o emprego efetivo dependa da exploração [...], a duração do dia de trabalho torna-se um dos determinantes da taxa de crescimento da população ativa através de sua influência sobre o nível de emprego. (MORISHIMA, M.; CATEPHORES, G., 1980, p.133)

---

<sup>401</sup> "But, as we have seen, it also implies a real depreciation of labour capacity, in so far as 12 hours' use of labour capacity presupposes a different *duration* of labour capacity from 10 hours' use." (MARX, [1861-1863]1994b, p.74).

A interpretação de Michio Morishima e George Catephores é equivocada pelas seguintes razões. Como visto anteriormente, os trabalhadores são expostos a sobretrabalho extensivo, não em decorrência da quantidade de filhos que possuem e sim porque a pressão da concorrência dos trabalhadores de reserva sobre o preço corrente do trabalho torna imperioso aos da ativa o prolongamento da jornada quer para complementar quer para sustentar a renda familiar habitual. E depois os autores *invertem* a relação que determina *em condições normais* a extensão da jornada e a oferta futura de forças de trabalho novas. É a extensão anormal da jornada que (dadas as demais circunstâncias) impulsiona a necessidade de produzir força de trabalho adicional nova. A jornada quando estendida acima do parâmetro usual ocasiona reajuste do valor diário da força de trabalho para refletir o abreviamento da duração da vida do trabalhador e, conseqüentemente, a reposição mais acelerada do valor global da força de trabalho (dada as demais circunstâncias). Por outro lado, incidem agora sobre a reprodução normal da força de trabalho maiores custos diários tanto para compensar o acréscimo de desgaste do trabalhador quanto os concernentes à despesa extra imposta pela necessidade de "a procriação da classe trabalhadora" (MARX, [1867] 2013, p.338) obrigar-se a prover em determinado prazo novos trabalhadores em substituição daqueles cujas forças de trabalho foram abreviadas prematuramente em virtude do sobretrabalho extensivo<sup>402</sup>.

A relação-capital conforme continuamente reproduzida adiciona novas experiências do assalariamento, levando os trabalhadores, primeiramente, a tomarem consciência dos efeitos prejudiciais à conservação normal de sua força de trabalho da adoção de certas modalidades de pagamento salarial, como a do salário-horário, e, depois, mobilizarem-se coletivamente para opor-se à sua continuada aplicação. Marx menciona, como exemplo dessa resistência, a revolta dos operários da construção civil de Londres em meados da década de 1860. Esses operários perceberam que o salário-hora fixado em determinado patamar auxiliava os empreiteiros a prolongar desmesuradamente a jornada nas épocas de alta atividade industrial com aumento desprezível dos rendimentos nominais dos trabalhadores<sup>403</sup>. Para Marx, com essa "penetrante consciência crítica" levada a cabo através de mobilizações grevistas, os trabalhadores revelavam conceber que o prolongamento *quantitativo* da jornada promovia uma importante mudança *qualitativa* em suas vidas quer porque o sobretrabalho

---

<sup>402</sup> "Assim, se o prolongamento antinatural da força de trabalho [...] encurta o tempo de vida do trabalhador singular [...] torna-se necessária uma substituição mais rápida dos trabalhadores que foram desgastados e, portanto, a inclusão de custos de depreciação maiores na reprodução da força de trabalho[...]" (MARX, [1867] 2013, p.338).

<sup>403</sup> "This system, the workers argue, abolishes any normal day (normal working day), hence any boundary to a total day's labour (necessary and surplus labour taken together)." (MARX, [1861-1863]1988a, p.193).

extensivo diminuía o tempo livre para a satisfação de suas necessidades pessoais e sociais<sup>404</sup> quer porque interferia gravosamente sobre a duração útil de sua força de trabalho e, portanto, comprometendo prejudicialmente sua futura sobrevivência material<sup>405</sup>. Por isso, a luta em torno de uma jornada regulamentada e de dimensão compatível com a duração da força de trabalho sem redução salarial constituía item permanente da pauta de reivindicações dos trabalhadores da construção de Londres. Enquanto tal objetivo estratégico não fosse alcançado, eles defendiam, como medida lenitiva, a jornada extra com salário-horário mais caro do que o pago pela jornada regular<sup>406</sup>. A esperança era que o encarecimento do preço da hora-extra pudesse colocar um freio à extensão exagerada da jornada<sup>407</sup>, e até mesmo tornasse mais vantajoso ao capitalista o emprego de trabalhador adicional ao invés de manter o atual quadro de assalariados com uma jornada extensiva de custo proibitivo. Por fim, o salário da hora-extra mais caro promoveria um reajuste do salário nominal, do qual se esperava suficientemente neutralizar os efeitos nocivos que o trabalho em excesso estava acarretando à reprodução normal da força de trabalho<sup>408</sup>.

Contudo, a aplicação do salário-horário extra mais caro não conseguia impedir as consequências ruinosas do trabalho em excesso sobre os trabalhadores e, tampouco, alterava essencialmente a natureza específica do sobretrabalho extensivo que tanto beneficiava o capital. O caso 4 (quadro 24) simula situação em que é introduzido o salário-horário extra mais caro. Supõe-se que a jornada regular de 12 horas seja remunerada por seu preço normal,

---

<sup>404</sup> "Time is the room of human development. A man who has no free time to dispose of, whose whole lifetime, apart from the mere physical interruptions by sleep, meals, and so forth, is absorbed by his labour for the capitalist, is less than a beast of burden. He is a mere machine for producing Foreign Wealth, broken in body and brutalised in mind." (MARX, [1865]1985c, p.142).

<sup>405</sup> "They stress how a normal day of this kind not only forms the yardstick for the workers' average life expectancy but rules over the whole of their development." (MARX, [1861-1863]1988a, p.193).

<sup>406</sup> "Numa visão crítica plenamente correta da situação, os trabalhadores londrinos empregados na construção durante a grande greve e lockout de 1860, que só aceitaram o salário hora sob duas condições: 1) que além do preço da hora de trabalho, fosse fixada uma jornada normal de trabalho de 9 ou, eventualmente, de 10 hora, e que o preço por hora da jornada de 10 horas fosse maior que o da jornada de 9 horas; 2) que cada hora que excedesse o limite da jornada normal fosse paga como tempo extraordinário, a um preço proporcionalmente maior." (MARX, [1867] 2013, p.617-618, nota38).

<sup>407</sup> "They argue that this hour system rules out extra pay for overwork, i.e. surplus labour performed in excess of its normal and traditional amount. While on the one hand this extra pay [makes it possible] for the masters to have work done over and above the normal day in extraordinary cases, on the other hand it imposes golden chains on their drive for an indefinite extension of the working day." (MARX, [1861-1863]1988a, p.194).

<sup>408</sup> "This was one reason why the workers demanded the extra pay. The second reason: they demand extra pay for overwork because the lengthening of the normal day brings with it not only a quantitative but a qualitative difference, and the daily *value* of labour capacity itself must therefore be subjected to an altered valuation. If, for example, a 13-hour working day replaces one of 12 hours, this must be estimated as the average working day of a labour capacity which is used up over, e.g., 15 years, whereas in the other case the average working day is that of a labour capacity which is used up in 20 years." (MARX, [1861-1863]1988a, p.194).

ou seja, que proporcione uma receita salarial monetária condizente com a reprodução diária normal do trabalhador e ajustada à expectativa de duração da força de trabalho. Admita-se, como Marx ([1861-1863]1994b, p.76-77) sugere, que a hora-extra seja 1/4 mais cara do que a hora regular (tomando como referência o preço normal de trabalho da jornada básica de 12 horas).

QUADRO 24 - JORNADA DE TRABALHO EXTRA COM PREÇO HORÁRIO DO TRABALHO MAIS CARO QUE O DA JORNADA REGULAR (CASO 4)

Casos	JT	Salário nominal		Salário real (em xelins)		Salário relativo (em %)		Preço horário (em xelins)		
		\$	H	\$	H	Nominal (1)	Real (2)	Normal (3)	Nominal (4)	Real (5)
Normal	12	3,00	6,00	3,00	6,00	50	50	0,25	0,25	0,25
4	14	3,63 <sup>(6)</sup>	7,20	3,40	6,80	52	49	0,28	0,26	0,24

FONTE: Elaboração própria a partir de Marx ([1867] 2013, p.616-617 e [1861-1863]1994b, p.76-77)

$$(1) \text{ salário relativo nominal} = \frac{\text{salário nominal}}{\text{produto de valor}}$$

$$(2) \text{ salário relativo real} = \frac{\text{salário real}}{\text{produto de valor}}$$

$$(3) \text{ preço normal do trabalho} = \frac{\text{valor da força de trabalho}}{\text{jornada de trabalho}}$$

$$(4) \text{ preço nominal do trabalho} = \frac{\text{salário nominal}}{\text{jornada de trabalho}}$$

$$(5) \text{ preço real do trabalho} = \frac{\text{salário real}}{\text{jornada de trabalho}}$$

$$(6) \text{ Salário nominal} = \text{preço normal} \times \text{hora extra} \times 1,25$$

À primeira vista parece que a incidência de um sobrepreço à hora-extra poderia favorecer os trabalhadores, posto que a receita salarial nominal é notoriamente maior do que a que seria obtida com o preço do trabalho da jornada regular. Todavia, esse engano é logo emendado quando se compara a receita salarial nominal com o novo valor diário reajustado da força de trabalho e se verifica que, não obstante o importante incremento no rendimento monetário do trabalhador com a aplicação do salário-hora diferenciado para a jornada extra, esse ganho não foi o suficiente para neutralizar os custos mais altos da reprodução do trabalhador (ver Quadro 20). A duração de vida do trabalhador teria de qualquer maneira comprimir-se como consequência do maior desgaste diário associado à jornada prolongada, mas o trabalhador deveria ao menos ser ressarcido com um salário nominal alinhado com o custo de restauração mais alto da força de trabalho. Isso não se constatou porque no caso 4 a hora-extra fora remunerada com um sobrepreço inferior ao que seria necessário para ajustar a receita nominal ao novo valor da força de trabalho associado à jornada estendida de 14 horas. Se a receita salarial para 12 horas é de 3 xelins, então o trabalhador deveria auferir uma soma salarial de 0,85 xelins nas 2 horas de jornada extra para alcançar o novo valor diário da força de trabalho que é de 3,85 xelins (14 horas, ver Quadro 20), resultado que implica um preço da

hora extra de 0,425 xelins ou aproximadamente 70% mais cara do que a hora regular de 0,25 xelins. Assim, a sobretaxa aplicada ao preço horário da jornada regular deveria ser consideravelmente mais alta para meramente *preservar-se* o salário real (alinhamento com o novo valor reajustado da força de trabalho), conclusão que leva a colocar em dúvida a possibilidade de o expediente das horas extras promover, de fato, *melhoria* nos salários reais, tal como sugere Rosdolsky:

Mas, se levamos em conta a enorme quantidade de horas extras que os trabalhadores realizam no atual período de prosperidade na maior parte dos países capitalistas, devemos admitir que essa variante estudada por Marx permanece atual, já que o *aumento dos salários reais, onde ocorre, também se deve à realização dessas horas extras*. (ROSDOLSKY ([1968] 2001, p.241, grifo nosso).

Outra razão destacada por Marx para o sobrepreço na jornada extra ser ineficaz (no sentido tanto de limitar o expediente de prolongamento desmedido quanto de minimizar os danos do trabalho em excesso infligidos à duração de vida do trabalhador) consiste no seguinte: a pressão da concorrência entre os trabalhadores impõe um preço do trabalho tão aviltante para a jornada regular que a incidência de um sobrepreço à hora-extra não impede o prolongamento da jornada como, inversamente, a torna vantajosa aos próprios trabalhadores, que veem nele uma alternativa para melhorar seus deprimidos vencimentos<sup>409</sup>.

#### 4.1.4. O salário por tempo e o subemprego

O salário-hora não apenas permite o prolongamento sem limite da jornada, em razão do qual se suprime qualquer conexão essencial entre trabalho necessário e trabalho excedente, como também faculta ao capitalista o poder discricionário de empregar trabalhadores durante jornadas anormalmente reduzidas. E a forma-salário joga papel decisivo na viabilidade desse subemprego dos trabalhadores.

Como anteriormente discutido, o trabalhador aliena sua força de trabalho para uso provisório do capitalista durante determinada jornada; a quantia em dinheiro que o trabalhador recebe permite-lhe adquirir meios de subsistência normais que, uma vez consumidos, o torna capaz de suportar a jornada fixada e ainda se manter costumeiramente durante a parte do dia natural que não está à disposição do empregador. O capitalista pode,

---

<sup>409</sup> "A jornada normal de trabalho existe como fração da jornada efetiva de trabalho, e esta última frequentemente ocupa mais tempo durante o ano inteiro do que a primeira. O aumento do preço do trabalho, decorrente do prolongamento da jornada de trabalho além de certo limite normal, assume, em diversos ramos britânicos, a forma de que o baixo preço do trabalho durante o assim chamado horário normal obriga o trabalhador, se quer obter um salário suficiente, a trabalhar um tempo extraordinário, mais bem remunerado. A limitação legal da jornada de trabalho põe um fim a esse divertimento." (MARX, [1867] 2013, p.617).

como qualquer comprador, consumir integralmente a mercadoria força de trabalho (assumindo-se que se respeite o limite da extensão e intensidade do trabalho previamente estabelecido em contrato) ou usá-la parcialmente que isso em nada alterará o valor da mercadoria força de trabalho nem a quantia em dinheiro que o trabalhador recebeu em troca de sua cessão provisória. Por seu turno, o consumo dos meios de subsistência habilita o trabalhador a estar apto a exercer sua força de trabalho durante a jornada integral, sendo assim problema do capitalista usar ou não essa disponibilidade. Com efeito, a forma-salário desfigura o conteúdo verdadeiro da transação entre trabalhador e capitalista, visto apresentá-la como um negócio de compra e venda de trabalho. Pela forma-salário, o trabalhador é remunerado pelo tempo que dura seu trabalho mesmo que a extensão temporal da jornada não redunde numa receita salarial capaz de reproduzir integralmente a força de trabalho nas condições normais de saúde e vitalidade. Assim, a mera transmutação do valor da força de trabalho em salário já contém a possibilidade de aplicação de subjornadas. O salário-horário consiste apenas numa modalidade de pagamento que torna possível explorar em benefício dos capitalistas as vantagens possíveis do subemprego.

O caso 5 (quadro 25) ilustra situação típica de subemprego. O trabalhador negocia salário-hora que originalmente coincide por hipótese com o preço normal de trabalho. O preço hora-trabalho assim fixado impõe ao trabalhador a obrigação de trabalhar a jornada integral de 12 horas a fim de receber um montante nominal de salário suficiente para satisfazer as necessidades diárias de sua vida como assalariado. Desse modo, o preço normal do trabalho exprime, ainda que veladamente, a conexão normal entre as partes da jornada, porquanto o trabalhador realmente deve trabalhar a jornada integral de 12 horas, executando obrigatoriamente o mais trabalho de 6 horas, para ter permissão de receber o trabalho necessário à reprodução de sua vida habitual<sup>410</sup>.

---

<sup>410</sup> "It is therefore clear that if on the above presupposition 3d. per hour is established as the average value of an hour of labour, this is on the assumption not only that the total working day is twice as long as the necessary labour time, 12 hours instead of 6, but that the worker is employed for 12 hours every day, or that his average daily employment over the year comes to 12 hours. For only if he works 12 hours every day is he capable of reproducing the value of his own labour capacity, and therefore continuing to live as a worker under the same average conditions; or, only if he works 12 hours is he capable of producing for himself a daily value of 6 hours—the value of his labour capacity." (MARX, [1861-1863]1994b, p.84-85).



QUADRO 25 - SUBEMPREGO (CASO 5)

Casos	JT	Produto de valor (em xelins)	Salário nominal		Salário real (em xelins)		Preço horário Nominal (em xelins) <sup>(1)</sup>
			\$	H	\$	H	
Normal	12	6	3,00	6,00	3,00	6,00	0,25
5	6	3	1,50	3,00	<sup>(2)</sup>	<sup>(2)</sup>	0,25
5	7	3,5	1,75	3,50	0,50	1,00	0,25

FONTE: Elaboração própria a partir de Marx ([1867] 2013, p.615-616 e [1861-1863]1994b, p.84-85)

(1) preço nominal do trabalho =  $\frac{\text{salário nominal}}{\text{jornada de trabalho}}$

(2) Infinitamente pequeno

Entretanto, o salário-horário não compromete o capitalista a aplicar a extensão da jornada que serviu de referência para o cálculo do salário-horário. Assuma-se que o capitalista empregue o trabalhador apenas pela jornada de 6 horas justamente igual ao tempo de trabalho necessário à reprodução normal da força de trabalho. Mas o capitalista paga ao trabalhador não o correspondente ao valor diário de sua manutenção e sim a receita salarial que lhe cabe segundo o salário-horário previamente fixado. Como essa receita salarial (1,5 xelins) é menor que o produto de valor da jornada de 6 horas (3 xelins), o capitalista apura uma mais-valia de 1,5 xelins. O salário-hora faculta ao capitalista a extração de mais-trabalho seja qual for a extensão de jornada. Se o conceito de mercadoria força de trabalho indicava a precedência da jornada necessária em relação à jornada de trabalho excedente e estabelecia uma jornada de extensão mínima a partir da qual o capital iniciava a extração de mais-trabalho, com o salário-hora todos esses preceitos conceituais estão na prática extintos. O capitalista pode extrair mais-trabalho sem que o trabalho necessário à reprodução da força de trabalho tenha sido integralmente cumprido, de modo que, com isso, se remove qualquer limite mínimo à consecução da jornada de trabalho excedente<sup>411</sup>.

O subemprego é, por vários motivos, nocivo aos trabalhadores. Primeiramente, porque a receita salarial nominal, em razão do deprimido salário-horário vigente, pode cair frequentemente abaixo do indispensável à sobrevivência física. A concorrência dos trabalhadores no mercado expõe o salário-horário à forte pressão baixista, dificultando ainda mais os trabalhadores subempregados a obterem uma receita salarial que lhes proporcione ao menos a mínima subsistência física. Por outro lado, o contingente de trabalhadores de reserva permite aos capitalistas remediar a precoce destruição da força de trabalho dos trabalhadores

<sup>411</sup> "O capitalista pode, agora, extrair do trabalhador um determinada quantidade de mais trabalho sem conceder-lhe tempo de trabalho necessário para autoconservação." (MARX, [1867] 2013, p.616).



subempregados. Com efeito, essa prematura incapacitação dos trabalhadores subempregados expostos à subsistência beirando o mínimo fisicamente imprescindível é também ocasionada pela inatividade involuntária que destrói as propriedades úteis da força de trabalho por desuso e desalento. Esses efeitos nocivos do subemprego sobre a força de trabalho levam os trabalhadores a denunciarem como causa de seus infortúnios o estabelecimento do salário-hora. Marx novamente destaca como exemplo de "consciência crítica penetrante" da questão salarial as mobilizações dos trabalhadores de construção civil de Londres em meados da década de 1860<sup>412</sup>. Esses trabalhadores por experiência verificaram que o salário-hora se convertia num poderoso recurso sempre à mão dos capitalistas para prolongar sem limite a jornada com desprezível compensação salarial assim como subocupar trabalhadores com base em "salários muitas vezes" abaixo do mínimo físico. Era, por isso, que reivindicavam uma melhora no salário-horário bem como o estabelecimento de um preço do trabalho propiciasse mínima receita salarial independente da extensão da carga horária trabalhada. Para os trabalhadores, a baixa conjuntural da atividade não podia ser pretexto para os capitalistas continuarem obtendo lucros mínimos com base em salários ínfimos associados ao subemprego. Que a empresa cortasse a produção e a carga horária, mas que assegurasse àqueles que mantiveram seus empregos um piso salarial que garantisse mínima subsistência física<sup>413</sup>. Com essa reação, os trabalhadores demonstravam "consciência penetrante" sobre o problema salarial, porque alcançavam reconhecer com ela que o "segredo oculto dos salários" ligava-se à reprodução de sua existência material e que, portanto, era preciso reconciliar, de um lado, a extensão da jornada e montante salarial com, de outro, o tempo de trabalho necessário à manutenção da força de trabalho. As distorções próprias da forma-salário perdiam sua força toda vez que os operários se mobilizavam para defender seus interesses,

---

<sup>412</sup> "If he were only employed for e.g. 10 hours at a *price per hour* of 3d., he would only receive 30d. = 2s. 6d., a wage which would fall below the daily value of labour capacity, and therefore below the average wage. If he were only employed for 6 hours, he would receive precisely half the wage required to conduct his life in its traditional manner. The same phenomena occur when there is only half time work, 3/4 time, etc. It is for this *reason* that the London builders spoke out in their strike of 1860 sq. against *payment by the hour* instead of by the working day or the working week.<sup>3</sup> This is also an important aspect in determining the case of the seasonal *workers*, etc.; here the worker perhaps overworks for 3 months and for the rest of the year is only half or vs employed." (MARX, 1994a, 84-85); "Isso explica a rebelião (1860) absolutamente racional dos trabalhadores londrinos, empregados no setor de construção, contra a tentativa dos capitalistas de impor-lhes esse salário por hora. A limitação legal da jornada de trabalho põe fim a esse abuso, embora não, naturalmente, ao subemprego resultante da concorrência da maquinaria, da variação na qualidade dos trabalhadores empregados e das crises parciais e gerais" (MARX, [1867] 2013, p.616).

<sup>413</sup> "No começo de 1867, os fabricantes recorreram a seu expediente habitual em situações de emergência: a compressão dos salários em 5%. Os trabalhadores se opuseram e declaram, com toda razão do ponto de vista teórico, que o único remédio seria trabalhar menos tempo, 4 dias por semana. Após longa insubordinação, os automeados capitães da indústria tiveram de aceitar essa solução, em alguns lugares com, em outros sem a compressão salarial de 5%." (MARX, [1867] 2013, p.506, nota 207).

ainda que a conquista dessa consciência mais profunda da sua existência como trabalhadores em nada alterasse a determinação social do trabalho assalariado.

Em resumo, o salário-hora é uma modalidade de pagamento salarial amplamente favorável ao capitalista. Permite o prolongamento desmesurado da jornada e a exploração ilimitada das vantagens da "natureza específica do trabalho em excesso" que consiste em romper qualquer nexo normal entre o incremento do trabalho excessivo e o pagamento do trabalho necessário suficientemente compensador. E os trabalhadores imediatamente julgam que o prolongamento da jornada coincide com seus interesses quer porque podem manter a receita salarial habitual (com salário horário declinante) quer porque podem elevar a soma salarial recebida acima do costumeiro (com o salário horário fixo conforme a jornada regular). Por isso, os capitalistas podem beneficiar-se dos ganhos do trabalho em excesso sem enfrentar sérias resistências dos trabalhadores. Finalmente, o preço horário do trabalho permite regular a variação da jornada com a conjuntura de mercado<sup>414</sup>, de modo que em momentos de baixa atividade o salário-hora torna possível o subemprego de trabalhadores sem prejuízo à mais-valia dos capitalistas, porquanto esse tipo de pagamento salarial praticamente extingue o limite mínimo da jornada à execução do mais-trabalho. O trabalho excessivo de uma parte do operariado combinado com o subemprego de outra alimenta continuamente o contingente de trabalhadores de reserva, o qual, por seu turno, confere maior poder aos capitalistas de impor preços nominais do trabalho anormalmente baixos<sup>415</sup> e de manipular a extensão da jornada conforme as necessidades da valorização do capital<sup>416</sup>.

---

<sup>414</sup> "Para o capitalista, a situação agradável, que lhe permite contrair ou expandir sua produção, sem perturbações, de acordo com as condições do mercado." (MARX, [1861-1863]1985b, p.1354-1355).

<sup>415</sup> É oportuno mencionar a seguinte reflexão de Marx: "These few hints will suffice to show that the very development of modern industry must progressively turn the scale in favour of the capitalist against the working man, and that consequently the general tendency of capitalistic production is not to raise, but to sink the average standard of wages, or to push the *value of labour* more or less to its *minimum limit*." (MARX, [1865]1985c, p.148). Essa conclusão de Marx suscitou grande controvérsia. Rosa Luxemburgo, por exemplo, inferiu dela uma tendência para o salário real aproximar-se do nível mínimo de subsistência, movimento tendencial que somente seria reversível pela ação política e econômica da classe trabalhadora: "The worker's monetary wage may remain constant or even rise, while his living standard, i.e. the real wage, falls at the same time. The real wage has the constant tendency to fall to the absolute minimum, the minimum of physical existence, in other words there is a constant tendency on the part of capital to pay for labor-power *below* its value. Only workers' organization provides a counterweight to this tendency of capital." (LUXEMBURG, Rosa [1907-1914] 2013, s.p. ). Rosdolsky ([1968] 2001, p.555-556, nota 56) concorda, nesse particular, com Rosa Luxemburgo. Por outro lado, na interpretação de Mandel a tendência vislumbrada por Marx para os salários dizia respeito apenas a sua medida relativa: "There are many reasons for thinking that the relative sense is closer to Marx's thought than absolute sense" (MANDEL, 1971, p.148). O mencionado trecho serviu também de referência para alguns acadêmicos estudiosos da obra econômica de Marx extraírem a conclusão de que este autor formulara uma tendência de longo prazo de queda inexorável do salário real (HOLLANDER 1984). O presente estudo defende, ao contrário, que Marx ao falar do "valor do trabalho" estava se referindo ao preço do trabalho. Com isso, fica claro, pela exposição anterior, que o

#### 4.1.5. Considerações finais

Conclui-se que em qualquer caso examinado o prolongamento excessivo da jornada piora sempre<sup>417</sup> a situação dos trabalhadores. O trabalho em excesso pelo uso do prolongamento da jornada conduz a uma deterioração progressiva das condições de reprodução normal dos trabalhadores, em virtude da diminuição do tempo livre para a satisfação das necessidades físicas imprescindíveis e de outras que só podem ser atendidas fora do ambiente de trabalho em combinação com outras pessoas em consonância com o grau de desenvolvimento material da sociedade. Ademais, o dispêndio de energia vital consumida excessivamente pela jornada prolongada ocasiona um abreviamento da vitalidade da força de trabalho e, portanto, uma diminuição do período em que ela representa determinado valor de troca para o trabalhador. Com isso, o valor diário da força de trabalho deve, com o prolongamento da jornada, sofrer uma correção a fim de refletir a rapidez da extenuação da funcionalidade da força de trabalho e, conseqüentemente, a reposição mais breve de seu valor de troca global. Acontece, todavia, que na maioria das vezes o realinhamento do salário nominal suscitado pelo incremento desmesurado da jornada não é o bastante para cobrir o custo mais elevado de reprodução diário da força de trabalho. Com isso, os trabalhadores são duplamente lesados. De um lado, porque o salário nominal insuficientemente reajustado perturba as condições normais de reprodução da existência dos trabalhadores, deteriora o seu padrão de vida e prejudica a atuação funcional da força de trabalho nas subseqüentes jornadas. De outro, porque o rebaixamento permanente do salário real intensifica a rapidez com que a

---

capital realmente procura efetuar constante pressão para o preço do trabalho aproximar-se do limite mínimo do valor prevalecente da força de trabalho. Com efeito, se tal situação prolongar-se por tempo suficientemente longo, de maneira que esse preço rebaixado do trabalho se consolide num diminuído preço normal, então se formará um novo padrão de vida inferior ao que prevalecia antes desse processo. Todavia, os intérpretes mencionados falham ao considerar essa alternativa como situação exclusiva, ignorando demais variações igualmente possíveis, como as sugeridas nas subseções 4.1.2 a 4.1.4 e ainda outras que serão aludidas no decorrer desta tese.

<sup>416</sup> "Ademais, aumenta seu poder, porque à força de trabalho ocupada em excesso corresponde um exército de reserva desocupado ou semi-ocupado, e assim acresce a concorrência entre os trabalhadores." (MARX, [1861-1863]1985b, p. 1355); "One group of workers is thereby overworked, a corresponding group becomes unemployed, and the wages of the employed are forced down by the wage at which the unemployed work." (MARX, 1988a, p.194); "Pode eliminar toda regularidade da ocupação e, de acordo com sua comodidade, arbítrio e interesse momentâneo, fazer com que o sobretrabalho mais monstruoso se alterne com a desocupação relativa ou total." (MARX, [1867] 2013, p.616).

<sup>417</sup> "In the case of absolute surplus value, therefore, there is a *relative fall in the value* of wages as compared with the absolute growth in surplus value; whereas in the case of relative surplus value there is an *absolute fall in the value* of wages. Nevertheless, the first case is always worse for the worker. In the first case the *price of labour* falls absolutely. In the second case the *price of labour* may rise." (MARX, [1861-1863] 1988a, p.251).

duração funcional da força de trabalho é abreviada pelo prolongamento da jornada. Marx fala em transtorno do necessário equilíbrio entre o que os trabalhadores dão e o que recebem:

Antecipação do futuro - antecipação real- só ocorre em geral na produção da riqueza no tocante ao trabalhador e à terra. Em ambos, o futuro pode ser na realidade antecipado e devastado por extenuação e esgotamento prematuros, pela perturbação do equilíbrio entre o que recebem e o que dão. É o que sucede com ambos na produção capitalista. (MARX, [1861-1863]1985b, p. 1355).

Os trabalhadores com a experiência acumulada com o desenvolvimento capitalista pouco a pouco tomam consciência de que a jornada excessiva colide flagrantemente com a reprodução considerada normal da força de trabalho compreendida pelo período médio de vida funcional dos trabalhadores<sup>418</sup>. A experiência de meros reajustes no salário-horário e de imposição de sobrepreço à hora-extra acabam mostrando-lhes claramente que tais iniciativas assemelham-se a paliativos que apenas atenuam os sintomas mais destruidores do prolongamento excessivo, mas que não debelam definitivamente a própria causa da destruição precoce da força de trabalho. No momento em que essa crítica seja socialmente reverberada pelos trabalhadores e suas representações de ação coletiva<sup>419</sup>, parte das ilusões imanentes à forma salarial são dissipadas, pois os trabalhadores passam a se reconhecerem como possuidores de mercadorias força de trabalho que como único patrimônio cumpre zelar por sua preservação e durabilidade<sup>420</sup>. Torna-se, com isso, pauta constante das mobilizações

---

<sup>418</sup> "It follows from what has been said, however, that there is an antinomy here in the general relation itself. This antinomy arises in the following way: On the one hand, if we disregard the natural limit which absolutely prohibits the extension of labour time beyond a certain duration, the general relation between capital and labour—the sale of labour capacity—posits no limit to surplus labour. But on the other hand, in so far as surplus labour destroys the value of labour capacity itself, whereas labour capacity's use is only sold to the extent to which it preserves and reproduces itself as labour capacity, implying also the preservation of its value throughout a definite normal period of time, surplus labour which goes beyond a certain indeterminate boundary contradicts the very nature of the relation which is given with the worker's sale of his labour capacity." (MARX, [1861-1863]1988a, p.184).

<sup>419</sup> Marx deixa claro que as lutas em torno da garantia da reprodução normal da força de trabalho não podem ser conduzidas individualmente pelos trabalhadores, porque, em primeiro lugar, eles agindo isoladamente não teriam força para enfrentar o poder econômico do capital e, depois, porque a questão da reprodução normal da existência dos assalariados diz respeito à classe trabalhadora como um todo: "We know that in practice it depends on the relative power of the buyer and the seller (which is determined each time economically) whether a commodity is sold at less or more than its value. Similarly here. Whether the worker provides surplus labour of more than the normal amount or not will depend on the power of resistance he is able to oppose to the measureless demands of capital. The history of modern industry teaches us, however, that the measureless demands of capital could never be held in check by the isolated efforts of the worker. The struggle had instead to take on the form of a class struggle, and thereby call forth the intervention of the state power, before the overall daily labour time was confined within certain limits (as yet mostly within certain spheres alone)." (MARX, [1861-1863] 1988a, p.184).

<sup>420</sup> "In their attempts at reducing the working day to its former rational dimensions, or, where they cannot enforce a legal fixation of a normal working day, at checking overwork by a rise of wages, a rise not only in proportion to the surplus-time exacted, but in a greater proportion, working men fulfil only a duty to themselves and their race. They only set limits to the tyrannical usurpations of capital. Time is the room of human development. A man who has no free time to dispose of, whose whole lifetime, apart from the mere

operárias a regulamentação da jornada de trabalho com o estabelecimento de limites tangíveis para sua extensão e normas que regulem durante o período de produção pausas para que os trabalhadores satisfaçam determinadas necessidades como descanso, refeição e outras. Com essa regulamentação da jornada de trabalho, criar-se-ia também meios para a redução negociada de sua extensão. Não é preciso, aqui, resumir a história da regulamentação da jornada na Inglaterra na época da primeira fase da revolução industrial minuciosamente exposta no capítulo 8 do Livro Primeiro de *O Capital*<sup>421</sup>. Basta sublinhar que, graças à deflagração da luta pela regulamentação e diminuição da jornada de trabalho, os trabalhadores alcançaram a consciência, contra as deturpações da forma-salário, de que são, de fato, possuidores de força de trabalho como mercadoria e que a durabilidade e conservação dessa mercadoria dependem da restauração do equilíbrio entre o que eles recebem de salário e a grandeza da extensão da sua energia vital fornecida ao capital (MARX, [1861-1863]1985b, p. 1355)<sup>422</sup>.

A jornada desmesurada sofre não apenas forte oposição da classe trabalhadora como sua regulamentação ganha adeptos até mesmo em integrantes da classe capitalista fosse porque sinceramente se compadeciam com as consequências ruinosas do trabalho em excesso sobre os operários fosse porque impulsionados, principalmente, por interesses estratégicos de conservação de seu poder econômico no longo prazo<sup>423</sup>. Esses capitalistas entendiam que jornadas de trabalho estendidas quase ilimitadamente ao lado da aplicação de subjornadas anormalmente reduzidas poderiam colocar em risco a vitalidade futura da produção capitalista, que seria obrigada a empregar cada vez mais uma legião de trabalhadores imaturos e debilitados, situação que, por seu turno, pressionaria (dada as demais circunstâncias) os custos de reprodução dos trabalhadores para ajustar-se à necessidade de maior reposição de

---

physical interruptions by sleep, meals, and so forth, is absorbed by his labour for the capitalist, is less than a beast of burden. He is a mere machine for producing Foreign Wealth, broken in body and brutalised in mind. Yet the whole history of modern industry shows that capital, if not checked, will recklessly and ruthlessly work to cast down the whole working class to the utmost state of degradation." (MARX, [1865]1985c, p.142).

<sup>421</sup> Ver sobre este tema Mandel (1968, p.135-136) e Nyland (1988, p.75-78).

<sup>422</sup> Segundo Rosa Luxemburg, a validação da legislação social é indiretamente o reconhecimento de que não vigoram nem liberdade, nem igualdade e nem harmonia na relação-capital: "Labor protection legislation is in fact the first official acknowledgement by present-day society that the formal equality and freedom on which commodity production and exchange is based already breaks down, collapses into inequality and unfreedom, as soon as labor-power appears on the market as a commodity." (LUXEMBURG, Rosa [1907-1914] 2013, s.p.)

<sup>423</sup> "However, absolute surplus-value cannot be increased without limit. Its natural limit is, first of all, the physical capacity of the worker. Capital is interested in exploiting but not in destroying the labour power which constitutes its constant source of potential surplus labour." (MANDEL, 1968, p.136).

uma geração para outra de operários<sup>424</sup>. Era, por isso, reconhecido como racional por parte do capital que seus interesses econômicos estratégicos de longo prazo não fossem prejudicados pela cupidez imediata e sem freios de alguns de seus representantes individuais<sup>425</sup>. Pressionado pela revolta da classe trabalhadora e chamado igualmente a arbitrar os interesses comuns e permanentes dos capitalistas, o Estado, com isso, sanciona limites tangíveis à extensão da jornada.

#### 4.2. PRODUTIVIDADE VARIÁVEL. DURAÇÃO E INTENSIDADE CONSTANTES.

A obrigação legal de respeitar a dimensão normal da jornada incita o capital a empregar outros métodos que assegurem extrair numa jornada fixa o mesmo ou maior volume de mais-trabalho que obtinha numa jornada desmesuradamente estendida. Analise-se, agora, um desses métodos, que consiste no desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social, e suas implicações sobre o movimento dos salários.

Realizaram-se dois conjuntos de simulações. Na primeira (Simulação I), examinam-se casos de variação dos salários quando é duplicada a produtividade do trabalho dos ramos vinculados à reprodução da força de trabalho<sup>426</sup>. Na simulação II, o exame versa sobre a situação de declínio da produtividade. O quadro 26 abaixo sintetiza as simulações planejadas.

---

<sup>424</sup> "Assim, se prolongamento antinatural da força de trabalho [...] a inclusão de custos de depreciação maiores na reprodução da força de trabalho[...] Uma jornada de trabalho normal parece, assim, ser do próprio interesse do capital." (MARX, [1867] 2013, p.338).

<sup>425</sup> "One might think that, just as the slaveowner, when he has consumed the Negro in 7 years, is compelled to replace him with a fresh purchase of Negroes, so capital must itself pay for the rapid exhaustion of the workers, since the continuous existence of the working class is capital's fundamental prerequisite. The individual Capitalist A may have enriched himself through this 'killing no murder' whereas Capitalist B has perhaps to pay the expenses, or Generation B of the capitalists does. Nevertheless, the individual capitalist perpetually rebels against the overall interest of the capitalist class. On the other hand, the history of modern industry has shown that continuous overpopulation is possible, although it consists of a stream of human generations plucked so to speak before they are ripe, quickly wasted and following each other in rapid succession." (MARX, [1861-1863]1988a, p.184-185).

<sup>426</sup> "For it should not be forgotten that the proportion of *necessary labour time* to *surplus labour time* is determined not by the productivity of the sphere of industry in which the worker works, but by the productivity of all the branches whose results enter into his reproduction process." (MARX, [1861-1863]1994b, p. 64).

QUADRO 26 - CASOS DE ESTUDO PRODUTIVIDADE VARIÁVEL

Situações	Casos
(I) Produtividade é duplicada. Duração e intensidade constantes	1) Salário nominal reajusta-se ao novo valor da força de trabalho
	2) Salário nominal mantém-se inalterado
	3) O salário nominal declina menos que o novo valor da força de trabalho
(II) Produtividade cai em 1/5. Duração e intensidade constantes	1) Produtividade cai em 1/5. Salário nominal reajusta-se ao novo valor da força de trabalho
	2) Salário nominal mantém-se inalterado
	3) O salário nominal eleva-se menos do que o novo valor da força de trabalho

FONTE: Elaboração própria

Com efeito, cumpre destacar algumas premissas norteadoras dessas simulações. Os meios de subsistências habituais são conhecidos e determinados em quantidade e qualidade; variação no nível de produtividade nos ramos vinculados à reprodução da classe trabalhadora barateia ou encarece dada massa de meios de subsistência normal, porque as unidades que compõem a cesta habitual de consumo operário requer, respectivamente, menor ou maior tempo de trabalho socialmente necessário à sua reprodução. Supõe-se que o valor do material monetário que referencia o padrão de preços adotado mantém-se inalterado. O quadro 27 abaixo sintetiza essas hipóteses para a simulação I e II.

QUADRO 27 - VALOR DA FORÇA DE TRABALHO E JORNADA DE TRABALHO (SIMULAÇÃO I)

Simulação	Jornada de trabalho (em horas)	Valor força de trabalho		Meios de subsistência necessários			
		(em xelins)	Em horas	Quantidade	Valor total		Valor unitário(em xelins)
				(unidades)	(em xelins)	Em horas	
normal	12	3,00	6,00	30	3,00	6,00	0,10
I	12	1,50	3,00	30	1,50	3,00	0,05
II	12	3,75	7,50	30	3,75	7,50	0,125

FONTE: Elaboração própria

A primeira simulação (que trata da duplicação da produtividade do trabalho e redução pela metade do valor da força de trabalho) examina os seguintes casos.

No primeiro caso (Quadro 28), admite-se que o salário nominal se alinha perfeitamente ao novo valor diário da força de trabalho à medida que este se reduza pela metade em decorrência da produtividade dobrada do trabalho.



QUADRO 28 - SALÁRIO NOMINAL, SALÁRIO REAL E SALÁRIO RELATIVO

Casos	JT	Produto de valor (em xelins)	Valor da força de trabalho		Salário nominal		Salário real (em xelins)		Salário relativo (em %)	
			\$	H	\$	H	\$	H	Nominal <sup>(1)</sup>	Real <sup>(2)</sup>
Original	12	6,00	3,00	6,00	3,00	6,00	3,00	6,00	50	50
1	12	6,00	1,50	3,00	1,50	3,00	1,50	3,00	25	25

FONTE: Elaboração própria a partir de Marx ([1867] 2013, p.589-590, [1861-1863]1994b, p. 65)

$$(1) \text{ salário relativo nominal} = \frac{\text{salário nominal}}{\text{produto de valor}}$$

$$(2) \text{ salário relativo real} = \frac{\text{salário real}}{\text{produto de valor}}$$

QUADRO 29 – MAIS-VALIA E TAXA DE MAIS-VALIA (CASO 1)

Casos	JT	Produto de valor (em xelins)	Mais-valia (nominal) <sup>(1)</sup>		Mais-valia efetiva <sup>(2)</sup>		Taxa de mais-valia nominal <sup>(3)</sup> (em %)	Taxa de mais-valia efetiva <sup>(4)</sup> (em %)
			\$	H	\$	H		
Original	12	6,00	3,00	6,00	3,00	6,00	100	100
1	12	6,00	4,50	9,00	4,50	9,00	300	300

FONTE: Elaboração própria a partir de Marx ([1867] 2013, p.589-590, [1861-1863]1994b, p. 65)

(1) Produto de valor (-) salário nominal

(2) Produto de valor (-) salário real

$$(3) \text{ taxa de mais - valia nominal} = \frac{\text{mais-valia nominal}}{\text{salário nominal}}$$

$$(4) \text{ taxa de mais - valia efetiva} = \frac{\text{mais-valia efetiva}}{\text{salário real}}$$

O salário real, desse modo, não sofre qualquer alteração, pois o montante nominal recebido pelo trabalhador compra integralmente a cesta tradicional de meios de subsistência<sup>427</sup>. A queda da magnitude absoluta do salário nominal não indica, aqui, perda de padrão de vida tradicional e sim reflete fidedignamente apenas o novo valor diário da força de trabalho, cuja expressão monetária fora rebaixada pelo acréscimo de produtividade do trabalho. Esse caso evoca a situação retratada na análise da mais-valia relativa presente em várias passagens dos *Grundrisse* e cuidadosamente investigadas nos *Manuscritos de 1861-1863* e no capítulo 10 do Livro Primeiro de *O capital*. Marx supunha, nas passagens das obras mencionadas, que a mercadoria força de trabalho é comprada por um preço idêntico a seu

<sup>427</sup> "The average wage, or the value of labour capacity, as stated earlier, is not a constant magnitude quoad exchange value. But it expresses a constant quantity of use values, a constant quantity of commodities for the satisfaction of needs, i.e. means of subsistence. The value of this quantity of use values depends on the general productivity of all the branches of industry the results of which enter into the worker's necessary consumption. Assume now that industry becomes more productive. Then the following cases are possible. The worker receives the same quantity of use values as before. In this case there is a fall in the value of his labour capacity or his wage. For there has been a fall in the value of this quantity, which has remained constant. The worker has to work less labour time to pay the equivalent of his wage. A greater part of the working day therefore falls to the share of capital. The proportion in which the worker participates in the value of the product of his working day has fallen, while on the other hand there has been an increase in unpaid labour time, or capital's part of the value, surplus value. Hence the relative wage, the proportion of the wage, has dropped." (MARX, [1861-1863]1994b, p. 65).



valor, de sorte que o declínio na magnitude absoluta deste último implicava (para dada jornada normal) acréscimo na grandeza relativa da mais-valia. Essa premissa ajustava-se ao propósito de investigar a natureza da mais-valia relativa em sua plena efetividade. A plausibilidade de que o preço da força de trabalho se alinhava ao novo valor da força de trabalho era explicada, segundo Marx, pelo motivo de a reprodução normal dessa mercadoria ser determinada pelo valor de uso dos meios de subsistência médios, o qual, uma vez plenamente assegurado, pouco importava a magnitude do valor de troca pago ao trabalhador. Abstraía-se, assim, das ilusões da forma-monetária da mercadoria força de trabalho<sup>428</sup>.

Entretanto, no momento em que se cogita a forma-salário não é mais possível justificar a queda do salário nominal apelando à premissa de preço idêntico ao valor da força de trabalho. A forma-salário impede que se reconheça a força de trabalho como a mercadoria, de fato, vendida pelo trabalhador. Do mesmo modo, a figura corrompida do preço do trabalho dissimula a jornada numa totalidade indivisa, suscitando meios para conceitual e efetivamente degenerar os nexos que vinculam mutuamente as partes necessárias e excedentes da jornada de trabalho. Os trabalhadores são influenciados pela ilusão necessariamente produzida pela forma-salário de que o pagamento recebido deva estar em consonância não com o valor de uso dos meios de subsistência normais que precisam consumir para viver como assalariados e sim com a função do seu trabalho e o tempo em que executam essa função para o capitalista<sup>429</sup>. Assim, a forma-salário torna implausível a hipótese de preço coincidente com o valor da força de trabalho. Os trabalhadores de um ramo de produção qualquer ao verificarem

---

<sup>428</sup> “Em primeiro lugar, um produto que custa só meia jornada de tempo de trabalho pode ser suficiente para que eu viva e, portanto, também trabalhe uma jornada inteira. Se o produto possui ou não essa propriedade, é algo que não depende de seu valor, isto é, do tempo de trabalho que nele é empregado, mas de seu valor de uso, e a troca que, nesse particular, tem lugar entre trabalho vivo e produto do trabalho não é uma troca entre ambos como valores de troca, mas a sua relação reside, de um lado, no valor de uso do produto e, de outro, nas condições de existência da capacidade de trabalho viva”. (MARX, [1857-1858] 2011, p.477); “The use value of the commodity remains the same although its exchange value has fallen, i.e. a smaller quantity of labour time is objectified in it, less labour is required to produce it. The amount of the means of subsistence required for the normal reproduction of labour capacity is not determined by their exchange value but by their use value—qualitatively and quantitatively. It is therefore not determined by the labour time required to produce them, objectified in them, but by the result of this labour time, by the real labour, to the extent that it is present in the product. Hence if the same amount of the means of subsistence can be produced in a shorter working period owing to an increase in the productivity of real labour, the value of labour capacity will fall, and along with that the labour time required for its reproduction, for the production of its equivalent value, the necessary labour time, although labour capacity will continue to be sold at its value.” (MARX, [1861-1863]1988a, p.235); “For this is conditioned by the quality and quantity of the *use values* (commodities) he can appropriate, not by their *exchange value*.” (MARX, [1861-1863]1988a, p.245).

<sup>429</sup> Isso é particularmente visto no salário por peça quando em razão do aumento da produtividade ocasiona declínio do preço unitário e do correspondente preço que o trabalhador recebe por peça (MARX, [1867] 2013, p.629).

a maior eficiência de seu trabalho (consubstanciado em maior produto de dada jornada de intensidade usual) não aceitariam resignadamente receber mesma receita salarial ou não admitiriam sem resistência que trabalho mais produtivo fosse pago por igual preço<sup>430</sup>, não obstante tais somas monetárias lhes permitissem como no caso presente comprar integralmente a quantidade usual de meios de subsistência. De todo modo, os trabalhadores influenciados pela forma-salário tomariam o produto expandido de dada jornada de intensidade constante conjugado com mesma receita salarial como uma desvalorização de seu trabalho e reclamariam um reajuste de seu preço no intuito de que parte dos ganhos de eficiência fosse compartilhada com os salários. Por outro lado, a própria evolução do salário relativo, ao exibir tendência de declínio conforme avanço da produtividade do trabalho<sup>431</sup>, mostraria aos trabalhadores, com o tempo, que a progressiva riqueza dos capitalistas podia ser parcialmente partilhada com eles. A consciência desse abismo social adquirida pelo acompanhamento do salário relativo, se bem que não implicasse qualquer mudança substantiva da condição de assalariados<sup>432</sup>, levaria os trabalhadores, todavia, a reivindicar alguma participação no progresso geral da sociedade segundo a concepção de que, se não podiam interferir nas forças que irremediavelmente<sup>433</sup> faziam declinar o salário relativo, estava ao alcance deles, em contrapartida, aspirar melhorias nos salários reais<sup>434</sup>.

---

<sup>430</sup> Se o maior produto de dada jornada de intensidade usual for acompanhado da manutenção da receita nominal habitualmente apurada pelo trabalhador, o salário unitário teria caído. Na medida em que o preço final unitário tivesse permanecido inalterado ou sofresse um declínio menor do que a baixa do salário unitário, os ganhos oriundos da maior eficiência do trabalho teriam sido absorvidos integralmente pelos lucros do capitalista: "[...], então, porque o trabalhador leva a sério a aparência do salário por peça, como se lhe fosse pago seu produto, e não sua força de trabalho, e se rebela, portanto, contra o rebaixamento do salário, que não corresponde ao rebaixamento do preço de venda da mercadoria." (MARX, [1867] 2013, p.629).

<sup>431</sup> "Mas isso pode muito bem acontecer se trabalho necessário torna-se mais improdutivo e, por isso, uma parte maior do trabalho total vai para ele, ou se o trabalho total torna-se mais produtivo e, portanto, o tempo de trabalho necessário é reduzido. É um *nonsense* dizer que essa força produtiva do trabalho está baseada nos salários. Ao contrário, a redução dos salários relativo é seu resultado. Mas ela se deriva 1) da apropriação pelo capital do crescimento das forças produtivas resultantes da divisão do trabalho, do comércio, que propicia matérias-primas mais baratas, da ciência etc.; 2) mas esse aumento das forças produtivas, na medida em que é realizado por meio da aplicação de mais capital etc., tem de ser considerado como fundado no capital." (MARX, [1857-1858] 2011, p.458-459).

<sup>432</sup> "The struggle against the fall in relative wages accordingly means also a struggle against the commodity character of labor-power, i.e. against capitalist production as a whole. The struggle against a decline in relative wages is thus no longer a struggle on the basis of the commodity economy, but rather a revolutionary, subversive initiative against the existence of this economy, it is the socialist movement of the proletariat" (LUXEMBURG, [1907-1914] 2013, s.p.). Para Rosa Luxemburg, o empenho dos trabalhadores em reclamar participação maior no produto e, conseqüentemente, elevar a fatia relativa dos salários representa um ato que coloca em xeque a própria condição assalariada, sendo por isso uma demonstração de força revolucionária dos trabalhadores. Tal concepção negligencia o aspecto deformante do salário relativo enquanto medida quantitativa da forma-salário.

<sup>433</sup> "The fall in relative wages, in contrast to this, seemingly occurs without the least personal participation of the capitalist, and within the wage system, i.e. on the basis of commodity production, the workers have no possibility of struggle and defence against it. Workers cannot struggle against technical advances in

Desse modo, o caso 1 não correspondia à mera repetição da situação retratada pela análise geral da mais-valia relativa. É diferente, porque aqui o conceito de mais-valia relativa já está elucidado e o valor da força de trabalho já se transfigurou em salário. Com efeito, o caso 1 ilustra uma possível situação em que os capitalistas são fortes o bastante para contraporem-se à resistência dos trabalhadores e impor realinhamento do salário nominal ao limite do novo valor diário da força de trabalho<sup>435</sup>. Esse poderio do capital de fazer pender o salário nominal para patamares que lhe beneficiam alimenta-se de uma dupla fonte. Primeiramente, o maior controle e autoridade sobre o processo de trabalho propiciado pelo desenvolvimento das forças produtivas que limita ao mínimo as interferências diretas da força de trabalho sobre a dinâmica da produção. E, depois, o contingente de trabalhadores de reserva, engrossado justamente por aqueles cujas funções foram suprimidas pela maquinaria, eleva a margem de manobra dos capitalistas na gestão de seu quadro de assalariados<sup>436</sup>. Razão pela qual as medidas de salário relativo (quadro 28) não só expressam o crescente fosso entre os estilos de vida dos capitalistas e trabalhadores como principalmente indicam aproximadamente o grau de desigualdade econômica entre eles, sobretudo evidente no momento das negociações salariais. O declínio do salário relativo revela piora da posição econômica dos trabalhadores no produto de valor; tal piora, por seu turno, repercute desfavoravelmente sobre a capacidade de resistência dos trabalhadores que uma vez se tornando mais frágil cede com mais facilidade às determinações do capital.

O caso 2 (Situação I) simula que a produtividade dobrada reduz o valor da força de trabalho pela metade enquanto salário nominal mantém-se por hipótese fixo.

---

production, against inventions, the introduction of machinery, against steam and electricity, against improvements in means of communication. The effect of all these advances on the relative wage of the workers thus follows quite mechanically from commodity production and the commodity character of labor-power. This is why even the most powerful trade unions are quite impotent against this tendency to a rapid fall in relative wages." (LUXEMBURG, [1907-1914] 2013, s.p.).

<sup>434</sup> "[...] por exemplo, os próprios trabalhadores, embora não possam impedir a compressão do salário (segundo o valor) [no sentido de montante], não se deixam comprimir ao mínimo absoluto e, ao contrário, forçam alguma participação quantitativa no progresso da riqueza geral" (MARX, [1861-1863]1985b, p.1358).

<sup>435</sup> "We know that in practice it depends on the relative power of the buyer and the seller (which is determined each time economically) whether a commodity is sold at less or more than its value". (MARX, [1861-1863]1988a, p. 184); "O grau de queda, cujo limite mínimo são 3 xelins, depende do peso relativo que, de um lado, a pressão do capital e, de outro, a resistência do trabalhador exercem no prato da balança." (MARX, [1867] 2013, p.590).

<sup>436</sup> "As productivity increases, simultaneous processes occur: values decline, which tends to reduce the value of labor-power (W), and the reserve army is replenished, which tends to weaken the ability of the working class to raise its standard of living." (WEEKS, J., 1979, p.273).

QUADRO 30 - SALÁRIO NOMINAL, SALÁRIO REAL E SALÁRIO RELATIVO (CASO 2, SITUAÇÃO I)

Casos	JT	Produto de valor (em xelins)	Valor da força de trabalho		Salário nominal		Salário real (em xelins)		Salário relativo (em %)	
			\$	H	\$	H	\$	H	Nominal <sup>(1)</sup>	Real <sup>(2)</sup>
Original	12	6,00	3,00	6,00	3,00	6,00	3,00	6,00	50	50
2	12	6,00	1,50	3,00	3,00	6,00	4,50	9,00	50	75

FONTE: Elaboração própria a partir de MARX ([1861-1863]1988 a, p.245, [1861-1863]1994b, p. 65-66)

$$(1) \text{ salário relativo nominal} = \frac{\text{salário nominal}}{\text{produto de valor}}$$

$$(2) \text{ salário relativo real} = \frac{\text{salário real}}{\text{produto de valor}}$$

QUADRO 31 - MAIS-VALIA E TAXA DE MAIS-VALIA (CASO 2)

Casos	JT	Produto de valor (em xelins)	Mais-valia (nominal) <sup>(1)</sup>		Mais-valia efetiva <sup>(2)</sup>		Taxa de mais-valia nominal <sup>(3)</sup> (em %)	Taxa de mais-valia efetiva <sup>(4)</sup> (em %)
			\$	H	\$	H		
Normal	12	6,00	3,00	6,00	3,00	6,00	100	100
2	12	6,00	3,00	6,00	1,50	3,00	100	33

FONTE: Elaboração própria a partir de MARX ([1861-1863]1988 a, p.245, [1861-1863]1994b, p. 65-66)

(1) Produto de valor (-) salário nominal

(2) Produto de valor (-) salário real

$$(3) \text{ taxa de mais - valia nominal} = \frac{\text{mais-valia nominal}}{\text{salário nominal}}$$

$$(4) \text{ taxa de mais - valia efetiva} = \frac{\text{mais-valia efetiva}}{\text{salário real}}$$

Os quadros 30 e 31 exibem resultados completamente opostos aos do caso anterior. Neste último, o capital se apropriava integralmente do ganho de produtividade, incorporando aos domínios do mais-trabalho toda redução absoluta no valor diário da força de trabalho (quadro 29). No caso 2, é o trabalhador que adiciona aos domínios do trabalho necessário os ganhos advindos do acréscimo da produtividade (Quadros 30 e 31). Esse efeito não é, entretanto, visível quando se toma o salário e a mais-valia em suas dimensões nominais. Na medida em que as magnitudes do produto de valor da jornada e do salário absoluto nominal continuam as mesmas, obviamente o inalterado salário relativo nominal indicaria que as posições proporcionais dos trabalhadores e do capital no valor produzido conservar-se-iam intactas semelhante a um jogo de soma zero. Poder-se-ia daí inferir que o capital talvez não reagisse à manutenção do salário nominal no atual nível mesmo depois do declínio do valor diário da força de trabalho, porque, além da taxa de mais-valia nominal não ter sofrido revés, o montante nominal de mais-valia, em virtude da força produtiva acrescida, representa-se agora numa quantidade dobrada de valores de uso<sup>437</sup>. Essa dedução, contudo, não leva em

<sup>437</sup> "Assume a situation where wages remain constant in *value*, although the productivity of labour increases, hence there is an increase in the quantity of commodities in which this value is embodied. Then there would be no change in *surplus value*, although the latter would represent, just as wages would, a greater quantity of

conta que os valores de uso barateados pelo aumento da produtividade pertencem ao conjunto dos meios de subsistência qualitativamente adequados ao consumo habitual dos trabalhadores; comparar a mais-valia nominal com a quantidade aumentada de valores de uso provenientes de ramos afins às necessidades operárias é supor, em primeiro lugar, que toda a mais-valia seja gasta em consumo, nada sendo reservada à ampliação na produção, e, em segundo lugar, que o consumo dos capitalistas seja qualitativamente idêntico ao dos operários. No momento em que, ao contrário, se considera as dimensões reais do salário, nota-se que a conservação do salário nominal no patamar anterior à vigência do novo valor da força de trabalho *nunca*<sup>438</sup> pode ocorrer.

Presume-se que antes da variação da produtividade o salário nominal correspondesse ao velho valor diário da força de trabalho. A duplicação da produtividade com o salário nominal fixo implicaria um acréscimo do salário real igual à diferença entre o antigo valor e o novo valor diário da força de trabalho; os trabalhadores acrescentariam, ao atual domínio do tempo de trabalho necessário à sua reprodução, 3 horas de tempo de trabalho (quadros 30 e 31) justamente a quantidade de horas incorporadas ao tempo de trabalho excedente destinado ao capital caso o salário nominal se ajustasse ao novo valor diário da força de trabalho como observado no caso 1 (anteriormente examinado)<sup>439</sup>. Embora o salário relativo nominal tenha-se mantido constante (quadro 30) graças ao salário absoluto nominal fixo, a forte elevação do salário real implicaria um aumento importante de salário relativo real, fato que reverteria a

use values than before." (MARX, [1861-1863]1994b, p.66); "Se 3 xelins fosse o valor original da força de trabalho e 6 horas o tempo de trabalho necessário, e também o mais valor fosse 3 xelins ou o mais trabalho somasse 6 horas, uma duplicação na força de trabalho deixaria inalterados o preço da força de trabalho e o mais-valor. Mas cada um deles estaria representado no dobro de valores de uso, porém relativamente mais baratos." (MARX, [1867] 2013, p.590).

<sup>438</sup> "Porém, a produtividade crescente do trabalhador acompanha, como vimos, o barateamento do trabalhador e, portanto, uma taxa crescente de mais-valor, mesmo quando o salário real aumenta. Este nunca aumenta na mesma proporção da produtividade." (MARX, [1867] 2013, p.679).

<sup>439</sup> Convém esclarecer a metodologia de cálculo do salário real. Conforme a premissa, o valor da força de trabalho cai pela metade com a produtividade dobrada. Com isso, o valor da força de trabalho expressa em dinheiro (xelins) declinaria de 3 xelins para 1,5 xelins, com os quais o trabalhador continuaria comprando as 30 unidades de meios de subsistência necessários, visto que o valor unitário destes baixou para 0,05 xelins. Assume-se, por exemplo, que o salário nominal se mantivesse inalterado. A quantia de 3 xelins compraria agora efetivamente 60 unidades ao valor unitário de 0,05 xelins. Ocorre, entretanto, que o trabalhador deveria comprar 30 unidades, pois é esta quantidade de meios de subsistências que deveria consumir para reproduzir normalmente sua força de trabalho. Dessa maneira, o trabalhador com 3 xelins compraria 30 unidades excedentes em relação ao que necessitaria, os quais ao valor unitário de 0,05 xelins equivaleria ao montante de 1,5 xelins. Essa quantia uma vez acrescida ao salário nominal de 3 xelins resultaria num salário real de 4,5 xelins. Antes, o trabalhador trabalhava 6 horas para sua reprodução, ao passo que agora trabalha 9 horas. Com a manutenção do salário nominal fixo juntamente com a queda pela metade do valor da força de trabalho, o trabalhador incorpora aos domínios da reprodução da força de trabalho a quantidade de trabalho que seria integralmente apropriada pelo capital caso o salário nominal se ajustasse ao novo valor da força de trabalho.

piora relativa do estilo de vida operário constatada no caso 1 assim como sustentaria melhora na posição econômica dos trabalhadores, a qual, como visto, influi sobre sua capacidade de resistência às pressões do capital. A taxa de mais-valia efetiva cairia para cerca de um terço do patamar que estava estabelecido antes da variação da produtividade (quadro 31).

O caso 2 retrata uma situação contra a qual o capital reagirá obstinadamente. Assume-se que o salário nominal de partida estivesse alinhado ao antigo valor diário da força de trabalho. Desse modo, variação positiva da produtividade com manutenção do atual salário nominal converteria toda a redução do antigo valor diário da força de trabalho em acréscimo do salário real<sup>440</sup>. A vigência de um caso semelhante inibiria o progresso industrial<sup>441</sup>, pois anularia para os capitalistas individuais o incentivo de promover transformações técnicas da produção<sup>442</sup> que consiste justamente no aproveitamento da mais-valia extra. A suspensão desse incentivo tornaria a própria existência da mais-valia relativa inviável para o capital social<sup>443,444</sup>. Essa espécie de mais-valia depende primeiramente da presença da mais-valia extra e, depois, que esta última desapareça por força da concorrência entre os capitalistas e, com isso, os melhoramentos e aperfeiçoamentos na organização do trabalho e nos meios de trabalho se disseminem nos ramos direta e indiretamente envolvidos com a reprodução dos trabalhadores e rebaixe o valor da mercadoria força de trabalho para toda a classe capitalista. Além disso, as forças produtivas do trabalho social pertencem ao capital, desenvolvendo-se graças à combinação do trabalho social engendrada por ele, de modo que os capitalistas não

---

<sup>440</sup> "It is therefore possible, looking at this from the point of view of use value, of the quantity of commodities in which wages and surplus value are expressed, for both to rise in the same proportion, but it is impossible for the *exchange value* of one to rise unless the exchange value of the other falls." (MARX, [1861-1863]1994b, p.66); "Na Inglaterra não só o salário nominal mas o salário real é mais alto do que no Continente. O trabalhador come mais carne, satisfaz mais necessidades. Isso, entretanto, não se aplica ao trabalhador agrícola mas apenas ao trabalhador industrial. Mas o salário na Inglaterra não é mais alto em relação à produtividade dos trabalhadores ingleses." (MARX, [1861-1863]1980b, p.451); "H. Carey procura demonstrar que os diferentes salários nacionais se relacionam diretamente de acordo com os graus de produtividade das jornadas de trabalho nacionais, visando extrair dessa relação internacional a conclusão de que o salário em geral aumenta e diminui conforme a produtividade do trabalho. Nossa análise inteira da produção do mais-valor comprova o absurdo dessa conclusão..." (MARX, [1867] 2013, p.635).

<sup>441</sup> "O capital, com razão, descarta tal sentença como um erro crasso acerca da natureza do trabalho assalariado. Ele roga contra a pretensão de impor obstáculos ao progresso da indústria e declara rotundamente que a produtividade do trabalhador é algo que não concerne de modo algum ao trabalhador" (MARX, [1867] 2013, p.629).

<sup>442</sup> "[...] else all gain from a higher degree of productive power of the machinery would automatically go to the worker, which would render technical progress rather irrational from the capitalist's standpoint." (GIUSSANI; VALE, 1992, p.18).

<sup>443</sup> "Se a regra não fosse esta [variação do salário menor do que a variação positiva da produtividade], a taxa de mais-valia não poderia crescer..." (ROSDOLSKY, [1968] 2001, p.243).

<sup>444</sup> "En realidad, esta es la situación general descrita por Marx, con base en que los obreros nunca pueden captar todos los avances en productividad que proporciona la mecanización, sin hacer que se suspenda la acumulación, matando así la gallina de los huevos de oro." (SHAIKH, 1990, 283-284).

veem justificativa para transferir *integralmente* ao salário real os ganhos provenientes das forças produtivas de sua propriedade<sup>445</sup>. Razão pela qual o salário nominal será pressionado a acompanhar, ainda que não na mesma proporção, o movimento de declínio do valor da força de trabalho<sup>446</sup>. Por outro lado, o salário nominal poderia manter-se fixo sem constranger a mais-valia relativa do capital se já estivesse, por qualquer razão, abaixo do antigo valor diário da força de trabalho; nessas circunstâncias, se a produtividade do trabalho reduz o velho valor diário da força de trabalho para um patamar inferior ao do referido salário nominal, o ganho do salário real, nesse caso, apenas poderia representar uma recuperação *parcial* de perdas reais da situação anterior (Quadros 32 e 33).

---

<sup>445</sup> "Cooperation, which is a productive power of social labour, appears as a productive power of capital, not of labour.[...] In fact: Once the worker enters into the actual labour process he is already incorporated *qua* labour capacity into capital, he no longer belongs to himself but to capital, and therefore the conditions under which he works are rather the conditions under which capital works. However, before he steps into the labour process he enters into contact with the capitalist as the individual owner or seller of a commodity; this commodity is his own labour capacity. He sells it as an isolated commodity. It becomes social once it has entered into the labour process. The metamorphosis his labour capacity undergoes thereby is something external to it, in which it does not participate; it is rather something which is done to it. The capitalist buys not one but many individual labour capacities at the same time, but he buys them all as isolated commodities, belonging to isolated, mutually independent commodity owners. Once they enter into the labour process, they are already incorporated into capital, and their own cooperation is therefore not a relation into which they put themselves; it is the capitalist who puts them into it." (MARX, [1861-1863]1988a, p.260-261).

<sup>446</sup> Com isso, não é possível concordar com a hipótese de Lebowitz de que Marx não ofereceu elementos para explicar: "Why real wages necessarily lag behind productivity growth, though, remained unexplained" (LEBOWITZ, M., 2003, p.117). Lebowitz coloca especial destaque na dinâmica dos salários na luta de classe. Para considerações críticas acerca deste ponto e de outras colocações polêmicas desse autor consultar os trabalhos de Fine (2008) e de Cipolla (2014). Para reflexões críticas em torno do papel da luta de classe no movimento dos salários ver Altvater (1987, p.39-40).



QUADRO 32 - SALÁRIO NOMINAL, SALÁRIO REAL E SALÁRIO RELATIVO (CASO 2A, SITUAÇÃO I)

Casos	JT	Produto de valor (em xelins)	Valor da força de trabalho		Salário nominal		Salário real (em xelins)		Salário relativo (em %)	
			\$	H	\$	H	\$	H	Nominal <sup>(1)</sup>	Real <sup>(2)</sup>
Original	12	6,00	3,00	6,00	3,00	6,00	3,00	6,00	50	50
Ponto de partida	12	6,00	3,00	6,00	2,00	4,00	1,00	2,00	33	16,70
2A	12	6,00	1,50	3,00	2,00	4,00	2,50	5,00	33	41,70

FONTE: Elaboração própria

$$(1) \text{ salário relativo nominal} = \frac{\text{salário nominal}}{\text{produto de valor}}$$

$$(2) \text{ salário relativo real} = \frac{\text{salário real}}{\text{produto de valor}}$$

QUADRO 33 - MAIS-VALIA E TAXA DE MAIS-VALIA (CASO 2A)

Casos	JT	Produto de valor (em xelins)	Mais-valia (nominal) <sup>(1)</sup>		Mais-valia efetiva <sup>(2)</sup>		Taxa de mais-valia nominal <sup>(3)</sup> (em %)	Taxa de mais-valia efetiva <sup>(4)</sup> (em %)
			\$	H	\$	H		
Original	12	6,00	3,00	6,00	3,00	6,00	100	100
Ponto de partida	12	6,00	4,0	8,00	5,00	10,00	200	500
2A	12	6,00	4,0	8,00	3,50	7,00	200	140

FONTE: Elaboração própria

(1) Produto de valor (-) salário nominal

(2) Produto de valor (-) salário real

$$(3) \text{ taxa de mais – valia nominal} = \frac{\text{mais-valia nominal}}{\text{salário nominal}}$$

$$(4) \text{ taxa de mais – valia efetiva} = \frac{\text{mais-valia efetiva}}{\text{salário real}}$$

O caso 3 (Quadros 34 e 35, abaixo) ilustra uma situação intermediária entre os dois casos anteriormente comentados<sup>447</sup>. Admita-se que o salário nominal de partida correspondesse ao valor diário da força de trabalho em vigor. A produtividade do trabalho é duplicada e o valor diário da força de trabalho cai pela metade. A forma-salário prevalece e as ilusões que ela engendra levam os trabalhadores a resistirem à queda do salário nominal<sup>448</sup>

<sup>447</sup> "Assume, secondly, that there is a rise in the amount, the *quantity*, of the means of subsistence, and therefore in the *average wage*, but not in the same proportion as in the worker's productivity. In this case the *value* of labour capacity *falls*, and surplus value rises in the same proportion. For although the worker receives a greater amount of commodities than before, they are the product of a smaller part of his working day than before. His paid labour time has fallen, his unpaid has risen. Although his *real* wage has risen (relating the real wage to use value), its *value*, and therefore the worker's relative wage—the proportion in which he shares with capital the value of his product—has fallen." (MARX, [1861-1863]1994b, p. 65); "O limite daquela variação é determinado pelo limite do valor da força. É possível, no entanto, mesmo quando as circunstâncias permitem que a lei atue, a realização de movimentos intermediários" (MARX, [1867] 2013, p. 590).

<sup>448</sup> Weeks ao criticar formulação dos teóricos do "profit squeeze" segundo a qual a queda do valor da força de trabalho implica necessariamente diminuição no salário real afirma: "The profit-squeeze theorists proceed as if the two were identical, *as if workers' wage demands were aimed at raising W* [valor unitário dos meios de subsistência], *while in fact they are aimed at raising X* [quantidade de meios de subsistência]. This confusion is serious, because the standard of living can rise, while the labor time necessary to produce that standard of living can fall, i.e., workers can become better off, while the value of labor-power falls. Indeed, this is precisely what happens in the process of accumulation." (WEEKS, J., 1979, p.272-273 grifo nosso).



sob o argumento de que a função de seu trabalho tornou-se mais produtiva, sendo, por isso, merecedores de melhor compensação; o capital, por outro lado, rebaterá apelando a seus direitos de propriedade e proclamará que os ganhos de produtividade originam-se da aplicação dos meios de produção mais eficientes e aperfeiçoados que lhe pertencem. O capital pressionará (com a ajuda do contingente de reserva dos trabalhadores justamente formado pelo desenvolvimento das forças produtivas) pela redução do salário nominal, uma vez que sua fixação no atual patamar significaria completa renúncia aos ganhos de mais-trabalho relativo. A reação dos trabalhadores à queda dos salários nominais poderia ser motivada também pelo reconhecimento tácito de que podem aspirar melhora no seu padrão de vida tradicional mediante alguma participação no progresso material da sociedade. Enfim, o caso 3 revela que os trabalhadores contam com força de resistência para impedir o realinhamento pleno do salário nominal ao novo valor diário da força de trabalho e obter algum acréscimo de salário real<sup>449</sup>. As medidas nominais e reais do salário relativo, contudo declinam quando comparados com a situação original (não obstante suas proporções sejam mais favoráveis do que as do caso 1 no qual o salário monetário reajustou-se completamente ao novo valor da força de trabalho). Disso infere-se que o salário nominal cadente pode ser acompanhado por acréscimo continuado no padrão de vida costumeiro dos trabalhadores<sup>450</sup> sem que isso atente contra a existência da mais-valia relativa. Entretanto, a elevação do salário real tão somente reduz a velocidade de queda do salário relativo, não revertendo sua tendência declínio, a qual decorre do desenvolvimento das forças produtivas barateador da força de trabalho e que

---

Contudo, Weeks ao declarar que os trabalhadores aspiram nas suas lutas cotidianas acréscimo de meios de subsistência pouco se importando com a quantia monetária recebida está implicitamente deixando de lado o papel da forma-salário.

<sup>449</sup> "It is clear, further, that the presence and the growth of relative surplus value by no means require as a condition that the worker's *life situation* should remain *unchanged*, i.e. that his average wage should always provide the same quantitatively and qualitatively determined amount of means of subsistence and no more. This is not the case, although relative *surplus value* can neither arise nor grow without a corresponding *fall* in the *value of labour capacity* or the *value of wages* (average wages). Indeed, relative surplus value might well rise continuously, and the *value of labour capacity*, hence the value of average wages, fall continuously, yet despite this the range of the worker's means of subsistence and therefore the pleasures of his life could expand continuously. For this is conditioned by the quality and quantity of the *use values* (commodities) he can appropriate, not by their *exchange value*" (MARX, [1861-1863] 1988a, p.245); "[...] o salário cai em consequência de uma queda do valor da força de trabalho (o que pode até estar ligado a uma alta no preço real do trabalho) [...]" (MARX, [1894] 1988c, p.85).

<sup>450</sup> "Once a new higher standard of living becomes established, it too becomes subsistence, and represents the new value of labor-power, i.e., the real-wage level." (SOWELL, T., 1960, p.116). Ver também Baumol (1983, p.305).

confere crescente poder econômico ao capital bem como prodigalidade no estilo de vida usufruído pelos capitalistas e seus dependentes<sup>451</sup>.

QUADRO 34 - SALÁRIO NOMINAL, SALÁRIO REAL E SALÁRIO RELATIVO (CASO 3)

Casos	JT	Produto de valor (em xelins)	Valor da força de trabalho		Salário nominal		Salário real (em xelins)		Salário relativo (em %)	
			\$	H	\$	H	\$	H	Nominal <sup>(1)</sup>	Real <sup>(2)</sup>
Original	12	6,00	3,00	6,00	3,00	6,00	3,00	6,00	50	50
3	12	6,00	1,50	3,00	2,25	4,50	3,00	6,00	38	50

FONTE: Elaboração própria a partir de Marx [1861-1863] (1994a, p. 65-66)

$$(1) \text{ salário relativo nominal} = \frac{\text{salário nominal}}{\text{produto de valor}}$$

$$(2) \text{ salário relativo real} = \frac{\text{salário real}}{\text{produto de valor}}$$

QUADRO 35 - MAIS-VALIA E TAXA DE MAIS-VALIA (CASO 3)

Casos	JT	Produto de valor (em xelins)	Mais-valia (nominal) <sup>(1)</sup>		Mais-valia efetiva <sup>(2)</sup>		Taxa de mais-valia nominal <sup>(3)</sup> (em %)	Taxa de mais-valia efetiva <sup>(4)</sup> (em %)
			\$	H	\$	H		
Original	12	6,00	3,00	6,00	3,00	6,00	100	100
3	12	6,00	3,80	7,50	3,00	6,00	167	100

FONTE: Elaboração própria a partir de Marx ([1861-1863]1994b, p. 65-66)

(1) Produto de valor (-) salário nominal

(2) Produto de valor (-) salário real

$$(3) \text{ taxa de mais – valia nominal} = \frac{\text{mais-valia nominal}}{\text{salário nominal}}$$

$$(4) \text{ taxa de mais – valia efetiva} = \frac{\text{mais-valia efetiva}}{\text{salário real}}$$

O caso 3 aponta que o salário real pode elevar-se sem ofender a determinação da mais-valia relativa. Contudo, a majoração do salário real não necessariamente pode significar um acréscimo efetivo no padrão de vida habitual dos trabalhadores. Como discutido anteriormente (seção 4.1), o prolongamento desmesurado da jornada quase sempre implica deterioração no salário real uma vez que a elevação do salário nominal, na maioria dos casos, não é suficiente para compensar o desgaste acelerado da força de trabalho. Poder-se-ia admitir, então, que a variação da produtividade sucedeu imediatamente a um período no qual jornadas de trabalho abusivas provocaram sistemática perda no salário real. O caso 3 poderia, dessa maneira, corresponder a uma situação em que a alta do salário real tão somente

<sup>451</sup> "Com o aumento da força produtiva do trabalho, o preço da força de trabalho poderia cair continuamente, acompanhado de um crescimento simultâneo e contínuo da massa de meios de subsistência do trabalhador. Relativamente, porém, isto é, comparado com o mais-valor, o valor da força de trabalho diminuiria continuamente, ampliando, assim, o abismo entre as condições de vida do trabalhador e as do capitalista" (MARX, [1867] 2013, p. 590).

*recomporia* as condições vitais de existência tradicionais dos trabalhadores arruinadas durante o período no qual dominou sem restrição jornadas excessivamente prolongadas (Quadro 36).

QUADRO 36 - SALÁRIO NOMINAL, SALÁRIO REAL E SALÁRIO RELATIVO

Casos	JT	Produto de valor (em xelins)	Valor da força de trabalho		Salário nominal		Salário real (em xelins)		Salário relativo (em %)	
			\$	H	\$	H	\$	H	Nominal <sup>(1)</sup>	Real <sup>(2)</sup>
Original	12	6,00	3,00	6,00	3,00	6,00	3,00	6,00	50	50
Sobretabalho	14	7,00	3,50	7,00	3,25	6,50	3,00	6,00	46	43
3	12	6,00	1,50	3,00	2,25	4,50	3,00	6,00	38	50

FONTE: Elaboração própria a partir dos Quadros 14 e 33.

Considerou-se na simulação I incremento na produtividade. A próxima simulação considera a hipótese de um declínio da produtividade. Presume-se que a agricultura sofra com intempéries climáticas ou que a fertilidade dos solos que cultivam os principais meios de subsistência alimentares tradicionais tenha declinado no período recente numa proporção arbitrária de 20%. Para facilitar, supõe-se que essa baixa da produtividade agrícola eleve proporcionalmente o valor diário da força de trabalho<sup>452</sup>. Sugerem-se três casos (ver Quadro 26).

No caso 1 (quadros 37 e 38 abaixo) presume-se que o salário nominal reajuste-se perfeitamente ao novo valor diário da força de trabalho. É uma situação plausível, porque o trabalhador, influenciado pela forma-salário, reagiria ao aumento do valor dos meios de subsistência tradicionais, comportando-se, frente ao capitalista, como um vendedor qualquer que em face da alta dos custos de produção tenta repassá-los integralmente ao preço final<sup>453</sup>. Com isso, o salário real mantém-se constante, pois, a despeito de sua magnitude mais elevada, compra precisamente a quantidade de meios de subsistência habituais, agora encarecidos pelo declínio da produtividade da agricultura de alimentos. As medidas de salário relativo elevaram-se, evidenciando que a manutenção do salário real constante (reajuste perfeito do salário nominal com o novo valor diário da força de trabalho) se deu em detrimento da perda de posição econômica dos capitalistas<sup>454</sup>. Por conseguinte, as medidas absoluta e relativa da

<sup>452</sup> "Por força produtiva decrescente do trabalho entendemos, aqui, os ramos de trabalho cujos produtos determinam o valor da força de trabalho, portanto, por exemplo, a força produtiva decrescente do trabalho em virtude de uma infertilidade crescente do solo e o correspondente encarecimento dos produtos agrícolas." (MARX, [1867] 2013, p. 594).

<sup>453</sup> "But in insisting upon a rise of wages, the labourer would only insist upon getting the *increased value of his labour*, like every other seller of a commodity, who, the costs of his commodities having increased, tries to get its increased value paid." (MARX, [1865]1985c, p.139).

<sup>454</sup> "If the industry becomes less productive and wages do not fall below the average, their *value* rises. *Quantity remains the same. Proportion rises.*" (MARX, [1861-1863]1994b, p.66); "So, assuming the case of a rise in the price of the necessary means of subsistence (e.g. the products of agriculture) as a result of a fall in the

mais-valia apresentam uma baixa pronunciada. Diferentemente do caso 1 (da simulação I) no qual o salário real constante estava associado com salário nominal em declínio e concomitante elevação da taxa de mais-valia, na presente simulação o salário real constante vincula-se a salário nominal crescente e taxa de mais-valia declinante.

QUADRO 37 - SALÁRIO NOMINAL, SALÁRIO REAL E SALÁRIO RELATIVO (SIMULAÇÃO II)

Casos	JT	Produto de valor (em xelins)	Valor da força de trabalho		Salário nominal		Salário real (em xelins)		Salário relativo (em %)	
			\$	H	\$	H	\$	H	Nominal <sup>(1)</sup>	Real <sup>(2)</sup>
Normal	12	6,00	3,00	6,00	3,00	6,00	3,00	6,00	50	50
1	12	6,00	3,75	7,5	3,75	7,50	3,75	7,50	63	63
2	12	6,00	3,75	7,50	3,00	6,00	2,25	4,50	50	38
3	12,0	6,00	3,75	7,50	3,38	6,75	3,00	6,00	56	50

FONTE: Elaboração própria a partir de Marx ([1861-1863]1994b, p. 66 , [1867] 2013, p.594-596 e [1865]1985c, p.139-140)

$$(1) \text{ salário relativo nominal} = \frac{\text{salário nominal}}{\text{produto de valor}}$$

$$(2) \text{ salário relativo real} = \frac{\text{salário real}}{\text{produto de valor}}$$

QUADRO 38 – MAIS-VALIA E TAXA DE MAIS-VALIA

Casos	JT	Produto de valor (em xelins)	Mais-valia (nominal) <sup>(1)</sup>		Mais-valia efetiva <sup>(2)</sup>		Taxa de mais-valia nominal <sup>(3)</sup> (em %)	Taxa de mais-valia efetiva <sup>(4)</sup> (em %)
			\$	H	\$	H		
Normal	12	6,00	3,00	6,00	3,00	6,00	100	100
1	12	6,00	2,3	4,50	2,25	4,50	60	60
2	12	6,00	3,0	6,00	3,75	7,50	100	167
3	12	6,00	2,6	5,25	3,00	6,00	78	100

FONTE: Elaboração própria a partir de Marx ([1861-1863]1994b, p. 66 , [1867] 2013, p.594-596 e [1865]1985c, p.139-140)

(1) Produto de valor (-) salário nominal

(2) Produto de valor (-) salário real

$$(3) \text{ taxa de mais – valia nominal} = \frac{\text{mais-valia nominal}}{\text{salário nominal}}$$

$$(4) \text{ taxa de mais – valia efetiva} = \frac{\text{mais-valia efetiva}}{\text{salário real}}$$

Os casos 2 e 3 (quadros 37 e 38 acima) retratam situação em que o capital aciona iniciativas que atenuam a queda na taxa de valorização do capital variável associada à elevação do valor diário da força de trabalho. No caso 2, o salário nominal mantém-se fixo no patamar atual, a despeito do novo valor diário da força de trabalho. O capital encontra-se,

---

productivity of agriculture—with all other circumstances remaining the same, hence no fall for example in the price of the non-agricultural means of subsistence which might cancel out the above price rise—the *value of labour capacity* would have to rise, there would have to be an increase in necessary labour time at the cost of surplus labour time, and surplus value would have to fall. The quantity of the means of subsistence received by the workers would remain constant in spite of the rise in the value of labour capacity." (MARX, [1861-1863] 1994a, p.77).

provavelmente, numa posição fortalecida para contrapor-se, com autoridade, às reivindicações dos trabalhadores por aumento nominal dos salários. Com isso, os trabalhadores arcam com uma importante queda do salário real, ao passo que o capital, com sucesso, sustenta nominalmente as grandezas absoluta e relativa da mais-valia. Viu-se, anteriormente, que o capital *nunca* tolera que o salário real suba na mesma proporção do aumento da produtividade. Mas tratava-se, então, de divisão de ganhos. Quando está em questão, como agora, suas perdas, o capital se empenha obstinadamente em manter o salário nominal constante e transferir integralmente aos salários reais seus prejuízos com a queda da produtividade<sup>455</sup>.

Por outro lado, o caso 3 (quadros 37 e 38 acima) ilustra situação na qual os trabalhadores conseguem elevar o salário nominal, mas não o bastante para alinhá-lo ao novo valor diário da força de trabalho<sup>456</sup>. Esse realinhamento incompleto pode ser justificado, em parte, pela própria forma-salário que dificulta, pelo próprio trabalhador, o reconhecimento de que ele verdadeiramente vende força de trabalho e, portanto, que a conservação normal de sua peculiar mercadoria depende da restauração (mediante consumo de meios de subsistência quantitativa e qualitativamente adequados) do gasto de energia vital empenhado ao trabalhar para o capitalista. Esse nexo entre o que o trabalhador dá e o que recebe é obscurecida, nesse caso, pelo julgamento (propiciado pela forma-salário) de que o modesto reajuste do preço do trabalho em relação à alta dos custos dos mantimentos seria devido a conjunturas especiais do mercado que obrigam os vendedores, de quaisquer mercadorias, a arcarem parcial ou totalmente com o encarecimento dos custos de seus insumos, ao contrário dos momentos favoráveis em que a experiência mostra facilidade e segurança do seu repasse ao preço final. Apenas mais tarde tomará ciência de que o reajuste nominal fora insuficiente quando perceber progressivo declínio da sua vitalidade, saúde e aptidões para trabalhar. Outra explicação residiria na própria oposição do capital ao realinhamento nominal segundo o novo valor diário

---

<sup>455</sup> "*Proportion remains the same, quantity falls: if the worker only receives the product of the number of hours that was normal before the change in productive power*" (MARX, [1861-1863]1994b, p.66); "If wages did not rise, or not sufficiently rise, to compensate for the increased values of necessities, the *price* of labour would sink *below the value of labour*, and the labourer's standard of life would deteriorate." (MARX, [1865]1985c, p.139)

<sup>456</sup> "If the industry becomes less productive [...] If real wages fall, but in such a way as nevertheless to represent more labour time than before, *proportion rises, although quantity falls*. " (MARX, [1861-1863] 1994a, p.66); "So, assuming the case of a rise in the price of the necessary means of subsistence (e.g. the products of agriculture) as a result of a fall in the productivity of agriculture [...] If not, if it declined, the *level of wages*, or wages, would fall below its established minimum, in spite of the increased value of labour capacity and in spite of the resultant rise in relative wages and fall in relative surplus value." (MARX, [1861-1863]1994b, p.77)

da força de trabalho, o qual uma vez ocorrendo implicaria grave prejuízo à taxa de mais-valia efetiva. O capital esforça-se para atenuar a queda na taxa de valorização do capital variável, propondo reajustes nos salários nominais inferiores à variação verdadeira do valor diário da força de trabalho. Na próxima subseção, serão apresentadas alternativas que os capitalistas lançam mão, em situação semelhante, com o intuito de sustentar a taxa de mais-valia ao invés de meramente atenuar sua queda.

### 4.3. VARIAÇÃO DOS SALÁRIOS E DA INTENSIDADE

#### 4.3.1. Motivações para a intensificação do trabalho

A intensidade expressa a quantidade de trabalho que é mobilizada em determinado tempo (MARX, [1867] 2013, p.482). Marx chama atenção para a existência de um ponto crítico a partir do qual a intensidade e a extensão da jornada colidem uma com a outra. Os ganhos que são obtidos com a extensão desmesurada da jornada podem ser parcial ou totalmente anulados pelo declínio da intensidade<sup>457,458</sup>. Por outro lado, a delimitação da extensão da jornada, conjugada com sua diminuição, pode estimular o acréscimo na intensidade do trabalho, posto que essas duas ações expurgam a jornada de certas porosidades verificáveis, por exemplo, naqueles instantes em que o trabalhador realiza movimentos desnecessários à execução da tarefa, transita improdutivamente de um local para outro do recinto laboral ou, enfim, toda vez que põe em ação sua força de trabalho sem gerar produto de valor ao capital<sup>459</sup>. Para que, então, seja estabelecido um grau usual de intensidade do trabalho, é preciso que a duração da jornada não ultrapasse aquele mencionado ponto crítico ao mesmo tempo que a jornada contenha limites tangíveis, com base nos quais a hora intensiva possa existir como determinada proporção da hora extensiva<sup>460</sup>. Assim, a delimitação legal da jornada de trabalho que, à primeira vista, contrariava o capital, posto que fixava limites à absorção extensiva de mais-trabalho, na verdade atendia aos seus interesses: fosse porque a extensão desmesurada da jornada reduzia a quantidade de trabalho efetivamente fornecida, fosse porque estimulava, ao delimitá-la, tal rotina e continuidade no

---

<sup>457</sup> "With the increase of the two moments—the rapidity and the extent (the quantity) of the machinery which is to be supervised—a *nodal point* is necessarily reached, at which the intensity and the extent of labour cannot simultaneously grow any further, the one necessarily excluding the other." (MARX, [1861-1863]1991a, p.383); "In any case, intensification of labour meets with barriers just as does extension of labour. And these barriers are shown by the fact that at a certain point the intensity of labour can only be raised by reducing its extension." (MARX, [1861-1863] 1991, p.385).

<sup>458</sup> Ver pesquisas empíricas que confirmam esses prognósticos de Marx em Nyland (1988, p.82-83).

<sup>459</sup> Ver investigações empíricas em Nyland (1988, p.79-80).

<sup>460</sup> "It only counts from the moment at which its heightened intensity appears as the real, tangible and given limit of its extension." (MARX, [1861-1863] 1991, p.383).

trabalho que ajudava no estabelecimento de uma referência de quantidade média de trabalho executável em determinado tempo, através da qual se tornava possível mensurar a eficiência individual e coletiva dos trabalhadores. Portanto, a delimitação da jornada permite ao capital explorar ao máximo as potencialidades imanentes ao caráter social do trabalho<sup>461</sup> e presentes em todas as formas de cooperação<sup>462</sup> que são a de proporcionar ritmo mais regular e contínuo ao processo de trabalho.

A delimitação dos marcos da jornada de trabalho e, principalmente, o desenvolvimento já alcançado das forças produtivas<sup>463</sup> condicionam possível diminuição na extensão usual da jornada, que uma vez sucedendo poderia aparentemente implicar ao capital prejuízo na quantidade de trabalho absorvida caso a intensidade média se mantivesse constante. Todavia, a jornada mais curta incita o capital a explorar ao máximo as propriedades do caráter social do trabalho, tanto para obter grau de intensidade superior, aproveitando-se da maior regularidade e continuidade próprias da produção em grande escala, como para beneficiar-se de economias no emprego de capital constante. A redução da extensão da jornada faculta uma maior compressão e condensação do trabalho fornecido assim como incentiva uma adaptação do processo de trabalho com o objetivo de elevar sua eficiência, a qual uma vez atingida representa socialmente uma elevação no nível de produtividade<sup>464</sup>. Marx destaca as seguintes causas para o aumento da intensidade.

---

<sup>461</sup> Ver Marx ([1867] 2013, p.402-403).

<sup>462</sup> "This intensity is increased still further by cooperation, but particularly by the division of labour and even more by machinery, where the continuing activity of the individual is bound and conditioned by the activity of a whole, of which he only appears as a member, or which works, as in the mechanical workshop, with the utter uniformity and tirelessness of an inanimate force of nature, an iron mechanism." (MARX, [1861-1863]1991a, p. 385); "This is in fact identical with increasing the continuity of labour for the individual worker (for the individual worker, disregarding the continuity of the production process, i.e. its regular continuance over whole periods of time). Even the formal subsumption of labour under capital brings this about, as does the whip in the mode of production based on slavery." (MARX, [1861-1863] 1991, p. 384-385).

<sup>463</sup> "[...]that the experiment would not have been possible, i.e. not possible so quickly with this favourable result, without the high level of technological development already attained, and the means of assistance given by the level of capitalist production attained in general." (MARX, [1861-1863]1991a, p. 384); "Capital's reaction to this forcible restriction of labour time is a greater condensation of labour, which for its part in turn brings about a new curtailment of absolute labour time at a certain point. This tendency to replace extent by degree only emerges at a higher level of development of production." (MARX, [1861-1863]1991a, p. 386).

<sup>464</sup> "Diferente, porém, é o que ocorre quando a redução forçada da jornada de trabalho, juntamente com o enorme impulso que ela imprime no desenvolvimento da força produtiva e à redução de gastos com as condições de produção, impõe, no mesmo período de tempo, um dispêndio aumentado de trabalho, uma tensão maior da força de trabalho, um preenchimento mais denso dos poros do tempo de trabalho, isto é, impõe ao trabalhador uma condensação do trabalho num grau que só pode ser atingido com uma jornada de trabalho mais curta." (MARX, [1867] 2013, p.482); "A construção aperfeiçoada da maquinaria é, em parte, necessária para que se possa exercer uma maior pressão sobre o trabalhador e, em parte, acompanha por si mesma a intensidade do trabalho, uma vez que a limitação da jornada obriga o capitalista a exercer o mais rigoroso controle sobre os custos de produção"(MARX, [1867] 2013, p.484); "Quanto mais cresce a força produtiva do trabalho, tanto



Em primeiro lugar, a menor duração da jornada cria um avivamento emocional nos trabalhadores motivado pela perspectiva de que poderiam sair mais cedo do local de trabalho do que o costume; esse excitação emocional, fruto da alegria de evadir-se da rotina e da monotonia do trabalho, favorece um esforço laboral especial enquanto a brevidade da jornada é, ainda, uma novidade fora dos hábitos, mas que tende a desaparecer assim que a jornada mais curta se estabeleça como uma nova convenção (MARX, [1867] 2013, p.484, nota 163)<sup>465</sup>. O ganho extra de intensidade<sup>466</sup> alcançado com o excitação inicial consolida-se, desse modo, numa nova e superior intensidade média graças à própria continuidade e regularidade do trabalho<sup>467</sup>. Em segundo lugar, a almejada indenização do prejuízo à absorção extensiva de mais-trabalho, por meio do grau mais intenso de trabalho, exigia aperfeiçoamentos no processo de trabalho que o submetendo a maior controle e vigilância pudesse adequar ao estritamente necessário o consumo produtivo dos meios de produção e da força de trabalho. Com isso, o encurtamento da jornada e a maior intensificação do trabalho suscitam um conjunto de melhorias no processo de trabalho, abrangendo desde uma ampla revisão da concepção, método e execução do trabalho (com o propósito de permitir-lhe maior funcionalidade) até aperfeiçoamentos na maquinaria no sentido de adaptá-la à maior velocidade do trabalho<sup>468,469</sup>.

---

mais se pode reduzir a jornada de trabalho, e, quanto mais se reduza jornada de trabalho, tanto mais pode crescer a intensidade. Considerada socialmente, a produtividade do trabalho cresce também com sua economia. Esta implica não apenas que economizem os meios de produção, mas também se evite todo trabalho inútil" (MARX, [1867] 2013, p.597).

<sup>465</sup> Pesquisas citadas por Nyland (1988, p.81-82) revelam queda no absenteísmo logo após redução na extensão da jornada.

<sup>466</sup> "By increasing the *intensity* of labour, a man may be made to expend as much vital force in one hour as he formerly did in two." (MARX, [1865]1985c, p.142).

<sup>467</sup> "There is, however, an additional circumstance here owing to which the employment of machinery increases absolute labour time, and therefore absolute surplus value, even without any prolongation of the working day. This happens through the, so to speak, *condensation of labour time*, in which every part of the time increases its labour content; the intensity of labour grows; there is growth not only in the productivity (hence the quality) of the labour owing to the employment of machinery, but in the *quantity of labour* performed within a given period. The pores of time are so to speak shrunk through the compression of labour. One hour of labour thereby represents the same quantity of labour as perhaps 6/4 hours of the average labour performed without the employment of machinery or with the employment of less efficient machinery." (MARX, [1861-1863]1988a, p.335); "Tão logo a redução da jornada de trabalho - que cria a condição subjetiva para a condensação do trabalho, ou seja, a capacidade do trabalhador de exteriorizar mais força num tempo dado..." (MARX, [1867] 2013, p.484).

<sup>468</sup> "Where machinery has already been introduced, the improvements which reduce the number of workers in relation to the amount of commodities produced and the machinery employed are accompanied by the circumstance that the labour of the individual worker who replaces 1 or 2 workers grows with the improvements in the machinery, hence that the machinery only enables him to do what 2 or 3 workers did previously by compelling him to increase his labour and fill each period of time more intensively with labour" (MARX, [1861-1863]1988a, p.335); "Isso se dá de duas maneiras: pela aceleração da velocidade das máquinas e pela ampliação da escala da maquinaria que deve ser supervisionada pelo mesmo número de operário, ou do campo de trabalho deste último." (MARX, 2013, p.484).



Com a variação da intensidade de trabalho, os capitalistas beneficiam-se de um incremento anormal de mais-trabalho. Em primeiro lugar, dado o nível de produtividade e intensidade média, o emprego de métodos de produção aperfeiçoados podem dotar o trabalho de uma potência superior e permitir-lhe criar em dada jornada produto de valor maior do que o trabalho socialmente médio regulador do valor social do produto do ramo. A força de trabalho, mesmo sendo consumida acima do usual, é paga como fosse empregada como força de trabalho média. Logo, o capitalista que se empenha em introduzir melhorias na metodologia de produção o faz com a finalidade de apoderar-se de uma mais-valia anormal de tipo absoluta<sup>470</sup>, visto que a jornada mais intensa extrai tanto (ou mais) mais-trabalho quanto a jornada de maior extensão com dado nível de produtividade (Quadro 38)<sup>471</sup>.

---

<sup>469</sup> Apoiado em inquéritos de especialistas em relações industriais e do trabalho, Nyland chega a conclusões semelhantes: "1. The majority of people are capable of working more intensely during a relatively short period than they are over a relatively prolonged period; 2. Where working times are particularly long their reduction often has a favourable impact on absenteeism and sick leave; 3. The 'shock effect' of an enforced worktime change often stimulates management to re-examine methods of production thus generating increased productivity; 4. Higher hourly labour costs stimulate increased capital intensive production methods; 5. The reduction may eliminate a relatively unproductive time period and thus reduce fixed costs per unit of production; 6. It may be possible, as a result of the time cut, to introduce shiftwork thus facilitating greater use of capital equipment; 7. The reduction may elicit a more congenial climate of industrial relations. This may in turn facilitate the introduction of productivity increasing modifications to the production process." NYLAND, C. (1988, p.83-84).

<sup>470</sup> Mandel (1968, p.138) na sua análise cogita apenas a espécie de obtenção de mais-valia absoluta facultada pela intensificação não usual do trabalho.

<sup>471</sup> "And in this case, in spite of the reduction in absolute labour time, the surplus value may not only remain the same, but grow." (MARX, [1861-1863] 1991, p.383); "What is being spoken of here is an increase in the exertions of labour which accompanies the development of productive power; so that in the same time not only more is produced, but *more work is done*, more labour power is expended, and indeed *above* the average degree—in a degree which is only made feasible permanently, day in day out, by limiting the extension of labour time. In this case not only relative but absolute surplus value is created, as long as this degree of intensity is not universal. But the latter would presuppose, just as much, a general reduction of the working day." (MARX, [1861-1863]1991a, p.385); "Mantida a mesma produtividade do trabalho, se o trabalhador prolongar sua jornada absoluta, por exemplo, trabalhar 15 horas em vez de 12, ou se trabalhar com maior intensidade, executando em 12 horas o trabalho de 15; em 4 horas o de 5, ou em 4/5 de hora o de 5/5. Uma vez que está determinado o número de horas em que reproduz seus meios de subsistência, verifica-se aí um ganho de 3 horas para o capitalista como se aumentasse a produtividade do trabalho, quando na realidade cresceu o trabalho e não a produtividade. Se essa intensificação do trabalho fosse geral, o valor das mercadorias teria de cair de acordo com o menor tempo de trabalho que custam. Esse grau de intensidade do trabalho tornar-se-ia o grau médio, qualidade natural. Todavia, essa intensificação, se ocorrer apenas em determinados ramos, corresponderá a trabalho composto, trabalho simples potenciado. Nesse caso menos de uma hora intensiva monta a trabalho simples potenciado. Assim, por exemplo, no caso acima, 4/5 de hora é tanto quanto 5/5 ou uma hora. Ambos, a extensão do tempo de trabalho e o aumento do trabalho por meio da maior intensidade, pela compressão por assim dizer dos poros do trabalho..." (MARX, [1861-1863]1985b, p.1354); "A jornada de trabalho mais intensiva se incorpora em mais produtos do que a jornada menos intensiva de igual número de horas [...] O número de produtos aumenta, aqui, sem que caia seu preço. Com seu número aumenta também a soma de seus preços [...] Se o número de horas se mantém constante, a jornada de trabalho mais intensiva se incorpora num produto de valor mais alto; se o valor do dinheiro se mantém constante, ela se incorpora em mais dinheiro. Seu produto de valor varia com os desvios que sua intensidade apresenta em relação ao grau socialmente normal." (MARX, [1867] 2013, p.591-592).

QUADRO 39 - INTENSIDADE ACIMA DA USUAL COM DADA PRODUTIVIDADE

Intensidade	JT	valor da força de trabalho		m		produto de valor		Quantidade produzida	Valor unitário individual (em xelins)
		\$	H	\$	H	\$	H		
Usual normal	12	5	10	1	2	6	12	6	1
Superior <sup>(1)</sup>	12	5	6,7	4	5,3	9	12	9	1
Usual (jornada mais extensa)	15	5	10	2,5	5	7,5	15	7,5	1

FONTE: Elaboração própria a partir de Marx ( [1861-1863]1988a, p.335 e [1861-1863]1991a, p.383)

(1) Hora intensiva =  $\frac{6}{4} \times \text{hora usual}$

Essa mais-valia absoluta anormal tende a ser provisória, desde que sua obtenção incentiva os capitalistas que concorrem com aquele que primeiro aplicou as metodologias de produção mais eficientes a seguir seu exemplo, e no momento em que isso acontece a intensidade superior se converte na usual. Por seu turno, a generalização da intensidade superior ocasiona uma redução no valor das mercadorias: isso significaria, nos termos da ilustração do quadro 38, que com a conversão da hora mais intensiva em hora usual verificar-se-ia que agora 1 hora de trabalho social médio exprime-se em 0,5 xelins, soma que se materializa em 0,75 unidades. Com isso, o valor unitário passaria ser de 0,67 xelins ( $\frac{0,5 \text{ xelins}}{0,75 \text{ unidades}}$ ) enquanto antes era de 1 xelim. E desde que as mercadorias barateadas pertençam à massa de meios de subsistência dos trabalhadores seria constatado diminuição no valor da força de trabalho e, conseqüentemente, formação de uma mais-valia relativa em benefício da coletividade dos capitalistas.

Como dito anteriormente, a intensificação do trabalho é igualmente acompanhada de iniciativas que visam economizar capital constante e introduzir melhorias e aperfeiçoamentos nos meios de trabalho existentes com o intuito de capacitá-los a absorver maior quantidade de trabalho em dado tempo, o que impulsiona o aumento da produtividade do trabalho. Desse modo, os capitalistas que intensificam o trabalho também apoderaram-se de uma mais-valia extra proveniente da produtividade diferencial que concede uma potência superior ao trabalho executado nas condições de intensidade acima da usual. Devido a sua natureza provisória, essa mais-valia extraordinária tende pela concorrência a ser dissipada. Entretanto, quando o avanço da produtividade é desencadeado nos ramos dedicados à reprodução da força de

trabalho, a classe capitalista é beneficiada com incremento da mais-valia relativa<sup>472</sup>. Finalmente, as motivações que impelem os capitalistas a estender desmesuradamente a jornada, tais como acelerar o desgaste da maquinaria a fim de precaver-se de obsolescência prematura, de aproveitar ao máximo a brevidade característica da mais-valia extra e depois da generalização da maquinaria revolucionária compensar a queda da massa de mais-valia normal com incremento na taxa de exploração continuam a influir determinantemente sobre os impulsos do capital para o sobretrabalho intensivo<sup>473</sup>.

#### 4.3.2. Variação da intensidade antecedida por aumento na produtividade do trabalho e redução da extensão da jornada (Simulação I)

Após os esclarecimentos das motivações do capital para intensificar o trabalho, realiza-se, agora, estudo do seu impacto no movimento dos salários (Quadro 40).

QUADRO 40- ESTUDO DE CASOS VINCULADOS À VARIAÇÃO DA INTENSIDADE (SIMULAÇÃO I)

1) Produtividade aumenta 50 %
2) A jornada de trabalho é reduzida para 10 horas.
3) A hora de trabalho é intensificada: 1 hora de intensidade superior produz valor de 0,6 xelins enquanto a hora usual produz valor expresso em 0,5 xelins. O valor da força de trabalho é alterado por um fator de correção de 1,1 multiplicado pelo incremento da intensidade de 1,2. O Salário nominal se alinha com o valor da força de trabalho corrigido
4) O salário nominal eleva-se menos que o reajuste do valor da força de trabalho ocasionado pela intensificação da jornada e pelo desgaste da força de trabalho
5) Salário nominal mantém-se constante

FONTE: Elaboração própria

<sup>472</sup> "And in this case, in spite of the reduction in absolute labour time, the surplus labour may not only remain the same, but grow. And indeed for two reasons. On the one hand, because the productivity of labour grows, i.e. owing to the general law that determines relative surplus value altogether. Secondly, however, because the *more intensive* hour of labour *now counts as such*, hence its product e.g.=the value of 1,5 extensive hours of labour in the previous mode of production. The more intensive hour of labour—here as the regular, general law of a particular sphere of production, not as something accidental and individual—will now be reckoned as what it is, as *a greater quantity of labour*, condensed as opposed to more porous labour time [...] What is being spoken of here is an increase in the exertions of labour which accompanies the development of productive power; so that in the same time not only more is produced, but *more work is done*, more labour power is expended, and indeed *above* the average degree—in a degree which is only made feasible permanently, day in day out, by limiting the extension of labour time. In this case not only relative but absolute surplus value is created, as long as this degree of intensity is not universal. But the latter would presuppose, just as much, a general reduction of the working day [...] Thus e.g. if 10 hours is the normal average working day, with the corresponding level of intensity of labour—or of condensation of labour time, quantity of labour which is provided at each moment in time—all inventions which made labour *more productive on this basis*, without increasing the tension of the labour itself, would only raise relative surplus value." (MARX, [1861-1863]1991a, p.383 e p.385).

<sup>473</sup> "Third, since each unit of product contains an amount of value due to the depreciation of fixed capital, the greater the number of units produced the larger the amount of constant fixed capital recovered and the faster the recovery of the total capital invested in that form." (CIPOLLA, 2013, p.375). Consultar também Dobb (1948, p.62-63).

Admite-se, para facilitar a análise, que o salário nominal, de partida, já esteja alinhado com o antigo valor diário da força de trabalho. Sabe-se que o incremento nas forças produtivas ou antecede ou imediatamente sucede à redução na duração da jornada<sup>474</sup>. Por conseguinte, considera-se que a variação no grau de intensidade é antecedido por uma elevação de 50% na produtividade do trabalho (nos ramos dedicados à reprodução dos trabalhadores), da qual deriva redução do valor da força de trabalho de 3 xelins para 2 xelins (Quadros 40 e 41). Adicionalmente, presume-se que, após aquele aumento na produtividade, o Estado sanciona as reivindicações operárias por jornada diária de dimensão normal 10 horas (caso 2, quadros 40 e 41). Por outro lado, o novo valor diário da força de trabalho, graças à elevação da produtividade, fora calculado considerando-se certa expectativa de duração de vida da força de trabalho associada à jornada normal de 12 horas. A vitória da classe operária, no sentido de encurtar a extensão da jornada, beneficia-a também em outro aspecto, que é o de estender o período funcional da força de trabalho e, portanto, assegurar (dadas as demais circunstâncias) por mais tempo a possibilidade de viver como trabalhador com base na venda contínua da sua mercadoria peculiar (Quadro 42, Hipótese 2)<sup>475</sup>. Para não complicar o cálculo das medições salariais será admitido (Quadro 42, Hipótese 3) que a redução jornada de 12 para 10 horas não altera a duração funcional da força de trabalho e, com isso, seu valor diário conserva a mesma magnitude.

QUADRO 41- VALOR DA FORÇA DE TRABALHO E JORNADA DE TRABALHO

Situação	Jornada de trabalho (em horas)	Valor diário da força de trabalho		Meios de subsistência necessários			
		(em xelins)	Em horas	Quantidade	Valor total		Valor unitário (em xelins)
				(unidades)	(em xelins)	Em horas	
original	12	3,00	6,00	30	3,00	6,00	0,10
1	12	2,00 <sup>(1)</sup>	4,00	30	2,00	4,00	0,07
2	10	2,00 <sup>(2)</sup>	4,00	30	2,00	4,00	0,07
3	10	2,64 <sup>(3)</sup>	5,00	37,7	2,64	5,00	0,07

FONTE: Elaboração própria

(1) Produtividade aumenta 50 %

(2) Hipótese de duração total da força de trabalho permanece constante após a extensão da jornada de trabalho ter sido reduzida para 10 horas (ver Quadro 41)

(3) O valor da força de trabalho é alterado por um fator de correção de 1,1 multiplicado pelo incremento da intensidade (1,2)

<sup>474</sup> "Todas as fraseologia tradicionais contra a redução da jornada de trabalho supõe que o fenômeno ocorra sob as circunstâncias aqui pressupostas, ao passo que, na realidade, as variações na produtividade e intensidade do trabalho ou são anteriores à redução da jornada, ou a sucedem imediatamente"(MARX, [1867] 2013, p.593).

<sup>475</sup> Vale alertar, entretanto, que a conquista da jornada de trabalho normal de 10 horas pode suceder um longo período de jornadas diárias abusivas e de sistemática deterioração no salário real, de modo que a delimitação legal da jornada combinada com sua redução nada mais fez do que atenuar as pressões anteriormente prevalentes de abreviamento na duração da força de trabalho.

QUADRO 42 - VALOR DIÁRIO DA FORÇA DE TRABALHO E VARIAÇÃO DA EXTENSÃO DA JORNADA

Hipóteses	JT (em horas)	Duração global da força de trabalho		Valor da força de trabalho (em xelins)	
		Anos	Horas <sup>(1)</sup>	Diário	Global
1	12	30	131400	2,00	21900 <sup>(3)</sup>
2	10	36 <sup>(2)</sup>	131400	1,67 <sup>(4)</sup>	21900
3	10	30 <sup>(5)</sup>	109500	2,00	21900

FONTE: Elaboração própria a partir de Marx ([1861-1863] 1994a, p. 68-69; [1867] 2013, p.308)

(1) Jornada diária multiplicada por 365 dias/ano

(2) Duração (em anos) da força de trabalho =  $\frac{\text{duração global em horas}}{\text{jornada diária} \times 365 \text{ dias}}$

(3) Valor total da força de trabalho correspondente ao valor diário multiplicado pela duração da força de trabalho

(4) Valor diário da força de trabalho (arredondado duas casas decimais) =  $\frac{\text{Valor global da força de trabalho}}{\text{duração da força de trabalho} \times 365 \text{ dias}}$

(5) Hipótese de dada duração total da força de trabalho

Entretanto, a redução da jornada para 10 horas repercute desfavoravelmente sobre a taxa de mais-valia, impelindo os capitalistas a prontamente defendê-la (Quadros 43 e 44, caso 2). O atual nível de desenvolvimento das forças produtivas alcançado com a aplicação de novas metodologias produtivas combinada de maquinaria moderna permite aos capitalistas dosarem a intensidade do trabalho de acordo as necessidades de valorização do capital variável. Assim, a imposição de uma jornada de trabalho de menor extensão encontra os capitalistas desde já munidos de uma estrutura técnica de produção e de métodos produtivos que os habilitam, a qualquer momento, compensar a queda de mais-trabalho extensivo por meio de emprego de uma jornada de grau de intensidade superior<sup>476</sup>. Presume-se que a hora intensiva seja representada por um valor de 0,6 xelins ao passo que a hora normal exprime-se em 0,5 xelins (Quadro 40, caso 3). Acontece que essa condensação do trabalho não é neutra para a força de trabalho.

<sup>476</sup> "Capital's reaction to this forcible restriction of labour time is a greater condensation of labour [...]" (MARX, [1861-1863]1991a, p. 386).

QUADRO 43 - SALÁRIO NOMINAL, SALÁRIO REAL E SALÁRIO RELATIVO (CASOS 1 E 2)

Casos	JT	Produto de valor (em xelins)	Valor da força de trabalho		Salário nominal		Salário real (em xelins)		Salário relativo (em %)	
			\$	H	\$	H	\$	H	Nominal <sup>(1)</sup>	Real <sup>(2)</sup>
original	12	6,00	3,00	6,00	3,00	6,00	3,00	6,00	50	50
1	12	6,00	2,00	4,00	2,00	4,00	2,00	4,00	33	33
2	10	5,00	2,00	4,00	2,00	4,00	2,00	4,00	40	40

FONTE: Elaboração própria a partir de Marx ([1867] 2013, p.591-592 e p.596-597)

$$(1) \text{ salário relativo nominal} = \frac{\text{salário nominal}}{\text{produto de valor}}$$

$$(2) \text{ salário relativo real} = \frac{\text{salário real}}{\text{produto de valor}}$$

QUADRO 44 - MAIS-VALIA E TAXA DE MAIS-VALIA (CASOS 1 E 2)

Casos	JT	Produto de valor (em xelins)	Mais-valia (nominal) <sup>(1)</sup>		Mais-valia efetiva <sup>(2)</sup>		Taxa de mais-valia nominal <sup>(3)</sup> (em %)	Taxa de mais-valia efetiva <sup>(4)</sup> (em %)
			\$	H	\$	H		
original	12	6,00	3,00	6,00	3,00	6,00	100	100
1	12	6,00	4,00	8,00	4,00	8,00	200	200
2	10	5,00	3,0	6,00	3,00	6,00	150	150

FONTE: Elaboração própria a partir de Marx ([1867] 2013, p.591-592 e p.596-597)

(1) Produto de valor (-) salário nominal

(2) Produto de valor (-) salário real

$$(3) \text{ taxa de mais – valia nominal} = \frac{\text{mais–valia nominal}}{\text{salário nominal}}$$

$$(4) \text{ taxa de mais – valia efetiva} = \frac{\text{mais–valia efetiva}}{\text{salário real}}$$

A compressão do trabalho implica maior desgaste do trabalhador uma vez que terá a obrigação de monitorar e supervisionar o movimento mais acelerado de um número maior de máquinas<sup>477</sup>. O grau mais intenso de trabalho expõe os trabalhadores a maior tensão física e psíquica<sup>478</sup>. É possível mesmo que a atenção dirigida ao movimento uniforme e monótono da maquinaria implique cansaço e fadiga maiores do que comparados com o desgaste que resultaria se as operações das máquinas fossem realizadas diretamente pelo trabalhador (MARX, [1867] 2013, p.494, nota 186). Por outro lado, é também possível que a duração menor da jornada, juntamente com a maior regularidade que sucede à consolidação do esforço

<sup>477</sup> "Isso se dá de duas maneiras: pela aceleração da velocidade das máquinas e pela ampliação da escala da maquinaria que deve ser supervisionada pelo mesmo operário ou do campo de trabalho deste último"(MARX, [1867] 2013, p.484); "This has, to a certain degree, been effected in the trades, placed under the Factory Acts, by the acceleration of machinery, and the greater number of working machines which a single individual has now to superintend." (MARX, [1865]1985c, p.142). Ver também Kohli (1988, p.191).

<sup>478</sup> "Here we see the necessary reduction of the normal or total working day as a result of the greater condensation of labour, which implies a greater tautness, nervous tension, but at the same time a greater physical exertion." (MARX, [1861-1863] 1991, p.382-383).

extra, possa neutralizar, em parte, o desgaste da jornada mais intensiva (MARX, [1867] 2013, p.483-484). De qualquer maneira, na presente simulação assumiu-se, para facilitar, que a intensidade superior acarreta desgaste à força de trabalho semelhante ao que sofreria o trabalhador caso a jornada de trabalho fosse prolongada para, por exemplo, 14 horas. O valor global da força de trabalho deverá servir ao trabalhador por um período funcional mais breve (dadas as demais circunstâncias), exigindo para compensar uma correção do custo diário de reprodução do trabalhador<sup>479</sup>. Supõe-se que a intensidade superior provoque reajuste no valor diário da força de trabalho determinado por um fator de correção de 1,1 (*a fim de simular hipoteticamente o desgaste acelerado ou acima do médio do trabalhador*) multiplicado pelo incremento da intensidade de 1,2 (Quadros 40 e 41, Caso 3).

O caso 3 (Quadro 45 abaixo) admite que, após a intensificação do trabalho, o salário nominal realinhe-se exatamente com o novo valor diário da força de trabalho (MARX, [1867] 2013, p.596). É uma situação que serve de referência para os casos seguintes nos quais o salário nominal não se realinha com o novo valor da força de trabalho. Constata-se, no caso 3, que o salário real é preservado, permitindo ao trabalhador sustentar estilo de vida habitual<sup>480</sup>. Entretanto, os capitalistas constatarão que a intensificação da jornada combinada com preservação do salário real não recupera a taxa de mais-valia que prevalecia imediatamente antes da redução da jornada (Quadro 46). Por esse motivo, o caso 3 ilustra uma situação possível, mas pouco provável, posto que os capitalistas procurarão obstinadamente exercer pressão para os salários nominais não se nivelarem com o valor diários da força de trabalho e de preferência mantenham-se no patamar anterior à intensificação do trabalho (2 xelins, caso 2).

---

<sup>479</sup> "In other words, a higher intensity of labor raises the value of labor power, other factors remaining the same" a fim de "to keep constant the level of reproduction of labor power" (GIUSSANI; VALE, 1992, p.16).

<sup>480</sup> Marx observou que os salários subiram após a adoção da regulamentação de 10 horas de jornada, assim explicando: "This is, on the other hand, one of the reasons why wages rose rather than fell in England in the branches of industry covered by the factory laws. Since the demand for commodities rose as a result of the extension of the world market, and, in particular, in the opinions of the capitalists, the extent of this demand rose still further, the demand for labour also rose; but this demand could not, as under the old conditions, be satisfied by artificially increasing the supply of labour, nor was it possible thereby to paralyse its effects on wages." (MARX, [1861-1863] 1991, p. 386-387).

QUADRO 45 - SALÁRIO NOMINAL, SALÁRIO REAL E SALÁRIO RELATIVO (CASO 3)

Casos	JT	Produto de valor (em xelins)	Valor da força de trabalho		Salário nominal		Salário real (em xelins)		Salário relativo (em %)	
			\$	H	\$	H	\$	H	Nominal <sup>(1)</sup>	Real <sup>(2)</sup>
original	12	6,00	3,00	6,00	3,00	6,00	3,00	6,00	50	50
1	12	6,00	2,00	4,00	2,00	4,00	2,00	4,00	33	33
2	10	5,00	2,00	4,00	2,00	4,00	2,00	4,00	40	40
3	10	6,00 <sup>(3)</sup>	2,64	4,40	2,64	4,40	2,64	4,40	44	44

FONTE: Elaboração própria a partir de Marx ([1867] 2013, p.591-592 e p.596-597)

$$(1) \text{ salário relativo nominal} = \frac{\text{salário nominal}}{\text{produto de valor}}$$

$$(2) \text{ salário relativo real} = \frac{\text{salário real}}{\text{produto de valor}}$$

(3) A hora de trabalho é intensificada: 1 hora de intensidade superior produz valor de 0,6 xelins enquanto a hora usual produz valor expresso em 0,5 xelins

QUADRO 46- MAIS-VALIA E TAXA DE MAIS-VALIA (CASO 3)

Casos	JT	Produto de valor (em xelins)	Mais-valia (nominal) <sup>(1)</sup>		Mais-valia efetiva <sup>(2)</sup>		Taxa de mais-valia nominal <sup>(3)</sup> (em %)	Taxa de mais-valia efetiva <sup>(4)</sup> (em %)
			\$	H	\$	H		
original	12	6,00	3,00	6,00	3,00	6,00	100	100
1	12	6,00	4,00	8,00	4,00	8,00	200	200
2	10	5,00	3,00	6,00	3,00	6,00	150	150
3	10	6,00 <sup>(5)</sup>	3,36	5,60	3,36	5,60	127	127

FONTE: Elaboração própria a partir de Marx ([1867] 2013, p.591-592 e p.596-597)

(1) Produto de valor (-) salário nominal

(2) Produto de valor (-) salário real

$$(3) \text{ taxa de mais – valia nominal} = \frac{\text{mais – valia nominal}}{\text{salário nominal}}$$

$$(4) \text{ taxa de mais – valia efetiva} = \frac{\text{mais – valia efetiva}}{\text{salário real}}$$

(5) A hora de trabalho é intensificada: 1 hora de intensidade superior produz valor de 0,6 xelins enquanto a hora usual produz valor expresso em 0,5 xelins

O caso 4 (Quadro 47) concerne à situação na qual após a intensificação do trabalho os salários nominais sobem, todavia, menos do que o necessário para recompor, nas novas condições, o valor diário da força de trabalho. De um lado, esse resultado expressa o empenho dos capitalistas em salvaguardar a taxa de mais-valia do efeito desfavorável da redução da jornada mediante intensificação aumentada do trabalho combinada com reajuste nominal dos salários inferior ao que seria exigido para preservar o salário real necessário. E os capitalistas contam a seu favor com as novas técnicas de produção e a aplicação de maquinaria aperfeiçoada que propiciam maior controle sobre o processo de trabalho, concedendo-lhes, conseqüentemente, ampla margem para ditar o ritmo do trabalho com pouca ou nula oposição dos trabalhadores. Ao lado disso, o contingente de trabalhadores de reserva e a população



parcialmente ocupada em vários ramos fornecem prontamente força de trabalho barata para substituir aqueles trabalhadores empregados que discordam das propostas de reajustes nominais recomendados pelos capitalistas<sup>481</sup>.

QUADRO 47 - SALÁRIO NOMINAL, SALÁRIO REAL E SALÁRIO RELATIVO

Casos	JT	Produto de valor (em xelins)	Valor da força de trabalho		Salário nominal		Salário real (em xelins)		Salário relativo (em %)	
			\$	H	\$	H	\$	H	Nominal <sup>(1)</sup>	Real <sup>(2)</sup>
original	12	6,00	3,00	6,00	3,00	6,00	3,00	6,00	50	50
1	12	6,00	2,00	4,00	2,00	4,00	2,00	4,00	33	33
2	10	5,00	2,00	4,00	2,00	4,00	2,00	4,00	40	40
3	10	6,00 <sup>(3)</sup>	2,64	4,40	2,64	4,40	2,64	4,40	44	44
4	10	6,00 <sup>(3)</sup>	2,64	4,40	2,50	4,17	2,36	3,93	42	39

FONTE: Elaboração própria a partir de Marx ([1867] 2013, p.592 e [1861-1863]1991a, p.386-387)

(1) salário relativo nominal =  $\frac{\text{salário nominal}}{\text{produto de valor}}$

(2) salário relativo real =  $\frac{\text{salário real}}{\text{produto de valor}}$

(3) A hora de trabalho é intensificada: 1 hora de intensidade superior produz valor de 0,6 xelins enquanto a hora usual produz valor expresso em 0,5 xelins

De outro lado, a tentativa dos trabalhadores de preservar o salário real necessário é, sobretudo, dificultada pela própria forma-salário, posto que ela joga uma densa nuvem escura sobre a verdadeira natureza do assalariamento, tornando simultaneamente irreconhecível a mercadoria força de trabalho e a divisão qualitativa da jornada em partes mutuamente vinculadas. Os trabalhadores estão imediatamente interessados naquilo que recebem do capitalista, de sorte que se a velocidade do processo de trabalho modificou as exigências de esforço, tornando-as mais rigorosas, esse empenho adicional, na perspectiva operária, deve ser compensado por uma remuneração extra em concordância com o maior produto fornecido. Esse pagamento extra pode ser efetuado, com consentimento dos trabalhadores, como uma participação monetária sobre o produto adicionalmente fornecido, não importando, já que a forma-salário obscurece os verdadeiros nexos, o quão distante o salário nominal assim fixado estaria do requerido para restaurar o desgaste da força de trabalho e, portanto, do tempo de trabalho necessário à reprodução normal da sua vida

<sup>481</sup> “Thus e.g. the supply of labour is increased by overtime, without any increase in the number of workers, or one group of workers is overworked, while the other group is entirely or partly unemployed. In this way an artificial oversupply of labour is created, with the result that the supply of those rendered unemployed by this overworking forces down wages altogether (also those of the employed).” (MARX, [1861-1863] 1991, p. 386).

material e social<sup>482</sup>. Portanto, a variação na intensidade do trabalho redobra as dificuldades interpostas pela forma-salário à luta de resistência dos trabalhadores às pressões do capital, porque acentua aparência de pagamento pela função e, conseqüentemente, mais difícil reconciliar o salário recebido com a restauração das condições normais de reprodução e de atuação da força de trabalho.

QUADRO 48 - MAIS-VALIA E TAXA DE MAIS-VALIA (CASO 4)

Casos	JT	Produto de valor (em xelins)	Mais-valia (nominal) <sup>(1)</sup>		Mais-valia efetiva <sup>(2)</sup>		Taxa de mais-valia nominal <sup>(3)</sup> (em %)	Taxa de mais-valia efetiva <sup>(4)</sup> (em %)
			\$	H	\$	H		
original	12	6,00	3,00	6,00	3,00	6,00	100	100
1	12	6,00	4,00	8,00	4,00	8,00	200	200
2	10	5,00	3,00	6,00	3,00	6,00	150	150
3	10	6,00 <sup>(5)</sup>	3,40	5,60	3,36	5,60	127	127
4	10	6,00 <sup>(5)</sup>	3,50	5,83	3,64	6,07	140	154

FONTE: Elaboração própria a partir de Marx ([1867] 2013, p.592 e [1861-1863]1991a, p.386-387)

(1) Produto de valor (-) salário nominal

(2) Produto de valor (-) salário real

(3) taxa de mais – valia nominal =  $\frac{\text{mais-valia nominal}}{\text{salário nominal}}$

(4) taxa de mais – valia efetiva =  $\frac{\text{mais-valia efetiva}}{\text{salário real}}$

(5) A hora de trabalho é intensificada: 1 hora de intensidade superior produz valor de 0,6 xelins enquanto a hora usual produz valor expresso em 0,5 xelins

Convém notar, brevemente, a evolução do salário relativo no caso 4 (Quadro 47). Quando é comparado com o caso 3 (em que o reajuste nominal do salário plenamente espelhou a variação do valor diário da força de trabalho corrigido pela jornada intensificada), constata-se que o salário relativo nominal no caso 4 acusa um ligeiro declínio decorrente do impacto de a elevação do salário nominal ter sido menor do que incremento do produto de valor resultante do sobretrabalho intensivo. Quando, contudo, o salário relativo do caso 4 é comparado com o do caso 1, no qual foi retratada a situação de aumento da produtividade (jornada com intensidade e extensão dadas), verificar-se-ia uma importante melhora da proporção do salário no valor produzido. Esse resultado poderia levar ao entendimento de que a posição econômica dos trabalhadores sofreu um progresso relativo, cuja consequência seria induzi-los a interpretar *todo* incremento do salário nominal relativo como traduzindo

<sup>482</sup> "E aumento do preço da força de trabalho não implica aqui, necessariamente, um aumento de seu preço acima de seu valor. Ao contrário, ele pode vir acompanhado de uma queda abaixo de seu valor. Esse é o caso sempre que a elevação do preço da força de trabalho não compensa seu desgaste acelerado." (MARX, [1867] 2013, p. 593).

adequada avaliação monetária do seu trabalho. Como já assinalado (subseção 4.1.1), o salário relativo nominal (enquanto medida quantitativa da forma-salário) obscurece o nexo conceitualmente indissolúvel entre o pagamento monetário recebido pelo trabalhador e o custo de reprodução normal de sua força de trabalho. Ora, a elevação do salário nominal relativo no caso 4 (comparativamente ao caso 1) está associada à maior intensidade do trabalho e a uma deterioração do salário real<sup>483</sup>, ao passo que, paradoxalmente, a perda de participação do salário relativo no caso 1 aconteceu em condições mais favoráveis para os trabalhadores, desde que se vincula à manutenção do padrão de vida deles. Desse modo, nem sempre uma elevação do salário nominal relativo exprime real melhora nas condições de vida dos trabalhadores, como nem sempre uma queda da proporção do salário nominal implica deterioração no padrão de vida tradicional.

No caso 5 (quadro 49 abaixo), o salário nominal manteve-se constante, apesar de o grau mais elevado de intensidade ter condicionado um reajuste no valor diário da força de trabalho. Com isso, os capitalistas são exitosos em preservar as grandezas absolutas (4 xelins) e relativas (200%) da mais-valia (nominal) que prevaleciam à véspera da redução da jornada (Quadro 50 abaixo), mas *à custa* de uma importante perda do salário real (Quadro 49). Enquanto, no caso anterior, o rompimento peculiar à forma salarial entre as partes necessária e excedente da jornada é atenuado por um insuficiente reajuste nominal do salário, a supressão desse nexo é, no caso 5, completa. É como se a mais-valia adicional obtida por incremento na intensidade fosse fornecida pelo trabalhador sem nenhuma contrapartida de trabalho necessário ou como se o valor de uso específico da força de trabalho fosse obtido sem que o capitalista precisasse comprar essa peculiar mercadoria. Reproduz-se aqui a "natureza específica do sobretrabalho" (MARX, [1861-1863]1994b, p.84) já discutida na subseção sobre o prolongamento da jornada de trabalho.

---

<sup>483</sup> Mandel considera em sua reflexão o caso 4 e observa que a deterioração do salário real ocasionada pelo sobretrabalho intensivo tem limites: "Também podemos notar que, sob condições normais, é difícil aliar tempo inalterado de trabalho, salários reais em queda e intensidade ampliada de trabalho, porque uma queda no salário real torna o trabalhador mais passivo e indiferente, assim como, em termos objetivos, o enfraquece psicológica e fisicamente, pelo menos em parte, e assim cria um limite material que não pode ser rompido pela intensidade do trabalho." (MANDEL, 1985, p.104).

QUADRO 49 - SALÁRIO NOMINAL, SALÁRIO REAL E SALÁRIO RELATIVO (CASO 5)

Casos	JT	Produto de valor (em xelins)	Valor da força de trabalho		Salário nominal		Salário real (em xelins)		Salário relativo (em %)	
			\$	H	\$	H	\$	H	Nominal <sup>(1)</sup>	Real <sup>(2)</sup>
original	12	6	3,00	6,00	3,00	6,00	3,00	6,00	50	50
1	12	6	2,00	4,00	2,00	4,00	2,00	4,00	33,3	33
2	10	5,00	2,00	4,00	2,00	4,00	2,00	4,00	40	40
3	10	6 <sup>(3)</sup>	2,64	4,40	2,64	4,40	2,64	4,40	44	44
4	10	6,00	2,64	4,40	2,50	4,17	2,36	3,93	41,7	39
5	10	6,00	2,64	4,40	2	3,33	1,36	2,27	33,3	23

FONTE: Elaboração própria a partir de Marx ([1867] 2013, p.592 e [1861-1863]1991a, p.386-387)

(1) salário relativo nominal =  $\frac{\text{salário nominal}}{\text{produto de valor}}$

(2) salário relativo real =  $\frac{\text{salário real}}{\text{produto de valor}}$

(3) A hora de trabalho é intensificada: 1 hora de intensidade superior produz valor de 0,6 xelins enquanto a hora usual produz valor expresso em 0,5 xelins

QUADRO 50 - MAIS-VALIA E TAXA DE MAIS-VALIA (CASO 5)

Casos	JT	Produto de valor (em xelins)	Mais-valia (nominal) <sup>(1)</sup>		Mais-valia efetiva <sup>(2)</sup>		Taxa de mais-valia nominal <sup>(3)</sup> (em %)	Taxa de mais-valia efetiva <sup>(4)</sup> (em %)
			\$	H	\$	H		
original	12	6	3,00	6,00	3,00	6,00	100	100
1	12	6	4,0	8,00	4,00	8,00	200	200
2	10	10	3,0	6,00	3,00	6,00	150	150
3	10	6 <sup>(5)</sup>	3,4	5,60	3,36	5,60	127	127
4	10	6	3,5	5,83	3,64	6,07	140	154
5	10	6	4,0	6,67	4,64	7,73	200	341

FONTE: Elaboração própria a partir de Marx ([1867] 2013, p.592 e [1861-1863]1991a, p.386-387)

(1) Produto de valor (-) salário nominal

(2) Produto de valor (-) salário real

(3) taxa de mais – valia nominal =  $\frac{\text{mais-valia nominal}}{\text{salário nominal}}$

(4) taxa de mais – valia efetiva =  $\frac{\text{mais-valia efetiva}}{\text{salário real}}$

(5) A hora de trabalho é intensificada: 1 hora de intensidade superior produz valor de 0,6 xelins enquanto a hora usual produz valor expresso em 0,5 xelins

Em todos os casos da simulação I, piora a situação de vida dos trabalhadores. No caso 3, a manutenção do salário real é bem sucedida, mas pela via do salário nominal nivelando-se com um valor diário da força de trabalho encarecido pelo desgaste excessivo do sobretrabalho intensivo, que onera o trabalhador com duração mais breve da sua existência ativa. Nos casos 4 e 5, o salário real sofre declínio, atenuado, naquele, por um reajuste precário do salário e agravado, neste, pela estabilidade salarial no patamar que vigorava imediatamente antes da intensificação da jornada. De qualquer modo, prejudica-se em ambos

os casos (4 e 5) a reprodução normal da força de trabalho ao mesmo tempo que o encurtamento da duração de vida funcional do trabalhador tende a acontecer com mais celeridade do que no caso 3<sup>484</sup>. Assim, em todas as situações da simulação I, as futuras condições de sobrevivência material dos trabalhadores apontam para uma preocupante degradação como decorrência do exaurimento prematuro da força de trabalho.

Com efeito, a intensificação do trabalho, como dito anteriormente, suscita melhorias e aperfeiçoamentos no processo de trabalho que implicam um novo incremento da produtividade. Desse modo, os capitalistas obtêm uma mais-valia absoluta anormal tanto propiciada pelo grau superior de intensidade do trabalho quanto do prolongamento da jornada atual de trabalho em relação àquela de extensão menor que já poderia vigorar com o presente estágio de desenvolvimento das forças produtivas. A economia de capital constante ao lado do estímulo que a intensificação do trabalho provoca no aperfeiçoamento dos meios de trabalho habilitam os capitalistas a também a apropriar-se da mais-valia extra<sup>485</sup>. Por isso, a intensificação e produtividade crescentes criam condições para uma nova redução da jornada tanto mais necessária para os trabalhadores quanto maiores as perturbações na reprodução normal da força de trabalho provocada por um longo período de sobretrabalho intensivo<sup>486</sup>.

#### **4.3.3. Variação da intensidade antecedida por diminuição na produtividade do trabalho. Extensão constante da jornada (Simulação II).**

A simulação I retratara casos onde a intensidade do trabalho fora antecedida por um aumento da produtividade combinado com redução na jornada. Examina-se, agora, a simulação II que presume prévio declínio da produtividade de 20%, como sugerido por Marx nos *Manuscritos de 1861-1863* (Quadro 51). Essa situação já fora discutida anteriormente (subseção 4.2) e viu-se, então, que os capitalistas tentam atenuar a queda da taxa de mais-valia provocada pela alta do custo diário de reprodução normal do trabalhador quer se esforçando para manter o salário nominal fixo quer se empenhando para impedir o

---

<sup>484</sup> "Moreover, there is evidence that piece-workers [...] are often induced by the attraction of immediate earnings to acceleration their work to a point which is detrimental to their health in the long run and may seriously shorten the length of their working life." (DOBB, 1948, p.62).

<sup>485</sup> "Naturalmente, a tendência do capital é vincular o valor excedente absoluto com o relativo; ou seja, com a maior quantidade possível de jornadas de trabalho simultâneas, juntamente com a redução ao mínimo, por um lado, do tempo de trabalho necessário, por outro, do número de trabalhadores necessário" (MARX, [1857-1858] 2011, p.645). "[...] os métodos para a produção de mais-valia relativa é ao mesmo tempo métodos para a produção de mais-valia absoluta" (MARX, [1867] 2013, p.579).

<sup>486</sup> "Capital's reaction to this forcible restriction of labour time is a greater condensation of labour, which for its part in turn brings about a new curtailment of absolute labour time at a certain point." (MARX, [1861-1863]1991a, p. 386).

alinhamento do salário monetário segundo o novo valor diário da força de trabalho. Marx sugere que os capitalistas também podem acionar outras iniciativas, como estender a duração da jornada ou aumentar o grau de sua intensidade. Entretanto, a primeira alternativa tornou-se pouco praticável com a regulamentação da jornada, razão pela qual a presente simulação II leva em conta somente a iniciativa de aumentar o grau de intensidade, considerando constante a extensão do tempo de trabalho. Assume-se que a variação no grau de intensidade ocasiona um desgaste *acelerado* da força de trabalho que reclama um reajuste mais do que proporcional de seu valor; o cálculo desse reajuste leva em consideração a variação do produto de valor da jornada de 12 horas mais intensa multiplicado por um fator arbitrário de correção de 1,1 (Quadro 52). Com a queda da produtividade, o salário nominal sobe para de 3,38 xelins, montante abaixo da alta do custo diário de reprodução normal da força de trabalho.

QUADRO 51- SEGUNDA SIMULAÇÃO: PRODUTIVIDADE CAI EM 1/5. DURAÇÃO CONSTANTE E INTENSIDADE VARIÁVEL

1) Produtividade cai em 1/5. O salário nominal sobe menos que a alta do valor da força de trabalho
2) A intensidade eleva-se para manter inalterado o montante da mais-valia. O salário nominal fixo do caso 1
3) A intensidade eleva-se para manter inalterado a taxa de mais-valia. O salário nominal fixo do caso 1

FONTE: Elaboração própria

QUADRO 52 - VALOR DA FORÇA DE TRABALHO E JORNADA DE TRABALHO

Situação	Jornada de trabalho (em horas)	Valor força de trabalho		Meios de subsistência necessários			
		(em xelins)	Em horas	Quantidade	Valor total		Valor unitário (em xelins)
				(unidades)	(em xelins)	Em horas	
original	12	3,00	6,00	30	3,00	6,00	0,100
1	12	4,39 <sup>(1)</sup>	8,77	35,09	4,38	8,77	0,125
2	12	4,64 <sup>(2)</sup>	9,28	37,125	4,64	9,28	0,125

FONTE: Elaboração própria

- (1) O valor da força de trabalho é alterado por um fator de correção de 1,1 multiplicado pelo incremento da intensidade (A intensidade eleva-se para manter inalterado o montante da mais-valia)
- (2) O valor da força de trabalho é alterado por um fator de correção de 1,1 multiplicado pelo incremento da intensidade (A intensidade eleva-se para manter inalterado a taxa de mais-valia)

Desse modo, os capitalistas podem ser motivados a intensificar o trabalho para preservar a grandeza absoluta da mais-valia nominal, ainda que não impedindo, com essa iniciativa, a queda nominal da taxa de mais-valia (caso 2, Quadros 53 e 54). Alternativamente, poderiam empenhar-se para sustentar intacta a taxa de mais-valia nominal com o que lograriam elevar, concomitantemente, a grandeza absoluta da mais-valia nominal (caso 3,

Quadros 53 e 54)<sup>487</sup>. Já se sabe como os trabalhadores, por meio da forma-salário, tomam consciência desse declínio da produtividade e das iniciativas dos capitalistas de intensificar a jornada. Cabe, assim, ressaltar os seus impactos sobre o salário real. Em ambos os casos (2 e 3), o salário real sofreria um duplo prejuízo: primeiro porque o salário nominal do qual partem já se encontra desalinhado em relação ao novo valor diário da força de trabalho resultante do declínio da produtividade; e, depois, porque a amplitude desse desalinhamento é consideravelmente elevada pelo reajuste que o valor diário da força de trabalho precisa sofrer em virtude da intensificação crescente do trabalho. O trabalhador se veria, então, num difícil impasse (porém, acobertado pela forma-salário): se diante do declínio da produtividade que encareceu seus mantimentos tradicionais, o trabalhador lutasse para equalizar seu salário nominal ao novo valor da massa dos meios de subsistência, essa vitória tenderia, todavia, a ser anulada pela forte intensificação do trabalho que seria conduzida pelo capital com intuito de manter a grandeza absoluta da mais-valia ou para preservar a taxa de mais-valia. Por outro lado, para não se exporem a uma intensificação exagerada, com consequências ruínas sobre a durabilidade de sua força de trabalho, os trabalhadores deveriam consentir que o salário sofresse reajuste pequeno ou não experimentasse qualquer correção pelo valor encarecido dos seus meios de subsistência. De toda maneira, os trabalhadores se submeteriam a um mais-trabalho crescente sem qualquer conexão com o tempo de trabalho necessário à reprodução da força de trabalho. Portanto, os casos da simulação II (assim como outros que retratam as especificidades do sobretrabalho extensivo e intensivo) tornam efetivo o que era mera possibilidade contida quando da transmutação do valor da força de trabalho em forma salário, ou seja, que a divisão qualitativa da jornada em tempo de trabalho necessário e tempo de trabalho excedente não apenas fosse acobertada como na prática suprimida.

---

<sup>487</sup> "Em caso de decréscimo da força produtiva do trabalho e concomitante prolongamento da jornada de trabalho, a *grandeza absoluta do mais-valor pode permanecer inalterada*, ainda que diminua sua grandeza proporcional; *sua grandeza proporcional pode permanecer inalterada*, ainda que sua grandeza absoluta aumente, e, a depender do grau do prolongamento, ambas podem aumentar"(MARX, [1867] 2013, p.595, grifo nosso).

QUADRO 53 - SALÁRIO NOMINAL, SALÁRIO REAL E SALÁRIO RELATIVO

Casos	JT	Produto de valor (em xelins)	Valor da força de trabalho		Salário nominal		Salário real (em xelins)		Salário relativo (em %)	
			\$	H	\$	H	\$	H	Nominal <sup>(1)</sup>	Real <sup>(2)</sup>
original	12	6,00	3,00	6,00	3,00	6,00	3,00	6,00	50	50
1	12	6,00	3,75	7,5	3,38	6,75	3,00	6,00	56	50
2	12	6,38 <sup>(3)</sup>	4,38	8,77	3,38	6,35	2,37	4,46	53	37
3	12	6,75 <sup>(4)</sup>	4,64	9,28	3,38	6,00	2,11	3,75	50	31

FONTE: Elaboração própria a partir de Marx ([1867] 2013, p.594-596, [1861-1863]1994b, p.77, [1865]1985c p. 139-140)

(1) salário relativo nominal =  $\frac{\text{salário nominal}}{\text{produto de valor}}$

(2) salário relativo real =  $\frac{\text{salário real}}{\text{produto de valor}}$

(3) A intensidade eleva-separa manter inalterado o montante da mais-valia

(4) A intensidade eleva-separa manter inalterado a taxa de mais-valia

QUADRO 54 - MAIS-VALIA E TAXA DE MAIS-VALIA

Casos	JT	Produto de valor (em xelins)	Mais-valia (nominal) <sup>(1)</sup>		Mais-valia efetiva <sup>(2)</sup>		Taxa de mais-valia nominal <sup>(3)</sup> (em %)	Taxa de mais-valia efetiva <sup>(4)</sup> (em %)
			\$	H	\$	H		
original	12	6,00	3,00	6,00	3,00	6,00	100	100
1	12	6,00	2,62	5,25	3,00	6,00	78	100
2	12	6,38 <sup>(5)</sup>	3,00	5,65	4,01	7,54	89	169
3	12	6,75 <sup>(6)</sup>	3,40	6,00	4,64	8,25	100	220

FONTE: Elaboração própria a partir de Marx ([1867] 2013, p.594-596, [1861-1863]1994b, p.77, [1865]1985c p. 139-140)

(1) Produto de valor (-) salário nominal

(2) Produto de valor (-) salário real

(3) taxa de mais – valia nominal =  $\frac{\text{mais-valia nominal}}{\text{salário nominal}}$

(4) taxa de mais – valia efetiva =  $\frac{\text{mais-valia efetiva}}{\text{salário real}}$

(5) A intensidade eleva-separa manter inalterado o montante da mais-valia

(6) A intensidade eleva-separa manter inalterado a taxa de mais-valia

#### 4.3.4. Breves considerações sobre o salário por peça

É oportuno concluir essa reflexão sobre a variação na intensidade do trabalho com uma breve referência ao salário por peça. Trata-se de uma modalidade de pagamento salarial que permite aos capitalistas aproveitar ao máximo as vantagens da intensificação do trabalho. Como se sabe, o salário por tempo é a forma metamorfoseada do valor da força de trabalho; o salário por peça, por seu turno, é o salário por tempo metamorfoseado: paga-se determinado montante salarial em função da quantidade de bens produzidos em certo período de tempo<sup>488</sup>.

<sup>488</sup> "O sistema de pagamento do trabalho por peça dá certamente a aparência de que o trabalhador recebe uma parte determinada do produto. Entretanto, trata-se apenas de uma outra forma de medir o tempo..." (MARX, [1857-1858] 2011, p.221); "*Piece wages* are therefore nothing but a *particular form* of time wages, which for their part are only the converted form of the *value of labour capacity*, or respectively the *prices of labour*



O salário por peça é uma deformação do valor da força de trabalho tão irracional quanto o salário por tempo: o valor da força de trabalho e o produto do trabalho concreto do trabalhador são comparados como se fossem grandezas comensuráveis<sup>489</sup>. Pode-se destacar as seguintes vantagens do salário por peça para o capitalista: 1º) o salário por peça permite alcançar esperada qualidade ótima do produto mediante controle, pelo próprio trabalhador, sobre a realização do seu trabalho. Esse mecanismo intrínseco de controle sobre a qualidade da produção possibilita eficientemente adequá-la às condições sociais médias<sup>490</sup>; 2º) o salário por peça é um indicador do grau de intensidade: o trabalho objetivado numa quantidade de mercadorias determinada pela experiência é considerado trabalho socialmente necessário associado à intensidade normal. Os trabalhadores que não obtêm o grau normal de intensidade podem ser demitidos<sup>491</sup>; 3º) o salário por peça ao promover intensificação do trabalho incita os próprios trabalhadores a procederem supervisão rigorosa do processo laboral com a finalidade de reduzir os desperdícios; 4º) o salário por peça permite novos regimes de contrato de trabalho como o capitalista podendo contratar trabalhadores principais por determinado montante equivalente a certa quantidade produzida para que, por sua vez, estes últimos subcontratem auxiliares para atingir a meta estabelecida. Para o capitalista, tal modalidade de contrato salarial representa uma economia na folha de pagamento total e, para os trabalhadores, intensificação da exploração levada a cabo pelos próprios produtores diretos; 5º) o salário por peça favorece o aumento *voluntário* da intensidade do trabalho acima do normal<sup>492</sup>. Como o salário por peça é o salário horário metamorfoseado há, dessa maneira, incentivo paralelo para um prolongamento voluntário da jornada de trabalho com o intuito de elevar a receita salarial; 6º) no salário por tempo prevalecia salário igual para tarefas semelhantes. O salário por peças cria uma diversa estrutura salarial para mesmas funções

---

*capacity* which correspond quantitatively to that value or diverge from it." (MARX, [1863-1864] 1994c, p.346-347).

<sup>489</sup> "Na realidade, o salário por peça não expressa diretamente nenhuma relação de valor" (MARX, [1867] 2013, p.623).

<sup>490</sup> "A qualidade do trabalho é controlada aqui pelo próprio produtor, que tem de possuir uma qualidade média para que se pague integralmente o preço de cada peça." (MARX, [1867] 2013, p.633).

<sup>491</sup> "What is involved here is not the measurement of the value of the item according to the labour time contained in it, but rather the reverse, the measurement of the necessary labour time the worker has performed with reference to the item. The wage he receives is therefore a time wage, since the item only has the task of measuring the time for which he receives the wage, and of serving as a guarantee that he has only employed necessary labour time, hence has worked with the appropriate intensity, and apart from this, that his labour (as a use value) is of the appropriate quality." (MARX, [1863-1864] 1994c, p.346); "Apenas o tempo de trabalho que se incorpora numa quantidade de mercadorias previamente determinada e fixa por experiência vale como tempo de trabalho socialmente necessário e é remunerada como tal" (MARX, [1867] 2013, p.623).

<sup>492</sup> "Dado o salário por peça, é natural que o interesse pessoal do trabalhador sempre de empregar sua força de trabalho o mais intensamente possível, o que facilita ao capitalista a elevação do grau normal de intensidade." (MARX, [1867] 2013, p.621).

conforme a diversidade de capacidades individuais. Os salários individuais de uma minoria muito produtiva podem elevar-se ao passo que a média cai; desse modo, o rebaixamento do preço médio do trabalho, nesse caso, é que pode condicionar os ganhos mais altos da minoria dos trabalhadores com produtividade superior e ainda potenciar o aumento da mais-valia. O salário por peça incentiva o autodomínio dos trabalhadores à custa da maior rivalidade e concorrência entre eles<sup>493</sup>. Por último, a pretexto de pagar por peça produzida faz-se uma redução forçada do preço médio do trabalho para um nível que não permite a reposição e a manutenção da força de trabalho<sup>494</sup>.

#### 4.4. VARIAÇÃO DO VALOR DO DINHEIRO. JORNADA DE TRABALHO (DURAÇÃO E INTENSIDADE) E PRODUTIVIDADE CONSTANTES.

Os estudos anteriores presumiram constante o valor do material monetário. Entretanto, Marx ([1865], 1985c) em *Valor, Preço e Lucro* cogitou a hipótese de o valor do material monetário variar (inalteradas a dimensão extensiva e intensiva da jornada e a produtividade do trabalho nos ramos ligados à reprodução do trabalhador).

Na presente simulação, considerou-se que a produtividade da mineração do ouro fosse duplicada. Se, por exemplo, antes da variação da produtividade, nesse setor, constatava-se que 1 hora de trabalho socialmente necessário produzia 100 gramas de ouro, com a duplicação da produtividade a mesma hora social traduz-se, agora, em 200 gramas de ouro (Quadro 55). Acontece que o padrão de preço então prevalecente estabelecia que 1 hora de trabalho social correspondia a um valor monetariamente representado como 0,5 xelins. No momento em que o valor do material monetário cai pela metade, o padrão de preço deve sofrer uma necessária correção: uma hora de trabalho social materializa-se num valor que agora monetariamente se expressa como 1 xelins/200 gramas (1 hora). Assim, antes da variação do valor do material monetário, a magnitude de 6 horas de tempo de trabalho necessário à reprodução da força de trabalho exprimia-se monetariamente como 3 xelins, posto que 6 horas de trabalho social no setor de mineração produzia 600 gramas de ouro,

---

<sup>493</sup> "Mas somente o maior espaço de ação que o salário por peça proporciona à individualidade tende a desenvolver, por um lado, tal individualidade e, com ela, o sentimento de liberdade, a independência e o autocontrole dos trabalhadores; por outro lado, sua concorrência uns com os outros." (MARX, [1867] 2013, p.626).

<sup>494</sup> "If piece wages have a tendency to allow a great room of manoeuvre for the worker's individuality, hence to raise the wages of some workers above the general level to a greater or lesser extent, they equally force the wages of other workers below that level, and reduce the level itself, owing to the extreme intensity of the competition to which the workers are spurred on under such a system" (MARX, [1863-1864] 1994c, p.346-347).

quantidade designada como 3 xelins. Como a produtividade de mineração dobrou e o valor do material monetário caiu pela metade, então 6 horas de tempo necessário à reprodução da força de trabalho exprime-se nesse momento em 6 xelins (6 horas de tempo de trabalho socialmente necessário produz 1200 gramas, se 100 gramas é igual a 0,5 xelins então 1200 gramas em 6 horas correspondem a 6 xelins).

QUADRO 55 - VALOR DO MATERIAL MONETÁRIO E PADRÃO DE PREÇO

Variação da produtividade da mineração do ouro	Valor do material monetário		Padrão de preço
	Tempo	Quantidade de ouro (em gramas)	
Produtividade constante	1 hora de trabalho social	100	0,5 xelim
Produtividade dobrada	1 hora de trabalho social	200	1 xelim

FONTE: Elaboração própria

A simulação consta de dois casos (quadro 56). No caso 1, o salário nominal reajusta-se de acordo com a nova designação monetária do valor diário da força de trabalho. No caso 2, o salário nominal sobe menos em xelins novos (50%) do que a alta (100%) do valor diário da força de trabalho ocasionada pela depreciação do padrão de preços. Para um esclarecimento da variação real do salário é preciso excluir da expressão monetária o efeito da mera variação nominal do padrão de preços. Procede-se, então, a um deflacionamento das designações monetárias do valor diário da força de trabalho e do salário nominal absoluto dos casos 1 e 2 a fim de expressá-los em xelins constante do caso original (Quadro 57).

**QUADRO 56- ESTUDO DE CASOS VINCULADOS À VARIAÇÃO DO VALOR DO MATERIAL MONETÁRIO**

1) Produtividade da indústria produtora de ouro duplica. O salário monetário sofre um reajuste de 100% de acordo com a nova expressão monetária do valor da força de trabalho
2) Salário monetário sobe porém menos do que a majoração da expressão monetária do valor da força de trabalho

FONTE: Elaboração própria

**QUADRO 57- VALOR DA FORÇA DE TRABALHO E JORNADA DE TRABALHO**

QUERENDO VER VALOR DA FORÇA DE TRABALHO E VALOR DA SUBSISTÊNCIA													
Situação	JT	Valor força de trabalho				Meios de subsistência necessários						Deflator	
		Em xelins			H <sup>(4)</sup>	Q <sup>(5)</sup>	Valor total			Valor unitário			
							Em xelins			Em xelins			
		(1)	(2)	(3)			(1)	(2)	(3)	H <sup>(4)</sup>	(1)		(2)
original	12	3	3	3	6	30	3	3	3	6	0,1	0,1	1
1	12	3	6	3	6	30	3	6	3	6	0,1	0,2	2

FONTE: Elaboração própria

(1) Em xelins antigo

(2) Em xelins atuais

(3) Em xelins expurgado do efeito da desvalorização do padrão de preços (base original: 0,5 xelins/100 gramas (1 hora))

(4) Horas

(5) Quantidade normal de meios de subsistência

Verifica-se que, no caso 1, a elevação do salário nominal de 3 xelins para 6 xelins refletiu integralmente a depreciação do padrão de preços, de modo que o salário real manteve-se constante e, portanto, alinhado com o valor diário da força de trabalho: o salário nominal absoluto em xelins constante do caso original permaneceu nivelado com o valor diário da força de trabalho (xelins constante), de sorte que a depreciação do padrão de preço não alterou nem o salário relativo nem a taxa de mais-valia (Quadros 58 a 60)<sup>495</sup>. Contudo, há obstáculos que dificultam os trabalhadores no seu objetivo de ao menos preservar o salário real necessário contra a depreciação do padrão de preços. É que ocorre na situação retratada pelo caso 2.

<sup>495</sup> "The values of necessities, and consequently the value of labour, might remain the same, but a change might occur in their money prices, consequent upon a previous change in the value of money. By the discovery of more fertile mines and so forth, two ounces of gold might, for example, cost no more labour to produce than one ounce did before. The value of gold would then be depreciated by one half, or fifty per cent. As the values of all other commodities would then be expressed in twice their former money prices, so also the same with the value of labour. Twelve hours of labour, formerly expressed in six shillings, would now be expressed in twelve shillings..." (MARX, [1865]1985c, p.140).

QUADRO 58 - SALÁRIO NOMINAL E SALÁRIO RELATIVO

Casos	JT	Produto de valor (em xelins)	Valor da força de trabalho		Salário nominal		Salário Nominal <sup>(1)</sup> relativo (em %)
			\$	H	\$	H	
Original <sup>(2)</sup>	12	6,00	3,00	6,00	3,00	6,00	50 <sup>(2)</sup>
1 <sup>(3)</sup>	12	12,00	6,00	6,00	6,00	6,00	50 <sup>(3)</sup>

FONTE: Elaboração própria a partir de Marx ([1865]1985c, p.140)

(1) salário relativo nominal =  $\frac{\text{salário nominal}}{\text{produto de valor}}$

(2) Em xelins antigos

(3) Em xelins novos

QUADRO 59 - SALÁRIO NOMINAL, SALÁRIO REAL E SALÁRIO RELATIVO EM XELINS CONSTANTE DO CASO ORIGINAL

Casos	JT	Produto de valor (em xelins)	Valor da força de trabalho		Salário nominal		Salário real		Salário Nominal <sup>(1)</sup> relativo (em %)	Salário real <sup>(2)</sup> relativo (em %)
			\$	H	\$	H	\$	H		
Original	12	6,00	3,00	6,00	3,00	6,00	3,00	6,00	50	50
1 <sup>(3)</sup>	12	6,00	3,00	6,00	3,00	6,00	3,00	6,00	50	50

FONTE: Elaboração própria a partir de Marx ([1865]1985c, p.140)

(1) salário relativo nominal =  $\frac{\text{salário nominal}}{\text{produto de valor}}$

(2) salário relativo real =  $\frac{\text{salário real}}{\text{produto de valor}}$

(3) em xelim deflacionado (Base: 0,5 xelim/100 gramas (1 hora))

QUADRO 60 - MAIS-VALIA E TAXA DE MAIS-VALIA (CASO 1)

Casos	JT	Produto de valor (em xelins)	Mais-valia (nominal) <sup>(1)</sup>		Mais-valia efetiva <sup>(2)</sup>		Taxa de mais-valia nominal <sup>(3)</sup> (em %)	Taxa de mais-valia efetiva <sup>(4)</sup> (em %)
			\$	H	\$	H		
Original	12	6,00	3,00	6,00	3,00	6,00	100	100
1 <sup>(5)</sup>	12	6,00	3,00	6,00	3,00	6,00	100	100

FONTE: Elaboração própria a partir de (MARX, [1865]1985c, p.140)

(1) Produto de valor (-) salário nominal

(2) Produto de valor (-) salário real

(3) taxa de mais – valia nominal =  $\frac{\text{mais-valia nominal}}{\text{salário nominal}}$

(4) taxa de mais – valia efetiva =  $\frac{\text{mais-valia efetiva}}{\text{salário real}}$

(5) Em xelins deflacionado em xelim deflacionado (Base: 0,5 xelim/100 gramas (1 hora))

No caso 2 (quadros 61 a 62 abaixo), o salário nominal sobe para 4,5 xelins, uma soma que corresponde a 2,25 xelins em termos do padrão de preço vigente antes da variação do valor do material monetário. Esse montante salarial representa uma perda de salário real, porquanto incapaz de comprar a massa de meios de subsistência normais correspondente ao

valor diário da força de trabalho (quadro 61)<sup>496</sup>. O capital quando pressiona o salário nominal a não se reajustar de acordo com a depreciação do padrão de preços, na prática, apropria-se de parte dos ganhos de produtividade do trabalho do setor de mineração através do rebaixamento paralelo do salário real (Quadros 61 e 62). No caso 2, o salário nominal subindo à metade da depreciação do padrão de preços proporciona um ganho real ao capital análogo ao que obteria caso a produtividade do trabalho fosse dobrada no setor que produz os meios tradicionais de subsistência do trabalhador e o salário nominal se ajustasse perfeitamente com o novo valor da força de trabalho; a diferença, no caso presente, é que o capital absorve integralmente o aumento da produtividade do setor de mineração do ouro *em detrimento* da redução pela metade do salário real (quadro 62).

QUADRO 61 - SALÁRIO NOMINAL E SALÁRIO RELATIVO

Casos	JT	Produto de valor (em xelins)	Valor da força de trabalho		Salário nominal		Salário Nominal <sup>(1)</sup> relativo (em %)
			\$	H	\$	H	
Original <sup>(2)</sup>	12	6,00	3,00	6,00	3,00	6,00	50
2 <sup>(3)</sup>	12	12,00	6,00	6,00	4,50	4,50	38

FONTE: Elaboração própria a partir de Marx ([1865] 1985c, p.140)

(1) salário relativo nominal =  $\frac{\text{salário nominal}}{\text{produto de valor}}$

(2) Em xelins antigos

(3) Em xelins novos

QUADRO 62 - SALÁRIO NOMINAL, SALÁRIO REAL E SALÁRIO RELATIVO EM XELINS CONSTANTE DO CASO ORIGINAL

Casos	JT	Produto de valor (em xelins)	Valor da força de trabalho		Salário nominal		Salário real		Salário Nominal <sup>(1)</sup> relativo (em %)	Salário real <sup>(2)</sup> relativo (em %)
			\$	H	\$	H	\$	H		
Original	12	6,00	3,00	6,00	3,00	6,00	3,00	6,00	50	50
2 <sup>(3)</sup>	12	6,00	3,00	6,00	2,25	4,50	1,50	3,00	38	25

FONTE: Elaboração própria a partir de Marx ([1865]1985c, p.140)

(1) salário relativo nominal =  $\frac{\text{salário nominal}}{\text{produto de valor}}$

(2) salário relativo real =  $\frac{\text{salário real}}{\text{produto de valor}}$

(3) em xelim deflacionado (Base: 0,5 xelim/100 gramas (1 hora))

<sup>496</sup> Convém esclarecer a metodologia de cálculo do salário real. Conforme a premissa, o valor da força de trabalho expresso em xelim expurgado da depreciação do padrão de preço corresponde a 3 xelins (Base: 0,5 xelim/100 gramas (1 hora)), com os quais o trabalhador continuaria comprando as 30 unidades de meios de subsistência necessários, pois o valor unitário dos mesmos é de 0,1 xelins (Base: 0,5 xelim/100 gramas (1 hora)). Assume-se, por exemplo, que o salário nominal equivalha a 2,25 xelins (deflacionado). Essa quantia compraria agora efetivamente 22,5 unidades ao valor unitário de 0,1 xelins (deflacionado). Ocorre, entretanto, que o trabalhador deveria comprar 30 unidades, visto ser esta quantidade de meios de subsistências que deveria consumir para reproduzir normalmente sua força de trabalho. Com isso, o trabalhador compraria com 2,25 xelins (deflacionado) 7,5 unidades a menos do que necessitaria as quais ao valor unitário de 0,1 xelins equivaleria ao montante de 0,75 xelins. Essa quantia uma vez subtraída do salário nominal de 2,25 xelins (deflacionado) resultaria num salário real de 1,5 xelins.

QUADRO 63 - MAIS-VALIA E TAXA DE MAIS-VALIA (CASO 2)

Casos	JT	Produto de valor (em xelins)	Mais-valia (nominal) <sup>(1)</sup>		Mais-valia efetiva <sup>(2)</sup>		Taxa de mais-valia nominal <sup>(3)</sup> (em %)	Taxa de mais-valia efetiva <sup>(4)</sup> (em %)
			\$	H	\$	H		
Original	12	6,00	3,00	6,00	3,00	6,00	100	100
2 <sup>(5)</sup>	12	6,00	3,75	7,50	4,50	9,00	167	300

FONTE: Elaboração própria a partir de Marx ([1865] 1985c, p.140)

(1) Produto de valor (-) salário nominal

(2) Produto de valor (-) salário real

(3) taxa de mais – valia nominal =  $\frac{\text{mais-valia nominal}}{\text{salário nominal}}$

(4) taxa de mais – valia efetiva =  $\frac{\text{mais-valia efetiva}}{\text{salário real}}$

(5) Em xelim deflacionado (Base: 0,5 xelim/100 gramas (1 hora))

A própria forma-salário age para obstruir o realinhamento do salário ao valor diário da força de trabalho conforme a depreciação do padrão de preço. A forma-salário torna irreconhecível a divisão da jornada de trabalho em suas partes necessárias e excedentes; o trabalhador acredita que ganha de acordo com a duração do seu trabalho. Se dada extensão da jornada passasse a ser remunerada por uma quantia monetária mais elevada, os trabalhadores, ludibriados pela forma-salário, poderiam inferir desse reajuste que o seu trabalho tornou-se mais bem avaliado pelos capitalistas, julgando, por isso, vantajosa a nova remuneração do trabalho. Os trabalhadores não se importam imediatamente com o fato de que o salário nominal mais alto exprime, na verdade, salário real em desacordo com o custo diário de reprodução normal de sua força de trabalho, porque a forma-salário impede prontamente esse reconhecimento. Por outro lado, os elos que ligam a variação da produtividade do setor de mineração de ouro com a depreciação do padrão de preços estão envolvidos por tão intrincados mecanismos que os trabalhadores, enredados na ação dessas complicadas forças de que ignoram a origem, realmente têm dificuldade para, primeiramente, tomar conhecimento da atuação delas e, depois, reagir tempestivamente para se defender de seus impactos. Assim, os trabalhadores reagiriam tarde à depreciação do padrão de preços ao mesmo tempo que poderiam se contentar com qualquer reajuste dos salários, seguindo entendimento, inspirado pela forma-salário, de que esse reajuste expressaria a melhor avaliação de seu trabalho dentro das condições de mercado vigentes. Ignorariam, contudo, que essa tardia e insuficiente recomposição dos salários representa um abalo (semelhante em seus efeitos ao sobretrabalho extensivo e intensivo) do equilíbrio que deve existir entre absorção pelo capital de suas energias vitais durante a jornada e o consumo dos meios de subsistência em quantidade e

qualidade normais a fim de adequadamente restaurá-las<sup>497</sup>. Entretanto, esse transtorno nas condições normais de reprodução da força de trabalho cedo ou tarde é percebido pelos trabalhadores quer sob a forma de declínio de desempenho corrente da função da força de trabalho quer sob a forma da decadência do padrão de vida e do abreviamento da durabilidade da vida funcional da força de trabalho. No momento em que tomam consciência do desequilíbrio provocado pela recomposição inadequada dos salários e decidem reagir para restabelecê-lo, os trabalhadores ao mesmo tempo submeteriam a forma-salário a um questionamento decisivo e se tornariam, com isso, menos suscetíveis a suas dissimulações e deformações assim como mais preparados para também enfrentar o assédio do capital ao fundo do trabalho.

#### 4.5. CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE CERTOS ASPECTOS DO MOVIMENTO DOS SALÁRIOS EM SEU CONJUNTO

O movimento dos salários foi exposto, em cada seção deste capítulo, como derivado parcialmente de uma das três variáveis-chaves que o capital lança mão para elevar a taxa de mais-valia. Com isso, analisou-se a variação dos salários ou como função do sobretrabalho extensivo (com produtividade e intensidade constantes), ou como função do mais-trabalho relativo (com extensão e intensidade constantes) ou como função do sobretrabalho intensivo (com extensão da jornada e produtividade dadas). Cabe, agora, somente realçar as características mais marcantes do movimento dos salários visto globalmente:

1) O salário real pode variar sem qualquer modificação no valor ou preços dos meios de subsistência habituais. Para isso, basta que o grau de extensão ou de intensidade do trabalho suba além do usual e que os salários monetários não se alinhem com o correspondente custo reajustado de reprodução diária da força de trabalho. Conquanto possa refletir eventuais mudanças nos preços dos meios de subsistência tradicionais, o salário monetário mesmo assim pode acusar perda real, desde que não represente as alterações no

---

<sup>497</sup> "If the working man's wages should remain three shillings, instead of rising to six shillings, the money price of his labour would only be equal to half the value of his labour, and his standard of life would fearfully deteriorate. This would also happen in a greater or lesser degree if his wages should rise, but not proportionately to the fall in the value of gold. In such a case nothing would have been changed, either in the productive powers of labour, or in supply and demand, or in values. Nothing could have changed except the money names of those values. To say that in such a case the workman ought not to insist upon a proportionate rise of wages, is to say that he must be content to be paid with names, instead of with things. All past history proves that whenever such a depreciation of money occurs the capitalists are on the alert to seize this opportunity for defrauding the workman. A very large school of political economists assert that, consequent upon the new discoveries of gold lands, the better working of silver mines, and the cheaper supply of quicksilver, the value of precious metals has been again depreciated. This would explain the general and simultaneous attempts on the Continent at a rise of wages." (MARX, [1865]1985c, p.140).



custo diário de reprodução da força de trabalho decorrentes do grau superior de extenuamento infligido aos trabalhadores com o prolongamento ou intensificação desmesurada da jornada. Desse modo, o trabalhador continuaria a receber a mesma quantia habitual de salário com a qual compraria a costumeira massa de meios de subsistência e, não obstante, reproduzir precariamente sua força de trabalho, reflexo do desequilíbrio, oculto pela forma-salário, entre o que ele excessivamente concede ao capital e o que do último recebe a título de compensação salarial. A forma-salário exprime o valor da força de trabalho, mas sob uma representação *direta*<sup>498</sup> que dissolve os elos que ligam a reprodução da força de trabalho e o salário, entre o trabalho necessário e o trabalho excedente, entre o que os trabalhadores dão de energia vital e recebem de meios de subsistência restauradores. Razão pela qual, a forma-salário lança, enquanto consciência social deformada e deformante, constantes óbices à ação de resistência dos trabalhadores, como a ilusão aqui aventada de um salário nominal habitualmente alinhado com o poder aquisitivo dos meios de subsistência tradicionais que, todavia, simula um desalinhamento real com a reprodução diária da força de trabalho produzido pelo rompimento dos nexos entre as partes necessária e excedente da jornada;

2) O salário real pode manter-se *constante* ou *alinhado* com o custo de reprodução diário da força de trabalho com o *salário nominal* a *eleva-se* como consequência de uma queda na produtividade do trabalho ou de um incremento no grau de extensão ou de intensidade do trabalho. Alternativamente, o salário real pode igualmente permanecer estável como resultado de uma *queda do salário nominal* que exprima fielmente um aumento da produtividade do trabalho e, conseqüentemente, barateamento dos meios de subsistência habituais. No entanto, a primeira situação é *pouco comum*, desde que afetando desfavoravelmente a taxa de valorização do capital variável, os capitalistas tenderiam a reagir quer pressionando para baixo o salário nominal quer renovando os procedimentos produtivos e os meios de trabalho, de maneira a dispensar força de trabalho excedente bem como efetuar substituições dentro do quadro assalariado visando reduzir a massa salarial paga (SHAIKH, 1990, p.281). Vale lembrar também que a manutenção do salário real num contexto de sobretrabalho não impede o abreviamento da duração da força de trabalho. Adicione-se a essa circunstância que, no caso sobretrabalho, a preservação do salário real é consideravelmente dificultada pelo fato de ultrapassado certo grau de extenuamento e intensidade, o desgaste da

---

<sup>498</sup> "It is necessary to subdivide this form in this way, as *value of labour* or *price of labour*, in which the *value of labour capacity* presents itself in practice and in its direct manifestation [...]" (MARX, [1861-1863]1994b, p.77).

força de trabalho se acelera de tal maneira que o valor diário da força de trabalho torna-se indeterminável, convertendo o salário real uma medida quantitativamente indefinida. Inversamente, a segunda situação condiciona uma margem mais ampla de ações dos trabalhadores para reivindicar melhorias reais nos salários<sup>499</sup> que tanto pode provir de reajuste nominal do salário acima do novo reduzido valor diário da força de trabalho quanto pela possibilidade aberta pelo estágio mais evoluído do processo material de produção de incutir na classe operária a esperança (que motiva a luta) de uma efetiva redução da jornada de trabalho<sup>500</sup>, com a qual seria permitido ao proletariado ampliar o tempo livre para cultivo de sua personalidade individual e social<sup>501</sup>;

3) O salário relativo tende a declinar<sup>502</sup> pelas seguintes causas mais marcantes. Primeiramente, o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social, levado a cabo pelo capital visando aumentar a extração do mais-trabalho relativo, rebaixa o valor da força de trabalho quer pelo barateamento dos meios de subsistência tradicionais, quer através da redução dos custos de formação, quer mediante a incorporação ao trabalho assalariado de todos os membros aptos do núcleo familiar operário. E, depois, a produção em larga escala e as contínuas mutações do processo de trabalho elevam progressivamente o capital mínimo. Adicionalmente, os capitais que operam abaixo desse mínimo progressivamente mais elevado ou são impelidos a se unirem aos capitais maiores ou são obrigados a refugiar em ramos onde ainda é possível operar com capital mais baixo ou, finalmente, cerrar suas portas por inviabilidade competitiva. Os capitais que sobrevivem a esse processo de reorganização do capital social adquirem uma dimensão cada vez maior, aumentando paralelamente o poder econômico dos capitalistas e sua capacidade de reclamar, com sucesso, fração crescente de mais-valia na partilha do valor adicionado, ao mesmo tempo que a capacidade de luta dos

---

<sup>499</sup> "Pero, según Marx, los salarios crecientes son posibles en si gracias a una causa anterior, a saber, la mecanización surgida de la batalla de la producción." (SHAIKH, 1990, p.284). Ver Ramirez (1986, p.543).

<sup>500</sup> "A long-term increasing real wage widens the range of the laborer's needs and consumption, and must sooner or later make it necessary to shorten the normal working day in order to make room for the satisfaction of this growing set of needs, which would otherwise encounter insurmountable limits. The tendency toward the shortening of the working day is thus produced through both the increase of the real wage level and the more or less constant increase of labor intensity" (GIUSSANI, P. ; VALE, M. 1992, p16).

<sup>501</sup> "O montante dessas necessidades, acrescentamos, também depende de expectativas mais recentes, expectativas que a classe trabalhadora consegue tornar reais em sua luta sindical e política contra a classe capitalista, caso os êxitos obtidos por aquela não sejam apenas transitórios." ROSDOLSKY, [1968] 2001, p.238.

<sup>502</sup> "The working day as a whole does not grow along with the growth in relative surplus value, hence relative labour time. It therefore follows that there is only a fall in the *proportion* in which the worker participates in his own working day. There is a fall in relative wages, or the weight of capital rises in relation to labour." (MARX, [1861-1863]1988a, p. 241). Ver Luxemburg, Rosa. ([1907-1914] 2013), Dobb (1948, p.19-20), Sowell (1960, p. 113), Meek (1962, p.428-429, p.432), Steindl (1976, p.230, p.34-235), Mandel (1977, p.154) e Ramirez (2007, p.33).

trabalhadores é cada vez mais constrangida pelo poderio econômico do capital e pelo crescente exército de trabalhadores de reserva que acompanha o desenvolvimento da produção capitalista. Vale, entretanto, advertir que essa tendência de declínio do salário relativo não autoriza inferir, como se viu neste capítulo, movimento análogo para o salário real<sup>503</sup>. O desenvolvimento das forças produtivas nos ramos ligados à reprodução da força de trabalho cria concomitantemente uma ampla margem para majoração dos salários reais sem ofensa à valorização crescente do capital variável. Por outro lado, o salário nominal relativo pode ocasionalmente elevar-se sem, com isso, refletir melhora no estilo operário de vida costumeiro, como acontece sempre quando como consequência do prolongamento ou da maior intensificação da jornada o salário nominal sobe, todavia, insuficientemente para acompanhar a alta do custo de reprodução diária da força de trabalho. Assim, se o desenvolvimento da produção capitalista redundava numa tendência de declínio do salário relativo, a conformação desse movimento, entretanto, não está associada a rebaixamento paralelo do salário real e nem exclui que no seu decurso seja observado situações como as de salário nominal relativo ascendente combinado com salário real cadente;

4) A capacidade de resistência dos trabalhadores ao assédio do capital sofre constrangimentos de variadas fontes. O desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social aumenta o controle do capital sobre o processo de trabalho, fato que relega as interferências diretas dos trabalhadores a funções cada vez mais desqualificadas, fáceis de aprender e carentes de capacitações e saberes especiais para serem conduzidas. Ao mesmo tempo, forma-se uma população trabalhadora redundante de reserva que fortalece a posição dos capitalistas para impor sobretrabalho intensivo e extensivo com concessões de reajustes salariais em desacordo tácito com as reais necessidades dos trabalhadores. Por outro lado, os salários são uma forma de consciência social através da qual a existência assalariada aparece *diretamente ou de maneira camuflada* aos trabalhadores. A forma-salário exprime uma consciência social distorcida, desde que esconde, sob o véu do preço do trabalho, que parte da

---

<sup>503</sup> Furth; Heertje ; Der Veen(1978) e Hollander (1984) são exemplos de autores que defendem que Marx concebeu uma tendência de o salário *real* declinar a longo prazo. Rosa Luxemburg (2013) reconhecia que existia uma pressão para o salário real declinar, mas que tal tendência podia ser impedida e revertida pela ação combatente das organizações da classe trabalhadora. Mandel (1971,1977, 1985), Steindl (1976), Rowthorn (1977) e Lápides (1994, 1997, 2008) rejeitavam a concepção de uma tendência do salário real dizendo que os salários reais no longo prazo tanto podiam elevar-se quanto declinar a depender da variação do peso do exército industrial de reserva na força de trabalho apta ao trabalho.

jornada é executada coercitiva e gratuitamente assim como encobre os nexos que ligam o gasto de energia vital durante a jornada com a reprodução normal da força de trabalho. Como os trabalhadores veem a relação-capital e o trabalho fornecido durante a jornada sob a perspectiva deformada de preço do trabalho, a forma-salário acaba se constituindo num mecanismo, complementar aos existentes, que auxilia o capital no seu intento de regular o movimento dos salários conforme as necessidades da valorização. Razão pela qual a forma-salário é funcional para a reprodução sistêmica da produção capitalista tanto porque, como se viu no capítulo 3 (3.2), exprime a relação-capital de modo a ocultar a apropriação coercitiva de trabalho alheio gratuito e, assim, moderar potenciais conflitos entre classes que pudessem colocar em questão a existência mesma do capitalismo como porque, representando consciência social distorcida da relação-capital, atua para embaraçar ações mais efetivas de resistência dos trabalhadores às pressões do capital ao fundo do trabalho. Nas seções anteriores deste capítulo foram discutidas inúmeras situações, onde foi possível verificar-se os vínculos práticos estabelecidos pela forma-salário (enquanto tomada de consciência social) e as atitudes dos trabalhadores perante as demandas de mais-trabalho do capital.

## CONCLUSÃO

A mercadoria força de trabalho possui o duplo caráter de valor de uso e de valor de troca. Enquanto valor de uso, a força de trabalho exerce para o trabalhador função de mercadoria durante o seu período de existência ativa e, na perspectiva do capitalista, o de ser portadora de mais-valia que redundará na valorização do capital. Por outro lado, o valor diário da mercadoria força de trabalho consiste no tempo de trabalho socialmente necessário para produzir os meios de subsistência que satisfaçam as necessidades físicas e sociais do trabalhador (incluindo gastos com formação e desenvolvimento) conforme o país e a época histórica. A divisão da jornada em partes necessária e excedente reflete essa dupla natureza da mercadoria força de trabalho do seguinte modo: o trabalhador aliena provisoriamente sua força de trabalho ao capitalista e recebe em troca um equivalente monetário do seu valor. Por seu turno, este equivalente é reproduzido em valor-mercadoria durante a jornada de trabalho necessária, que consiste, por isso, no tempo de reprodução da existência material do trabalhador no contexto social e histórico determinado. Entretanto, os meios de subsistência de qualidade e quantidade normais habilita (por suas propriedades úteis) o trabalhador a continuar a trabalhar o restante da jornada (de dada extensão e intensidade) assim como garantir a reprodução de sua existência material fora do ambiente produtivo. Paralelo a isso, a força de trabalho apenas fora adquirida por seu valor de uso específico, motivo pelo qual o capitalista põe o trabalhador a executar o mais-trabalho possível da jornada de trabalho excedente. As partes necessárias e excedentes da jornada estão conceitualmente ligadas por uma recíproca dependência, visto que a força de trabalho somente continuará representando valor de troca potencial durante a sua existência ativa (e, portanto, garantirá, através da venda regular dessa mercadoria peculiar, a manutenção da vida do trabalhador) se efetivar o seu valor de uso específico para o capitalista. Por sua parte, o capitalista só usufruirá desse valor de uso específico se pagar ao trabalhador o equivalente monetário do valor da sua mercadoria ou se lhe permitir, na primeira parte da jornada, dedicar à reprodução de sua existência material.

A forma-salário representa o valor da força de trabalho. Todavia, é uma manifestação *direta* desse conteúdo, pois os elos que ligam o salário à dupla natureza da mercadoria força de trabalho estão ocultos e falsificados. O equivalente monetário, por meio do qual as transações reais entre capitalista e trabalhador são efetuadas, assume a figura de salário ou preço do trabalho. Como a quantia monetária que é paga ao trabalhador parece ser a remuneração do trabalho inteiro executado durante a jornada, a forma-salário dissimula a

dupla natureza da mercadoria força de trabalho. Com esse mascaramento, a forma-salário impede o reconhecimento da jornada de trabalho necessária. Tendo em vista que o trabalhador julga receber pelo trabalho inteiro fornecido durante a jornada, não é visível, de um lado, a jornada necessária à reprodução do trabalhador que precede o fornecimento do mais-trabalho e, de outro, que esse tempo de trabalho necessário somente é assegurado mediante coação, com o trabalhador obrigado a executar gratuitamente trabalho excedente ao capitalista. Adicionalmente, os salários são, ao mesmo tempo, forma de consciência social, no sentido de ser através da perspectiva do preço do trabalho que os trabalhadores e capitalistas tomam consciência da realidade da relação-capital. Se a forma-salário acoberta, sob a designação de preço de trabalho, que o trabalhador é portador de força de trabalho, dissolvendo os nexos que ligam seu salário com a reprodução de sua existência material, então fica comprometida igualmente a capacidade de reação operária às investidas do capital ao fundo de trabalho. A forma-salário é, por isso, funcional à reprodução do sistema capitalista, porque torna invisível o fornecimento coercitivo do trabalho excedente gratuito paralelamente que, como falsa consciência da relação-capital, tolhe a capacidade de resistência dos trabalhadores, sem, todavia, jamais alcançar sua eliminação.

O pensamento de Marx é completado com o estudo sobre o movimento dos salários. A produção capitalista trata de submeter o movimento cotidiano dos salários dentro de limites estreitos. A alta dos salários é contida pelo contingente de trabalhadores de reserva, e sempre que a ação desse mecanismo deixa de operar com êxito costumeiro, ameaçando com baixa intolerável a taxa de mais-valia, os capitalistas recorrem ao progresso técnico da produção mediante alterações na organização do processo produtivo e na incorporação de meios de trabalho de mais sofisticada tecnologia. A alta salarial incita os capitalistas a acelerar<sup>504</sup> as mutações no processo de trabalho que, de qualquer modo, ocorreriam pelo impulso da mais-valia extra. Os salários, assim, defrontam no seu movimento de alta com as necessidades de valorização do capital: não podem elevar-se ao ponto de comprometer o fornecimento de mais-trabalho e nem de criar condições objetivas para que o produtor direto cesse de ser livremente explorado pelo capital. As chances para os trabalhadores, mesmo os mais abonados, de romperem sua dependência econômica com a classe capitalista são limitadas a

---

<sup>504</sup> “La tendencia a la mecanización es, entonces, el principal método capitalista de elevar la productividad social del trabajo. Ese método surge del dominio capitalista del proceso de trabajo, de la actividad humana. En tal medida, ni la creciente resistencia de los obreros, ni el aumento de los salarios reales son las causas intrínsecas de la mecanización, aunque bien pueden acelerar esa tendencia.” (SHAIKH, A., 1990, p.283). “Marx does say that when wages rise, machinery is substituted for labor, and the resulting excess supply of labor limits these increases.” (BAUMOL, 1983, p.304).

poucas alternativas, uma vez que o contínuo progresso técnico da produção implica constante elevação do capital mínimo para operar em condições competitivas ao mesmo tempo que a concorrência difunde as melhores técnicas e materiais do trabalho tecnologicamente superiores com seus correspondentes requerimentos de investimento mínimo para os ramos decisivos da produção capitalista.

O movimento dos salários tem igualmente um patamar inferior que consiste no limite mínimo de valor da força de trabalho ou na parcela do custo de reprodução do trabalhador associada à cobertura das necessidades físicas que o contexto social de vida e os hábitos dos trabalhadores tornaram imprescindíveis. Entretanto, é possível que o movimento dos salários rompa esse limite inferior do valor da força de trabalho e oscile por certo tempo abaixo dele. É o que acontece, especialmente, em situações possíveis de sobretrabalho (extensivo e intensivo) e de casos de ocupação de trabalhadores por jornadas parciais. No caso do subemprego, embora o preço do trabalho reflita no seu cálculo o custo de reprodução normal do trabalhador, a subocupação da força de trabalho redundará numa receita salarial quase sempre insuficiente para sequer satisfazer as necessidades fisicamente habituais e indispensáveis aos assalariados. O poder do capital de pressionar os salários para baixo do limite inferior do valor da força de trabalho encontra guarida quer no mecanismo do contingente de trabalhadores de reserva que repõe prontamente as baixas de assalariados prematuramente incapacitados quer no progresso técnico da produção que torna o processo de trabalho cada vez mais autônomo em relação ao saber e fazer do produtor direto e dispensa determinadas qualificações laborais além de restringir capacidade operária de resistência. Desse modo, o movimento dos salários conduz-se dentro dos limites fixados pelas necessidades de valorização do capital<sup>505</sup>. No curso desse movimento, vigora uma escala variada de salários reais sem, contudo, se constatar tendência predominante para seu comportamento<sup>506</sup>.

---

<sup>505</sup> "O aumento do preço do trabalho é confinado, portanto, dentro dos limites que não só deixam intactos os fundamentos do sistema capitalista, mas asseguram sua reprodução em escala cada vez maior." (MARX, [1867] 2013, p.697).

<sup>506</sup> "Because, although we can fix the *minimum* of wages, we cannot fix their *maximum*. We can only say that, the limits of the working day being given, the *maximum of profit* corresponds to the *physical minimum of wages*; and that wages being given, the *maximum of profit* corresponds to such a prolongation of the working day as is compatible with the physical forces of the labourer. The maximum of profit is, therefore, limited by the physical minimum of wages and the physical maximum of the working day. It is evident that between the two limits of this *maximum rate of profit* an immense scale of variations is possible." (MARX, [1865]1985c, p.146)

A figura do preço do trabalho joga papel decisivo para o entendimento desse movimento dos salários. Se a jornada de trabalho fosse estendida ou seu grau de intensidade fosse elevado com o propósito de atender a demanda do capital por mais-trabalho, o valor diário da força de trabalho precisaria sofrer um reajuste para refletir o maior desgaste do trabalhador e a duração mais breve de sua vida ativa (dada as demais circunstâncias). Certamente para colocar em prática, prontamente, esse intento de incrementar a absorção mais-trabalho de determinado contingente de assalariados, os capitalistas contam com a subsunção do processo de trabalho e a existência de massa de trabalhadores de reserva disponível no mercado. Esses dois fatores conjugados permitem ao capital variar o grau de extensão e de intensidade do trabalho sem enfrentar resistência intransponível dos trabalhadores quer porque o processo de trabalho com o progresso técnico depende, cada vez menos, das interferências diretas dos produtores imediatos (facilitando sua pronta substituição) quer porque a pressão da concorrência da força de trabalho redundante de reserva obriga os da ativa a aceitar o sobretrabalho sob o temor de perderem seus empregos.

Contudo, caso se admitisse que a força de trabalho fosse vendida por seu valor, não haveria dúvida, então, que o salário nominal se elevaria *automaticamente* para alinhar-se ao novo custo diário de reprodução normal do trabalhador corrigido pela variação da extensão ou intensidade do trabalho. Nessas circunstâncias, a taxa de valorização do capital variável tanto mais se elevaria quanto menor fosse o reajuste sofrido pelo custo diário de reprodução do trabalhador. Acontece, entretanto, que no momento em que se examina a questão salarial *o próprio movimento* que faz variar os salários ao novo valor diário da força de trabalho deve ser explicado e não simplesmente pressuposto. A hipótese de a mercadoria força de trabalho ser transacionada por seu valor se aplicava quando se tratava de compreender o processo de metamorfose desse valor em forma-salário. No presente caso, a mercadoria força de trabalho e seu valor já se encontram transmutados na figura irracional do preço do trabalho. Dessa maneira, *no movimento dos salários* entra em cena além da mencionada força objetiva do capital de pressionar os salários para os níveis mais ajustados ao propósito de majorar a taxa de valorização do capital variável, como também concorre para esse fim a indispensável função de consciência social invertida da forma-salário pela qual os trabalhadores concebem os seus recebimentos monetários como devendo estar em consonância com a duração do trabalho realizado ou com o esforço empenhado no ato laborativo. Essa tomada de consciência social, peculiar à forma-salário, influi decisivamente sobre o modo como os trabalhadores reagem ao assédio do capital por mais-trabalho e, conseqüentemente, sobre a própria dinâmica salarial cotidiana.



Com efeito, dado que o grau de extensão e de intensidade do trabalho experimentou uma majoração, os trabalhadores tentarão reivindicar aumento compensador dos salários monetários. Os trabalhadores assim agiriam influenciados pelo entendimento de que o trabalho com maior grau de intensidade ou executado por um período mais prolongado exigirá consumo adicional de mantimentos, de modo que se o preço do trabalho não se elevasse o efeito disso seria análogo a uma alta dos custos dos insumos necessários à produção de uma espécie qualquer de mercadoria que não pudesse ser repassada ao seu preço final. Por outro lado, visto o trabalhador receber certa quantia referente à determinada extensão de jornada, então lhe parecerá plausível que o prolongamento de sua duração deva oferecer uma superior retribuição monetária. Essa mesma lógica será invocada pelos trabalhadores se o trabalho ao invés de estendido sofresse uma elevação no seu ritmo de execução: aqui eles julgam que o seu trabalho deveria beneficiar-se de uma gratificação extraordinária para traduzir o melhor desempenho de suas funções, aliás, visivelmente consubstanciado numa maior quantidade de mercadoria produzida num dado tempo trabalhado.

Contudo, o salário nominal poderia circunstancialmente sofrer uma tímida elevação se comparada com o manifesto desejo dos trabalhadores em sua pauta reivindicatória. Nesse caso, os trabalhadores considerariam o modesto reajuste da receita salarial em relação ao trabalho de maior duração ou intensidade como fruto de conjunturas especiais do mercado, visto que a experiência recente lhes mostrara que, em momentos favoráveis, a jornada pode ser mais bem paga. Por outro lado, a obtenção de uma receita salarial mais elevada, a despeito de seu incremento inferior em relação à intensidade ou duração do trabalho, poderia ser encarada pelos trabalhadores como oportunidade de formar excedentes monetários no intuito justamente de se precaverem daquelas conjunturas adversas do mercado marcadas pela má remuneração da jornada. Pode acontecer também que o salário nominal permaneça inalterado mesmo após o prolongamento ou intensificação do trabalho executado. Nesta última situação, os trabalhadores poderiam entender que é vantajoso receber mesma receita salarial, não obstante a maior duração e ritmo do trabalho, perante o pior cenário de perder sua posição no mercado para o contingente de reserva que estaria disposto a trabalhar mais pelo mesmo preço do trabalho. A propensão de aceitar estender a jornada a fim de preservar a receita salarial costumeira será ainda mais acentuada caso a modalidade de pagamento se oriente pelas normas do salário-horário. De fato, se a concorrência no mercado de trabalho pender a favor dos capitalistas, de modo que o salário-horário decline em relação aos níveis usuais, então o sobretrabalho será expediente consentido pelos próprios trabalhadores com a finalidade de salvar sua renda habitual.

Em seu conjunto, esses casos revelam que os trabalhadores, nas suas transações com os capitalistas, deixam-se guiar pelas ilusões necessariamente emanadas da forma-salário por meio das quais interpretam as variações nominais dos salários como avaliação adequada do seu trabalho conforme as distintas conjunturas do mercado. Devido a essas ilusões, os trabalhadores não percebem imediatamente que a jornada estendida ou intensificada acarreta um superior desgaste de energia vital que o salário mais elevado cumpriria restaurar (mediante consumo adicional de meios de subsistência necessários) com o intuito de simplesmente conservar as propriedades úteis da força de trabalho durante período mais breve de sua duração ativa. Inversamente, os salários dissolvem as conexões entre o pagamento monetário e o custo de reprodução normal da força de trabalho, de modo que o preço percebido pelos trabalhadores como razoável avaliação de seu trabalho frequentemente está, na prática, divorciado por completo do necessário para a conservação normal de sua existência material e social. Além disso, a forma-salário ludibria os trabalhadores com a concepção de que a variação no grau de extensão e de intensidade ocorre em harmonia com seu interesse e vontade, fato que seria comprovado, inclusive, pela insistência com que os próprios operários aderiam ao mecanismo de hora-extra para complementar sua receita salarial costumeira. Com isso, os salários ocultam que parte da jornada é gratuitamente executada ao capitalista e sob coerção (imposta por determinação econômica), visto que o trabalhador apenas tem permissão de dedicar o tempo de trabalho necessário à reprodução de sua existência social e material se fornecer mais-trabalho ao capital na parte excedente da jornada. O que o salário exprime como trabalho executado em interesse do próprio trabalhador é, essencialmente, mais-trabalho extensivo ou intensivo concedido gratuitamente em benefício do capitalista. E, depois, o mais-trabalho extensivo ou intensivo *anormal* é fornecido sem qualquer conexão com o trabalho necessário, como se o trabalhador tivesse alienado o valor de uso da sua força de trabalho ao capitalista pela jornada-extra em troca de nada (sobretrabalho conjugado com salário nominal constante) ou com uma compensação monetária inferior em relação ao que seria exigido para repor a força de trabalho excessivamente desgastada (e na maioria das vezes com considerável defasagem). Trata-se da *peculiaridade do trabalho em excesso*, ressaltada por Marx nos *Manuscritos de 1861-1863*.

Por isso, a forma-salário é uma consciência social transmutada da relação-capital, que cria uma representação (o preço do trabalho) em contradição invisível com seu conteúdo imanente (o valor da força de trabalho). Ora, a forma-salário mostra o prolongamento ou intensificação da jornada como expediente praticado em benefício do próprio trabalhador e por ele *voluntariamente* consentido. O desnudamento do conteúdo do salário mostra, ao

contrário, que o trabalhador da ativa é *compelido* ao sobretrabalho extensivo e intensivo pela pressão baixista do preço do trabalho exercido pela concorrência dos trabalhadores da reserva. Segue-se a isso que o sobretrabalho atende unicamente aos interesses dos capitalistas, que podem auferir massa acrescida de mais-trabalho adiantando igual ou pouco superior capital variável. Por fim, enquanto a forma-salário cria a aparência de que o salário estipulado consiste na adequada compensação monetária para o trabalho realizado em conformidade com a conjuntura do mercado, a análise do conteúdo do preço do trabalho mostra, em oposição, que os trabalhadores sempre perdem com o sobretrabalho. Não apenas porque com o trabalho em excesso diminui-se o tempo livre para cultivo de necessidades pessoais e sociais, mas também porque o salário nominal recebido, em decorrência de quase sempre mostrar-se insuficiente para comprar os meios de subsistência necessários, reduz seu padrão de vida costumeiro e abrevia aceleradamente a duração da sua força de trabalho. Razão pela qual a forma-salário enquanto imagem invertida do seu conteúdo intrínseco cumpre funções práticas para a reprodução continuada da relação-capital.

De fato, a figura do preço do trabalho vela o fornecimento de mais-trabalho gratuito executado sob coação econômica, apresentando-o, ao contrário, como trabalho realizado em proveito do próprio trabalhador. Com isso, os capitalistas podem assenhorear-se das vantagens do sobretrabalho com reduzidos custos de exploração dos trabalhadores. A figura do preço do trabalho oculta a conversão de parte do trabalho necessário à reprodução normal do trabalhador em mais-trabalho, como toda vez ocorre quando o salário nominal não se ajusta ao novo valor diário da força de trabalho corrigido pela maior extensão ou intensidade da jornada. A forma-salário, desde que cria uma consciência social falsificada e invertida da realidade da relação-capital, tem tanta serventia ao capital na regulação do movimento dos salários quanto fatores propriamente objetivos como o peso do contingente de trabalhadores de reserva e a subsunção do processo de trabalho.

Enquanto o salário nominal compreende medida monetária deformada do custo de reprodução da força de trabalho, o salário real projeta, através de seu cálculo, o conteúdo subjacente que se encontra ocultado sob a figura do preço do trabalho. Como se sabe, o *salário real necessário* corresponde à massa de meios de subsistência habituais, cujo consumo assegura a reprodução normal da vida do trabalhador em dado contexto social e histórico. Assim sendo, o salário nominal pode constatar uma variação decorrente do sobretrabalho extensivo e intensivo, e isto afigurar-se como favorável aos trabalhadores, conforme o entendimento, provocado pela forma-salário, de que expansão da receita salarial sempre reflete, em determinada conjuntura do mercado, a adequada avaliação monetária do

trabalho. Todavia, o sobretrabalho inflige maior desgaste à força de trabalho, fato que ocasiona uma correção do seu custo de reprodução diário para refletir a menor duração de vida funcional do trabalhador (dada as demais circunstâncias). Em consequência, eleva-se a massa diária de meios de subsistência necessários que o trabalhador deve dispor para conservar sua vida (dada as demais circunstâncias). Se o salário nominal não se alinhar com o novo valor diário da força de trabalho, então o salário real sofreria uma deterioração, como se a quantia nominal recebida pelo trabalhador para o exercício do sobretrabalho fosse equivalente àquela que ele receberia para uma jornada normal, mas que permitisse comprar massa de meios de subsistência inferior ao salário real necessário. Enquanto, nessas circunstâncias, o trabalhador é levado a tomar a variação nominal do salário como ajustada gratificação pelo trabalho extensivo ou intensificado, o conhecimento da sua expressão real lhe revelaria, inversamente, abalo de seu padrão de existência material assim como acelerado esgotamento da vitalidade de sua força de trabalho. Por isso, a medida de salário real consiste numa *crítica à forma-salário*, porque *pressupondo conhecimento de seu conteúdo imanente* (trabalhador vende, de fato, força de trabalho) permite depurar as aparências falsas do movimento do salário nominal.

O movimento dos salários também repercute a variação no grau de produtividade. Do mesmo modo que nas situações de sobretrabalho, a forma-salário, na sua função de consciência transmutada da relação-capital, influencia o julgamento e as reações dos trabalhadores quando varia a produtividade. Se, por exemplo, a produtividade se eleva, os trabalhadores tomarão o aumento do produto de dada jornada de intensidade usual como fruto de maior eficiência do seu trabalho. Por outro lado, se o maior produto de dada jornada de intensidade usual for acompanhado da manutenção da receita nominal habitualmente apurada pelo trabalhador, o salário por cada unidade produzida teria consequentemente caído. Na medida em que o preço final unitário tivesse permanecido inalterado ou sofresse um declínio menor do que a baixa do salário unitário, os ganhos oriundos da maior eficiência do trabalho teriam sido absorvidos integralmente pelos lucros do capitalista. Motivo pelo qual os trabalhadores acreditariam que a receita salarial de dada jornada (realizada sob intensidade usual) deveria sofrer reajuste para adequar-se ao grau superior de produtividade do seu trabalho. De todo modo, a forma-salário cria a aparência aqui de que os trabalhadores são pagos de acordo com a função do trabalho, de sorte que se o produto expandido de dada jornada de intensidade constante redundasse em receita salarial inalterada, os operários interpretariam esse resultado como uma depreciação de seu trabalho e reclamariam um reajuste de seu preço a fim de que ao menos parte dos ganhos de produtividade fosse

compartilhada com os salários. Parece, então, que o preço real do trabalho elevou-se porque a função do trabalho se tornou mais eficiente e os trabalhadores foram bem sucedidos em barganhar participação maior na riqueza criada. A forma-salário encobre, por conseguinte, que o acréscimo real do preço do trabalho decorreu de o salário nominal ajustar-se parcialmente ao novo valor diário da força de trabalho, e este reduzir-se pelas repercussões da difusão do progresso técnico nos ramos vinculados à reprodução dos trabalhadores. Não obstante tais deformações próprias da forma-salário (que dificulta o imediato reconhecimento da força de trabalho como a mercadoria de fato transacionada), o movimento dos salários ocorre em circunstâncias mais favoráveis aos trabalhadores, porquanto o aumento da produtividade amplia a margem para acréscimo do salário real necessário (sem ofensa à valorização do capital variável) assim como condiciona, até mesmo, a possibilidade de redução da jornada de trabalho.

Nessas considerações conclusivas sobre o movimento dos salários, cabe ressaltar algumas observações sobre o salário relativo. Essa medida, como se sabe, expressa o salário nominal como proporção do produto de valor. Como medida quantitativa da forma-salário, o salário relativo obrigatoriamente representa uma imagem invertida da relação-capital, pois suscita a concepção de a grandeza absoluta do salário nominal ser determinada pela fatia do valor produzido que é distribuída aos trabalhadores. Com essa representação, coloca-se mais uma obscuridade sobre a conexão conceitualmente indissolúvel entre o pagamento monetário recebido pelo trabalhador e o custo de reprodução normal de sua força de trabalho. Por meio da noção de salário relativo, o trabalhador seria proprietário de um ativo denominado trabalho que lhe daria acesso à fração do valor produzido. Assim sendo, dado salário relativo corresponderia a uma quantia de salário absoluto que expressaria, em determinada situação de mercado, a remuneração que o trabalhador teria direto pela posse de ativo específico representado pelo seu trabalho. Em decorrência dessa concepção, o trabalhador seria estimulado a interpretar *todo* incremento do salário relativo como adequada compensação monetária por seu trabalho.

Dessa maneira, no salário relativo suprime-se o vínculo entre o pagamento monetário e o custo de reprodução da força de trabalho, posto que apresenta o salário absoluto como determinado por sua proporção no produto de valor. Demais, oculta-se que a parte do valor produzido que é destinada aos trabalhadores em forma de salário está condicionada à geração do produto inteiro de valor, o qual pertencente ao capitalista como representação, em forma-mercadoria, do seu capital variável valorizado. De fato, o trabalhador somente poderia partilhar o produto de valor por ele gerado se este lhe pertencesse como sua propriedade, mas

está, todavia, excluído dessa partilha, na medida em que "[...] como Esaú ao ceder sua primogenitura por um prato de lentilhas, cede[u] sua força criativa pela capacidade de trabalho como uma grandeza dada" (MARX, [1857-1858] 2011, p.240). Por outro lado, nem sempre elevação do salário nominal relativo implica efetivamente ganho real aos trabalhadores. Com o sobretrabalho, o salário nominal pode circunstancialmente experimentar uma elevação superior à taxa de variação da extensão ou intensidade do trabalho, de sorte que se o alvo das suas reivindicações fosse obtenção de salário nominal relativo ascendente, os trabalhadores provavelmente seriam levados a crer como oportuno o prolongamento e intensificação desmesurada da jornada. Acontece, entretanto, que o sobretrabalho extensivo ou intensivo provoca um desgaste *acelerado* da força de trabalho, fato que impõe uma correção do seu valor diário numa proporção *superior* ao mero incremento no grau de intensidade e de extensão da jornada. Assim, o salário nominal eventualmente pode variar acima do aumento da extensão e intensidade do trabalho e, a despeito disso, acusar perda real, porquanto insuficiente para cobrir os custos corrigidos da reprodução diária da força de trabalho. Nesse caso, o salário nominal absoluto e relativo poderia registrar aumento que uma vez corretamente expurgado pela variação do custo de reprodução normal da força de trabalho expressaria, de fato, agravamento real no padrão absoluto e relativo de vida dos trabalhadores. E essa perda real nas medidas absoluta e relativa do salário tenderia a aprofundar-se, visto que o prolongamento e intensificação da jornada, quando ultrapassado certo ponto crítico, acarretariam tal desgaste da força de trabalho que o cálculo da correção de seu valor diário tornar-se-ia um procedimento impraticável, fazendo da medida do *salário real necessário* uma grandeza indeterminável. Por isso, o exame da evolução do salário nominal relativo deve ser acompanhado com cuidado para não inferir equivocadamente que o salário nominal absoluto é determinado por sua proporção no produto de valor e nem presumir que *todo* aumento do salário nominal relativo é benéfico para os trabalhadores. Além disso, como foi revelado pelo o exame dos diversos casos associados à variação da produtividade, o salário nominal relativo pode experimentar sistemática tendência de declínio e, todavia, o salário absoluto real lograr persistente elevação.

Torna-se conveniente, nesse momento, resgatar algumas formulações defendidas pela literatura que se empenhou no estudo da questão salarial na teoria de Marx e compará-las criticamente com o ponto de vista oferecido como contribuição desta tese. Deixando-se de lado a finalidade que animou individualmente cada estudo em particular, a produção intelectual sobre a teoria do salário no pensamento de Marx pode ser simplificadamente dividida em duas correntes principais.

A primeira vertente interpretativa, assim tratada por reunir produção bibliográfica mais numerosa e antiga, em nenhum momento *admite a existência da forma-salário* no pensamento econômico maduro de Marx. Há um grupo de autores, como Meek (1962, p.427-428), Steindl (1976, p.230), Baumol (1983, p.305), Ramirez (1986, p. 543-544; 2007, p.33), Lapidès (1994, p.242) e Levrero (2013, p. 103), que se preocupou, principalmente, em rechaçar a hipótese de que Marx formulara o prognóstico sombrio de uma tendência de o salário real permanentemente estagnar-se próximo ao nível básico de subsistência<sup>507</sup>. Esses autores destacaram passagens significativas do Livro I de *O Capital*, principalmente da seção VII intitulada de “O processo de acumulação do capital”, para demonstrar que, na teoria de Marx, os salários nominais cadentes poderiam expressar salários reais crescentes conjugados com melhoria persistente no padrão habitual de vida operário, inclusive com alguma margem de redução da duração da jornada que propiciaria, por sua parte, a ampliação do tempo livre para desfrute de necessidades sociais e pessoais superiores. Para tais autores, a visão de empobrecimento absoluto da classe operária não encontra testemunho nas categorias de análise presentes no Livro I. A hipótese do salário real cadente próximo ao limite inferior do valor da força de trabalho abstrairia a tendência, posta como determinação econômica pela concorrência, de o progresso técnico erigir-se instrumento primordial para obtenção de mais-trabalho relativo e fundamento material para a classe operária reclamar participação no crescimento da riqueza social. Parece que a hipótese do salário real cadente ignora que essa medida salarial consiste de valores de uso, de modo que o trabalhador pode continuamente receber quantias monetárias menores e, a despeito disso, ascender na escala de satisfação de necessidades, graças à modicidade dos meios de subsistência habituais e à incorporação de novos desfrutes ensejados pela evolução cultural e material da sociedade<sup>508</sup>. E ainda que o progresso das forças produtivas suscite a formação paralela de contingente de trabalhadores de reserva, cuja existência força à baixa o salário nominal, não se pode inferir que, por causa disso, o salário real tenderia a mergulhar para os limites físicos do valor da força de trabalho<sup>509</sup>. De fato, seria ignorada, com a hipótese de salário real redutível ao mínimo da

---

<sup>507</sup> Ver exposição dessa hipótese, dentre outras contribuições, em Furth, D.; Heertje, A. ; Der Veen, R.(1978) e Hollander, S. (1984).

<sup>508</sup> “It is a fact that while Marx spoke of the tendency toward a fall in the value of labor-power, he never suggested in his mature writings that this implies falling real wages. On the contrary, he seemed to believe that the actual mass of use-values consumed by the working class would tend to rise as capital accumulation progressed.” (LAPIDES, 1994, p.242).

<sup>509</sup> “However, Marx’s analysis of technical progress is not always consistent with the manifestation of that law, and thus with a necessary manifestation of a tendency to compress wages to a minimum level.” (LEVRERO, 2013, p.103).

sobrevivência física, uma das contribuições centrais do pensamento de Marx, a saber, que a força de trabalho é mercadoria especial, porquanto atributo produtivo presente na personalidade de um homem que vive em determinado contexto histórico e social. Nesta última ótica, os trabalhadores não se resignariam a observar passivamente queda dos preços da força de trabalho como se tratasse de uma mercadoria qualquer, e não meio de vida garantidor de sua existência material e social. Inversamente, a classe trabalhadora, através de organizações políticas e econômicas, procuraria defender seu padrão de vida costumeiro assim como buscaria aproveitar-se de conjunturas econômicas favoráveis para promover melhorias nos salários reais<sup>510</sup>.

A discussão levantada pelos autores citados teve o mérito de ter ressaltado o salário real como uma grandeza variável, que pode absorver parte do progresso material da sociedade e, assim, lograr melhorias contínuas no estilo de vida dos trabalhadores. Além disso, como o salário real fora acentuado na sua condição de variável vinculada aos valores de uso dos meios de subsistência necessários, deixava-se saliente, com isso, a própria imprecisão conceitual da tese de salário real declinante no longo prazo que subentendia a medida real do salário expressão direta do valor de troca da força de trabalho. Entretanto, apesar desses méritos, a interpretação defendida por aqueles autores *passa ao largo da teoria da forma-salário de Marx* (cuja exposição encontra-se traçada, em suas grandes linhas, na seção VI do Livro I denominada “O Salário”), fato que justifica as seguintes deficiências.

Primeiramente, não explicam como o valor da força de trabalho se transforma em salário e nem como essa conversão gera a aparência de que os trabalhadores são pagos de acordo com o trabalho realizado, uma ilusão de caráter necessário, visto que os assalariados, em suas pugnâncias econômicas diárias, agem coerentemente com essa concepção falsificada. Ao mencionarem o papel da resistência operária contra as pressões do capital ao fundo do trabalho, os autores citados discorrem seus argumentos *como se* os trabalhadores tivessem imediata ciência de que o pagamento monetário recebido por eles realizasse o *valor ou preço da força de trabalho*<sup>511</sup> e que para obtê-lo tiveram de executar mais-trabalho gratuito ao

---

<sup>510</sup> “Thus, Marx clearly believed that ‘an immense scale of variations’ in wages is possible under capitalism and that it is the responsibility of unions to take full advantage of it. He emphatically did not believe that fate condemns workers to subsistence wages which they must accept passively. Note incidentally, that Marx believed unions to have a very valuable role, a piece of information...” (BAUMOL, 1983, p.305).

<sup>511</sup> Nai-pew Ong (1980), um dos expoentes da primeira vertente interpretativa da teoria dos salários de Marx, deixa claro esse entendimento quando presume: “It is important to note that in both these theories, the implicit assumption is made that the wage bargain between individual capitals and wage-labourers is fixed in terms of a commodity-money, or convertible-money. A given sum of money corresponds directly to a given sum of value and thus to a given sum of wage goods (barring changes in the value of the commodity used as



patronato capitalista. Os autores parecem admitir, em suas análises, que os trabalhadores recebem diretamente em valores de uso, de modo que, se a quantidade destes últimos não é consoante com o que habitualmente estavam acostumados, os operários travariam lutas para resguardá-la e, se possível, ampliar o seu volume em quantidade e qualidade. Desse modo, a explicação sugerida pelos autores de que o salário real não cairia ao nível da sobrevivência física elementar em razão de colidir com a resistência operária é insuficiente, porque ignora o papel da forma-salário como tomada de consciência que influi sobre julgamentos e reações dos trabalhadores. Como ilustração desse ponto de vista, cite-se Nai-pew Ong (1980), para quem o salário nominal apresenta-se imediatamente como salário real e quando tal não ocorre é porque o valor do material monetário se modificou; daí, para contornar a dificuldade, recomendar-se a hipótese de valor do material monetário constante:

It is important to note that in both these theories, the implicit assumption is made that the wage bargain between individual capitals and wage-labourers is fixed in terms of a commodity-money, or convertible-money [...] Expectations of the absolute real wage therefore can be given independently of and cannot be falsified in general by the reactions of individual capitalist producers to new money wage levels, that is, by the accommodations of the whole system of multitudinous productions and exchanges. (ONG, N. 1980, p.269).

Entretanto, conforme visto no capítulo 4, as falsificações da forma-salário estão presentes *com ou sem* a hipótese de valor do material monetário constante.

Por fim, outra lacuna a ser destacada na análise dos referidos autores reside em não contemplar outras possibilidades para o movimento dos salários. Assim, não apenas é possível que o salário nominal cadente se represente em salário real crescente como também é admissível que se constate a alternativa oposta de salário nominal ascendente conjugar-se com salário real em baixa (especialmente marcantes nas situações de sobretrabalho extensivo e intensivo).

Não importa o aspecto particular da questão salarial a que se dedicam, os autores que se filiam na primeira vertente cerram fileiras unanimemente com a ideia de que o salário é definição alternativa para o *preço da força de trabalho*<sup>512</sup>. E não se trata aqui de mero

---

money or the wage goods). Furthermore, a given sum of money contracted for future delivery is also held to correspond directly to a given sum of value or of wage goods in that future point in time. With this, Marx can assume, implicitly, that both the individual capital and *the individual worker or trade union have a fairly definite idea of the real wage level* which they are settling for throughout the entire period of the contract.” (ONG, N. 1980, p.269, grifos nossos).

<sup>512</sup> A esse respeito, cite-se as seguintes declarações: “The value of the commodity labor-power, therefore, is represented by the amount of labor that is needed to produce the worker’s means of subsistence. Moreover, as with every other commodity, the value of labor-power is measured on the market in terms of price, i.e. in money. The monetary expression, i.e. the price of the commodity labor power, is called the wage.” (LUXEMBURG, Rosa [1907-1914] 2013, s.p.); “Assim, Grossmann esquece completamente a importância

expediente de linguagem empregado para socorrer o texto de expressões conceitualmente densas (preço da força de trabalho) por outras de cunho usual (salário). Pelo contrário, para essa primeira vertente, a expressão salarial, de fato, coincide imediatamente com seu conteúdo intrínseco<sup>513</sup>, de sorte que os trabalhadores reconhecem-se, prontamente, como possuidores de força de trabalho, cujo pagamento monetário deve cobrir o custo de reprodução normal da vida do trabalhador ajustado ao desgaste médio da jornada usual. Na medida em que salário e preço da força de trabalho coincidem transparentemente, como se fossem sinônimos, não há por que os trabalhadores se iludirem com as variações nos seus pagamentos monetários e tomarem-nas como compensação sempre razoável pela jornada realizada. Na interpretação dos autores da primeira vertente, os trabalhadores têm consciência imediata de que sua força de trabalho, em condições sociais determinadas, fornece mais-valia do que custou sua reprodução, de maneira que as lutas econômicas entre eles e os capitalistas é decidida, em cada momento, pela correlação de forças entre ambos. Prova disso pode ser encontrada na seguinte sentença da admirável pensadora e ativista comunista Rosa Luxemburg:

*The worker is weakened by excessive labor and his life cut short. If each week the capitalist shortens the life of the worker by two weeks, by limitless consumption of his labor-power, this is the same as if he were appropriating three weeks for the wage of one. From the same standpoint of commodity exchange, this means that the capitalist is robbing the worker.* (LUXEMBURG, Rosa [1907-1914] 2013, s.p., grifo nosso).

Rosa Luxemburg interpreta, nessa sentença, o rompimento da conexão entre as partes necessária e excedente da jornada (ocasionado pelo trabalho em excesso) como infração à equivalência das *trocas mercantis* justificada pelo poderio econômico dos capitalistas. O trabalho em excesso aparece *imediatamente* como uma *usurpação* em *alegada* oposição à lei das trocas de mercadorias. Todavia, quando se analisa o sobretrabalho extensivo e intensivo, o recurso ao pressuposto da troca de valores-equivalentes deixa de servir, tendo em vista que a

---

do ‘elemento histórico e social’ na determinação do valor da mercadoria força de trabalho, e fala de custos ‘exatamente fixos’ de reprodução desta última, sem levar em consideração o fato de que, por sua vez, esses custos dependem das necessidades específicas a que devem satisfazer. Na página 142 encontramos até mesmo uma expressão que é verdadeiramente surpreendente para um autor tão familiarizado com ‘O Capital’: ‘os salários, isto é, o valor da força de trabalho’, quando deveria ser ‘o preço da força de trabalho’.” (MANDEL, 1985, p. 106, nota 13, grifo nosso); “The commodity labor-power, as we know, is a commodity unlike any other. And though like other commodities it has both its value and its price, the latter being the wage, a great degree of care must be exercised when analyzing the price of labor-power” (LAPIDES, 1997, p. 234); “[...] Marx distinguishes his analysis of the value of labor power from an analysis of those market factors that cause its price – the wage-...” (LAPIDES, 2008, p. 161); “Wages are the price of labor power [...]” (LAPIDES, 2008, p. 195).

<sup>513</sup> Ao contrário da teoria da forma-salário de Marx: “It is mediated through a series of intermediate elements, which we have developed. In reality the relation [a relação-capital] appears unmediated, and therefore the wage appears as the value or price of a definite quantity of living labour.” (MARX, [1861-1863]1994b, p.72-73, grifo nosso)

categoria do salário já se encontra desenvolvida e, dessa maneira, o valor da força de trabalho já se transfigurou em preço do trabalho. Desse modo, a autora desconsidera o salário como manifestação transmutada do valor ou preço da força de trabalho e, portanto, abstrai do papel prático que as ilusões necessárias da figura do preço do trabalho exercem sobre a ação cotidiana dos trabalhadores nas suas transações com o capitalista, por meio das quais o sobretrabalho lhes aparece, com frequência, como uma iniciativa voluntariamente consentida e vantajosa. Vê-se, por fim, que o tratamento do salário como designação idêntica para preço da força de trabalho, além de ignorar a teoria da forma-salário (exposta em suas grandes linhas na seção VI do Livro I e, com mais detalhe e reflexões, nos *Manuscritos de 1861-1863*<sup>514</sup>), não considera o papel da função de consciência social da figura do preço do trabalho para a compreensão de uma série de fenômenos das flutuações cotidianas dos salários.

Como ilustração dessas deficiências, toma-se estudo de Rosdolsky ([1968] 2001) no qual procurou examinar o “movimento dos salários” com base nas sugestões do capítulo 15 (seção V) do Livro I de *O capital*. Entretanto, como empreende tal estudo pressupondo que salário e preço da força de trabalho são expressões equivalentes<sup>515</sup>, Rosdolsky apenas consegue indicar direções possíveis para os salários (quando ocorre variação da jornada e da produtividade) sem oferecer explicação para o *curso* desse movimento. Para ele, com o prolongamento da jornada é factível que salário e mais-valia aumentem conjuntamente, ainda que em proporções distintas<sup>516</sup>. No entanto, o autor não estuda o motivo da própria elevação do salário, circunstância que induz o leitor a concluir que ele ou *supõe sem justificá-lo* que o salário nominal deve obrigatoriamente se ajustar ao valor da força de trabalho (corrigido pela variação da extensão da jornada) ou partindo, mais provavelmente, da identidade entre salário e preço da força de trabalho, avente que o referido reajuste *exprime ação dos trabalhadores orientada por clara consciência* dos impactos do prolongamento da jornada sobre os custos de reprodução de sua vida material. Se admitisse, ao contrário, que o salário é *forma*

---

<sup>514</sup> Marx numa carta endereçada a Hermann Schumacher de 21 de setembro de 1875 aponta claramente a sua concepção de salário como preço do trabalho. Ressalta, ademais, que a identificação de salário como preço da força de trabalho ignoraria o papel da forma-salário na sua função de consciência social: “I would endorse your preface in its entirety if our attitudes in regard to ‘wages’ did not differ materially. Thünen and you yourself regard wages as the immediate expression of a genuine economic relation; I regard them as a *spurious form concealing a content materially different from the expression of that form*.” (MARX, [1874-1879]1991b, p.90, grifo nosso).

<sup>515</sup> É o que declara no primeiro parágrafo do apêndice intitulado “Sobre a crítica à teoria marxiana do salário”: “O preço da força de trabalho é o salário...” (ROSDOLSKY, [1968] 2001, p.237).

<sup>516</sup> “Em primeiro lugar, no que diz respeito às modificações na duração da jornada de trabalho, é óbvio que, se ela for prolongada, podem crescer simultaneamente a mais-valia e os salários, ambos ‘obtendo incrementos iguais ou desiguais’.” (ROSDOLSKY ([1968] 2001, p.240).

*transmutada* para o preço da força de trabalho, Rosdolsky poderia extrair uma explicação para o movimento em si do preço do trabalho quando a jornada se estendesse, inclusive podendo sugerir outras situações para a variação salarial em relação ao novo custo diário de reprodução do trabalhador. A análise de Rosdolsky ([1968] 2001, p.241-243) para a variação dos salários nominais com mudança no grau de intensidade e produtividade reproduz as mesmas insuficiências: o autor contenta-se em apontar direções para o movimento dos salários sem interpretar a própria mudança do seu nível, justamente porque lhe falta a compreensão da teoria da forma-salário.

Por outro lado, a ausência de compreensão da forma-salário influi sobre entendimento de Rosdolsky ([1968] 2001, p.246-247) acerca da evolução do salário relativo, endossando, nesse particular, ponto de vista semelhante de Rosa Luxemburg ([1907-1914] 2013). Para ambos os autores, a luta operária para aumentar o salário relativo deve ser interpretada como intento (de alcance revolucionário<sup>517</sup>) que visa apropriar parcela do produto de valor gerado integralmente pelo trabalho dos produtores diretos. Nessa perspectiva, os embates em torno do salário relativo exprimiriam, por parte dos trabalhadores, clara consciência de que o avanço do progresso material suscitado pelo desenvolvimento de sua produtividade deveria ser partilhado com seus reais produtores<sup>518</sup>. Todavia, por meio da teoria da forma-salário exposta nesta tese, podem-se apontar as seguintes deficiências na concepção desses autores sobre o salário relativo. De fato, Rosdolsky ([1968] 2001, p.246-247) e Rosa Luxemburg ([1907-1914] 2013) ignoram que a forma-salário cria uma imagem deturpada do salário relativo que influi sobre os trabalhadores em suas lutas econômicas com os capitalistas. Os trabalhadores não percebem o salário relativo como refletindo a participação, em última instância, do custo de reprodução da força de trabalho no produto de valor. Inversamente, julgam que uma elevação do salário relativo expressaria uma melhor avaliação do trabalho realizado em dada jornada. Assim, se o salário relativo esboçar movimento altista

---

<sup>517</sup> “This is why even the most powerful trade unions are quite impotent against this tendency to a rapid fall in relative wages. The struggle against the fall in relative wages accordingly means also a struggle against the commodity character of labor-power, i.e. against capitalist production as a whole. The struggle against a decline in relative wages is thus no longer a struggle on the basis of the commodity economy, but rather *a revolutionary, subversive initiative against the existence of this economy*, it is the socialist movement of the proletariat.” (LUXEMBURG, Rosa [1907-1914] 2013, s.p., grifo nosso).

<sup>518</sup> “But we still know nothing precise as to the relationship between this living standard of the workers and social wealth in general [...] The living standard of each individual and each class, however, can only be correctly judged if the conditions of the particular time and the other strata of the same society are taken into account. In order therefore to judge correctly the position of the workers in the present society, it is necessary not only to examine absolute wages, but also relative wages, i.e. *the share that the worker’s wage makes up out of the total product of his labor*” (LUXEMBURG, Rosa [1907-1914] 2013, s.p., grifo nosso).

com a variação do grau de extensão ou de intensidade da jornada, o julgamento dos trabalhadores seria o de que seu trabalho logrou maior retribuição, não importando que o nível absoluto do salário nominal alcançado com o novo salário relativo seja insuficiente para cobrir os custos de reprodução da força de trabalho acrescidos pelo seu desgaste acelerado. Portanto, o salário relativo nominal acentua a falsa concepção de que o trabalhador é remunerado pelos resultados da função laborativa, tornando os vínculos entre pagamento monetário e o custo de reprodução da força de trabalho completamente irreconhecíveis.

Por fim, toma-se a segunda vertente interpretativa da teoria dos salários de Marx. Os seus representantes<sup>519</sup> admitem que o salário é *preço do trabalho* e, por isso, forma transmutada do valor (ou preço) da força de trabalho<sup>520</sup>. Entretanto, esse reconhecimento limita-se somente a reproduzir o conceito da forma-salário, sem colocá-lo propriamente como objeto de estudo, cujo empreendimento exigiria incontornavelmente acurada pesquisa junto à produção teórica de Marx, em especial nos *Manuscritos de 1861-1863* e nos três livros de *O Capital*, obras onde a concepção de expressão salarial apresenta-se exaustivamente exposta em seus aspectos ilusório e funcional. Na medida em que os autores citados apenas aludem ao conceito da forma-salário sem discuti-lo, sente-se falta, na linha interpretativa a que se filiam, da própria reconstituição do processo de transformação do valor da força de trabalho em preço do trabalho, cujo desdobramento permite apontar as ilusões e falsidades engendradas nessa metamorfose, e que concedem aspecto transmutado e transfigurado aos salários como forma de consciência social. É precisamente o *desenvolvimento* do conceito da forma-salário que torna saliente a figura do preço do trabalho como imagem *necessária e contraditória* de seu conteúdo invisível, por meio da qual capitalistas e trabalhadores realmente tomam consciência de suas relações recíprocas e as conduzem praticamente<sup>521</sup>.

Uma ilustração dessas lacunas é oferecida pela contribuição de Saad Filho (2001). Este autor sublinha que a noção de salário relativo leva a deduzir o pagamento monetário recebido pelo trabalhador por sua cota no valor produzido, raciocínio que, segundo ele, abstrai

---

<sup>519</sup> Cite-se Weeks (1981), Harvey, P. (1983), Altvater (1987), Giussani; Vale (1992), Saad Filho (2001) e Baronian (2013).

<sup>520</sup> Veja-se, por exemplo, as seguintes declarações: “The phenomenal form of the payment to labor wages, reflects the value of labor power” WEEKS (1981, p.71); “In the world of appearances constituted by commodity relations, the wage seems to pay not for labor power but rather for labor, not for a fraction but for the whole of the working day. Through the wage form, a certain amount of money with a certain number of hours of work, the value of the commodity labor power is transformed into the price of labor, as a ‘service’ rendered by the worker to the owner of capital.” (GIUSSANI; VALE, 1992, p.16).

<sup>521</sup> “[...] as formas ideológicas pelas quais os homens tomam consciência deste conflito e o conduzem até o fim.” (MARX, [1859] 1978, p.130).

da determinação, em última análise, do salário pelo custo de reprodução da força de trabalho<sup>522</sup>. Por outro lado, o salário relativo sugere que os capitalistas e assalariados fossem sócios que compartilhariam do produto de valor segundo a contribuição de seus respectivos ativos<sup>523</sup>. Todavia, apesar do acerto dessas críticas, Saad Filho não vincula as equivocadas noções aduzidas pelo salário relativo à própria concepção da forma-salário, falha que o impediu de discutir o papel ativo que aquelas noções têm em diversas situações concretas do movimento dos salários, nas quais os trabalhadores realmente julgam favorável certo nível de salário absoluto por aparentar um salário relativo mais elevado, mesmo que tal proporção oculte sobretrabalho que desgasta sua força de trabalho num grau insuficientemente compensado pelo preço do trabalho estabelecido. A *omissão do papel prático das ilusões* criadas pelo salário relativo é consequência, em grande medida, do espaço que o conceito de forma-salário ocupa na sua análise, demarcado por uma breve referência (SAAD FILHO, 2001, p.31) a um expressivo extrato do capítulo 17 do Livro I, que, todavia, não mereceu do autor maiores reflexões críticas.

Outra deficiência a ser ressaltada na segunda vertente é a de não propor análise do movimento cotidiano do preço do trabalho a partir da ótica da forma-salário, fato não apenas admitido como também reputado como uma “negligência”<sup>524</sup> por um dos expoentes dessa linha interpretativa. Exemplo dessa “negligência”, toma-se passagem de artigo de Baronian quando alude a um estado possível das flutuações de curto prazo dos salários ao declarar: “But even if wages express the price of the labor power, they can express very different prices of labor, depending on the duration and intensity of the working day” (BARONIAN, 2013, p.107). Nota-se que este autor distingue claramente o preço da força de trabalho de sua forma de manifestação direta além de ressaltar, corretamente, que dado preço do trabalho pode associar-se a receitas salariais diversas conforme o grau de extensão e intensidade do trabalho, circunstância que torna a obtenção de crescente renda monetária variável dependente do

---

<sup>522</sup> “Nessa abordagem, é como se a reprodução econômica e social da força de trabalho, da qual o padrão de vida habitual é um elemento, fosse irrelevante para a determinação do salário e o processo de exploração...” (SAAD FILHO 2001, p.34)

<sup>523</sup> “[...] a abordagem da fatia da renda presume que a relação entre capital e trabalho é simétrica e que, portanto, o produto líquido é dividido entre duas grandes classes essencialmente na base de seu poder de mercado. Isso é errado, porque lucros e salários não são determinados simultaneamente através de um conflito por fatias do produto líquido, ainda que os conflitos distributivos sejam importantes no capitalismo. Na verdade, os capitalistas adiantam o valor da força de trabalho usando valores criados anteriormente pelos trabalhadores, e eles retêm o lucro residual depois da venda do produto.” (SAAD FILHO, 2001, p.34).

<sup>524</sup> “Marx deals with the price of labor in the whole of section 6 of the first volume of Capital. Albeit rather neglected, the wage form (price of labor) is rather important in order to explain the movement of the wage level.” (GIUSSANI; VALE, 1992, p.26, nota 12).

sobretaxa. Entretanto, Baronian não examina, *nesses movimentos*, o papel da forma-salário como tomada de consciência invertida, que incita os próprios trabalhadores a considerarem o trabalho em excesso uma ação vantajosa, e nem cogita do *cálculo das medidas reais* dos salários absolutos e relativos, com o qual seria possibilitado repercutir os efeitos (mascarados pela figura do preço do trabalho) da variação salarial sobre a situação de vida material dos trabalhadores.

Em suma, as contribuições desta tese para o debate do problema dos salários na teoria de Marx são de duas ordens. Primeiramente, ressalta-se a singularidade da abordagem defendida neste estudo, a qual procurou reconstituir a teoria da forma-salário mediante cuidadosa pesquisa e discussão conceitual de pensamentos junto às obras mais representativas da reflexão madura de Marx, como os *Grundrisse*, os *Manuscritos de 1861-1863* e os três livros de *O capital*, além de referências a outras produções literárias subsidiárias, mas também significativas, como *Salário, Preço e Lucro* (1865), *Crítica ao Programa de Gotha* (1875) e algumas cartas dos anos 1860 e 1870. Por meio dessa abordagem permitiu-se extrair (a partir do pensamento legado por Marx) uma base teórica para o *desenvolvimento do conceito da forma-salário*, cujas partes integrantes se constituem da derivação do conteúdo próprio da expressão salarial (a força de trabalho como mercadoria e a divisão da jornada nas suas partes necessária e excedente, conceitualmente indissolúveis e mutuamente vinculadas), a transfiguração desse conteúdo em preço do trabalho e, finalmente, estudo do movimento cotidiano dos salários.

A segunda contribuição versa sobre a proposta de uma série de conjunturas possíveis para os salários com base em simulações numéricas. É importante ressaltar que esses estados possíveis para o movimento dos salários já se encontravam, em grande parte, enumerados em diversas passagens das referidas obras de Marx, especialmente nos *Manuscritos de 1861-1863*. Porém, estavam apresentados predominantemente em forma de simples esboços sugestivos, contendo, quando muito, somente algumas indicações de análise. A presente tese colocou-se a tarefa de *reunir* aquelas sugestões ilustrativas do movimento dos salários e *organizá-las* segundo uma disposição conceitualmente coerente (partindo da variação da extensão da jornada, porque se trata de expediente de majoração da taxa de mais-trabalho de imediata execução e de mínimos custos de operação) de vários casos simulados para as medidas nominais e reais dos salários absolutos e relativos. Todavia, esta tese não se contentou com a mera descrição das diversas posições dos salários segundo conjunturas possíveis, mas, ao contrário, empreendeu uma *análise original da própria trajetória*, na qual

se realçou constantemente o papel da perspectiva da forma-salário na sua função de consciência social prática da realidade capitalista<sup>525</sup>.

---

<sup>525</sup> Para finalizar esta tese, sùmula da minha tenaz dedicação nos ùltimos dois anos e realização de antigo sonho de minha mocidade, peço escusas às formalidades acadêmicas para, em nome de minha paixão pelas obras da grande literatura (que por tantos anos alimentaram minha alma com beleza e autoconhecimento), parafrasear título de magnífico drama teatral de *Luigi Pirandello*: “*Assim é, se lhe parece*”; e dizer, para encerrar esta etapa da minha vida, que para os trabalhadores e capitalistas a forma-salarial é porque *assim lhes parece*.



## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ÁBALOS, José Manuel García. Marx's Theory of Wages. **International Journal of Political Economy**, v. 27, n. 4, p. 96-114, [1949] 1997-98.

ALTVATER, Elmar. O capitalismo se organiza: o debate marxista desde a guerra mundial até a crise de 1929. In: Hobsbawm, E. (org.). **O marxismo na época da Terceira Internacional** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, v. 8.

BARONIAN, Laurent. The Marxian Wage Theory Against The 'Absolute Immizeration Doctrine'. **Journal of the History of Economic Thought** v.35, n.1, p.93-111, 2013.

BAUMOL, William J. Marx and the iron law of wages. **The American Economic Review** v.73, n.2, p.303-308, 1983.

BOITO JR, Armando. Pré-capitalismo, capitalismo e resistência dos trabalhadores: nota para uma teoria da ação sindical. **Crítica marxista**, v. 12, 2001.

BRAVERMAN, Harry. **Labor and monopoly capital**: The degradation of work in the twentieth century. NYU Press, 1998.

CIPOLLA, Francisco Paulo. Bonus Wages Beyond Piece Wages. **Review of Radical Political Economics**, v. 45, n.3, p. 369-383, 2013.

CIPOLLA, Francisco Paulo. O mecanismo da mais valia relativa. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 44, n.2, p. 383-408, 2014.

CORIAT, B. **El taller y el cronometro**: ensayo sobre el taylorismo, el fordismo y la produccion en masa. 4.ed., Madrid: Siglo XXI, 1989.

COTTRELL, Allin; DARITY, William. Marx, Malthus, and Wages. **History of Political Economy**, v. 20, n.2, p. 173-190, 1988.

DUSSEL, Enrique D.. *La producción teórica de Marx, un comentario a los Grundrisse*. México, Siglo XXI, 1985.

DUSSEL, Enrique D. **Hacia un Marx desconocido**: un comentario de los Manuscritos del 61-63. Siglo XXI, 1988.

DUSSEL, Enrique D. **El último Marx (1863-1882) y la liberación latinoamericana**: un comentario a la tercera ya la cuarta redacción de "El Capital". Siglo XXI, 1990.

DOBB, M. **Wages** C.U.P, Cambridge Economic Handbooks, Nisbet, London, 1948.

FINE, Ben. Intervention Debating Lebowitz: Is Class Conflict the Moral and Historical Element in the Value of Labour-Power? **Historical Materialism**, v. 16, n.3, p. 105-114, 2008.

FURTH, Dave; HEERTJE, Arnold; DER VEEN, Ra J. Van. On Marx's theory of unemployment. **Oxford Economic Papers**, v. 30, n.2, p. 263-276, 1978.

GIUSSANI, Paolo; VALE, Michel. Value of labor power and the wage. **International Journal of Political Economy**, v. 22, n.3, p. 7-28, 1992.

GOTTHEIL, Fred M. Increasing misery of the proletariat: an analysis of Marx's wage and employment theory. **Canadian Journal of Economics and Political Science/Revue canadienne de economiques et science politique** v.28, n.1, p. 103-113, 1962.

GOUGH, I. *The political economy of the welfare state*. Palgrave Macmillan, 1979.

GREEN, Francis. Marx, Malthus, and wages: a comment on Cottrell and Darity. **History of Political Economy**, v.23, n.1, p. 95-100, 1991a.

GREEN, Francis. The relationship of wages to the value of labour-power in Marx's labour market. **Cambridge Journal of Economics**, v.15, n.2, p. 199-213, 1991b.

GREEN, Francis. The "reserve army hypothesis": a survey of empirical applications. In: DUNNE, Paul, ed. **Quantitative Marxism**. Cambridge, Polity Press, 1991c, p.123-140.

HARVEY, Philip. Marx's theory of the value of labor power: an assessment. **Social Research** v.50, n.2, 1983, p.305-344.

HARVEY, Philip. The value-creating capacity of skilled labor in Marxian economics. **Review of Radical Political Economics**, v.17, n.1-2, p. 83-102, 1985.

HOLLANDER, Samuel. "Marx and Malthusianism: Marx's secular path of wages. **The American Economic Review**, v. 74, n.1, p.139-151, 1984.

JONNA, R. Jamil; FOSTER, John Bellamy. Marx's Theory of Working-Class Precariousness—And Its Relevance Today. **Alternate Routes: A Journal of Critical Social Research** v.27, 2016.

KOHLI, Martin. Wages, work effort, and productivity. **Review of Radical Political Economics** v.20, n.2-3, p. 190-195, 1988.

LAPIDES, Kenneth. Henryk Grossmann on Marx's wage theory and the 'increasing misery' controversy. **History of Political Economy**, v. 26, n.2, p. 239-266, 1994

LAPIDES, Kenneth. Grossmann's Model of Capitalist Breakdown: A False View of Marx's Wage Theory. **Science & Society**, v.61, n.2, p. 229-236, 1997.

LAPIDES, Kenneth. **Marx's Wage Theory in Historical Perspective: Its Origins, Development, and Interpretation**, Wheatmark, USA (Tucson, Arizona), 2008.

LEBOWITZ, Michael A. Capital and the Production of Needs. **Science & Society**, p. 430-447, 1977.

LEBOWITZ, Michael A. **Beyond Capital?** Palgrave Macmillan UK, 2003.

LEVRERO, Enrico Sergio. Marx on absolute and relative wages and the modern theory of distribution. **Review of Political Economy**, v.25, n.1, p. 91-116, 2013.

LUXEMBURG, Rosa. Introduction to Political Economy. In **The Complete Works of Rosa Luxemburg, Volume I: Economic Writings 1**. Verso Books, [1907-1914] 2013.

MANDEL, Ernest. **Formation of Economic Thought of Karl Marx**. NYU Press, 1971.

MANDEL, Ernest. **Marxist Economic Theory**. London: Merlin, 1977, cap. 3 e 5.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Nova Cultural, 1985. p.103-128.

MARX, Karl. Prefácio "Para crítica da economia política". In:\_\_\_\_**Manuscrítos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. 2.ed., São Paulo: Abril Cultural, [1859] 1978.

MARX, Karl **Teorias da mais-valia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira [1861-1863]1980a, v.1.

MARX, Karl. **Teorias da mais-valia**. São Paulo: Difel, [1861-1863] 1980b, v.2.

MARX, Karl **O capital**: crítica à economia política. São Paulo: Nova Cultural, [1894] 1985a. Livro III, O processo global da produção capitalista. (tomo 2), v.5.

MARX, Karl. **Teorias da mais-valia**. São Paulo: Difel, [1861-1863] 1985b, v.3.

MARX, Karl. Value, Price and Profit in MARX, Karl and ENGELS, Frederick **Collected Works**, (New York: International Publishers. [1865]1985c, v. 20.

MARX, Karl. Marx to Engels. 27 June 1867. in MARX, Karl and ENGELS, Frederick **Collected Works**, (New York: International Publishers. [1864-68]1987a, v. 42.

MARX, Karl. Marx to Engels. 8 January 1868. in MARX, Karl and ENGELS, Frederick **Collected Works**, (New York: International Publishers. [1864-68]1987b, v. 42.

MARX, Karl Economic Manuscript of 1861–63, in MARX, Karl and ENGELS, Frederick **Collected Works**, New York: International Publishers. [1861-1863] 1988a, v. 30.

MARX, Karl **O capital**: crítica à economia política. São Paulo: Nova Cultural, [1885] 1988b. Livro II, O processo de circulação do capital, v.3.

MARX, Karl **O capital**: crítica à economia política. São Paulo: Nova Cultural, [1894] 1988c. Livro III, O processo global da produção capitalista, (tomo 1), v.4.

MARX, Karl Economic Manuscript of 1861–63, in MARX, Karl and ENGELS, Frederick **Collected Works**, New York: International Publishers, [1861-1863]1989a, v. 32.

MARX, Karl. Marginal Notes on Adolph Wagner's Lehrbuch der politischen Oekonomie. in MARX, Karl and ENGELS, Frederick **Collected Works**, New York: International Publishers. [1879] 1989b, v. 24.

MARX, Karl Economic Manuscript of 1861–63, in MARX, Karl and ENGELS, Frederick

**Collected Works**, New York: International Publishers, [1861-1863]1991a, v. 33.

MARX, Karl Marx to Hermann Schumacher. 21 September 1875, in MARX, Karl and ENGELS, Frederick **Collected Works**, New York: International Publishers, [1874-1879]1991b, v. 45.

MARX, Karl Chapter Six. Results of the Direct Production Process in MARX, Karl and ENGELS, Frederick **Collected Works**, New York: International Publishers, [1863-1864]1994a, v. 34.

MARX, Karl Economic Manuscript of 1861–63, in MARX, Karl and ENGELS, Frederick **Collected Works**, New York: International Publishers, [1861-1863]1994b, v. 34.

MARX, Karl. Volume I of *Capital*. Separate Pages of the Manuscript, in MARX, Karl and ENGELS, Frederick **Collected Works**, New York: International Publishers. [1863-1864] 1994c, v. 34.

MARX, Karl **Grundrisse**: manuscritos econômicos 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, [1857-1858] 2011.

MARX, Karl. **Crítica ao programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, [1875] 2012.

MARX, Karl. **O capital**: crítica à economia política: São Paulo: Boitempo, [1867] 2013. Livro I, O processo de produção do capital.

MEEK, Ronald L. Marx's "Doctrine of Increasing Misery". **Science & Society**, v.26, n.4, p.422-441, 1962.

MORISHIMA, Michio; CATEPHORES, George. **Valor, exploração e crescimento**: Marx à luz da teoria econômica moderna. Rio de Janeiro: Zahar, 1980. p.127-162.

NYLAND, Chris. Weak Bodies, Strong Wills: The Empirical Evidence for Marx's Theory of Worktime. **Studies in Political Economy**, v.25, p.75-100, 1988.

OBREGON, Anibal Quijano. The marginal pole of the economy and the marginalized labour force. **Economy and Society**, v. 3, n.4, p. 393-428, 1974.

ONG, N. Marx's Classical And Post-Classical Conceptions of the Wage. **Australian Economic Papers** v.19, n.35, p. 264-277, 1980.

RAMIREZ, Miguel D. Marx and Malthusianism: comment. **The American Economic Review** v.76, n.3, p. 543-547, 1986.

RAMIREZ, Miguel D. Marx, wages, and cyclical crises: a critical interpretation. **Contributions to political economy**, Oxford, v. 26, n.1, p.27-41, 2007.

REUTEN, Geert. Productive force and the degree of intensity of labour: Marx's Concepts and Formalizations in the Middle Part of Capital I. in BELLOFIORE, Riccardo ; TAYLOR, Nicola (eds), **The Constitution of Capital**; Essays on Volume I of Marx's 'Capital', London/New York, Palgrave–MacMillan, 2004, pp 117-145.

RONCAGLIA, Alessandro. Labour power, subsistence wage and the rate of wages **Australian Economic Papers**, v.13, n.22, p. 133-143, 1974.

ROSDOLSKY, Roman. **Estrutura e Gênese de O Capital de Karl Marx**. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, [1968] 2001.

ROWTHORN, Bob. **Capitalismo, conflito e inflação**: ensaios de economia política. Zahar Editores, 1977.

SAAD FILHO, Alfredo. Salários e exploração na teoria marxista do valor. **Economia e Sociedade** v. 16, p. 27-42, 2001.

SHAIKH, Anwar, **Valor, acumulación y crisis**: : Ensayos de Economía Política. Bogotá, Colômbia , 1990.

---

SIMÕES, Carlos. **Direito do trabalho e modo de produção capitalista**. São Paulo: Símbolo, 1979.

SINHA, Ajit. Hollander's' Marx and Malthusianism': a critique. **History of Economics Review**, v. 28, n.1, p. 104-112, 1998.

SOWELL, Thomas. Marx's "Increasing Misery" Doctrine. **The American Economic Review** v.50, n.1, p.111-120, 1960.

STEINDL, Josef. Karl Marx and the accumulation of capital. In **Maturity and stagnation in American capitalism**. Monthly Review Press, New York, 1976, p.221-246.

SWEEZY, Paul M. **The Theory of Capitalist Development**. London: Dennis Dobson Ltd., 1946.

TAYLOR, F. W. **The Principles of Scientific Management**. New York and London: Harper & Brothers Publishers, 1919.

WEEKS, John. The Process of Accumulation and the "Profit-Squeeze" Hypothesis. **Science & Society**, v. 43, n.. 3, p.259-280, 1979.

WEEKS, John, **Capital and Exploitation**, Princeton: Princeton University Press, 1981.p.63-87.